JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Prefeitura Municipal de Acorizal 4
Prefeitura Municipal de Água Boa 5
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 5
Prefeitura Municipal de Alto Garças 5
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 6
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 23
Prefeitura Municipal de Apiacás 31
Prefeitura Municipal de Araguaiana 33
Prefeitura Municipal de Araguainha 40
Prefeitura Municipal de Araputanga 42
Prefeitura Municipal de Arenápolis 42
Prefeitura Municipal de Aripuanã 43
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 45
Prefeitura Municipal de Cáceres 47
Prefeitura Municipal de Campinápolis 59
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 68
Prefeitura Municipal de Campo Verde 71
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 78
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 79
Prefeitura Municipal de Canarana 82
Prefeitura Municipal de Carlinda 85
Prefeitura Municipal de Castanheira 85
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 87
Prefeitura Municipal de Cláudia 87
Prefeitura Municipal de Cocalinho 144
Prefeitura Municipal de Colíder 145
Prefeitura Municipal de Colniza 147
Prefeitura Municipal de Comodoro 148
Prefeitura Municipal de Confresa 148
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 149
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 149
Prefeitura Municipal de Curvelândia 150
Prefeitura Municipal de Diamantino 152
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 157
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 158
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 160
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 163
Prefeitura Municipal de General Carneiro 164
Prefeitura Municipal de Indiavaí 165
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 167
Prefeitura Municipal de Itanhangá 180
Prefeitura Municipal de Itiquira 199
Prefeitura Municipal de Jaciara 200
Prefeitura Municipal de Jangada 200
Prefeitura Municipal de Jauru 200
Prefeitura Municipal de Juara 202
Prefeitura Municipal de Juruena 205
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 206
Prefeitura Municipal de Marcelândia 209
Prefeitura Municipal de Matupá 210
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 211

Prefeitura Municipal de Nobres 212
Prefeitura Municipal de Nortelândia 212
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 213
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 221
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 231
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte 231
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 231
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 231
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 234
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 237
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 238
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 239
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 239
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 239
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 241
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 242
Prefeitura Municipal de Paranatinga 242
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 245
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 246
Prefeitura Municipal de Poconé 247
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 257
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 261
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 265
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 265
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 266
Prefeitura Municipal de Poxoréu 273
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 274
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 275
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 281
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 281
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 283
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 284
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 289
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 292
Prefeitura Municipal de São José do Povo 294
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 295
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 296
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 300
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 301
Prefeitura Municipal de Sinop 306
Prefeitura Municipal de Tabaporã 307
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 307
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 309
Prefeitura Municipal de União do Sul 321
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 322
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 323
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 325
Prefeitura Municipal de Vila Rica 326

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO DA EMPRESA CASA D´ IDEIAS MARKETING E PROPAGANDA SOBRE A CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2017

RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO DA EMPRESA *CASA D´ IDEIAS MARKETING E PROPAGANDA* SOBRE A CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2017

De imediato vale esclarecer que os questionamentos forma feitos tempestivamente, merecendo portanto atenção necessária.

Por outro, será considerado pelo Pregoeiro como itens necessários e definitivos do edital as respostas aqui elencadas.

Questionamentos:

1)No item 6- DA PROPOSTA TÉCNICA, 6.2.3 – III Ideia Criativa b) Como parte do quesito Ideia Criativa, a Licitante apresentará campanha publicitária com exemplos de 05 (cinco) peças que corporifiquem objetivamente a proposta de solução do problema específico de comunicação e demonstrem sua harmonia com a redução de mensagem de que trata a alínea anterior. Os exemplos de peças podem ser apresentados sob a forma de roteiro de TV, layout, storyboard impresso, ou "monstro" de peça de internet, "monstro" de peça de rádio ou roteiro para rádio, limitados a uma peça para cada meio-convencional ou não convencional, de veiculação tradicional proposto pela licitante; DIFERE DO BRIEFING EM RELAÇÃO AS PEÇAS A SEREM APRESENTADAS: Para que a população conheça os problemas enfrentados pelos municípios. A campanha poderá ser veiculada nos veículos de comunicação com diferentes peças publicitárias, tais como: Anúncios em jornais, spots em rádios, vts em televisões, banners em sites, painéis suspensos e outdoors espalhados pelas cidades.

Questionamento: Devemos apresentar o que pede no item 6.2.3 ou no Briefing? Caso a resposta seja as peças do item 6.2.3, quais as demais peças, uma vez citar apenas 03(três) peças.

2)No item BRIEFING Para que a população conheça os problemas enfrentados pelos municípios. A campanha poderá ser veiculada nos veículos de comunicação com diferentes peças publicitárias, tais como: Anúncios em jornais, spots em rádios, vts em televisões, banners em sites, painéis suspensos e outdoors espalhados pelas cidades. Deve-se ainda se considerar, para efeito de simulação e abrangência, todos os veículos de comunicação de Cuiabá, pensando estrategicamente e em sua economicidade.

Questionamento: O que entende por painel Suspenso? FrontLight? Empena?

RESPOSTA:

Em relação ao item 6 – da proposta de preço, 6.2.3 as empresas deverão se ater ao brienfig do edital onde leem-se: A campanha poderá ser veiculada nos veículos de comunicação com diferentes peças publicitárias, tais como: Anúncios em jornais, spots em rádios, vts em televisão, banners em sites, painéis suspensos e outdoor espalhados pela cidade.

Em relação ao item 6.2.3 exemplos de peças serão roteiro ou storyboard para tv, roterio ou storyboard para rádio, peças para internet, outdoor e anuncio em jornal tamanho ½ pg colorida.

Em relação ao terceiro questionamento aonde leem-se painel suspenso quer dizer Frontlight.

_____

Fábio Albuquerque da Silva

Presidente da comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

PORTARIA 007/2017 SECRETARIA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº. 007/2017

"DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS PARA ANÁLISE CURRICULAR E SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO, ADI's E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Ilustríssima Senhora Joliene Maria Moreira do Espírito Santo, Secretaria Municipal de Educação, no uso das suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a necessidade de Contratação Temporária de Profissionais do Magistério, ADI's, Auxiliar de Serviços Gerais para compor o quadro de profissionais da Educação Municipal;

Resolve:

Art. 1° - Determinar que a equipe para análise curricular e seleção dos Profissionais do Magistério, ADI's e Auxiliar de Serviços Gerais, seja composta da seguinte forma:

I- Irene Luzia da Silva - Representante da Sec. M. de Educação;

II- Maria Aparecida de Lima Geraldino - Diretora da E. A. R. de Arruda e Escolas do Campo;

III- Larissa Cristina da Silva - Representante do RH da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - São requisitos essenciais para inscrição:

I- Ser brasileiro, ou quando de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, na forma da lei;

II- Estar no gozo dos direitos civis e políticos;

III- Estar quites com as obrigações eleitorais e militares;

IV- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data da inscrição;

V- Não possuir vínculo empregatício em outra instituição de Ensino;

§ 1º- São requisitos específicos para inscrição para o cargo de professor da educação básica I:

I- Ser portador de título de Curso normal superior ou licenciatura plena em pedagogia, com habilitação especifica para a docência na educação infantil, e ou, nas séries iniciais do ensino fundamental e os incisos I ao V do Art. 2º.

§ 2º- São requisitos específicos para inscrição para o cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil - ADI:

I- Ensino Médio Completo e curso de cuidador infantil e os incisos I ao V do Art. 2º.

§ 3º- São requisitos específicos para inscrição para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais:

I- Ensino Médio Completo e os incisos I ao V do Art. 2º.

Art. 3º- As inscrições serão realizadas na Escola Amâncio Ramos de Arruda, estabelecida sito à Av. Honorato Pedroso de Barros, s/nº, Bairro Cidade Alta, em Acorizal-MT, nas datas de 02/03/2017 a 03/03/2017, em horário de expediente normal das 07:30 às 11:00 horas e das 13:00 as 17:00 horas.

Parágrafo Único – Os candidatos deverão preencher os requisitos constantes nos incisos I ao V do Art. 2º e se apresentar para efetivação de suas inscrições munidos dos documentos pessoais, curriculum vitae, diplomas e ou, certificados de conclusão de curso.

Art. 4º- Os resultados da seleção, serão divulgados no dia 06/03/2017, com afixação no mural da Escola Amancio Ramos de Arruda.

Parágrafo Único – Os candidatos selecionados deverão se apresentar para contratação e inicio das atividades no dia 07/03/2017.

Art. 5º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Acorizal-MT, 23 de fevereiro de 2017.

_____

Joliene Maria Moreira do Espírito Santo

Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
CONVÊNIO Nº. 004/2017

Convenente: MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/MT.

Conveniado: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR DA CRIANÇA DE ÁGUA BOA

Objeto: O presente convênio tem por objeto o repasse financeiro pelo Município a Associação Beneficente Lar da Criança de Água Boa, à Título de Cooperação Técnica-Financeira entre partícipes; consistindo no repasse de recursos financeiros por parte da Concedente, tendo como objetivo dar suporte temporário às crianças e adolescente até o ponto de estabelecerem-se emocionalmente e socialmente e devolvê-los à sociedade.

Valor: R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais), e serão repassados em 12 (doze) parcelas iguais de R$ 3.000,00 (Três mil reais).

Vigência: 31.12.2017

Data: 22.02.2017

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
CONTRATO Nº. 018/2017 DE PERMUTA DE BENS IMÓVEIS

PERMUTANTE (A): Município de Água Boa

PERMUTANTE (B): Associação Atlética Banco do Brasil de Água Boa - AABB

OBJETO: Permuta recíproca dos imóveis abaixo descriminados:

IMÓVEL 1 - de propriedade do **PERMUTANTE A**, imóvel, situados no "Loteamento Cidade de Água Boa" (Setor Industrial): Lote 12, quadra 51 com uma metragem de 1.000 m² (Hum mil metros quadrados), conforme matricula 9.740 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Água Boa; livre de qualquer ônus ou litígio.

IMÓVEL 2 – de propriedade do **PERMUTANTE B**, faixa de terras com 963 m² (Novecentos sessenta três metros quadrados).

PERMUTA:

O PERMUTANTE A, transfere ao **PERMUTANTE B**, a partir da assinatura deste contrato a posse e os direitos sobre o bem imóvel descrito na cláusula anterior (Imóvel 1).

O PERMUTANTE B, transfere ao **PERMUTANTE A**, a partir da assinatura deste instrumento, a posse e os direitos sobre o bem imóvel descrito na cláusula anterior (imóvel 2).

Água Boa, 23 de Fevereiro de 2017.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO DE PREGÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 REGISTRO DE PREÇO N° 004/2017

A Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista – MT, torna público para conhecimento de interessados, que, com base na Lei no 10.520/2002, Dec. Mun. 019/2009, 001/2010, subsidiaria na Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, aviso de resultado de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para "Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de LUBRIFICANTES para atender todas as Secretarias do município". Aberta no dia 03 de Março de 2017, às 13:00 horas, teve como vencedor a empresa LEONARDO ANTONIO DE CASTRO 01387777130 com valor total de R$ 132.598,00.

Alto Boa Vista, 03 de Março de 2017.

Cristiano Rubin Parizotto

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS – MT.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2017.

O senhor CLAUDINEI SINGOLANO, Prefeito Municipal de Alto Garças – MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado 001/2017, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Coronel Cajango, nº 1369, Centro, no horário das 12:00 as 18:00 horas, no prazo de 30 (TRINTA) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, ocasionando a perda da respectiva vaga:

Cargo: Professor II – Português/Inglês

04	**Cintia Alves de Oliveira**

Alto Garças – MT, 02 de Março de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

ALINE ARAÚJO PEREIRA DE MORAES

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2017

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 164 DE 01 DE MARÇO DE 2017

Remove a servidora pública que menciona, do e para o órgão que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município e demais normas correlatas:

R E S O L V E:

Art. 1º - Remover e lotar a servidora pública municipal **DALZIRENE RIBEIRO E SILVA**, lotada na Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Turismo, no cargo de **Auxiliar Administrativo, para a Secretaria Muni-**

cipal de Saúde, sem prejuízo dos direitos funcionais formal e legalmente adquiridos.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 01 de Março de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADM 026/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA
N° 026/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a). **NELCENY MARIA DO NASCIMENTO ,** brasileiro (a) , portador (a) do RG nº **1084409-0** SSP/PR e CPF n. **797.583.471-87**, residente e domiciliado na Rua Sete de Setembro, Centro em Alto Paraguai - MT, a seguir denominada **CONTRATADO** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **SAÚDE**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93

JORNADA DE TRABALHO - jornada de trabalho durante a vigência do contrato será de **12/36 hs semanais**

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. – A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA(O) pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de R$ 949,78 (novecentos e quarenta e nove reais, setenta e oito centavos) mais 25% de insalubridade, perfazendo o valor total de R$ 1.187,22 (hum mil, cento e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos)

DO PRAZO - O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **01/02/2017** e término de pleno direito em **30/04/2017**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA no presente contrato, podendo ser RESCINDINDO caso seja finalizado o processo seletivo antes do encerramento do prazo de vigência, assim como também poderá ser PRORROGADO dentro dos ditames legais o presente CONTRATO haja vista não for concluído o processo seletivo e ou concurso público que devera se realizar ainda nos próximos dias

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2017 na seguinte rubrica: 581 **– 07.001.10.122.0017.2107.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO - O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora **ANDREIA BARROS FIGUEIRO**, portadora do **RG n. 142219-5** e **CPF n. 918. 837.331.20 – DIRETORA ADMINISTRATIVA DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL**

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 15 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Nelceny Maria do Nascimento
Prefeita Municipal	Contratado (a)

Gilbert de Sousa Lima Andreia Barros Figueiro

Sec. Saúde/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE **CONTRATO N. 026/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 15/02/2017

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADM 028/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA
N° 028/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a). **APARECIDA SILVA CRUZ ,** brasileiro (a) , portador (a) do RG nº **453713** SSP/PR e CPF n. **317.862.351-53**, residente e domiciliado na Rua Dois, Cohab Brilho do Sol em Alto Paraguai - MT, a seguir denominada **CONTRATADO** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM JUNTO AO PSF II,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **SAÚDE**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93

JORNADA DE TRABALHO - jornada de trabalho durante a vigência do contrato será de **40 hs semanais**.

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 937,00 (novecentos e quarenta e nove reais, setenta e oito centavos)** mais 25% de insalubridade, perfazendo o valor total de **R$ 1.171,25 (hum mil, cento e setenta e um reais e vinte e cinco centavos)**

DO PRAZO - O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **01/02/2017** e término de pleno direito em **30/04/2017**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA no presente contrato, podendo ser RESCINDINDO caso seja finalizado o processo seletivo antes do encerramento do prazo de vigência, assim como também poderá ser PRORROGADO dentro dos dita-

mes legais o presente CONTRATO haja vista não for concluído o processo seletivo e ou concurso público que devera se realizar ainda nos próximos dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2017 na seguinte rubrica: 338 **– 07.002.10.301.0014.2109.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO - O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora **ANGELITA BETHANIA DE LIMA MATOS, enfermeira efetiva do PSF II**, portadora do **RG n. 15302563** e **CPF n. 968.815.501.20**

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 15 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Aparecida Silva Cruz
Prefeita Municipal	Contratado (a)

Gilbert de Sousa Lima Angelita Bethania de Lima Matos

Sec. Saúde/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE **CONTRATO N. 028/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 15/02/2017

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 033/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA
N° 033/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a) **DRIELLY JULIANA DE LARA B. RODRIGUES ,** brasileiro, portador (a) do RG nº **1836384-9** SSP/MT e CPF n. **036.779.771-26**, residente e domiciliado na Av. Conceição, n. 467, Bairro São Benedito em Diamantino - MT, a seguir denominada **CONTRATADO (A)** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **PSICOLOGA EQUIPE VOLANTE junto ao CRAS,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **ASSISTENCIA SOCIAL**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93

JORNADA DE TRABALHO – jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **40** (quarenta)horas semanais

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 2.514,16 (dois mil, quinhentos e quatorze reais e dezesseis centavos**)

DO PRAZO - O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **01/02/2017** e término de pleno direito em **30/04/2017**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA (O) no presente contrato, podendo ser RESCINDINDO caso seja finalizado o processo seletivo antes do encerramento do prazo de vigência, assim como também poderá ser PRORROGADO dentro dos ditames legais o presente CONTRATO haja vista não for concluído o processo seletivo e ou concurso público que devera se realizar ainda nos próximos dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de **2017** na seguinte rubrica: 424 **– 08.003.241.0011.1068.339036**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO - O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora **KAPLICE A. MACHADO**, servidora efetiva, portadora do **RG n. 19721285** e **CPF n. 022.654.101-01**, servidora da **SEC. ASSISTENCIA SOCIAL.**

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 24 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Drielly Juliana de Lara B. Rodrigues
Prefeita Municipal	Contratado (a)

Robinson Walerio Dysarz Kaplice de A. Machado

Sec. Ass. Social/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE **CONTRATO N. 033/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 24/02/2017

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADM 029/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA
N° 029/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a). **EULINA XAVIER SILVA ,** brasileiro (a) , portador (a) do RG nº **0658807-7** SSP/MT e CPF n. **551.904.051-68**, residente e domiciliado na Rua Sete, casa 08, Q07- Cohab em Alto Paraguai - MT, a seguir denominada **CONTRATADO** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO - O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTOI,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **SAÚDE**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Human

JORNADA DE TRABALHO - A jornada de trabalho durante a vigência do contrato será de 12/36 **hs semanais**.

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 937,00 (novecentos e quarenta e nove reais, setenta e oito centavos)** mais 25% de insalubridade, perfazendo o valor total de **R$ 1.171,25 (hum mil, cento e setenta e um reais e vinte e cinco centavos)**

DO PRAZO - O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **01/02/2017** e término de pleno direito em **30/04/2017**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA no presente contrato, podendo ser RESCINDINDO caso seja finalizado o processo seletivo antes do encerramento do prazo de vigência, assim como também poderá ser PRORROGADO dentro dos ditames legais o presente CONTRATO haja vista não for concluído o processo seletivo e ou concurso público que devera se realizar ainda nos próximos dias

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2017 na seguinte rubrica: 338 **– 07.002.10.301.0014.2109.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO - O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora **ANDREIA BARROS FIGUEIRO**, portadora do **RG n. 142219-5** e **CPF n. 918. 837.331.20 – DIRETORA ADMINISTRATIVA DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL.**

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 15 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Eulina Xavier Silva
Prefeita Municipal	Contratado (a)

Gilbert de Sousa Lima Andreia Barros Figueiro

Sec. Saúde/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE **CONTRATO N. 029/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 15/02/2017

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADM 021/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA
N° 021/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/ 0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a). **APARECIDA LIMA DE SANTANA ,** brasileiro (a) , portador (a) do RG nº **3747410-0** SSP/PR e CPF n. **390.822.379-20**, residente e domiciliado na Rua Um, Bairro Vale do Sol em Diamantino - MT, a seguir denominada **CONTRATADO** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **SAÚDE**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93

JORNADA DE TRABALHO - jornada de trabalho durante a vigência do contrato será de **12/36 hs semanais**.

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 949,78 (novecentos e quarenta e nove reais, setenta e oito centavos)** mais 25% de insalubridade, perfazendo o valor total de **R$ 1.187,22 (hum mil, cento e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos)**

DO PRAZO - O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **01/02/2017** e término de pleno direito em **30/04/2017**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA no presente contrato, podendo ser RESCINDINDO caso seja finalizado o processo seletivo antes do encerramento do prazo de vigência, assim como também poderá ser PRORROGADO dentro dos ditames legais o presente CONTRATO haja vista não for concluído o processo seletivo e ou concurso público que devera se realizar ainda nos próximos dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2017 na seguinte rubrica: 338 **– 07.002.10.301.0014.2109.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO - O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora **ANDREIA BARROS FIGUEIRO**, portadora do **RG n. 142219-5** e **CPF n. 918. 837.331.20 – DIRETORA ADMINISTRATIVA DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL**

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 15 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Aparecida Lima de Santana
Prefeita Municipal	Contratado (a)

Gilbert de Sousa Lima Andreia Barros Figueiro

Sec. Saúde/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE **CONTRATO N. 021/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 15/02/2017

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADM 033/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA
N° 033/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o Sr. **CAMILA DE OLIVEIRA AGUIAR ,** brasileira, portadora do RG nº **1981610-3** SSP/MT e CPF n. **040.602.181.38**, residente e domiciliado na Rua da Usina, Bairro Fazenda Velha em Alto Paraguai - MT, a seguir denominada **CONTRATADO** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **APOIO ADM. I JUNTO A CRECHE,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **EDUCAÇÃO**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Con-

trole Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93

JORNADA DE TRABALHO - jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 25horas semanais;

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais**)

DO PRAZO - O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de 01**/02/2017** e término de pleno direito em **31/03/2017**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA no presente contrato, podendo ser RESCINDINDO caso seja finalizado o processo seletivo antes do encerramento do prazo de vigência, assim como também poderá ser PRORROGADO dentro dos ditames legais o presente CONTRATO haja vista não for concluído o processo seletivo e ou concurso público que devera se realizar ainda nos próximos dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2017 na seguinte rubrica: 268 **– 06.004.27.812.0030.1078.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO.- – O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora **GISÉLIA ANTONIA DA SILVA**, professora efetiva, portadora do **RG n. 1205465-8** e **CPF n. 850.165.191-53**, servidora da **SEC. EDUCAÇÃO**, exercendo a função de **ASSESSORA PEDAGOGICA.**

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 24 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Camila de Oliveira Aguiar
Prefeita Municipal	Contratado

Sandra Maria Carvalho de Santana Gisélia Antonia da Silva

Sec. Educação/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE CONTRATO N. **033/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 24/02/2017

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADM 032/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA
N° 032/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o Sr. **SAULO BONFIM DE OLIVEIRA ,** brasileiro, portador do RG nº **18707497-1** SSP/MT e CPF n. **018.184.231-97**, residente e domiciliado na Rua Mascarenhas de Moraes, Centro em Alto Paraguai - MT, a seguir denominada **CONTRATADO** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **TREINADOR DE MODALIDADES ESPORTIVAS,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **EDUCAÇÃO**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93

JORNADA DE TRABALHO - jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **40** (quarenta)horas semanais;

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 2.514,16 (dois mil, quinhentos e quatorze reais e dezesseis centavos**)

DO PRAZO – O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de 17**/02/2017** e término de pleno direito em **30/04/2017**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA no presente contrato, podendo ser RESCINDINDO caso seja finalizado o processo seletivo antes do encerramento do prazo de vigência, assim como também poderá ser PRORROGADO dentro dos ditames legais o presente CONTRATO haja vista não for concluído o processo seletivo e ou concurso público que devera se realizar ainda nos próximos dias

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2017 na seguinte rubrica: 268 **– 06.004.27.812.0030.1078.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO - O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora **GISÉLIA ANTONIA DA SILVA**, professora efetiva, portadora do **RG n. 1205465-8** e **CPF n. 850.165.191-53**, servidora da **SEC. EDUCAÇÃO**, exercendo a função de **ASSESSORA PEDAGOGICA**

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 24 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 17 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Saulo Bonfim de Oliveira
Prefeita Municipal	Contratado

Sandra Maria Carvalho de Santana Gisélia Antonia da Silva

Sec. Educação/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE CONTRATO N. **032/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 24/02/2017

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADM 023/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA
N° 023/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a). **MARLENE GOMES DA SILVA ,** brasileiro (a) , portador (a) do RG nº **1850692-5** SSP/MT e CPF n. **033.305.341-92**, residente e domiciliado na Estrada Capão Verde, Rural em Capão Verde em Alto Paraguai - MT, a seguir denominada **CONTRATADO** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM JUNTO A ZONA RURAL,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **SAÚDE**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93

JORNADA DE TRABALHO - jornada de trabalho durante a vigência do contrato será de 40 (quarenta) horas semanais.

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 949,78 (novecentos e quarenta e nove reais, setenta e oito centavos)** mais 25% de insalubridade, perfazendo o valor total de **R$ 1.187,22 (hum mil, cento e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos)**

DO PRAZO - O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **01/02/2017** e término de pleno direito em **30/04/2017**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA no presente contrato, podendo ser RESCINDINDO caso seja finalizado o processo seletivo antes do encerramento do prazo de vigência, assim como também poderá ser PRORROGADO dentro dos ditames legais o presente CONTRATO haja vista não for concluído o processo seletivo e ou concurso público que devera se realizar ainda nos próximos dias

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2017 na seguinte rubrica: 338 **– 07.002.10.301.0014.2109.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO - O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora **LUCIA PATRICIA SANTOS OLIVEIRA**, portadora do **RG n. 18904211**e **CPF n. 019.842.341.10 lotada junto a Sec. Saúde.**

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 15 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Marlene Gomes da Silva
Prefeita Municipal	Contratado (a)

Gilbert de Sousa Lima Lucia Patricia Santos Oliveira

Sec. Saúde/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE **CONTRATO N. 023/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 15/02/2017

JURIDICO
PORTARIA 177/2017 - FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA 177/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar a servidora **SANDRA MARIA CARVALHO DE SANTANA, portadora do RG n° 188858-SSP/MT e do CPF n° 384.628.341. 04**, para exercer a função de **FISCAL DOS CONTRATOS** abaixo relacionados:

CONTRATO n. 004/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e o **Sr. DEMILSON SOUZA DA SILVA, CPF: 651.882.501-44;**

CONTRATO N.005/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e o **Sr. LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO FILHO, CPF: 009. 929.221-19.**

CONTRATO N.032/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e o **Sr. SAULO BONFIM DE OLIVEIRA, CPF: 018.184.231-97.**

CONTRATO N.033/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai ea **Sra. CAMILA DE OLIVEIRA AGUIAR, CPF: 040.602.181-38**

CONTRATO N.031/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e o **Sr. ODONLEY NUNES LOIOLA, CPF: 945.709.571-53.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT,22 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro do corrente ano.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADM 031/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA
N° 031/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o Sr. **ODONLEY NUNES LOIOLA ,** brasileiro, portador do RG nº **1837052-7** SSP/MT e CPF n. **945.709.571-53**, CNH AD, residente e domiciliado na Rua Quinze de Novembro, Bairro Centro em Alto Paraguai - MT, a seguir denominada **CONTRATADO** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **MOTORISTA junto ao TRANSPORTE ESCOLAR,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **EDUCAÇÃO**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93

JORNADA DE TRABALHO – jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **40** (quarenta)horas semanais

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 1.361,80 (hum mil, trezentos e sessenta e um reais e oitenta centavos**)

DO PRAZO - O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **01/02/2017** e término de pleno direito em **31/03/2017**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA no presente contrato, podendo ser RESCINDINDO caso seja finalizado o processo seletivo antes do encerramento do prazo de vigência, assim como também poderá ser PRORROGADO dentro dos ditames legais o presente CONTRATO haja vista não for concluído o processo seletivo e ou concurso público que devera se realizar ainda nos próximos dias

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2017 na seguinte rubrica: 217 **– 06.002.12.361.0029.2040.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO. – O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora GISÉLIA ANTONIA DA SILVA, professora efetiva, portadora do RG n. 1205465-8 e CPF n. 850.165.191-53, servidora da SEC. EDUCAÇÃO, exercendo a função de ASSESSORA PEDAGOGICA

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 24 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Odonley Nunes Loiola
Prefeita Municipal	Contratado

Sandra Maria Carvalho de Santana Gisélia Antonia da Silva

Sec. Educação/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE CONTRATO N. **031/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 24/02/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 206/2017

PORTARIA 206/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Exonerar á pedido a Sra. **ADILAINE APARECIDA DE LIMA**, portadora do **RG N° 2403421-5** SSP/MT, e do **CPF N° 039.534.991-57,** do cargo Efetivo **AGENTE DE COMUNITÁRIA DE SAÚDE (ACS), lotado junto á Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Mun. de Alto Paraguai – MT, 02 de Março de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

Prefeita Municipal

JURIDICO
PORTARIA 182/2017 - PORTARIA FISCAL CONTRATOS SINFRA

PORTARIA 182/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar o servidor **FRANCISCO CARLOS DE A. BARROS – SEC. MUNICIPAL DE SINFRA, portador do RG n° 0283863-0 SSP/MT e do CPF n° 171.677.281.87**, para exercer a função de **FISCAL DOS CONTRATOS** abaixo relacionados:

CONTRATO n. 009/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **CRISTIANO MENDES DE SOUZA, CPF: 029.518.291-16;**

CONTRATO n. 010/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **ALEXANDRE SOUZA REIS, CPF: 073.947.256-93;**

CONTRATO n. 011/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **FABIO PEREIRA TEIXEIRA, CPF: 030.143.611-86;**

CONTRATO n. 012/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **ELVIS FERREIRA DA SILVA, CPF: 034.751.921-01;**

CONTRATO n. 013/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **ANTONIO FERREIRA DA SILVA, CPF: 755.387.501-59;**

CONTRATO n. 014/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **EUGENIO FERREIRA DA SILVA, CPF: 941.127.921-00;**

CONTRATO n. 015/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **JAMIL GUSMAO DE LARA, CPF: 998.144.801-00;**

CONTRATO n. 016/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **GETULIO MESQUITA DA SILVA, CPF: 270.184.071-68;**

CONTRATO n. 017/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **GEOVANE RICARDO SILVA R. JUNIOR, CPF: 049.171. 771-70;**

CONTRATO n. 018/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **JOSINELSON SOUZA ORMOND, CPF: 964.516.611-04;**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT,22 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro do corrente ano.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADM 005/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA
N° 005/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o Sr. **LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO FILHO ,** brasileiro, portador do RG nº **16621328** SSP/MT e CPF n. **009.929.221-19**, CNH AD, residente e domiciliado na Rua Sem denominação, Bairro Campo de Aviação em Alto Paraguai - MT, a seguir denominada **CONTRATADO** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **MOTORISTA junto ao TRANSPORTE ESCOLAR,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **EDUCAÇÃO**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93

JORNADA DE TRABALHO – jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **40** (quarenta)horas semanais

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 1.361,80 (hum mil, trezentos e sessenta e um reais e oitenta centavos**)

DO PRAZO - O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **01/02/2017** e término de pleno direito em **31/03/2017**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA no presente contrato, podendo ser RESCINDINDO caso seja finalizado o processo seletivo antes do encerramento do prazo de vigência, assim como também poderá ser PRORROGADO dentro dos ditames legais o presente CONTRATO haja vista não for concluído o processo seletivo e ou concurso público que devera se realizar ainda nos próximos dias

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de **2017** na seguinte rubrica: 236 **– 06.002.12.361.0029.2214.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO. – O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora GISÉLIA ANTONIA DA SILVA, professora efetiva, portadora do RG n. 1205465-8 e CPF n. 850.165.191-53, servidora da SEC. EDUCAÇÃO, exercendo a função de ASSESSORA PEDAGOGICA

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 15 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Luiz Carlos do Nascimento Filho
Prefeita Municipal	Contratado

Sandra Maria Carvalho de Santana Gisélia Antonia da Silva

Sec. Educação/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE CONTRATO N. **005/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 15/02/2017

JURIDICO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 004/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 004/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o Sr. **DEMILSON SOUZA DA SILVA ,** brasileiro, portador do RG nº **951494** SSP/MT e CPF n. **651.882.501-44**, CNH AE, residente e domiciliado na Rua Mascarenhas de Moraes, Bairro Centro em Alto Paraguai - MT, a seguir denominada **CONTRATADO** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **MOTORISTA junto ao TRANSPORTE ESCOLAR,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **EDUCAÇÃO**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93.

JORNADA DE TRABALHO - jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **40** (quarenta)horas semanais;

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 1.361,80 (hum mil, trezentos e sessenta e um reais e oitenta centavos**)

DO PRAZO - O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **01/02/2017** e término de pleno direito em **31/03/2017**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA no presente contrato, podendo ser RESCINDINDO caso seja finalizado o processo seletivo antes do encerramento do prazo de vigência, assim como também poderá ser PRORROGADO dentro dos ditames legais o presente CONTRATO haja vista não for concluído o processo seletivo e ou concurso público que devera se realizar ainda nos próximos dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2017 na seguinte rubrica: 236 **– 06.002.12.361.0029.2214.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO- O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora **GISÉLIA ANTONIA DA SILVA**, professora efetiva, portadora do **RG n. 1205465-8** e **CPF n. 850.165.191-53**, servidora da **SEC. EDUCAÇÃO**, exercendo a função de **ASSESSORA PEDAGOGICA**

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 15 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Demilson Souza da Silva
Prefeita Municipal	Contratado

Sandra Maria Carvalho de Santana Gisélia Antonia da Silva

Sec. Educação/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE CONTRATO N. **004/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 15/02/2017

JURIDICO
PORTARIA 190/2017 - FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA 190/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar a servidora **SANDRA MARIA CARVALHO DE SANTANA, portadora do RG n° 188858-SSP/MT e do CPF n° 384.628.341.04**, para exercer a função de **FISCAL DO CONTRATO n. 030/2017** celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a empresa **VERA LUCIA ARRAES DA SILVA, CNPJ 20.206.205/0001-35, que tem por objeto TRANSPORTE ESCOLAR NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI – MT.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT,23 de fevereiro de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADM 030/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 030/2017em conformidade com o PREGÃO Nº 021/2016

Pelo presente instrumento,o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N°021/2016** publicado no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS (AMM), JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** CONTRATAR a empresa, **VERA LUCIA ARRAES DA SILVA,** CNPJ 20.206.205/0001.35, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001, Decreto Municipal Nº004/2009 e em conformidade com as disposições a seguir.

- DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, NA ZONA RURAL, PARA ATENDER SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NESTE MUNICÍPIO**, em conformidade com o ofício n. 074/2017 encaminhado pela Sec. Municipal de Educação SANDRA MARIA CARVALHO DE SANTANA e deferimento da Ilma Sra Prefeita Municipal.**

DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial nº 21/2016 e seus Anexos, vinculando-se, ainda, à proposta da contratada.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento dos serviços contratados, previstos nos Anexos III do edital, será efetuado mensalmente, pelo preço do quilômetro rodado, através de medição mensal dos itinerários contratados.

4.2. De acordo com a proposta comercial apresentada no Processo Licitatório, a Contratante pagará à Contratada as importâncias nos valores por quilômetro rodado em conformidade com a ata de registro de preço n. 0035/2016, ex vige:

FORNECEDOR: VERA LUCIA ARRAES DA SILVA, CNPJ 20.206.205/0001.35

Descrição da linha e horário	Tipo de Veículo	Destino/ Escola	Km/ Dia	Valor Km (R$)	Valor/ Dia R$
Ema/ Agua Santa/ Faz. Sr. Ari (matutino e noturno)	Veículo em ótimas condições de uso, com capacidade para 31 pessoas e deverão obedecer as disposições do Código de Trânsito Brasileiro.	E.E "Água Santa"/N. Esperança(EMA)	165 KM	3,99	658,35
Furnas? Agua Santa (vespertino)	Veículo em ótimas condições de uso, com capacidade para 31 pessoas e deverão obedecer as disposições do Código de Trânsito Brasileiro.	E.M. Nova Esperança (anexa E. E. Água Santa)	118 KM	4,12	486,16
Pedreiras/Agua Santa (vespertino, matutino e noturno)	Veículo em ótimas condições de uso, com capacidade para 31 pessoas e deverão obedecer as disposições do Código de Trânsito Brasileiro.	E. E. Agua Santa	210 KM	3,99	837,90

Nos preços contratados, deverão estar inclusos, **além do lucro**, todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre a execução dos serviços, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

O pagamento será feito mensalmente após verificação pelo Setor competente da Secretaria Municipal de Educação, do cumprimento da quilometragem efetivamente rodada, referente aos itinerários contratados e a correspondência com o total da quilometragem constante da Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

Os pagamentos serão efetuados mediante emissão do Termo de Constatação da Prestação de Serviços, assinado pelo Gestor de cada Unidade Escolar, após o recebimento da Nota Fiscal atestada por servidor responsável.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

A vigência do Contrato terá início na data de sua assinatura, encerrando-se em 31/08/2017, prazo este que, no interesse da Administração, poderá ser prorrogado através do termo aditivo, mantidas as prerrogativas da Lei nº 8.666/93, art. 65.

DA FONTE DE RECURSOS

As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Cód. Reduzido	Órgão/Unid. Orçam.	Projeto/Atividade	Elemento Despesa
237	06 002 12 361 0028	2214	339039 000000

Alto Paraguai, 23 de fevereiro de 2017 .

_____

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

_____

VERA LUCIA ARRAES DA SILVA

CNPJ 20.206.205/0001-35

CONTRATADA

SANDRA MARIA CARVALHO DE SANTANA

FISCAL DE CONTRATO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JURIDICO
PORTARIA 203/2017 - PORTARIA FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA 203/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar a servidora **MARIA ADELIA DALTRO DE SOUZA, portadora do RG n° 02872544 SSP/MT e do CPF n° 304.760.381.20**, para exercer a função de **FISCAL DOS CONTRATOS** abaixo relacionados:

CONTRATO n. 035/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **JULIA LETICIA COSTA SINZA, CPF: 049.569.881-41**

;

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 01 de março de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro do corrente ano.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADM 035/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA
N° 035/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a).**JULIA LETICIA COSTA SINZA ,** brasileira, portador (a) do RG nº **2494440-8** SSP/MT e CPF n. **049.569.881-41**, residente e domiciliado na Rua Barão de Melgaço, Centro em Alto Paraguai - MT, a seguir denominada **CONTRATADO (A)** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO - O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **AGENTE ADMINISTRATIVO junto ao DEPARTAMENTO DA TESOURARIA** na qualidade de servidor(a) temporário (a) com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93.

JORNADA DE TRABALHO - jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **40** (quarenta)horas semanais

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais**)

DO PRAZO - O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **07/02/2017** e término de pleno direito em 07**/05/2017**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA (O) no presente contrato, podendo ser RESCINDINDO caso seja finalizado o processo seletivo antes do encerramento do prazo de vigência, assim como também poderá ser PRORROGADO dentro dos ditames legais o presente CONTRATO haja vista não for concluído o processo seletivo e ou concurso público que devera se realizar ainda nos próximos dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de **2017** na seguinte rubrica: 043 **– 04.001.04.122.0002.2003.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO - O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora **MARIA ADELIA DALTRO DE SOUZA**, servidora efetiva, portadora do **RG n. 02872544** e **CPF n. 304.760.381.20**, chefe do Depto da Tesouraria.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 24 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 07 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Julia Leticia Costa Sinza
Prefeita Municipal	Contratado (a)

Maria Adelia Daltro de Souza

Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE **CONTRATO N. 035/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 24/02/2017

JURIDICO
PORTARIA 178/2017 - FISCAL DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA 178/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar a servidora **GISÉLIA ANTONIA DA SILVA, portadora do RG n° 1205465-8-SSP/MT e do CPF n° 850.165.191.53**, para exercer a função de **FISCAL DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS** abaixo relacionados:

CONTRATO n. 004/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e o **Sr. DEMILSON SOUZA DA SILVA, CPF: 651.882.501-44;**

CONTRATO N.005/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e o **Sr. LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO FILHO, CPF: 009. 929.221-19.**

CONTRATO N.032/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e o **Sr. SAULO BONFIM DE OLIVEIRA, CPF: 018.184.231-97.**

CONTRATO N.033/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai ea **Sra. CAMILA DE OLIVEIRA AGUIAR, CPF: 040.602.181-38**

CONTRATO N.031/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e o **Sr. ODONLEY NUNES LOIOLA, CPF: 945.709.571-53.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT,22 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro do corrente ano.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
PORTARIA 181/2017 - FISCAL DE EXECUCAO DE CONTRATOS DA SEC. SINFRA

PORTARIA 181/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar a servidora **, ZULEIDE LEITE ROCHA, portadora do RG n° 1335951-7 SSP/MT e do CPF n° 901.338.541.91**, para exercer a função de **FISCAL DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS** abaixo relacionados:

CONTRATO n. 009/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **CRISTIANO MENDES DE SOUZA, CPF: 029.518.291-16;**

CONTRATO n. 010/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **ALEXANDRE SOUZA REIS, CPF: 073.947.256-93;**

CONTRATO n. 011/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **FABIO PEREIRA TEIXEIRA, CPF: 030.143.611-86;**

CONTRATO n. 012/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **ELVIS FERREIRA DA SILVA, CPF: 034.751.921-01;**

CONTRATO n. 013/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **ANTONIO FERREIRA DA SILVA, CPF: 755.387.501-59;**

CONTRATO n. 014/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **EUGENIO FERREIRA DA SILVA, CPF: 941.127.921-00;**

CONTRATO n. 015/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **JAMIL GUSMAO DE LARA, CPF: 998.144.801-00;**

CONTRATO n. 016/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **GETULIO MESQUITA DA SILVA, CPF: 270.184.071-68;**

CONTRATO n. 017/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **GEOVANE RICARDO SILVA R. JUNIOR, CPF: 049.171. 771-70;**

CONTRATO n. 018/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **JOSINELSON SOUZA ORMOND, CPF: 964.516.611-04;**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT,22 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro do corrente ano.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 140/2017

PORTARIA 140/2017

Art. 1º. – Dar Posse a Sraº.ADILAINE APARECIDO DE LIMA, portadora do **RG N° 2403421-5 SSP/MT** e do **CPF N° 039.534.991-57**, para exercer o cargo EfetivadeTÉCNICO ADMINISTARTIVO ESCOLAR, **25** horas, em caráter de estágio probatório, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme aprovação no concurso público realizado 001/2014 em 07/12/ 2014, Homologado pelo Decreto Municipal 05/2015 de 29/02/2015, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ano X, Nº 2157 de 03/02/2015 pagina 5, da Associação Mato-grossense dos Municípios, e EDITAL DE CONVOCAÇÃO 05/2017 de 03/02/2017, publicado AMM.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Mun. de Alto Paraguai – MT, 03 de Março de 2017.

DIANE V.DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
PORTARIA 202/2017 - FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA 202/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar o servidor **GILBERT DE SOUSA LIMA – SEC. MUNICIPAL DE SAUDE, portador do RG n° M-6.750.817SSP/MT e do CPF n° 551.388.881.53**, para exercer a função de **FISCAL DOS CONTRATOS** abaixo relacionados:

CONTRATO n. 034/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **GISELE CRISTINA DOS S. PEREIRA, CPF: 041.993.951-21;**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 01 de março de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro do corrente ano.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
PORTARIA 186/2017 - PORTARIA FISCAL DE EXECUCAO DE CONTRATO

PORTARIA 186/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar a servidora **LUCIA PATRICIA DOS SANTOS OLIVEIRA , portadora do RG n° 18904211 SSP/MT e do CPF n° 019.842.341. 10**, para exercer a função de **FISCAL DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS** abaixo relacionados:

CONTRATO n. 023/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **MARLENE GOMES DA SILVA, CPF: 033.305.341-92;**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT,22 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro do corrente ano.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
PORTARIA 185/2017 - PORTARIA FISCAL DE EXECUCAO DE CONTRATO

PORTARIA 185/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar a servidora **ANGELITA BETHANIA DE LIMA MATOS , portadora do RG n° 15302563 SSP/MT e do CPF n° 968.815.501.20**, para exercer a função de **FISCAL DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS** abaixo relacionados:

CONTRATO n. 022/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **ANDRIELE CRISTINA DA S. M. JESUS, CPF: 042.588. 841-03;**

CONTRATO n. 028/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **APARECIDA SILVA CRUZ, CPF: 317.862.351-53;**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT,22 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro do corrente ano.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
PORTARIA 183/2017 - FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA 183/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar o servidor **GILBERT DE SOUSA LIMA – SEC. MUNICIPAL DE SAUDE, portador do RG n° M-6.750.817SSP/MT e do CPF n° 551.388.881.53**, para exercer a função de **FISCAL DOS CONTRATOS** abaixo relacionados:

CONTRATO n. 019/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **GUTEVI FERRER DA S. FILHO, CPF: 969.565.501-72;**

CONTRATO n. 020/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **ZENILDA ALMEIDA CARNEIRO, CPF: 005.588.281-16;**

CONTRATO n. 021/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **APARECIDA LIMA DE SANTANA, CPF: 390.822.379-20;**

CONTRATO n. 022/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **ANDRIELE CRISTINA DA S. M. JESUS, CPF: 042.588. 841-03;**

CONTRATO n. 023/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **MARLENE GOMES DA SILVA, CPF: 033.305.341-92;**

CONTRATO n. 024/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **VILMA MOREIRA VITOR, CPF: 651.846.371-68;**

CONTRATO n. 025/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **EVANIL LARA DA SILVA, CPF: 012.333.881-69;**

CONTRATO n. 026/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **NELCENY MARIA DO NASCIMENTO, CPF: 797.583.471-87;**

CONTRATO n. 027/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **ERIKA REGINA PADILHA, CPF: 042.961.641-47;**

CONTRATO n. 028/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **APARECIDA SILVA CRUZ, CPF: 317.862.351-53;**

CONTRATO n. 029/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **EULINA XAVIER SILVA, CPF: 551.904.051-68;**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT,22 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro do corrente ano.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADM 024/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA
N° 024/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a). **VILMA MOREIRA VITOR ,** brasileiro (a) , portador (a) do RG nº **484352** SSP/MT e CPF n. **651.846.371-68**, residente e domiciliado na Rua Cohab Eldorado, n. 151, Bairro Bela Vista em Alto Paraguai - MT, a seguir denominada **CONTRATADO** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **COZINHEIRA JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **SAÚDE**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93

JORNADA DE TRABALHO – jornada de trabalho durante a vigência do contrato será de 40 (quarenta) horas semanais

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais**) mais 10% de insalubridade, perfazendo o valor total de **R$ 1.030,70 (hum mil, trinta reais e setenta centavos)**

DO PRAZO - O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **01/02/2017** e término de pleno direito em **30/04/2017**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA no presente contrato, podendo ser RESCINDINDO caso seja finalizado o processo seletivo antes do encerramento do prazo de vigência, assim como também poderá ser PRORROGADO dentro dos ditames legais o presente CONTRATO haja vista não for concluído o processo seletivo e ou concurso público que devera se realizar ainda nos próximos dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2017 na seguinte rubrica: 581 **– 07.001.10.122.0017.2107.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO - O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora **ANDREIA BARROS FIGUEIRO**, portadora do **RG n. 142219-5** e **CPF n. 918. 837.331.20 – DIRETORA ADMINISTRATIVA DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL**

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 15 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Vilma Moreira Vitor
Prefeita Municipal	Contratado (a)

Gilbert de Sousa Lima Andreia Barros Figueiro

Sec. Saúde/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE **CONTRATO N. 024/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 15/02/2017

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADM 025/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 025/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a). **EVANIL LARA DA SILVA ,** brasileiro (a) , portador (a) do RG nº **1806898-7** SSP/MT e CPF n. **012.333.881-69,** residente e domiciliado na Rua Um, Cohab Brilho do Sol em Alto Paraguai - MT, a seguir denominada **CONTRATADO** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO - O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **LAVADEIRA JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **SAÚDE**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93.

JORNADA DE TRABALHO – jornada de trabalho durante a vigência do contrato será de 40 (quarenta) horas semanais

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. - A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais**) mais 10% de insalubridade, perfazendo o valor total de **R$ 1.030,70 (hum mil, trinta reais e setenta centavos)**

DO PRAZO - O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **01/02/2017** e término de pleno direito em **30/04/2017**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA no presente contrato, podendo ser RESCINDINDO caso seja finalizado o processo seletivo antes do encerramento do prazo de vigência, assim como também poderá ser PRORROGADO dentro dos ditames legais o presente CONTRATO haja vista não for concluído o processo seletivo e ou concurso público que devera se realizar ainda nos próximos dias

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2017 na seguinte rubrica: 581 **– 07.001.10.122.0017.2107.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO - O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora **ANDREIA BARROS FIGUEIRO**, portadora do **RG n. 142219-5** e **CPF n. 918. 837.331.20 – DIRETORA ADMINISTRATIVA DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL**

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 15 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Evanil Lara da Silva
Prefeita Municipal	Contratado (a)

Gilbert de Sousa Lima Andreia Barros Figueiro

Sec. Saúde/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE **CONTRATO N. 025/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 15/02/2017

JURIDICO
PORTARIA 184/2017 - PORTARIA FISCAL DE EXECUCAO DE CONTRATOS

PORTARIA 184/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar a servidora **ANDREIA BARROS FIGUEIRO, portadora do RG n° 142219-5 SSP/MT e do CPF n° 918.837.331.20**, para exercer a função de **FISCAL DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS** abaixo relacionados:

CONTRATO n. 019/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **GUTEVI FERRER DA S. FILHO, CPF: 969.565.501-72;**

CONTRATO n. 020/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **ZENILDA ALMEIDA CARNEIRO, CPF: 005.588.281-16;**

CONTRATO n. 021/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **APARECIDA LIMA DE SANTANA, CPF: 390.822.379-20;**

CONTRATO n. 024/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **VILMA MOREIRA VITOR, CPF: 651.846.371-68;**

CONTRATO n. 025/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **EVANIL LARA DA SILVA, CPF: 012.333.881-69;**

CONTRATO n. 026/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **NELCENY MARIA DO NASCIMENTO, CPF: 797.583.471-87;**

CONTRATO n. 027/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **ERIKA REGINA PADILHA, CPF: 042.961.641-47;**

CONTRATO n. 029/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e **EULINA XAVIER SILVA, CPF: 551.904.051-68;**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT,22 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro do corrente ano.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADM 020/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA
N° 020/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a). **ZENILDA ALMEIDA CARNEIRO ,** brasileiro (a) , portador (a) do RG nº **1578580-7** SSP/MT e CPF n. **005.588.281-16**, residente e domiciliado na Rua B, 21, Bairro São Pedro em Alto Paraguai - MT, a seguir denominada **CONTRATADO** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO - O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **RECEPCIONISTA JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **SAÚDE**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93.

JORNADA DE TRABALHO - jornada de trabalho durante a vigência do contrato será de 40 (quarenta) horas semanais sendo das 07:00 as 17:00 horas.

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais**) mais 10% de insalubridade, perfazendo o valor total de **R$ 1.030,70 (hum mil, trinta reais e setenta centavos)**

DO PRAZO - O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **01/02/2017** e término de pleno direito em **30/04/2017**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA no presente contrato, podendo ser RESCINDINDO caso seja finalizado o processo seletivo antes do encerramento do prazo de vigência, assim como também poderá ser PRORROGADO dentro dos ditames legais o presente CONTRATO haja vista não for concluído o processo seletivo e ou concurso público que devera se realizar ainda nos próximos dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2017 na seguinte rubrica: 581 **– 07.001.10.122.0017.2107.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO - O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora **ANDREIA BARROS FIGUEIRO**, portadora do **RG n. 142219-5** e **CPF n. 918. 837.331.20 – DIRETORA ADMINISTRATIVA DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL**

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 15 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Zenilda Almeida Carneiro
Prefeita Municipal	Contratado (a)

Gilbert de Sousa Lima Andreia Barros Figueiro

Sec. Saúde/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE **CONTRATO N. 020/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 15/02/2017

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADM 019/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA
N° 019/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a). **GUTEVI FERRER DA SILVA FILHO ,** brasileiro (a) , portador (a) do RG nº **1502874-7** SSP/MT e CPF n. **969.565.501-72**, residente e domiciliado na Rua Barão de Melgaço, s/n., Centro em Alto Paraguai - MT, a seguir denominada **CONTRATADO** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO- O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **VIGIA JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **SAÚDE**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93.

JORNADA DE TRABALHO - jornada de trabalho durante a vigência do contrato será das 19:00 as 07:00 horas

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. -A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais**) mais 30% de periculosidade e adicional noturno;

DO PRAZO - – O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **01/02/2017** e término de pleno direito em **30/04/2017**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA no presente contrato, podendo ser RESCINDINDO caso seja finalizado o processo seletivo antes do encerramento do prazo de vigência, assim como também poderá ser PRORROGADO dentro dos ditames legais o presente CONTRATO haja vista não for concluído o processo

seletivo e ou concurso público que devera se realizar ainda nos próximos dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2017 na seguinte rubrica: 581 **– 07.001.10.122.0017.2107.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO - O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora **ANDREIA BARROS FIGUEIRO**, portadora do **RG n. 142219-5** e **CPF n. 918. 837.331.20 – DIRETORA ADMINISTRATIVA DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL**

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 15 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Gutevi Ferrer da Silva Filho
Prefeita Municipal	Contratado (a)

Gilbert de Sousa Lima Andreia Barros Figueiro

Sec. Saúde/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE **CONTRATO N. 019/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 15/02/2017

JURIDICO
PORTARIA 199/2017- FISCAL DO CONTRATO N. 033/2017

PORTARIA 199/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar o servidor **, Sr. ROBINSON WALERIO DYSARZ – SEC. MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, portador do RG n° 404575-SSP/MT e do CPF n° 314.312.831.34**, para exercer a função de **FISCAL DO CONTRATO n. 033/2017** celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a **Sra. DRIELLY JULIANA DE LARA B. RODRIGUES, CPF: 036.779.771-26;**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 01 de março de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro do corrente ano.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar o servidor **, Sr. ROBINSON WALERIO DYSARZ – SEC. MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, portador do RG n° 404575-SSP/MT e do CPF n° 314.312.831.34**, para exercer a função de **FISCAL DO CONTRATO n. 033/2017** celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a **Sra. DRIELLY JULIANA DE LARA B. RODRIGUES, CPF: 036.779.771-26;**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 01 de março de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro do corrente ano.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO 018/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA
N° 018/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a). **JOSINELSON SOUZA ORMOND ,** brasileiro (a) , portador (a) do RG nº **1555752-9** SSP/MT e CPF n. **964.516.611-04**, residente e domiciliado na Rua Sete de Setembro, s/n., Centro em Alto Paraguai - MT, a seguir denominada **CONTRATADO** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO - O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **OPERADOR DE MÁQUINAS,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93.

JORNADA DE TRABALHO - jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **40** horas semanais.

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 2.000,00 (dois mil reais**)

DO PRAZO -O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **01/02/2017** e término de pleno direito em **31/03/2017**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA no presente contrato, podendo ser RESCINDINDO caso seja finalizado o processo seletivo antes do encerramento do prazo de vigência, assim como também poderá ser PRORROGADO dentro dos ditames legais o presente CONTRATO haja vista não for concluído o processo seletivo e ou concurso público que devera se realizar ainda nos próximos dias

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2017 na seguinte rubrica: 141 **– 05.002.15.451.0025.2234.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO - O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora **ZULEIDE LEITE ROCHA**, servidora efetiva, portadora do **RG n. 1335951-7** e **CPF n. 901.338.541.91**, servidora da **SEC. INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO.**

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 15 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Josinelson Souza Ormond
Prefeita Municipal	Contratado (a)

Francisco Carlos de A. Barros Zuleide Leite Rocha

Sec. Sinfra/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE **CONTRATO N. 018/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 15/02/2017

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADM 027/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA
N° 027/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a). **ERIKA REGINA PADILHA ,** brasileiro (a) , portador (a) do RG nº **2225290-8** SSP/MT e CPF n. **042.961.641-47,** residente e domiciliado na Rua Nove, n. 349, Bairro Catira em Alto Paraguai - MT, a seguir denominada **CONTRATADO** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO - O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **SERVIÇOS GERAIS JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **SAÚDE**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93

JORNADA DE TRABALHO – jornada de trabalho durante a vigência do contrato será de **12/36** horas semanais

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais**) mais 10% de insalubridade, perfazendo o valor total de **R$ 1.030,70 (hum mil, trinta reais e setenta centavos)**

DO PRAZO- O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **01/02/2017** e término de pleno direito em **30/04/2017**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA no presente contrato, podendo ser RESCINDINDO caso seja finalizado o processo seletivo antes do encerramento do prazo de vigência, assim como também poderá ser PRORROGADO dentro dos ditames legais o presente CONTRATO haja vista não for concluído o processo seletivo e ou concurso público que devera se realizar ainda nos próximos dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2017 na seguinte rubrica: 581 **– 07.001.10.122.0017.2107.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO - O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora **ANDREIA BARROS FIGUEIRO**, portadora do **RG n. 142219-5** e **CPF n. 918. 837.331.20 – DIRETORA ADMINISTRATIVA DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL.**

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 15 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Erika Regina Padilha
Prefeita Municipal	Contratado (a)

Gilbert de Sousa Lima Andreia Barros Figueiro

Sec. Saúde/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE **CONTRATO N. 027/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 15/02/2017

JURIDICO
PORTARIA 200/2017 - FISCAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO N. 033/2017

PORTARIA 200/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar a servidora **, KAPLICE ARAUJO MACHADO, portadora do RG n° 19721285 SSP/MT e do CPF n° 022.654.101-01**, para exercer a função de **FISCAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO n. 033/2017** celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a **Sra. DRIELLY JULIANA DE LARA B. RODRIGUES, CPF: 036.779.771-26;**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT,01 de março de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro do corrente ano.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
PORTARIA 180/2017 - FISCAL DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS SEC. ASS. SOCIAL

PORTARIA 180/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar a servidora **, KAPLICE ARAUJO MACHADO, portadora do RG n° 19721285 SSP/MT e do CPF n° 022.654.101-01**, para exercer a função de **FISCAL DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS** abaixo relacionados:

CONTRATO n. 006/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a **Sra. LORRAINE DA SILVA SIQUEIRA, CPF: 056.439. 091-70;**

CONTRATO N.008/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a **Sra. SUZANA SOARES BOABAIDE, CPF: 025.840.521-05.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT,22 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro do corrente ano.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
PORTARIA 179/2017 - FISCAL CONTRATO SEC. ASS. SOCIAL

PORTARIA 179/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar o servidor **, Sr. ROBINSON WALERIO DYSARZ – SEC. MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, portador do RG n° 404575-SSP/MT e do CPF n° 314.312.831.34**, para exercer a função de **FISCAL DOS CONTRATOS** abaixo relacionados:

CONTRATO n. 006/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a **Sra. LORRAINE DA SILVA SIQUEIRA, CPF: 056.439. 091-70;**

CONTRATO N.008/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a **Sra. SUZANA SOARES BOABAIDE, CPF: 025.840.521-05.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT,22 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro do corrente ano.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO 006/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA
N° 006/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a).**LORRAINE DA SILVA SIQUEIRA ,** brasileiro, portador (a) do RG nº **2095255-4** SSP/MT e CPF n. **056.439.091-70**, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso, s/n.,em Alto Paraguai - MT, a seguir denominada **CONTRATADO (A)** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO - O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO junto ao DEPARTAMENTO DE PROJETOS E PROGRAMAS SOCIAIS,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **ASSISTENCIA SOCIAL**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93.

JORNADA DE TRABALHO – jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **40** (quarenta)horas semanais

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. - A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais**)

DO PRAZO – O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **01/02/2017** e término de pleno direito em **30/04/2017**

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de **2017** na seguinte rubrica: 402 **– 08.002.08.244.0011.2083.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO - O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora **KAPLICE A. MACHADO**, servidora efetiva, portadora do **RG n. 19721285** e **CPF n. 022.654.101-01**, servidora da **SEC. ASSISTENCIA SOCIAL**

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 15 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Lorraine da Silva Siqueira
Prefeita Municipal	Contratado (a)

Robinson Walerio Dysarz Kaplice de A. Machado

Sec. Ass. Social/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE **CONTRATO N. 006/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 15/02/2017

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADM 008/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA
N° 008/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a).**SUZANA SOARES BOABAIDE ,** brasileiro (a), portador (a) do RG nº **1972545-0** SSP/MT e CPF n. **025.840.521-05**, residente e domiciliado na Rua São Pedro em Alto Paraguai - MT, a seguir denominada **CONTRATADO (A)** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **CONTINUA,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **ASSISTENCIA SOCIAL**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93

JORNADA DE TRABALHO – jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **40** (quarenta)horas semanais

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais**)

DO PRAZO – O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **01/02/2017** e término de pleno direito em **30/04/2017**

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de **2017** na seguinte rubrica: 402 **– 08.002.08.244.0011.2083.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO - O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora **KAPLICE A. MACHADO**, servidora efetiva, portadora do **RG n. 19721285** e **CPF n. 022.654.101-01**, servidora da **SEC. ASSISTENCIA SOCIAL**

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 15 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Suzana Soares Boabaide
Prefeita Municipal	Contratado (a)

Robinson Walerio Dysarz Kaplice de A. Machado

Sec. Ass. Social/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE **CONTRATO N. 008/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 15/02/2017

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADM 034/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA
N° 034/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a). **GISELE CRISTINA DO S. PEREIRA ,** brasileiro (a) , portador (a) do RG nº **2130828-4** SSP/MT e CPF n. **041.993.951-21**, residente e domiciliado na Estrada Capão Verde, Rural em Capão Verde em Alto Paraguai - MT, a seguir denominada **CONTRATADO** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO - O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **AUXILIAR CONS DENTARIO JUNTO A ZONA RURAL,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **SAÚDE**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93.

JORNADA DE TRABALHO - jornada de trabalho durante a vigência do contrato será de 40 (quarenta) horas semanais.

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. 3.1 – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)** mais 20% de insalubridade, perfazendo o valor total de **R$ 1.124,40 (hum mil, cento e vinte e quatro reais e quarenta centavos) ,**

DO PRAZO - O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **03/02/2017** e término de pleno direito em **31/03/2017**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA no presente contrato, podendo ser RESCINDINDO caso seja finalizado o processo seletivo antes do encerramento do prazo de vigência, assim como também poderá ser PRORROGADO dentro dos ditames legais o presente CONTRATO haja vista não for concluído o processo seletivo e ou concurso público que devera se realizar ainda nos próximos dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2017 na seguinte rubrica: 331 **– 07.002.10.301.0014.2097.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO - O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora **LUCIA PATRICIA SANTOS OLIVEIRA**, portadora do **RG n. 18904211**e **CPF n. 019.842.341.10 lotada junto a Sec. Saúde.**

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 24 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Gisele Cristina do S. Pereira
Prefeita Municipal	Contratado (a)

Gilbert de Sousa Lima Lucia Patricia Santos Oliveira

Sec. Saúde/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE **CONTRATO N. 034/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 24/02/2017

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADM 022/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA
N° 022/2017

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado o (a) Sr (a). **ANDRIELE CRISTINA DA SILVA MARTINS JESUS ,** brasileiro (a) , portador (a) do RG nº **2600207-8** SSP/MT e CPF n. **042.588.841-03**, residente e domiciliado na Rua do Catira em Alto Paraguai - MT, a seguir denominada **CONTRATADO** , ajustam o presente contrato de prestação de serviços

DO OBJETO - O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **RECEPCIONISTA JUNTO AO PSF II,** na qualidade de servidor(a) temporário (a) junto a Secretaria de **SAÚDE**, com fulcro no PROCESSO ADMINISTRATIVO em anexo, o qual contém PARECERES FAVORÁVEIS do Controle Interno, Recursos Humanos e Jurídico, assim como do Ordenador de Despesa, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93

JORNADA DE TRABALHO - jornada de trabalho durante a vigência do contrato será de 40 (quarenta) horas semanais

DO VALOR DA REMUNERAÇÃO. – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA(O)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais**) mais 10% de insalubridade, perfazendo o valor total de **R$ 1.030,70 (hum mil, trinta reais e setenta centavos)**

DO PRAZO - O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **01/02/2017** e término de pleno direito em **30/04/2017**, ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pelo CONTRATANTE a CONTRATADA no presente contrato, podendo ser RESCINDINDO caso seja finalizado o processo seletivo antes do encerramento do prazo de vigência, assim como também poderá ser PRORROGADO dentro dos ditames legais o presente CONTRATO haja vista não for concluído o processo seletivo e ou concurso público que devera se realizar ainda nos próximos dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no

Orçamento Anual do Município do exercício de 2017 na seguinte rubrica: 338 **– 07.002.10.301.0014.2109.3390.36**

DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO.- O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela servidora **ANGELITA BETHANIA DE LIMA MATOS, enfermeira efetiva do PSF II**, portadora do **RG n. 15302563** e **CPF n. 968.815.501.20.**

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 15 de fevereiro de 2017, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves	Andriele Cristina da Silva Martins Jesus
Prefeita Municipal	Contratado (a)

Gilbert de Sousa Lima Angelita Bethania de Lima Matos

Sec. Saúde/ Fiscal do Contrato Fiscal de Execução do Contrato

Maria Elizabeth D. Gomes Kauany Barbara N. Pereira

1ª. Testemunha –CPF 522.499.721-68 2ª. Testemunha –CPF 036.226. 031.19

CERTIDÃO
CERTIFICO QUE NESTA DATA FOI PUBLICADO ESTE **CONTRATO N. 022/2017** COM AFIXAÇÃO NO MURAL DESTA PREFEITURA.
ALTO PARAGUAI – MT, 15/02/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 124/2017

DECRETO Nº 124/2017

"Dispõe sobre exoneração do Servidor que mencionae dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Lairto João Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, motivo de ***Aposentadoria por idade***, do Cargo de **Agente de Serviço Público**, o Senhor **VALTER AUGUSTO DOS SANTOS**, inscrito devidamente no CPF/MF sob o n° 081.000.041-53, nomeado através do.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 02 de março de 2014.

LAIRTO JOÃO SPERANDIO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 109/2017

DECRETO Nº 109/2017

"Dispõe sobre Nomeação no cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção de Reabilitação."**

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Lairto João Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeado, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção de Reabilitação**, código CC 4.020 a Senhora **Ana Lídia Alkmim**, CPF/MF – 014.657.921-63, com fulcro na Lei Municipal n° 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 10 de fevereiro de 2017.

Lairto João Sperandio

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 117/2017

DECRETO Nº 117/2017

"Dispõe sobre nomeação no cargo de Provimento em Comissão de ***Diretora do Departamento de Protocolo***, e dá outras providencias."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Lairto João Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeada para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de *Diretora do Departamento de Promoção e Assistência Social*, código CC- 5.100, aSenhora **KELLY CRISTINA KOCH**, CPF/MF – 000. 073.761-54, nos termos da Lei Complementar nº 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 20 de fevereiro de 2017.

LAIRTO JOÃO SPERANDIO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2016

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2016

O **Município de Alto Taquari** - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2016**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **CASA DE APOIO SÃO DANIEL LTDA -ME**, CNPJ Nº 11.382.954/0001-22, com sede à Rua 7, QD J LT 14, nº 73 , Bairro: Setor Castelo Branco, na cidade de Goiânia - GO, neste ato representado pelo Sr. Clovis do Egito Filho, brasileiro, solteiro, empresário, residente domiciliado à Rua 7, QD 11 LT 35, Setor Santos Dumond, na cidade de Goiânia – GO, portador do RG nº 4599587-2º A VIA e CPF nº 467.112.793-87, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para prestação de serviços, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1-A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de **microempresa, empresa de pequeno porte e/ou micro-empreendedor individual** especializado no tipo, “casa de apoio”, exclusivamente com sede na capital do estado de Goiânia – GO, em conformidade com as especificações descritas no anexo I do edital, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão nº 049/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 –Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando portanto, a administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1– A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, podendo ser prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1- O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CASA DE APOIO SÃO DANIEL LTDA -ME

CNPJ Nº 11.382.954/0001-22

ITEM	QNTD	UNI	DESCRIÇÃO	VL UNIT	VL TOTAL
001	400	UN	ESTADIA DE PACIENTES CARENTES EM CASA DE APOIO	R$ 65,00	R$ 26.000,00
TOTAL				**R$ 26.000,00**	

VALOR POR EXTENSO: VINTE E SEIS MIL REAIS.

3.2 -Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3– Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4– No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5- Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

4.1 – Os serviços deverão ser executados de acordo com a Requisição de Serviço, contados da data da emissão desta nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante e acatado por este Município, sem nenhum custo adicional.

4.2 – Os Serviços deverão ser executados conforme indicado na Ordem de Serviço do Município de Alto Taquari - MT, nos dias e horários estipulados nesta.

4.2.1 – Prestar os serviços solicitados, de acordo com os quantitativos e especificações solicitados.

4.3 – O fornecedor é obrigado a permitir a fiscalização ou supervisão pelo Município de Alto Taquari, da prestação dos serviços, em qualquer momento, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1-São obrigações do **CONTRATADA:**

a) Fornecer os serviços em conformidade com disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

b) Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

c) Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos serviços objeto da presente licitação;

d) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;

e) Aceitar supressões ou acréscimos que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento);

f) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93;

g) Zelar pela fiel execução desta Ata, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

h) Hospedagem: o estabelecimento deverá possuir quartos masculinos e femininos separados, em perfeito estado de higiene e conservação, bem como banheiros compatíveis com o quantitativo de pacientes, sempre em perfeita ordem e decência;

i) Retirada de medicamentos de Farmácia de Alto Custo, retirada de passagens no TFD (Tratamento Fora do Domicílio), quando solicitada;

j) Prestar atendimento ao paciente proveniente do município de Alto Taquari, hospedado nessa casa de apoio 24 horas quando necessário (internação, urgência e emergência);

k) Fornecimento de Refeições: Café da manhã (básico), almoço e jantar, devendo a alimentação ofertada ser de boa qualidade;

l) Transporte: Deslocamento para consultas, laboratórios e tratamento médico, inclusive para buscar e levar até a rodoviária ou aeroporto, bem como ao alojamento da contratada, quando necessário e independente do horário;

m) Disponibilizar de um quantitativo mínimo de roupas de cama e higiene pessoal, para uso de pacientes e aos acompanhantes que por uma eventualidade ou emergência não estejam portando tais objetos;

n) A contratada deve estar ciente que a qualquer momento a contratada poderá fazer vistoria para verificar cumprimento dos serviços.

5.2 - São obrigações da **CONTRATANTE:**

5.2.1 - São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

5.2.2 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços.

5.2.3 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.4 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.5- Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1– O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após a prestação dos serviços mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2–O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do serviço, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3- A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4- Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6- Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7- O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8- Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato.

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto.

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução.

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil.

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios.

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato.

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1– A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3– A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1- A despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7050.2159.3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 -A fiscalização da execução do Contrato será exercida por Gabriella Correa Furtado Vano, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1- Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na prestação de serviços deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2- Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e,

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3- Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de prestar os serviços ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4– As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5- As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1- O Registro de Preços objeto desta Ata de Registro de Preços e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2- A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1- Para dirimir questões derivadas desta Ata de Registro de Preços fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas deste instrumento, pelo que passam a assinar, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, em três vias de mesmo teor e igual valor.

Alto Taquari MT, 16 de agosto de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

CASA DE APOIO SÃO DANIEL LTDA - ME

CNPJ Nº 11.382.954/0001-22

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 120/2017

DECRETO Nº 120/2017

"Dispõe sobre nomeação no cargo de Provimento em Comissão de **Diretor do Departamento de Lazer** , e dá outras providencias."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Lairto João Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Diretor do Departamento de Lazer**, código CC- 10.200, aSenhora **THALLYS ALMEIDA MOREIRA**, CPF/MF – 036.764.101-14, nos termos da Lei Complementar nº 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 22 de fevereiro de 2017.

LAIRTO JOÃO SPERANDIO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 123/2017

DECRETO Nº 123/2017

"Dispõe sobre a nomeação de **Chefe da Seção de Tramites Processuais, Acompanhamento e Serviços Congêneres** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Lairto João Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeada para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção de Tramites Processuais, Acompanhamento e Serviços Congêneres**, código CC- 25.010, a Senhora **FRANCIELI BRIANCINI**, CPF/MF – 004.765.241-13, nos termos do anexo I, da Lei Municipal nº 390*/2004*.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 01 de março de 2017.

LAIRTO JOÃO SPERANDIO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 108/2017

DECRETO Nº 108/2017

"Dispõe sobre Nomeação no cargo de Provimento em Comissão de **Secretário Municipal de Planejamento."**

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Lairto João Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeado, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Secretário Municipal de Planejamento**, código CC 11.050 o Senhor **Lourival Zanelato da Silva**, CPF/MF – 218.038.508-09, com fulcro na Lei Municipal n° 517/2008.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 10 de fevereiro de 2017.

Lairto João Sperandio

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2016

ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal**, Sr. Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face da **ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **MONTREAL COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇOES EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ: 22.580.606/0001-86 localizada na Rua Antonio Hortoloni 53-N - Centro, CEP 78.3000-00, representada pelo Sr. THIAGO WAGNER ZAGO, brasileiro, casado, empresário, portador do Documento de Habilitação nº 02579021693 DETRAN - MT e o CPF: 917.931.491-00, residente e domiciliado na Rua 180, Qd 06, Lote 07, Jd Novo Taruma, na cidade de Tangará da Serra – MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, resolvem celebrar a Adesão da presente Ata n° 005/2016, oriundo do Pregão Presencial nº 01/2016, do Município de Barra do Bugres – MT, para contratação de empresa para prestar os serviços técnicos de gerenciamento comercial, compreendendo os seguintes serviços: implantação e fornecimento de software de gerenciamento comercial com fornecimento de equipamentos, serviços de leitura informatizada com emissão e entrega da fatura simultânea, leitura manual de hidrômetro e corte e religação de ligações, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre a Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR OS SERVIÇOS TÉCNICOS DE GERENCIAMENTO COMERCIAL, COMPREENDENDO OS SEGUINTES SERVIÇOS: IMPLANTAÇÃO E FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO COMERCIAL COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS DE LEITURA INFORMATIZADA COM EMISSÃO E ENTREGA DA FATURA SIMULTÂNEA, LEITURA MANUAL DE HIDRÔMETRO E CORTE E RELIGAÇÃO DE LIGAÇÕES**, conforme exigências do Edital e seus anexos, e tabela de preço dos vencedores, como consta abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QNT	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL

01	DISPONIBILIZAÇÃO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO COMERCIAL E ATENDIMENTO AO PÚBLICO	MÊS	03	R$ 2.500,00	R$ 7.500,00
02	DISPONIBILIZAÇÃO DO SOFTWARE DE LEITURA E EMISSÃO SIMULTANEA DE FATURAS.	MÊS	03	R$ 1.500,00	R$ 4.500,00
03	LEITURA E EMISSÃO DE FATURA DE AGUA, ESGOTO SIMULTÂNEA.	UNI	33	R$ 2,10	R$ 69.300,00
04	SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE AGUA – RAMAL E CAVALETE	UNI	3.750	R$ 10,60	R$ 39.750,00
05	RELIGAÇÃO NO FORNECIMENTO DE AGUA – RAMAL E CAVALETE	UNI	3.750	R$ 7,75	R$ 29.062,50
06	SERVIÇO DE VISTORIAS EM UNIDADES CONSUMIDORAS	UNI	3.750	R$ 5,40	R$ 20.250,00
07	SERVIÇO DE CADASTRO E RECADASTRO DE UNIDADES CONSUMIDORAS	UNI	3.750	R$ 6,80	R$ 25.500,00
08	SERVIÇOS DE REMANEJO DE CAVALETES COM DISTANCIAS ATÉ 5 METROS	UNI	1.250	R$ 111,60	R$ 139.500,00
09	DESENVOLVIMENTO E CUSTOMIZAÇÃO DOS SOFTWARES E APLICATIVOS	HORA	150	R$ 125,00	R$ 18.750,00
10	MIGRAÇÃO DE DADOS E IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS COM TREINAMENTO DOS USUÁRIOS	UNI	01	R$ 26.606,00	R$26.606,00
11	SERVIÇOS DE REMANEJO DE CAVALETES COM DISTANCIAS CIMA 5 METROS	UNI	375	R$ 145,00	R$ 54.375,00
TOTAL					**R$ 435.093,50**

VALOR TOTAL POR EXTENSO R$ 435.093,50 (QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO MIL NOVENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO E ENTREGA DOS MATERIAIS

2.1 - Os serviços somente serão considerados aceitos pela Prefeitura de Alto Taquari - MT quando satisfeitas as condições deste Termo de Referência.

2.2 - A entrega dos serviços será considerada aceita somente após ter sido conferida pela respectiva área solicitante e atendidas as especificações e condições exigidas neste termo.

2.3 - Realizada a entrega dos serviços e verificado que foram realizados de acordo com as condições deste termo, o recebimento será atestado pela Prefeitura de Alto Taquari - MT, por servidor designado.

2.4 - Somente será atestado o recebimento se a licitante vencedora tiver atendido todas as condições especificadas neste termo de referência, bem como as especificações apresentadas na sua proposta.

2.5-Em hipótese alguma será aceito o objeto em desacordo com as condições pactuadas ficando ao encargo da contratada o controle de qualidade da prestação dos serviços e do fornecimento dos materiais de sua responsabilidade, bem como a repetição de procedimentos as suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

2.6 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

a) com respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

c) com respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

2.7 - O transporte de materiais, quando for o caso, será de responsabilidade da empresa contratada.

2.8-As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da Prefeitura de Alto Taquari - MT deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 - Receberá a CONTRATADA pelos serviços, citados na Cláusula Primeira, a importância de **R$ 435.093,50** (quatrocentos e trinta e cinco mil noventa e três reais e cinquenta centavos).

3.2 – Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 deste edital, fixo e irreajustável.

3.3 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado pelo Município de Alto Taquari – MT à fornecedora por meio de ordem bancária, em 15 (quinze) dias após a prestação dos serviços e emissão da Nota fiscal devidamente certificada pelo agente público competente.

4.2 - No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com fretes e outros.

4.3 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela licitante vencedor-contratada, obrigatoriamente com o mesmo número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho;

4.4 - A Contratada deverá encaminhar junto à Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

4.5 – Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

4.6 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E PRAZO

5.1 – O prazo de vigência da Ata é de **04 de março de 2017**, podendo ser prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - *As despesas decorrentes da execução do objeto do contrato correrão a cargo da seguinte dotação orçamentária:*

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.17.512.9240.2054.33.90.39 – Outros S. Terc. Pessoa Jurídica

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações do CONTRATADO:

I – Entregar o objeto deste termo em conformidade com disposto na Cláusula Primeira deste Contrato;

II – Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através do respectivo fiscal do contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

III – Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos materiais e fiscal do contrato, objeto da presente licitação;

IV – Manter todas as condições de habilitação exigidas na presentelicitação;

V – Aceitar supressões ou acréscimos que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento).

7.2 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

I – efetuar os pagamentos pela aquisição dos materiais conforme o disposto na Cláusula terceira item 3.1 e 3.2;

II – cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

III – notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;

IV – notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

V – aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

VI – nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa da Contratante, o valor devido será acrescido de encargos moratórios calculados desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, o valor original deverá ser atualizado pelo IGPM-DI da FGV, acrescido de 0,5% (meio por cento) de juros de mora por mês ou fração.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

8.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

I – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

II – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

III – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

IV – a decretação de falência ou insolvência civil;

V – a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

VII – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

VIII – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

8.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

8.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO

9.1 – O presente Contrato foi firmado com base nos artigos 54 e 55 da Lei nº 8.666/93 e na Adesão nº 005/2016, que está vinculado a este contrato.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

10.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a este Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

11.1 – Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste Convite, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

11.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93:

I – advertência;

II – multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e,

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.3 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

11.4 - As multas de que trata este item, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 - Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação de resumo deste Contrato na Imprensa Oficial Do Estado.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - O foro da Comarca de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, é o competente para dirimir eventuais pendências acerca deste contrato, na forma da lei nacional de licitações, art. 55, § 2º.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 – Este contrato se sujeita ainda às Leis Municipais inerentes ao assunto.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas deste instrumento, pelo que passam a assinar, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, em três vias de mesmo teor e igual valor.

Alto Taquari - MT, 30 de novembro de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

MONTREAL COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇOES EIRELI - ME

CNPJ: 22.580.606/0001-86

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 121/2017

DECRETO Nº 121/2017

"Dispõe sobre nomeação no cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção de Doenças Epidemiológicas**, e dá outras providencias."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Lairto João Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe da Seção de Doenças Epidemiológicas, código CC- 4. 010, aSenhora **DIOGO CARVALHO SILVA**, CPF/MF – 023.765.221-88, nos termos da Lei Complementar nº 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 22 de fevereiro de 2017.

LAIRTO JOÃO SPERANDIO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. **058/2017**

CONTRATANTE - **PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS**

CONTRATADO – **DERLI VERISSIMO PINHEIRO**

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE MOTORISTA**

VALOR MENSAL: **R$ 1.447,63 (Hum mil, quatrocentos quarenta sete reais, sessenta três centavos)**

VIGÊNCIA – **03/03/2017 à 22/12/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL / SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 044/2017

DECRETO Nº. 044/2017

SÚMULA: CRIA A COMISSÃO MUNICIPAL PARA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

Considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, instituída pela Lei nº 8.069/90;

Considerando que o fato de o adolescente se encontrar em conflito com a Lei não restringe a aplicação do princípio constitucional da prioridade absoluta, competindo ao Estado, à sociedade e à família dedicar a máxima atenção a estes adolescentes;

Considerando a necessidade de definição do Plano Municipal de Atendimento de Medida Socioeducativa em meio aberto.

DECRETA

Art. 1º. Fica criada a Comissão Municipal para organização dos trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Atendimento de Medida Socioeducativa em meio aberto composta pelos seguintes membros:

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Solange das Graças Fontalva Zago – Secretária Municipal de Assistência Social.

Lilian Evangelista Rocha – Assistente Geral da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer:

Elias Balbino Martins – Diretor do Departamento de Esportes.

Ana Tiele do Nascimento Costa Brito – Coordenadora da Escola Municipal Paulo Freire.

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Silvia dos Santos Arantes Siqueira – Enfermeira.

Priscila de Oliveira Combinato- Enfermeira

Representantes do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente:

Juliana Oliveira – Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - sociedade civil.

Alcenir Paranhos Smaniotto – Vice Presidente do Conselho Municipal da Criança e Adolescente- governamental.

Débora Castro Batista Diefenthaeler – sociedade civil.

Representantes do Conselho Tutelar:

Jorgeane Correia de Sousa.

Daniela Mara Gomes da Silva.

Representantes do CREAS – Centro de Referência Especial Assistência Social:

Edvaldo Grecco Cardoso- Técnico em Desenvolvimento Social.

Anaelise Pellat – Assistente Social

Priscilla de Lima Pinheiro – Psicóloga.

Representantes do CRAS – Centro de Referência de Assistência Assistência Social:

Jessica Rado Kurtz- Coordenadora

Gislene Nunes Xavier da Silva – Assistente Social

Patricia Soares Bitencourt – Psicóloga

Art. 2º- A Comissão que se refere esse Decreto terá o prazo de 97 (noventa e sete) dias para apresentação do resultado dos trabalhos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE,

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

Apiacás MT, 03 De Março de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 096/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Contratar o Sr. **DERLI VERISSIMO PINHEIRO,** portador da cédula de identidade nº 1418416-8 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 939. 901.381-20 no cargo de **Motorista**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo Seletivo Simplificado 002/2016 - Contrato de Prestação de Serviços nº. 058/2017 em 03 de Março de 2017.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 03 de Março de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE APIACAS

CONTRATADA: ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA.

A **Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás – Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 01. 327.030/0001-70 com sede administrativa na Av. Ludovico da Riva Neto, nº. 206, Bairro Bom Jesus, Apiacás – MT, neste ato representada pela

Vereadora Presidente **SRA. REGINA PIZOLI DA SILVA,** brasileira, casado, agente político, portador do RG n. º 2.997.521-2 SSP/SC e inscrito no CPF sob n.º 030.373.649-63, residente e domiciliado à Av. Ludovico da Riva Neto nº 206, bairro Bom Jesus, Apiacás - MT, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, e de outro lado, a empresa **ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, situada à Av. Natalino João Brescansin nº 499, bairro Centro, Sorriso Estado de Mato Grosso, portadora do CNPJ nº 26.804.377/0003-59, neste ato representado por seu sócio-proprietário Sr. JOSÉ CARLOS URIAS, brasileiro, casado, portador da CIRG sob o n°. 4.238.290-6 SSP/PR e inscrito no CPF sob o n°. 596. 277.789-15, residente e domiciliado na Rua Felício Marconi, nº. 171, Vale do Arvoredo, CEP: 86.047-595, na cidade de Londrina – Estado do Paraná, neste ato denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 001/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de locação de Sistemas Integrados de Gestão Pública, compreendendo o direito de uso, implantação dos sistemas, treinamento dos usuários, suporte técnico presencial e periódico e quando requisitado em caráter emergencial, suporte técnico permanente via web, nos seguintes sistemas informatizados: Protocolo; Controle de Estoques; Gerenciamento Patrimonial; Gerenciamento de Folha de Pagamento e Recursos Humanos; Contabilidade Pública; Gerenciamento de Compras e Licitações e Sistema de Controle Interno:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO.

3.1 O valor global para a execução do presente Contrato é de R$ 35. 000,00 (Trinta e cinco mil reais).

3.2 O valor global fixado para o presente Contrato será pago em 10 (dez) parcelas iguais no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) mensais;

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS

5.1 A execução do presente contrato será custeada com os recursos previstos no Orçamento, na seguinte rubrica orçamentária: 01.001.01.031. 0001.2.001.3390-39 (010).

Apiacás - MT, 03 de março de 2017.

Regina Pizoli da Silva

Presidente da Câmara de Vereadores de Apiacás

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
CERTIDÃO NEGATIVA DE RECURSO SOBRE RESULTADO DE LICITAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Processo Licitatório nº 002/2017

Pregão Presencial nº 001/2017

CERTIFICAMOS que, não houve a **INTERPOSIÇÃO DE QUAISQUER RECURSOS**, conforme o que estabelece o artigo 4º da Lei 10.520/2002, referente ao Pregão Presencial nº 001/2017.

Apiacás MT 03 de março de 2017

Jovino Martins Netto

Pregoeiro Oficial

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PP 001/2017

PROCESSO Nº 002/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

A CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS - MT, através do Pregoeiro Oficial **Jovino Martins Netto** nomeado pela Portaria nº. 014 de 18 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com o artigo 4º, inciso XX da Lei Federal nº 10.520/2002 e artigo 43, inciso VI da lei nº 8.666/93, após a análise documental efetuada pelo próprio e pelos membros da equipe de apoio, **ADJUDICA** o processo licitatório nº 002/2017 de Modalidade Pregão Presencial Edital nº 001/2017, cujo objeto é Contratação de empresa especializada na locação de Sistemas Integrados de Gestão Pública, compreendendo o direito de uso, implantação dos sistemas, treinamento dos usuários, suporte técnico presencial e periódico e quando requisitado em caráter emergencial, suporte técnico permanente via web, nos seguintes sistemas informatizados: Protocolo; Controle de Estoques; Gerenciamento Patrimonial; Gerenciamento de Folha de Pagamento e Recursos Humanos; Contabilidade Pública; Gerenciamento de Compras e Licitações e Sistema de Controle Interno.

Apiacás MT, 03 de março de 2017.

Jovino Martins Netto

Pregoeira Oficial

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PP 001/2017

PROCESSO Nº 002/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

A Presidente da Câmara Municipal de Apiacás - MT, Senhora **Regina Pizoli da Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, após a adjudicação do Pregoeiro, HOMOLOGA o processo licitatório nº 002/2017 de Modalidade Pregão Presencial Edital nº 001/2017, a empresa vencedora ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA CNPJ nº 26.804.377/0003-59, o seguinte objeto: Contratação de empresa especializada na locação de Sistemas Integrados de Gestão Pública, compreendendo o direito de uso, implantação dos sistemas, treinamento dos usuários, suporte técnico presencial e periódico e quando requisitado em caráter emergencial, suporte técnico permanente via web, nos seguintes sistemas informatizados: Protocolo; Controle de Estoques; Gerenciamento Patrimonial; Gerenciamento de Folha de Pagamento e Recursos Humanos; Contabilidade Pública; Gerenciamento de Compras e Licitações e Sistema de Controle Interno.

Apiacás MT, 03 de março de 2017.

Regina Pizoli da silva

Presidente da Câmara

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
PORTARIA Nº 017/2017.

PORTARIA Nº 017/2017.

Súmula: "Nomeia Comissão de Avaliação de Desempenho Individual dos Servidores efetivos da Câmara Municipal, bem como, o enquadramento de Classe e Nível, conforme determinação da Lei Complementar nº 060/2011 e dá outras providências".

A Senhora Regina Pizzoli da Silva, Presidente do Legislativo Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei. . .

Considerando, a necessidade de atender o disposto no artigo 41, parágrafo 4º, da Constituição Federal, no que tange a avaliação obrigatória dos servidores públicos da Câmara Municipal de Apiacás, para a aquisição da estabilidade,

Considerando, a necessidade de atender a legislação da Câmara Municipal, no tocante a progressão funcional, em conformidade com a Lei Complementar 060/2011.

RESOLVE,

Art. 1º. Nomear Comissão de Avaliação, composta de 2 (dois) servidores efetivos e 2 (dois) funcionários comissionados da Câmara Municipal de Apiacás, para avaliar os servidores públicos efetivos, visando a caracterização da estabilidade funcional dos mesmos.

Parágrafo Único. Os membros componentes da Comissão são os seguintes:

Presidente: **Jose Teixeira Da Costa – Matrícula nº. 003 – CPF 934.465. 191-49.**

Secretário: **Thalita Raquel de Brito – Matrícula nº. 083 – CPF 013. 062. 331-86;**

Membro: **Julia da Silva – Matrícula n.º 002 – CPF 336.249.171-53;**

Membro: **Dionir Adriano Contreira - Matrícula nº. 085 – CPF 027.233. 551-79.**

Art. 2º. A Comissão de Avaliação de Desempenho promoverá o enquadramento dos servidores em conformidade com a Lei Complementar 060/2011, visando adequar a promoção e a progressão da Classe e Nível, em função do tempo de serviço ininterrupto e o grau de escolaridade de cada servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, e revoga as disposições contrárias.

Gabinete da Presidência em, 03 de março de 2017.

Regina Pizzoli da Silva

Presidente da Câmara de Vereadores

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
PRORROGAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PP 001/2017

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2017

(Processo Licitatório Nº. 003/2017)

PRORROGAÇÃO DE PRAZO

1. PREÂMBULO

A CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS - MT, através do Pregoeiro Oficial **Jovino Martins Netto** nomeado pela Portaria nº. 014 de 18 de janeiro de 2017, torna público, para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicado e, em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002, subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/19993 (e suas alterações posteriores) e demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrição a seguir:

Modalidade de Licitação: PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2017.

Processo Licitatório: nº. 003/2017

Categoria de Investimento: Prestação de serviços de veiculação de matérias relevantes e de campanhas sócio-educativa direcionada à população de Apiacás, nas mídias locais: Rádio, Televisão e Jornal escrito.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Setor Interessado: Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Apiacás.

DATA ABERTURA E JULGAMENTO: 17/03/2017.

HORÁRIO: 08:30 horas (horário de mato grosso)

Apiacás MT, 02 de março de 2017.

Jovino Martins Netto

Pregoeiro Oficial – Portaria nº 014/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 01 E 02 DE 2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº. 02/2017

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 2017, o Município de Araguaiana – MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA - MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 03.239.035/0001-76, situada à Avenida Presidente Getulio Vargas nº. 643 – Centro, Araguaiana - MT, CEP 78.685-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO**, brasileiro, divorciado, portador do RG: nº 949.747-SSP/MT, e inscrito no CPF sob nº 567.276.401-06, residente e domiciliado na Av. Inocêncio Dias S/n, Jardim Urânia II, institui a Ata de Registro de Preços (ARP) nº 01/2017 com a empresa **L. H. AMARAL COMÉRCIO – ME** , sediada na cidade de Cocalinho - MT à Av. Araguaia, 1118 – Setor Terra Firme CEP: 78.680-000, inscrita no CNPJ sob o nº 01.660.095/0001-32, representada neste ato pelo seu proprietário **Sr Luiz Henrique do Amaral,** brasileiro, empresário, residente e domiciliado na cidade de Cocalinho – MT, portador da Carteira de Identidade n.º 2.262. 068 SSP/GO e inscrito no CPF/MF sob n.º 588.210.151-49; nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar Federal nº 123/06, da Lei Complementar Federal n° 147/14; do Decreto do Município de Araguaiana - MT nºs 074/2009 e 075/2009, no que couber; e da Lei Federal nº 8.666/93; decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços nº 01/2017, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. CLÁUSULA PPRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o Maior Desconto Percentual nos catálogos de peças e serviços conforme PREGÃO PRESENCIAL SRP n. 01/2017; enquanto o objeto MEDIATO será o fornecimento de peças e acessórios de reposição com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça e do acessório de produção original e, ainda, prestação de serviços de mecânica, para atender as necessidades da frota de veículos e maquinários desta Prefeitura Municipal.

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

RELAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO			PROMÁQUINAS		
N.	Veículo	Valor Estimado	Percentual Peças Genuínas	Percentual Peças Originais	Percentual Serviços Mecânicos
01	SAVEIRO COD. 002.067.001	R$12.000,00			
02	SILVERADO CHASSI COD. 002.067.002	R$18.000,00			
03	RENAULT CLIO CHASSI COD. 002.067.004	R$12.000,00			

04	HONDA C100 BIZ ES CHASSI COD. 002.067.005	R$1.000,00			
05	S10 2.4 ROTAN COD. 002.067.007	R$12.000,00			
06	HONDA C100 BIZ ES COD. 002.067.008	R$1.000,00			
07	HONDA CG125 TITAN COD. 002.067.012	R$1.500,00			
08	MOTO HONDA XLR 125 COD. 002.067.013	R$1.500,00			
09	ÔNIBUS IVECO/CITYCLASS 70C17 COD. 002.067.014	R$80.000,00	3.6%	11%	7%
10	AMBULANCIA IVECO COD. 002.067.015	R$18.000,00			
11	MOTO HONDA BIZ 125 ES COD. 002.067.016	R$5.000,00			
12	ÔNIBUS MERCEDEZ BENZ COD. 002.067.017	R$18.000,00	3.6%	11%	7%
13	KOMBI COD. 002.067.018	R$10.000,00			
14	MOTO WEB/WEB AZUL COD. 002.067.019	R$1.000,00			
15	MOTO PRATA SUNDOWN HUNTER COD. 002.067.020	R$1.000,00			
16	MICROONIBUS VALOREV8L COD. 002.067.021	R$60.000,00	3.6%	11%	7%
17	FIAT DOBLO ADV FLEX COD. 002.067.022	R$20.000,00			
18	FIAT DOBLO ROTAN AMB COD. 002.067.023	R$20.000,00			
19	MOTO NXR BROS 150 ES COD. 002.067.024	R$4.000,00			
20	FIAT/UNO MILLE ECONOMY COD. 002.067.025	R$18.000,00			
21	MICRO ÔNIBUS IVECO COD. 002.067.027	R$60.000,00	3.6%	11%	6%
22	CAMIONETA HILUX CD 4X4 SR COR PRATA METALICO COD. 002.067.028	R$40.000,00			
23	MICROÔNIBUS VALORE V8L ES COD. 002.067.029	R$60.000,00	3.6%	11%	6%
24	CAMINHÃO BASCULANTE VOLKSWAGEN COD. 002.067.030	R$80.000,00	3.6%	11%	6%
25	CAMINHÃO BASCULANTE VOLKSWAGEN COD. 002.067.031	R$80.000,00	3.6%	11%	6%
26	CAMINHÃO BASCULANTE VOLKSWAGEN COD. 002.067.032	R$80.000,00	3.6%	11%	6%
27	CHEVROLET CLASSIC COD. 002.067.033	R$18.000,00			
28	MICROÔNIBUS MARCEDEZ V8L ES COD. 002.067.034	R$5.000,00			
29	HONDA NXR 150 BROS MIX ES COD. 002.067.035	R$1.000,00			
30	MOTO WEB 100 COD. 002.067.047	R$18.000,00			
31	FIAT UNO MILLE ECONOMY 4P COD. 002.067.048	R$4.000,00			
32	MOTO CG 150 FAN ESDI COD. 002.067.051	R$5.000,00			
33	MOTO NXR BROS 150 ES COD. 002.067.052	R$20.000,00			
34	FIAT/UNO WAY 1.0 4P COD. 002.067.053	R$10.000,00			
35	FIAT/SIENA 1.4 4 P COD. 002.067.054	R$18.000,00			
36	CAMINHÃO CARGO COD. 002.067.055	R$18.000,00		11%	6%
37	CAMINHÃO D60 COD. 002.067.057	R$18.000,00		11%	6%
38	CAMINHÃO BASCULANTE COD. 002.067.058	R$18.000,00		11%	6%
39	TRATOR MASSEY FERGUSON 263 COD. 002.067.059	R$18.000,00	4%	7.5%	6%
40	MICRO ÔNIBUS COD. 002.067.327	R$80.000,00		11%	6%
41	CAMINHÃO MERCEDES COD. 002.068.127	R$80.000,00		11%	6%
42	PA CARREGADEIRA COD. 002.068.128	R$40.000,00	5%	7.5%	6%
43	TRATOR AGRICOLA BX 6110 .4 AGRALE COD. 002.067.003	R$40.000,00	5%	7.5%	6%
44	MOTONIVELADORA RG 140.B NEW HOLLAND COD. 002.067.036	R$45.000,00	5%	7.5%	6%
45	PA CARREGADEIRA FR12 HD COD. 002.067.044	R$45.000,00	5%	7.5%	6%
46	PA CARREGADEIRA W180 COD. 002.067.046	R$30.000,00	5%	7.5%	6%
47	RETROESCAVADEIRA MODELO 580N 4X4 ROPS CASE COD. 002.067.049	R$40.000,00	5%	7.5%	6%
48	MOTONIVELADORA 120K CATERPILLAR COD. 002.067.050	R$45.000,00	5%	7.5%	6%
49	GRAN SIENA ESSENCE COD. 002.068.129	R$35.000,00			
50	GRAN SIENA COD. 002.068.130	R$4.000,00			

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A forma de execução será indireta por fornecimento parcelado, conforme disposto no art. 6º, VIII, e art. 10, II, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações.

2.2. A empresa detentora do registro deverá iniciar o fornecimento do objeto deste registro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação, conforme especificado no Termo de Referência.

2.3. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 01/2017 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO, DA SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E DA VINCULAÇÃO

3.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 01/2017, com fundamento na Lei nº 10.520/02, no Decreto nº 3.555/00, no Decreto nº 5.450/05, no Decreto nº 7.892/13, na Lei Complementar Federal nº 123/06, na Lei Complementar Federal n° 147/14; no Decreto do Município de Araguaiana - MT nºs 074/2009 e 075/2009, no que couber; e na Lei Federal nº 8.666/93, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente.

3.2. Fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços, independente de sua transcrição, a proposta da fornecedora, as notas de empenho de despesa, o Edital e seus Anexos, e os demais elementos constantes do Processo Administrativo nº 02/2017, Pregão Presencial SRP 01/2017.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REGISTRADA

4.1. Para o fiel cumprimento do presente contrato, a vencedora do certame se compromete a:

4.1.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.1.2. Fornecer os itens nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

4.1.3. Não realizar sub-empreitada total ou parcial dos serviços, sem anuência da Administração. No caso de sub-empreitada autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

4.1.5. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução do contrato.

4.1.6. Apresentar documentos que comprovem a procedência das peças destinadas à substituição;

4.1.7. A Contratada se obriga ao cumprimento da integralidade das exigências constantes no Termo de Referencia Responsabilizar-se pelo translado (deslocamento - ida e volta) do veículo ou máquina para manutenção fora do Município de Araguaiana, parte integrante desta Ata de Registro de Preços.

4.1.8. Aceitar a utilização do sistema de pesquisa de mercado eletrônica (**BANCO DE PREÇOS**), para geração do valor de peças e serviços no mercado para emissão do pedido de compra, no caso da prefeitura resolver fazer pesquisa de mercado, a empresa deverá aplicar e praticar o desconto homologado sobre a menor cotação de preços do mercado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA GESTORA DO REGISTRO

5.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

5.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

5.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

5.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições das peças, fixando prazo para sua troca;

5.5. Encaminhar à empresa vencedora, Ordem de Fornecimento, em duas vias, sendo que a primeira via será destinada à empresa vencedora do certame e a segunda via ao arquivo da Secretaria solicitante;

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

6.1. A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial nº 01/2017.

6.2. A fiscalização desta Ata é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Transporte, na pessoa do Secretário, Sr. Zenildo Simon Barbosa, conforme Portaria n.º 005/2017, de 02 de Janeiro de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Dar-se-á a esta Ata de Registro de Preços a importância global de **R$ 633.330,00 (seiscentos e trinta e três mil trezentos e trinta reais).**

7.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal no departamento financeiro, devidamente atestada pela Administração;

7.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição e quantitativo dos produtos entregues, numero do certame e da ata de registro de preços;

7.2.1. Caso seja constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas, através de cheque nominal a empresa.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

7.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.4. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão conjunta de Dívida Ativa da União e Regularidade de Tributos Federais e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS.

CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTES DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados poderão ser revistos no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

9.2. Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

9.3. Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

9.4. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

9.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

9.6. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

9.7. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado e Diário Oficial Eletrônico dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.9. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.10. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.11. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. A execução do fornecimento dos produtos fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.2. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal e poderá cumular com as demais sanções administrativas;

10.3. Ocorrendo a inexecução total ou parcial do fornecimento acordado, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

10.4. Advertência por escrito;

10.5. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

10.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

10.7. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.8. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Administração, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura;

10.9. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.10. Serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios (AMM) as sanções administrativas previstas no item 25 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela dotação orçamentária no exercício 2017:

11.2. No próximo exercício a dotação será a vigente no exercício.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja como o local competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente desta Ata de Registro.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelo Decreto Municipal de Araguaiana - MT nºs 074/2009 e 075/2009e demais normas aplicáveis;

13.2. A eficácia do presente Instrumento será providenciada pela Prefeitura Municipal de Araguaiana por meio da publicação do extrato da Ata de Registro no Diário Oficial dos Municípios – Jornal da AMM, nos moldes da Lei Federal 8.666/93.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Araguaiana - MT, 16 de fevereiro de 2017.

GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO

PREFEITO MUNICIPAL

L. H. AMARAL COMÉRCIO – ME

LUIZ HENRIQUE DO AMARAL

TESTEMUNHA: NOME: EDIVAN DA SILVA MENEZES	TESTEMUNHA: NOME: NARCISO CORRÊ LIMA

RG Nº 11335351-SSP/MT CPF Nº 836.261.581-87 ASSINATURA:_____	RG Nº 916013 - SSP/MT CPF Nº 593.662.811-68 ASSINATURA:_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº. 02/2017

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 2017, o Município de Araguaiana – MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA - MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 03.239.035/0001-76, situada à Avenida Presidente Getulio Vargas nº. 643 – Centro, Araguaiana - MT, CEP 78.685-000, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO**, brasileiro, divorciado, portador do RG: nº 949.747-SSP/MT, e inscrito no CPF sob nº 567.276.401-06, residente e domiciliado na Av. Inocêncio Dias S/n, Jardim Urânia II, institui a Ata de Registro de Preços (ARP) nº 02/2017 com a empresa **BARRA DIESEL PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA – ME** , sediada na cidade de Barra do Garças - MT à Av. Governador Jaime Campos, 2022, Br 070 – Centro CEP: 78.600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.206.595/0001-61, representada neste ato pelo seu proprietário **Sr Resiel Gonçalves Gomes,** brasileiro, separado judicialmente, empresário, residente e domiciliado na cidade de Barra do Garças – MT, portador da Carteira de Identidade n.º 2.975.103 SSP/GO e inscrito no CPF/MF sob n.º 431.843.911-91; nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar Federal nº 123/06, da Lei Complementar Federal n° 147/14; do Decreto do Município de Araguaiana - MT nºs 074/2009 e 075/2009, no que couber; e da Lei Federal nº 8.666/93; decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços nº 01/2017, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. CLÁUSULA PPRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o Maior Desconto Percentual nos catálogos de peças e serviços conforme PREGÃO PRESENCIAL SRP n. 01/2017; enquanto o objeto MEDIATO será o fornecimento de peças e acessórios de reposição com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça e do acessório de produção original e, ainda, prestação de serviços de mecânica, para atender as necessidades da frota de veículos e maquinários desta Prefeitura Municipal.

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

RELAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO			BARRA DIESEL		
N.	Veículo	Valor Estimado	Percentual Peças Genuínas	Percentual Peças Originais	Percentual Serviços Mecânicos
01	SAVEIRO COD. 002.067.001	R$12.000,00	2.1%	2.5%	2.5%
02	SILVERADO CHASSI COD. 002.067.002	R$18.000,00	2.1%	8%	6%
03	RENAULT CLIO CHASSI COD. 002.067.004	R$12.000,00	2.1%	2.2%	2.5%
04	HONDA C100 BIZ ES CHASSI COD. 002.067.005	R$1.000,00	2.5%	2.2%	2.5%
05	S10 2.4 ROTAN COD. 002.067.007	R$12.000,00	2.1%	8%	6%
06	HONDA C100 BIZ ES COD. 002.067.008	R$1.000,00	2.5%	2.2%	2.5%
07	HONDA CG125 TITAN COD. 002.067.012	R$1.500,00	2.5%	2.2%	2.5%
08	MOTO HONDA XLR 125 COD. 002.067.013	R$1.500,00	2.5%	2.2%	2.5%
09	ÔNIBUS IVECO/CITYCLASS 70C17 COD. 002.067.014	R$80.000,00			
10	AMBULANCIA IVECO COD. 002.067.015	R$18.000,00	3.6%	10%	6%
11	MOTO HONDA BIZ 125 ES COD. 002.067.016	R$5.000,00	2.5%	2.2%	2.5%
12	ÔNIBUS MERCEDEZ BENZ COD. 002.067.017	R$18.000,00			
13	KOMBI COD. 002.067.018	R$10.000,00	2.1%	2.2%	2.5%
14	MOTO WEB/WEB AZUL COD. 002.067.019	R$1.000,00	2.5%	2.2%	2.5%
15	MOTO PRATA SUNDOWN HUNTER COD. 002.067.020	R$1.000,00	2.5%	2.2%	2.5%
16	MICROONIBUS VALOREV8L COD. 002.067.021	R$60.000,00			
17	FIAT DOBLO ADV FLEX COD. 002.067.022	R$20.000,00	3.6%	8%	2.5%
18	FIAT DOBLO ROTAN AMB COD. 002.067.023	R$20.000,00	3.6%	8%	2.5%
19	MOTO NXR BROS 150 ES COD. 002.067.024	R$4.000,00	2.5%	2.2%	2.5%
20	FIAT/UNO MILLE ECONOMY COD. 002.067.025	R$18.000,00	2.1%	2.5%	2.5%
21	MICRO ÔNIBUS IVECO COD. 002.067.027	R$60.000,00			
22	CAMIONETA HILUX CD 4X4 SR COR PRATA METALICO COD. 002.067.028	R$40.000,00	2.1%	8%	5%
23	MICROÕNIBUS VALORE V8L ES COD. 002.067.029	R$60.000,00			
24	CAMINHÃO BASCULANTE VOLKSWAGEN COD. 002.067.030	R$80.000,00			
25	CAMINHÃO BASCULANTE VOLKSWAGEN COD. 002.067.031	R$80.000,00			
26	CAMINHÃO BASCULANTE VOLKSWAGEN COD. 002.067.032	R$80.000,00			
27	CHEVROLET CLASSIC COD. 002.067.033	R$18.000,00	2.1%	2.5%	2.5%
28	MICROÕNIBUS MARCEDEZ V8L ES COD. 002.067.034	R$5.000,00	3.6%	10%	5%
29	HONDA NXR 150 BROS MIX ES COD. 002.067.035	R$1.000,00	2.5%	2.2%	2.5%
30	MOTO WEB 100 COD. 002.067.047	R$18.000,00	2.5%	2.2%	2.5%
31	FIAT UNO MILLE ECONOMY 4P COD. 002.067.048	R$4.000,00	2.1%	2.5%	2.5%
32	MOTO CG 150 FAN ESDI COD. 002.067.051	R$5.000,00	2.5%	2.2%	2.5%
33	MOTO NXR BROS 150 ES COD. 002.067.052	R$20.000,00	2.5%	2.2%	2.5%
34	FIAT/UNO WAY 1.0 4P COD. 002.067.053	R$10.000,00	2.1%	2.5%	2.5%
35	FIAT/SIENA 1.4 4 P COD. 002.067.054	R$18.000,00	2.1%	2.5%	2.5%
36	CAMINHÃO CARGO COD. 002.067.055	R$18.000,00	3.6%		
37	CAMINHÃO D60 COD. 002.067.057	R$18.000,00	3.6%		
38	CAMINHÃO BASCULANTE COD. 002.067.058	R$18.000,00	3.6%		
39	TRATOR MASSEY FERGUSON 263 COD. 002.067.059	R$18.000,00			
40	MICRO ÔNIBUS COD. 002.067.327	R$80.000,00	3.6%		
41	CAMINHÃO MERCEDES COD. 002.068.127	R$80.000,00	3.6%		
42	PA CARREGADEIRA COD. 002.068.128	R$40.000,00			
43	TRATOR AGRICOLA BX 6110 .4 AGRALE COD. 002.067.003	R$40.000,00			

44	MOTONIVELADORA RG 140.B NEW HOLLAND COD. 002.067.036	R$45.000,00			
45	PA CARREGADEIRA FR12 HD COD. 002.067.044	R$45.000,00			
46	PA CARREGADEIRA W180 COD. 002.067.046	R$30.000,00			
47	RETROESCAVADEIRA MODELO 580N 4X4 ROPS CASE COD. 002.067.049	R$40.000,00			
48	MOTONIVELADORA 120K CATERPILLAR COD. 002.067.050	R$45.000,00			
49	GRAN SIENA ESSENCE COD. 002.068.129	R$35.000,00	2.5%	2.5%	2.5%
50	GRAN SIENA COD. 002.068.130	R$4.000,00	2.5%	2.5%	2.5%

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A forma de execução será indireta por fornecimento parcelado, conforme disposto no art. 6º, VIII, e art. 10, II, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações.

2.2. A empresa detentora do registro deverá iniciar o fornecimento do objeto deste registro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação, conforme especificado no Termo de Referência.

2.3. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 01/2017 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO, DA SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E DA VINCULAÇÃO

3.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 01/2017, com fundamento na Lei nº 10.520/02, no Decreto nº 3.555/00, no Decreto nº 5.450/05, no Decreto nº 7.892/13, na Lei Complementar Federal nº 123/06, na Lei Complementar Federal n° 147/14; no Decreto do Município de Araguaiana - MT nºs 074/2009 e 075/2009, no que couber; e na Lei Federal nº 8.666/93, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente.

3.2. Fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços, independente de sua transcrição, a proposta da fornecedora, as notas de empenho de despesa, o Edital e seus Anexos, e os demais elementos constantes do Processo Administrativo nº 02/2017, Pregão Presencial SRP 01/2017.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REGISTRADA

4.1. Para o fiel cumprimento do presente contrato, a vencedora do certame se compromete a:

4.1.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.1.2. Fornecer os itens nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

4.1.3. Não realizar sub-empreitada total ou parcial dos serviços, sem anuência da Administração. No caso de sub-empreitada autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

4.1.5. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução do contrato.

4.1.6. Apresentar documentos que comprovem a procedência das peças destinadas à substituição;

4.1.7. A Contratada se obriga ao cumprimento da integralidade das exigências constantes no Termo de Referencia Responsabilizar-se pelo translado (deslocamento - ida e volta) do veículo ou máquina para manutenção fora do Município de Araguaiana, parte integrante desta Ata de Registro de Preços.

4.1.8. Aceitar a utilização do sistema de pesquisa de mercado eletrônica (**BANCO DE PREÇOS**), para geração do valor de peças e serviços no mercado para emissão do pedido de compra, no caso da prefeitura resolver fazer pesquisa de mercado, a empresa deverá aplicar e praticar o desconto homologado sobre a menor cotação de preços do mercado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA GESTORA DO REGISTRO

5.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

5.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

5.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

5.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições das peças, fixando prazo para sua troca;

5.5. Encaminhar à empresa vencedora, Ordem de Fornecimento, em duas vias, sendo que a primeira via será destinada à empresa vencedora do certame e a segunda via ao arquivo da Secretaria solicitante;

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

6.1. A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial nº 01/2017.

6.2. A fiscalização desta Ata é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Transporte, na pessoa do Secretário, Sr. Zenildo Simon Barbosa, conforme Portaria n.º 005/2017, de 02 de Janeiro de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Dar-se-á a esta Ata de Registro de Preços a importância global de **R$ 664.999,00 (seiscentos e sessenta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais).**

7.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal no departamento financeiro, devidamente atestada pela Administração;

7.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição e quantitativo dos produtos entregues, numero do certame e da ata de registro de preços;

7.2.1. Caso seja constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas, através de cheque nominal a empresa.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

7.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.4. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão conjunta de Dívida Ativa da União e Regularidade de Tributos Federais e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS.

CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTES DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados poderão ser revistos no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Administração poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

9.2. Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

9.3. Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

9.4. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

9.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

9.6. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

9.7. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado e Diário Oficial Eletrônico dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.9. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.10. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.11. Caso a Administração não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. A execução do fornecimento dos produtos fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.2. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal e poderá cumular com as demais sanções administrativas;

10.3. Ocorrendo a inexecução total ou parcial do fornecimento acordado, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

10.4. Advertência por escrito;

10.5. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

10.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

10.7. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.8. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Administração, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura;

10.9. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.10. Serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios (AMM) as sanções administrativas previstas no item 25 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela dotação orçamentária no exercício 2017:

11.2. No próximo exercício a dotação será a vigente no exercício.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja como o local competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente desta Ata de Registro.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelo Decreto Municipal de Araguaiana - MT nºs 074/2009 e 075/2009e demais normas aplicáveis;

13.2. A eficácia do presente Instrumento será providenciada pela Prefeitura Municipal de Araguaiana por meio da publicação do extrato da Ata de Registro no Diário Oficial dos Municípios – Jornal da AMM, nos moldes da Lei Federal 8.666/93.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Araguaiana - MT, 16 de fevereiro de 2017.

GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO

PREFEITO MUNICIPAL

BARRA DIESEL PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA – ME

RESIEL GONÇALVES GOMES

TESTEMUNHA: NOME: EDIVAN DA SILVA MENEZES RG Nº 11335351-SSP/MT CPF Nº 836.261.581-87 ASSINATURA:_____	TESTEMUNHA: NOME: NARCISO CORRÊ LIMA RG Nº 916013 - SSP/MT CPF Nº 593.662.811-68 ASSINATURA:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2017

Extrato do Contrato Nº 08/2017

Contratante: Município de Araguaiana – MT

Contratado: EMPRESA G.D. BARBOSA & CIA LTDA – ME.

Objeto: Reconstrução das Pontes de Madeira, conforme Planilha, Memorial e Cronograma.

Valor: R$**227.223,75**

Data: 02/03/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

PORTARIA Nº.089, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **Srº.SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Licença-Prêmio ao servidor, VALDENOR BORGES DE SOUZA, atendendo a necessidades do interessado, de acordo que preceitua o Art. 97 inciso XVII da lei Orgânica do Município; Referente ao período 01/04/2000 à 31/03/2005, sendo (60) sessenta dias afastado a partir de 02/03/2017, devendo seu retorno acontecer em 02/05/2017.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Artigo 3º – Registre, Publique e Cumpra-se.

_____

Silvio Jose de Morais Filho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.085, DE 01 DE MARÇO 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ºSILVIO JOSE DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias ao servidor**, SUÉLIO XAVIER DA COSTA, Gari, RG: 1751227-1 SSP/MT** e **CPF: 013.728.691-07** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **10/02/2013 a 09/02/2014,** sendo **30 (trinta)** dias afastado a partir de **01/03/2017** devendo seu retorno acontecer em **01/04/2017.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Silvio Jose de Morais Filho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.087, DE 01 DE MARÇO 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.º.SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias ao servidor **PEDRO RODRIGUES DA SILVA**, **OPERADOR DE MÁQUINA LEVE**, **RG: 873197 SSP/MT** e **CPF: 496.108. 301-10**, de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período **10/02/2012 a 09/02/2013**, sendo **18 (dezoito)** dias afastado a partir de **01/03/2017**,devendo seu retorno acontecer em **18/03/2017**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

_____

Silvio Jose de Morais Filho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº088, DE 01 DE MARÇO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **Srº.SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias a servidora, **SEBASTIANA ONOFRA MENDES NAVES, CONTINUO (A), RG:634506 SSP/MT** e **CPF: 907.873. 231-87** de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período aquisitivo **01/04/2015 a 31/03/2016,** sendo **30 (trinta)** dias afastado apartir de **01/03/2017,** devendo seu retorno acontecer em **01/04/2017.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Publica

Registra

Cumpra.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Silvio Jose de Morais Filho

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 05/2017

NUMERO DO CONTRATO: N.º 05/2017.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araguainha.

CONTRATADA: **JOEL BRITO DE ANDRADE**

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a Prestação de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 11 Meses.

VALOR DO CONTRATO: R$ 10.417,00(dez mil quatrocentos e dezessete reais),

DATA DA ASSINATURA: 01/02/2017.

VIGENCIA: 01/02/2017à 31/12/2017.

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 04/2017

NUMERO DO CONTRATO: N.º 04/2017.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araguainha.

CONTRATADA: **JOSÉ AUGUSTO MARIANO CANEDO.**

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a Prestação de serviços Gerais, envolvendo as seguintes atividades: Serviços da manutenção e abastecimento de Água no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 11 Meses.

VALOR DO CONTRATO: R$ 10.417,00(dez mil quatrocentos e dezessete reais),

DATA DA ASSINATURA: 01/02/2017.

VIGENCIA: 01/02/2017à 31/12/2017.

PORTARIA Nº. 084 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017.

, **SRº.SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica nomeado o Srº. **Ricardo Moraes David, RG:2078474-0 SJSP/MT** e **CPF:042.128.151-09, Divisão do Conselho Tutelar Infância e Juventude** deste município**.**

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º- Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

PORTARIA Nº.086, DE 01 DE MARÇO 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.º SILVIO JOSE DE MORAIS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias ao servidor **ADALBERTO BARRETO**, **VIGILANTE**, **RG: 714244 SSP/MT** e **CPF: 362.137.561-91**, de acordo com que preceitua o **Art. 97 Inciso IX** da Lei Orgânica do Município, referente ao período **10/07/2013 a 09/07/2014**, sendo **30 (trinta)** dias afastado a partirde **01/03/2017**,devendo seu retorno acontecer em **01/04/2017**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

Silvio Jose de Morais Filho

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 03/2017

NUMERO DO CONTRATO: N.º 03/2017.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araguainha.

CONTRATADA: **ARACELI REZENDE FARIAS**

OBJETO: O presente Contrato tem como objeto a locação de Equipamentos de fisioterapia para Secretaria Municipal de Saúde do Município de Araguainha com a finalidade de desenvolver atividades motoras e promover analgesia nos pacientes promovendo o bem estar físico, mental e social da população de Araguainha – MT.

PRAZO: 11 Meses.

VALOR DO CONTRATO: R$ 11.924,00 (onze mil novecentos e vinte e quatro reais)

DATA DA ASSINATURA: 01/02/2017.

VIGENCIA: 01/02/2017à 31/12/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 91/2017, NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DE SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear o Sr. **LUIZ ANDRE FERNANDES DA SILVA LEITE,** para exercer o cargo em comissão de **GERENTE DE TURISMO,** da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT a partir de 01/03/2017.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois (22) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREVIARA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA Nº 031-2017-CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE

PORTARIA N.º 031/2017 "Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por idade em favor do Sr. NILTON ROBERTO ZAGATTI".

A Diretora Executiva do ***PREVIARA*** *- Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso "III", alínea "b" da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n.º 41, de 19 de Dezembro de 2003, Art. 53, inciso "III", alínea de "d", da Lei Municipal n.º 135/92, de 08 de maio de 1992, Art. 12, inciso "III", alínea "b" da Lei Municipal n.º 636/2005, de 03 de Junho de 2005.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria por idade em favor do **Sr. Nilton Roberto Zagatti,** portador do RG nº. 1.644.347 SSP/PR, inscrito no CPF. n.º 032.303.208-75 e da Cédula Eleitoral de n.º 43754318/21, zona. 041, Seção 0016, servidor efetivo no cargo de Braçal, classe "F", nível "02" contando com um total de 6.676 dias, de serviços prestados, ou seja, 18 (dezoito) anos 03 (três) meses e 16 (dezesseis), lotado na Secretaria Municipal de Administração, com proventos proporcionais, conforme processo do PREVIARA n.º 002/2017, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2017, revogando as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Araputanga/MT, 24 de Fevereiro de 2017.

Mariony Soares de Oliveira

Diretora Executiva

Previara

HOMOLOGO**:**

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
DECRETO N. 005.2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 005/2017

SÚMULA: ***HOMOLOGA O RESULTADO CLASSIFICATÓRIO DO TESTE SELETIVO PÚBLICO 001/2015, REALIZADO PELO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO ARENÁPOLIS-MT*****.**

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado classificatório do Teste Seletivo Simplificado, Edição 001/2017, realizado pelo Poder Executivo deste Município de Arenápolis - MT, para que produza os devidos fins e efeitos.

Art. 2º - A Secretaria competente poderá começar a fazer a chamada nominal dos classificados, para a convocação dos classificados, de acordo com a necessidade administrativa e operacional do sistema público de prestação de serviços, respeitada a disponibilidade financeira da municipalidade.

Art. 3º - Os convocados deverão cumprir os requisitos indispensáveis para o exercício regular da função, devendo, inclusive, serem submetidos a exame médico oficial.

Art. 4º - Não caberá ao candidato classificado e convocado pela Administração Municipal a escolha do lugar da prestação dos serviços, devendo atender ao interesse da municipalidade, no lugar por ela indicado.

Art. 5º - Eventuais candidatos classificados nas provas e convocados à contratação, porém inaptos para o exercício da função, seja por incapacidade ou incompetência, serão destituídos e declarados não aceitos para o trabalho, sem direito à garantia de vaga, ou de qualquer reparação.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE A QUEM DE DIREITO E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT, AOS 03 DE MARÇO DE 2017.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

RG Nº 10643694/SSP/SP – CPF Nº 786.970.268–49

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS–MT

Registrado e Publicado, na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
QUINTO TERMO ADITIVO Nº. 035/2017

AO CONTRATO Nº 223/2015 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE MELHORIA SANITÁRIA DOMICILIAR, INCLUINDO MAO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETO ARQUITETÔNICO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO; PK CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP; ADITIVO DE PRAZO; VIGÊNCIA: 05/03/2017 A 03/07/2017.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.360/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, o sr **JOSÉ SILVA ARAUJO,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 426.284 SESP/RO, e do CPF nº. 289.964.702-44, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento IntermediáriodeDiretor de Departamento de Fiscalização - **DEFIS**,Nível **DAI–01,** *lotado na Secretaria Municipal de Finanças*, a partir do dia 1°/03/2017, tornando sem efeito a Portaria Nº 9.213/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de março de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.361/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a Srª. **SUZANA DE MORAES,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.587.707-8 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 006.318. 531-89, ocupante do Cargo de Carreira de **FISCAL TRIBUTÁRIO,** para exercer oCargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediáriode **Diretor de Departamento de Fiscalização - DEFIS**,Nível **DAI–01,** *lotada na Secretaria Municipal de Finanças*, a partir do dia 1°/03/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de março de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.362/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o sr **JOSÉ SILVA ARAUJO,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 426.284 SESP/RO, e do CPF nº. 289.964.702-44, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediáriode **Diretor de Departamento de Projetos** - **DEPROJ**,Nível **DAI–01,** *lotado na Secretaria Municipal de Administração*, a partir do dia 1°/03/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de março de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.359/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, parte da Portaria n° 9.241/2017, onde **CONCEDE** ao funcionário Sr. **PONCILIO VIEIRA FERREIRA**, portador da Cédula de Identidade RG. 427.407 SSP/MS e do CPF 174.537.471-04, ocupante do cargo de Carreira de **VIGIA**,lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, GDF/02, a partir de 1°/03/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de março de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.358/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 096/2014, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, aos funcionários abaixo elencados, lotados na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, Gratificação por Desempenho Funcional/GDF**,** a partir do dia 1°/03/2017, conforme segue:

MAT.	NOME	VÍNCULO	FUNÇÃO	GDF
71	LÉIA FELISBERTO	EFETIVO	MERENDEIRA	GDF 1
537	ROSELY DE FÁTIMA M. ROCHA	EFETIVO	MERENDEIRA	GDF 2
543	PONCÍLIO VIEIRA FERREIRA	EFETIVO	VIGIA	GDF 5
570	AGENOR MENDES DE FARIA	EFETIVO	MOT. ÔNIBUS	GDF 3
1140	EVERTON RICARDO FORTUNATO	EFETIVO	MOT. ÔNIBUS	GDF 3
1341	EDSON FREITAS DA SILVA	EFETIVO	MOT. ÔNIBUS	GDF 3

1657	MÁRCIA OLIVEIRA N. BIEHL	EFETIVA	MERENDEIRA	GDF 3
2400	ELDIS QUIRINO DA SILVA	EFETIVO	MOT. ÔNIBUS	GDF 3
2429	SARA DA SILVA P. DOS SANTOS	EFETIVO	MERENDEIRA	GDF 1
2540	IVONETE APARECIDA DA SILVA	EFETIVO	MERENDEIRA	GDF 1
2742	ROSANA DO ROSÁRIO C. OLIVEIRA	EFETIVA	ZELADORA	GDF 1
2776	ANGRA RODRIGUES DA MATA	EFETIVO	MERENDEIRA	GDF 1
2845	VANDERLEI VELOZO	EFETIVO	MOT. ÔNIBUS	GDF 3
2947	ELIO FREITAS DA SILVA	EFETIVO	MOT. ÔNIBUS	GDF 3
2962	MARCOS MATEUS ALVES	EFETIVO	MOT. ÔNIBUS	GDF 3
2985	BEATRIZ CRISTINA DE PAULA	EFETIVO	MERENDEIRA	GDF 1
3015	FABRÍCIO SILVA SPOLADORE	EFETIVO	MOT. ÔNIBUS	GDF 3
3034	IMAR DA SILVA QUEIROZ	EFETIVO	MOT. ÔNIBUS	GDF 3
3223	JOSÉ LUIZ PEREIRA	EFETIVO	MOT. ÔNIBUS	GDF 3
3224	ALVANIR MAGALHAES DA COSTA	EFETIVO	MOT. ÔNIBUS	GDF 3
3239	ROSMAR CORTES SABINO	EFETIVO	MOT. ÔNIBUS	GDF 3
3301	MARIA RODRIGUES GOMES	EFETIVO	MERENDEIRA	GDF 1
3303	MARIA RIGO ELIAS	EFETIVA	MERENDEIRA	GDF 3
3446	EDILEUZA PEREIRA CORREA	EFETIVO	MERENDEIRA	GDF 1
3729	REGINALDO CORREA FERREIRA	EFETIVO	MOT. ÔNIBUS	GDF 3
3730	ANDERSON TEIXEIRA	EFETIVO	MOT. ÔNIBUS	GDF 3
3759	JOSÉ FERREIRA FILHO	EFETIVO	MOT. ÔNIBUS	GDF 3
3760	FERNANDO RICARTE	EFETIVO	MOT. ÔNIBUS	GDF 3

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de março de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 9.357/2017

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, a funcionária Srª. **CRISTINA DA LUZ**, portadora da Cédula de Identidade RG nº.1.164.867-8 SSP/RO e inscrita no CPF sob o nº. 884. 570.101-82,ocupante do Cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, lotada na *Secretaria Municipal de Saúde*, para exercer oCargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Departamento de Gestão Administrativa - DEGEAD,** Nível **DAI–01,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde*, a partir do dia 1°/03/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de março de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 011/2017

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA Nº 001/2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 396/99, DE ACORDO COM AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99 E 002/99 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 396/1999;

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocada a candidata abaixo relacionado aprovada no Processo Seletivo Simplificado para Professores da Educação Básica nº 001/2017, para comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, no dia 06/03/2017, às 8:00 horas para atribuição de classes e/ou aulas e posterior contratação.

Art. 2º No ato da convocação os candidatos deverão apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital de Seleção nº 001/2017 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 de março de 2017.

Registre-se

E

Publique-se

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

LOCALIDADE MEDALHA MILAGROSA – ENSINO MÉDIO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
043/2017	NILCÉIA VERICIMA FERREIRA	033.494.651-45	1475269-7 SSP/MT	ENSINO MÉDIO

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 004/2017 AO CONTRATO Nº 137/2015

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: *PK CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA EPP*; REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA COM VESTIÁRIO, COM DIMENSÕES DE 25,80M X 38M NA ESCOLA MUNICIPAL JARI EDGAR ZAMBIAZI, INCLUINDO OS MATERIAIS NECESSÁRIOS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO, CONSTANDO NO ANEXO I, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ; TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015; RESCISÃO UNILATERAL; A PARTIR DE 02/03/2017.

PORTARIA N.º 15/2017

"*Dispõe sobre a concessão dos benefícios de auxílio-doença e Salário Maternidade."*

O Secretário Municipal de Administração de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e nos termos dos Art. 15 e 26, da Lei Municipal nº 637/2006, de 13 de outubro de 2006, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder os benefícios de auxílio-doença e Salário-Maternidade aos servidores abaixo relacionados, com os direitos a eles inerentes, conforme Atestado e Laudo Médico Pericial:

Portaria	Processo	Nome	Lotação	Período
10/2017	2017.08.00006P	Kelse Ane Martins	Sec. Mun. de Educação e Cultura	23/01/2017 A 22/05/2017
11/2017	2017.05.00002P	Adão Gomes de Oliveira	Sec. Mun. de Educação e Cultura	12/02/2017 A 13/03/2017
12/2017	2017.05.00043R5	Magda Maria Vieira Barbosa	Sec. Mun. de Educação e Cultura	07/12/2017 A 05/06/2017
13/2017	2017.05.00005P	Iracema Pereira da Silva	Sec. Mun. de Saúde	16/02/2017 A 02/03/2017
14/2017	2017.05.00066R2	Rosangela Maria Passareli	Sec. Mun. de Educação e Cultura	23/01/2017 A 23/03/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Aripuanã-MT, aos 03 dias de março de 2017.

JOSÉ AUGUSTO MARTINS

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

AVISO DE RETIFICAÇÃO PP 005/2017

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) **–** Nº 005/2017/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será RETIFICADO Pregão Presencial Nº 005/2017. Objeto:**EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICOS PARA ATENDER SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.** NOVA Data da sessão pública: 21/03/2017 às 08 horas 30 minutos (horário local). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 Danilson Pereira Brito (Pregoeiro) e equipe de apoio, 03/03/2017.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

MÊS JANEIRO 2017

CONTRATO Nº 201/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Srª. KLEIDE COELHO DE LIMA, no cargo de Médico **Valor** Global R$ 7.598,56 **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017.**

CONTRATO Nº 205/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Srª, JAIME DA CUNHA VELLOSO NETO, no cargo de Médico **Valor** Global R$ 7.598,56 **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 206/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Srª, PAULO CESAR RAYE DE AGUIAR, no cargo de Médico **Valor** Global R$ 12.000,00 **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 207/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Srª, FERNANDO FERNANDES DE SOUZA, no cargo de Médico **Valor** Global R$ 7.000,00 **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 208/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Srª, JOÃO WASHINGTON ROCHA, no cargo de Médico **Valor** Global R$ 7.000,00 **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 209/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Srª, LISSA FERNANDES GARCIA DE ALMEIDA, no cargo de Médico **Valor** Global R$ 10.000,00 **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 211/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Srª, MARCUS VINICIUS FARIA NUNES, no cargo de Médico **Valor** Global R$ 6.000,00 **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 224/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Sr. ANDRÉ COSTA GARCIA MIRANDA, no cargo de Médico clinico geral **Valor** Global R$ 83,34 horas plantão **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 225/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Sr. ANDRÉ VILELA MARTINS DE OLIVEIRA, no cargo de Médico clinico geral **Valor** Global R$ 10.585,00 **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 226/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Sr. ANDRÉ LUIZ VILELA GALVÃO, no cargo de Médico clinico geral **Valor** Global R$ 83,34 Horas Plantão **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 227/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Sr. DANIEL BARBOSA ROSA, no cargo de Médico clinico geral **Valor** Global R$ 15.000,00 **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 228/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Sr. GENTIL PAGOTTO, no cargo de Médico clinico geral **Valor** Global R$ 10.585,00 **Vigência do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

,

CONTRATO Nº 231/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Sr. LORRAINE MALAFAIA CONCEIÇÃO, no cargo de Médico Clinico Geral **Valor** Global R$ 10.000,00 **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 232/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Sr. JORGE AMADO ZILO SPHOR, no cargo de Médico Clinico Geral **Valor** Global R$ 83,34 Horas Plantão **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 233/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Sr. JORGE EDUARDO MARTINS DE ALMEIDA, no cargo de Médico Clinico Geral **Valor** Global R$ 83,34 **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 234/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Sr. JOSÉ LOPES DA SILVA, no cargo de Médico Clinico Geral **Valor** Global R$ 83,34 **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 235/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Srª. MARLA CINTIA ROMIO BATISTA, no cargo de Médico Psiquiatra **Valor** Global R$ 15.000,00 **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 236/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Sr. MAURO FERNADO GOMES FERREIRA, no cargo de Médico Pediatra **Valor** Global R$ 28.000,00 **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 237/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Sr. MISAEL RIOJA ORELLANA, no cargo de Médico Clinico Geral **Valor** Global R$ 10.000,00 **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 238/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Srª. NATHÁLIA GONÇALVES SIQUEIRA, no cargo de Médico Clinico Geral **Valor** Global R$ 83,34 Horas Plantão **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 239/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Sr. RAFAEL JOVIANO SOUZA DE BARROS, no cargo de Médico Clinico Geral **Valor** Global R$ 115,00 Horas Plantão **Vigência: inicio 02/01/2017 a 31/12/2017. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 240/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Sr. SILVONET DE CAMPOS, no cargo de Médico Clinico Geral **Valor** Global R$ 10.000,00 **Vigência: : do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 241/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Sr. THIAGO MAGALHÃES CABRAL, no cargo de Médico Clinico Geral **Valor** Global R$ 83,34 **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 242/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Srª. VERONICA ALVES VILAR, no cargo de Médico Clinico Geral **Valor** Global R$ 83,34 Horas Plantão **Vigência: inicio 02/01/2017 a 31/12/2017. – Contrato de Trabalho por prazo determinado.**

CONTRATO Nº 243/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Sr. WILSON VILELA MEDEIROS FILHO, no cargo de Médico Clinico Geral **Valor** Global R$ 2.000,00 **Vigência: : do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 244/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Sr. WLADIMIR ANTONIO DE FARIA, no cargo de Médico Clinico Geral **Valor** Global R$ 10.000,00 **Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 02/01/2017**

CONTRATO Nº 250/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Sr. FLORIZAN LUIZ ESTEVES, no cargo de Médico **Valor** Global R$ 11.000,00 **Vigência: : do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 10/01/2017**

CONTRATO Nº 251/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Sr. REULLER DEIBAS PIRES DA SILVA, no cargo de Médico **Valor** Global R$ 11.000,00 **Vigência: : do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 10/01/2017**

CONTRATO Nº 266/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Sr, HUDSON HORITA no cargo de Médico **Valor Global R$ 13.500,00 Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 11/01/2017**

.

CONTRATO Nº 296/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

Contratada: Srª, POLLYANA KARLA GOMES FERREIRA no cargo de Médica **Valor Global R$ 7.598,56 Vigência: do contrato será até 120 cento e vinte dias, a contar da assinatura do mesmo 18/01/2017**

EXTRATO DO 1º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº813/2016

EXTRATO DO 1º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº813/2016

TERMO ADITIVO Nº 001/2017

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada **BR TRAN SOLUÇÕES EM TRANSITO LTDA -ME**, que tem por objetivo de Inclusão de clausula, fica definido a responsabilidade exclusiva da empresa concessionaria o dever de indenizar em razão de furtos, danos ou avarias que ocorram em veículos que se encontrarem estacionados em áreas rotativas deste município a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2017. Barra do Garças - MT, 24 de Fevereiro de 2017.

AVISO DE LICITAÇÃO PP 009/2017

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) **–** Nº 009/2017/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 009/2017. Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL PARA ATENDER FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICIPIO.**Data da sessão pública: **20/03/2017** às **08 horas 30 minutos** (horário local). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Danilson Pereira Brito (Pregoeiro) e equipe de apoio, 03/03/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 050 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 4991 de 01 de fevereiro de 2017, 5849 de 06 de fevereiro de 2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Prorrogar os contratos por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, dos senhores relacionados abaixo, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação.

Nº	NOME	HABILITAÇÃO	PERÍODO	C. H
388/ 2016	Adriana Novaes Zuchini	Professora licenciada em Biologia	21.12.2016 a 20.12.2017	30
063/ 2016	Erica Patrícia da Silva	Professora licenciada em Biologia	21.12.2016 a 20.12.2017	20
036/ 2016	Francisco Morais dos Santos Filho	Professora licenciada em Biologia	21.12.2016 a 20.12.2017	20
073/ 2016	Jennifer Bianca Leite dos Santos	Professora licenciada em Biologia	21.12.2016 a 20.12.2017	20
242/ 2016	Jessica Nunes de Oliveira	Professora licenciada em Biologia	21.12.2016 a 20.12.2017	20
343/ 2016	Luiz Marcelo Barbosa	Professor Licenciado em Biologia	21.12.2016 a 20.12.2017	20
026/ 2016	Ana Creusa Gonçalves	Professora licenciada em Letras	21.12.2016 a 20.12.2017	30
385/ 2016	Deiziane Duarte da Silva	Professora licenciada em Letras	21.12.2016 a 20.12.2017	20
066/ 2016	Elizangela da Costa e Silva	Professora licenciada em Letras	21.12.2016 a 20.12.2017	20
243/ 2016	Enilce Pereira de Souza Gil	Professora licenciada em Letras	21.12.2016 a 20.12.2017	20
019/ 2016	Izabel Maria de Souza	Professora licenciada em Letras	21.12.2016 a 20.12.2017	20
408/ 2016	Luciene Barbosa Azevedo	Professora licenciada em Letras	21.12.2016 a 20.12.2017	30
012/ 2016	Natalino Ribeiro de Pinho	Professora licenciada em Letras	21.12.2016 a 20.12.2017	20
90/ 2016	Nilzanete da Costa Cebalho	Professora licenciada em Letras	21.12.2016 a 20.12.2017	20
087/ 2016	Rebeca Ferreira Carvalho	Professora licenciada em Letras	21.12.2016 a 20.12.2017	25
277/ 2016	Rosimeire Cristina Perez	Professora licenciada em Letras	21.12.2016 a 20.12.2017	20
94/ 2016	Rozilene Barbosa	Professora licenciada em Letras	21.12.2016 a 20.12.2017	20
307/ 2016	Simoni Ribeiro da Silva	Professora licenciada em Letras	21.12.2016 a 20.12.2017	30
378/ 2016	Valdo Menacho	Professora licenciada em Letras	21.12.2016 a 20.12.2017	30
055/ 2016	Alvacir Alex de Oliveira Ricci	Professora licenciada em Matemática	21.12.2016 a 20.12.2017	20
071/ 2016	Eleziel Beijamim da Silva Leite	Professora licenciada em Matemática	21.12.2016 a 20.12.2017	20
415/ 2016	Ildelene Aparecida da Costa Queiroz	Professora licenciada em Matemática	21.12.2016 a 20.12.2017	20
263/ 2016	Paulo Seza Ribeiro Magalhães	Professora licenciada em Matemática	21.12.2016 a 20.12.2017	20
33/ 2016	Pedro Paulo de Oliveira Sabala	Professora licenciada em Matemática	21.12.2016 a 20.12.2017	20
014/ 2016	Valdinei Martins de Souza	Professora licenciada em Matemática	21.12.2016 a 20.12.2017	20

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de fevereiro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 10.02.17

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
AVISO DE RESULTADO-PREGÃO ELETRÔNICO N°02 /2017 - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO ELETRÔNICO N°02 /2017 - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

Objeto: FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO (CBUQ), PRONTA PARA USO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS (TAPA-BURACOS),ACONDICIONADA EM

SACOS DE 25KG, visando atender às demandas da autarquia municipal Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal de Cáceres-MT, conforme especificações detalhadas no item 3 – DESCRIÇÃO DO OBJETO do Termo de Referência, parte integrante do Edital.

Empresa vencedora do certame: PRIME ASFALTOS LTDA -EPP

CNPJ 24.485.269/0001-48

VALOR R$ 26.550,00 (Vinte e seis mil,quinhentos e cinquenta reais).

Cáceres-MT, 02 de Março de 2017.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo–Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL AVISO DE RESULTADO-PREGÃO ELETRÔNICO N°01 /2017 - TIPO MENOR PREÇO .

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO ELETRÔNICO N°01 /2017 - TIPO MENOR PREÇO .

Interessada: Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

Objeto: Pregão Eletrônico visando a contratação de empresa especializada no fornecimento LOCAÇÃO DE 06 (SEIS) IMPRESSORAS DIGITAIS MULTIFUNCIONAIS MONOCROMÁTICAS, COM FUNÇÕES DE COPIADORA, IMPRESSORA E SCANER (*OUTSOURCING DE IMPRESSÃO*),visando atender às demandas da autarquia municipal Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal de Cáceres-MT, conforme especificações detalhadas no item 3 – DESCRIÇÃO DO OBJETO do Termo de Referência,para atender às demandas do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

Empresa vencedora do certame: CWX SERVIÇOS E NEGÓCIOS DE TECNOLOGIA EIRELI-EPP

CNPJ :07.342.935/0001-03

VALOR R$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais).

Cáceres-MT, 02 de Março de 2016.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo–Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 057/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,

R E S O L V E:

1. Tornar sem efeito a Portaria nº. 028/2017, de 20 de janeiro de 2017, em relação a Servidora **KATIA FARIA DA SILVA,** de suas atividades durante as sessões em período noturno, nos termos do artigo 1º, §3º e artigo 5º, IV, da Lei nº 2.524, de 03/03/2016, a partir do dia 06 de março de 2017.

2. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, cumpra-se.

Cáceres-MT, 03 de Março de 2017.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE CÁCERES EXTRATO SINDICÂNCIA PROC.037/2016.

EXTRATO

PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA 037/2016 – PROTOCOLO 30631, DE 11/08/2016, PORTARIA 365, DE 24/08/2016.

- RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, ONDE CONCLUI QUE DEVERÁ SER APLICADO PENA DE ADVERTENCIA A CONTRATADA AGENTE DE SAÚDE SRA. EVANILDA COSTA DO NASCIMENTO FÉLIX, E O INDICIAMENTO AO PROCESSO DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL SR. CLAUDINEI DE SOUZA FERREIRA.

- APRESENTAÇÃO DE DEFESA ESCRITA DE AMBOS.

- JULGAMENTO E ACATAMENTO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICANCIA ADMINISTRATIVA, PELO SR. PREFEITO MUNICIPAL, ONDE DECIDE PELA APLICAÇÃO DE PENA DE ADVERTÊNCIA A SRA. EVANILDA COSTA DO NASCIMENTO FÉLIX E INDICIAMENTO DO SR. CLAUDINEI DE SOUZA FERREIRA, AO PROCESSO.

- ENCAMINHAMENTO DE CÓPIAS DO JULGAMENTO E RELATÓRIO PÓS DEFESA E JULGAMENTO, PARA APLICAÇÃO POR ESCRITO DA PENA DE ADVERTÊNCIA À SRA. EVANILDA, E ENVIO DE CÓPIA NA INTEGRA DO RESPECTIVO PROCESSO DE SINDICANCIA PARA GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTERIO DA SAÚDE, EM MATO GROSSO.

- APÓS PROVIDENCIAS – ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

Cáceres-MT., 03 de março de 2017.

Zubeide Peixoto Ambrósio Curvo

Presidente da CPSA

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 058/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,

R E S O L V E:

1. Nomear o Servidor **EURIMAR CORREIA DE OLIVEIRA,** matrícula 579-2, para atuar como Fiscal do Contrato abaixo indicado, nos termos do Artigo 67 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93 e estrito atendimento à Súmula nº 005 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, atribuindo-lhe os mais amplos poderes para o acompanhamento e fiscalização de referido instrumento.

Nº do Contrato:	002/2017
Objeto:	Prestação de Serviços de Fornecimento de Jornais Impressos.
Contratante:	**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**
Contratada:	**JESUINA DOS SANTOS - ME, nome fantasia "JORNAL EXPRESSÃO".**
Início Vigência:	03/03/2017
Término:	02/03/2018

2. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Cáceres-MT, 03 de março de 2017.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 049 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 4991, de 01 de fevereiro de 2017 e, nº 5849, de 06 de fevereiro de 2017

RESOLVEM:

Art. 1º Prorrogar os contratos por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, dos senhores relacionados abaixo, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação.

N°	NOME	HABITAÇÃO	PERÍODO	C. H
440/16	Adineia Aparecida Martins Da Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
490/16	Adriana Pereira De Campos	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
53/16	Alexandra Rosa De Oliveira	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
42/16	Altienes Vilanova Dos Passos	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
401/16	Amanda Da Silva Freitas	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
203/16	Ana Maria Alves	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
139/169	Ana Maria Cruz Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
192/16	Ana Paula Da Silva Ribeiro	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
101/16	Ana Vicencia De Carvalho Vanini	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
504/16	Andreia Moreira	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
120/16	Andreia Souza Da Costa	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
51/16	Angela Maria Das Neves	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
129/16	Angela Maria De Andrade	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
180/16	Aparecida Santana Dos Santos Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
148/16	Arlete Da Silva Ribeiro	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
497/16	Camila Oliveira De Marchi	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
21/16	Carolina Martins Carreiro	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
99/16	Carolina Pachuri	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
161/16	Celia Catarina De Arruda	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
298/16	Charlene Severo Borges	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
503/16	Claudia Trindade	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
95/16	Cleide De Alcântara Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
265/16	Cleire Pereira Da Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
216/16	Diana Lourença De Jesus	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
28/16	Divina Rodrigues Da Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
350/16	Domingas Ortiz Ramos	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
302/16	Edenilda De Oliveira Santana Ramos	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
208/16	Edna Garcia Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
78/16	Elaine Francisca De Oliveira	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
397/16	Elena Mazzon	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
74/16	Elida Rezende Da Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
213/16	Elisangela Da Silva Barbosa	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
399/16	Elisangela Hurtado De Oliveira	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
473/16	Eliseia Lopes Borges	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
141/16	Elizabeth Da Silva Rodrigues	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
171/16	Eletilzia Severino Machado	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
289/16	Erenice Rosiana Dos Santos	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
287/16	Erika Fatima De Arruda	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	25
57/16	Eunice De Albuquerque Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
134/16	Evanilda Regina Gil Do Prado	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
185/16	Fatima Laura Mendes Porto	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
142/16	Fernanda Aparecida Da Conceição De Oliveira	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
126/16	Fernanda Fernandes Da Cruz	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
85/16	Francisco Carlos Novakc	Prof. Licenciado Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
29/16	Frank Anacleto Chaves	Prof. Licenciado Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
58/16	Gerlando Paula Da Silva	Prof. Licenciado Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
122/16	Gisele Cassia Simoncele	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
493/16	Glauciele Monteiro De Souza	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
380/16	Glaucielly De Oliveira Fernandez	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
461/16	Gleice Marangueli Da Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
215/16	Gleiciela Carmem Fornazari	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
98/16	Graciane Aniceto Da Silva Fonseca	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
268/16	Guiomar De Matos Sequeira Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
133/16	Inez Alves Guimaraes Martins	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
8/16	Istaining Wilcieslaine Barbosa Teixeira	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
492/16	Izabel Cristina De Souza Saturnino Da Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
206/16	Izailda Maria Carneiro Geraldes	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
379/16	Jane Antunes Magalhães	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
369/16	Jane Leobaldina Dos Santos	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
211/16	Janine Aparecida Ferreira Egues Candia	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
416/16	Jaqueline Avelina Da Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
27/16	Jenesio Da Silva Tolomeu	Prof. Licenciado Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
23/16	Jesuina Miranda Da Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
463/16	João Bosco Sebastião	Prof. Licenciado Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
517/16	Joice De Fatima Cardoso Ximenes	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
83/16	Josiane Da Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
190/16	Josiane De Oliveira Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
163/16	Jucimeira Gonçalves De Oliveira	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
96/16	Julia Cristina Sabala De Souza Filha	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
195/16	Juliene Bruno Alves	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
172/16	Kaiti Alves Martins Pastor	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
184/16	Katia Ribeiro Costa	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
127/16	Katiane Artiago Campos Santana	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30

173/16	Kenia Borromeu Da Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
368/16	Lais Mara Almeida Caetano	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
451/16	Liliane Campos Da Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
292/16	Luana Thaylle Cristo Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
207/16	Luciane Aparecida Do Nascimento	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
170/16	Luciene Maria Da Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
153/16	Lucilene Greice Botelho Magalhães	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
155/16	Lucilene Mendes Dos Santos	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
86/16	Lucinei Borges Gomes	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
22/16	Luzia Da Penha Marques	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	22
3/16	Luzia Margareth Da Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
166/16	Marcia Helena Ribeiro Toledo	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
351/16	Marciana De Souza Queiroz Mota	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
115/16	Marcilene Costa Monteiro	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
81/16	Marcos Novakc	Prof. Licenciado Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
24/16	Maria Aparecida Dos Santos	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
59/16	Maria De Albuquerque Dos Santos	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
40/16	Maria De Fatima Viana Mendes	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	40
108/16	Maria Do Carmo Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
157/16	Maria Madalena De Oliveira	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
499/16	Maria Teresa Soares	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
144/16	Marilza Da Silva Chaves	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
128/16	Marina De Fatima Souza	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
158/16	Marina Leonidas Lopes	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
437/16	Mariza Pinto De Miranda	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
199/16	Marlei Santos Da Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
117/16	Marlene Rosalia De Paula	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
145/16	Michelle Karoline Modesto	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
502/16	Monica Pereira De Araujo	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
165/16	Nadia Francisca Bacellar Prates Garcia	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
459/16	Nilma Da Silva Oliveira	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
37/16	Nilmara Rodrigues De Campos	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
79/16	Odania Ferreira Da Silva Frnça	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
132/16	Renata Gomes Da Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
38/16	Rody Vieira Rodrigues Souza	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
197/16	Rosali da Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
358/16	Rosana Da Cruz Alves	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
271/16	Rosangela Ferreira Da Silva Araujo	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
198/16	Rosangela Matucari	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
498/16	Roseane De Souza Martins Tavares	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
400/16	Rosecley Aparecida Magalhães Severino	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
100/16	Rosemara De Moraes Da Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
252/16	Rosenei Aparecida Meneses	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
495/16	Rosimar Cristina Da Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
94/16	Rozilene Barbosa	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
373/16	Ruberleia Cicera Do Couto Costa	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
329/16	Rutilene Leal De Loudes	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
505/16	Sandra De Oliveira Leite	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
159/16	Sandra Regina De arruda Barros	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
5/16	Silvana Ferreira De Morais	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
267/16	Simone Pereira Da Silva Baleeiro	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
140/16	Solange Maria De Franca	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
288/16	Suzane Pereira Dos Santos	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
494/16	Talita Rodrigues Leite	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
121/16	Tatiane Almeida Santos De Camargo	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
264/16	Tereza Cristina De Oliveira Costa Franco	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
315/16	Valdete Rodrigues Dos Santos	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
303/16	Vandirlene Viana Baldoino	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
49/17	Vaneide Da Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
204/16	Vanessa Campos Barboza Da Silva	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
109/16	Vanessa Pereira Dos Santos	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
420/16	Vanilza Carvalho De Melo	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
137/16	Vanuza Aparecida Almeida	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30
441/16	Vera Lucia Da Silva Ortega	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
422/16	Vilma Auxiliadora Silva Do Espirito Santo	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
31/16	Welma Soares De Jesus	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	20
20/16	Zelia Maria De Souza	Prof. Licenciada Pedagogia	21.12.2016 à 20.12.2017	30

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de fevereiro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 10.02.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 070 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto º 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 9395, de 27 de fevereiro de 2017,

RESOLVEM:

Art.1º Nomear as senhoras relacionadas abaixo, para compor o **CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DA MULHER**, para o biênio 2015/2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Suplente: Sueli Aparecida dos Santos Silva em substituição a servidora Ana Suely Gattas Alves.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de fevereiro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

HIGOR FAUBER LEMES DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Ação Social em substituição

Afixado em: 23.02.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 123 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 9220, de 24 de fevereiro de 2017.

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **VITOR MIGUEL DE OLIVEIRA**, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
027/17	RT DE RAMOS AUTO CENTER EIRELI-ME	Registro de preços para contratação de empresa especializada em manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de peças, para atender a Secretaria de Fazenda	17 .02.17	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deve acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Fazenda e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de fevereiro de 2017.

MARLI FATIMA FERREIRA DE LIMA

Secretária Municipal de Fazenda

Afixado em: 27.02.17.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 121 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 8999, de 23 de fevereiro de 2017.

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **LUIZ MÁRIO CASTRILLON MENDES**, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
024/17	TECTONER DO BRASIL LTDA- EPP	Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços continuados de Manutenção Preventiva e Corretiva, Reposição de Peças, Suporte Técnico para Impressoras e Scanners, e Aquisição/ Recarga de Tonner/Cartucho, para atender as Secretarias do Município de Cáceres- MT	13.02.17	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deve acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Fazenda e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 24 de fevereiro de 2017.

MARLI FATIMA FERREIRA DE LIMA

Secretária Municipal de Fazenda

Afixado em: 24.02.17.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE CÁCERES
ERRATA/EXTRATO PROC. SIND.004/2015

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DA DATA DE 26/01/2017

EXTRATO

PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA 004/2015 – PROTOCOLO 26267, DE 17/09/2014, PORTARIA 061, DE 24/02/2015.

- RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, ONDE CONCLUI QUE O SR. JOAQUIM JÚLIO DA SILVA DEVERÁ ASSINAR TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA PARA DEVOLUÇÃO À PREFEITURA M. DE CÁCERES DO VALOR DE R$ 1. 174,97, PARCELADO EM 10 (DEZ) VEZES, E TAMBÉM PELA APLICAÇÃO DA PENA DE ADVERTENCIA AO SERVIDOR GIMERSON FERREIRA DE SOUZA.

- JULGAMENTO E ACATAMENTO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICANCIA ADMINISTRATIVA, PELO SECRETÁRIO M. DE SAÚDE, ONDE DECIDE PELA APLICAÇÃO DE PENA DE ADVERTÊNCIA AO SERVIDOR GIMERSON FERREIRA DE SOUZA.

- APRESENTAÇÃO DE DEFESA PELO SERVIDOR QUANTO Á NÃO APLICAÇÃO DE PENA DE ADVERTÊNCIA, AO MESMO.

- JULGAMENTO E HOMOLOGAÇÃO : SECRETÁRIO M. DE SAUDE, NÃO ACOLHE A DEFESA FEITA PELO SERVIDOR GIMERSON FERREIRA DE SOUZA E MANTÉM O JULGAMENTO ANTERIORMENTE PROFERIDO, OU SEJA, PELA APLICAÇÃO DA PENA DE ADVERTÊNCIA, AO SERVIDOR.

- ENCAMINHAMENTO DE CÓPIAS DO JULGAMENTO E RELATÓRIO PÓS DEFESA E JULGAMENTO, PARA APLICAÇÃO POR ESCRITO DA PENA DE ADVERTÊNCIA AO SERVIDOR GIMERSON FERREIRA DE SOUZA, PELO SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO.

- APÓS PROVIDENCIAS – ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

Cáceres-MT., 03 de março de 2017.

Zubeide Peixoto Ambrósio Curvo

Presidente da CPSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO N° 001/2017 AO CONTRATO ADM. Nº 45/2016-PGM

CONTRATANTE: Município de Cáceres/MT, através da secretaria municipal de Finanças.

CONTRATADA: C.T. DA SILVA-ME.

OBJETO: Aditar o **PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2016-PGM,** celebrado entre o Município de Cáceres através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS** e a empresa **C.T. DA SILVA -ME, PARA MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 23/02/2017 a 23/02/2018.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das obrigações assumidas em decorrência deste contrato correrão pela rubrica através da Dotação Orçamentaria conforme discriminadas abaixo:

Órgao/unidade:

05.0.1

Projeto atividade:

04.123.1006.2.021

Natureza da despesa:

3.3.90.39

Fonte de Recursos:

(100) Recursos ordinários

LOCAL E DATA: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 22 de Fevereiro de 2017.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONTRATANTE

CLEDNEI TUBINO DA SILVA

C.T. DA SILVA-ME.

CONTRATADA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE RETIFICAÇÃO 002/2017

Edital de retificação 002/2017

Edital de retificação do seletivo 001/2017 da Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres – MT, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse Público.

O Secretario Municipal de Saúde da Prefeitura de Cáceres, no uso de suas Atribuições legais.

- Onde lê

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A análise dos currículos, objeto do presente Processo Seletivo Simplificado nº001/2017, está pautada no artigo 37, IX, da Constituição Federal; Artigo 96, VIII da Lei Orgânica Municipal; Artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 8.269, de 29/12/2004, Artigo 65 da Lei Complementar nº 47 de 29 de setembro de 2003, do Decreto nº914 de 27 de novembro de 2007, que norteará os critérios da seleção.

1.2 O processo seletivo simplificado tem caráter eliminatório e classificatório, compreendendo análise curricular.

5. Das Inscrições:

5.9 As inscrições serão realizadas nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Av. Getúlio Vargas, s/nº - Bairro Vila Mariana Cáceres-MT.

3.0. Dos Cargos e Atribuições:

3.3 Educador físico

a) Requisitos: Curso Superior em Educação Física, bacharelado, com registro no CREF. b) Atribuições do cargo: Reger salas de aula em atividades de educação física, desportivas e de laser; atuar no ensino esportivo e atividade de lazer para criança, adolescentes e adultos; divulgar atividades esportivas e de lazer; atuar na área de ensino e prática esportiva; elaborar programas e plano de trabalho, controle e avaliação de rendimento; organizar e acompanhar turmas de competições e excursões ainda que fora do Município; manter disciplina; organizar e participar de reuniões; colaborar na conservação da ordem do ambiente de trabalho; desempenhar tarefas afins.

QUADRO DE VAGAS

ITEM	CARGO	Dotação Orçamentária	Fonte
01	Auxiliar de Serviços Gerais	2024	102
02	Assistente Administrativo	2024	102
03	Educador Físico	2038	114
04	Enfermeiro	2029	114
05	Farmacêutico	2041	114
06	Fisioterapeuta	2146	114
07	Maqueiro	2041	114
08	Médico Clinico Geral - Unidade Móvel	2033	114
09	Médico Psiquiatra	2038	102
10	Motorista	2024	102
11	Psicóloga	2146	114
12	Técnico em Enfermagem	2041	114
13	Terapeuta Ocupacional	2038	102
14	Odontólogo – Unidade Móvel/PSF	2029	114

- Lê - se como

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A análise dos currículos, objeto do presente Processo Seletivo Simplificado nº001/2017, está pautada no artigo 37, IX, da Constituição Federal; Artigo 96, VIII da Lei Orgânica Municipal; Artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 8.269, de 29/12/2004, Artigo 65 da Lei Complementar nº 47 de 29 de setembro de 2003, do Decreto nº914 de 27 de novembro de 2007, que norteará os critérios da seleção.

1.2 O processo seletivo simplificado tem caráter eliminatório e classificatório, compreendendo análise curricular (1ª etapa – eliminatória) com entrevista (2ª etapa – classificatória).

3.0. Dos Cargos e atribuições:

3.3 Educador Físico

a) Requisitos: Curso superior em Educação Física, bacharelado, com registro no CREF.

b) Atribuições do cargo: O Bacharel em Educação Física atua no planejamento, prescrição, supervisão e coordenação de projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas. Em sua atividade, avalia as manifestações e expressões do movimento humano, tais como: exercício físico, ginástica, jogo, esporte, luta, artes marciais e dança. Pesquisa, analisa e avalia campos da prevenção, promoção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora e do rendimento físico-esportivo. Planeja e gerencia atividades de lazer e de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas. Em sua atividade gerencia o trabalho e os recursos materiais de modo compatível com as políticas públicas de saúde, primando pelos princípios éticos e de segurança.

5. Das Inscrições:

5.9 As inscrições serão realizadas nas dependências do Centro Especializado em Reabilitação (CER) de Cáceres, Bairro Santa Izabel - Rua Nossa Senhora Aparecida - s/nº (próximo ao Pronto Socorro) nos dias 07 e 08 de março de 2017, das 7:30 às 11:30 (período matutino) e 13:30 e 17:30 (período vespertino)

QUADRO DE VAGAS

ITEM	CARGO	vagas
01	Auxiliar de Serviços Gerais	21
02	Assistente Administrativo	19
03	Educador Físico	2
04	Enfermeiro	6
05	Farmacêutico	4
06	Fisioterapeuta	2
07	Maqueiro	4
08	Médico Clinico Geral - Unidade Móvel-Ultra-Sonografista	4
09	Médico Psiquiatra	1
01	Motorista	5
11	Psicóloga	4
12	Técnico em Enfermagem	15
13	Terapeuta Ocupacional	2
14	Odontólogo – Unidade Móvel/PSF	2
15	Médico Clinico Geral/ Perito do trabalho	1

- Onde lê

6. Da Classificação:

6.1. A ordem de Classificação dos candidatos para cada cargo será definida considerando os critérios e etapas deste Edital.

6.2. Etapa I

6.2.1 Da Análise de Currículo – Para todos os Cargos

6.2.2. Na análise da Titulação Acadêmica, será computado e acrescido a maior pontuação conforme a tabela a baixo.

6.2.3 A análise Curricular será realizada pela Comissão Permanente do Processo Seletivo Simplificado.

7.0 Formação Superior.

	INSTRUÇÃO	CONDIÇÃO	PONTO
01	Graduação	Diploma ou certificado de conclusão de curso de Licenciatura na Área pretendida	5,0
02	Especialização	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Especialização com carga horária igual ou superior a 360 horas/aulas.	1,0
03	Mestrado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Mestrado.	1,5
04	Doutorado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Doutorado.	2,5

Obs.: Para efeitos de pontuação os títulos não serão acumulativos, validando o de maior ponto.

7.1 Experiência e Qualificação Nível Superior

ORDEM	ANÁLISE CURRICULAR	CONDIÇÃO	PONTOS
01	TEMPO DE SERVIÇO	Documento comprobatório de tempo de serviço na área da saúde em atuação ao cargo pretendido, referente aos 05 (cinco) últimos anos, registrado pela instituição, legalmente autorizada, atribui-se 1,0 (um ponto) para cada ano comprovado, podendo atribuir-se no máximo 5,0 (cinco pontos).	1,0 a 5,0

02	FORMAÇÃO EM SERVIÇO	Certificados de cursos na área da saúde, devidamente registrados pela instituição formadora, legalmente autorizada, contendo carga horária e conteúdos ministrados. Atribui-se 0,50 (cinquenta décimos) para cada 40h (quarenta) apresentadas e comprovadas, podendo atribuir-se no máximo 3,0 (três pontos), nos últimos três anos.	0,50 a 3,0

7.2 Formação Nível Fundamental e Médio

ORDEM	INSTRUÇÃO	CONDIÇÃO	PONTO
01	Ensino Fundamental Completo	Certificado de conclusão ou Histórico Escolar do Ensino Fundamental.	5,0

ORDEM	INSTRUÇÃO	CONDIÇÃO	PONTO
02	Ensino Médio	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Certificado de conclusão ou histórico Escolar do Ensino Médio.	5,0

7.3 Experiência e Qualificação Nível Fundamental Médio e Superior

ORDEM	ANÁLISE CURRICULAR	CONDIÇÃO	PONTOS
01	TEMPO DE SERVIÇO	Documento comprobatório de tempo de serviço na área da saúde em atuação ao cargo pretendido, referente aos 05 (cinco) últimos anos, registrado pela instituição, legalmente autorizada, atribui-se 1,0 (um ponto) para cada ano comprovado, podendo atribuir-se no máximo 5,0 (cinco pontos).	1,0 a 5,0
02	FORMAÇÃO EM SERVIÇO	Certificados de cursos na área da saúde, devidamente registrados pela instituição formadora, legalmente autorizada, contendo carga horária e conteúdos ministrados. Atribui-se 0,50 (cinquenta décimos) para cada 40h (quarenta) apresentadas e comprovadas, podendo atribuir-se no máximo 3,0 (três pontos), nos últimos três anos.	0,50 a 3,0

- Lê - se como

6. Da Classificação:

6.1. A ordem de Classificação dos candidatos para cada cargo será definida considerando os critérios e etapas deste Edital.

6.2. Etapa I

6.2.1 Da Análise de Currículo – Para todos os Cargos

6.2.2. Na análise da Titulação Acadêmica, será computado e acrescido a maior pontuação conforme a tabela a baixo.

6.2.3 A análise Curricular será realizada pela Comissão Permanente do Processo Seletivo Simplificado.

6.2.4 A análise Curricular será realizada pela Comissão Permanente do Processo Seletivo Simplificado e serão classificados e convocados para a entrevista os candidatos que obtiverem a pontuação mínima de 9,0 (nove) pontos para os cargos de nível superior e .7,0 (sete) pontos para os cargos de nível fundamental e médio.

7.0 Formação Superior.

	INSTRUÇÃO	CONDIÇÃO	PONTO
01	Graduação	Diploma ou certificado de conclusão de curso de Licenciatura na Área pretendida	5,0
02	Especialização	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Especialização com carga horária igual ou superior a 360 horas/aulas.	1,0
03	Mestrado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Mestrado.	1,5
04	Doutorado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Doutorado.	2,5

Obs.: Para efeitos de pontuação os títulos não serão acumulativos, validando o de maior ponto.

7.1 Experiência e Qualificação Nível Superior

ORDEM	ANÁLISE CURRICULAR	CONDIÇÃO	PONTOS
01	TEMPO DE SERVIÇO	Documento comprobatório de tempo de serviço na área da saúde em atuação ao cargo pretendido, referente aos 05 (cinco) últimos anos, registrado pela instituição, legalmente autorizada, atribui-se 1,0 (um ponto) para cada ano comprovado, podendo atribuir-se no máximo 5,0 (cinco pontos).	1,0 a 5,0
02	FORMAÇÃO EM SERVIÇO	Certificados de cursos na área da saúde, devidamente registrados pela instituição formadora, legalmente autorizada, contendo carga horária e conteúdos ministrados. Atribui-se 0,50 (cinquenta décimos) para cada 80h (quarenta) apresentadas e comprovadas, podendo atribuir-se no máximo 1,0 (um ponto), nos últimos três anos.	0,50 a 1,0

7.2 Formação Nível Fundamental e Médio

ORDEM	INSTRUÇÃO	CONDIÇÃO	PONTO
01	Ensino Fundamental Completo	Certificado de conclusão ou Histórico Escolar do Ensino Fundamental.	5,0

ORDEM	INSTRUÇÃO	CONDIÇÃO	PONTO
02	Ensino Médio	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Certificado de conclusão ou histórico Escolar do Ensino Médio.	5,0

7.3 Experiência e Qualificação Nível Fundamental Médio e Superior

ORDEM	ANÁLISE CURRICULAR	CONDIÇÃO	PONTOS
01	TEMPO DE SERVIÇO	Documento comprobatório de tempo de serviço na área da saúde em atuação ao cargo pretendido, referente aos 05 (cinco) últimos anos, registrado pela instituição, legalmente autorizada, atribui-se 1,0 (um ponto) para cada ano comprovado, podendo atribuir-se no máximo 5,0 (cinco pontos).	1,0 a 5,0
02	FORMAÇÃO EM SERVIÇO	Certificados de cursos na área da saúde, devidamente registrados pela instituição formadora, legalmente autorizada, contendo carga horária e conteúdos ministrados. Atribui-se 0,50 (cinquenta décimos) para cada 80h (Oitenta horas) apresentadas e comprovadas, podendo atribuir-se no máximo 1,0 (Um ponto), nos últimos três anos.	0,50 a 1,0

Anexo I

DOS CARGOS E DAS VAGAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDe

CARGOS	Requisitos	Tipos de Provas	Remuneração R$	Carga Horária	VAGAS			Local de Trabalho
					AC	PNE	Total	
Médico do trabalho	Ensino Superior e Titulo em Medicina	Análise Curricular/entrevista	R$ 2.192,99	20h	01	-	01	SMS

Observação: para os cargos de técnico em enfermagem, enfermeiro, educador físico, médico, fisioterapeuta, psicólogo, farmacêutico, terapeuta ocupacional, odontólogo, faz-se necessário apresentar registro no seu respectivo órgão (carteira profissional).

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
RATIFICAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO N° 21/2017 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso através da Secretaria Municipal de Finanças, comunica a Adesão **a ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º31/2016, ORIUNDA DO PREGAO PRESENCIAL Nº18/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT.**

Objeto: Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços Gerais

Contratada:

COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES CNPJ: 21. 679.098/0001-25

Valor Total de R$ 148.800,00 (cento e quarenta e um mil e oitocentos reais).

Local e data: Prefeitura de Cáceres-MT, 03 de março de 2017.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
RETIFICA EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO N°. 002/2017

O **PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, comunica a contratação de prestação de serviço:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA FINANCEIRA: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI-CÁCERES

CONTRATADO: LDB CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA - EPP

OBJETO: Prestação de serviços de Consultoria Financeira.

PRAZO: 12 Meses

DATA ÍNICIO DAS ATIVIDADES: 27/01/2017

VALOR MENSAL*:* R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.000999 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Onde se lê: **VALOR MENSAL***:* R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais); ***leia-se:*** **VALOR MENSAL***:* R$ 665,00 (seiscentos e sessenta e cinco reais).

Cáceres, 03 de Março de 2017.

Luana Aparecida Ortega Piovesan

Diretora Executiva

Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 004/2017 AO CONTRATO ADM. Nº 103/2014-PGM

CONTRATANTE: Município de Cáceres/MT, através da secretaria municipal de Educação.

CONTRATADA: OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-ME

OBJETO: Aditar o **VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2014-PGM**, celebrado entre o Município de Cáceres através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** e a empresa **OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-ME, para mais R$ 82.500,00 (Oitenta e dois mil e quinhentos reais),conforme ficha 378, Pedido n.º 00468/17 de 31/01/2017, alterando-se o valor do custo total da contratação para R$ 412.500,00 (Quatro centos e doze mil e quinhentos reais) o custo mensal ficará no valor de R$27.500,00(Vinte e sete mil e quinhentos reais).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste termo Aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/ Unidade	Projeto/Atividade	Natureza da despesa	Fonte de recursos
07.1.0	12.122. 1016.2.058	3.3.90.39	0.1.01 Rec. de Imp. e de Transf. De Impostos-Educação

LOCAL E DATA: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 06 de Fevereiro de 2017.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO

CONTRATANTE

ÊNIO ADRIANO DE M. PELEGRINO

OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-ME

CONTRATADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 004/2017 AO CONTRATO ADM. Nº 51/2014-PGM

CONTRATANTE: Município de Cáceres/MT, através da secretaria municipal de Saúde.

CONTRATADA: SOUZA JUNIOR E CIA LTDA ME

OBJETO: Aditar o **PRAZO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 51/2014-PGM,** celebrado entre o Município de Cáceres através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** e a empresa **SOUZA JUNIOR E CIA LTDA ME,** para mais**12 (Três) meses.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO/UNIDADE	FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
06.0.2	10.302.1011.2.178	3.3.90	0.114 Transf. Do SUS

LOCAL E DATA: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 17 de Fevereiro de 2017.

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE

RONAN LEVY NERY DE SOUZA

SOUZA JUNIOR E CIA LTDA ME

CONTRATADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 004/2017 AO CONTRATO ADM. Nº 52/2014-PGM

CONTRATANTE: Município de Cáceres/MT, através da secretaria municipal de Saúde.

CONTRATADA: O. J. DA SILVA & SILVA LTDA EPP

OBJETO: Aditar o **PRAZO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 52/2014-PGM,** celebrado entre o Município de Cáceres através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** e a empresa **O. J. DA SILVA & SILVA LTDA EPP,** para mais **12 (Doze) meses.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO/UNIDADE	FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
06.0.2	10.302.1011.2.178	3.3.90	(0.193) Rem. Dep. Bancários

LOCAL E DATA: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 17 de Fevereiro de 2017.

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE

ODENILSON JOSÉ DA SILVA

O.J. DA SILVA & SILVA LTDA EPP

CONTRATADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 003/2017 AO CONTRATO ADM. Nº 95/2015-PGM

CONTRATANTE: Município de Cáceres/MT, através da secretaria municipal de Governo.

CONTRATADA: GONÇALVES CORDEIRO PROPAGANDA E MARKETING LTDA

OBJETO: Aditar o **PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 95/2015-PGM**, celebrado entre o Município de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Governo e a empresa **GONÇALVES CORDEIRO PROPAGANDA E MARKETING LTDA-EPP**, para mais **12(doze) meses a contar de 15/04/2017 a 15/04/2018 e o VALOR em conformidade com a tabela abaixo.**

OBJETO	PREÇO TOTAL DO CONTRATO	VARIAÇÃO PERCENTUAL (IPCA/IBGE)	VALOR TOTAL COM REAJUSTE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE	R$ 331.475,00	6,987458%	R$354.636,68

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/ Unidade	Funcional	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
03.0.1	04.131.1004.2.014	3.3.90.	(0.300) Rec. Ordinários

LOCAL E DATA: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 13 de Fevereiro de 2017.

WILSON MASSAHIRO KISHI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

CONTRATANTE

CLÁUDIO CESAR CORDEIRO

GONÇALVES CORDEIRO PROPAGANDA E MARKETING LTDA

CONTRATADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 002/2017 AO CONTRATO ADM. Nº 35/2016-PGM

CONTRATANTE: Município de Cáceres/MT, através da secretaria municipal de Saúde.

CONTRATADA: LABORATORIO EXAME LTDA –ME.

OBJETO: Aditar o **PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2016-PGM,** celebrado entre o Município de Cáceres através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** e a empresa **LABORATORIO EXAME LTDA –ME, PARA MAIS 12 (Doze) MESES, contados a partir de 11/02/2017 a 11/02/2018.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das obrigações assumidas em decorrência deste Termo Aditivo correrão pela rubrica através da Dotação Orçamentaria conforme discriminadas abaixo:

Órgão/Unidade: 06.2.0

Funcional- Programática: 10.302.1011.2.178

Natureza da despesa: 3.3.90

Fonte de recursos: (0.114) Trans. Do SUS

LOCAL E DATA: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de Fevereiro de 2017.

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA,

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE

LIVIA IANNELLA ALVES

LABORATORIO EXAME LTDA –ME

CONTRATADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2017 AO CONTRATO ADM. Nº 217/2016-PGM

CONTRATANTE: Município de Cáceres/MT, através da secretaria municipal de Educação.

CONTRATADA: PRINCESA TURISMO LTDA

OBJETO: Aditar O **VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 217/2016-PGM,** celebrado entre o Município de Cáceres através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** e a empresa **PRINCESA TURISMO LTDA, PARA MAIS R$ 375.000,00 (Trezentos e setenta e cinco mil reais) ficando o valor total do contrato de R$ 1.875.000,00 (Um milhão e oitocentos e setenta e cinco mil reais) correspondente a 25% do valor global.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das obrigações assumidas em decorrência deste contrato correrão pela rubrica através da Dotação Orçamentaria conforme discriminadas abaixo:

Órgão/ Unidade	Funcional-Programática	Natureza Da Despesa	Fonte De Recursos
07.0.2	12.362.1018.2. 073	3.3.90	(0.122) Transf. De Convênios Educação
07.0.2	12.362.1018.2. 073	3.3.90	(0.115) Transf. De Recursos do FNDE
07.0.2	12.362.1018.2. 145	3.3.90	(0.115) Transf. De Recursos do FNDE
07.0.2	12.362.1018.2. 072	3.3.90	(0.101) Rec. de Imp. E de Transf. De Impostos-Educação
07.0.2	12.362.1018.2. 072	3.3.90	(0.115) Transf. De Recursos do FNDE
07.0.2	12.362.1018.2. 074	3.3.90	(0.119) Transf. Do FUNDEB 40%

LOCAL E DATA: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de Fevereiro de 2017.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO

CONTRATANTE

FÁBIO MARTINS DE SOUZA

PRINCESA TURISMO LTDA.

CONTRATADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2017 AO CONTRATO ADM. Nº 187/2016-PGM

CONTRATANTE: Município de Cáceres/MT, através da secretaria municipal de Fazenda

CONTRATADA: ROSANE MICHELIS SARAVY-ME

OBJETO: Aditar o VALOR do Contrato Administrativo nº 187/2016-PGM, celebrado entre o Município de Cáceres através da Secretaria Municipal de Fazenda e a empresa **ROSANE MICHELIS SARAVY-ME, para mais R$ 5.000,00 (Cinco mil reais), correspondente a 25% do valor global do contrato, alterando-se o valor total da contratação para R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das obrigações assumidas em decorrência deste contrato correrão pela rubrica através das Dotações Orçamentarias conforme discriminadas abaixo:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
16.0.1	04.129.1041.2.182	3.3.90	0.100 Rec. Ordinários

LOCAL E DATA: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 06 de Fevereiro de 2017.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

Contratante

ROSANE MICHELIS SARAVY

ROSANE MICHELIS SARAVY-ME

Contratada

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2017 AO CONTRATO ADM. Nº 42/2016-PGM

CONTRATANTE: Município de Cáceres/MT, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

CONTRATADA: ELETROCONSTRO ELETRIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Aditar o VALOR do Contrato Administrativo nº 42/2016-PGM, celebrado entre o Município de Cáceres através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e a empresa ELETROCONSTRO ELETRIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, para mais R$ 649.215,00 (Seiscentos e quarenta e nove mil e duzentos e quinze reais),conforme ficha 588, Pedido n.º 00337/17 de 24/01/2017, alterando-se o valor do custo total da contratação para R$ 1.957.645,00 (Um milhão novecentos e cinquenta e sete mil e seiscentos e quarenta e cinco reais) o custo mensal ficará no valor de R$108.202,50(Cento e oito mil duzentos e dois reais), e o PRAZO PARA MAIS 06(SEIS) MESES a contar do dia 02/02/2017 a 01/08/2017.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta de recursos próprios e vinculados do orçamento vigente, alocado sob a classificação funcional:

Órgão/Unidade:	Órgão/Unidade:	Órgão/Unidade:	Órgão/Unidade:
08.0.1	08.0.1	08.0.1	08.0.1

LOCAL E DATA: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 01 de Fevereiro de 2017.

VALDECI RODRIGUES DA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

CONTRATANTE

NATALINO JOSE DE TOLEDO

ELETROCONSTRO ELETRIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.

CONTRATADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2017 AO CONTRATO ADM. Nº 41/2016-PGM

CONTRATANTE: Município de Cáceres/MT, através da secretaria MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL.

CONTRATADA: PALACIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Aditar o **PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41/2016-PGM,** celebrado entre o Município de Cáceres através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL** e a empresa **PALACIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME, PARA MAIS 06 (SEIS) MESES, contados a partir de 05/02/2017 a 04/08/2017.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das obrigações assumidas em decorrência deste Contrato correrão por conta de recursos próprios do orçamento vigente, alocado sob a classificação funcional:

Órgão/Unidade:

12.120.1.0

12.120.1.0

12.120.1.0

12.120.1.0

12.120.1.0

12.120.1.0

12.120.1.0

Funcional-Programática:

14.243.1034.2.094

08.243.1035.2.113

08.244.1035.2.142

08.244.1035.2.111

08.244.1035.2.142

08.244.1035.2.111

08.244.1035.2.109

Natureza Da Despesa:

3.3.90.30

3.3.90.30

3.3.90.30

3.3.90.30

3.3.90.30

3.3.90.30

3.3.90.30

Fonte De Recursos:

(100) Rec. Ordinários

(100) Rec. Ordinários

(100) Rec. Ordinários

(100) Rec. Ordinários

(100) Rec. Ordinários

(329) Transf. De Recursos Do FNAS/Reprogramação

(329) Transf. De Recursos Do FNAS/Reprogramação

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 03 de Fevereiro de 2017..

HIGOR FAUBER LEMES DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE AÇÃO SOCIAL

CONTRATANTE

KELLY ALESSANDRA NEVES RAMOS

PALACIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME.

CONTRATADA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
ATO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA Nº 01/2017

Protocolo Nº 5403 de 02 de março de 2017.

Interessado: Secretaria Municipal de Saúde.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO, visando a aquisição de um servidor Rack Dell Power Edge R730 para atender as Unidades pertencentes da Secretaria Municipal de Cáceres, **no município de Cáceres – MT.**

Despesas:

Órgão/Unidade: 06.01

Funcional/programática:10.122.1009.2.024

Natureza da despesa:4.4.90

Fonte de recursos:(0.193) Rem. Dep. Bancários

Fundamento: Artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Proprietário: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA - CNPJ: 72.381.189/0001-10

Valor: 46.268,75 (quarenta e seis mil, duzentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos)

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Art. 24, X da Lei Federal nº 8.666/1993.

Prefeitura de Cáceres / MT, 03 de março de 2017.

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2017 AO CONTRATO ADM. Nº 38/2016-PGM

CONTRATANTE: Município de Cáceres/MT, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: CLAUDINEI GONÇALEZ FERNANDES-ME.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Aditar o **PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2016-PGM,** celebrado entre o Município de Cáceres através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** e a empresa **CLAUDINEI GONÇALEZ FERNANDES-ME, PARA MAIS 12 (Doze) MESES, contados a partir de 25/02/2017 a 24/02/2018.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das obrigações assumidas em decorrência deste contrato correrão pela rubrica através das Dotações Orçamentarias conforme discriminadas abaixo:

Órgão/Unidade:

07.070.2.0

07.070.2.0

Funcional-Programática:

12.361.1017.2.061

12.365.1017.2.064

Natureza Da Despesa:

3.3.90.39

3.3.90.39

Fonte De Recursos:

(0.1.01) Gastos c/ Educação

(0.1.01) Gastos c/ Educação

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 20 de Fevereiro de 2017.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO

CONTRATANTE

CLAUDINEI GONÇALEZ FERNANDES

CLAUDINEI GONÇALEZ FERNANDES-ME

CONTRATADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 37/2016-PGM

CONTRATANTE: Município de Cáceres/MT, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: PRINCESA TURISMO LTDA.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Aditar o **PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2016-PGM,** celebrado entre o Município de Cáceres através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** e a empresa **PRINCESA TURISMO LTDA, PARA MAIS 90 (Noventa) DIAS, contados a partir de 17/02/2017 a 16/05/2017 e o VALOR PARA MAIS R$ 994.574,05 (Novecentos e noventa e quatro mil e quinhentos e setenta e quatro reais e cinco centavos) ficando o valor total do contrato de R$ 4.972.870,27 (Quatro milhões e novecentos e setenta e dois mil e oitocentos e setenta reais e vinte e sete centavos) corresponde a 25% do valor global.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das obrigações assumidas em decorrência deste contrato correrão pela rubrica através das Dotações Orçamentarias conforme discriminadas abaixo:

ORGAO/UNIDADE	FUNCIONAL - PROGRAMATICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
12.120.1.0	14.243.1034.2.094	3.3.90.39	(100) Rec. Ordinários
12.120.2.0	08.244.1035.2.111	3.3.90.39	(329) Trasnsf. Do FNAS
12.120.2.0	08.244.1035.2.109	3.3.90.39	(329) Transf. Do FNAS
12.120.2.0	08.244.1035.2.142	3.3.90.39	(329) Transf. Do FNAS
12.120.2.0	08.244.1036.2.119	3.3.90.39	(129) Transf. Do FNAS
12.120.2.0	08.331.1035.2.116	3.3.90.39	(329) Transf. Do FNAS
12.120.2.0	08.244.1035.2.114	3.3.90.39	(129) Transf. Do FNAS
12.120.2.0	08.243.1035.2.113	3.3.90.39	(329) Transf. Do FNAS

LOCAL E DATA: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de Fevereiro de 2017.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO

CONTRATANTE

FÁBIO MARTINS DE SOUZA

PRINCESA TURISMO LTDA.

CONTRATADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2017 AO CONTRATO ADM. N°036/2016-PGM

CONTRATANTE: Município de Cáceres/MT, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE Saúde.

CONTRATADA: SARAH ARGENTI ALVARENGA-EPP

OBJETO: Aditar o **PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 36/2016-PGM,** celebrado entre o Município de Cáceres através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** e a empresa **SARAH ARGENTI ALVARENGA-EPP, PARA MAIS 12 (Doze) MESES, contados a partir de 11/02/2017 a 11/02/2018.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das obrigações assumidas em decorrência deste contrato correrão pela rubrica através da Dotação Orçamentaria conforme discriminadas abaixo:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza Da Despesa	Fonte De Recursos
06.0.2	12.302.1011.2.178	3.3.90	(0.114) Transf. Do SUS

LOCAL E DATA: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 10 de Fevereiro de 2017.

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE

SARAH ARGENTI ALVARENGA

SARAH ARGENTI ALVARENGA-EPP

CONTRATADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 006/2017 AO CONTRATO ADM. Nº 33/2013-PGM

CONTRATANTE: Município de Cáceres/MT, através da Secretaria Municipal de Educação.

CONTRATADA: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JULIO STRUBING MÜLLER

OBJETO: Aditar o **VALOR para mais R$ 16.950,65 (dezesseis mil, novecentos e cinquenta reais e sessenta e cinco centavos), a ser pagos em 03(três) parcelas iguais de R$ 5.653,55 (cinco mil seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: 07.0.2.

Funcional-Programática: 12.361.1017.2.062

Natureza da Despesa: 3.3.90.39

Fonte de Recursos: (101) Rec. de Imp. e de Trasnf. de Impostos Gastos-Educação

LOCAL E DATA: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 08 de Fevereiro de 2017.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO.

LOCATÁRIO

ANTONIO CARLOS MANZOLI

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JULIO STRUBING MÜLLER

LOCADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 7116 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

PORTARIA DE Nº. 7116 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1154 de 29 de novembro de 2017,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 004/2016;

CONSIDERANDO o teor dos Editais de Convocações**.**

RESOLVE: I – Contratar os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Adalberto Omnhorowe Odzarana	Professor	Área indígena
Afonso Tsidzawe	Professor	Área indígena
Aldo Waãmate Tseredzédze	Professor	Área indígena
Alessio Tsere Ubua	Professor	Área indígena
Anderson Waue Warãiro	Professor	Área indígena
Anilton Tsipuiwari	Professor	Área indígena
Aquiles Abdzuwe	Professor	Área indígena
Betuel Sreomowari	Professor	Área indígena
Bilonzinho Tomoptsae	Professor	Área indígena
Cassio Tsuwapte Tseretopo	Professor	Área indígena
Cleiber Tsererowe Teropre	Professor	Área indígena
Damarcio Tsipo Omeiwa Uteme	Professor	Área indígena
Deonisio Tso Utuimore	Professor	Área indígena
Deusdado Ubdzare Tsirupi	Professor	Área indígena
Dorivaldo Tserenhira	Professor	Área indígena
Eduardo Sereuipra	Professor	Área indígena
Evandro Sereu ra	Professor	Área indígena
Evandro Uratse Tsererowe	Professor	Área indígena
Euclides Sirapsariwa	Professor	Área indígena
Euquenia Pereira Queiroz	Professor	Sede
Farides Seretapra	Professor	Área indígena
Felisberto Uruna Tseredzati	Professora	Área indígena
Fleuri Waomonhiriwedi	Professor	Área indígena
Gilberto Tserenhire	Professor	Área indígena

Heitor Wabdzu O Tseretata Awe	Professor	Área indígena
Helio Junior Sereparam	Professor	Área indígena
Ivanildo Aphaadi Prepe	Professor	Área indígena
Janio Tseretu Tserete	Professor	Área indígena
Josiama Pedzedi	Professor	Área indígena
Kenis Rate	Professor	Área indígena
Lindalva Soares de Oliveira	Professor	Sede
Lucas Mandu Tsitomowe	Professor	Área indígena
Luizinho Tserewaro We	Professor	Área indígena
Mailton Aibowabre	Professor	Área indígena
Marciel Tserewaihum Serewa Adi	Professor	Área indígena
Marcos Vinicius Tserewara	Professor	Área indígena
Maria das Graças Wautomora	Professor	Área indígena
Natalino Tseredzahi Tsarei	Professor	Área indígena
Nilson Fideles Warawi	Professor	Área indígena
Osmara Wautmosudzawi	Professor	Área indígena
Ozeias Wamnhanawe Tsereze	Professor	Área indígena
Pascasio tserewewanhi	Professor	Área indígena
Paulo Cesar Oriwê Wa'aire	Professor	Área indígena
Priscila Penhambi Prepe	Professor	Área indígena
Rangel Martins Xavante	Professor	Área indígena
Rogele Seremiwe	Professor	Área indígena
Ronaldo Ajawe	Professor	Área indígena
Rosana Rewanhire Tsere Ura	Professor	Área indígena
Sidnei Tsitedzé Tserepipa	Professor	Área indígena
Tobias Xavante	Professor	Área indígena
Tsa Amri Tserewawara	Professor	Área indígena
Wanderley Wadzatse Tsimiudo	Professor	Área indígena

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 13 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 13 de fevereiro de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 7121 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PORTARIA DE Nº. 7121 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1154 de 29 de novembro de 2017,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 004/2016;

CONSIDERANDO o teor dos Editais de Convocações**.**

RESOLVE: I – Contratar os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Ageu Tserenhowamre Pini ru	Professor	Área indígena
Alcio Tsoro rada	Professor	Área indígena
Ana Dulce Souza Ferreira	Professor	José Cordeiro/ Rural
Angelone Tsereridze	Professor	Área indígena
Atanacio Tserewahu	Professor	Área indígena
Banila Reputsio	AAE/Limpeza	Área indígena
Carlos Tserenhio	Professor	Área indígena
Flavio Cassimiro Tseredza	Professor	Área indígena
Gilmar Aparecido Moreira dos Santos	AAE/Transporte Escolar	Sede
Laerte Tseredzaro	Professor	Área indígena
Lucilene Pedzaio	Professor	Área indígena
Marcilene Aparecida Silva	Professor	José Cordeiro/ Rural
Marcio Nazareno Teihidzatse	Professor	Área indígena
Marcolina Rore Nomotse	Professor	Área indígena
Marvel Pawari	Professor	Área indígena
Neida Inácio da Silva	AAE/Nutrição	Sede
Pollyanne Costa Correa	Professor	José Cordeiro/ Rural
Roberto Carlos Tsere u	Professor	Área indígena
Silvani Rodrigues Barbosa	AAE/Nutrição	Sede
Susana Roowira	Professor	Área indígena
Wanderson Vicente de França	AAE/Transporte Escolar	Sede

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 14 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 14 de fevereiro de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 7093 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017.

PORTARIA DE Nº. 7093 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1154 de 29 de novembro de 2016,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 004/2016

CONSIDERANDO o teor dos Editais de Convocações.

RESOLVE: I – Contratar os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Edriana Bernadina de Souza Santos	PROFESSOR	DISTRITO
Klenia Freitas Machado	PROFESSOR	DISTRITO
Ludimila Batista de Souza	AAE/Nutrição	DISTRITO
Sara Ribeiro Ferreira	PROFESSOR	DISTRITO
Vanda Balone Rodrigues da Silva de Jesus	PROFESSOR	DISTRITO

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 07 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 07 de fevereiro de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
PORTARIA Nº 7137, DE 03 DE MARÇO DE 2017

"Nomeia Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da Obra de* Sinalização Horizontal e Vertical nos Logradouros do Município de Campinápolis*, referente à Tomada de Preços nº 013/2016 e Contrato Administrativo nº 090/2016".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei

Orgânica Municipal e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

I - Nomear o Engenheiro **HUMBERTO DAVID SANTANA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 785510 SSP/GO, CPF nº 270.457.141-49 e Carteira Profissional do CREA MT02911/D-D, expedida em 26/07/1983 e Registro Nacional nº 120270330-5, para exercer a função de Fiscal, Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da **Obra de Sinalização Horizontal e Vertical nos Logradouros do Município de Campinápolis**, em conformidade com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

II - Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEO-BRAS.

III - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado **não acarretará ônus para o Município**.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis/MT, 03 de março de 2017.

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2017/GPM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2017/GPM

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivos Simplificado que menciona e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando a homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016 Decreto nº 2.696/2017.

Considerando que o provimento das funções da Administração Pública Municipal são prerrogativas do Poder Executivo conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

1.CONVOCAR candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016 elencados no Anexo I deste Edital para apresentação da documentação constante do item 2 deste Edital para a respectiva contratação temporária.

2. O candidato convocado por meio deste Edital deverá apresentar junto a Chefia de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, até as 17:00h do dia 07/03/2017, a seguinte documentação:

a. CPF, RG, Título de Eleitor (fotocópia e original).

b. Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocópia e original).

c. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

d. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (fotocópia e original).

e. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

f. Cópia do contrato de abertura de conta ou cópia do cartão (conta corrente – Banco do Brasil);

g. Comprovante de quitação eleitoral (cópia).

h. Declaração de bens (modelo em anexo).

i. Declaração de não acúmulo de cargo público (modelo em anexo).

j. Exame Admissional/Atestado Médico (original).

l. Cópia da primeira da Carteira de Trabalho (número e série) e segunda parte (emissão da carteira).

m. Cartão PIS/PASEP (fotocópia e original).

n. Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino (fotocópia e original).

3. Além das exigências previstas neste edital, o candidato convocado deverá preencher todos os requisitos contidos no edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº004/2016 e suas alterações.

4. Os candidatos com profissões regulamentadas deverão obrigatoriamente comprovar a filiação no respectivo Conselho (Técnico em Enfermagem). (fotocópia e original).

5. Após o cumprimento de todas as exigências dispostas neste Edital e Editais que regulamentaram o Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, por parte do candidato, deverá, a Chefia de Recursos Humanos atestar a entrega de documentos, para fins de apresentação junto a Secretaria de Lotação.

7. Os candidatos convocados por meio deste Edital, de posse do atestado de entrega dos documentos referenciado no item 6, deverão se apresentar na Secretaria de Lotação no período **improrrogável** de 03/03/2017 a 07/03/2017 até as 17:00h.

8. A inobservância aos prazos e condições estabelecidos neste Edital implicará na eliminação do candidato ora convocado.

9. Integra o presente Edital, o anexo I – Relação de candidatos convocados, Anexo II - Modelo de declaração de bens; Anexo III - Modelo de Declaração de acúmulo ou não de Cargo, Emprego ou Função pública.

Publique-se. Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 03 de março de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2017GPM

Quadro 1. SEMEC - EMIs

AAE/NUTRIÇÃO	
ESCOLA MUNICIPAL INDIGENA DOM BOSCO/ALDEIA PARABUBURE	
01	JULIETA PDZA AHO T. RADZA

ANEXO II- EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2017

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu_____, brasileira, solteiro (a)/casado(a) inscrito no RG nº-_____SSP/MT, e no CPF _____, em cumprimento as exigências contidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2017 e orientações do Tribunal de Contas de Mato Grosso para fins de contratação temporária, **DECLARO** possuir os bens abaixo elencados.

Ord.	QUANT	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Por ser a expressão da verdade, firmo presente para que surta seus efeitos legais.

Campinápolis-MT, XXX de março de 2017.

_____

Declarante

ANEXO III - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/GPM

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Eu _____, brasileira, solteiro (a)/casado(a), inscrito no RG nº _____ SSP/SP, e no CPF _____, em cumprimento as exigências contidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016 e orientações do Tribunal de Contas de Mato Grosso para fins de contratação temporária, **DECLARO** não ser ocupante de cargo ou Função Pública ilicitamente acumuláveis.

Em função da verdade, assino abaixo, dando fé e validade.

Campinápolis-MT, xxx de março de 2017.

_____

Declarante

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 7092 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017.

PORTARIA DE Nº. 7092 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1154 de 29 de novembro de 2016,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 004/2016

CONSIDERANDO o teor dos Editais de Convocações.

RESOLVE: I – Contratar os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Aline Silva Ferreira	PROFESSOR	Escola Rural José Cordeiro
Ana Paula Lorini Moser Mattos	PROFESSOR	Escola Rural José Cordeiro
Iracema Maria da Maia de Jesus	PROFESSOR	Escola Rural José Cordeiro
Raquel Rosa Silverio	PROFESSOR	Escola Rural José Cordeiro
Rosilda da Vieira Silva Martins	AAE/Limpeza	Escola Rural José Cordeiro
Vandaira Francisca de Lima	PROFESSOR	Escola Rural José Cordeiro

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 07 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 07 de fevereiro de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 7091 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017.

PORTARIA DE Nº. 7091 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1154 de 29 de novembro de 2016,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 004/2016

CONSIDERANDO o teor dos Editais de Convocações.

RESOLVE: I – Contratar os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SAÚDE E TRANSPORTES, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Adelaine Alves dos Reis	Professor Ed. Física	Sede
Adriana de Castro Borges	Professor	Sede
Ângela Aparecida da Silva	Professor	Sede
Antonio Carlos Gomes de Sá	Motorista/ambulância/Sus	Distrito
Cleomar Antonio de Melo	Professor Ed. Física	Sede
Elda Cristina de Jesus Santos	AAE/Educação Infantil	Sede
Fabiula Arantes Carneiro	Professor de Geografia	Sede
Fernanda de Souza Santos	AAE/Nutrição	Sede
Francileide Fernandes Alves	Enfermeira	Distrito
Guliokemps Felix Vilela	Professor Ed. Física	Sede
Luara Lopes Pereira	AAE/Educação Infantil	Sede
Lucilene Gomes dos Santos Francisconi da Cunha	Agente de Limpeza/Sus	Distrito
Maria Neuza Candida	AAE/Educação Infantil	Sede
Mariana Alves Costa dos Santos	AAE/Educação Infantil	Sede
Mariza Vitorino dos Santos	Professor	Sede
Raiane Cristina de Morais	Professor	Sede
Rosangela Herculano Luiz	AAE/Educação Infantil	Sede
Rosangila Vieira de Sousa	AAE/Nutrição	Sede
Walteir Antonio Barbosa	Professor Ed. Física	Sede
Wanessa de Jesus Policarpo Ribeiro	AAE/Educação Infantil	Sede
Weverton Lelis de Oliveira	Professor Ed. Física	Sede
Zeila Ferreira Correa	Apoio do SUS/ Limpeza	Sede

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 07 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 07 de fevereiro de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 7122 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

PORTARIA DE Nº. 7122 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1154 de 29 de novembro de 2017,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 004/2016;

CONSIDERANDO o teor dos Editais de Convocações**.**

RESOLVE: I – Contratar os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Amanda Santana de Morais	AAE/ED.Infantil	Sede
Fernanda Prado	Professor	Sede
Maria Flávia da Silva Santos	Professor	Sede
Pabio Henrique Porto	Professor	José Cordeiro/Rural
Valquíria Pires Cardoso	Técnico de Enfermagem	Sede

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 15 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 15 de fevereiro de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 7106 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

PORTARIA DE Nº. 7106 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei Nº 1154 de 29 de novembro de 2016,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 004/2016;

CONSIDERANDO o teor do Edital de Convocação.

RESOLVE: I – Contratar os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Almira Waamate	AAE/Nutrição	Área Indígena
Altieres Silva dos Santos	AAE/Transporte Escolar	Sede
Ana Paula Rea mono Hitse	AAE/Nutrição	Área Indígena
Bruna Karoline Borges de Almeida	AAE/Limpeza	Sede
Douglas de Souza Araújo	AAE/Transporte Escolar	Sede
Elaine Rodrigues da Mata	AAE/Nutrição	Sede
Madalena Wautomonhie Rob Ratsidi	AAE/Nutrição	Área Indígena
Mara Martins Wautomoaiwe	AAE/Nutrição	Área Indígena
Maria Elba Ro owaiwe	AAE/Limpeza	Área Indígena
Nelson Rodrigues de Jesus	AAE/Transporte Escolar	Sede
Odimar Siomora	AAE/Nutrição	Área Indígena
Regiane Batista da Silva Barbosa	AAE/Nutrição	Sede
Rosalva Pehario	AAE/Nutrição	Área Indígena
Rosangila Vieira de Souza	AAE/Nutrição	Sede
Teodosia Roonhomhinhihodo	AAE/Nutrição	Área Indígena
Wilson Tseredzubdaire	AAE/Nutrição	Área Indígena

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 13 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 13 de fevereiro de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 7105 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

PORTARIA DE Nº. 7105 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1154 de 29 de novembro de 2016,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 004/2016;

CONSIDERANDO o teor dos Editais de Convocações.

RESOLVE: I – Contratar os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Acrizio Tseredzati	Professor	Área indígena
Adilio Tserenhidzuriwe	Professor	Área indígena
Angelina Maria da Silva	Professora	Área indígena
Arlozinho Waãmaté	Professor	Área indígena
Cassio Tsuwapte Tseretopo	Professor	Área indígena
Deujeria Rewatsu Tseremywa	Professor	Área indígena
Eliberto Maratsu	Professor	Área indígena
Eriberto Tseretsutu	Professor	Área indígena
Elizeudo Tsiramne	Professor	Área indígena
Fabio Alves da Silva	Professor	Área indígena
Felicia Peniza Senhora	Professora	Área indígena
Floriano Tseredzadiwe	Professor	Área indígena
Germano Tsiubu'a	Professor	Área indígena
Gesiane Baotodzaipe	Professor	Área indígena
Getulio Soutupre	Professor	Área indígena
Gildemar Pariowa	Professor	Área indígena
Gilson Tsinhiriwe Teronhieiwe	Professor	Área indígena
Gonçalino Tseredzade	Professor	Área indígena
Guiorimo Tsitsapi	Professor	Área indígena
Iran Tserenhadu	Professor	Área indígena
Isai Tsamrio tserewaro we	Professor	Área indígena
Jerilson Sandro Aharare	Professor	Área indígena
Jesuino Tsere Ubumro	Professor	Área indígena
Jorcino Reneewe	Professor	Área indígena
Leudilenes Purcena Rosa	Professor	Área indígena
Lidinei Tsereuri	Professor	Área indígena
Lindomar Tsirobo	Professor	Área indígena
Madarlene Tsinhotse Ei o	Professor	Área indígena
Marcilio Tserewatatsu Tseredupta	Professor	Área indígena
Narcisio Tserewahu	Professor	Área indígena
Neury Ferreira da Cruz	Professor	Área indígena
Nelson Tsereto Itseretopo	Professor	Área indígena
Olicio Siruia	Professor	Área indígena
Quidinho Tserenhido Tseretaadi	Professor	Área indígena
Ronaldo Tserenhopo	Professor	Área indígena
Rosangela Petsipai O Uteme	Professor	Área indígena
Silivan Tsere Ore	Professor	Área indígena
Virgilio Pawe	Professor	Área indígena
Vanderlei Woomo	Professor	Área indígena
Viltania Oilta Rocha Marques	Professor	Área indígena
Wilza Carla Otsimauripe	Professor	Área indígena

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 13 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 13 de fevereiro de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2017

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2017

Estabelece normas para a chamada pública de professores destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino e dá outras providências".

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação Cultura, e;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desses serviços essenciais à população, e;

Considerando a **inexistência de aprovados** no Processo Seletivo Simplificado nº004/2016, **torna público** os procedimentos para a **CHAMADA PÚBLICA** de professores destinada ao provimento de vagas temporárias para o ano letivo de 2017 – Escolas Municipal Indígenas.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Processo de Seleção tem como finalidade selecionar, para posterior recrutamento e contratação de Professores para atuar junto as Escolas Municipal Indígenas conforme quadro de vagas constante do quadro 1, Item 2 deste Edital.

1.2 O Processo de Seleção Sumária escopo desta Chamada Pública, será de caráter classificatório.

1.3. Se o número de candidatos que atenderem ao disposto neste Edital for superior ao número de vagas ofertadas, os excedentes comporão **cadastro de reserva** para atendimento às necessidades posteriormente apresentadas.

1.4. Os candidatos aprovados neste processo sumário de seleção serão regidos pelo Regime de Direito Administrativo – Lei Complementar nº 001/1993 – Lei Complementar nº 027/2011 e alterações posteriores - e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

1.5. O Contrato dos candidatos aprovados neste Processo de Seleção Sumária se dará a **título precário**.

2. DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, SALÁRIOS, ESCOLARIDADE EXIGIDA E LOCAL DE VAGA

2.1. O quantitativo de vagas, a carga horária semanal, a remuneração, a formação exigida e a unidade de lotação constam do quadro 1 abaixo.

Quadro 1. Discriminação das Vagas

Cargos	Vagas	Carga Horária	Salário (R$)	Escolaridade Exigida	Local de Vaga
Professor	01(uma)	Conforme atribuição	Conforme LC 027/2011 e alterações posteriores	Ensino Fundamental Incompleto/Ensino Fundamental Completo/Magistério/ Bacharelado/Licenciatura	Escola Municipal Indígena São Paulo/Aldeia São Paulo
Professor	01(uma)	Conforme atribuição	Conforme LC 027/2011 e alterações posteriores		Escola Municipal Indígena São Mateus/ Aldeia São Mateus
Professor	01(uma)	Conforme atribuição	Conforme LC 027/2011 e alterações posteriores		Escola Municipal Indígena Benedito Loaso/Aldeia Couto Magalhães
Professor	01(uma)	Conforme atribuição	Conforme LC 027/2011 e alterações posteriores		Escola Municipal Indígena São João Batista/Aldeia Dzepá
Professor	01(uma)	Conforme atribuição	Conforme LC 027/2011 e alterações posteriores		Escola Municipal Indígena Wa'ai'ho"/Aldeia Darintize
Cargos	**Vagas**	**Carga Horária**	**Salário (R$)**	**Escolaridade Exigida**	**Local de Vaga**
Nutrição	01(uma)	Conforme atribuição	937,00(R$) (Um Salário Minímo)	Ensino Fundamental Incompleto	Escola Municipal Indígena Pedra Pedra/ Aldeia Pedra Preta
Nutrição	01(uma)	Conforme atribuição	937,00(R$) (Um Salário Minímo)	Ensino Fundamental Incompleto	Escola Municipal Indígena São João Batista/Aldeia Dzepá
Nutrição	01(uma)	Conforme atribuição	937,00(R$) (Um Salário Minímo)	Ensino Fundamental Incompleto	Escola Municipal Indígena Coração de Jesus/Aldeia Palmeiras
Nutrição	01(uma)	Conforme atribuição	937,00(R$) (Um Salário Minímo)	Ensino Fundamental Incompleto	Escola Municipal Indígena Estrela/Aldeia Estrela
Nutrição	01(uma)	Conforme atribuição	937,00(R$) (Um Salário Minímo)	Ensino Fundamental Incompleto	Escola Municipal Indígena São Flipe
Nutrição	01(uma)	Conforme atribuição	937,00(R$) (Um Salário Minímo)	Ensino Fundamental Incompleto	Escola Municipal Indígena Aldeinha/Aldeia Aldeinha

3.DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições e preenchimento dos requisitos acessórios (entrega de documentos comprobatórios) serão realizadas presencialmente ou por pessoa autorizada mediante a apresentação de procuração, no período de 03(três) a 07(sete) de março de 2017, das 13:00h ás 17:00h horas, na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, situada na AV. Benônico José Lourenço, Setor União, Campinápolis-MT.

3.2. Poderão se inscrever os interessados que atenderem, no ato da inscrição, as exigências descritas no quadro 1 deste edital e, ao seguinte:

a) Ter nacionalidade brasileira e/ou ser naturalizado;

b) Ter, no ato da inscrição, idade igual ou superior a 18(dezoito) anos;

c) Estar quite com as obrigações eleitorais;

d) Estar em dia com as obrigações militares (se do sexo masculino).

4. DOS CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO

Os critérios para a seleção dos Profissionais elencados no quadro 1 deste Edital, consistirão na análise curricular, conforme os requisitos discriminados no quadro 2 abaixo.

Quadro 2 – Requisitos para análise curricular

Título	Forma de Comprovação1	Pontuação
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	Declaração/Atestado	5,00(cinco) pontos
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	Atestado	10,00(dez) pontos
ENSINO MEDIO PROPEDÊUTICO/ENSINO MÉDIO TECNICO PROFISSIONALIZANTE2	Diploma	15,00(quinze) pontos
MAGISTÉRIO	Diploma	30,00(trinta) pontos

1- Será contabilizada somente a maior titulação 2- Ensino Médio no qual a especificidade da matriz curricular não está direcionada para a atividade docente

5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1. Para desempate entre os candidatos serão obedecidos, respectivamente os seguintes critérios:

a) Maior nível de escolarização;

b) Maior pontuação em cursos de extensão;

c) Maior idade.

6. DO RESULTADO E CONVOCAÇÃO

6.1. O resultado será divulgado a partir do dia 08/03/2017, no site da Prefeitura Municipal e Jornal Oficial dos Municípios.

6.2. A convocação para apresentação da documentação exigida para a admissão será feita nos meios de divulgação oficiais do Município de Campinápolis-MT.

6.3. Por ocasião da contratação/admissão deverão ser apresentados cópias e originais dos seguintes documentos:

a) CPF;

b) Título de Eleitor;

c) Carteira de Identidade - RG;

d) Certidão de Regularidade Eleitoral;

e) Certificado de Escolaridade ou Diploma/Atestado de Conclusão acompanhado do Histórico Escolar;

f) Certidão de Nascimento ou casamento;

g) Certificado Militar (se homem);

h) Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 14 Anos;

i) número de conta corrente do Banco do Brasil;

j) comprovante de endereço com telefone de contato;

l) número do PIS/PASEP;

m) atestado de saúde;

n) Declaração de acumulação ou não de Cargo, Emprego ou Função Pública;

o) Declaração de Bens.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A análise curricular será realizada por Comissão nomeada por ato do Secretário Municipal de Educação e Cultura.

7.2 A Comissão referenciada no item anterior será constituída por 03(três) integrantes.

7.3. A Comissão nomeada para o fim específico referenciado no item 7.1 deste Edital, procederá a anotação do resultado nas fichas/modelo constante dos Anexos I, II e III.

7.4. A Comissão, obrigatoriamente ao analisar a documentação entregue pelo candidato deverá atestar a conferência com o original, quando apresentada em fotocópias.

7.5. As fichas contendo o resultado individualizado de cada candidato, deverão obrigatoriamente ser assinadas por todos os membros da Comissão.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 03 de março de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA CONTAGEM DE PONTOS

Título	Forma de Comprovação	Área do Conhecimento	Pontuação
GRADUAÇÃO1	Diploma e/ou Atestado de Conclusão acompanhado de Histórico	Língua Portuguesa	10,00(dez) pontos
		Licenciatura em área diversa da disciplina a que concorre	5,00(cinco) pontos
ESPECIALIZAÇÃO1	Diploma/Certificado/Atestado de Conclusão acompanhado de Histórico	Na área a que concorre	20,00(vinte) pontos
		Curso relacionado a qualquer área da educação	10,00(dez) pontos
MESTRADO1	Diploma/Certificado/Atestado de Conclusão acompanhado de Histórico	Na área a que concorre	30,00(trinta) pontos
		Curso relacionado a qualquer área da educação	15,00(quinze) pontos
CURSOS DE EXTENSÃO	Declaração da Unidade Escolar de Lotação	Atuação na área a que concorre	2,0(dois) pontos para cada 20(vinte) horas de curso
		Atuação em qualquer área do conhecimento	1,0(um) ponto para cada 20(vinte) horas de curso

Em Campinápolis-MT, _____/01/2017. Assinatura dos Membros da Comissão:

_____

_____

_____

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2017/GPM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2017/GPM

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivos Simplificado que menciona e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando a homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016 Decreto nº 2.696/2017.

Considerando que o provimento das funções da Administração Pública Municipal são prerrogativas do Poder Executivo conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

1.CONVOCAR candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016 elencados no Anexo I deste Edital para apresentação da documentação constante do item 2 deste Edital para a respectiva contratação temporária.

2. O candidato convocado por meio deste Edital deverá apresentar junto a Chefia de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, até as 17:00h do dia 07/03/2017, a seguinte documentação:

a. CPF, RG, Título de Eleitor (fotocópia e original).

b. Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocópia e original).

c. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

d. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (fotocópia e original).

e. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

f. Cópia do contrato de abertura de conta ou cópia do cartão (conta corrente – Banco do Brasil);

g. Comprovante de quitação eleitoral (cópia).

h. Declaração de bens (modelo em anexo).

i. Declaração de não acúmulo de cargo público (modelo em anexo).

j. Exame Admissional/Atestado Médico (original).

l. Cópia da primeira da Carteira de Trabalho (número e série) e segunda parte (emissão da carteira).

m. Cartão PIS/PASEP (fotocópia e original).

n. Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino (fotocópia e original).

3. Além das exigências previstas neste edital, o candidato convocado deverá preencher todos os requisitos contidos no edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº004/2016 e suas alterações.

4. Os candidatos com profissões regulamentadas deverão obrigatoriamente comprovar a filiação no respectivo Conselho (Técnico em Enfermagem). (fotocópia e original).

5. Após o cumprimento de todas as exigências dispostas neste Edital e Editais que regulamentaram o Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, por parte do candidato, deverá, a Chefia de Recursos Humanos atestar a entrega de documentos, para fins de apresentação junto a Secretaria de Lotação.

7. Os candidatos convocados por meio deste Edital, de posse do atestado de entrega dos documentos referenciado no item 6, deverão se apresentar na Secretaria de Lotação no período **improrrogável** de 03/03/2017 a 07/03/2017 até as 17:00h.

8. A inobservância aos prazos e condições estabelecidos neste Edital implicará na eliminação do candidato ora convocado.

9. Integra o presente Edital, o anexo I – Relação de candidatos convocados, Anexo II - Modelo de declaração de bens; Anexo III - Modelo de Declaração de acúmulo ou não de Cargo, Emprego ou Função pública.

Publique-se. Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 03 de março de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2017GPM

Quadro 1. SEMEC - EMIs

	ENFERMEIRO/SEDE DO MUNICÍPIO
01	KAYO K. SOARES RESENDE

ANEXO II- EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2017

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu_____, brasileira, solteiro (a)/casado(a) inscrito no RG nº-_____SSP/MT, e no CPF _____, em cumprimento as exigências contidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2017 e orientações do Tribunal de Contas de Mato Grosso para fins de contratação temporária, **DECLARO** possuir os bens abaixo elencados.

Ord.	QUANT	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Por ser a expressão da verdade, firmo presente para que surta seus efeitos legais.

Campinápolis-MT, XXX de março de 2017.

_____

Declarante

ANEXO III - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/GPM

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Eu _____, brasileira, solteiro (a)/casado(a), inscrito no RG nº _____ SSP/SP, e no CPF _____, em cumprimento as exigências contidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016 e orientações do Tribunal de Contas de Mato Grosso para fins de contratação temporária, **DECLARO** não ser ocupante de cargo ou Função Pública ilicitamente acumuláveis.

Em função da verdade, assino abaixo, dando fé e validade.

Campinápolis-MT, xxx de março de 2017.

_____

Declarante

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2016 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2017

RAFAEL MACHADO, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1.544, de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016,

C O N V O C A

O abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado, deverá comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da data da publicação do Edital de Convocação na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 8h às 11h e de 13h às 15h, para assumir suas funções, na conformidade da Lei, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 004/2016.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR – PROFESSOR PEDAGOGIA – ÁREA URBANA – 20 HORAS SEMANAIS

Classificação	*CANDIDATO*
37º	FERNANDA SANTOS MELO DA SILVA
38º	QUELI DA COSTA E SILVA
39º	REGINA CELIA PEDROZO GOULART DE OLIVEIRA

Cargo: NÍVEL MÉDIO - AGENTE EDUCACIONAL – ÁREA URBANA - 40 HORAS SEMANAIS

Classificação	*CANDIDATO*
30º	ANA CLAUDIA BATISTA LOPO
31º	LUZIA CARVALHO LIMA PAULA
32º	IZABEL CRISTINA DA SILVA
33º	MARIANA TEIXEIRA DOS SANTOS ULRICH
34º	GISELA BORGES CRISTOFOLI
35º	ALINE GONCALVES DE ALMEIDA
36º	TANIA MARIA ROCHA ALVES

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, ao 1° dia do mês de março de 2017.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

CPF nº 929.162.010-68

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 316, DE 1º DE MARÇO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e;

Considerando o artigo 30 da Lei Municipal nº 1.822 de 05 de abril de 2016;

Considerando o Requerimento do servidor abaixo relacionado;

R E S O L V E

1. CONCEDER, com efeitos a partir de 21 de fevereiro de 2017, percentual de gratificação, a título de função gratificada, sobre os vencimentos do cargo em comissão, ao seguinte servidor:

Anderson Elias Sibert	Secretaria Municipal de Administração	Chefe de Divisão do Patrimônio	50%

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 1º dia do mês de março de 2017.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004_2017- BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA -EPP

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017

PREGÃO: N° 002/2017– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA -EPP

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de peças, acessórios e/ou componentes de reposição Genuínas e/ou originais de 1º linha, não remanufaturados, não recondicionados, não recuperados, para veículos leves, pesados e máquinas, para atender todas as Secretarias Municipais**.**

Os preços, as quantidades e a especificação do item registrado nesta Ata encontram-se indicados na tabela abaixo:

Lote	Item	Descrição	% de Desconto	Valor Estimado

3	2	PEÇAS, ACESSORIOS E/OU COMPONENTES DE REPOSIÇÃO ORIGINAIS OU DE REPOSIÇÃO DE 1ª LINHA, NÃO REMANUFATURADOS, NÃO RECONDICIONADAS, NÃO RECUPERADOS, PARA MAQUINAS DA LINHA/MARCA CARTEPILLAR	18,50%	100.000,00

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 004 ao Contrato de Prestação de Serviço nº 054/2014

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X WZ Telecom Serviços de Internet Eireli - ME

Objeto: aditar a Cláusula Terceira – Do Valor e da Forma de Pagamento, do Contrato.

Suprime-se do presente contrato a prestação de serviços referente ao ponto de intranet wireless instalado na Escola Municipal de Educação Infantil Karine Alves Maforte(anexo I), correspondente ao valor de R$ 300,00 (trezentos reais), mensais.

Data: 16/02/2017

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial n° 119/2014

Secretaria: Assistência Social, Educação, Saúde.

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 317, DE 1° DE MARÇO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Memorando nº 198/2017, datado de 1° de março de 2017, proveniente da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE

1. NOMEAR, o senhor **GEZER ANDRADE DE ASSUNÇÃO**, portador do RG nº 14534890 SSP/MT e CPF nº 012.888.981-00, para ocupar o cargo em comissão de **Chefe de Divisão de Segurança do Trabalho,** órgão vinculado a Secretaria Municipal de Administração, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 1° dia do mês de março de 2017.

RAFAEL MACHADO **Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 319, DE 02 DE MARÇO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Memorando nº 259/2017, datado de 01 de março de 2017, proveniente da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE

1. NOMEAR, o senhor **CIRDIRLEI FELIPE**, portador do RG nº 4923869-0 SSP/PR e CPF nº 815.606.489-53, para ocupar o cargo em comissão de **Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária,** vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de março de 2017.

RAFAEL MACHADO **Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 320, DE 02 DE MARÇO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Certidão de Óbito do ex-servidor Jorge Valdenir Minozzo, que se deu na data de 1° de março de 2017, emitida pelo Tabelionato Guedes do 2º Ofício de Campo Novo do Parecis;

RESOLVE

1. Fica declarada a**VACÂNCIA**do cargo efetivo de **Operador de Outras Máquinas**, em decorrência do óbito do Senhor **JORGE VALDENIR MINOZZO,** matrícula nº 1797, RG nº 4638258-7 SSP/PR e CPF nº 627.978.409-68, falecido na data de 1° de março de 2017.

2. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a data de 1° de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de março de 2017.

RAFAEL MACHADO **Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 318, DE 1° DE MARÇO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Memorando nº 187/2017, datado de 14 de fevereiro de 2017, proveniente da Secretaria Municipal de Saúde,

RESOLVE

1. NOMEAR, a senhora **ELIANA CRISTINA NUNES DE SOUZA**, portador do RG nº 1456748-2 SSP/MT e CPF nº 964.635.031-34, para ocupar o cargo em comissão de **Assistente Administrativo de Equipe Saúde da Família,** órgão vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 1° dia do mês de março de 2017.

RAFAEL MACHADO **Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 315, DE 1° DE MARÇO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 973/2003 alterada pela lei nº 1.828/2016;

Considerando a Portaria n° 303 de 24 de maio de 2016;

Considerando o Memorando nº 003/2017 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, datado de 24 de fevereiro de 2017;

Considerando o interesse público,

R E S O L V E

1. *SUBISTITUIR*, os membros que compõem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, nomeados na Portaria n° 303 de 24 de maio de 2016, onde, a partir desta data, passa a ser:

"I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO E SOCIEDADE CIVIL:

a) Representante do Poder Executivo Municipal (Desenvolvimento Econômico):

Titular: Silvana Perin, CPF: 011.204.350-05.

Suplente: Patricia Thiemann , CPF: 045.193.791-05."

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 1° dia do mês de março de 2017.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
(*) PORTARIA Nº 313, DE 1° DE MARÇO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Memorando nº 206/2017, datado de 24 de fevereiro de 2017, proveniente da Secretaria Municipal de Educação,

R E S O L V E

1. EXONERAR, a partir desta data, a servidora **KÁTIA TANAKA PEREIRA,** do cargo em comissão de **Chefe de Divisão de Controle Financeiro**, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, retornando esta ao seu cargo efetivo do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 1° dia do mês de março de 2017.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA Secretário Municipal de Administração

(*)Republicado para Correção

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
(*)PORTARIA Nº 296, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Instrução Normativa nº 14/2009, Versão 01, do Sistema de Controle Interno,

Considerandoa solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura, através do Memorando nº 0127/2017 datado de 21 de fevereiro de 2017,

R E S O L V E

1. AUTORIZAR, a partir desta data, os servidores da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para conduzirem os veículos que sejam compatíveis com a categoria da Carteira Nacional de Habilitação, bem como observando o vencimento da mesma. **2.** Os servidores/condutores autorizados são encontrados na relação abaixo descrita:

Nome do Condutor(a)	Cargo/Modalidade	CPF
Rudi Ianke	Engenheiro Civil	499.126.310-72
Luciano Ermison de Melo	Diretor Departamento de Manutenção e Oficina	612.793.742-68
Alexandre João Schiavo	Agente Administrativo	009.635.380-55
Gilmar Rocha	Diretor Departamento de Frotas e Almoxarifado	928.487.291-04
João dos Santos Brito	Agente Administrativo	020.059.951-85

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 22 dias do mês de fevereiro de 2017.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA Secretário Municipal de Administração

(*) Republicado para Correção

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
TERMO DE APOSTILAMENTO

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 044/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, E A EMPRESA INVIOLÁVEL CAMPO NOVO MONITORAMENTO DE ALARMES LTDA.

Contratante: Município de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66-NE, nesta cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: Inviolável Campo Novo Monitoramento de Alarmes Ltda-ME,inscrita no CNPJ sob n° 07.413.483/0001-03, Inscrição Estadual n° 13303927-7, estabelecida na rua Porto Velho, n° 290-NE, Centro, nesta cidade de Campo Novo do Parecis/MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhor ***Fernando Alves dos Santos***, portador do RG nº 1215081-9 SSP/PR, e CPF nº 816675401-06.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao Agente fiscalizador do presente Contrato, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Contrato para o servidor **HEBERT PAULO RIBEIRO**, **Diretor do Departamento de Tecnologia**, matrícula funcional nº 3584, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, através do memorando nº 243/2017.

Campo Novo do Parecis-MT, 24 de fevereiro de 2017.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal Contratante

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE
PORTARIA 234/2017

PORTARIA Nº 234, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a imperiosa necessidade de regulamentar o funcionamento do referido Conselho;

Considerando a necessidade de proceder à substituição dos membros nomeados na portaria n°351/2014, de 26 de junho de 2014;

Considerando o que estabelece a Lei Municipal n.º 1044/2005, de 02 de junho de 2005.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Substituir os membros do Conselho Municipal de Saúde do município de Campo Verde – MT.

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Nome/Suplente: Katlin Cristina de Oliveira Fernandes

RG: 08287279- SSP/MT

CPF: 522.871.651-34

Endereço: Rua Atalaia, 701 - Cidade Alta I

E-mail: Katlin_olivera@hotmail.com

Fone: (66) 99988-5921

Substitui:

Nome/Suplente: Fátima Wentz Lozano

RG: 001412855 – SSP/MS

CPF: 012.743.041-56

Endereço: Av Santa Maria 2165 – Campo Verde

E-mail: fatimawentzlozano@gmail.com

Fone: (66) 9969 -7571

REPRESENTANTE DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE – NIVEL SUPERIOR

Nome/Suplente: Janete Rodrigues de Abreu

RG: 713.118-6 SSP/MT

CPF: 776.990.411-00

Endereço: Av. Marechal Candido Rondon, 611 Apto 101 - Ed Ferrari – Bairro Campo Real II

Fone: (66) 99981-6316

E-mail: janete.online@hotmail.com

Substitui:

Nome/Suplente: Giselle Munhoz Malospírito

RG: 012211478- SSP/MT

CPF: 888.538.531-15

Endereço: Rua dos Buritis, 583 Recanto do Bosque

E-mail: gisellemunhoz@hotmail.com

Fone: (66) 99954-5401

REPRESENTANTES E PRESTADORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONVENIADOS DO SUS

Nome/Titular: Hingridy Aparecida Rodrigues

RG: 18179932 SSP/MT

CPF: 019.820.401-31

Endereço: Rua belo Horizonte Q-29 L-09 – Bairro Campo Real II

Fone: (66) 99225-9608

E-mail: hingridhi@gmail.com

Nome/Suplente: Alba Regina Badoco

RG: 4188173-9 SSP/MT

CPF: 421.775.451-53

Endereço: Av. Santa Maria, S/N, Bairro: Vale do Sol

Fone: (66) 99963-6580

E-mail:

Substitui:

Nome/Suplente: Fabiano Cezaretti Rodrigues do Nascimento

RG: 1307662-0 SSP/MT

CPF: 995.508.221-68

Endereço: Avenida Mato Grosso, 355. Bairro: Centro.

Fone: (66) 9963-0102

E-mail: diretoria@asascampoverde.com.br

Representantes de Instituições Religiosas

Nome/Titular: Keila Christiane de Sousa Godoi Brito

RG: 53760686-9 SSP PR

CPF: 925.331.919-49

Endereço: Av Curitiba,163 Bairro: Centro

Fone: (66) 99661-9174

Nome/Suplente: Maria Cristina Gomes Ribeiro

RG: 966.953 SSP/MT

CPF: 682.993.382-04

Endereço: Rua Andorinha, 62 Bairro: São Miguel.

Fone: 66) 99607-4869

Email: crisgomescvmt@hotmail.com

Substitui:

Nome/Suplente: Maria Alvaci Gomes Machado

RG: 917.608 SSP/MT

CPF: 620.965.161-53

Endereço: Fazenda Caverá – Zona Rural

Fone: 3419-1112/ 8114-7273

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 02 dias do mês de Março de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se. Publique-se.

GILMAR ZITO PRATI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030 - PSS 001/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, homologado em 26 de Janeiro de 2016, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, para comparecer(em), no prazo de **05 (cinco) dias** na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Supervisão de Recursos Humanos, a fim de apresentar(em) os documentos exigidos para a efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

II - As contratações dos candidatos convocados abaixo terão prazo determinado até **31 de Dezembro de 2017**, podendo serem prorrogados por mais um ano, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 2.142 de 03 de Novembro de 2015, que autorizou a realização do Processo Seletivo;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - O(s) candidato(s) que deixar(em) de comparecer no prazo acima indicado será preterido do direito de posse, implicando na desistência da vaga.

Campo Verde-MT, 06 de Março de 2017.

Cargo: **001 - Agente de Combate a Endemias**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
9	0000001227	**CAROLINA COELHO DE OLIVEIRA**	06/10/1992	73

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 038 - CONCURSO PUBLICO 001/2015

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 038

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Concurso Público nº 001/2015, homologado em 09 de Abril de 2015, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Concurso Público 001/2015, para comparecer(em), no prazo de **30 (trinta) dias** na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Supervisão de Recursos Humanos, a fim de:

a) Apresentar(em) os documentos exigidos para efetiva nomeação e posse, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

b) Agendar o Exame Médico Pericial, na forma do item 17.7 do Edital de Abertura.

II - O(s) candidato(s) que deixar(em) de comparecer no prazo acima indicado será preterido do direito de posse, implicando na desistência da vaga.

Campo Verde-MT, 06 de Março de 2017.

Cargo: **020 - Técnico em Enfermagem**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
16	0000004614	ANELHESI VICENSI SIGNORINI	20/02/1976	62

Cargo: **035 - Pedagogo - Educação Infantil - Escola Santo Antônio da Fartura**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
3	0000004435	MARINALVA DA SILVA CASTRO	24/01/1979	72

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

AVISO DO PREGÃO Nº 013/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO/CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS,** na modalidade pregão (presencial) nº **013/2017**, no dia **20 de MARÇO de 2017, às 08:30 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo verde, 03 de março de 2017.

Ana Carolina S. Braga Blume

Pregoeira

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – (LDO) E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, convoca a população do Município de Campo Verde-MT, para participar das **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**, onde serão apresentadas, debatidas, prestado esclarecimentos e recolhidas sugestões para a elaboração do Plano Plurianual – PPA 2018 - Proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – 2018. Na Audiência os munícipes irão tomar conhecimento das Ações e dos Projetos propostos para a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, que estima a receita e fixa as despesas do Município, para o exercício de 2018.

A Audiência Pública acontecerá nos seguintes locais de acordo com os dias e horários agendados:

Bairros: **São Miguel, Cidade Alta, Jardim América, Santa Rosa e região** – dia 11/04/2017 (terça-feira) às 19 horas – Escola Estadual Ledy Anita Brescancim.

Comunidade Posto Limeira, Serrinha e região – dia 12/04/2017 (quarta-feira) às 19 horas – E. Municipal Paraíso

Bairros: **São Lourenço, Eckert, Jardim Campo Verde I, II, III e região** – dia 18/04/2017 (terça-feira) às 19 horas – Escola Municipal Dona Maria Artemir Pires.

Bairros: **Jupiara, Recanto do Bosque, Distrito Industrial, Jardim Cuiabá e região**– dia 19/04/2017 (quarta-feira) às 19 horas – Escola Municipal Monteiro Lobato.

Assentamento Dom Osório e Comunidade Garbúgio – dia 24/04/2017 (segunda-feira) às 19 horas – E. E. Boa Esperança

Bairros: **Chácara das Uvas, Belvedere, Vale do Sol e região** – dia 25/04/2017 (terça-feira) às 19 horas – Creche Francisco Tirado

Assentamento Santo Antonio da Fartura e região - dia 26/04/2017 (quarta-feira) às 19 horas – Escola Municipal Santo Antonio.

Bairros: **Centro, Campo Real I, Campo Real II, Jardim Cidade Verde, Estação da Luz e região** – dia 27/04/2017 (quinta-feira) às 19 horas – Plenarinho da Câmara Municipal de Campo Verde.

Comunidade Capim Branco, Taperinha, Assentamento 14 de Agosto, Assentamento 04 de Outubro e região – dia 03/05/2017 (quarta-feira) às 19 horas – Comunidade Taperinha

Agrovila João Ponce de Arruda, Assentamento Paulo Freire, Assentamento 28 de Outubro e região – dia 04/05/2017 (quinta-feira) às 19 horas – E. E. Alice Pacheco Barbosa

Campo Verde – MT, 03 de março de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

MARCELO LISBOA ALBUQUERQUE E ONOFRE CARLOS DE SOUZA GUIMARÃES , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 01 e 02 da QUADRA 15, LOCALIZADO NA AV FLORIANOPOLIS, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATOS PORTARIAS 137 A 231 DE 2017.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 137/2017

PORTARIA Nº 137, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017.

EXONERA A SENHORA SIDELVANI PEREIRA BORGES DO CARGO DE COORDENADORA DO CONTROLE DE DISTRIBUIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 138/2017

PORTARIA Nº 138, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017.

EXONERA A SENHORA MIRIAN PORTUGUES DE SOUZA DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 139/2017

PORTARIA Nº 139, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017.

EXONERA A SENHORA SIRLEY DE PAULA FARIA BARROSO DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO - SINE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 140/2017

PORTARIA Nº 140, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A GERENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA IZABEL CRISTINA GUTIERREZ PARA DELIBERAÇÃO DE ATOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 141/2017

PORTARIA Nº 141, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017.

EXONERA O SENHOR GIOVANO AMILTON BARBIERI

DO CARGO DE COORDENADOR DA AGRICULTURA FAMILIAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 142/2017

PORTARIA Nº 142, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017.

EXONERA A SENHORA ELINALVA MATOS DA SILVA DO CARGO DE CHEFE DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO TURISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 143/2017

PORTARIA Nº 143, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA ELINALVA MATOS DA SILVA PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO - SINE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 144/2017

PORTARIA Nº 144, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA CLAUDIA SIRENY SILVA PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DO SETOR TÉCNICO DE CONTROLE DE VAGAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 145/2017

PORTARIA Nº 145, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA SANDEAMARA LOBELEIN PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 146/2017

PORTARIA Nº 146, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA SUELLEN CRISTINA FERREIRA MENDONCA PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DA MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 147/2017

PORTARIA Nº 147, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA A SENHORA DEBORA FERNANDA FELIX DA SILVA PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO TURISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 148/2017

PORTARIA Nº 148, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SENHOR ALDO FERREIRA CORREIA PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR DE AGRICULTURA FAMILIAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 149/2017

PORTARIA Nº 149, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SENHOR JOSÉ APARECIDO DE LIMA PARA EXERCER O CARGO DE GERENTE DE GESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 150/2017

PORTARIA Nº 150, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA PATRÍCIA SANTOS LOPES GOMES PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DE AGRICULTURA FAMILIAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 151/2017

PORTARIA Nº 151, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2017.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL JOSE GUIRLEI FERREIRA DE SOUZA PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 152/2017

PORTARIA Nº 152, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017.

TRANSFERE O SERVIDOR MUNICIPAL SEBASTIAO FURTADO DE LIMA DE LOTAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 153/2017

PORTARIA Nº 153, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL À INTEGRANTES DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL, CONFORME DISPÕE A LEI COMPLEMENTAR Nº 057/2015.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 154/2017

PORTARIA Nº 154, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

EXONERA O SENHOR MICHAEL CAIKE DUARTE DA SILVA DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 155/2017

PORTARIA Nº 155, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

EXONERA A SENHORA FLAVIA FONSECA GEAROLA DO CARGO DE ASSESSORA EXECUTIVA DO GABINETE DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 156/2017

PORTARIA Nº 156, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

EXONERA A SENHORA ANA MARIA BAUM DO CARGO DE OUVIDORA PÚBLICA DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 157/2017

PORTARIA Nº 157, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA FLAVIA FONSECA GEAROLA PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADORA DE CONTROLE E DISTRIBUIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 158/2017

PORTARIA Nº 158, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA ANA MARIA BAUM PARA EXERCER O CARGO DE ASSESSORA EXECUTIVA DE GABINETE DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 159/2017

PORTARIA N.º 159, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DESTA MUNICIPALIDADE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 160/2017

PORTARIA Nº 160, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA SIDELVANI PEREIRA BORGES PARA EXERCER O CARGO DE OUVIDORA PÚBLICA DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 161/2017

PORTARIA Nº 161, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SENHOR GIOVANO AMILTON BARBIERI PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 162/2017

PORTARIA Nº 162, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SENHOR PAULO CESAR BRAZ JUNIOR PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 163/2017

PORTARIA Nº 163, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO A SERVIDORA MUNICIPAL VIVIANNE BONORINO PEREIRA PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 164/2017

PORTARIA Nº 164, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO A SERVIDORA MUNICIPAL IZABEL CRISTINA GUTIERREZ PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 165/2017

PORTARIA Nº 165, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017.

EXONERA A SENHORA CLAIR TEREZINHA GUOLLO DO CARGO DE COORDENADORA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 166/2017

PORTARIA Nº 166, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017.

EXONERA O SENHOR THIAGO FELIPE GARDIN DO CARGO DE GERENTE DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 167/2017

PORTARIA Nº 167, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017.

EXONERA O SENHOR FERNANDO RODRIGUES RIBEIRO DO CARGO DE GERENTE DE SERVIÇOS MÉDICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 168/2017

PORTARIA Nº 168, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017.

EXONERA O SENHOR MARCELO ALVES DA SILVA DO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 169/2017

PORTARIA Nº 169, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SENHOR MARCELO ALVES DA SILVA PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR DE SERVIÇOS URBANOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 170/2017

PORTARIA Nº 170, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA CLAIR TEREZINHA GUOLLO PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADORA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 171/2017

PORTARIA Nº 171, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SENHOR CARLOS HENRIQUE ROCHA SILVA PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 172/2017

PORTARIA Nº 172, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA SUETTY CRISTINA PEREIRA COSTA PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 173/2017

PORTARIA Nº 173, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SENHOR CLEITO CLEDSON OLIVEIRA DE ASSIS PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 174/2017

PORTARIA Nº 174, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA MARCIA REGINA CORREA MENEZES PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE REGULAÇÃO DE ALTA COMPLEXIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 175/2017

PORTARIA Nº 175, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA THYARA DORILEO ALBERTINI PARA EXERCER O CARGO DE GERENTE DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 176/2017

PORTARIA Nº 176, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA PRISCILLA CHRISTIANE GAVIOLI COLIONE PARA EXERCER O CARGO DE GERENTE DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 177/2017

PORTARIA Nº 177, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA ADRIANA LOURDES BOTTAN PARA EXERCER O CARGO DE GERENTE DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 178/2017

PORTARIA Nº 178, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA OS MEMBROS GOVERMAMENTAL E DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 179/2017

PORTARIA Nº 179, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 180/2017

PORTARIA Nº 180, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA DIELLY CAROLINA FIDELES NOGUEIRA PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DO NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 181/2017

PORTARIA Nº 181, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA VIVIANE SILVA MACIEL PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 182/2017

PORTARIA Nº 182, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA ADRIANA PEREIRA VASCO PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 183/2017

PORTARIA Nº 183, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA DAIENE SCHMOLLER MAIA PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 184/2017

PORTARIA Nº 184, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SENHOR MARCIANO OLIVEIRA MONTEIRO PARA EXERCER O CARGO DE PROCURADOR JURÍDICO DO MUNICÍPIO.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 185/2017

PORTARIA Nº 185, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA THAYNARA NUNES LACERDA PARA EXERCER O CHEFE DE SETOR DO PARQUE DAS ARARAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 186/2017

PORTARIA Nº 186, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

EXONERA A SENHORA JEANE ANTONIA ABADE DO CARGO DE DIRETORA DE APOIO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 187/2017

PORTARIA Nº 187, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

EXONERA A SENHORA ARLETE FASSICOLO DO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE LANÇAMENTO E EXECUÇÃO FISCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 188/2017

PORTARIA Nº 188, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA ARLETE FASSICOLO PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DE APOIO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 189/2017

PORTARIA Nº 189, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA JEANE ANTONIA ABADE PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 190/2017

PORTARIA Nº 190, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

REINTEGRA A SENHORA CRISTIANE GUOLO DIMAN AO CARGO DE DENTISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 191/2017

PORTARIA Nº 191, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

EXONERA O SENHOR ALDO FERREIRA CORREIA DO CARGO DE COORDENADOR DA AGRICULTURA FAMILIAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 192/2017

PORTARIA Nº 192, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SENHOR ALDO FERREIRA CORREIA PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DE CIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 193/2017

PORTARIA Nº 193, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA CASTORINA VANJURA NASCIMENTO PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 194/2017

PORTARIA Nº 194, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA PATRICIA ALVES DA SILVA PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 195/2017

PORTARIA Nº 195, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR CANDIDO LOUREIRO DE LIMA PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 205/2012, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 196/2017

PORTARIA Nº 196, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR CANDIDO LOUREIRO DE LIMA PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 206/2012, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 197/2017

PORTARIA Nº 197, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR CANDIDO LOUREIRO DE LIMA PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 051/2014, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 198/2017

PORTARIA Nº 198/2017, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR CANDIDO LOUREIRO DE LIMA PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 028/2015, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 199/2017

PORTARIA Nº 199, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR CANDIDO LOUREIRO DE LIMA PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 059/2016, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 200/2017

PORTARIA Nº 200, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR CANDIDO LOUREIRO DE LIMA PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 054/2016, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 201/2017

PORTARIA Nº 201, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR CANDIDO LOUREIRO DE LIMA PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 053/2016, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 202/2017

PORTARIA Nº 202, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR CANDIDO LOUREIRO DE LIMA PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 052/2016, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 203/2017

PORTARIA Nº 203, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SERVIDORA LUCIANA ROTA LISBOA E SILVA PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 102/2013, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 2042017

PORTARIA Nº 204, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SERVIDORA ELAINE APARECIDA DE LIMA PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 029/2014, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 205/2017

PORTARIA Nº 205, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL FLAVIA FONTANELLA PELO PERÍODO DE CENTO E VINTE DIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 206/2017

PORTARIA Nº 206/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SERVIDORA PATRICIA MIRANDA GIUSTTI, PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 120/2013, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 207/2017

PORTARIA Nº 207/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SERVIDORA IZABEL CRISTINA GUTIERREZ PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 001/2014, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 208/2017

PORTARIA Nº 208/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SERVIDORA IZABEL CRISTINA GUTIERREZ PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 068/2014, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 209/2017

PORTARIA Nº 209/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SERVIDORA IZABEL CRISTINA GUTIERREZ PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 025/2015, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 210/2017

PORTARIA Nº 210/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SERVIDORA IZABEL CRISTINA GUTIERREZ PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 070/2015, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 211/2017

PORTARIA Nº 211/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR PAULO CESAR BRAZ JUNIOR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 021/2014, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 212/2017

PORTARIA Nº 212/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR PAULO CESAR BRAZ JUNIOR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 064/2014, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 213/2017

PORTARIA Nº 213/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR PAULO CESAR BRAZ JUNIOR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 088/2014, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 214/2017

PORTARIA Nº 214/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR PAULO CESAR BRAZ JUNIOR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 090/2014, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 215/2017

PORTARIA Nº 215/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR PAULO CESAR BRAZ JUNIOR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 097/2014, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 216/2017

PORTARIA Nº 216/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR PAULO CESAR BRAZ JUNIOR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 062/2015, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 217/2017

PORTARIA Nº 217/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR PAULO CESAR BRAZ JUNIOR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 063/2015, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 218/2017

PORTARIA Nº 218/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR PAULO CESAR BRAZ JUNIOR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 065/2015, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 219/2017

PORTARIA Nº 219/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR PAULO CESAR BRAZ JUNIOR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 062/2016, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 220/2017

PORTARIA Nº 220/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR PAULO CESAR BRAZ JUNIOR PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 055/2016, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 221/2017

PORTARIA Nº 221/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SERVIDORA ROSELENE GABRIELY SILVA SOUZA SANTO PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 066/2015, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 222/2017

PORTARIA Nº 222/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR ALTAIR TIMÓTEO ARAUJO PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 068/2016, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 223/2017

PORTARIA Nº 223/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR ALMIR DA SILVA LIMAS PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 071/2016, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 224/2017

PORTARIA Nº 224/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR ADEMIR DE BRANCO, PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 003/2017, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 225/2017

PORTARIA Nº 225/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR ADEMIR DE BRANCO, PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 006/2017, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 226/2017

PORTARIA Nº 226/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR ADEMIR DE BRANCO, PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 007/2017, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 227/2017

PORTARIA Nº 227/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

NOMEIA A SERVIDORA ANA MARIA BAUM PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 001/2017, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 228/2017

PORTARIA Nº 228/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SERVIDORA JAQUELINE GUARESCHI MAI GONÇALVES PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 002/2017, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 229/2017

PORTARIA Nº 229/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR JULIO CESAR TOMAZI PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 004/2017, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 230/2017

PORTARIA Nº 230/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA O SERVIDOR ROBERTON FAUST BARBOSA, PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 005/2017, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 231/2017

PORTARIA Nº 231/2017, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA A SERVIDORA OLIVETE GARDIN PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 008/2017, DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS/MT 001/2017

Resolução CMS/MT nº 001 de 15 de Fevereiro de 2017.

Dispõe sobre aprovação do programa SISPACTO referente ao ano de 2016.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO VERDE – MT, no uso de suas atribuições legais e considerando:

I – Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

II – Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

IV – Resolução nº453, de 10 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde;

IV – Lei nº1044 de 02 de junho de 2005, que revoga a Lei nº 075/91 e cria o novo Conselho Municipal de Saúde, com sua Secretaria Geral, bem como Ouvidoria Municipal de Saúde de Campo Verde – MT, e dá outras providências;

R E S O L V E:

Art.1º- Aprovar o Programa SISPACTO

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Campo Verde, 15 de Fevereiro de 2017.

PATRÍCIA ALCÂNTARA ANDRADE

Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO PREGÃO N° 015/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público a retificação do **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRUPO DE GERADOR**, na modalidade pregão (presencial) **n° 015/2017** a se realizar no dia **21/03/2017, as 14hr00min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 03 de março de 2017.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

AVISO DO PREGÃO Nº 016/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO PARA CONFECÇÃO DE PROTESES DENTÁRIAS,** na modalidade pregão (presencial) nº **016/2017**, no dia **20 de MARÇO de 2017, às 14:00 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo verde, 03 de março de 2017.

Ana Carolina S. Braga Blume

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE 04/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **M DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LTDA, CNPJ Nº 07.811.058/0001-64,** modalidade **INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017 –ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2016, DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, PARA AQUISIÇÃO DE DOIS CAMINHÕES BASCULANTES 0 KM**, no valor de **R$ 504.000,00 (quinhentos e quatro mil reais)**, Processo nº 108/2017. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde – MT, 03 de março de 2017.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 06/2017

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 006/2017, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Aquisição de peças genuínas e serviços para conserto da escavadeira hidráulica Caterpillar 323DL.

Contratado: SOTREQ S/A. CNPJ/MF nº 34.151.100/0022-65.

Valor global: R$ 4.696,68 (quatro mil e seiscentos e noventa e seis reais e sessenta e oito centavos).

Fundamento Legal: Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Inexigibilidade de Licitação: 06/2017.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a inexigibilidade de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 02 de março de 2017.

Eric Rodrigo Pettenan

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, torna público que está realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob o nº 04/2017, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, com a finalidade de selecionar a melhor proposta para contratação de empresa especiali-

zada em locação de veículo tipo van com motorista para o transporte de pacientes em tratamento em outros municípios, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. A abertura está marcada para o dia **16/03/2017**, às **14h00 (quatorze horas)** do horário local, no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Campos de Julio - MT, situado à Av. Valdir Masutti, 779-W, Bairro Bom Jardim.

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Julio – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br. Informações através do fone (65) 3387-2800 e do e-mail licitacao5@camposdejulio.mt.gov.br

Campos de Júlio - MT, 03 de março de 2017.

Eric Rodrigo Pettenan - Pregoeiro

Decreto nº 04/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 11/2017

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 06/2017, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma e pintura do prédio que abrigará o estoque municipal, conforme projeto, planilha e cronograma.

Contratado: ELIAS DIAS TERRAS 28609689204. CNPJ/MF nº 14.257. 819/0001-43.

Valor global: R$ 39.966,69 (trinta e nove mil e novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e nove centavos).

Fundamento Legal: Art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93 e art. 1º, I, do Decreto Municipal nº 06/2016.

Dispensa de Licitação: 11/2017.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 02 de março de 2017.

Eric Rodrigo Pettenan

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

PORTARIA N. 076/2017

PORTARIA N. 076/2017, de 24 de Fevereiro de 2017.

"EM CONFORMIDADE NO DECRETO LEI Nº 001/2007, ARTIGO, 5° REGULAMENTA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL (COMDEC) E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte – MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a necessidade de criar e regulamentar a **COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL** para melhor desempenho e interpretação do **SISTEMA ESTADUAL E NACIONAL DE DEFESA CIVIL**, conforme artigo 3º alínea b, do Decreto estadual nº 5.101 de 27 de setembro de 1994 e artigo 1º do Decreto Federal nº 895, de 16 de agosto de 1993.

RESOLVE:

CAPITULO I

DEFINIÇÕES

Artigo 1º. A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL é diretamente subordinada ao Prefeito Municipal e constitui o Órgão superior diretivo para a coordenação sistêmica, e orgânica de todos os demais órgãos municipais com os demais órgãos públicos e privados, bem como a comunidade em geral, visando a execução, nível municipal, de medidas de interesse da população contra eventos que causem anormalidade na sua vida.

Artigo 2º. A Defesa Civil e a administração da solidariedade humana, compreendendo o conjunto de medidas Preventivas, de Socorro, Assistencial e Recuperativa, destinadas a evitar conseqüências danosas de eventos previsíveis e imprevisíveis, entre elas a reparação e restauração de serviços essenciais a fim de preservar o moral da população e o bem estar social, quando da ocorrência desses eventos.

CAPITULO II

DOS EVENTOS DESASTROSOS

CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Artigo 3º. Integra a esta Portaria, os conceitos e Definições de eventos desastrosos no que tange ao município, os artigos 4º 7º, com seus parágrafos únicos do Decreto Estadual nº 5.101 de 27 de Setembro de 1994.

CAPITULO III

DA CONSTITUIÇÃO

DEFINIÇÕES E COMPETENCIAS

Artigo 4º. A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, que usará a sigla **COMDEC**, será um órgão colegiado, presídio pelo Prefeito Municipal e na sua ausência o Vice-Prefeito, sendo constituído de secretarias do governo municipal, funcionários de alto nível, representantes de entidades não governamentais, voluntariado, composta de uma Secretaria Executiva e Coordenadorias por áreas de atuação, tendo o responsável por cada área a denominação de Coordenador Municipal, nomeado pela Portaria Executiva, alem do Secretario Executivo.

Artigo 5º. Fica assim composta a COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, COMDEC:

Presidente: João Cleiton Araújo de Medeiros

Secretaria Executiva: Glauce de Castro e Silva Costa

Coordenadoria de Transporte e Combustível: Luiz José de Barros

Coordenadoria de Assistência Social: Sara Silva Trindade de Medeiros

Coordenadoria de Saúde: Christyani Giacomelli de Araújo

Coordenadoria de Obras Especiais e Levantamento de Danos e Recuperação: Francys Gleiser Schirmann

Coordenadoria de Entidades não Governamentais e Voluntariado: Terezinha Araújo Medeiros

Artigo 6º. A Secretaria Executiva funcionara em caráter permanente e dedicação exclusiva, numa das dependências do Gabinete do Prefeito Municipal, constituída de um Secretario Executivo, nomeado segundo o Artigo 4º desta Portaria, de alto nível e com capacidade de liderança, coadjuvado por uma secretaria de expediente e assistentes técnicos.

Artigo 7º. Compete á Secretaria Executiva:

I – Elaborar um planejamento geral de operações de Defesa Civil com projetos e dados técnicos que possibilitem a previsão e controle de eventos danosos que possam exigir situação de anormalidade no município.

II – manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à Defesa Civil.

III – Organizar um cadastramento de logradouros e locais públicos que possam ser utilizados em atendimentos emergenciais pela população local, nas ações das Coordenadorias competentes.

IV - Executar projetos de obras emergenciais, orçamentos e planos de aplicação para obtenção de recursos estaduais e federais, obedecendo à ori-

entação da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, Decreto nº 5.101/94 e amparada no item IV, Art. 9º do Decreto Federal nº 895/93.

V – Deslocar a qualquer momento do dia ou da noite para inspeção de áreas atingidas por eventos desastrosos que exijam ação imediata da COMDEC, apresentando, relatório escrito de ocorrências.

VI – Manter a população informada sobre as atividades da COMDEC entrosada com a CEDEC-MT, nas ocasiões de operacionalidade emergencial.

VII - Manter o Prefeito Municipal informado de todas as atividades da COMDEC, nas fases PREVENTIVA, de SOCORRO, ASSITENCIAL e RECUPERATIVA.

VIII – Propor ao Prefeito Municipal, a decretação de "SITUAÇÃO DE EMERGENCIA", ou "ESTADO DE CALAMIDADE PUBLICA", observando o que estabelece os artigos 5º, 6º e 7º do Decreto Estadual nº 5.101 de 27 de setembro de 1994, convocando para isto reunião do colegiado da COMDEC. (Artigos 4º e 5º desta Portaria).

IX – Fazer a ligação operacional com a CEDEC-MT.

X – Participar de Cursos, Encontros, Seminários e Congressos, Municipais, Estaduais, Nacionais e Internacionais da Defesa Civil.

XI - Executar o relatório anual da COMDEC.

XII – Zelar e se responsabilizar pelo patrimônio da COMDEC e de bens cedidos pela CEDEC-MT e particulares.

XIII - Requisitar funcionários municipais, se necessário, em caráter temporário para auxiliar as atividades da Secretaria Executiva nas fases Preventivas, de Socorro, Assistencial e Recuperativa.

XIV - Preparar orçamento anual de manutenção administrativa da COMEDC e ser incluído na proposta orçamentária da Prefeitura Municipal.

XV – Assessor e conhecer todas as ações das demais Coordenadorias com especial atenção nos períodos de anormalidades.

XVI - Assinar cheques em conjunto com o Prefeito Municipal, de verbas delegadas Estaduais, Federais e donativos particulares por depósitos bancários específicos.

XVII – Convocar as reuniões da **COMEDC**, lavrar as Atas em livro próprio e elaborar seu Regimento Interno.

XVIII – Prepara e encaminhar as Prestações de Contas a quem de direito da COMEDC, exigindo das demais Coordenadorias as documentações necessárias

XIX – Entrosar com o Secretario Municipal de Educação, para que seja introduzido nas Escolas de 1º e 2º Graus, o Curso de Defesa Civil.

Artigo 8º. Compete a Coordenadoria de transporte e Combustível:

I - Providenciar e coordenador os transportes gerais de busca e salvamento da população atingida e flagelada, abastecimento de combustível as viaturas que integram oficialmente a operacionalidade de todas as demais Coordenadorias, podendo requisitar e contratar veículos, barcos, aviões oficiais e particulares, mantendo o controle, cadastramento e fiscalização rigorosa dos mesmos, para efeito de relatório final e avaliação de custo operacional.

II – Estabelecer a preferencial de "TRANSITO LIVRE", de acordo com as normas do Departamento Estadual de Transito e Segurança, durante o período operacional de anormalidade com rigorosa fiscalização.

Parágrafo Único. A Coordenadoria de Transporte e Combustível terá como Coordenador, o Secretario Municipal de Serviços Urbanos, tendo suas atividades limitadas ao período das ocorrências.

Artigo 9º. Compete a Coordenadoria de Assistência Social

I – Coordenar a distribuição de flagelados a atingidos pelos eventos desastrosos, em trabalho conjunto com as Coordenadorias afins, tendo a orientação da Secretaria Executiva sobre os logradouros e prédios públicos disponíveis e a execução de acampamentos provisórios;

II – Instruir e armar barracas provisórias, dentro dos requisitos de segurança, higiene e saneamento, dano preferência a locais de fácil acesso e inspeção;

III – Cadastro as famílias e pessoas socorridas com triagem sócio – econômica:

IV – Providenciar o abastecimento de alimentos, agasalhos e outras necessidades para sobrevivência dos socorridos, devendo exercer rigorosa fiscalização e controle operacional:

V – Promover a recuperação e a reconstrução de moradias para a população de baixa renda, e prestar assistência social ás populações conforme item XV, do Artigo 10º Dec. Federal nº 895/93.

VI – Proporcionar meios de assistência escolar, religiosa e recreativa nos acampamentos e abrigos prolongados:

VII - Zelar pela conservação dos próprios públicos e particulares utilizados pelos socorridos;

VIII – Colaborar na manutenção da ordem, disciplina e respeito nos abrigos e acampamentos provisórios, e, nos acampamentos prolongados, proporcionar quando necessários, motivos de recreação, educação e assistência religiosa;

IX – Terminada a situação de anormalidade e regularizadas as consecuções sociais, os saldos de donativos materiais e financeiros deverão ser distribuídos ás Entidades Filantrópicas devidamente reconhecidas como de "Utilidades Publicas" em qualquer esfera administrativa;

X – Manter Controle dos gastos e aplicação para efeito de avaliação final dos custos e relatórios.

Parágrafo Único. A Coordenadoria de Assistência Social terá como coordenador o Secretario Municipal de Assistência Social e suas atividades limitadas ao período das ocorrências.

Artigo 10º - Compete a Coordenadoria de Saúde:

I – Planejar e coordenar as ações de Defesa Civil a Saúde da população contra epidemias, tomando medidas profiláticas preventivas, entrosada com os órgãos estaduais e federais, conforme estabelecido no Artigo 17º Decreto nº 5.10/94 e o item XI do Artigo 10º do Decreto Federal nº 895 de 16 de agosto de 1993.

II – Controlar e fiscalizar a distribuição de medicamentos, com avaliação de custos para efeito de relatório final;

Parágrafo Único. A Coordenadoria de Saúde terá como coordenador, o Secretario Municipal de Saúde e o diretor de Serviços de Vigilância Sanitária do Município, tendo suas atribuições limitadas ao período das ocorrências e seus efeitos.

Artigo 11º - Compete a Coordenadoria de Obras Especiais:

I – Fazer levantamento dos danos causados pelos eventos desastrosos (naturais e humanos), tão logo tenha conhecimento, tomando providencias para a sua recuperação imediata, podendo, para isso, requisitar técnicos de órgãos específicos dos governos Estadual e Federal, como Corpo de Bombeiros Militar, Policia Militar do Estado, Exercito Brasileiro, Aeronáutica, Marinha de Guerra, com a interveniência da CEDEC-MT e do departamento de Defesa Civil do Ministério do Planejamento e Orçamento, conforme Artigos 15º e 16º do Decreto Estadual nº 5.101/94 itens específicos do Artigo 10º do Decreto Federal nº 895 de 16 de agosto de 1993.

II - Para efeito desta Portaria, entende-se por obras especiais: destruição de pontes, aterros, linhas de transmissão de energia, de telefonia, rompimento de barragens, diques de proteção, deslizamento de camadas de solo, superficiais ou subterrâneas, interrupção do sistema de abastecimento de água, erosão urbanas e rurais, explosões, incêndios, pragas animais e vegetais acidentes dos transportes de cargas perigosas, etc;

III – Apresentar relatórios descritivos e justificativos e de aplicação dos recursos financeiros, bem como, projetos técnicos e orçamentários que possibilitem a aquisição de recursos estaduais e federais, em conjunto com a Coordenadoria Executiva da COMDEC e orientação interveniente da CEDEC-MT.

Parágrafo Único: A Coordenadoria de Obras Especiais, Levantamentos de Danos e Recuperativa, terá como Coordenador o Secretario Municipal de Obras, tendo suas atividades limitadas ao período das ocorrências e influencias de seus efeitos.

Artigo 12º - **Compete a Coordenadoria de Entidades não Governamentais e Voluntários:**

I - Coordenar o apoio das entidades não governamental e pessoal voluntário, distribuindo – os conforme suas competências e habilitações as demais Coordenadorias, cadastrando-as nominalmente para efeito de avaliação final de custos financeiros e de suas participações;

II – Fiscalizar o desempenho das Entidades não Governamentais e Voluntariado afastando das atividades os elementos julgados indesejáveis as ações da Defesa Civil.

Parágrafo Único: A Coordenadoria de Entidades Não Governamentais e Voluntariado Terá como Coordenador, o Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, tendo suas atribuições limitadas ao período das ocorrências e influencias de seus efeitos.

CAPITULO IV

DA SEGURANÇA PUBLICA, BUSCA E SALVAMENTO

Artigo 13º. A segurança da ordem publica, em transporte, busca e salvamento, em alojamento e acampamentos de flagelados e atingidos pelos eventos desastrosos, obedecera aos dispositivos constitucionais dos órgãos específicos militares e civis, que serão solicitados diretamente pelo Prefeito Municipal ou pela interveniencia da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, conforme dispõe os artigos 15º e 16º com seus parágrafos únicos do Decreto Estadual nº 5.101 de 27 de Setembro de 1994 e artigo 10º, parágrafo 1º e 2º, do Decreto Federal nº 895 de 16 de agosto de 1993.

Artigo 14º. Em caso de socorro emergencial, qualquer coordenadoria, constante desta Portaria, tem a obrigação de prestar auxilio ao próximo na busca rápida prevista no artigo anterior, devendo dar conhecimento imediatamente a Coordenadoria de Transporte e Combustível e a Secretaria Executiva para efeito de relatórios.

CAPITULO V

DAS RENUMERAÇÕES

Artigo 15º. Entre as Coordenadorias, a Secretaria Executiva se distingue por ser um trabalho permanente e diuturno, atuando em todas as fases de Defesa Civil quer seja no regime de normalidade, como fase Preventiva, quer seja no regime de anormalidade Socorro, Assistencial e Recuperativa.

Artigo 16º. Os demais servidores públicos, requisitados na forma desta Portaria, ficarão á disposição da COMDEC, sem prejuízos dos cargos funções que exercem e da remuneração e direitos respectivos, a conta do órgão cedente, não fazendo jus a retribuição ou gratificação especial, salvo o recebimento de diárias e transporte em caso de deslocamento.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS TRANSITORIAS

Artigo 17º. A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL (COMDEC) devera se reunir por convocação direta do Prefeito Municipal através da Secretaria Executiva, todas as vezes que houver necessidade de tomar decisões transcendentes e de interesses gerais da COMDEC e da população, entre elas a decretação de “SITUAÇÃO DE EMERGENCIA” ou “ESTADO DE CALAMIDADE PUBLICA”.

Artigo 18º. Poderão participar das reuniões, convidados especiais do Prefeito Municipal e dos Coordenadores, facultando-lhes o direito de se manifestar.

Artigo 19º. A COMDEC poderá criar no município os Núcleos de Defesa Civil (NUDEC’S), como auxiliares, ouvindo a liderança de bairros, nos termos do Decreto Estadual 5.101/94.

Artigo 20º. Os dispositivos da presente Portaria que alterarem as atribuições normais da estrutura administrativa pertinente ao município são aplicáveis apenas na “SITUAÇÃO DE EMERGENCIA “ ou de “ESTADO DE CALAMIDADE PUBLICA” as quais terminadas, e, regularizadas as conseqüências sócias, volta-se ao regime de normalidade.

Artigo 21º. O Servidor Publico que tiver a sua participação efetiva, devidamente atestada pelo Prefeito Municipal ou publicada no Diário Oficial, será considerada como serviço relevante ao Município e anotada em sua Ficha Funcional, mediante requerimento do interessado.

Parágrafo Único. As Entidades e Voluntariados que tiverem seus trabalhos por esse artigo, poderão receber “CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO POR SERVIÇOS RELEVANTES” assinado pelo Prefeito Municipal e pelo representante da CEDEC-MT.

Artigo 22º. A COMDEC devera contar com verba orçamentária para o seu funcionamento normal e com verbas especiais para operações de anormalidades.

Artigo 23º. Todos os demais Secretários Municipais são obrigados a cooperarem com a COMDEC nos períodos das ocorrências, quando solicitados.

Artigo 24º. As Coordenadorias deverão fornecer ao Secretario Executivo, alem dos relatórios finais, a documentação para a prestação de contas a quem, de direito (Tribunal de Contas, etc.).

Artigo 25º. Os casos omissos nesta Portaria serão discutidos e resolvidos pelo Colegiado Pleno da COMDEC. (Artigos 4º e 5º).

Artigo 26º. A COMDEC trabalhara em regime de cooperação conjunta, na forma que estabelece o parágrafo 2º do Decreto Federal nº 895 de 16 de agosto de 1993, podendo, no entanto, a CEDEC-MT assumir a Coordenação Geral de Operações, quando os efeitos desastrosos transcenderem sua capacidade técnica, operacional e financeira.

Artigo 27º. Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 02 de março de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

DECRETO N. 540/2017

DECRETO N. 540/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

REVOGA O DECRETO N. 534/2017, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 83, Inc. V da Lei 001/93, Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: Princípio da Autotutela da Administração Pública, do qual decorre a prerrogativa do Poder Público de rever seus próprios atos, quando estes se apresentarem contrários à conveniência ou à oportunidade administrativa, prerrogativa estabelecida também na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado em sua integralidade o Decreto n. 534/2017, de 09 de fevereiro de 2017, que dispunha sobre convocação de candidatos aprovados e classificados em concurso público, tornando-se assim sem efeito as determinações contidas no referido Decreto.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas quaisquer outras disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Canabrava do Norte – MT, 03 de março de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE N. 001/2017.

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE N. 001/2017.

"**ALTERA O § 2º, DO ART. 200 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou**, em dois turnos e ele **sanciona** e **promulga** a seguinte emenda a Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º. O § 2º, do artigo 200º, da Lei Orgânica do município de Canabrava do Norte, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 200º. Fica o Executivo Municipal responsável em abrir, controlar e conservar as estradas vicinais, uso do bem comum, a toda comunidade.

§ 1º. [...];

§ 2º. Nas estradas vicinais secundárias, os proprietários de terras, deverão deixar 7,5 (sete e meio) metros, em cada margem, a partir do eixo da estrada".

Art. 2º. Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se, as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de Março de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2016 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA - MT

A Prefeitura de Canabrava do Norte-MT, declara que aderiu a Ata de Registro de Preços nº 104/2016 referente ao Pregão Presencial para Registro de Preços nº 065/2016, da Prefeitura Municipal de Confresa - MT, para o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa para Locação de tendas, com um valor Global Estimado de R$ 190.500,00 (cento e noventa mil e quinhentos reais).

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços: Roberto Luiz Barroso 69112738115.

CNPJ: 23.810.349/0001-94

Canabrava do Norte-MT, 02 de março de 2017

Domingos Dias Pinto

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 021/2017

Data: 20/02/2017

Contratado: MAYCON SILVA LOBELEIN

Objeto: Prestações de serviços de limpeza da piscina do Centro dos Idosos, Secretaria Municipal de Ação Social

Valor: de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Vigência: 20/11/2017

GABINETE
PORTARIA Nº 159/2017

De 21 de fevereiro de 2017.

Nomeia Servidor para Cargo em Comissão.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatutos dos Funcionários Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Joaquim Valdivino Fábio** para exercer o cargo de Chefe de Transportes Escolar, cargo de Provimento em Comissão da Lei Complementar n°126/2014 de 16 de setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT,21 de fevereiro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017
REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna público o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistencia Social de Canarana-MT e de acordo com as especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **16/03/2017 às 13h30min** (**Horário Brasilia)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completo na Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 12h00min às 18h00min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com** ou no endereço eletrônico **www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 03 de Março de 2017.

EDINILCE PRUDENTE

Pregoeira Oficial

GABINETE
PORTARIA Nº 163/2017

De 24 de fevereiro 2017.

Nomeia Junta Médica do Município de Canarana – MT e dá outras providencias.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para compor a Junta Médica pericial do Município de Canarana - MT, instituída através do Decreto nº 2400/2014, os Médicos integrante dos quadros de servidores efetivos, comissionados ou contratados do Município de Canarana - MT:

1 – Colmar da Costa Silva;

2 – Ailton de Almeida Fava Junior.

Suplente - Sebastiana Ferreira de Freitas

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 602/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, 24 de fevereiro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017
REGISTRO DE PREÇOS

‘’ **COM ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP “**

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna público a ***Contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte de Alunos da Rede Pública de Ensino do Município de Canarana-MT. para o ano letivo de 2017*** **e de acordo com as especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **16/03/2017 às 08h30min** (**Horário Brasilia**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completo na Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 12h00min às 18h00min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com** ou no endereço eletrônico **www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 03 de Março de 2017.

EDINILCE PRUDENTE

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017
REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público que o vencedor na sessão que se realizou na data de **17/02/2017** na modalidade de Pregão Presencial, menor preço por ítem foi: **V.A. KALKMANN DE OLIVEIRA - EPP., conforme ata.**

Canarana -MT, 03 de Março de 2017.

EDINILCE PRUDENTE

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017 REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público que o vencedor na sessão que se realizou na data de **03/03/2017** na modalidade de Pregão Presencial, menor preço por ítem foi: **VLB UTILIDADES DO LAR LTDA-EPP., conforme ata.**

Canarana -MT, 03 de Março de 2017.

EDINILCE PRUDENTE

Pregoeira Oficial

CÂMARA
PORTARIA N° 13/2017

DE 01 DE MARÇO DE 2017

“Dispõe sobre a concessão de licença interesse a servidora e dá outras providências”.

O presidente da Câmara Municipal de Canarana/MT, senhor Ederson Porsch, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas;

RESOLVE:

***Art. 1º** - Concede Licença Interesse pelo período de 02 (dois) anos, a servidora Sandra Cristina Schmidt, brasileira, portadora da Carteira de Identidade RG nº 1386406-8 SSP/MT e CPF N° 010.281.231-40, matricula nº 000081, conforme Artigo 102 da Lei Complementar 028 de 23 de dezembro de 2002.*

***Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação por afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário.*

Sala da Presidência, 01 de março de 2017.

EDERSON PORSCH

Presidente

GABINETE
PORTARIA Nº171/2017

De 01 de março de 2017.

Altera Período de férias da servidora Josilene Pinheiro da Silva e da outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Alterar período de gozo de férias da servidora Josilene Pinheiro da Silva,agendado por meio da portaria n° 440/2016 de 01 de dezembro de 2016,para 03 de julho de 2017 a 31 de julho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 01 de março de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal .

GABINETE
PORTARIA Nº 169/2017

De 01 de março de 2017.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

O Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. Fábio Marcos Pereira de Faria, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a GRECI TERESINHA FERREIRA ocupante do cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM CLASSE A NIVEL 08 matricula de 154 lotada na Secretaria Municipal de Saúde , três (03) meses de Licença Prêmio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 01 de março de 2017 á 29 de maio de 2017, relativo ao quinquênio de 2009 a 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de março de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº172/2017

De 01 de março de 2017.

Altera Período de férias da servidora SEBASTIANA FERREIRA DE FREITAS e da outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Alterar período de gozo de férias da servidora SEBASTIANA FERREIRA DE FREITAS,agendado por meio da portaria n° 447/2016 de 08 de dezembro de 2016,para 01 de agosto de 2017 a 30 de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 01 de março de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal .

GABINETE
PORTARIA Nº168/2017

De 01 de março de 2017.

Revoga licença prêmio da servidora da Secretaria de Educação e Cultura.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E

Art. 1º – Revogar a licença prêmio da Servidora Renata Soraya Reyes para o periodo de 01/03/2017 a 29/05/2017 aprovada pela portaria nº 452/2016 de 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 01 de março de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal .

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 022/2017

Data: 23/02/2017

Contratado: J. NASSEER EVENTOS E PUBLICIDADE EIRELLI - MR

Objeto: Contratação de empresa promotora de eventos para realização do foliando de Carnaval 2017 no município de Canarana-MT

Valor: 156.090,00 (cento e cinquenta e seis mil e noventa reais)

Vigência: 30/04/2017

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 023/2017

Data: 02/03/2017

Contratado: C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELLI - ME

Objeto: Reconstrução e Reforma de Pontes de Madeira no Municipio de Canarana-MT, conforme Projeto Basico e Especificações Tecnicas constantes da Convite nº 001/2017

Valor: R$ 335.309,80 (trezentos e trinta e cinco mil, trezentos e nove reais e oitenta centavos)

Vigência: 30/08/2017

GABINETE
PORTARIA Nº170/2017

De 01 de março de 2017.

Altera a Licença Prêmio da servidora da Secretaria de Educação e Cultura.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E

Art. 1º – Alterar a licença prêmio da Servidora Taviana Sieli Koch, aprovada pela portaria nº 452/2016 de 16 de dezembro de 2016, para 06 de março de 2017 a 03 de junho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 01 de março de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº150/2017.

De 20 de fevereiro de 2017.

Nomeia servidora em Estágio Probatório.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 1º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Andreia Cristina Silva Aires de Almeida, em estágio probatório para o cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, Anexo I – Grupo Ocupacional II TÉCNICO DO SUS, da Lei Complementar nº 123/2014, aprovado em concurso público, homologado pelo Decreto nº.2734/2016 de 01 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 20 de fevereiro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 024/2017

Data: 02/03/2017

Contratado: MEI – ELISANE DE MELO BERNARDES COSTA

Objeto: Prestação de serviços de hidroginástica e fisioterapia para o grupo da Terceira Idade para Ação Municipal de Ação Social

Valor: R$ 9.380,00 (nove mil, trezentos e oitenta reais)

Vigência: 31/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 01/2017

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público que a empresa vencedora do **CONVITE Nº 001/2017** foi **CRG CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, conforme ata.**

Canarana -MT, 23 de Fevereiro de 2017.

NAIR EVANE BERNARDI

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR 05/2017

Dispõe sobre a convocação de classificada no processo seletivo simplificado 2017 (edital 03/2016) com vista à contratação de Professor (a), Substitutos (a) por tempo determinado, para atender às necessidades temporárias, nos termos da Lei Municipal nº. 907/2015.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONVOCAR a Professora Nalva Regina da Costa do Prado, 2ª classificada na prova para a disciplina de Geografia/Ensino Religioso, na Escola Municipal Manoel Bandeira, do processo seletivo simplificado 2017 (edital 03/2016).

Carlinda, 03 de março de 2017

_____

Maria das Dores da Costa

Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 080/2014

TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 080/2014

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Castanheira**

CONTRATADO:**M. T. ARANTES – ME inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 10.821.265/0001-04**

OBJETO: Contrato Administrativo de Obra e Serviços de Engenharia com fornecimento de Materiais e Mão de Obra - Empreitada Global – Para a Construção da Escola Municipal "Castanheira" na sede do Município de Castanheira – MT com base na TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2014

VIGÊNCIA 28/02/2017 a 31/12/2017

FORMA DE PAGAMENTO; Mediante NF

DATA DE ASSINATURA: 28/02/2017

EXTRATO DO CONTRATO N.º 009/2017

CONTRATO N°: **009/2017** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):**SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 03.931.109/0002-11**

OBJETO: Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Radiodifusão para Divulgação e Transmissão de Atos Oficiais.

VALOR: **R$ 42.400,00 (Quarenta e dois mil e quatrocentos reais)**

VIGÊNCIA: 27.02.2017 a 31.12.2017

FORMA DE PAGAMENTO: Mensalmente através de NF

DATA DE ASSINATURA: 27.02.2017

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP N.º 014/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL n.º 014/2017**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DA SAÚDE DE ATÉ 500KG MENSAL, CLASSIFICADOS DOS GRUPOS "A, B e E, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Castanheira-MT.** Com sessão no dia 15/03/2017 às 08:00 horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1521, pelo e-mail:prefeituracastanheira@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br

Castanheira - MT, **06** de março de **2017**.

WILSON VIEIRA

Pregoeiro

EXTRATO DE CONTRATO N.º 008/2017

CONTRATO N°: **008/2017** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):**SUPERMERCADO MILENIO LTDA - ME** inscrita no **CNPJ/MF nº 08.094.933/0001-05**

OBJETO:**Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar das Escolas Municipais de Ensino Fundamental, conf. programa nacional de alimentação escolar PNAE e merenda do centro de educação infantil, conf. programa nacional de alimentação escolar para creche PNAEC/PNAEP/AEE, EJA**, **para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Educação do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso** .

VALOR: **R$ 84.300,30 (Oitenta e quatro mil trezentos reais e trinta centavos**

VIGÊNCIA: 22.02.2017 a 31.12.2017

FORMA DE PAGAMENTO: Mensalmente através de NF

DATA DE ASSINATURA: 22.02.2017

EXTRATO DE CONTRATO N.º 007/2017

CONTRATO N°: **007/2017** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):**CARLOS ANTONIO PROCÓPIO EIRELI - ME** inscrita no **CNPJ nº 23.504.807/0001-67**

OBJETO:**Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar das Escolas Municipais de Ensino Fundamental, conf. programa nacional de alimentação escolar PNAE e merenda do centro de educação infantil, conf. programa nacional de alimentação escolar para creche PNAEC/PNAEP/AEE, EJA**, **para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Educação do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso** .

VALOR: **R$ 150.918,40 (Cento e cinqüenta mil novecentos e dezoito reais e quarenta centavos)**

VIGÊNCIA: 22.02.2017 a 31.12.2017

FORMA DE PAGAMENTO: Mensalmente através de NF

DATA DE ASSINATURA: 22.02.2017

EXTRATO DO CONTRATO N.º 002/2017

CONTRATO N°: **002/2017** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): **JUAN JOSE GUZMAN BELLIDO - ME** inscrita no **CNPJ nº 23.585.343/0001-60**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO ATRAVÉS DE EMPRESA PARA ATENDIMENTO NO PSF VALE DO SERINGAL E PLANTÕES NO PA**.

VALOR: **R$ 402.000,00 (Quatrocentos e dois mil reais)**

VIGÊNCIA: 03.02.2017 a 31.12.2017

FORMA DE PAGAMENTO: Mensalmente através de NF

DATA DE ASSINATURA: 03.02.2017

EXTRATO DO CONTRATO N.º 003/2017

CONTRATO N°: **003/2017** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): **ALEX DA S. SANTOS EIRELI - ME,** inscrita no **CNPJ nº 25.064.843/0001-82**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO ATRAVÉS DE EMPRESA PARA ATENDIMENTO NO PSF URBANO, PERICIAS E PLANTÕES NO PA**.

VALOR: **R$ 426.000,00 (Quatrocentos e vinte e seis mil reais)**

VIGÊNCIA: 03.02.2017 a 31.12.2017

FORMA DE PAGAMENTO: Mensalmente através de NF

DATA DE ASSINATURA: 03.02.2017

EXTRATO DO CONTRATO N.º 005/2017

CONTRATO N°: **005/2017** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):**D L DE LIMA TRANSPORTES – ME** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 11.514.245/0001-53**

OBJETO: **Contratação de Empresa Especializada em Transporte Escolar**.

VALOR: **R$ 169.344,00 (Cento e sessenta e nove mil trezentos e quarenta e quatro reais)**

VIGÊNCIA: 08.02.2017 a 31.12.2017

FORMA DE PAGAMENTO: Mensalmente através de NF

DATA DE ASSINATURA: 08.02.2017

EXTRATO DE CONTRATO N.º 006/2017

CONTRATO N°: **006/2017** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):**J S NEVES TRANSPORTES - ME** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 08.039.089/0001-01**

OBJETO: **Contratação de Empresa Especializada em Transporte Escolar**.

VALOR: **R$ 167.200,00 (Cento e sessenta e sete mil e duzentos reais)**

VIGÊNCIA: 08.02.2017 a 31.12.2017

FORMA DE PAGAMENTO: Mensalmente através de NF

DATA DE ASSINATURA: 08.02.2017

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 083/2014

TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 083/2014

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Castanheira**

CONTRATADO:**M. T. ARANTES – ME inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 10.821.265/0001-04**

OBJETO: Contrato Administrativo de Obra e Serviços de Engenharia com fornecimento de Materiais e Mão de Obra - Empreitada Global – Para a Construção da Escola Municiapl "Padre José de Alencar" no PA Vale do Seringal, 4º Assentamento no Município de Castanheira – MT com base na TOMADA DE PREÇOS N.º 05/2014

VIGÊNCIA 28/02/2017 a 31/12/2017

FORMA DE PAGAMENTO; Mediante NF

DATA DE ASSINATURA: 28/02/2017

EXTRATO DO CONTRATO N.º 010/2017

CONTRATO N°: **010/2017** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):**THALES VICTOR FERNANDES FERREIRA – ME** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 26.908.817/0001-56**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO ATRAVÉS DE EMPRESA PARA ATENDIMENTO NO PSF RURAL E PLANTÕES NO PA** .

VALOR: **R$ 368.500,00 (Trezentos e sessenta e oito mil e quinhentos reais)**

VIGÊNCIA: 27.02.2017 a 31.12.2017

FORMA DE PAGAMENTO: Mensalmente através de NF

DATA DE ASSINATURA: 27.02.2017

EXTRATO DO CONTRATO N.º 004/2017

CONTRATO N°: **004/2017** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): **VIDA IDEAL ASSISTÊNCIA SOCIAL EIRELI - ME** inscrita no **CNPJ nº 22.987.866/0001-70**

OBJETO: **Contratação de Serviços de Casa de Apoio e Assistência a Pacientes na Praça de Cuiabá/MT para a Secretaria de Saúde do Município de Castanheira - Estado de Mato Grosso** .

VALOR: **R$ 88.000,00 (oitenta a e oito mil reais)**

VIGÊNCIA: 07.02.2017 a 31.12.2017

FORMA DE PAGAMENTO: Mensalmente através de NF

DATA DE ASSINATURA: 07.02.2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2017)

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE

Órgão Solicitante: SECRETARIAS MUNICIPAIS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DO PRODUTO GÁS DE COZINHA P13 E P45, E REGISTRO DE GÁS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

Data/Horário: 17/03/2017 às 09:30h (nove horas e trinta minutos) – Fuso Horário da Capital do Estado de Mato Grosso.

Informações/Contato: Setor de Licitações e Contratos/Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT - Telefone: (65) 3301-1570 - E-mail: licitachapada@gmail.com. Atendimento: 14:00 às 17:00hs. Ano: 2017.

Endereço para retirada do Edital: O Edital completo poderá ser retirado no site da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, por meio do endereço: www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br, no opção "Últimas Publicações de Documentos", ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Chapada dos . Guimarães/MT, no endereço: Rua Tiradentes, nº 166, Centro, Chapada dos Guimarães/MT.

Karla da Silva Miranda

Pregoeira Oficial

Visto:

José Martinho Filho

Secretário Municipal de Finanças

Chapada dos Guimarães/MT, 03 de março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa **ATOS CONSULTORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL EIRELI,** sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM "APLIC" – AUDITORIA PÚBLICA INFORMATIZADA DE CONTAS, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – "PREVI-CLÁUDIA.** Cláudia/MT, 03 de Março de 2017.

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA – Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Gaspar Dutra, s/nº, Centro, Cláudia – MT, CEP: 78.540-000, inscrita no CNPJ 01.310.499/0001-04, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria n° 003/2017, torna Público para conhecimento os interessados, que realizará às **08h00min (Horário Oficial de Cláudia – MT),** do dia **22 de Março de 2017,** na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal, sito a Av. Gaspar Dutra, s/n°, Centro – Cláudia – MT, abertura da Tomada de Preços nº 001/2017, pelo Menor Preço Global, para **"Contratação de Empresa para Execução de Obra referente a Reforma dos Alambrados do Campo Sintético e Quadra De Areia localizados na Avenida Gaspar Dutra, no Município de Cláudia – MT, conforme Projeto, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e Memorial Descritivo".**

O edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Cláudia – MT, localizada na Av. Gaspar Dutra, s/n°, Centro, durante o horário de expediente de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 13h00min.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 07h00min às 13h00min ou através do telefone (66) 3546-3100.

Cláudia – MT, 03 de Março de 2017.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Presidente da C.P.L.

RECURSOS HUMANO
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SIMPLIFICADO - REFERENTE AO 6º BIMESTRE DE 2016.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.485.200,00	34.485.200,00	9.097.658,65	26,38	42.577.616,84	123,47	-8.092.416,84
RECEITAS CORRENTES	32.020.200,00	32.020.200,00	9.083.674,87	28,37	42.316.315,19	132,16	-10.296.115,19
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.642.000,00	6.642.000,00	2.248.771,90	33,86	10.433.701,33	157,09	-3.791.701,33
Impostos	6.401.500,00	6.401.500,00	2.241.358,22	35,01	10.201.722,51	159,36	-3.800.222,51
Taxas	240.500,00	240.500,00	7.413,68	3,08	231.978,82	96,46	8.521,18
Contribuição de Melhoria							0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.127.400,00	1.127.400,00	19.256,56	1,71	805.693,16	71,46	321.706,84
Contribuições Sociais	1.019.400,00	1.019.400,00		0,00	690.117,36	67,70	329.282,64
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							0,00
Contribuição de Iluminação Pública	108.000,00	108.000,00	19.256,56	17,83	115.575,80	107,01	-7.575,80
RECEITA PATRIMONIAL	999.500,00	999.500,00	56.637,92	5,67	3.322.907,72	332,46	-2.323.407,72
Receitas Imobiliárias							0,00
Receitas de Valores Mobiliários	999.500,00	999.500,00	56.637,92	5,67	3.322.907,72	332,46	-2.323.407,72
Receita de Concessões e Permissões							0,00
Compensações Financeiras							0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							0,00
Receita da Cessão de Direitos							0,00
Outras Receitas Patrimoniais							0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							0,00
Receita da Produção Animal e Derivados							0,00
Outras Receitas Agropecuárias							0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							0,00
Receita da Indústria de Transformação							0,00
Receita da Indústria de Construção							0,00
Outras Receitas Industriais							0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	104.500,00	104.500,00	10.188,60	9,75	54.380,70	52,04	50.119,30
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.691.000,00	22.691.000,00	6.706.694,60	29,56	27.400.855,73	120,76	-4.709.855,73
Transferências Intergovernamentais	22.206.000,00	22.206.000,00	6.538.263,99	29,44	26.675.585,93	120,13	-4.469.585,93
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas					20.000,00		-20.000,00
Transferências de Convênios	485.000,00	485.000,00	168.430,61	34,73	705.269,80	145,42	-220.269,80
Transferências para o Combate à Fome							0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	455.800,00	455.800,00	42.125,29	9,24	298.776,55	65,55	157.023,45
Multas e Juros de Mora	115.000,00	115.000,00	7.480,80	6,51	112.385,42	97,73	2.614,58
Indenizações e Restituições	64.800,00	64.800,00	2.602,42	4,02	23.767,84	36,68	41.032,16
Receita da Dívida Ativa	211.000,00	211.000,00	20.023,35	9,49	122.236,68	57,93	88.763,32
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							0,00
Receitas Correntes Diversas	65.000,00	65.000,00	12.018,72	18,49	40.386,61	62,13	24.613,39

Documento gerado em 23/01/2017 08:51:20

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	2.465.000,00	2.465.000,00	13.983,78	0,57	261.301,65	10,60	2.203.698,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							0,00
Operações de Crédito Externas							0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	115.000,00	115.000,00	13.983,78	12,16	24.677,06	21,46	90.322,94
Alienação de Bens Móveis	115.000,00	115.000,00	13.983,78	12,16	19.983,78	17,38	95.016,22
Alienação de Bens Imóveis					4.693,28		-4.693,28
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.350.000,00	2.350.000,00	0,00	0,00	236.624,59	10,07	2.113.375,41
Transferências Intergovernamentais							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências de Convênios	2.350.000,00	2.350.000,00		0,00	236.624,59	10,07	2.113.375,41
Transferências para o Combate à Fome							0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							0,00
Receitas de Capital Diversas							0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.314.800,00	1.314.800,00		0,00	1.299.172,69	98,81	15.627,31
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	35.800.000,00	35.800.000,00	9.097.658,65	25,41	43.876.789,53	122,56	-8.076.789,53
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	35.800.000,00	35.800.000,00	9.097.658,65	25,41	43.876.789,53	122,56	-8.076.789,53
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)					43.876.789,53		-43.876.789,53
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		0,00			0,00		
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	34.890.000,00	34.890.000,00	6.474.311,26	37.221.682,02	-2.331.682,02	7.205.677,93	37.161.014,16	-2.271.014,16	36.291.472,76	60.667,86
DESPESAS CORRENTES	28.323.000,00	28.323.000,00	5.127.779,17	30.595.518,17	-2.272.518,17	5.702.511,72	30.534.850,31	-2.211.850,31	30.007.852,50	60.667,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.255.500,00	13.255.500,00	3.280.810,86	14.777.555,82	-1.522.055,82	3.330.573,39	14.775.489,16	-1.519.989,16	14.703.791,26	2.066,66
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	44.000,00	44.000,00	11.058,85	59.214,14	-15.214,14	11.058,96	59.214,14	-15.214,14	59.214,14	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.023.500,00	15.023.500,00	1.835.909,46	15.758.748,21	-735.248,21	2.360.879,37	15.700.147,01	-676.647,01	15.244.847,10	58.601,20
DESPESAS DE CAPITAL	4.897.000,00	4.897.000,00	1.346.532,09	6.626.163,85	-1.729.163,85	1.503.166,21	6.626.163,85	-1.729.163,85	6.283.620,26	
INVESTIMENTOS	4.757.000,00	4.757.000,00	1.350.298,21	6.505.974,99	-1.748.974,99	1.484.341,30	6.505.974,99	-1.748.974,99	6.163.431,40	
INVERSÕES FINANCEIRAS					0,00			0,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	140.000,00	140.000,00	-3.766,12	120.188,86	19.811,14	18.824,91	120.188,86	19.811,14	120.188,86	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.550.000,00	1.550.000,00			1.550.000,00			1.550.000,00		
RESERVA DO RPPS	120.000,00	120.000,00			120.000,00			120.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	910.000,00	910.000,00	350.621,82	1.402.016,82	-492.016,82	364.459,69	1.396.901,72	-486.901,72	1.265.081,63	5.115,10
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	35.800.000,00	35.800.000,00	6.824.933,08	38.623.698,84	-2.823.698,84	7.570.137,62	38.557.915,88	-2.757.915,88	37.556.554,39	65.782,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	35.800.000,00	35.800.000,00	6.824.933,08	38.623.698,84	-2.823.698,84	7.570.137,62	38.557.915,88	-2.757.915,88	37.556.554,39	65.782,96
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	35.800.000,00	35.800.000,00	6.824.933,08	38.623.698,84		7.570.137,62	38.557.915,88		37.556.554,39	65.782,96

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.314.800,00	1.314.800,00	0,00	0,00	1.299.172,69	98,81	15.627,31
RECEITAS CORRENTES	1.314.800,00	1.314.800,00	0,00	0,00	1.299.172,69	98,81	15.627,31
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.314.800,00	1.314.800,00	0,00	0,00	1.299.172,69	98,81	15.627,31
Contribuições Sociais	1.314.800,00	1.314.800,00	0,00	0,00	1.299.172,69	98,81	15.627,31
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	910.000,00	910.000,00	350.621,82	1.402.016,82	-492.016,82	364.459,69	1.396.901,72	-486.901,72	1.265.081,63	5.115,10
DESPESAS CORRENTES	910.000,00	910.000,00	350.621,82	1.402.016,82	-492.016,82	364.459,69	1.396.901,72	-486.901,72	1.265.081,63	5.115,10
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	910.000,00	910.000,00	350.621,82	1.402.016,82	-492.016,82	364.459,69	1.396.901,72	-486.901,72	1.265.081,63	5.115,10
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Fonte - Anexo 1 - Tabela 1.0 - RREO	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	35,800,000,00	35,800,000,00	7,124,771,13	38,623,698,84	100,00	-2,823,698,84	7,571,776,13	38,557,915,88	100,00	-2,757,915,88	65,782,96
Legislativa	1,417,000,00	1,417,000,00	0,00	1,086,370,09	2,81	330,629,91	0,00	1,053,662,61	2,73	363,337,39	32,707,48
Ação Legislativa	1,417,000,00	1,417,000,00		1,086,370,09	2,81	330,629,91		1,053,662,61	2,73	363,337,39	32,707,48
Controle Externo					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração	3,670,850,00	3,670,850,00	588,421,81	3,471,040,77	8,99	199,809,23	758,308,27	3,471,040,77	9,00	199,809,23	0,00
Planejamento e Orçamento					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral	3,200,850,00	3,200,850,00	549,568,93	3,191,647,78	8,26	9,202,22	650,952,98	3,191,647,78	8,28	9,202,22	0,00
Administração Financeira	25,000,00	25,000,00		15,624,00	0,04	9,376,00		15,624,00	0,04	9,376,00	0,00
Controle Interno	55,000,00	55,000,00	27,189,24	83,164,77	0,22	-28,164,77	27,189,24	83,164,77	0,22	-28,164,77	0,00
Normatização e Fiscalização					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação	8,000,00	8,000,00			0,00	8,000,00			0,00	8,000,00	0,00
Ordenamento Territorial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	20,000,00	20,000,00			0,00	20,000,00			0,00	20,000,00	0,00
Administração de Receitas					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração de Concessões					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	362,000,00	362,000,00	11,663,64	180,604,22	0,47	181,395,78	80,166,05	180,604,22	0,47	181,395,78	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Área					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa Naval					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa Civil					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Assistência Social	1,619,000,00	1,619,000,00	440,794,53	2,048,682,52	5,30	-429,682,52	455,797,58	2,048,682,52	5,31	-429,682,52	0,00
Assistência ao Idoso	49,000,00	49,000,00	7,550,48	53,141,15	0,14	-4,141,15	8,142,60	53,141,15	0,14	-4,141,15	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	19,000,00	19,000,00		803,56	0,00	18,196,44	135,08	803,56	0,00	18,196,44	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	84,000,00	84,000,00	22,363,19	153,643,98	0,40	-69,643,98	22,436,80	153,643,98	0,40	-69,643,98	0,00
Assistência Comunitária	1,437,000,00	1,437,000,00	410,880,86	1,841,093,83	4,77	-404,093,83	425,083,10	1,841,093,83	4,77	-404,093,83	0,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	30,000,00	30,000,00			0,00	30,000,00			0,00	30,000,00	0,00
Previdência Social	2,970,000,00	2,970,000,00	0,00	871,393,43	2,26	2,098,606,57	0,00	843,433,05	2,19	2,126,566,95	27,960,38
Previdência Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	2,970,000,00	2,970,000,00		871,393,43	2,26	2,098,606,57		843,433,05	2,19	2,126,566,95	27,960,38
Previdência Complementar					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Previdência Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Saúde	6.662.000,00	6.662.000,00	1.284.314,06	7.992.634,91	20,69	-1.330.634,91	1.342.256,84	7.992.634,91	20,73	-1.330.634,91	0,00
Atenção Básica	4.879.000,00	4.879.000,00	1.203.183,14	6.483.091,96	16,79	-1.604.091,96	1.261.125,92	6.483.091,96	16,81	-1.604.091,96	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.344.000,00	1.344.000,00	63.219,86	1.124.586,21	2,91	219.413,79	63.219,86	1.124.586,21	2,92	219.413,79	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	426.000,00	426.000,00	17.911,06	384.956,74	1,00	41.043,26	17.911,06	384.956,74	1,00	41.043,26	0,00
Vigilância Epidemiológica					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral	1.000,00	1.000,00			0,00	1.000,00			0,00	1.000,00	0,00
Demais Subfunções	12.000,00	12.000,00			0,00	12.000,00			0,00	12.000,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Empregabilidade					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Educação	8.624.000,00	8.624.000,00	2.513.046,12	9.256.522,41	23,97	-632.522,41	2.562.445,94	9.256.522,41	24,01	-632.522,41	0,00
Ensino Fundamental	6.311.000,00	6.311.000,00	2.328.958,32	7.149.251,94	18,51	-838.251,94	2.340.674,79	7.149.251,94	18,54	-838.251,94	0,00
Ensino Médio					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	314.000,00	314.000,00	42.680,00	392.680,00	1,02	-78.680,00	77.680,00	392.680,00	1,02	-78.680,00	0,00
Ensino Superior					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	1.748.000,00	1.748.000,00	134.298,32	1.379.450,03	3,57	368.549,97	136.081,67	1.379.450,03	3,58	368.549,97	0,00
Educação de Jovens e Adultos					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Educação Especial	166.000,00	166.000,00	3.109,48	158.440,44	0,41	7.559,56	3.109,48	158.440,44	0,41	7.559,56	0,00
Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral	85.000,00	85.000,00	4.900,00	176.700,00	0,46	-91.700,00	4.900,00	176.700,00	0,46	-91.700,00	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Cultura	449.000,00	449.000,00	38.886,97	309.939,41	0,80	139.060,59	39.315,92	309.939,41	0,80	139.060,59	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	38.000,00	38.000,00	18.702,97	45.691,71	0,12	-7.691,71	19.131,92	45.691,71	0,12	-7.691,71	0,00
Administração Geral	411.000,00	411.000,00	20.184,00	264.247,70	0,68	146.752,30	20.184,00	264.247,70	0,69	146.752,30	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Urbanismo	5.796.000,00	5.796.000,00	1.513.042,32	9.072.856,89	23,49	-3.276.856,89	1.588.995,36	9.072.856,89	23,53	-3.276.856,89	0,00
Infra-Estrutura Urbana	1.528.000,00	1.528.000,00	677.578,99	4.191.891,89	10,85	-2.663.891,89	687.578,99	4.191.891,89	10,87	-2.663.891,89	0,00
Serviços Urbanos	2.548.000,00	2.548.000,00	523.295,11	3.728.384,35	9,65	-1.180.384,35	584.056,32	3.728.384,35	9,67	-1.180.384,35	0,00
Transportes Coletivos Urbanos					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral	1.720.000,00	1.720.000,00	312.168,22	1.152.580,65	2,98	567.419,35	317.360,05	1.152.580,65	2,99	567.419,35	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Saneamento	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	13.000,00	13.000,00			0,00	13.000,00			0,00	13.000,00	0,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	321.000,00	321.000,00	56.426,18	298.964,34	0,77	22.035,66	58.411,04	298.964,34	0,78	22.035,66	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	18.000,00	18.000,00	2.041,68	10.004,64	0,03	7.995,36	2.148,06	10.004,64	0,03	7.995,36	0,00
Controle Ambiental					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Meteorologia					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral	303.000,00	303.000,00	54.384,50	288.959,70	0,75	14.040,30	56.262,98	288.959,70	0,75	14.040,30	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Agricultura	560.000,00	560.000,00	99.136,21	566.801,30	1,47	-6.801,30	101.213,14	566.801,30	1,47	-6.801,30	0,00
Abastecimento					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	530.000,00	530.000,00	99.136,21	566.801,30	1,47	-36.801,30	101.213,14	566.801,30	1,47	-36.801,30	0,00
Irrigação					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	30.000,00	30.000,00			0,00	30.000,00			0,00	30.000,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Colonização					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Indústria	260.000,00	260.000,00	0,00	93.348,17	0,24	166.651,83	0,00	93.348,17	0,24	166.651,83	0,00
Promoção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	250.000,00	250.000,00		93.348,17	0,24	156.651,83		93.348,17	0,24	156.651,83	0,00
Mineração					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral	10.000,00	10.000,00			0,00	10.000,00			0,00	10.000,00	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Comercialização					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Turismo					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Telecomunicações					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Petróleo					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transporte	1.295.000,00	1.295.000,00	92.086,41	1.079.392,50	2,79	215.607,50	92.086,41	1.079.392,50	2,80	215.607,50	0,00
Transporte Aéreo					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	1.295.000,00	1.295.000,00	92.086,41	1.079.392,50	2,79	215.607,50	92.086,41	1.079.392,50	2,80	215.607,50	0,00
Transporte Ferroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	591.000,00	591.000,00	67.036,98	556.098,57	1,44	34.901,43	76.011,98	556.098,57	1,44	34.901,43	0,00
Desporto de Rendimento					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	591.000,00	591.000,00	67.036,98	556.098,57	1,44	34.901,43	76.011,98	556.098,57	1,44	34.901,43	0,00
Lazer					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	1.382.150,00	1.382.150,00	431.579,54	1.919.653,53	4,97	-537.503,53	496.933,65	1.914.538,43	4,97	-532.388,43	5.115,10
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transferências					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	505.150,00	505.150,00	80.242,49	517.636,71	1,34	-12.486,71	132.473,96	517.636,71	1,34	-12.486,71	0,00
Transferências para a Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	877.000,00	877.000,00	351.337,05	1.402.016,82	3,63	-525.016,82	364.459,69	1.396.901,72	3,62	-519.901,72	5.115,10
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00			0,00	50.000,00			0,00	50.000,00	
Reserva do RPPS	120.000,00	120.000,00			0,00	120.000,00			0,00	120.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									0,00		0,00
TOTAL (III) = (I + II)	35.800.000,00	35.800.000,00	7.124.771,13	38.623.698,84	100,00	-2.823.698,84	7.571.776,13	38.557.915,88	100,00	-2.757.915,88	65.782,96

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Ação Legislativa											
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Relações Diplomáticas											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Petróleo											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

Documento gerado em 23/01/2017 08:51:20

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Liquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPTU														
ISS														
ITBI														
IRRF														
Outras Receitas Tributárias														
Receita de Contribuições														
Receita Patrimonial														
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços														
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM														
Cota-Parte do ICMS														
Cota-Parte do IPVA														
Cota-Parte do ITR														
Transferências da LC nº 87/1996														
Transferências da LC nº 61/1989														
Transferências do FUNDEB														
Outras Transferências Correntes														
Outras Receitas Correntes														
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência														
Compensações Financ. entre Regimes Previdência														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Fonte - Anexo 3 - Tabela 3.0 - RREO	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro

Receitas	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Outras Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Previdenciárias do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro

Despesas	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Em 2016	Em 2015
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias								
Pensões								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

Despesas	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Em 2016	Em 2015
Outros Benefícios Previdenciários								
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro

Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	
Outros Aportes para o RPPS	
Plano Previdenciário	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	
Outros Aportes para o RPPS	

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro

Bens e Direitos do RPPS	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Bens e Direitos do RPPS	-	-
CAIXA		
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
INVESTIMENTOS		
OUTROS BENS E DIREITOS		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro

Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Receita Intra			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Para Cobertura de Déficit Atuarial				
Em Regime de Débitos e Parcelamentos				
Receita Patrimonial				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro

Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Despesa Intra							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Em 2016	Em 2015
Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário

Receitas	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Outras Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário

Despesas	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Em 2016	Em 2015
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias								
Pensões								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

Despesas	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Em 2016	Em 2015
Outros Benefícios Previdenciários								
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário

Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	
Outros Aportes para o RPPS	
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	
Outros Aportes para o Regime Previdenciário	

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário

Bens e Direitos do RPPS	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Bens e Direitos do RPPS	-	-
CAIXA		
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
INVESTIMENTOS		
OUTROS BENS E DIREITOS		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário

Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Receita Intra			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Para Cobertura de Déficit Atuarial				
Em Regime de Débitos e Parcelamentos				
Receita Patrimonial				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário

Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Despesa Intra							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Em 2016	Em 2015
Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Dívida Fiscal Líquida	Comparativo da Dívida Fiscal Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2015 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Dívida Fiscal Líquida	-	-	-
Dívida Consolidada (**I**)			
DEDUÇÕES (**II**)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)			
Dívida Consolidada Líquida (**III**) = (**I** - **II**)	0,00	0,00	0,00
Receita de Privatizações (**IV**)			
Passivos Reconhecidos (V)			
Dívida Fiscal Líquida (**VI**) = (**III** + **IV** - V)	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Resultado Nominal	Período de Referência	
	Período de Referência	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Até o Bimestre (VIc - VIa)
Resultado Nominal	-	-
VALOR		

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência	

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Regime Previdenciário - Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Comparativo da Dívida Fiscal Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2015 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Regime Previdenciário - Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	-	-	-
Dívida Consolidada Previdenciária (**VII**)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial			
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (**VIII**)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros Previdenciários			
(-) Restos a Pagar Processados			
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (**IX**) = (**VII** - **VIII**)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (**XI**) = (**IX** - X)	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
Receitas Primárias	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (**I**)	0,00	0,00	0,00
Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
IPTU			
ISS			
ITBI			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
IRRF			
Outras Receitas Tributárias			
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial			
(-) Aplicações Financeiras			
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM			
Cota-Parte do ICMS			
Cota-Parte do IPVA			
Convênios Corrente			
Outras Transferências Correntes			
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa			
Diversas Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)			
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios Capital			
Outras Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Despesas Primárias	Execução da Despesa						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesas Empenhadas		DESPESAS LIQUIDADAS		Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	
		Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Em 2016	Em 2015
Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais							
Juros e Encargos da Dívida (IX)							
Outras Despesas Correntes							
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos							
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)							
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)							
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)							
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO												
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO												
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Receitas	Receitas de Operações de Crédito		
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
Receitas	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Despesas	Despesas de Capital				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
Despesas	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras					
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Resultado para Apuração da Regra de Ouro	Resultado para Apuração da Regra de Ouro		
	(a - d)	(b - e)	(c - f)
Resultado para Apuração da Regra de Ouro	-	-	-
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (**III**) = (**I** - **II**)			

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10.1 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
	Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2015				
2016				
2017				
2018				
2019				
2020				
2021				
2022				
2023				
2024				
2025				
2026				
2027				
2028				
2029				
2030				
2031				
2032				
2033				
2034				
2035				
2036				
2037				
2038				
2039				
2040				
2041				
2042				
2043				
2044				
2045				
2046				
2047				
2048				
2049				
2050				
2051				
2052				
2053				
2054				
2055				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
	Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2056				
2057				
2058				
2059				
2060				
2061				
2062				
2063				
2064				
2065				
2066				
2067				
2068				
2069				
2070				
2071				
2072				
2073				
2074				
2075				
2076				
2077				
2078				
2079				
2080				
2081				
2082				
2083				
2084				
2085				
2086				
2087				
2088				
2089				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10.1 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Receitas	Execução da Receita		
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
Receitas	-	-	-
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Capital - Alienação de Bens Móveis			
Receita de Capital - Alienação de Bens Imóveis			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Despesas	Execução da Despesa						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas	-	-	-	-	-	-	-
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Saldo Financeiro a Aplicar	Saldo Financeiro a Aplicar		
	2015 (h)	2016 (i) = (Ib - (IIe + IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
Saldo Financeiro a Aplicar	-	-	-
VALOR (**III**)			

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Especificação de PPP	Especificação de PPP			
	Saldo Exercício / 2015 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
Especificação de PPP	-	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros				
Ativos Contabilizados na SPE				
Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS (**I**)	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				
Contrapartida para Ativos da SPE				
Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (**II**)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (**III**) = (**I-II**)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contraprestações Futuras				
Riscos Não Provisionados				
Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Futuros				
Outros Ativos Contingentes				

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado (IV)

Despesas de PPP do Ente Federado	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV) / (V)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário	Período
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	
Previsão Atualizada	
Receitas Realizadas	
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	
Créditos Adicionais	
Dotação Atualizada	
Despesas Empenhadas	
Despesas Liquidadas	
Despesas Pagas	
Superávit Orçamentário	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas por Função/Subfunção	Período
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	
Despesas Liquidadas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	31/12/2016
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	Período
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	-
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas (**I**)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (**II**)	
Resultado Previdenciário (**III**) = (**I** - **II**)	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas (**IV**)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	
Resultado Previdenciário (**VI**) = (**IV** - V)	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal			
Resultado Primário			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo				
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 6º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo				
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas com Ações Típicas de MDE	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações Típicas de MDE	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental			
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (**I**)				
Despesas Previdenciárias (**II**)				
Resultado Previdenciário (**III**) = (**I** - **II**)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (**IV**)				
Despesas Previdenciárias (V)				
Resultado Previdenciário (**VI**) = (**IV** - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual Percentual Aplicado até o Bimestre Saúde	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Oúblicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 6º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa **AG CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA-EPP,** sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E GERENCIAL NA ÁREA PREVIDENCIÁRIA, CONTÁBIL FINANCEIRA E PARIMONIAL DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL- PREVICLÁUDIA.** Cláudia/MT, 03 de Março de 2017.

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

RECURSOS HUMANO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL SIMPLIFICADO - REFERENTE AO 2ª SEMESTRE DE 2016.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	DESPESAS LIQUIDADAS (a)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	14.926.804,58	0,00
Pessoal Ativo	14.926.804,58	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.926.804,58	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	35.507.541,70	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	14.926.804,58	42,04
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	19.174.072,52	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	18.215.368,89	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	17.256.665,27	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Dívida Consolidada	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	360.562,51	274.158,97	181.159,51
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	219.951,00	138.117,14	52.144,47
Interna	219.951,00	138.117,14	52.144,47
Externa			
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos			
Outras Dívidas	140.611,51	136.041,83	129.015,04
DEDUÇÕES (II)	17.992.629,75	22.164.929,53	19.734.572,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	19.012.584,83	22.365.397,09	20.856.837,01
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.019.955,08	200.467,56	1.122.265,01
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-17.632.067,24	-21.890.770,56	-19.553.412,49
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	32.778.769,54	37.085.811,29	35.507.541,70
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	1,10	0,74	0,51
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-53,79	-59,03	-55,07
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	0,00	0,00	0,00
Detalhamento da Dívida Contratual	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	229.039,18	147.205,32	61.232,65
DÍVIDA DE PPP (V)			
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	229.039,18	147.205,32	61.232,65
De Tributos			
De Contribuições Sociais	219.951,00	138.117,14	52.144,47
Previdenciárias			
Demais Contribuições Sociais	219.951,00	138.117,14	52.144,47
Do FGTS			
Com Instituição Não Financeira	9.088,18	9.088,18	9.088,18
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Depósitos	240.026,20	282.830,79	326.616,91
RP Não-Processados de Exercícios Anteriores	541.957,19	436.338,95	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Previdenciária	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial			
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (X)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros Previdenciários			
(-) Restos a Pagar Processados			
Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 2º semestre

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DCL											
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte			Exercício do Terceiro Período Seguinte		
	Quadrimestre/Semestre em que Excedeu o Limite			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte			Terceiro Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	Percentual Excedente	Redutor Mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (j)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios



siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
	Saldo Exercício Anterior	Saldos do Exercício de 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Garantias Concedidas	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias nos Termos da LRF			
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias nos Termos da LRF			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III/IV)			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>			
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>			
Contragarantias Recebidas	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias nos Termos da LRF			
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias nos Termos da LRF			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP		
Demais Aquisições Financiadas		
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Demais Antecipações de Receita		
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Outras Operações de Crédito		
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Outras Operações de Crédito		
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos		
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias		
Demais Contribuições Sociais		
Do FGTS		
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal Financeira e Patrimonial		
Programa de Iluminação Pública - RELUZ		
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		
Operações Vedadas	0,00	
Do Período de Referência (III)		
De Períodos Anteriores ao de Referência		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)		
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa - Recursos Vinculados	Disponibilidade de Caixa - Recursos Vinculados							
		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS						
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa - Recursos Não Vinculados	Disponibilidade de Caixa - Recursos Não Vinculados							
		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS						
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Controle do Total de Disponibilidade de Caixa	Controle do Total de Disponibilidade de Caixa							
		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS						
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
Total dos Recursos Vinculados								
Total dos Recursos Não Vinculados								
Total dos Recursos								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Consórcio Público com Insuficiência de Caixa)

Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Vinculados	Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Vinculados
	Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Vinculados
	Insuficiência de Caixa do Consórcio Público

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Consórcio Público com Insuficiência de Caixa)

Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Não Vinculados	Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Não Vinculados
	Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Não Vinculados
	Insuficiência de Caixa do Consórcio Público

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Consórcio Público com Insuficiência de Caixa)

Controle do Total de Disponibilidade de Caixa do Ente Mais os Consórcios Públicos	Controle do Total de Disponibilidade de Caixa do Ente Mais os Consórcios Públicos							
	Controle do Total de Disponibilidade de Caixa do Ente Mais os Consórcios Públicos							
		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS						
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (IV)								
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (V)								
INSUFICIÊNCIA DE CAIXA DO CONSÓRCIO PÚBLICO (VI) = (IV + V)								
TOTAL DO ENTE MAIS CONSÓRCIO PÚBLICO (VII) = (III + IV)								
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES'								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Cláudia - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Consórcio Público com Insuficiência de Caixa)

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Bimestre/Semestre
	Valor até o Bimestre/Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Resumo dos Limites	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Resumo dos Limites	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP		
Limite Máximo (incisos **I** **II** e **III** art**.** 20 da LRF) - <%>		
Limite Prudencial (parágrafo único art**.** 22 da LRF) - <%>		
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
Garantias de Valores	-	-
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito **I**nternas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e **I**nternas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

DECRETO MUNICIPAL Nº 1434/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017. "REVOGA O TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2017 PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS".

DECRETO MUNICIPAL Nº 1434/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

"REVOGA O TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2017 PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS".

A **Prefeita Municipal de Cocalinho**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado por inconveniência a dispensa de licitação nº 003/2017, 20 de fevereiro de 2017. Para a aquisição de medicamentos e materiais laboratoriais, odontológicos e hospitalares, para atender a Secretaria Municipal de Saúde, com base na sumula 346 STF (Supremo Tribunal Federal).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se o termo de ratificação nº 003/2017, 20 de fevereiro de 2017.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

Paulo Sergio Felipe dos Santos

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 005/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 005/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

"Designa Gestor Financeiro que especifica e dá outras providências".

A **Prefeita Municipal de Cocalinho**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sr. **CARLOS BATISTA DE OLIVEIRA,** portador da **CIRG n° 2.745.731– SSP-GO** e **CPF n° 492.427.841-68**, titular da pasta da Secretaria Municipal de Finanças, para em conjunto com a **Prefeita**

Municipal DALVA MARIA DE LIMA PERES, portadora da **CIRG n° 1. 982.506– SSP-GO** e **CPF n° 556.892.561-53,** gerir os recursos financeiros oriundos do ***CNPJ: 18.395.927/0001-33 – Fundo Municipal dos Direitos das Criança e Adolescentes***, incluindo todos os atos atinentes à movimentação de contas correntes e de aplicação a seguir:

a) Abrir contas de depósito b) Emitir Cheques; c) Receber, passar recibo e dar quitação; d) Solicitar saldos, extratos e comprovantes; e) Requisitar talonários de cheques; f) Retirar cheques devolvidos; g) Endossar cheques; h) Sustar / contraordenar cheques; i) Cancelar cheques; j) Baixar cheques; k) Efetuar resgates / aplicações financeiras; l) Cadastrar, alterar e desbloquear senhas; m) Efetuar pagamentos por meio eletrônico; n) Efetuar transferências por meio eletrônico; o) Efetuar movimentação financeira no RPG; p) Consultar contas / aplicações programas repasse recursos; q) Liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro; r) Solicitar saldos / extratos, exceto investimentos; s) Solicitar saldos / extratos de investimentos; t) Solicitar saldos / extratos de operações de crédito; u) Emitir comprovantes; v) Efetuar transferência para mesma titularidade; w) Encerrar contas de depósito;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições ao contrario.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Dalva Maria de Lima Peres Paulo Sergio Felipe dos Santos CPF.556. 892.261-53 CPF.192.589.681-15

RG.1982506 SSP/GO RG. 1034.432-4285.425 SSP/GO

Prefeita Municipal Secretário de Administração

REVOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A prefeitura municipal de Cocalinho torna público que revogou a Dispensa de Licitação em caráter emergencial nº 003/2017, para Aquisição de Medicamentos, Materiais Hospitalares, Laboratoriais e Odontológicos para atender a Secretaria Municipal de Saúde por motivo de inconveniência publicado no dia 20 de Fevereiro de 2017.

Cocalinho, 03 de Março de 2017.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2017 MARIA REGINA RAMOS

MUNICÍPIO DE COCALINHO

ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2017

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E PROVAS DE TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS PÚBLICOS DE DIVERSOS NÍVEIS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

Convoca aprovado no Concurso Público de Provas e Provas de Títulos do Município de Cocalinho, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE COCALINHO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o resultado do Concurso nº. 001/2014,

TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DA CANDIDATA MARIA REGINA RAMOS, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 766.742.901- 49, CLASSIFICADA 5ª (QUINTA) LUGAR, PARA O CARGO PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL, PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, NOMEAÇÃO E POSSE. A relação dos documentos para o provimento de cargo consta no Anexo I deste Edital. A convocação segue a ordem de classificação, conforme resultado final homologado através do **Decreto nº 951/2014 e do Decreto 1.324 de 20 de Maio de 2016, Prorroga o Concurso Publico,** da lavra do Ilustre Prefeito Municipal, devidamente publicado, no sítio: www.amm.org.br, no átrio da Prefeitura Municipal de Cocalinho.

1. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS 1.1. O candidato deverá comparecer no prazo de até 30 (trinta) dias ininterruptos, contados da data da publicação da presente convocação, ao Departamento de Recursos Humanos localizada no Prédio Sede da Prefeitura Municipal de Cocalinho, situado a Avenida Araguaia nº 676, Centro Cocalinho - MT, devendo portar consigo os documentos constantes nos Anexos deste Edital e os exames médicos também relacionados deste Edital para nomeação e posse. 1.2. A falta de qualquer documento constante nos anexos deste Edital acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.1.; 1.3. O não comparecimento nos termos do item 1.1. do presente edital, implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado, sendo considerado o candidato desistente. **2. DA AVALIAÇÃO MÉDICA** 2.1 A avaliação médica oficial dar-se-á, em momento anterior à posse, da seguinte forma: a) Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, cada candidato deverá comparecer ao Hospital Municipal de Cocalinho, horário das 13:00 h às 17:00 h, de segunda a sexta feira, para apresentação dos exames constantes no Item 22 do Anexo I deste edital e submissão à referida avaliação pelo profissional credenciado; **3. DA NOMEAÇÃO E DA POSSE** 3.1. O candidato que apresentar toda a documentação e os exames com a consequente aprovação pela Junta Médica já fica convocado para a posse dentro do prazo de até 30 dias da publicação do presente edital.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Colider - MT, 03 de março de 2017.

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

No Decreto nº. 101/2016, que **DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DO LOTEAMENTO JARDIM VILA RICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,** publicado em 30 de dezembro de 2016, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso;

Onde se lê:

AREA VERDE 02	109,06

Leia-se:

AREA VERDE 02	119,06

NOBORU TOMIYOSHI

PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER-MT

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 005/2017, cujo objeto é contratação de empresa para prestar

serviços de acompanhamento de convênios e contratos de repasse do município de Colider/MT, junto aos diversos ministérios, secretarias, fundações, autarquias, instituições financeiras públicas e demais órgãos públicos federais em Brasília/DF. Sagrou-se vencedora a empresa **MEGA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.386.936/0001-53, com valor total de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Colider/MT, em 03 de Março de 2017.

VINÍCIUS BLOCK CAMERINI

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº. 021/2017

INSTITUI A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA FINS DE AQUISIÇÃO, ALIENAÇÃO, LOCAÇÃO E USO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Avaliação de Imóveis que terá por objetivo avaliar, mediante procedimentos aqui fixados, o valor de imóveis de interesse direto ou indireto da Administração Pública Municipal.

§ 1º Para cumprir os objetivos fixados no caput deste artigo, a Comissão de Avaliação de Imóveis levará em consideração os seguintes critérios e fontes normativas.

I - o preço praticado pelo mercado imobiliário, mediante pesquisas em imobiliárias, avaliadores e demais profissionais idôneos;

II - as normas técnicas de avaliação previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA;

III - a localização do imóvel e o estado de conservação de suas edificações e benfeitorias;

IV - a finalidade e respectiva dimensão da atividade a ser desempenhada no local.

Art. 2º A comissão será composta por 03 (três) membros titulares e 01 (um) suplente, todos servidores com formação e/ou qualificação técnica compatíveis com as atribuições fixadas neste Decreto.

§ 1º Os membros titulares e suplentes serão nomeados por ato próprio do Chefe do Executivo.

§ 2º A presidência da Comissão será nomeada por Ato do Chefe do Poder Executivo entre os membros integrantes da mesma.

Art. 3º Os membros da Comissão exercerão seus mandatos de forma gratuita e sem prejuízo das funções normais do cargo ocupado na Administração Municipal, sendo o exercício da função considerado na avaliação de desempenho do servidor.

Art. 4º São atribuições da Comissão de Avaliação de Imóveis:

I - avaliar os imóveis particulares para todas as formas de aquisição pelo Poder Público Municipal;

II - verificar a compatibilidade do valor locatício pretendido pelo proprietário em relação ao mercado imobiliário local, tratando-se de locação de imóveis particulares pelo Poder Público, bem como em suas revisões;

III - elaborar laudo de avaliação, detalhado e conclusivo do imóvel, objetivando respaldar o Poder Executivo de dados suficientes e inequívocos acerca do real valor do bem.

Parágrafo Único - No laudo de avaliação, além do valor, deverá constar, detalhadamente as condições e características do imóvel.

Art. 6º A Comissão de Avaliação de Imóveis é competente para avaliar:

I - Imóveis de terceiros quando a finalidade e a destinação forem públicas.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider-MT, em 20 de fevereiro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de COlider-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
PORTARIA Nº. 332/2017

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS PARA FINS DE AQUISIÇÃO, ALIENAÇÃO, LOCAÇÃO E USO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, **Noboru Tomiyoshi**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear membros para a Comissão de avaliação de bens imóveis, para Fins De Aquisição, Alienação, Locação E Uso Pela Prefeitura, na forma estabelecida no Decreto nº. 021 de 20 de fevereiro de 2017.

Artigo 2º - A Comissão de que trata o artigo anterior será composta pelos seguintes membros:

NOME	DESIGNAÇÃO
Claudiomiro Pereira dos Santos	Presidente
Valéria Negrão Bento de Oliveira	Membro
Valesca Salete de Campos	Membro
Paulo Roberto Nicácio	Suplente

Parágrafo Único – A presidência desta Comissão será exercida pelo servidor Claudiomiro Pereira dos Santos.

Artigo 3º - Compete a Comissão, as seguintes atribuições:

I - avaliar os imóveis particulares para todas as formas de aquisição pelo Poder Público Municipal;

II - verificar a compatibilidade do valor locatício pretendido pelo proprietário em relação ao mercado imobiliário local, tratando-se de locação de imóveis particulares pelo Poder Público, bem como em suas revisões;

III - elaborar laudo de avaliação, detalhado e conclusivo do imóvel, objetivando respaldar o Poder Executivo de dados suficientes e inequívocos acerca do real valor do bem;

IV – Avaliar imóveis de terceiros quando a finalidade e a destinação forem públicas.

Artigo 4º - Fica facultado ao Presidente desta comissão a requisição do auxilio de Secretários Municipais e demais Servidores, bem como de terceiros particulares para o desenvolvimento dos trabalhos.

Artigo 5º - Fica o poder executivo municipal responsável pelo Treinamento dos servidores, disponibilização de materiais, equipamentos e veículos para realização dos trabalhos.

Artigo 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, 22 de fevereiro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Colider - MT, 01 de março de 2017.

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na Publicação da Lei Municipal nº. 2913/2016, de 21 de fevereiro de 2017, publicada em 22 de fevereiro de 2017 no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso

Onde se lê:

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ATUALIZAR O PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÀO ATIVOS E INATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo atualizar o piso básico dos profissionais da educação ativos e inativos, mediante a concessão de 7,64% (sete vírgula sessenta e quatro) de reajuste, alterando o disposto no Anexo I, II, III, IV e V da Lei Municipal 2118/2008.

Leia-se:

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ATUALIZAR O PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÀO ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo atualizar o piso básico dos profissionais da educação ativos, inativos e pensionistas, mediante a concessão de 7,64% (sete vírgula sessenta e quatro) de reajuste, alterando o disposto no Anexo I, II, III, IV e V da Lei Municipal 2118/2008.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colider-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2017

Procedimento nº 16.622/2017

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS (SRP), visando futura contratação de empresa para a prestação de serviço de horas máquinas e locação de veículos para a manutenção de Estradas, Ruas, Avenidas, Pontes e Bueiros em todo o Município. Ressaltando que o abastecimento dessas MÁQUINAS/VEÍCULOS *não será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Colniza/MT. Atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras por um período de 12 (doze) meses..* ***Conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante do edital.*** Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, 142/2015 subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **29 de Março de 2017 08h00min (oito) horas**. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, impresso, de segunda a sexta-feira, no horário de 7h30-min até 12h30min ou via site www.colniza.mt.gov.br. É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação **via e-mail: licitação@colniza.org** a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571- 1000.**

Colniza- MT, 03 de Março de 2017.

Antonio Apolinário

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2017

PROCESSO: 15.883/2017

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS. O Objeto da presente licitação é o ***Registro de Preços para futura e eventual*** **contratação de empresa especializada em serviços profissionais de engenharia para a elaboração de projetos e para acompanhamento de obras e reformas de ampliação a serem realizadas pelo Município de Colniza - *MT***. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, 142/2015 subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **24 de Março de 2017, às 08h00min (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT no endereço Av. Tarumã 116 Centro, Colniza - MT. É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação **via e-mail: licitação@colniza.org** a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571-1000.**

Colniza – MT, 03 de Março de 2017.

Antonio Apolinário

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2017

PROCESSO: 16.590/2017

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS. O Objeto da presente licitação é o ***Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de material permanente e consumo para o Viveiro Municipal e Contratação de Empresa para prestação de serviços de desinsetização e limpeza de fossa, divididos em lote.*** Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, 142/2015 subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **28 de Março de 2017, às 08h00min (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT no endereço Av. Tarumã 116 Centro, Colniza - MT. É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação **via e-mail: licitação@colniza.org** a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571- 1000.**

Colniza – MT, 03 de Março de 2017.

Antonio Apolinário

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2017

Procedimento nº 16.633/2017

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS (SRP), visando futura e eventual aquisição de manilhas de concreto e tampa em concreto para poço. Atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Educação por um período de 12 (doze) meses.** *Conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante do edital.* Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.

520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, 142/2015 subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **30 de Março de 2017 08h00min (oito) horas**. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, impresso, de segunda a sexta-feira, no horário de 7h30min até 12h30min ou via site www.colniza.mt.gov.br. É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação **via e-mail: licitação@colniza.org** a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571- 1000.**

Colniza- MT, 03 de Março de 2017.

Antonio Apolinário

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

LEI Nº. 1.693/2017

Lei nº. 1.693/2017 De: 23.02.2017

"Dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de COMODORO, com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e dá outras providencias."

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a **Câmara Municipal de Comodoro** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1º. Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos das contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município da parte patronal, ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, das competências (08/2016) a (12/2016 incluindo patronal do 13º salário), em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do artigo 5º da Portaria MPS nº 402/2008, na redação das Portarias MPS nº 21/2013 e nº 307/2013.

Parágrafo único. É vedado o parcelamento, para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

Art. 2º. Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo (IPCA/IBGE), acrescido de juros (simples) de 1% (hum por cento) ao mês (12% ao ano) e multa de 0,5% (meio por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

§ 1º. As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo (IPCA/IBGE), acrescido de juros (simples) de 1% (hum por cento)ao mês, (12% ao ano), acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do pagamento.

§ 2º. As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo (IPCA/IBGE), acrescido de juros (simples) de 1% (hum por cento) ao mês e multa de 0,5% (meio por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 3º. Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art. 4º.O débito ora confessado, consolidado em reais será pago em 60 (sessenta) parcelas fixas mensais e sucessivas, no valor mínimo apurado pelo Demonstrativo Consolidado de Parcelamento – DCP definido pelo Ministério da Previdência Social através do CADPREV, acrescidas dos juros e multas estabelecidos por esta Lei.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2017.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO PR 05/2017

A Comissão Pregoeira, instituída pela portaria 023/2017 de 02 de Janeiro de 2017, torna publico para o conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do PREGÃO ELETRÔNICO 05/2017, referente ao Registro de Preços para possível e eventual aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, sendo carnes, embutidos e outros; vinculado ao processo licitatório nº 035/2017, em decorrência da não apresentação da documentação pendente pelas empresas classificadas em tempo hábil. Ao tempo, que esta CPL informa que o pregão supracitado será realizado brevemente, a data será publicada respeitado a Lei 8.666/93.

Pelo exposto, toda esta Comissão, decide pelo **CANCELAMENTO** do referido pregão.

Confresa-MT, 03/03/2017.

Reginaldo da Silva Faria

Pregoeiro.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO SUSPENSA PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017

Objeto: Registro de Preços para possível e eventual Contratação de serviços médicos.

A Comissão Pregoeira torna público a reabertura do Processo Licitatório nº 101/2017, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 12/2017.

O Credenciamento a entrega e abertura dos envelopes contendo proposta e documentos de habilitação ocorrerá no dia 17 de Março de 2017 às 14h00min, a sessão estará aberta a todos os interessados.

O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala da Comissão Pregoeira, endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 ramal 33.

Confresa-MT, 03/03/2017.

Reginaldo da Silva Faria

Pregoeiro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
QUATRO(4)TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 001/2014

QUATRO(4)TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 001/2014

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida 13 de maio, 43, CEP: 78.652-000 - Confresa – MT, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.601.738/0001-30, RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, brasileiro, casado, Medico, residente e domiciliado

na Rua Trancredo Neves Nr. 50 setor pavilhãoem Confresa – MT, portador da Cédula de Identidade RG nº. 08751900 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 535.561.191-53, doravante denominado simplesmente de CONTRANTEAGILI SOFTWARES PARA AREA PUBLICA LTDA, pessoa jurídicade direito privado inscrita no CNPJ sob o nr26.804.377/0004-30,neste ato representado pelo seu sócio proprietário Senhor José Carlos Urias, brasileiro natural de Umuarama, nascido em 05 de maio de 1967, portador da cédula de identidade RG 4.238.290-6 SSP-PR e o CPF Nr. 596.277.789-15,CONTRATADO, resolvem celebrar o presente Termo aditivo de prazo ao contrato administrativo nº 001/2014, Oriundo do Processo Licitatório Modalidade Dispensa 01/2014 mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente aditivo é:Prorrogação do prazo de vigência do contrato original 01/2014 por mais 12(doze) meses.

O prazo de execução do presente contrato será de 04 de março de 2014 a 02 de março de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Conforme item 9.2. da clausula nona do contrato original.

2.1.1 – A alteração promovida por este Termo se deve ao seguinte fator:

A Administração do consórcio se sentiu na obrigação de promover a prorrogação do prazo de vigência do Contrato em epígrafe em razão de serviços serem de caráter continuados de acordo com a lei 8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E VALOR

O valor global para a execução é de R$ 22.361,40 (vinte dois mil trezentos sessenta e um reais e quarenta centavos), dividido em 12 parcelas de R$ 1.863,45 (Um miloitocentos e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos). Teve um reajuste de 6,98%, em observância ao índice IGPM, acumulado nos últimos 12 meses, durante período da vigência contratual.

4.1 – Todas as despesas decorrentes da execução do presente aditivo correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Anual do consórcio, alocados na seguinte dotação orçamentária:

01.001.10.302.0003.0007.33.90.39.00.00 –outros serviços de terceiro-pessoa jurídica

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – O presente aditivo será empenhado com recursos do Orçamento Anual de 2017 e 2018.

5.2 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

5.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte (MT), para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Confresa – MT, 02 de março de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM JOSÉ CARLOS URIAS

CONTRATANTE CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Etevaldo Vasco Soares Juliana Mara Vieira de Melo
CPF 340.085.861-72 CPF 296.314.638-85

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2017, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA, conforme a proposta n° 027272/2016, cadastrada no SICONV, celebrado junto a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM através do Convênio nº 837255/2016, teve como vencedora a empresa MAQUIPARTS COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, onde apresentou menor preço a todos os itens desta licitação, totalizando valor de R$ 237.050,00 (duzentos e trinta e sete mil e cinquenta reais) no objeto adjudicado. Conquista D'Oeste, 03 de março de 2017.

Eronaldo Mendes Teixeira Junior

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

PORTARIA Nº 007/2017

PORTARIA N.º 007/2017

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 005, de 14 de fevereiro de 2017, publicada na AMM de 16/02/2017, pág. 78,

Onde se lê: ao servidor **Sr. José Roberto Fazolini**, portador do RG n.º 1766700-3SSP/PR

Leia-se: ao servidor **Sr. José Roberto Fazolini**, portador do RG n.º 1766700-3 SSP/MT

Registre, publique e cumpra-se.

Cotriguaçu-MT, 03 de março de 2017.

Denise Schütz Freitas

Diretora Executiva do PREVI-COTRI

Portaria nº 11/2017

HOMOLOGO:

Jair Klasner

Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL 07/2017

PROCESSO 014/2017

Encontra-se aberta, na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu à AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL - SRP forma de julgamento: Menor preço por item, com a finalidade de selecionar propostas para**: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DOS ATOS DE EXPEDIENTE DE PESSOAL, EDITAIS, AVISOS, DISPENSAS, LEIS, EXTRATOS CONTRATOS, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES E OUTRAS PUBLICAÇÕES EXIGIDAS POR LEI,** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 16 (dezesseis) de março de 2017, às 08:30 (oito horas e trinta minutos), na Sala de Reuniões da Comissão Especial de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados na CEL, de segunda a sexta-

feira, no horário de 07:00 às 11:00 horas ou via fax – (66)3555-1224 ou 1247 ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência)Cotriguaçu-MT, 03 de março de 2017.**JAIR KLASNER PREFEITO MUNICIPAL**

SEC. GOVERNO
HOMOLOGAÇÃO DO PARECER JURÍDICO

Homologo, para os devidos fins, o Parecer da Assessoria Jurídico, acerca da Parecer Técnico 03/2017 do Sr. Controlador Municipal, Adalberto Cazarin da Silva, com ressalvas, para fins de adotar, neste procedimento,determinar, o processo seletivo por meio de contagem de pontos, ante a manifesta urgência e excepcionalidade, já que o ano letivo se inicia em 13 de março, todavia devendo o prazo de inscrição de prorrogar até 09 de março de 2017, a fim de respeitar o prazo mínimo legal para a inscrição dos candidatos.

Mantenho o processo seletivo por meio da analise curricular, por ser menos oneroso a municipalidade, bem como por ser o sistema adotado anualmente pela SEDUC- Secretaria de Educação de Mato Grosso, sem nenhum apontamento pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Além disso, ilustrativamente, foi o mesmo adotado pelas Prefeituras de Cuiabá, Rondonópolis, Aripuanã e Juruena, conforme consta no Parecer Jurídico.

Determino, ainda, a Secretaria de Educação que proceda nova do Edital, com as presentes corrigendas apontadas no Parecer Jurídicos e as por mim decididas, especialmente com relação a exclusão dos itens 9.9.9 e 11.5 do citado Edital.

Determino, igualmente, que a Portaria dos membros da Comissão sejam corrigidas, para constar nome, CPF, numero de matricula, órgão que pertence e o cargo que exerce na Comissão.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu, aos 02 de março de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

SEC. GOVERNO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 01/2017 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 PARA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO PARA O CARGO DE PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Excelentíssimo Senhor **JAIR KLASNER**, Prefeito Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, torna pública a **RETIFICAÇÃO** do Editalde Processo Seletivo nº 01/2017, conforme segue:

Item 4 –INSCRIÇÕES –**Prorroga o prazo de inscrição até 08.03.2017**

O item 4.12 – passa a ter a seguinte redação

4.12 No ato da inscrição será realizada a análise de curricular/contagem de pontos para os candidatos inscritos no Processo Seletivo, serão gratuitas e deverão ser preenchidas pela Comissão do Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sita Avenida Henrique Xavier Rodovalho, Centro, Cotriguaçu/MT, no período compreendido entre os dias 23/02/2017 e 08/03/2017 das 08 horas às 11 horas e 14 horas às 17 horas (horário de Cuiabá/MT).

O item 4.2 – passa a exigido apenas no momento da contratação

4.2 O candidato deverá ter idade mínima de 18 (dezoito) anos de idade, na data da contratação (investidura no cargo).

O item 8.8 – passa a ter a seguinte redação

8.8 A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente, sendo que será publicada a ordem de classificação dos candidatos no dia 10 de março de 2017.

Os itens 9.9.9 e 11.5 são excluídos do Edital.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 02 dias do mês de março de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 077/2017

DESIGNA *SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL COMO* ***RESPONSÁVEL POR ACOMPANHAR ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS****,E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar **JHONATAN PINHEIRO SALLES**, matrícula funcional 2630, nomeado no cargo de Secretário Municipal de Saúde, como **RESPONSÁVEL POR ACOMPANHAR O ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE"** aos finais de semana, com efeitos retroativos a 24 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - O servidor ora designado, não será remunerado por esta atividade, receberá apenas a remuneração de seu cargo de origem.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 03 de março de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 028/2016

EXTRATO DE TERMO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 028/2016

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADA: OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA - ME

CNPJ Nº 17.685.557/0001-54

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL, PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES ESCOLARES E NA SECRETARIA DO MUNICIPIO DE CURVELÂNDIA – MT.

VALOR DO CONTRATO: R$ 78.399,96 (Setenta e Oito Mil, Trezentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Seis Centavos).

VALOR SUPRIMIDO: R$ 66.966,65 (Sessenta e Seis Mil, Novecentos e Sessenta e Seis Reais e Sessenta e Cinco Centavos).

DATA DE ASSINATURA: 03/02/2017.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. ENIO ADRIANO DE MOURA PELEGRINO.

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 019 DE 01 DE MARÇO DE 2017

DISPÕE SOBRE DE CONCESSÃO DE FÉRIAS, A SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO SERENINI, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curvelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições

que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica do Município de Curvelândia/MT, assina a presente;

RESOLVE,

Art. 1º – Conceder Férias a Servidora da Câmara Municipal **EZENIL DE MORAES MAGALHAÃES**, brasileira, natural de Cáceres - MT, Matricula Funcional 52-1, efetiva no cargo de Zeladora lotada na Câmara Municipal de Curvelândia/MT, relativo ao período aquisitivo de férias de 18 de janeiro de 2016 a 18 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Curvelândia-MT,01 de Março de 2017

Roberto Serenini

Presidente da Câmara Municipal

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 435 DE 03 DE MARÇO DE 2017

"Prorroga os prazos da Lei Complementar n. 50/2011, onde autoriza o Poder Executivo Municipal a Instituir o Programa de Recuperação Fiscal no Município de Curvelândia MT, Refis, e dá outras providências."

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Mantém-se o Programa de Recuperação Fiscal, disposto no Art. 1º da Lei Complementar nº. 50/2011, para os tributos municipais, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2016, conforme disciplinado na referida norma.

Art. 2º - Prorroga-se o prazo referido no Art. 3º, §1º, da Lei Complementar nº. 50/2011, para até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º - Prorroga-se o prazo referido no Art. 5º, *caput,* da Lei Complementar nº. 50/2011 para até 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º- Prorroga-se o prazo limite para o parcelamento, referido no Art. 6º, *caput,* da Lei Complementar nº. 50/2011, para até 31 de dezembro de 2017.

Art. 5º - Altera-se o Artigo 7º da referida Lei, que passará a constar nos seguintes termos:

Parágrafo Único: Será concedida isenção de incidência acessória aos débitos previstos no Artigo 4º desta Lei Complementar nº. 50 de 08 de abril de 2011, observadas as condições seguintes:

I- 100% (cem por cento) de isenção acessória dos juros e multas para o contribuinte ou responsável que aderir ao Programa e optar pelo pagamento em cota única no ato do requerimento, até 31 de dezembro de 2017.

II- 50% (cinquenta por cento) de isenção acessória dos juros e multas para o contribuinte ou responsável que optar pelo pagamento parcelado em até 03 (três) parcelas mensais, a partir do vencimento, não podendo a última parcela vencer após 31 de dezembro de 2017.

III- 10% (dez por cento) de isenção acessória dos juros e multas para o contribuinte ou responsável que optar pelo pagamento parcelado em até 08 (oito) parcelas mensais, a partir do vencimento, não podendo a última parcela vencer após 31 de dezembro de 2017.

Art. 6º - Os efeitos da presente Lei passam a integrar o Plano Plurianual, no que tange a renúncia de receitas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2017.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Lei serão levadas à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º - O chefe do Poder Executivo poderá, mediante decreto, regulamentar esta lei no que couber.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito **Municipal de Curvelândia - MT, 03 de Março** de 2017.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2014

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT.

Contratada: FASPEL CONTABILIDADE E INFORMÁTICA LTDA - ME**.**

CNPJ: 14.722.241/0001-59

OBJETO: Contratação de empresa Especializada em Licenciamento de Soluções de Tecnologia da informação para gestão pública, incluindo conversão, migração, visando o atendimento da Prefeitura do Município de Curvelândia – MT.

Vigência: 06/03/2017 à 06/03/2018.

Pregão Presencial nº 002/2014.

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 436 DE 03 DE MARÇO DE 2017

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2017 e da outras providências."

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento de 2017, Crédito Adicional Especial na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer no valor de R$ 76.289,61 (setenta e seis mil e duzentos e oitenta e nove reais e sessenta e um centavos), na seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 04- Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Unidade: 06 – Gerência de Cultura

13.392.0055.2.144 – Reforma do Prédio Casa da Cultura

4.4.90.51 – Obras e Instalações ..... R$ 76.289,61

FONTE: 0.1.00.000000 110-000 – Próprio

Art. 2º - Para dar cobertura na suplementação ao crédito aberto no artigo anterior será anulado de igual valor na dotação abaixo, conforme os recursos definidos pelo Artigo 43, § inciso III, da Lei Federal 4.320/64. **(Anulação de dotação).**

Órgão: 04- Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Unidade: 06 – Gerência de Cultura

13.392.0055.2.144 – Reforma do Prédio Casa da Cultura

3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 50.000,00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 26.289,61

FONTE: 0.1.00.000000 110-000 – Próprio

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 351/2013 – Plano Plurianual e na lei nº 415/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentário (**PPA/LDO**), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar a ou remanejamento de dotação de que trata o art. 1º até o limite de 20% do seu valor total.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito **Municipal de Curvelândia - MT, 03 de Março** de 2017.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 005/2017

CONTRATANTE: Município de Curvelândia

CONTRATADA: L. RICARDO DE MAGALHÃES - EPP

CNPJ: 17.922.286/0001-65

OBJETO: Contratação de Empresa de Prestação de Serviços de Locação de Software como referência de preços para Licitação de Peças para a frota Municipal, conforme Processo Nº 001/2017, Dispensa n° 001/2017.

VALOR: R$ 13.530,00 (Treze Mil, Quinhentos e Trinta Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 31/12/2017.

DATA DE ASSINATURA: 02/02/2017.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sr. LUIS RICARDO DE MAGALHÃES, administrador.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 006/2017

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADO: CENTROESTE RESÍDUOS LTDA - EPP

CNPJ: 09.255.903/0001-98

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços para coleta de lixo hospitalar do PSF (Posto de Saúde da Família) e Laboratório Municipal do Município de Curvelândia - MT.

VALOR: R$ 8.096,00 (Oito Mil e Noventa e Seis Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 31/12/2017.

DATA DE ASSINATURA: 02/02/2017.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. DIEGO ROSSIGNOLO FRANCISCATO.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 011/2017

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **MEDICO CLINICO GERAL** Contratado: **ANDERSON CLAYTON DA SILVA**; Salário Mensal: R$ 7.000,00; Vigência: 01/03/2017 a 01/06/2017; Lotação: Secretaria Municipal de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

GABINETE
PORTARIA Nº 0105/2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor **JOSÉ CLAUDINEI ESPINOLA** portador do RG nº 501.060 SSP/MT, CPF nº 384.652.561-87 como Fiscal do Contrato nº 059/2017, cujo objeto: Contratação de empresa para Prestação de Serviços Especializados de Apoio Técnico, Assessoria e Consultoria Voltada a Gestão Pública, envolvendo Área Contábil, Financeira, Planejamento e Prestações de Contas, bem como, Assessoria e Consultoria para a Gestão Pública Administrativa envolvendo as áreas de Aquisições Públicas, Contratos, Processos Legislativos, Recursos Humanos, Orientações Técnicas Diversas e Defesa dos Interesses do Município junto a Órgãos de Controle Interno.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Março de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 0106/2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor **EVANDRO ROSSI** portador do RG N. º 23149574 SSP/MT e CPF N.º 046.232.121-57 como Fiscal do Contrato nº 076/2016, cujo objeto: Contratação de Empresa Especializada para Locação de Impressoras Multifuncional Laser Monocolor de grande porte, para atender as Secretarias Municipais do Município de Diamantino/MT

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial de N.º 022/2016

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Março de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 0103/2017

Dispõe sobre nomeação do Administrador/Ordenador do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e da outras providências.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. **WILMA MAMPRINI CAPISTRNO DE OLIVEIRA,** matrícula funcional 5883**,** portadora do RG N.º 0286931-4 SSP/MT e CPF N.º 411.923.701-04 Ocupante do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social como Administradora/Ordenadora das despesas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.

Art. 2º - Regulamenta a nomeação do Presidente e Secretário do FMDCA, sendo respectivamente Ana Regina Bortollo Pratezi portadora do CPF N.º 000.070.181-50 e Kária Sampaio Dalabela portadora do CPF N. 001.204. 391-58.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Março de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017

Validade: 12 (doze) meses.

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Diamantino, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Diamantino, de um lado o **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrito no CGC/MF sob o n.º 03.648.540/0001-74, neste ato representado pela Prefeito Municipal, a Srº. Eduardo Capistrano de Oliveira, brasileiro, casado, advogado, portador do RG sob o n.º 1158486-6 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o n.º 937.368.431-00, com endereço Avenida Diamantino nº 570, Centro, neste Município, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **SUELMEI CAMPOS BARBOSA - ME**, inscrita no CNPJ/MF n.º 08.399.617/0003-03, estabelecida na Rodovia Senador Roberto Campos, s/n, Diamantino Estado de Mato Grosso, CEP 78.400-000, neste ato representada por sua proprietária **a Srª. SUELMEI CAMPOS BARBOSA**, portadora do RG sob o n.º 1157262-0 SSP/MT e CPF/MF sob o n.º 712.912.371-00, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002 e suas alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município de Diamantino e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIESEL S-10 PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT,** conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

SEQ.	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
1	ÓLEO DIESEL S-10	LITRO	315.000	IDAZA	R$ 3,22	R$ 1.014.300,00
VALOR TOTAL DO ITEM						**R$ 1.014.300,00**

Valor total da proposta: **R$ 1.014.300,00 (Um milhão, quatorze mil e trezentos reais).**

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES.

A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo o contrato ser prorrogado na forma da Lei.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitação no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Os preços registrados, a especificações dos produtos/equipamentos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório de **Pregão Presencial nº. 002/2017 - SRP**.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

O Abastecimento dos veículos e máquinas, bem com outras formas de retidas dos produtos, será feito diretamente na bomba do fornecedor, devendo a mesma encontrar-se instalada dentro do perímetro do território do Município de Diamantino/MT, em um raio de 15 km da sede deste município, mediante o controle de consumo em quantidade não superior ao preenchimento do tanque, , nos dias e horários estipulados na **Ordem de Fornecimento/ empenho.**

Parágrafo Primeiro - O prazo de entrega será de **03 (Três) dias**, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/empenho expedida pelo Setor de Compras do Almoxarifado da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As contratações dos produtos/equipamentos registradas neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega. A Autorização de Fornecimento para entrega da mercadoria, deverá ser emitida em duas vias, ficando uma para a contratada e outra devolvida para a secretaria contratante.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto - Os produtos/equipamentos deverão respeitar padrões de qualidade mediante devolução por parte de quem receber e conferir.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I-A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida; II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado. III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA; IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA; V - prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos/equipamentos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza; VI - a falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas; VII

- comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência; VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes; IX - fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo- lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras; X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pela mesma, no prazo de **01 dia**, caso constatadas divergências nas especificações. XII - emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I. Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras; II. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade; III. Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Diamantino por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de Diamantino, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Prefeitura Municipal de Diamantino obriga-se a:

I. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos/equipamentos. II. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança; III. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos/equipamentos; IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

A Prefeitura Municipal de Diamantino efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o produtos/equipamentos foi entregue a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a Contratada deverá emitir **nota fiscal/fatura distinta.**

Parágrafo Terceiro — Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta 'ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao INSS e FGTS, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do produto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços; b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido; c) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93; d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro; e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Diamantino, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas aos produtos/equipamentos a serem adquiridos.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital. II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos produtos/equipamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência; II) Multa III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos; IV) Declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Diamantino.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos/equipamentos.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega dos produtos/equipamentos por mais de 10 (dez) dias poderá a Prefeitura Municipal de Diamantino, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos. **Parágrafo Quarto** - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.

Parágrafo Sexto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Diamantino; b) Se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais; c) Se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta dos produtos/equipamentos ou outro adjetivo não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS.

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL Correrão à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços. II. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial nº 002/2017** e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo. III. É vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Diamantino.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO.

As partes contratantes elegem o foro de Diamantino - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Diamantino/MT, 02 de Março de 2017.

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT **EDUARDO CAPISTRANO** PREFEITO MUNICIPAL	**SUELMEI CAMPOS BARBOSA - ME** CNPJ/MF n.º 08.399.617/0003-03 **SUELMEI CAMPOS BARBOSA** PROMITENTE FORNECEDORA

TESTEMUNHAS:

Nome: CPF:	Nome CPF:

GABINETE
PORTARIA Nº 0104/2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **TANIO AMORIM DE ALMEIDA,** brasileiro, casado, portador do RG N. º 0783441-1 SSP/MT e CPF N.º 571.591.731-04 para o Cargo de Assessor de Secretaria I, onde desempenhará suas funções junto a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Art. 2º - A remuneração será a de DAS 06, conforme o anexo V da Lei Municipal N.º 1.042/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Março de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIESEL S-10 PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como vencedor a empresa:

SUELMEI CAMPOS BARBOSA - ME, inscrita no CNPJ nº: 08.399.617/0001-03, que sagrou-se vencedora do item com o valor por litro de R$

3,22 (três reais e vinte e dois centavos), perfazendo o valor total de R$ 1.014.300,00 (um milhão, quatorze mil e trezentos reais).

Diamantino – MT, 02 de Março de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DE MATO GROSSO - DIAMANTINO/MT
RESOLUÇÃO Nº 141/2017 - CISCN/MT

RESOLUÇÃO Nº 141/2017

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte de Mato Grosso, Prefeito de Diamantino - MT, Sr. Eduardo Capistrano de Oliveira, CPF: 937.368.431-00, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear por prazo indeterminado, a Senhora Elaine Cristina Soares, RG: 1336813-3 SSP/MT, CPF: 704.254.771-34 para exercer o cargo de Secretária Executiva.

Art. 2º - Fixar, nos termos do art. 22 do Estatuto Social do CISCN, as seguintes atribuições e competências para a ocupante da Função de Secretária Executiva do CISCN:

- I – Promover a execução das atividades da Assembléia Geral;

II – Propor a estruturação das atividades de seus serviços, o quadro de pessoal e respectiva remuneração a serem submetidas a aprovação da Assembléia Geral;

III – Contratar, enquadrar, remover, demitir e punir empregados, bem como praticar todos os atos relativos ao pessoal administrativo;

IV – Propor à Assembléia Geral a requisição de Servidores Públicos para servirem ao Consórcio;

V – Elaborar o plano de atividades e proposta orçamentária anuais, a serem submetidas à Assembléia Geral;

VI – Elaborar os balancetes para ciência da Assembléia Geral;

VII – Elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio, para ser apresentada pela Assembléia Geral ao órgão concessor;

VIII – Publicar anualmente, em jornal de circulação nos municípios consorciados, balanço anual do Consórcio, e na ausência deste Diário Oficial do Estado;

IX – Movimentar em conjunto com o Presidente da Assembléia Geral, ou com quem por este indicado, as contas bancárias e os recursos do Consórcio, podendo abrir contas de depósito, emitir cheques, endossar cheques, encerrar contas de depósito, bem como praticar todo e qualquer ato necessário a movimentação das contas bancárias do CISCN.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Diamantino – MT, 10 de janeiro de 2017.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Presidente do Consórcio

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE LICENÇAS PARA USO DE SOFTWARE 100% WEB E INTEGRADO, APLICADO A GESTÃO PUBLICA, BEM COMO A CONVERSÃO DE DADOS EXISTENTES, IMPLANTAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como vencedor a empresa:

COPLAN - CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI - EPP, CNPJ nº: 07.281.368/0001-14, que sagrou-se vencedora do item com o valor mensal de R$ 37.900,00 (trinta e sete mil e novecentos reais), perfazendo o valor total de R$ 454.800,00 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil e oitocentos reais), por um período de 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 02 de Março de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DE MATO GROSSO - DIAMANTINO/MT
RESOLUÇÃO Nº 140/2017 - CISCN/MT

RESOLUÇÃO Nº. 140/2017

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte de Mato Grosso, Sr. Juviano Lincoln no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Senhora Elaine Cristina Soares, RG: 1336813-3 SSP/MT, CPF: 704.254.771-34 do cargo de Secretária Executiva.

Art. 2º - Revogam-se a Resolução nº 071/2013 e demais disposições em contrário.

Diamantino – MT, 03 de janeiro de 2017.

Juviano Lincoln

Presidente do Consórcio

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO N.º 029/2017 DE 03 DE MARÇO DE 2017.

EXONERA DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR A SENHORA ADRIANE BATISTA DE ALMEIDA A VISTA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 001/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei.

Considerando a Portaria 284/2016 que Dispõe sobre Criação da Comissão Paritária de Processo Administrativo e Disciplinar;

Considerando Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar 001/2016;

Considerando Homologação de Processo Administrativo Disciplinar.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica exonerada do cargo de **CONSELHEIRA TUTELAR** a Senhora **ADRIANE BATISTA DE ALMEIDA, À VISTA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 001/2016.**

ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º -Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 03 de março de 2.017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

Registrado na Chefia de Gabinete e publicado por afixação no local público e de costume, conforme Legislação em vigor.

Data Supra.

ALDIRENE SANTANA DO MONTE STEVANATO

Chefe de Gabinete

CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº 007/2017

CONTRATO Nº 007/2017

CONTRATADO: **ELAINE CAPPELARY RULIM CPF: 304.057.181-87**

OBJETO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços como instrutora dos cursos de confecção de flores artesanais e de ovos da páscoa, inclusive com fornecimento de materiais.

VALOR: O valor global a ser pago pelos serviços a serem prestados será de **R$ 10.600,00 (dez mil e seiscentos reais).**

DATA: 17/02/2017.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato será de 12 dias.

DOM AQUINO – MT, 17 de Fevereiro 2017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
ERRATA DE HOMOLOGAÇÃO.

ONDE SE LÊ:

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

LEIA-SE:

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 001/2016

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2017
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/2017

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às 08:00 horas do dia 16 DE MARÇO DE 2017, em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2017, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/2017, objetivando ao **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MANGUEIRAS HIDRAULICAS, CONEXÕES, PEÇAS PARA MOLEJO E FREIO, PARA PROVIMENTO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL - MT.** O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, situado à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, na cidade de Feliz Natal - MT, ou pelo telefone (66) 3585-2700/2707

Feliz Natal – MT, 03 de Março de 2017.

NEUZA MARIA DA ROSA

PREGOEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL Nº167/2017

DATA: 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder a Sr.ª **PATRICIA FISCHER,** ocupante do cargo em Comissão de **ASSESSORIA I,** lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, RETIDE de 22% (vinte e dois por cento) a partir desta data, com fundamento no Art. 46 da Lei Complementar nº 037/2015.

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida na Lei Complementar nº 037/2015.

Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Fevereiro de 2017.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL Nº166/2017

DATA: 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder ao Sr. **GUILHERME HARRES,** ocupante do cargo em Comissão de **ASSESSOR DE DEPARTAMENTO,** lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, RETIDE de 30% (trinta por cento) a partir desta data, com fundamento no Art. 46 da Lei Complementar nº 037/2015.

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida na Lei Complementar nº 037/2015.

Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Fevereiro de 2017.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL N.º163/2017.

DATA: 17 DE FEVEREIRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar, a pedido a Sr.ª **JOVANA PAULA MENIN sob. Matricula nº 0464,** ocupante do cargo efetivo de **PROFESSORA CLASSE C LICENCIATURA PLENA COM ESPECIALIZAÇÃO – 20 HORAS**, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL N.º162/2017

DATA: 16 DE FEVEREIRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2015 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso Público nº001/2015, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2015;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 024/2016 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº027/2017 e;

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** ASra. **MARIA APARECIDA PEREIRA** para exercer o cargo de **APOIO EM NUTRIÇÃO ESCOLAR ZONA URBANA** - **40 HORAS/SEMANAIS**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS de FEVEREIRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL N.º164/2017

DATA: 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2015 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso Público nº001/2015, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2015;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 024/2016 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº029/2017 e;

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** ASra. **ANA PAULA DA SILVA** para exercer o cargo de **FARMACEUTICA/BIOQUIMICA** - **40 HORAS/SEMANAIS**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO AOS VINTE DIAS DO MÊS de FEVEREIRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: CONVITE DE PREÇOS Nº 001/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO UTILITARIO, 4.2, MOTOR 1. 4, COM POTENCIA MINIMA DE 98 CAV, FLEX, COM CAPACIDAE PARA DUAS PESSOAS

A Presidente da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, torna publico o ***CANCELAMENTO*** do Processo Licitatório **CONVITE DE PREÇOS Nº 001/2017**, visando a **AQUISIÇÃOVEICULOS TIPO UTILITARIO, 4.2, MOTOR 1.4, COM POTENCIA MINIMA DE 98 CAV, FLEX, COM CAPACIDAE PARA DUAS PESSOAS**,cuja a abertura estava prevista para o dia 10 de Março de 2017.

Feliz Natal - MT, 03 de Março de 2017.

DULCILENE TSCHINKEL

PRESIDENTE

PORTARIA 040/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 170/2017

DATA: 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Alterar FG – 01 (Função Gratificada) para FG – 04 (Função Gratificada) ao Sr. **LEONARDO EDUARDO KLIDZIO,** ocupante do cargo de Motorista Nível I**,** lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes,por fazer a atividade**COMPLEMENTAR DE ACOMPANHANTE DOS ALUNOS NO TRAJETO: "ÔNIBUS - SALAS DE AULA - ÔNIBUS", NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, e no período noturno irá pegar um cadeirante no Bairro Bela Vista para estudar no EJA.**

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida no Anexo VI da Lei Complementar nº 037/2015.

Artigo 3º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Fevereiro de 2017.

Artigo 4º - Revogam–se as disposições em contrário especialmente a Portaria 289/2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

SUPERVISORA DE RH
PORTARIA 92/2017

PORTARIA 92/2017 DE 03 DE MARÇO DE 2017

Súmula: Nomeia servidor, Aprovado, em Concurso Público no quadro de Profissionais do Município de Figueirópolis D'Oeste – MT e dá outras providencias:

O Excelentíssimo Senhor **Eduardo Flausino Vilela**, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei.

Resolve:

Art. 1° - Nomear para prover o cargo efetivo de **Agente Comunitário de Saúde- Zona Rural – Micro área 06** do Quadro de Profissionais do Município, a Senhora **MARILENE BARBOZA ALBAREZ** tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, realizado de acordo com o Edital n° 001/2016.

Art. 2° - A servidora contemplado no caput do Art. Anterior, passara a fazer parte do quadro de Profissionais da Administração Municipal a partir de 03 de Março de 2017, com classe e nível de acordo com as Legislações Municipais em vigor.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Figueirópolis D'Oeste - MT, 03 de Março de 2017.

EDUARDO FLAUSINO VILELA

Prefeito Municipal

SUPERVISORA DE RH
PORTARIA 93/2017

PORTARIA 93/2017 DE 03 DE MARÇO DE 2017

Súmula: Nomeia servidor, Aprovado, em Concurso Público no quadro de Profissionais do Município de Figueirópolis D'Oeste – MT e dá outras providencias:

O Excelentíssimo Senhor **Eduardo Flausino Vilela**, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei.

Resolve:

Art. 1° - Nomear para prover o cargo efetivo de **Agente Comunitário de Saúde- Zona Urbana – Micro área 03** do Quadro de Profissionais do Município, a Senhora **MARIA UELK COSTA NUNES** tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, realizado de acordo com o Edital n° 001/2016.

Art. 2° - A servidora contemplado no caput do Art. Anterior, passara a fazer parte do quadro de Profissionais da Administração Municipal a partir de 03 de Março de 2017, com classe e nível de acordo com as Legislações Municipais em vigor.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Figueirópolis D'Oeste - MT, 03 de Março de 2017.

EDUARDO FLAUSINO VILELA

Prefeito Municipal

SUPERVISORA DE RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2017

De 03 de Março de 2017.

"Dispõe sobre a Convocação de Candidato Aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D´Oeste-MT"

O prefeito do Município de Figueirópolis D´Oeste-MT, Estado de Mato Grosso, Sr. Eduardo Flausino Vilela, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração Pública e considerando ainda o Edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocado para admissão no cargo público o candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, conforme relação abaixo:

CARGO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR

INSCRIÇÃO CANDIDATO PONTUAÇÃO APROVADO

40 DUCINÉIA SIMIÃO SILVA 9,5 7º

26 RIKELLY CRISTINA DE S. CABRAL 8,5 8°

39 LUCIANA LARA B. DE CAMPOS 7,5 9º

54 LOURDES ANDRÉIA DE OLIVEIRA 7,5 10º

Art. 2º O candidato aprovado e ora convocado neste Edital deverá comparecer à sede da prefeitura Municipal – Supervisão de Recursos Humanos, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da publicação deste, para que sejam empossados nos cargos a que foram aprovados.

Art. 3º Para a tomada de posse no cargo público, o aprovado deverá apresentar a seguinte documentação:

Originais e/ou fotocópias:

a) Cópia da cédula de identidade;

b) Cópia do cadastro de pessoa física – CPF/MF;

c) Cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral;

d) Cópia do reservista ou documento equivalente;

e) Cópia da certidão de casamento ou nascimento;

f) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

g) Cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos ou declaração de frequência escolar dos filhos acima de 07 anos até 14 anos;

h) Cópia do certificado de escolaridade exigida pelo cargo;

i) Cópia da carteira profissional no caso de profissão regulamentada;

j) Cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP, exceto se nunca fora inscrito;

k) Atestado médico admissional;

l) Cópia do comprovante de residência.

m) Declaração de não acúmulo de cargo assinada pelo interessado e em caso de possuir um vínculo empregatício, com acumulação legal de cargo;

n) Declaração de próprio punho do interessado de não ter sido penalizado em processo de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar no Serviço Público;

o) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais do Fórum da Comarca, dos últimos 5 (cinco) anos.

P) Cópia do cadastro de pessoa física – CPF/MF; do Pai e Mãe.

Art. 4º A nomeação será feita exclusivamente no regime Estatutário e a jornada de trabalho será aquela constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado PSS Nº 001/2017.

Parágrafo único – O candidato que não comparecer no prazo estabelecido será considerado desistente.

Art. 5º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Figueirópolis D´Oeste-MT, em 03 de Março de 2017.

Eduardo Flausino Vilela

PREFEITO MUNICIPAL

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2017

Objeto: Futura e eventual aquisição de camisetas em malha de poliviscose, 67% poliester e 33% viscose na cor branca, gola redonda, manga curta e personalizada em silk frente e costa**.**

Tendo em vista o que consta dos autos do processo de Licitação Pregão Presencial n°.003/2017, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, declarando como vencedora a empresa RM CONFECCOES LTDA EPP - CNPJ: 01.367.762/0001-93.

HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Figueirópolis D'Oeste - MT, 24 de Fevereiro de 2017.

EDUARDO FLAUSINO VILELA

Prefeito Municipal

SUPERVISORA DE RH
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – N° 001/2017.

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007/2017

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 001/2017

O Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste – MT, nos termos dos itens 6 e 6.1 do Edital nº. 001/2017, visando atender aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, publicidade e transparência;

RESOLVE:

I – Divulgar o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado – 001/2017 retificado por erro material de digitação.

CARGO: ORIENTADOR SOCIAL

Nº DE ORDEM	NOME	Nº DE INSCRIÇÃO	TOTAL DE PONTOS	SITUAÇÃO
01	DALILA DOS REIS BRITO	015	90	APROVADA
02	SIMONE FAVERI VILELA	001	87	CLASSIFICADA
03	NELCI ANTUNES CAMPOS SOBRINHO	021	57	CLASSIFICADA
04	ADRIANA GOMIDES DE FREITAS FERREIRA	014	54	CLASSIFICADA
05	SÔNIA TRINDADE LAERT	044	51	CLASSIFICADA
06	VANESSA MEZANI DA SILVA	031	45	CLASSIFICADA
07	JOSÉ BRUNO CAMPOS	023	45	CLASSIFICADO
08	LUIZ PEDRO DOS SANTOS SOARES	018	45	CLASSIFICADO
09	PALOMA INGLED CANDIDO SILVA	012	42	CLASSIFICADA
10	ALZILENE BENTO FONSECA	029	42	CLASSIFICADA
11	ROZENILDA FERNANDE OLIVEIRA	016	39	CLASSIFICADA
12	ANA PAULA BARBOSA DE O. SILVA	030	39	CLASSIFICADA
13	LUCIANA CAMPANELI DE OLIVEIRA	033	36	CLASSIFICADA
14	MALINY DA SILVA ROVEDA DE AQUINO	005	36	CLASSIFICADA
15	GUILHERME JUNIOR DA SILVA OLIVEIRA	038	33	CLASSIFICADO
16	HADASSA RAMALHO COELHO	035	33	CLASSIFICADA
17	FRANCISMAR FERREIRA CLARA GOMIDES	007	....	ELIMINADO
18	LEIDIANE DA SILVA FAGUNDES	013	....	ELIMINADO
19	TCHEYSSA MENANDA CAMPOS NASCIMENTO	022	....	ELIMINADO

20	VAMILDA BERNADO RODRIGUES	009	....	ELIMINADO

CARGO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR

Nº	Ficha	Nome do Candidato	Data de Nasc.	Pont	SITUAÇÃO
1º	041	TÂNIA APARECIDA TORRENTE FALCI	29/10/1974	12,0	APROVADA
2º	019	LUCIMAR FERREIRA DE S. PAULA	28/07/1975	11,0	APROVADA
3º	002	MARIA MADALENA DA S. SANTOS	19/10/1971	10,0	APROVADA
4º	037	MARCIA ALVES TAVEIRA DIAS	01/05/1979	10,0	CLASSIFICADA
5º	042	MARCILENE R. DA S. BILHEIRO	08/05/1984	10,0	CLASSIFICADA
6º	027	PAULO CEZAR DA SILVA	21/08/1984	10,0	CLASSIFICADO
7º	040	DUCINÉIA SIMIÃO SILVA	03/01/1986	9,5	CLASSIFICADA
8º	026	RIKELLY CRISTINA DE S. CABRAL	23/04/1990	8,5	CLASSIFICADA
9º	039	LUCIANA LARA B. DE CAMPOS	23/03/1975	7,5	CLASSIFICADA
10º	054	LOURDES ANDRÉIA DE OLIVEIRA	13/09/1975	7,5	CLASSIFICADA
11º	010	LILIANE ROSA SIQUEIRA	31/07/1991	7,5	CLASSIFICADA
12º	003	ELTON ANANIAS MORAIS	14/08/1984	7,0	CLASSIFICADO
13º	034	INUBIA FERNANDA S. MARTINS	17/09/1986	7,0	CLASSIFICADA
14º	053	MARIANA APARECIDA DA SILVA	25/06/1987	7,0	CLASSIFICADA
15º	055	ROSILENA TRAVA	18/04/1990	7,0	CLASSIFICADA
16º	048	LOURDES CARDOSO DA SILVA	29/04/1973	6,5	CLASSIFICADA
17º	028	NILVA DO CARMO DE OLIVEIRA	02/09/1979	6,5	CLASSIFICADA
18º	004	GEANCARLOS ARRUDA MAGALHÃES	09/11/1982	6,5	CLASSIFICADO
19º	025	LAUDELINA CAMARA CANTO	30/11/1975	6,0	CLASSIFICADA
20º	024	PRISCILA CAMARA FONTANELI DA SILVA	05/02/1995	6,0	CLASSIFICADA
21º	020	VÂNIA APARECIDA M. DE OLIVEIRA	21/03/1976	4,5	CLASSIFICADA
22º	052	DAILMA RODRIGUES DE OLIVEIRA COSTA	21/08/1973	4,0	CLASSIFICADA

CARGO: PROFESSOR NIVEL MEDIO

Nº	Ficha	Nome do candidato	Data de Nasc	Pont.	SITUAÇÃO
1º	008	SIMONE DE OLIVEIRA DIAS	27/06/1966	5,0	CLASSIFICADA
2º	006	ROSILENE ROSA MEIRE OLIVEIRA	17/06/1973	5,0	CLASSIFICADA
3º	011	MARILEUZA CANDIDO SILVA	18/10/1978	5,0	CLASSIFICADA
4º	040	TICIANE AMANDA MACEDO	09/11/1985	5,0	CLASSIFICADA
5º	049	LETÍCIA ALVAREZ DOS SANTOS	11/02/1982	5,0	CLASSIFICADA
6º	032	JOSELAINE DE A. ANDRADE	27/10/1996	5,0	CLASSIFICADA
7º	044	ANA FLAVIA DA SILVA	08/10/1997	5,0	CLASSIFICADA
8º	047	APARECIDA ENEZIA CAMPOS	17/07/1983	3,0	CLASSIFICADA
9º	051	LUCIANA APRIGIO GERMANO	13/03/1993	2,5	CLASSIFICADA
10º	050	THAYNARA MODESTO PIRINETTI	29/03/1996	2,5	CLASSIFICADA
11º	017	RÚBIA KAROLINA SANCHES	25/09/1997	2,5	CLASSIFICADA
12º	036	MICHELLE CALBO DE OLIVEIRA	17/07/1998	2,5	CLASSIFICADA
13º	045	GENAINA G. DA SILVA	23/04/1987	2,0	CLASSIFICADA

Figueirópolis D'Oeste – MT, em 02 de Março de 2017.

Felipe Marques de Aquino

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2017

Objeto: **Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de consultoria na gestão da atenção básica em saúde.**

Tendo em vista o que consta dos autos do processo de Licitação Pregão Presencial n°.002/2017, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, declarando como vencedora a empresa Facilita Gestão Pública Brasil Ltda - ME - CNPJ: 17.286.917/0001-05.

HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Figueirópolis D'Oeste - MT, 23 de Fevereiro de 2017.

EDUARDO FLAUSINO VILELA

Prefeito Municipal

SUPERVISORA DE RH
PORTARIA 91/2017

PORTARIA 91/2017 DE 03 DE MARÇO DE 2017

O **Sr. Eduardo Flausino Vilela**, Prefeito do Município de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e Considerando a solicitação do servidor e atendendo as legalidades do artigo 163, § 3º inciso II da Lei Orgânica Municipal que dispõe sobre direito á licença prêmio aos servidores públicos municipais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença prêmio de 90 (noventa) dias ao servidor **EVANDO MOTA DO NASCIMENTO,** referente ao período aquisitivo de 13/02/2008 a 12/02/2013, período de gozo 03/03/2017 a 31/05/2017.

Art. 2º - Determina ainda que seja dada publicidade a esta portaria, na imprensa oficial do município de Figueirópolis D´Oeste-MT.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Figueirópolis D'Oeste - MT, 03 de Março de 2017.

EDUARDO FLAUSINO VILELA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

DECRETO Nº. 690/2017 - DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Regulamenta a nomeação dos membros que compõem **a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO,** da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, para atuarem especificamente na realização da Concorrência 001/2017.

O Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, **Sr. Voney Rodrigues Goulart**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município:

DECRETA :

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 37, XXI da CF/88 e art. 51 da Lei 8. 666 de 21 de Junho de 1993, informa que em virtude da grande pericia técnica necessária para se elaborar, conduzir e julgar uma licitação, e ainda mais por se tratar de uma implantação de rede de esgotamento sanitário, a qual trará impacto ao município, venho através do presente nomear os seguintes servidores para integrarem a **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, para aturar especificamente na realização da Concorrência 001/2017, tendo o tempo necessário de preparo, confecção e publicação do edital, recebimento e abertura dos envelopes de Habilitação e Propostas de preços, e ainda para julgamento e resposta de eventuais recursos, e por fim Adjudicar o vencedor, sendo os componentes;

Presidente: Willian Henrique de Almeida Cardoso

Secretário: Mauro Sergio Olartechea Abreu

Membro: Ariel Meneses Magalhaes

Suplente: Jacqueline de Paula silva

Art. 2º - O presente Decreto não revoga o Decreto nº 668/2017 de 02 de Janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte – MT, 02 de Março de 2017.

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito Municipal

Publicado na Sede da Prefeitura

Municipal em 02 de Março de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 - A

Art. 1º - O Presidente da Câmara Municipal de Gaúcha do Norte- MT, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** as inscrições, conforme ANEXO I, referente ao Concurso Público aberto através do edital de Concurso Público Nº 001/2017.

Art. 2º - O candidato que não tiver sua inscrição homologada deverá interpor recurso, conforme disposto no item 12. do Edital de Concurso Público Nº 001/2017, anexando o comprovante de pagamento. O candidato que não interpor recurso em tempo hábil, perderá o direito de realizar a prova.

Art. 3º - Informamos aos candidatos **homologados**, que a prova escrita objetiva será realizada no dia **12 de março de 2017,** com início às **08h30-min (horário local),** na **Escola Municipal Bem Me Quer**, sito à Rua Cascavel, s/nº - Centro, em Gaúcha do Norte – MT.

Art. 4º - O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de **UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL:**

- Cédula de Identidade - RG;

- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;

- Carteira de Trabalho e Previdência Social;

- Certificado Militar;

- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);

- Passaporte.

Art. 5º - Fica alterado o item 7.2. do Edital de Concurso Público Nº 001/2017, conforme segue:

- Onde se lê: "Para o cargo de **Agente de Limpeza** a avaliação constará de prova escrita objetiva, de caráter eliminatório. A prova escrita objetiva será composta por 30 (trinta) questões...".

- Leia-se: "Para o cargo de **Agente de Limpeza** a avaliação constará de prova escrita objetiva, de caráter eliminatório. A prova escrita objetiva será composta por 25 (vinte e cinco) questões...".

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gaúcha do Norte- MT, 03 de março de 2017.

Agenor da Rocha Correa

Presidente da Câmara Municipal

ANEXO I

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO
260230	AGENTE DE LIMPEZA	CREMILDA BATISTA DE JESUS	32388963009807
261609	AGENTE DE LIMPEZA	ELIANE MARTA GOMES PENÇANHA	365456433
261887	AGENTE DE LIMPEZA	GENECI BREDA FERREIRA	13349902
260263	AGENTE DE LIMPEZA	JANE KEILLY RODRIGUES DOS SANTOS	21273073
260545	AGENTE DE LIMPEZA	KELLY FERREIRA MIGUEL	19658222
259538	AGENTE DE LIMPEZA	LIANE ALVES GONÇALVES	11533587
261054	AGENTE DE LIMPEZA	MARILENE GLIENKE	3566323909606
261079	AGENTE DE LIMPEZA	NILVA MARIA LUZ	11562536
260938	AGENTE DE LIMPEZA	SONIA MARIA BORGES NOGUEIRA	21732450
261949	AGENTE DE LIMPEZA	SUELI PERES REIS TARGANSKI	18715125
261964	AGENTE DE LIMPEZA	VILMA VIEIRA MIRANDA	18325387
261906	AGENTE DE LIMPEZA	WILMA BARBOSA DOS SANTOS	4442108
261986	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	ADRIANE BUCHHOLZ	100033682
261950	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	DJONI JEFERSON SCHUCK	16282779
260253	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	EDER ADEMIR HAMMERCHMIDT	16073886
261341	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	JORGE RAKOWSKI	6037676881
261812	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	JUCELIA CRUZ SILVA	19907885
262004	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	KEIDI DANIELE SCHULZ LOPES	19915138
261497	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	LORI CATARINA DE LIMA	967 293
259243	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	MAICON JUNIOR TOMAZI	1461572
261680	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	RAILANY NOGUEIRA DA SILVA	13101439
260872	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	ROSIMEIRE FARIAS MARCHET	23985615
260693	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	SOLANGE BATISTA CAVALCANTE	102191691

RESCISÃO DE CONTRATO - SERVIÇOS MÉDICOS

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS (PESSOA FÍSICA) - CONTRATO Nº035/2016.

O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE – MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pará, esquina com a Rua Brasília, Centro, Gaúcha do Norte – MT, inscrito no CNPJ/MF 01.614.539/0001-01, representada por seu Prefeito Municipal Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, solteiro, pecuarista, Carteira de Identidade sob o n. 2.477.543 e C.P.F. nº402.603.301-59, residente e domiciliado à Rua Brasília, s/nº. , Centro, Gaúcha do Norte – MT, doravante denominado ***DISTRATANTE***, **resolve rescindir administrativamente e unilateralmente** o contrato de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS (CONTRATO Nº.035/2016)** firmado com a **AMANDA GERVAZONI CHACON,** brasileira, inscrita no CPF/MF nº.027.175.541-57, RG nº. 2022190-8, SSP/MT, com endereço à Avenida Brasil, s/nº, centro, Gaúcha do Norte-MTneste ato denominada ***DISTRATADA***, conforme cláusulas a seguir:

DA RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL

CLÁUSULA 1º - Fica rescindido administrativamente de forma Unilateral o contrato de Pessoa Física para Prestação de Serviços Médicos nº 035/2016, firmado no dia 01 de Junho de 2016.

CLÁUSULA 2º - A presente rescisão se dá por conveniência da administração pública, nos termos da Cláusula 8.2 e 8.3 do contrato e artigo 79 da Lei Federal nº.8.666/93.

CLÁUSULA 3º -O DISTRATANTE promoverá a partir desta data a anulação do saldo orçamentário do valor restante do contrato originário, bem como deverá promover o pagamento dos serviços prestados até a presente data.

CLÁUSULA 4ª – A presente rescisão contratual não exime o DISTRATADO da responsabilidade por eventual execução defeituosa do objeto do contrato original.

CLAUSULA 5ª –- A rescisão unilateral é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA 6ª – Fica eleito o foro da Comarca de Paranatinga-MT para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

CLÁUSULA 7ª – Deturpado nisso, firma-se a presente rescisão contratual de forma unilateral, em 02 (duas) vias de igual valor e teor, para todos os fins legais e de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, idôneas e civilmente capazes.

Gaúcha do Norte, 02 de Março de 2017.

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito Municipal

DISTRATANTE

Testemunhas

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Concorrência nº 001/2016

O Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 49 da Lei Federal 8.666/93, torna publico para o conhecimento dos interessados o **AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**, na modalidade **Concorrência nº 001/2016**, que tem por objeto **Implantação de Rede e Sistema de Tratamento de Esgoto Sanitário no Município de Gaúcha do Norte, conforme convênio nº 00073/2015, firmado com a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e conforme anexos do Edital.** A presente revogação se justifica por razões de interesse publico, conforme justificativa nos autos.

Gaúcha do Norte, 15 de Fevereiro de 2.017.

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 001/2017

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 001/2017

HEDER CAIO PEREIRA DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei e com base no artigo 209 da Constituição Estadual, coloca as contas da Câmara Municipal de General Carneiro, exercício de 2016, a disposição de qualquer contribuinte para exame a apreciação, o que poderá questionar-lhe a legitimidade nos termos da Lei.

As contas acima citadas ficarão a disposição, na Câmara Municipal de General Carneiro, no horário de expediente, no período de 15 de Fevereiro a 15 de Abril do corrente exercício. E, para fins de conhecimento a todos, expede-se o presente edital que será afixado em local de fácil acesso ao público.

Gabinete do Presidente da Câmara, Edifício Sede do Poder Legislativo, em General Carneiro – MT, 14 de Fevereiro de 2017.

HEDER CAIO PEREIRA DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

DECRETO N.° 018/2017- ANULAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.° 001/2015

DECRETO N.° 18/GP/2017 De, 03 de março de 2017.

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2015 E DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCELO DE AQUINO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Processo de Sindicância n.° 001/2017 que apontou irregularidades no certame de Edital n.° 001/2015;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo n.° 002/2017 que confirmou todas as irregularidades apontadas na sindicância acima citada;

CONSIDERANDO que foram respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa em todas as fases dos procedimentos;

CONSIDERANDO que a omissão deste gestor diante de evidentes irregularidades constituiria crime passível de improbidade administrativa conforme Lei 8.429/1992 e por tal motivo ordenei as apurações mediante processo administrativo;

CONSIDERANDO os termos da Súmula 473 do STF que autoriza a administração a anular seus atos, quando eivados de vícios, e que, por conseguinte, deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, dentro do seu poder discricionário;

CONSIDERANDO as diversas irregularidades apontadas no Processo Licitatório n.º 042/2015 Modalidade Carta Convite n.° 016/2015 para contra-

tação da empresa organizadora do Certame, que colimou em ilegalidades nas demais fases do mesmo;

CONSIDERANDO as irregularidades apontadas nas Notificações Recomendatórias 001/2016 e 002/2016 do Ministério Público Estadual;

CONSIDERANDO que os atos eivados de vícios, sem observância aos princípios de legalidade, transparência e impessoalidade se tornam nulos e consequentemente, deles não geram direitos e obrigações;

CONSIDERANDO grave violação ao princípio da ampla concorrência;

CONSIDERANDO às clarividentes irregularidades no Edital de Concurso Público nº 001/2015;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo n.° 002/2017, que apontou irregularidades insanáveis no Processo Licitatório e na realização do Concurso Público;

CONSIDERANDO que não deve pairar qualquer vício de legalidade em certame de seleção de pessoal, que deve se pautar nos princípios norteadores da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o interesse público e a necessidade pública devem ser preservados dentro do poder discricionário da Administração Pública;

DECRETA:

Art. 1°. Fica anulado o Processo Licitatório n.º 042/2015 e o contrato de prestação de serviços n.° 157/2015 firmado com a Empresa ROGÉRIO GONÇALVES DE JESUS-ME (EXATA – ASSESSORIA E CONSULTORIA – ME), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.157.350/0001-54, nos termos do art. 79, inciso I da Lei 8.666/93.

Art. 2°. Fica anulado o Concurso Público n.º 001/2015 e consequentemente, ficam ainda anulados todos os atos decorrentes de sua edição e publicações.

Art. 3°. Determino a devolução das taxas de inscrições dos candidatos inscritos para as provas do Concurso Público n.º 001/2015 realizado pelo Município de General Carneiro/MT, anulado através do presente Decreto Municipal.

Art. 4°. Para reembolso das taxas de inscrições, os candidatos deverão protocolar pedido junto à Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT, no qual deverá constar:

I – Nome do Requerente, com qualificação pessoal (naturalidade, estado civil, profissão, número de RG e CPF, endereço completo);

II – Número de Inscrição no Concurso do Edital n.° 001/2015;

III – Cargo inscrito;

IV – Número de conta bancária (Banco/Agência/conta);

Art. 5°. O Município providenciará a devolução, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o protocolo do Requerimento.

Art. 6°. Determino à Secretaria Municipal de Finanças que faça apuração dos prejuízos aos cofres públicos municipais, decorrentes da realização do Concurso Público n.º 001/2015 e, posteriormente, seja remetida ao Procurador Geral do Município para adotar as medidas necessárias para reaver eventuais prejuízos aos cofres municipais.

Art. 7°. Em razão dos crimes apurados determino que seja encaminhada cópia integral do Processo Administrativo ao representante do Ministério Público de Barra do Garças/MT.

Art. 8°. Em razão de fraudes em certidões de órgãos federais determino que seja encaminhada cópia integral dos autos à Delegacia da Polícia Federal de Barra do Garças/MT.

Art. 9°. Em razão dos crimes constatados no relatório final do processo determino que seja encaminhada cópia ao Ministério Público Federal de Barra do Garças/MT.

Art. 10°. Em razão de tudo que fora apurado no Processo Administrativo n.° 002/2017 determino que seja encaminhada cópia a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seccional de Barra do Garças/MT.

Art. 11°. Em razão das ilegalidades, considerando o poder fiscalizador e grave prejuízo ao erário que também seja encaminhada cópia dos autos ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 12º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

General Carneiro - MT, 03 de março de 2017.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

TERMO DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL Nº 01/2017 DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS Nº 046/2012 E 042/2010 e seus Termos Aditivos.

Aos 20 dias do mês de fevereiro de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Indiavaí- MT, a **CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE INDIAVAÍ-MT**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 03.239.027/0001-20, sediada na Av. Getúlio Vargas, nº. 650, Centro, Indiavaí-MT. , neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr**. VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS,** brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 384.260.561-72, residente e domiciliado no Município de Indiavaí-MT, e de outro lado como **CONTRATADA**: **BASE DUPLA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04. 568.575/0001.66, com sede na Rua 17, nº. 175, Sala B, Bairro Boa Esperança, no Município de Cuiabá/MT, neste ato representado pelo seu sócio-proprietário, o Sr. **JOSÉ ARI DE ALMEIDA,** brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 032.728.698-87, e com RG sob nº. 1394808-3 SSP/MT, residente e domiciliado à Rua San Remo, nº. 66, Bairro Jardim Itália, em Cuiabá-MT., com o objetivo de formalizar **a RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL** dos **Contratos nº 046/2012**, datado de 02 de Julho de 2012 para **EXECUÇÃO DE OBRAS DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, Contrato n° 042/2010** para a **IMPLANTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**.

DA INEXECUÇÃO

A Contratada tinha o prazo final até 29/03/2014, para conclusão dos trabalhos conforme previsto no cronograma físico constituído parte dos contratos, ocorre que no curso do prazo, este gestor público, ao assumir o cargo do Executivo Municipal, em 02/01/2013, determinou ao engenheiro da Prefeitura o Senhor **PAULO CÉSAR MOURA,** para que procedesse vistoria nas obras, e ai então surgiram vários itens que precisariam de alterações, e então procedeu a notificação ao representante da empresa, **BASE DUPLA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA,** na pessoa do Sr. **JOSÉ ARI DE ALMEIDA,** sócio-proprietário, para regularizar as pendências na obra, e ainda dar seguimento aos serviços, pois se encontrava paralisada, sem qualquer representante no Município.

A notificação extra-judicial, datada de **03/04/2013,** chegou às mãos do notificado, pois fora concedido o prazo de 30 (trinta) dias à contar do recebimento da presente, sem que a Empresa notificada manifestasse qualquer interesse na continuidade dos trabalhos e na regularização dos serviços conforme relato do engenheiro **PAULO CÉSAR MOURA.**

Novamente expedimos uma segunda notificação extra-judicial referente não só ao **Contrato nº. 046/2012**, como também ao **Contrato nº. 042/2010**, que estava findando o prazo em 10/08/2013, e o engenheiro **PAULO**

CÉSAR MOURA, em nova vistoria apontou diversas irregularidades, notificação esta datada de 10/11/2013, ambas remetidas via AR e com data de recebimento em 27/11/2013, pelo recebedor **DIEGO MARCELO LIMA,** na cidade de Cuiabá/MT, onde nos itens notificados foram informados que nenhum dos contratos estavam sendo executados, e o não cumprimento seria objeto de rescisão e de medida judicial para obrigação de fazer, conforme pactuado nos respectivos.

Por **INEXECUÇÃO DA OBRA** acima descrita nos termos do Arts. 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93 e alterações e Cláusula Décima, item 14.1, do referido contrato, trata da sua rescisão. O Município em 12/03/2014 procedeu as Rescisões Unilaterais dos Contratos n° 042/2010 e 046/2012 e seus respectivos Termos Aditivos. Contudo, a Empresa ajuizou medida judicial através do **Mandado de Segurança n° 465.24.2014.811.0047 - Cód. n° 55627**, que tramitou na Comarca de Araputanga/MT.

O Douto Magistrado ao analisar o pedido de liminar o deferiu nos seguintes termos:

***"... Defiro a liminar pleiteada na exordial, a fim de determinar ao Impetrado que proceda a imediata suspensão dos efeitos do Termo de Rescisão Unilateral n° 02/2014 do Contrato Administrativo n° 042/2010 e seus Termos Aditivos – fls. 46/53 e do Termo de Rescisão Unilateral do Contrato Administrativo n° 046/2010 e seus termos Aditivos ..." (Trecho da* decisão liminar; Proc. n° 55627).**

Em 10 de dezembro de 2014, o citado Wirt foi julgado, onde tão somente anulou os procedimentos administrativos que rescindiu os contratos n° 046/2012 e 042/2010.

Com tal decisão o Município notificou a contratada a restabelecer a execução das obras, notificação recebida em 03/12/2015, porém em contra-notificação a mesma alegou que o Município só poderia exigir a volta da execução das obras quando ocorresse o transito e julgado da decisão da ação mandamental, em tramite na Comarca de Araputanga/MT.

No ano de 2017 o Município é convocado para reunião com a Funasa, órgão concedente dos convênios que originaram os contratos com a Empresa contratada, e após deliberações ficou estabelecido que até dia 08 de março de 2017 o Município teria que rescindir os contratos com a Empresa Base Dupla ao elaborar nova licitação para conclusão das obras conveniada, sob pena do Município tornar inadimplente, com o **gravame** de devolver todo os valores conveniado devidamente corrigidos e ainda perder em definitivo o direito a receber do Governo Federal, verba destinada a Saneamento Básico.

DOS DIREITOS

A rescisão administrativa ou amigável, deverá ser procedida de autorização escrita, Art. 79, § 1º, onde não havendo nenhuma culpa por parte do Contratante (Município de Indiavaí), e neste caso havendo prejuízo sofrido pelo erário público, vossa empresa deverá arcar com todos os direitos e obrigações necessárias. A Empresa ora **Distratada** à partir desta data **20/02/2017**, não mas atuará na condição de prestador de serviço junto à Prefeitura Municipal de Indiavaí, ficando rescindido de pleno direito os **Contratos nº. 046/2012 e 042/2010,** em todos as suas cláusulas e condições, reservando os direitos do Município promover medidas judiciais, quando constatado qualquer irregularidade que venha a causar prejuízo ao erário. O Município **Distratante,** não efetuara nenhum pagamento à vossa empresa, considerando que lhe foi oportunizado o direito de regularização das pendências nas obras, conforme as notificações encaminhadas, e vossa senhoria não se pré-dispôs em nenhum momento à regularização e sobre tudo dar continuidade aos trabalhos, portanto a rescisão contratual está sendo laborada na forma contida nas cláusulas contratuais.

DAS GENERALIDADES

Tendo em vista o não cumprimento das obrigações pactuadas nos contratos administrativos nº. 046/2012 e 042/2010, por parte do Contratado/Destratado, e como garantia de Execução, o contrato do item 7.1, previu 5% do valor contratado, e nas notificações foi alterado para 10% do valor do contrato nas modalidades previstas no Art. 56, § 3º da lei nº. 8.666/93, Cláusula 7ª.

A Contratada/Distratada deixou de observar as obrigações prevista nas Cláusula Contratuais 8ª e seus respectivos itens e o Contratante/Distratante após a fiscalização dos serviços observou que não vinha sendo cumprido da maneira efetivada. Neste sentido com base na Cláusula 13ª do Contrato, aplica-se a penalidade da multa prevista no item 13.1.4 de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, por sua inexecução total e mais 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, por sua inexecução parcial, em não atender as Notificações Extra-Judiciais lhe enviadas.

Não sendo efetuado o valor pago a ser apurado junto à tesouraria da Prefeitura Municipal de Indiavaí e através da Controladoria do Município, conforme planilha, será registrada em dívida ativa do Município com cópia ao Tribunal de Contas do Estado.

Após ter sido notificada através de Notificações Extrajudiciais datadas de 01/04/2013, e 10/11/2013 para manifestação de contraditório ou retomada da execução das obras paralisada, sem manifestação (contra-notificação), o Município de Indiavaí/MT declara de pleno direito Rescindido Unilateralmente os Contratos junto a empresa **BASE DUPLA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA** nas formas contidas no presente termo de Rescisão Contratual, o qual deverá ser levado a publicação para o conhecimentos de todos.

Firma o presente termo em 02 (duas) vias para todos os efeitos de direito.

Indiavaí/MT, aos 20 de fevereiro de 2017.

_____

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

_____

1ª Testemunha

CPF nº

_____

2ª Testemunha

CPF nº

PORTARIA 017/2017.

PORTARIA Nº 017/2017.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 015/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ.

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a **Portaria nº 15/2017** que foi publicada no dia 02/03/2017 que nomeou o Senhor**, Claudio Rogério Ribeiro** como Secretário de Saúdeda Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3.º - Comunique-se a Secretária de Administração e Finanças, para que faça as devidas anotações e registros.

Art. 4.º - Registra-se, publica-se, e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Indiavaí, aos tres (03) dias do mês de março (03) de dois mil e dezessete (2017).

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi publicada e fixada no átrio do Executivo Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 113/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

SÚMULA: "Dispõe sobre a exoneração da Senhora Fernanda Beatriz da Silva Santos, do cargo de Chefe de Divisão, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, e dá outras providências".

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa, resolve:

Art. 1º - Exonerar a Senhora **Fernanda Beatriz da Silva Santos**, do cargo de Chefe de Divisão, lotada na Secretaria de Coordenação Geral**,** da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, nomeado através da Portaria nº. 001/2012 de 04 de janeiro de 2012.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº. 001/2012.

Gabinete do Prefeito, Ipiranga do Norte/MT, 03 de março de 2017.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 016/2016.

Pelo presente TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO POR MÚTUO TERMINO DE CONTRATO, o MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE, ESTADO DO MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n° 07.209.245/0001-72, com domicílio na Rua dos Girassóis, 387, Centro, Ipiranga do Norte, Mato Grosso, fone (66) 3588-1566/1538, CEP 78578-000, representado por seu prefeito constitucional, o Sr. **PEDRO FERRONATTO,** brasileiro, casado, Agricultor, portador do CPF Nº. 345.727.169-00, residente e domiciliado nesta cidade de Ipiranga do Norte, Mato Grosso, neste ato denominado CONTRATANTE, e do outro lado a Sra. **SUELLEN MAYARA MARQUES ALESSI,** brasileira, casada, maior, Carteira de Identidade Civil RG. 2210290-6 SSP/MT, e CPF Nº 032811691-20, residente e domiciliada na Rua dos Jasmins, s/n, bairro das flores, na cidade de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, de ora em diante designada de CONTRATADA, resolvem rescindir, a partir desta data, o CONTRATO Nº. 016/2016 (contratação temporária por excepcional interesse público, firmado nos termos do art. 37, inciso IX da Constituição e da Lei nº. 234/2009, para exercer a função de **Agente de Fiscalização Sanitária,** passando esta rescisão a fazer parte integrante do contrato inicial supracitado com todas as verbas previstas na Lei Municipal nº. 032/2015 – Estatuto dos funcionários públicos do Município de Ipiranga do Norte/MT, exceto os direitos que são exclusivos dos servidores efetivos.

A partir de 01 de março de 2017, ambas as partes ficam liberadas de quaisquer compromissos firmados entre si;

E por estarem às partes ajustadas e de comum acordo, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito.

Ipiranga do Norte/MT, 01 de março de 2017.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal - contratante

_____

SUELLEN MAYARA MARQUES ALESSI

Contratada

T E S T E M U N H A S:

1ª) _____ 2ª) _____

PREFEITURA MUNICIPAL / JURIDICO
EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 001/2017 – PSS Nº001/2017

O Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, faz saber a todos os interessados que, no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017,

ONDE SE LE:

2. DAS VAGAS E DAS CARACTERÍSTICAS DOS CARGOS

Ampla Concorrência	PNE*	Cadastro de Reserva	Denominação do Cargo	Requisitos Mínimos	Lotação	Carga Horária	Vencimento (R$)
02	0	00	Médico	Nível superior em Medicina e Registro no Conselho Regional da Classe	Secretaria Municipal de Saúde	40 horas (podendo ser convocado para plantão)	R$18. 066,53
01	0	01	Cirurgião-Dentista	Nível superior em Odontologia e Registro no Conselho Regional da Classe	Secretaria Municipal de Saúde	40 horas	R$ 5. 257,59
02	0	00	Motorista de Ambulância	Ensino Fundamental Incompleto; Carteira de Habilitação – Categoria D e Curso de Primeiros-Socorros	Secretaria Municipal de Saúde	40 horas e sobre-aviso	R$ 1. 727,89
02	0	00	Agente de Fiscalização Sanitária	Ensino Médio Incompleto e Carteira de Habilitação – Categoria AB	Secretaria Municipal de Saúde	40 horas	R$ 1. 102,67
02	0	02	Professor de Pedagogia – Educação Infantil	Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e registro no MEC	Secretaria Municipal de Educação,Cultura e Esporte	30 horas	R$ 3. 449,01
01	0	03	Professor de Pedagogia – 1º ao 5º ano	Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação para as séries iniciais do Ensino Fundamental e registro no MEC	Secretaria Municipal de Educação,Cultura e Esporte	30 horas	R$ 3. 449,01

* PNE = Portador de Necessidades Especiais

2.1. As contratações do presente processo seletivo se darão de acordo com a necessidade da Administração Pública, nos termos da Lei Municipal nº 234/2009, e ocorrerá no Regime Jurídico Especial mencionado pelo art. 8° da citada Lei, sendo garantidos aos contratados os direitos sociais previstos na Constituição Federal, excetuados os direitos exclusivos dos servidores estatutários.

LEIA-SE:

2. DAS VAGAS E DAS CARACTERÍSTICAS DOS CARGOS

Ampla Concorrência	PNE*	Cadastro de Reserva	Denominação do Cargo	Requisitos Mínimos	Lotação	Carga Horária	Vencimento (R$)
02	0	00	Médico	Nível superior em Medicina e Registro no Conselho Regional da Classe	Secretaria Municipal de Saúde	40 horas (podendo ser convocado para plantão)	R$18. 066,53
01	0	01	Cirurgião-Dentista	Nível superior em Odontologia e Registro no Conselho Regional da Classe	Secretaria Municipal de Saúde	40 horas	R$ 5. 257,59
01	**0**	**01**	**Motorista de Ambulância**	**Ensino Fundamental Incompleto; Carteira de Habilitação – Categoria D e Curso de Primeiros-Socorros**	**Secretaria Municipal de Saúde**	**40 horas e sobre-aviso**	**R$ 1.727,89**
02	0	00	Agente de Fiscalização Sanitária	Ensino Médio Incompleto e Carteira de Habilitação – Categoria AB	Secretaria Municipal de Saúde	40 horas	R$ 1. 102,67
02	0	02	Professor de Pedagogia – Educação Infantil	Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e registro no MEC	Secretaria Municipal de Educação,Cultura e Esporte	30 horas	R$ 3. 449,01
01	0	03	Professor de Pedagogia – 1º ao 5º ano	Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação para as séries iniciais do Ensino Fundamental e registro no MEC	Secretaria Municipal de Educação,Cultura e Esporte	30 horas	R$ 3. 449,01
* PNE = Portador de Necessidades Especiais							

2.1. As contratações do presente processo seletivo se darão de acordo com a necessidade da Administração Pública ou enquanto perdurar a situação ensejadora, podendo ser prorrogado por igual período estabelecido no contrato, nos termos da Lei Municipal nº 234/2009, e ocorrerá no Regime Jurídico Especial mencionado pelo art. 8° da citada Lei, sendo garantidos aos contratados os direitos sociais previstos na Constituição Federal, excetuados os direitos exclusivos dos servidores estatutários.

Mantêm-se inalteradas todas as demais regras do Edital.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 03 dias do mês de março de 2017.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 112/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Deferir a conversão em espécie de 01 mês (30 dias) de licença prêmio referente ao qüinqüênio de 2012 a 2017 a servidora Mariza Terezinha Konrath.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o disposto no artigo 80 da Lei Complementar nº. 032 de 14 de dezembro de 2015 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ipiranga do Norte/MT), e demais dispositivos legais pertinentes;

RESOLVE:

Art. 1º. *Deferir a servidora **Mariza Terezinha Konrath**, matrícula nº 853, ocupante do cargo efetivo de Contador, lotada na Secretaria Municipal de Coordenação Geral, a conversão em espécie de 01 mês (30 dias) de licença prêmio referente ao qüinqüênio de 2012 a 2017, a ser indenizado no mês de Março/2017.*

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, 02 de março de 2017.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 110/2017, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA SENHORA DIRCE SAPELLI JACOBI, DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – PSF I".

O Senhor **Pedro Ferronatto**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Transferir a Senhora Dirce Sapélli Jacobi, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social para a Secretaria Municipal de Saúde – PSF I, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, 23 de fevereiro de 2017.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 109/2017, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA SENHORA MARCIA ALVES NUNES, DA ESCOLA MUNICIPAL CRESCER E APRENDER PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE".

O Senhor **Pedro Ferronatto**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Transferir a Senhora Marcia Alves Nunes, lotada na Escola Municipal Crescer e Aprender para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, 23 de fevereiro de 2017.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 111/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Deferir a conversão em espécie de 01 mês (30 dias) de licença prêmio referente ao qüinqüênio de 2012 a 2017 ao servidor Jonathan da Silva Telles.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o disposto no artigo 80 da Lei Complementar nº. 032 de 14 de dezembro de 2015 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ipiranga do Norte/MT), e demais dispositivos legais pertinentes;

RESOLVE:

Art. 1º. *Deferir o servidor* ***Jonathan da Silva Telles****, matrícula nº 802, ocupante do cargo efetivo de Controlador Interno, lotado no Gabinete do Prefeito, a conversão em espécie de 01 mês (30 dias) de licença prêmio referente ao qüinqüênio de 2012 a 2017, a ser indenizado no mês de Março/ 2017.*

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, 02 de março de 2017.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA EXERCÍCIO 2016.

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	31.554.250,00	31.554.250,00	4.060.954,39	12,86	31.792.631,74	100,75	-238.381,74
RECEITAS CORRENTES	30.307.250,00	30.307.250,00	3.717.814,39	12,26	30.277.825,05	99,90	29.424,95
RECEITA TRIBUTARIA	4.648.700,00	4.648.700,00	336.911,11	7,24	4.139.315,24	89,04	509.384,76
Impostos	3.974.300,00	3.974.300,00	334.126,31	8,40	3.966.184,73	99,79	8.115,27
Taxas	228.000,00	228.000,00	2.528,66	1,10	223.053,95	97,83	4.946,05
Contribuição de Melhoria	514.000,00	514.000,00	256,14	0,04	1.030,04	0,20	512.969,96
(-)Dedução da Receita Tributaria	-67.600,00	-67.600,00			-50.953,48	75,37	-16.646,52
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	80.000,00	80.000,00	1.552,82	1,94	38.635,06	48,29	41.364,94
Contribuições Econômicas	80.000,00	80.000,00	1.552,82	1,94	38.635,06	48,29	41.364,94
RECEITA PATRIMONIAL	459.000,00	459.000,00	26.118,21	5,69	475.908,19	103,68	-16.908,19
Receitas de Valores Mobiliários	459.000,00	459.000,00	26.118,21	5,69	475.908,19	103,68	-16.908,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.652.350,00	24.652.350,00	3.305.133,21	13,40	25.375.597,17	102,93	-723.247,17
Transferências Intergovernamentais	28.567.335,00	28.567.335,00	3.697.749,53	12,94	29.212.311,18	102,25	-644.976,18
Transferências de Convênios	361.015,00	361.015,00	41.536,82	11,50	468.729,88	129,83	-107.714,88
(-) Dedução para foemação do FUNDEB	-4.276.000,00	-4.276.000,00	-434.153,14	10,15	-4.305.443,89	100,68	29.443,89
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	467.200,00	467.200,00	48.099,04	10,29	248.369,39	53,16	218.830,61
Multa de Juros de Mora	54.200,00	54.200,00	28.130,27	51,90	67.456,21	124,45	-13.256,21
Indenizações e Restituições	65.000,00	65.000,00	6.775,00	10,42	39.532,69	60,81	25.467,31
Receita da Dívida Ativa	347.000,00	347.000,00	13.193,77	3,80	138.271,53	39,84	208.728,47
Receitas Diversas	1.000,00	1.000,00			3.147,33	314,73	-2.147,33
RECEITAS DE CAPITAL	1.247.000,00	1.247.000,00	343.140,00	27,51	1.514.806,69	121,47	-267.806,69
ALIENAÇÃO DE BENS	15.000,00	15.000,00					15.000,00
Alienação de Bens Móveis	15.000,00	15.000,00					15.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.232.000,00	1.232.000,00	343.140,00	27,85	1.514.806,69	122,95	-282.806,69
Transferências Intergovernamentais	700.000,00	700.000,00			200.487,35	28,64	499.512,65
Transferências de Convênios	532.000,00	532.000,00	343.140,00	64,50	1.314.319,34	247,05	-782.319,34
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	31.554.250,00	31.554.250,00	4.060.954,39	12,86	31.792.631,74	100,75	-238.381,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	31.554.250,00	31.554.250,00	4.060.954,39	12,86	31.792.631,74	100,75	-238.381,74
DÉFICIT/SUPERÁVIT (VI)		6.806.827,72					6.806.827,72
TOTAL(VII) = (V + VI)	31.554.250,00	38.361.077,72	4.060.954,39	10,58	31.792.631,74	82,87	6.568.445,98
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos A	3.498.580,95	3.498.580,95			3.793.403,09	108,42	-294.822,14
Superávit Financeiro	3.497.140,95	3.497.140,95			3.793.403,09	108,47	-296.262,14
Reabertura de Créditos Adicionais	1.440,00	1.440,00					1.440,00

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

DÉFICIT (IV)	1.092.323,33	1.116.298,33	162.548,06	14,56	1.044.792,99	93,59	71.505,34
TOTAL (V) = (III + IV)	1.092.323,33	1.116.298,33	162.548,06	14,56	1.044.792,99	93,59	71.505,34

PEDRO FERRONATTO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIZA TEREZINHA KONRATH
CONTABILISTA CRC-MT 012447/O-4

LETICIA TENEDIN DE CASTILHOS
TESOUREIRO

Emissão: 03/03/2017 13:11:00

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	30.461.926,67	6.782.852,72	37.244.779,39	2.966.529,38	30.723.424,77	29.207.362,82	29.162.613,46	82,49	6.521.354,62
DESPESAS CORRENTES	24.590.613,51	4.640.632,33	29.231.245,84	1.891.158,94	25.894.822,21	25.809.977,06	25.801.961,26	88,58	3.336.423,63
Pessoal e Encargos Sociais	14.273.204,26	1.314.625,78	15.587.830,04	1.975.648,87	14.097.508,26	14.097.508,26	14.097.508,26	90,43	1.490.321,78
Juros e Encargos da Dívida	122.519,25	-40.800,00	81.719,25	-3.219,95	78.499,05	78.499,05	78.499,05	96,05	3.220,20
Outras Despesas Correntes	10.194.890,00	3.366.806,55	13.561.696,55	-81.269,98	11.718.814,90	11.633.969,75	11.625.953,95	86,41	1.842.881,65
DESPESAS DE CAPITAL	5.721.313,16	2.291.793,20	8.013.106,36	1.075.370,44	4.828.602,56	3.397.385,76	3.360.652,20	60,25	3.184.503,80
Investimentos	5.383.545,16	2.316.793,20	7.700.338,36	1.076.512,44	4.516.977,56	3.085.760,76	3.049.027,20	58,65	3.183.360,80
Amortização da Dívida	312.768,00		312.768,00	-1.142,00	311.625,00	311.625,00	311.625,00	99,63	1.143,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	-149.572,81	427,19						427,19
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	1.092.323,33	23.975,00	1.116.298,33	162.548,06	1.044.792,99	1.044.792,99	1.044.792,99	93,59	71.505,34
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	31.554.250,00	6.806.827,72	38.361.077,72	3.129.077,44	31.768.217,76	30.252.155,81	30.207.406,45	82,81	6.592.859,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	31.554.250,00	6.806.827,72	38.361.077,72	3.129.077,44	31.768.217,76	30.252.155,81	30.207.406,45	82,81	6.592.859,96
SUPERÁVIT (XIII)				931.876,95	24.413,98				-24.413,98
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	31.554.250,00	6.806.827,72	38.361.077,72	4.060.954,39	31.792.631,74	30.252.155,81	30.207.406,45	82,87	6.568.445,98

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)	1.092.323,33	23.975,00	1.116.298,33	162.548,06	1.044.792,99	1.044.792,99	1.044.792,99	93,59	71.505,34
Pessoal e Encargos Sociais	1.092.323,33	23.975,00	1.116.298,33	162.548,06	1.044.792,99	1.044.792,99	1.044.792,99	93,59	71.505,34
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	1.092.323,33	23.975,00	1.116.298,33	162.548,06	1.044.792,99	1.044.792,99	1.044.792,99	93,59	71.505,34
TOTAL (V) = (III + IV)	1.092.323,33	23.975,00	1.116.298,33	162.548,06	1.044.792,99	1.044.792,99	1.044.792,99	93,59	71.505,34

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

PEDRO FERRONATTO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIZA TEREZINHA KONRATH
CONTABILISTA CRC-MT 012447/O-4

LETICIA TENEDIN DE CASTILHOS
TESOUREIRO

Emissão: 03/03/2017 13:11:00

Página 1
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	4.614,78	58.082,10	54.034,94	54.034,94	8.661,94	
Outras Despesas Correntes	4.614,78	58.082,10	54.034,94	54.034,94	8.661,94	
DESPESAS DE CAPITAL	683.502,32	1.699.703,88	1.176.454,07	1.171.444,08	548.058,62	663.703,50
Investimentos	683.502,32	1.699.703,88	1.176.454,07	1.171.444,08	548.058,62	663.703,50
TOTAL	688.117,10	1.757.785,98	1.230.489,01	1.225.479,02	556.720,56	663.703,50

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES		64.461,96	64.461,96		
Outras Despesas Correntes		64.461,96	64.461,96		
DESPESAS DE CAPITAL	45.790,00	136.624,55	182.414,55		
Investimentos	45.790,00	136.624,55	182.414,55		
TOTAL	45.790,00	201.086,51	246.876,51		

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

PEDRO FERRONATTO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIZA TEREZINHA KONRATH
CONTABILISTA CRC-MT 012447/O-4

LETICIA TENEDIN DE CASTILHOS
TESOUREIRO

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE
PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2016

Data de emissão: 03/03/2017

Exercício: 2016 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Receita Orçamentária	**31.792.631,74**	**28.248.849,85**	**Despesa Orçamentária**	**31.768.217,76**	**28.459.887,68**
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária	29.551.346,46	18.417.034,48	Ordinária	25.068.440,57	16.923.681,79
Vinculadas			Vinculadas		
Alienação de bens			Alienação de bens	9.000,00	
Assistência social	272.929,06		Assistência social	259.049,42	75.340,36
Contribuição de Intervenção no Dominío Econômico	32.018,72		Contribuição de Intervenção no Dominío Econômico	13.527,31	
Educação	3.772.272,81	9.466.010,92	Educação	3.533.309,61	5.934.640,61
Outras áreas	1.387.148,86		Outras áreas	1.771.542,39	
Saúde	1.133.351,57	4.413.580,77	Saúde	1.113.348,46	5.526.224,92
Dedução					
(-) Deduções da Receita Orçamentária	4.356.435,74	4.047.776,32			
Transferências Financeiras Recebidas	**167.678,05**	**282.561,56**	**Transferencias Financeiras Concedidas**	**1.590.245,16**	**1.525.000,00**
Transferências Financeiras Recebidas	167.678,05	282.561,56	Transferências Financeiras Concedidas	1.590.245,16	1.525.000,00
Recebimentos Extra-Orçamentários	**5.130.365,76**	**3.987.614,47**	**Despesas Extra-Orçamentárias**	**5.040.930,37**	**4.091.797,98**
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Inscritos no período	1.560.811,31	1.958.872,49	Pagos no período	1.472.355,53	2.064.106,15
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	3.362.898,46	1.987.530,36	Outras movimentações extra-orçamentárias	3.362.898,46	1.988.013,28
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	206.655,99	41.211,62	Outras movimentações extra-orçamentárias	205.676,38	39.678,55
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho			**Ajuste de Investimentos - Perda**		
Ajuste de Investimentos - Ganho			Ajuste de Investimentos - Perda		
Transferências de Aplicações Financeiras p/ Curto					
Saldo em espécie do exercício anterior	**5.077.398,00**	**6.635.057,78**	**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**3.768.680,26**	**5.077.398,00**
Disponível			Disponível		

Emissão: 03/03/2017 12:59:15 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE
PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2016

Data de emissão: 03/03/2017

Exercício: 2016 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Caixa			Caixa		
Bancos conta movimento	5.077.398,00	6.635.057,78	Bancos conta movimento	3.768.680,26	5.077.398,00
Aplicações financeiras			Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras - RPPS			Aplicações financeiras - RPPS		
(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
TOTAL	**42.168.073,55**	**39.154.083,66**	**TOTAL**	**42.168.073,55**	**39.154.083,66**

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE
PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2016

Data de emissão: 03/03/2017

Exercício: 2016 **P. Contas: PCASP-MT**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
ATIVO CIRCULANTE	**7.401.182,13**	**6.491.853,78**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**1.564.571,95**	**1.316.190,87**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.768.680,26	5.077.398,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	42.499,47	206.919,43
CREDITOS A CURTO PRAZO	3.507.469,61	1.185.377,35	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	7.259,88	39.957,08
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	41.519,53	885,29	PROVISOES A CURTO PRAZO	1.514.812,60	1.069.314,36
CREDITOS DE TRANSFERENCIAS A RECEBER	3.465.950,08	1.184.492,06			
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		979,61			
ESTOQUES	125.032,26	228.098,82			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**15.004.908,58**	**11.295.630,52**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**597.281,25**	**908.906,25**
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	639.949,98	634.884,01	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	597.281,25	908.906,25
CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO	639.949,98	634.884,01	**TOTAL DO PASSIVO**	**2.161.853,20**	**2.225.097,12**
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	927.463,74	767.221,63	**PATRIMÔNIO LIQUIDO**		
CREDITOS NAO PREVIDENCIARIOS INSCRITOS	927.463,74	767.221,63	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCICIO ATUAL**	**EXERCICIO ANTERIOR**
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A LONGO PRAZO	-287.513,76	-132.337,62	RESULTADOS ACUMULADOS	20.244.237,51	15.562.387,18
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	-287.513,76	-132.337,62	RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.701.164,33	
IMOBILIZADO	14.364.958,60	10.660.746,51	RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.562.387,18	12.754.580,52
BENS MOVEIS	8.427.009,61	7.244.358,61	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-19.314,00	2.807.806,66
BENS IMOVEIS	7.956.869,98	4.700.270,02			
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-2.018.920,99	-1.283.882,12			
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	**20.244.237,51**	**15.562.387,18**
TOTAL	**22.406.090,71**	**17.787.484,30**	**TOTAL**	**22.406.090,71**	**17.787.484,30**

ATIVO FINANCEIRO	**3.768.680,26**	**5.078.377,61**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**2.224.514,81**	**934.993,61**
ATIVO PERMANENTE	**18.637.410,45**	**12.709.106,69**	**PASSIVO PERMANENTE**	**2.112.093,85**	**1.978.220,61**
SALDO PATRIMONIAL				**18.069.482,05**	**14.874.270,08**

Compensação

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**		
EXECUCAO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	1.806.223,00		EXECUCAO DE OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	9.754,40	

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2016

Data de emissão: 03/03/2017

			EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	863.013,40	1.668.411,23
			EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.368.661,60	2.368.661,60
TOTAL	**1.806.223,00**		**TOTAL**	**3.241.429,40**	**4.037.072,83**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO
ORDINÁRIA	
100000000 - Recursos Ordinários	514.382,85
101000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	107.505,33
102000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	89.398,90
114016000 - Epidemiologia e Controle de Doencas - ECD	35.506,84
124054000 - Transferencia de Convenios da Uniao	-168.089,49
124055000 - Transferencia de Convenios do Estado	-730.227,65
300000000 - Recursos Ordinários	249.156,62
301000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	1.540,50
302000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	3.399,03
314016000 - Epidemiologia e Controle de Doencas - ECD	531,53
342000000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	-390,00
TOTAL	**102.714,46**

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**39.287.669,76**	**34.508.131,69**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**4.606.988,15**	**4.609.749,45**
IMPOSTOS	4.242.616,08	4.345.268,26
TAXAS	323.678,03	248.851,73
CONTRIBUICOES DE MELHORIA	40.694,04	15.629,46
CONTRIBUIÇÕES		**26.179,62**
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA		26.179,62
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**540.569,83**	**612.769,31**
JUROS E ENCARGOS DE MORA	64.661,64	122.992,50
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	475.908,19	489.776,81
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**34.072.627,68**	**29.184.373,37**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	167.678,05	282.561,56
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	33.807.649,63	28.901.811,81
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	97.300,00	
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS		**75.059,94**
OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS		45.102,97
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		29.956,97
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**67.484,10**	
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS	24.117,14	
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	43.366,96	

Emissão: 03/03/2017 13:17:02 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2016

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**34.586.505,43**	**30.335.521,25**
PESSOAL E ENCARGOS	**15.113.946,57**	**12.665.769,87**
REMUNERACAO A PESSOAL	13.126.344,05	10.988.852,97
ENCARGOS PATRONAIS	1.987.602,52	1.676.916,90
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**11.412.666,74**	**9.702.540,27**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	4.195.460,93	3.155.790,02
SERVICOS	6.472.245,60	5.870.865,55
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	744.960,21	675.884,70
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**78.750,42**	**125.028,60**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	78.499,05	112.000,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	1,37	
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	250,00	13.028,60
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**6.636.896,39**	**5.892.218,99**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.590.245,16	1.525.000,00
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	4.569.643,89	4.014.917,86
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	426.619,47	352.301,13
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	50.387,87	
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	**433.683,24**	**674.192,15**
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	242.309,91	626.507,73
PERDAS INVOLUNTARIAS	23.670,53	38.756,43
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	167.702,80	8.927,99
TRIBUTÁRIAS	**304.396,54**	**289.545,02**
CONTRIBUICOES	304.396,54	289.545,02
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**606.165,53**	**986.226,35**
PREMIACOES	28.866,84	25.143,60
INCENTIVOS	74.774,36	29.007,06
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES	469.615,38	742.590,74
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	32.908,95	189.484,95
Resultado Patrimonial do Período	**4.701.164,33**	**4.172.610,44**

Emissão: 03/03/2017 13:17:02 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	4.257.204,84	5.517.084,15
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	311.625,00	326.532,20

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE

ANEXO 16 DA LEI 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

EXERCÍCIO DE 2016

(art. 124 da Lei nº 4.320/1964) em R$

DÍVIDA FUNDADA INTERNA POR CONTRATOS

AUTORIZAÇÕES						SALDO CIRCULAÇÃO ANTERIOR EM	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
LEIS	DESCRIÇÃO	PARCELAS TOT.	PARCELAS PAGAS	DATA	VALOR EMISSÃO		EMISSÃO	ATUALIZAÇÃO	RESGATE	CANCELAMENTO	QUANTIDADE	VALOR
407/2014	OPERACAO DE CREDITO DO PROVIAS	50	25	25/04/2014	1.246.500,00	908.906,25		78.499,05	390.124,05		25	597.281,25
TOTAL					**1.246.500,00**	**908.906,25**		**78.499,05**	**390.124,05**		**25**	**597.281,25**

DÍVIDA FUNDADA INTERNA NÃO VINCULADA

AUTORIZAÇÕES						SALDO CIRCULAÇÃO ANTERIOR EM	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
LEIS	DESCRIÇÃO	PARCELAS TOT.	PARCELAS PAGAS	DATA	VALOR EMISSÃO		EMISSÃO	ATUALIZAÇÃO	RESGATE	CANCELAMENTO	QUANTIDADE	VALOR
306/2010	Parcelamento de d,bito com o RPPS	60	60	30/12/2011	81.311,98							
TOTAL					**81.311,98**							

TOTAL GERAL					**1.327.811,98**	**908.906,25**		**78.499,05**	**390.124,05**		**25**	**597.281,25**

Emissão: 15/02/2017 09:58:51

PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2016

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
PASSIVO FINANCEIRO						
RESTOS A PAGAR						
RESTOS A PAGAR 2014 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS	0,00	61.234,35	0,00	61.234,35	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2014 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	560.907,79	0,00	0,00	61.234,35	0,00	499.673,44
RESTOS A PAGAR 2014 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS	0,00	67.290,21	0,00	62.280,22	0,00	5.009,99
RESTOS A PAGAR 2014 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	122.594,53	0,00	0,00	67.290,21	0,00	55.304,32
RESTOS A PAGAR 2014 - PROCESSADOS	45.790,00	0,00	0,00	45.790,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2014 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	4.614,78	0,00	0,00	0,00	4.614,78	0,00
RESTOS A PAGAR 2015 - PROCESSADOS	201.086,51	0,00	0,00	201.086,51	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2015 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS	0,00	1.101.964,45	0,00	1.101.964,45	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR 2015 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR	1.757.785,98	0,00	0,00	1.101.964,45	552.105,78	103.715,75
R.P. de 2016 Nao Processados	0,00	1.516.061,95	0,00	0,00	0,00	1.516.061,95
R.P. de 2016 Processados	0,00	44.749,36	0,00	0,00	0,00	44.749,36
Subtotal:	**2.692.779,59**	**2.791.300,32**	**0,00**	**2.702.844,54**	**556.720,56**	**2.224.514,81**
DEPOSITOS						
INSS EDUCACAO	0,00	19.207,84	0,00	19.207,84	0,00	0,00
INSS - SAUDE	0,00	73.795,84	0,00	73.795,84	0,00	0,00
INSS - DEMAIS SEGURADOS	0,00	165.022,01	0,00	165.022,01	0,00	0,00
INSS - DE TERCEIROS	0,00	12.939,85	0,00	12.939,85	0,00	0,00
INSS - FUNDEB 60%	0,00	53.287,56	0,00	53.287,56	0,00	0,00
IPIRANGA-PREV - EDUCACAO	0,00	121.216,66	0,00	121.216,66	0,00	0,00
IPIRANGA-PREV - FUNDEB. 60%	0,00	294.284,64	0,00	294.284,64	0,00	0,00
IPIRANGA-PREV - SAUDE	0,00	170.114,03	0,00	170.114,03	0,00	0,00
IPIRANGA-PREV - DEMAIS SEGURADOS	0,00	162.320,35	0,00	162.320,35	0,00	0,00
PENSAO ALIMENTICIA	0,00	11.699,09	0,00	11.699,09	0,00	0,00
PENSAO ALIMENTICIA	0,00	2.816,00	0,00	2.816,00	0,00	0,00
PENSAO ALIMENTICIA	0,00	4.752,96	0,00	4.752,96	0,00	0,00
Consignado CEF Servidores da Saude	0,00	118.233,14	0,00	118.233,14	0,00	0,00
Consignado CEF. Adm - Geral	0,00	76.900,49	0,00	76.900,49	0,00	0,00
Consignado CEF Servidores Educ. ADm	0,00	139.112,03	0,00	139.112,03	0,00	0,00
Consignado CEF Servid. Sec. de Obras	0,00	88.468,83	0,00	88.468,83	0,00	0,00
Consignado CEF - Servidores. Fundeb 60%	0,00	247.953,06	0,00	247.953,06	0,00	0,00
SINDICATO DOS MEDICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO	0,00	2.502,94	0,00	2.502,94	0,00	0,00
SIND DOS VIG VIGIAS E GUARDAS SERV MUN DO EST MT	0,00	358,84	0,00	358,84	0,00	0,00
SIND. DOS PROF DOS DE ENFERMAGEM DO ESTADO MT	0,00	5.190,32	0,00	5.190,32	0,00	0,00
FESSP-MT FED. SIND DOS SERV PUB DO EST DE MT	0,00	8.408,75	0,00	8.408,75	0,00	0,00
Consignacao Banco do Brasil - Adminsitracao Geral	0,00	100.815,11	0,00	100.815,11	0,00	0,00
Consignacao Banco do Brasil - Saude	0,00	55.251,05	0,00	55.251,05	0,00	0,00
CONSIGNACAO BANCO DO BRASIL - EDUCACAO	0,00	21.987,62	0,00	21.987,62	0,00	0,00
CONSIGNACAO BANCO DO BRASIL - FUNDEB 60	0,00	45.811,88	0,00	45.811,88	0,00	0,00
Diferenca desconto salário	0,00	2.395,71	0,00	2.395,71	0,00	0,00
Descontos Diversos	0,00	1.967,40	0,00	1.967,40	0,00	0,00
CONSIGNACAO BANCO DO BRASIL SEC. OBRAS	0,00	17.690,40	0,00	17.690,40	0,00	0,00
Contribuicao ao SINTEP	0,00	31.248,46	0,00	31.248,46	0,00	0,00
CONSIGNADO BRADESCO SAUDE	0,00	2.246,84	0,00	2.246,84	0,00	0,00
CONSIGNADO BRADESCO ADM	0,00	63.200,77	0,00	63.200,77	0,00	0,00
CONSIGNADO BRADESCO OBRAS	0,00	9.884,76	0,00	9.884,76	0,00	0,00
FESSP-MT SIND. DOS SERV. PUB. DO ESTADO- SAÚDE	0,00	4.102,83	0,00	4.102,83	0,00	0,00
SINDACS/MT - SINDICATO DOS AGENTES COMUNITARIOS DE	0,00	802,36	0,00	802,36	0,00	0,00
ISSQN - Retido Fonte Ordinária	0,00	114.922,02	0,00	114.922,02	0,00	0,00

Emissão: 03/03/2017 13:18:00 PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2016

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
ISSQN - Retido Fonte Trans. Impostos Saúde	0,00	17.935,05	0,00	17.935,05	0,00	0,00
ISSQN - Retido Fonte Trans. Impostos Educação	0,00	3.293,26	0,00	3.293,26	0,00	0,00
IRRF- Servidores - Fonte Ordinaria	0,00	269.561,25	0,00	269.561,25	0,00	0,00
IRRF- Servidores - Transf. Impostos saúde	0,00	415.532,72	0,00	415.532,72	0,00	0,00
IRRF- Servidores - Transf. Impostos Educação	0,00	72.435,90	0,00	72.435,90	0,00	0,00
IRRF- Prest. de Serv. - Fonte Ordinaria	0,00	81.727,20	0,00	81.727,20	0,00	0,00
IRRF- Prest.Serv - Transf. Impostos Educação	0,00	2.641,01	0,00	2.641,01	0,00	0,00
IRRF- Prest.Serv - Transf. Impostos Saúde	0,00	21.935,28	0,00	21.935,28	0,00	0,00
IRRF- Servidores - FUNDEB	0,00	178.365,04	0,00	178.365,04	0,00	0,00
ISSQN- FETHAB	0,00	2.149,31	0,00	2.149,31	0,00	0,00
OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	6.076,41	0,00	6.076,41	0,00	0,00
ISSQN- FNAS	0,00	398,46	0,00	398,46	0,00	0,00
IRRF- FETHAB	0,00	4.311,28	0,00	4.311,28	0,00	0,00
IRRF- FNAS	0,00	842,10	0,00	842,10	0,00	0,00
Compensacao Divida Ativa	0,00	34.781,75	0,00	34.781,75	0,00	0,00
Subtotal:	**0,00**	**3.362.898,46**	**0,00**	**3.362.898,46**	**0,00**	**0,00**
Subtotal:	**2.692.779,59**	**6.154.198,78**	**0,00**	**6.065.743,00**	**556.720,56**	**2.224.514,81**
TOTAL	**2.692.779,59**	**6.154.198,78**		**6.065.743,00**	**556.720,56**	**2.224.514,81**
TOTAL GERAL	**2.692.779,59**	**TOTAL (b+c)**	**6.154.198,78**	**TOTAL (d+e)**		**6.622.463,56**	**2.224.514,81**

Emissão: 03/03/2017 13:18:00 PREFEITURA DE IPIRANGA DO NORTE Página 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 114/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

Concede Licença Para Tratar de Interesses Particulares a servidora Valdinéia Valero Ruiz.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o disposto no artigo 77 da Lei Complementar nº. 032 de 14 de dezembro de 2015 (Novo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ipiranga do Norte/MT), e demais dispositivos legais pertinentes;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora **Valdinéia Valero Ruiz,** matrícula n° 480, ocupante do cargo efetivo de Professor com Graduação em Informática, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, **LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES**, sem vencimentos, nos termos do artigo 77 da Lei Complementar nº. 032 de 14 de dezembro de 2015 (Novo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ipiranga do Norte/MT), **a pedido** da servidora, pelo prazo de 02 (dois) anos, com inicio em 03 de março de 2017 á 03 de março de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte/ MT, em 03 de março de 2017.

Registra-se

Publique-se

Cumpra-se

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 016/2017.

"Nomeia Servidora que menciona e da outras providências."

O Sr. Eleandro Cesar Cassol, Presidente da Câmara Municipal de Itanhangá, Estado do Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas no Regimento Interno em seu Art. 25 – Inciso VII Alínea (b).

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. Suzan Bianca de Arruda Xavier, para ocupar o Cargo em Comissão de Assessora de Administração, lotado no Padrão 04 Classe "A", do Plano de Cargos, Funções e Vencimentos da Câmara Municipal de Itanhangá, instituídos pela Lei Municipal Nº. 002/2005, e alterações posteriores.

Art.º 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itanhangá – MT, aos 03 dias do mês de Março de 2017.

Registre–se

Publique-se

Cumpra-se.

ELEANDRO CESAR CASSOL

Presidente

Câmara Municipal de Itanhangá.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2017

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, torna público que na Licitação tipo Pregão Presencial n° 010/2017, instaurada para **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis para a manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT",** teve como vencedora a empresa **KIRST TRR-LTDA – CNPJ: 05. 198.812/0001-07,** para os itens 05 – Diesel S500 – Atacado – R$ 3,27 e Item 06 – Diesel S-10 – R$ 3,37, totalizando o valor de R$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais). Os Itens 01, 02, 03 e 04 ficaram fracassados pelo motivo da empresa que apresentou proposta foi desabilitada.

Itanhangá-MT, 03 de Março de 2017.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DLC 005 A 011-2017 FISCAL DE CONTRATO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N° 005 de 03 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) **PAULO CESAR DAPPER**, portador (a) do CPF n° **615.481.201.97**, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do contrato n° 005/2017, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **AUTO POSTO TIBIRISSÁ-LTDA**, CNPJ n. 33. 659.863/0003-96, que tem por objeto **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ADITIVO ARLA 32, ETANOL, GASOLINA, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S-10) PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT.**

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade elaborar relatório quadrimestral para envio ao TCE/MT através do sistema aplic.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrario;

Itanhangá-MT, 03 de fevereiro de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DANIEL ORZECHOVSKI

Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Registre-se, Publique-se e Afixe-se

Ciente em:_____/_____/____

Nome por extenso:_____

CPF do Fiscal Titular:_____

Assinatura:_____

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N° 006 de 06 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) **PAULO CESAR DAPPER**, portador (a) do CPF n° **615.481.201.97**, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do contrato n° 006/2017, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **AMAZÔNIA MAQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA**, CNPJ n.º**00.108.578/0001-66**, que tem por objeto **AQUISIÇÃO DE UM TRATOR CORTADOR DE GRAMA DIRIGÍVEL**.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade elaborar relatório quadrimestral para envio ao TCE/MT através do sistema aplic.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrario;

Itanhangá-MT, 06 de fevereiro de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DANIEL ORZECHOVSKI

Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Registre-se, Publique-se e Afixe-se

Ciente em:_____/_____/____

Nome por extenso:_____

CPF do Fiscal Titular:_____

Assinatura:_____

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO E SUPLENTE

PORTARIA N° 007 de 08 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) **CIRLENE NATAL CONTRERAS**, portador (a) do CPF n° **840.797.549.49**, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do contrato n° 007/2017, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **FORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA – CNPJ: 20.936.958/0001-04**, que tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO, ASSESSORIA E CONSULTORIA ENVOLVENDO ÁREA CONTABIL, FINANCEIRA, PLANEJAMENTO E PRES-**

TAÇÕES DE CONTAS, Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar o(a) servidor(a) **SANDRA TOMASI TOSI LOPES,** portador (a) do CPF n° **023.973.289.84**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade elaborar relatório quadrimestral para envio ao TCE/MT através do sistema aplic.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrario;

Itanhangá-MT, 08 de fevereiro de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EMERSON SABATINE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registre-se, Publique-se e Afixe-se

Ciente em:_____/_____/____

Nome por extenso:_____

CPF do Fiscal Titular:_____

Assinatura:_____

Ciente em:_____/_____/____

Nome por extenso:_____

CPF do Fiscal Suplente:_____

Assinatura:_____

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N° 008 de 10 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) **JOAO DOS SANTOS FERREIRA**, portador (a) do CPF n° **023.363.359.64**, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do contrato n° 008/2017, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **TOTTUM ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA-ME – CNPJ: 03.697.944/0001-58**, que tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO, ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA NAS ÁREAS DE LICITAÇÕES, CONTRATOS, PROCESSOS LEGISLATIVOS, RECURSOS HUMANOS, TRIBUTÁRIA, ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E JURÍDICA DIVERSAS, BEM COMO, DEFESAS DOS INTERESSES DO MUNICÍPIO JUNTO A ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO**, Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade elaborar relatório quadrimestral para envio ao TCE/MT através do sistema aplic.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrario;

Itanhangá-MT, 10 de fevereiro de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EMERSON SABATINE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registre-se, Publique-se e Afixe-se

Ciente em:_____/_____/____

Nome por extenso:_____

CPF do Fiscal Titular:_____

Assinatura:_____

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N° 009 de 10 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) **EDILAINE ALVES DA SILVA**, portador (a) do CPF n° **808.569.692.49**, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do contrato n° 009/2017, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **KLEBER FRANCISCO DA SILVA-ME – CNPJ:** 24.591.357/0001-50, que tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE MIGRAÇÃO, MANUTENÇÃO E HOSPEDAGEM DO WEBSITE E EMAILS COORPORATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ-MT QUE TEM REGISTRADO POR DOMÍNIO www.itanhanga.mt.gov.br E A HOSPEDAGEM DO BANCO DE DADOS**, Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade elaborar relatório quadrimestral para envio ao TCE/MT através do sistema aplic.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrario;

Itanhangá-MT, 10 de fevereiro de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EMERSON SABATINE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registre-se, Publique-se e Afixe-se

Ciente em:_____/_____/____

Nome por extenso:_____

CPF do Fiscal Titular:_____

Assinatura:_____

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N° 010 de 17 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) **VILMAR TAVARES**, portador (a) do CPF n° **486.883.551.34**, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do contrato n° 010/2017, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a Srª **LURDES ALVES FORTES DO NASCIMENTO** – CPF sob o nº 799.831.039-15, que tem por objeto: **AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO USADO TIPO MICRO ÔNIBUS**, Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade elaborar relatório quadrimestral para envio ao TCE/MT através do sistema aplic.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrario;

Itanhangá-MT, 17 de fevereiro de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SUZANA BÊSS

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registre-se, Publique-se e Afixe-se

Ciente em:_____/_____/____

Nome por extenso:_____

CPF do Fiscal Titular:_____

Assinatura:_____

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N° 011 de 22 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) **EMERSOM FERRON CARNEIRO**, portador (a) do CPF n° **000.285.731.61**, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do contrato n° 011/2017, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **G. LANZARINI - ME – CNPJ - 17.554.481/0001-80**, que tem por objeto: **Contratação de Empresa para prestação de Serviços Técnicos Especializados para referente a Apuração do Índice e Participação do Município na Arrecadação do ICMS, Cota Parte 25% a Vigorar no Ano de 2018 e Apuração e Monitoramento das Informações dos Valores do ITR do Município de Itanhangá - MT**, Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade elaborar relatório quadrimestral para envio ao TCE/MT através do sistema aplic.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrario;

Itanhangá-MT, 22 de fevereiro de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EMERSON SABATINE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registre-se, Publique-se e Afixe-se

Ciente em:_____/_____/____

Nome por extenso:_____

CPF do Fiscal Titular:_____

Assinatura:_____

GABINETE DO PREFEITO
DECRETOS

DECRETO N° 058/2017

SÚMULA: "Concede Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pela Lei Complementar 024/2009 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Gratificação salarial de 90% ao Sr° **Marcos Delavy**, **matricula 876**, servidor no cargo de Motorista de Veículos Leves lotado na Secretaria Municipal de Administração e planejamento, deste Município.

Art 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3° Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 59/2017

SÚMULA: Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Programa para o Exercício Financeiro de 2017.

O Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 410/2017, e em consonância com a Lei Federal 4320/64:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar por superávit financeiro no valor de R$ R$ 1.755.787,62 (Um milhão, setecentos e cinqüenta e cinco mil, setecentos e oitenta sete reais e sessenta e dois centavos) nos termos do artigo 43, §1° inciso 1 e § 2º da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente sob as seguintes modalidades de aplicação:

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente para as seguintes modalidades de aplicação:

ORGÃO: 02 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 02-001-GABINETE DO PREFEITO

FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 122- ADMINISTRACAO GERAL

PROGRAMA: 0007 – GESTÃO ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 2004 – Manutenção e Encargos do Gabinete do Prefeito

ELEMENTO DE DESPESA: 319011000000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

FONTE DE RECURSO: 0.3.00.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 170.000,00

ORGÃO: 02 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 02-001-GABINETE DO PREFEITO

FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 124 - CONTROLE INTERNO

PROGRAMA: 0005 - AUDITORIA E CONTROLE

PROJETO/ATIVIDADE: 2007 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CONTROLE INTERNO

ELEMENTO DE DESPESA: 319011000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

FONTE DE RECURSO: 0.3.00.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 45.000,00

ORGÃO: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

UNIDADE: 03-001-GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 123 - ADMINISTRACAO FINANCEIRA

PROGRAMA: 0007 - GESTÃO ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 2008 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SEC FINANCAS

ELEMENTO DE DESPESA: 319011000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

FONTE DE RECURSO: 0.3.00.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 200.000,00

ORGÃO: 06 - SECRETARIA MUN. AGRIC. INDUS. COM. E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 06-001-GABINETE DO SECRETÁRIO

FUNÇÃO: 20 - AGRICULTURA

SUB FUNÇÃO: 608 - PROMOCAO DA PRODUCAO AGROPECUARIA

PROGRAMA: 0023 - DESENVOLVIMENTO E PROMOCAO DA AGROPECUARIA

PROJETO/ATIVIDADE: 2050 - MANUT. E ENC SEC DE AGRIC. IND. COM. M AMB.TURISMO

ELEMENTO DE DESPESA: 319011000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

FONTE DE RECURSO: 0.3.00.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 35.000,00

ORGÃO: 07 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO

UNIDADE: 07-001-GABINETE DO SECRETÁRIO

FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRACAO

SUB FUNÇÃO: 122 - ADMINISTRACAO GERAL

PROGRAMA: 0007 - GESTÃO ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 2042 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SEC ADMISTRACAO E PLANEJ.

ELEMENTO DE DESPESA: 319011000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

FONTE DE RECURSO: 0.3.00.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 90.000,00

ORGÃO: 09 - SECRETARIA MUN. DE TRASNP. OBRAS E SERV. PUBLICOS

UNIDADE: 09-001-GABINETE DO SECRETÁRIO

FUNÇÃO 26 - TRANSPORTE

SUB FUNÇÃO: 782 - TRANSPORTES RODOVIARIO

PROGRAMA: 0007 - GESTÃO ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 2041 - MANUTENÇÃO ENC. DA SEC OBRAS E VIAÇÃO

ELEMENTO DE DESPESA: 319011000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

FONTE DE RECURSO: 0.3.00.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 286.501,85

SUB TOTAL.....R$ 826.501,85

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço, nas seguintes fontes:

0.3.00.000000 – Recursos Ordinários..... R$ 826.501,85

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente para as seguintes modalidades de aplicação:

ORGÃO: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 04-001-GABINETE DO SECRETÁRIO

FUNÇÃO 12 - EDUCAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: 0012 – GERENCIAMENTO GLOBAL DA EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2016 – MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ELEMENTO DE DESPESA: 319011000000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

FONTE DE RECURSO: 0.3.01.000000 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educ.....R$ 464,53

SUB TOTAL..... R$ 464,53

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço nas seguintes fontes:

0.3.01.000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação.....R$ 464,53

Art. 4º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente para as seguintes modalidades de aplicação:

ORGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

UNIDADE: 05-001-GABINETE DO SECRETÁRIO

FUNÇÃO 10 - SAÚDE

SUB FUNÇÃO: 301 - ATENCAO BÁSICA

PROGRAMA: 0019 - GESTÃO DAS POLITICAS PUBLICAS DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2059 - MANUTENÇÃO DAS ATIV DA SEC DE SAÚDE SANEAMENTO

ELEMENTO DE DESPESA: 339039000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

FONTE DE RECURSO: 0.3.02.000000 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde.....R$ 18.350,17

SUB TOTAL..... R$ 18.350,17

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço nas seguintes fontes:

0.3.02.000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde.....R$ 18.350,17

Art. 5º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente para as seguintes modalidades de aplicação:

ORGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

UNIDADE: 05-002- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNÇÃO 10 - SAÚDE

SUB FUNÇÃO: 301 - ATENCAO BÁSICA

PROGRAMA: 0020 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DO SUS

PROJETO/ATIVIDADE: 2063 - BLOCO I - ATENCAO BÁSICA

ELEMENTO DE DESPESA: 339039000000- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

FONTE DE RECURSO: 0.3.14.000000 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde.....R$ 52.358,03

ORGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

UNIDADE: 05-002- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNÇÃO 10 - SAÚDE

SUB FUNÇÃO: 301 - ATENCAO BÁSICA

PROGRAMA: 0020 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DO SUS

PROJETO/ATIVIDADE: 2063 – BLOCO I – ATENÇÃO BASICA

ELEMENTO DE DESPESA: 449052000000 - Equipamentos e Material Permanente

FONTE DE RECURSO: 0.3.14.000000 – Transf. de Recursos do Fundo Nacional De Saúde de Saúde – SUS.....R$ 48.531,97

ORGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

UNIDADE: 05-001- GABINETE DO SECRETÁRIO

FUNÇÃO 10 - SAÚDE

SUB FUNÇÃO: 301 - ATENCAO BÁSICA

PROGRAMA: 0019 – GESTÃO DE POLITICAS PUBLICAS DE SAUDE

PROJETO/ATIVIDADE: 1080 – AQUI. EQUIP. MOVEIS, UTENSILIOS E VEICULOS PARA SAÚDE

ELEMENTO DE DESPESA: 449052000000 - Equipamentos e Material Permanente

FONTE DE RECURSO: 0.3.14.000000 – Transf. de Recursos do Fundo Nacional De Saúde de Saúde – SUS.....R$ 4.550,13

ORGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

UNIDADE: 05-002- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNÇÃO 10 - SAÚDE

SUB FUNÇÃO: 305 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA

PROGRAMA: 0230 - ATENCAO BÁSICA EM SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2065 - BLOCO III - VIGILANCIA EM SAÚDE

ELEMENTO DE DESPESA: 449052000000 - Equipamentos e Material Permanente

FONTE DE RECURSO: 0.3.14.000000 – Transf. de Recursos do Fundo Nacional De Saúde de Saúde – SUS.....R$ 35.143,95

SUB TOTAL..... R$ 140.584,08

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço nas seguintes fontes:

0.3.14.000000 – Transf. de Recursos do Fundo Nacional De Saúde de Saúde – SUS.....R$ 140.584,08

Art. 6º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente para as seguintes modalidades de aplicação:

ORGÃO: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 04-001-GABINETE DO SECRETÁRIO

FUNÇÃO 12 - EDUCAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: 0012 - GERENCIAMENTO GLOBAL DA EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2112 - MANUTENÇÃO DA QUOTA DO SALARIO EDUCAÇÃO

ELEMENTO DE DESPESA: 339030000000 - Material de Consumo

FONTE DE RECURSO: 0.3.15.000000 - Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Educação – FNDE..... R$ 769,02

ORGÃO: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 04-001-GABINETE DO SECRETÁRIO

FUNÇÃO 12 - EDUCAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: 0016 – TRANSPORTE ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2119 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE

ELEMENTO DE DESPESA: 339030000000 - Material de Consumo

FONTE DE RECURSO: 0.3.15.000000 - Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Educação – FNDE..... R$ 1.458,92

ORGÃO: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 04-001-GABINETE DO SECRETÁRIO

FUNÇÃO 12 - EDUCAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 306 – ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

PROGRAMA: 0013 – MERENDA ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2033 – MERENDA ESCOLAR – PROGRAMA PNAE

ELEMENTO DE DESPESA: 339030000000 - Material de Consumo

FONTE DE RECURSO: 0.3.15.000000 - Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Educação – FNDE..... R$ 68,90

ORGÃO: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 04-001-GABINETE DO SECRETÁRIO

FUNÇÃO 12 - EDUCAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: 0014 – INFRAESTRUTUA EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1076 – CONST, READ. LOCAIS PRAT. ESPORTE NAS ESCOLAS

ELEMENTO DE DESPESA: 449051000000 – Obras e Instalações

FONTE DE RECURSO: 0.3.15.000000 - Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Educação – FNDE..... R$ 4.762,02

ORGÃO: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 04-001-GABINETE DO SECRETÁRIO

FUNÇÃO 12 - EDUCAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 365 – EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA: 0014 – INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1005 – CONST. REF. AMP. ESC. INFANTIL, CRECHES E MOBILIARIOS

ELEMENTO DE DESPESA: 339030000000 - Material de Consumo

FONTE DE RECURSO: 0.3.15.000000 - Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Educação – FNDE..... R$ 1.108,64

SUB TOTAL..... R$ 8.167,50

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço nas seguintes fontes:

0.3.15.000000 - Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Educação – FNDE..... R$ 8.167,50

Art. 7º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente para as seguintes modalidades de aplicação:

ORGÃO: 09 - SECRETARIA MUN. DE TRASNP. OBRAS E SERV. PÚBLICOS

UNIDADE: 09-001-GABINETE DO SECRETÁRIO

FUNÇÃO 26 - TRANSPORTE

SUB FUNÇÃO: 782 - TRANSPORTES RODOVIARIO

PROGRAMA: 0007 - GESTÃO ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 2041 - MANUTENÇÃO ENC. DA SEC OBRAS E VIAÇÃO

ELEMENTO DE DESPESA: 339030000000 - Material de Consumo

FONTE DE RECURSO: 0.3.16.000000 – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE..... R$ 5.378,30

SUB TOTAL..... R$ 5.378,30

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço nas seguintes fontes:

0.3.16.000000 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE.....R$ 5.378,30

Art. 8º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente para as seguintes modalidades de aplicação:

ORGÃO: 09 - SECRETARIA MUN. DE TRASNP. OBRAS E SERV. PUBLICOS

UNIDADE: 09-002 - DEPTO. DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

FUNÇÃO: 25 - ENERGIA

SUB FUNÇÃO: 752 - ENERGIA ELÉTRICA

PROGRAMA: 0030 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA

PROJETO/ATIVIDADE: 2049 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

ELEMENTO DE DESPESA: 339039000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

FONTE DE RECURSO: 0.3.17.000000 –Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Publica - COSIP..... R$ 47.717,16

SUB TOTAL..... R$ 47.717,16

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço nas seguintes fontes:

0.3.17.000000 – Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Publica - COSIP.....R$ 47.717,16

Art. 9º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente para as seguintes modalidades de aplicação:

ORGÃO: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 04- 003 - FUNDEB 60%

FUNÇÃO 12 - EDUCAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA: 0015 - GESTÃO DO FUNDEB

PROJETO/ATIVIDADE: 2114 - FUNDEB 60 - INFANTIL

ELEMENTO DE DESPESA: 319011000000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

FONTE DE RECURSO: 0.3.19.000000-(Transferências do FUNDEB – (aplicação em outras despesas da Educação)..... R$ 57.826,65

SUB TOTAL..... R$ 57.826,65

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço nas seguintes fontes:

0.3.19.000000-(Transferências do FUNDEB – (aplicação em outras despesas da Educação)..... R$ 57.826,65

Art. 10 - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente para as seguintes modalidades de aplicação:

ORGÃO: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 04- 001 – GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇÃO 12 - EDUCAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: 0016 - TRANSPORTE ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2118 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - CONVENIO

ELEMENTO DE DESPESA: 339039000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

FONTE DE RECURSO: 0.3.22.000000 - Transferências de Convênios - Educação..... R$ 3.242,90

ORGÃO: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 04- 001 – GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇÃO 12 - EDUCAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA: 0014 - INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1005 - CONST. REF AMPL. ESC. INFANTIL, CRECHES E MOBILIARIO

ELEMENTO DE DESPESA: 339039000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

FONTE DE RECURSO: 0.3.22.000000 - Transferências de Convênios - Educação..... R$ 732,62

SUB TOTAL.....R$ 3.975,52

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço nas seguintes fontes:

0.3.22.000000 - Transferências de Convênios - Educação..... R$ 3.975,52

Art. 11 - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente para as seguintes modalidades de aplicação:

ORGÃO: 08 - SECRETARIA MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

UNIDADE: 08- 001 – GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇÃO 16 - HABITAÇÃO

SUB FUNÇÃO: 482 - HABITAÇÃO URBANA

PROGRAMA: 0026 - PROGRAMA DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1033 - CONSTRUCAO CASAS POPULARES - MINHA CASA E OUTROS

ELEMENTO DE DESPESA: 449051000000 - Obras e Instalações

FONTE DE RECURSO: 0.3.29.000000 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.....R$ 151.731,13

ORGÃO: 08 - SECRETARIA MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

UNIDADE: 08.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL

SUB FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA

PROGRAMA: 0008 – CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRÓPRIOS PUBLICOS

PROJETO/ATIVIDADE: 1032 - CONSTRUIR REFORMAR E EQUIPAR O CRAS

ELEMENTO DE DESPESA: 449051000000 - Obras e Instalações

FONTE DE RECURSO: 0.3.29.000000 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.....R$ 13.221,44

ORGÃO: 08 - SECRETARIA MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

UNIDADE: 08.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL

SUB FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA

PROGRAMA: 0027 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

PROJETO/ATIVIDADE: 2072 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURACAO DAS ATIVADES DO CRAS

ELEMENTO DE DESPESA: 319011000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

FONTE DE RECURSO: 0.3.29.000000 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.....R$ 22.453,95

ORGÃO: 08 - SECRETARIA MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

UNIDADE: 08.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL

SUB FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA

PROGRAMA: 0027 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

PROJETO/ATIVIDADE: 2130 - MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DO FNAS-SUAS

ELEMENTO DE DESPESA: 339030000000 - Material de Consumo

FONTE DE RECURSO: 0.3.29.000000 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.....R$ 49.585,26

ORGÃO: 08 - SECRETARIA MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

UNIDADE: 08.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

FUNÇÃO: 08 - ASSISTENCIA SOCIAL

SUB FUNÇÃO: 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA

PROGRAMA: 0027 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

PROJETO/ATIVIDADE: 2130 - MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DO FNAS-SUAS

ELEMENTO DE DESPESA: 339039000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

FONTE DE RECURSO: 0.3.29.000000 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.....R$ 30.000,00

SUB TOTAL..... R$ 266.991,78

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço nas seguintes fontes:

0.3.29.000000 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS .....R$ 266.991,78

Art. 12 - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente para as seguintes modalidades de aplicação:

ORGÃO: 09 - SECRETARIA MUN. DE TRASNP. OBRAS E SERV. PUBLICOS

UNIDADE: 09-002 - DEPTO. DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

FUNÇÃO: 26 - TRANSPORTE

SUB FUNÇÃO: 782 - TRANSPORTE RODOVIARIO

PROGRAMA: 0030 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA

PROJETO/ATIVIDADE: 2137 - MANUTENÇÃO DO FETHAB

ELEMENTO DE DESPESA: 339030000000 - Material de Consumo

FONTE DE RECURSO: 0.3.30.000000 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB.....R$ 300.000,00

ORGÃO: 09 - SECRETARIA MUN. DE TRASNP. OBRAS E SERV. PUBLICOS

UNIDADE: 09-002 - DEPTO. DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

FUNÇÃO: 26 - TRANSPORTE

SUB FUNÇÃO: 782 - TRANSPORTE RODOVIARIO

PROGRAMA: 0030 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA

PROJETO/ATIVIDADE: 2137 - MANUTENÇÃO DO FETHAB

ELEMENTO DE DESPESA: 339039000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

FONTE DE RECURSO: 0.3.30.000000 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB.....R$ 79.830,08

SUB TOTAL..... R$ 379.830,08

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço nas seguintes fontes:

0.3.30.000000 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB..... R$ 379.830,08

TOTAL GERAL:.....R$ 1.755.787,62

Art. 13º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 º - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 09 de Fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DECRETO N° 060/2017

SÚMULA: "Concede Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pela Lei Complementar 023/2009 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Gratificação salarial de 40% ao Sr°. **Adriano dos Santos Barbosa**, matricula 1288, servidor no cargo de Chefe de Departamento lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste Município.

Art 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de fevereiro de 2017.

Art 3° Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 09 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

DECRETO N° 061/2017

SÚMULA: "Nomeia Membros para compor a Comissão Municipal de Sindicância Administrativa e da outras providencias"

O Excelentíssimo Senho**r EDU LAUDI PASCOSKI,** Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Complementar Municipal 072/2015.

DECRETA:

Art 1° Fica nomeados os servidores municipais abaixo, para comporem a **Comissão Municipal de Sindicância Administrativa**, de acordo com a Lei Complementar Municipal 072/2015, Art. 22 I, quais sejam:

Matricula	Representante Titular	Secretaria de Lotação
1212	João dos Santos Ferreira	Finanças
1225	Jaciane Almeida Campinas	Saúde e Saneamento
1195	Simone Barcelo Lima	Desenvolvimento Social e Trabalho

Art. 2° - Os servidores designados por força desta portaria não receberão remunerações adicionais.

Art.3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 23 de Fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

DECRETO N° 062/2017

SÚMULA: "Nomeia Membros para compor a Comissão Municipal de processo administrativo disciplinar e da outras providencias"

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Complementar Municipal 072/2015.

DECRETA:

Art 1° Fica nomeados os servidores municipais abaixo, para comporem a **Comissão Municipal de Processo Administrativo Disciplinar**, de acordo com a Lei Complementar Municipal 072/2015, Art. 22 II, quais sejam:

Matricula	Representante Titular	Secretaria de Lotação
269	Rafael Vargas Nauer	Educação e Cultura
1213	Helena Regina Dala'Costa	Finanças
273	Simone Mendes Pereira	Saúde e saneamento

Art. 2° - Os servidores designados por força desta portaria não receberão remunerações adicionais.

Art.3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 23 de Fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

DECRETO N° 063/2017

SÚMULA: "Nomeia Membros para compor a Comissão Municipal de revisão de processo administrativo disciplinar e da outras providencias"

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Complementar Municipal 072/2015.

DECRETA:

Art 1° Fica nomeados os servidores municipais abaixo, para comporem a **Comissão Municipal de revisão de Processo Administrativo Disciplinar**, de acordo com a Lei Complementar Municipal 072/2015, Art. 22 III, quais sejam:

Matricula	Representante Titular	Secretaria de Lotação
218	Marcia Regina Gerente Becker	Educação e Cultura
461	Renata Tereza Zini	Administração e Planejamento
1271	Elson Vicente de Campos	Finanças

Art. 2° - Os servidores designados por força desta portaria não receberão remunerações adicionais.

Art.3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 23 de Fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

DECRETO N° 064/2017.

DATA: 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

SÚMULA: "SUSPENDE A CONCESSÃO DO REAJUSTE DO PISO BÁSICO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E CONCESSÃO DA REVISÃO GERAL ANUAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado pela Lei Orgânica Municipal e;

Considerando que estamos em início de gestão, onde necessitamos promover uma organização administrativa para melhoria do desenvolvimento das politicas públicas em prol de nossa população;

Considerando que a atual situação econômica pela qual passam o Governo Federal e Estadual, gerando instabilidade na economia dos Municípios em geral, inclusive o Município de Itanhangá, principalmente pelo fato de que a nossa maior receita é oriunda de repasses governamentais.

Considerando que somente no mês de Janeiro de 2017, o Município de Itanhangá, teve uma queda aproximada de 23% (vinte por cento) na receita, em relação ao mesmo período de 2016, sendo que em janeiro de 2016 a receita foi de R$ 1.636.486,47 e no mesmo mês deste ano caiu para R$ 1.256.030,52;

Considerando que os repasses do FUNDEB de janeiro de 2016 foi de R$ 287.089,64 enquanto que em janeiro deste ano o repasse não passou de R$ 198.668,67, com queda de 30,80%;

Considerando que atualmente a concessão de qualquer revisão salarial em qualquer categoria, geraria a necessidade de eventuais rescisões de contratos de trabalho, para compensar os aumentos do custo da folha, o que prejudicaria diversas famílias de nosso município;

Considerando que o Município já vem a alguns anos, sofrendo com o limite de folha de pagamento, ultrapassando os 54% previstos na lei, gerando inclusive reprovação de contas junto ao TCE-MT, no exercício de 2015;

Considerando, que o limite da folha de pagamento do mês de Janeiro em decorrência da queda de receita, já ultrapassa o limite legal, tendo atingido o percentual de 55,37%, necessitando ajustar nos próximos meses;

Considerando que o disposto no Art. 47, inciso IV e VI da Lei Complementar 002/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, dispõe que a revisão geral anual de que trata esse artigo, observará, entre outras, as seguintes condições:

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo governo, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de interesse econômico e social;

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar n0 101, de 4 de maio de 2000.

Considerando que somente no exercício de 2016 foram realizadas aproximadamente 60 (sessenta) convocações de servidores aprovados em concurso, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias de mandato, descumprindo o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 21 da LRF), gerando aumento no custo das despesas de pessoal.

Considerando a necessidade de manter a estabilidade administrativa do Município, através da promoção de medidas de controle das despesas e incremento da receita, necessitamos um prazo para análise das projeções da receita do município;

DECRETA:

Art 1° - Fica suspensa temporariamente a concessão de reajustes e revisão salarial aos servidores do Município que fazem parte da Lei Complementar 023/2009 e Lei Complementar 024/2009, até o mês de Maio de 2017;

Parágrafo Único – No mês de Maio/2017 o Poder Executivo, irá promover reuniões técnicas com comissões formadas pelos servidores que fazem parte dos Planos de Cargos e Carreiras existentes para análise da situação financeira e avaliação de possíveis concessões.

Artº. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 23 de Fevereiro de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N° 065/2017

SÚMULA: Regulamenta os Incisos III e IV do artigo 56 da Lei Complementar 002/2005, que trata dos Plantões e Deslocamentos dos Servidores Públicos do município de Itanhangá – MT, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO – O que dispõe o parágrafo Único no art. 56 da Lei Complementar nº 002/2005, alterado pela Lei Complementar nº 073/2017, de 12 de janeiro de 2017, E

CONSIDERANDO – A necessidade de definir e regulamentar os procedimentos relativos aos plantões e deslocamentos dos servidores públicos municipais:

DECRETA

Art. 1º - Fica regulamentado o regime de plantões presenciais e plantões em sobreaviso, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, estabelecendo normas e verbas indenizatórias para os servidores que realizem atividades fora e além de seu horário normal de trabalho, mediante escala pré estabelecida pela Secretaria de Saúde do Município.

§ 1º - Considera-se na condição de plantão presencial o servidor que permanece em seu local de trabalho, em qualquer dia útil fora de sua jornada normal de trabalho, em finais de semana e feriados, atendendo os casos de urgência e emergência;

§ 2º - Considera-se na condição de plantão em sobreaviso o servidor que permanece à disposição da Secretaria de Saúde, de forma não presencial, em qualquer dia útil fora de sua jornada normal de trabalho, em finais de semana e feriados, atendendo os casos de urgência e emergência, imediatamente após o chamado da Secretaria de Saúde;

Art 2° - Os plantões presenciais e em Sobreaviso, no âmbito da Secretaria de Saúde, terão duração de 12 (doze) horas e/ou 24 (vinte quatro), ininterruptas e serão indenizadas da seguinte forma:

Cargo ou função	Plantão presencial 12 horas	Plantão presencial 24 horas	Plantão em sobreaviso 12 horas	Plantão em sobreaviso 24 horas
Médico(a)	R$ 900,00	R$ 1. 800,00	R$ 765,00	R$ 1.530,00
Enfermeiro(a)	R$ 435,00	R$ 870,00	_	_
Técnico(a) em Enfermagem	R$ 100,00	R$ 200,00	_	_
Motorista de Ambulância	R$ 70,00	R$ 140,00	R$ 40,34	R$ 80,68

Art. 3º - Fica regulamentado o regime de Deslocamentos, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, estabelecendo normas e verbas indenizatórias para os servidores que necessitam se deslocar da sede do Município, em serviço fora do ambiente normal de trabalho, exclusivamente nos casos de atendimento de urgência e emergência.

Art. 4º - Os deslocamentos, no caso de médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, serão indenizados da seguinte forma:

Cargo ou função	Deslocamento para locais até 30 KM	Deslocamento para locais até 250 KM	Deslocamento para locais acima de 250 KM
Médicos	R$ 50,00	R$ 100,00	R$ 140,00
Enfermeiros	R$ 25,00	R$ 75,00	R$ 100,00
Técnicos em Enfermagem	R$ 15,00	R$ 50,00	R$ 70,00

§ 1º - Compete à Secretaria Municipal de Saúde estabelecer através de Portaria até o dia 30 de cada mês, a escala de Plantões presenciais e em sobreaviso, para o mês subseqüente.

§ 2º - A escala descrita no § 1º deverá ser publicada no Mural da Secretaria de Saúde e no CIS – Centro Integrado de Saúde.

§ 3º - O Servidor incluído na Escala de Plantões deverá assinar formulário próprio dando ciência e concordância com sua inclusão.

§ 4º - O servidor incluído na escala de plantões em sobreaviso deverá permanecer na sede do Município e abster-se da ingestão de qualquer tipo de bebida alcoólica ou substância que possa alterar sua perfeita capacidade laborativa, sob pena de ser excluído das próximas escalas.

§ 5º - O Servidor incluído na escala de plantões que deixar de atender ao chamado por não ser encontrado ou por não estar com sua total capacidade laborativa, por ingestão de bebida alcoólica ou qualquer outra substância química ou, de qualquer forma, se recusar a atender a urgência ou emergência sem motivo justificável, além de não receber pelo plantão daquele dia, poderá sofrer penalidade prevista no Código Disciplinar, Lei Complementar nº 072/2015.

§ 6º - O servidor que prestar atendimento na sua escala de plantão em sobreaviso, receberá tão somente a verba indenizatória referente ao plantão prestado, independentemente do atendimento realizado, não possuindo, por conseqüência, nenhum direito ao recebimento de horas extras.

Art. 5º - As horas laboradas em atendimentos de urgência e emergência nos intervalos entre jornadas, quais sejam das 11:00 as 13:00 horas e das 17:00 às 19:00 horas, serão compensadas com folgas de iguais horas, em sua jornada normal de trabalho, nos dias úteis subseqüentes.

Art. 6º - Fica regulamentado o regime de Deslocamentos, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação para Motoristas de ônibus, que exerçam a função de transportes de alunos, cujo início do trecho fica há mais de 30 (trinta) Quilômetros de distância da Escola, poderão, a critério da Secretaria de Educação, deixar o veículo próximo à residência do primeiro aluno a ser recolhido, retornando à sua própria residência com veículo próprio, recebendo, para tanto, a título de deslocamento, como verba indenizatória, a importância de R$ 25,00(vinte e cinco reais), por dia que ocorrer esse tipo de deslocamento.

Art. 7º - As Secretarias Municipais apresentarão, em tempo hábil, ao Departamento de Recursos Humanos e de Finanças, os relatórios mensais com a devida comprovação das atividades exercidas.

Art. 8º - Não será liberado o pagamento dos plantões e deslocamentos do mês seguinte sem a devida comprovação do cumprimento da escala pré estabelecida e ou relatório completo dos deslocamentos.

Art. 9º - As verbas indenizatórias regulamentadas por este Decreto não se incorporam aos vencimentos dos servidores para nenhum efeito e não serão computadas para incidência do teto constitucional.

Art. 10 - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento;

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 1 Revogam-se as disposições em contrário, em especial do Decreto 039/2017.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 23 de Fevereiro de 2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 014/2017

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Rua Florianópolis, 200, centro – Itanhangá/MT, através de sua Pregoeira, torna público que encontra-se aberta licitação para o **Registro de Preços na Modalidade Pregão Presencial n° 014/2017**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com finalidade de: **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis e aditivos para a manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT.".** Regem a presente licitação a lei Federal 10.520/02, subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **16 de março de 2017, às 09:00hs (nove horas), na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá**. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br

Itanhangá-MT, 03 de março de 2017.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIAS

PORTARIA N° 074/2017

SÚMULA: "Nomeia servidor ao cargo em que menciona e da outras providencias."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 18, II, da Lei Complementar 002/2005, Lei Complementar 027/2010, bem como pela Lei Complementar 024/2009 e suas alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Srª. **Mayka Borges Nogueira Damaceno**, portadora do CPF 040.772.391-92, ao cargo em comissão de Encarregado de Saúde, lotada na secretaria Municipal de Saúde e Saneamento deste Município.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 075/2017

SÚMULA: “Concede Licença ao Servidor Público Municipal Efetivo, e dá outras providências.”.”

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. EDU LAUDI PASCOSKI, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelo art. 106 da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Sr. Aline Broio Rodrigues, matricula n° 855, servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, *licença para tratar de interesses particulares* no período de 01 de fevereiro de 2017 a 02 de fevereiro de 2019.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 076/2017

SÚMULA: “Concede Licença ao servidor que menciona, e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. EDU LAUDI PASCOSKI, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelo artigo 88 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Sr. Edna Selinger Martin, matricula n° 228, servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, *Licença – prêmio,* pelo período de 01/02/2017 a 03/03/2017.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 077/2017

SÚMULA: “Concede Licença ao servidor que menciona, e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. EDU LAUDI PASCOSKI, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelo artigo 88 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr°. Leonardo Saraiva Ribeiro, matricula n° 268, servidor lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, *Licença – prêmio,* pelo período de 01/02/2017 a 03/03/2017.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 078/2017

SÚMULA: “Exonera Servidor que menciona e da outras providencias.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelo Art. 41 da Lei Complementar 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Srª **Elma Célia Rodrigues de Souza,** matricula n° 266, do cargo efetivo de Professor (a) Licenciatura, a pedido da servidora.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 079/2017

SÚMULA: “Exonera Servidor que menciona e da outras providencias.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelo Art. 41 da Lei Complementar 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Sr.° **Luiz Francisco Vieira Filho,** matricula n° 1215, do cargo efetivo de Fiscal de Meio Ambiente 40hs**,** a pedido do servidor.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 080/2017

SÚMULA: “Concede Licença ao servidor que menciona, e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo art. 109 da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Srº **Oneraci Barbosa**, matricula 979, servidor no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos, *Licença para Tratamento de Saúde*, no período de 01 de fevereiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2° - A remuneração do servidor ora citado correrá à conta do RGPS.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 081/2017

SÚMULA: “Nomeia servidor ao cargo em que menciona e da outras providencias.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 18, II, da Lei Complementar 002/2005, Lei Complementar 027/2010, bem como pela Lei Complementar 024/2009 e suas alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr°. **Adriano dos Santos Barbosa**, portador do CPF 013.167.271-14, ao cargo em comissão de Chefe de Departamento, lotado na secretaria Municipal de Educação e Cultura deste Município.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 082/2017

SÚMULA: “Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **Inez Erilde Belle Arndt**, matricula 350, lotada na Secretaria de Administração e Planejamento, suas férias a que fez jus no Período Aquisitivo de 01/01/2015 a 31/12/2015, gozando-as no período de 01/02/2017 a 03/03/2017.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 083/2017

SÚMULA: “Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **Suely Rodrigues de Queiroz**, matricula 872, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, suas férias a que fez jus no Período Aquisitivo de 20/10/2015 a 19/10/2016, gozando-as no período de 06/02/2017 a 08/03/2017.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 084/2017

SÚMULA: “Concede Licença ao servidor que menciona, e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo art. 109 da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. **Andreia de Oliveira**, matricula 1240, servidor**a** no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais 40hs, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, *Licença para Tratamento de Saúde*, no período de 07 de fevereiro de 2017 a 22 de Abril de 2017.

Art. 2° - A remuneração do servidor ora citado correrá nos primeiros 15 dias á conta do município, sendo de responsabilidade do RGPS a partir do 16° dia.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 07 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 085/2017

SÚMULA: “Exonera Servidor que menciona e da outras providencias.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelo Art. 41 da Lei Complementar 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Srª**Andreia Flores,** matricula n° 1169, do cargo em Comissão de Encarregado de Divisão, a pedido da servidora.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 07 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 086/2017

SÚMULA: “Exonera Servidor que menciona e da outras providencias.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelo Art. 41 da Lei Complementar 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Sr°**Marcio Sornberger,** matricula n° 936, do cargo efetivo de Motorista de caminhão, a pedido do servidor.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 07 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 087/2017

SÚMULA: “Designa temporariamente Pregoeiro e Equipe de Apoio constituído para fins da Lei 10520/02, e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o cumprimento do disposto no art. 37 da Constituição Federal, que preza pelo princípio da legalidade, moralidade e probidade e ainda das demais cominações legais acerca da contenção do gasto público;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei N° 8666/93, Lei Federal N° 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto N° 3.555/2000.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar temporariamente a Servidora Srª. **Camila Bruna Moresco**, para responder pelas atribuições de PREGOEIRA OFICIAL do Município de Itanhangá-MT.

Art. 2º - Ficam designados temporariamente para atuar como membros da Equipe de Apoio nos termos do Art. 3, IV da Lei 10520/02 os servidores:

Ø **Joao dos Santos Ferreira**

Ø **Cindy Gabrieli Lara da Silva**

Ø **Emerson Ferron Carneiro**

Parágrafo único. O pregoeiro poderá convidar servidor público municipal, preferencialmente ocupante de cargo público de provimento efetivo, lotado no órgão que requereu a aquisição do bem ou serviço que se dará pelo procedimento licitatório na modalidade de pregão, para acompanhar o certame, a fim de auxiliar a equipe de apoio no desenvolvimento de seus trabalhos.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, encerrando sua vigência em 15 de fevereiro de 2017.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 10 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 088/2017

SÚMULA: “Nomeia servidor ao cargo que menciona e da outras providencias.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em atendimento a Lei Complementar Municipal 002/2005.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr° **Elson Vicente de Campos,** portador do CPF 340.075.711-04, ao cargo efetivo de Contador 40h**,** conforme resultado do concurso público 001/2016, lotado na Secretaria Municipal de Finanças**,** a partir desta data.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 10 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 089/2017

SÚMULA: “Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **Noemi Salete Stein fortes**, matricula 271, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, suas férias a que fez jus no Período Aquisitivo de 14/01/2016 a 13/01/2017, gozando-as no período de 10/02/2017 a 12/03/2017.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 10 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 090/2017

SÚMULA: "Prorroga período de Licença Maternidade á servidora que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e aparado pela Lei Municipal 186/2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder prorrogação de Licença Maternidade concedida a Srª **Raquel Cordeiro Rodrigues**, Matricula 1105, servidora lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, até a data de 13 de abril de 2017.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação**.**

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 12 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 091/2017

SÚMULA: "Concede Licença ao servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo art. 109 da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Sr°. **Vilmar José Luft Scheeren**, matricula 864, servidor no cargo efetivo de Motorista de Ônibus, lotado no Gabinete do Prefeito, *Licença para Tratamento de Saúde*, no período de 01 de fevereiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2° - A remuneração do servidor ora citado correrá à conta do RGPS.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de fevereiro de 2017.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 12 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 092/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a contratação temporária em caráter excepcional, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado pelo Lei Municipal 267/2011, e ainda,

CONSIDERANDO o resultado do Processo Seletivo Simplificado 001/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar o servidores abaixo para exercerem os cargos descriminados, de acordo com o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 001/2017, em caráter excepcional e temporário.

Nome	CPF	Contrato	Cargo
Cineide Dallabrida Pozzato	004.925.890-70	006/2017	Professor Licenciatura Plena
Gisseli Izoton Bini	050.847.979-70	014/2017	Professor Licenciatura Plena
Gisele Coelho Cruz Schewe	749.502.829-72	007/2017	Professor Magistério
Vanessa Korgut Ribeiro	024.972.109-00	009/2017	Professor Magistério
Maristela R. Padilha de Lima	792.445.132-34	008/2017	Professor Magistério
Luzimar Braga Malvino	468.238.914-91	002/2017	Professor Licenciatura Plena
Luiza Modesti	740.789.170-20	001/2017	Professor Licenciatura Plena
Neide da Silva	836.946.179-49	003/2017	Professor Licenciatura Plena
Franciele Aparecida E. Bess	010.229.811-45	005/2017	Professor Licenciatura Plena
Jessica Kassia H. Sonaglio	013.690.291-01	004/2017	Professor Licenciatura Plena
Gilvanete Nascimento Costa	022.073.581-60	012/2017	Auxiliar de Serviços Gerais
Glauciane Gomes de Souza	039.377.051-63	013/2017	Auxiliar de Serviços Gerais
Neilza do Nascimento Costa	819.880.101-44	010/2017	Monitor de Creche
Francielly Maria Bilibio	003.327.481-97	011/2017	Monitor de Creche

Art. 2° - Os servidores ora nomeados serão lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 13 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 093/2017

SÚMULA: “Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor **Odair José Fonseca**, matricula 1045, lotado na Secretaria municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos, suas férias a que fez jus no Período Aquisitivo de 29/10/2014 a 28/10/2015, gozando-as no período de 15/02/2017 a 17/03/2017.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 14 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 094/2017

SÚMULA: “Nomeia servidor ao cargo que menciona e da outras providencias.”

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. EDU LAUDI PASCOSKI, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o cumprimento do disposto da Lei Federal 11.350/2006 que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Complementar Municipal 24/2009 alterada pela Lei Complementar 52/2012 e Lei Municipal 345/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora aprovada no Processo Seletivo Público nº 001/2014, redigido pelo edital 001/2014 de 24 de Junho de 2014 para o preenchimento de vagas do cargo de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias.

Nome	CPF	Cargos
Samara Barbosa do Nascimento	***033.435.401-37***	*Agente de Combate à Endemias*

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 14 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 095/2017

SÚMULA: “Nomeia servidor ao cargo em que menciona e da outras providencias.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 18, II, da Lei Complementar 002/2005, Lei Complementar 027/2010, bem como pela Lei Complementar 024/2009 e suas alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr°. **Ruberley Pereira do Nascimento**, portador do CPF 028.907.501-75, ao cargo em comissão de Encarregado de Saúde, lotado na secretaria Municipal de Saúde e Saneamento deste Município.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 14 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 096/2017

SÚMULA: “Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **Janaina Farias Guimaraes**, matricula 1161, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Saneamento, suas férias a que fez jus no Período Aquisitivo de 24/10/2015 a 23/10/2016, gozando-as no período de 15/02/2017 a 17/03/2017.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 15 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 097/2017

SÚMULA: “Concede Licença Maternidade a servidora que menciona, e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e aparado pelo artigo 110 da Lei Complementar Municipal 002/2005.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a Srª **Solange Raquel Prates de Almeida**, Matricula 1093, servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período de 120 dias com início em 15 de fevereiro de 2017.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 15 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 098/2017

SÚMULA: "Concede Licença ao Servidor Público Municipal Efetivo, e dá outras providências."."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. EDU LAUDI PASCOSKI, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelo art. 106 da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Sr. Ivonete da Silva Wolfart, matricula n° 372, servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, *licença para tratar de interesses particulares* no período de 01 de fevereiro de 2017 a 02 de fevereiro de 2018.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de fevereiro de 2017

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 15 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PORTARIA N° 099/2017

SÚMULA: "Concede Licença ao Servidor Público Municipal Efetivo, e dá outras providências."."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. EDU LAUDI PASCOSKI, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelo art. 106 da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Sr. Marli de Fatima da Rocha, matricula n° 1154, servidora lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, *licença para tratar de interesses particulares* no período de 01 de fevereiro de 2017 a 03 de fevereiro de 2018.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de fevereiro de 2017

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 15 de fevereiro de 2017

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2016

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT E **A. C. LISBOA – ME,** CNPJ Nº 22.764.822/0001-81

OBJETO: A prorrogação da vigência do contrato nº 003/2016 assinado em 02/03/2016 por mais 12 (doze) meses, a partir de 02/03/2017. Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas.

Data de Assinatura: 01/03/2017.

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 060, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

Nomeia os Servidores que menciona para exercer cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear os Servidores abaixo relacionados, para o exercício dos cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, **a partir do dia 06 de março de 2017**, como segue:

I- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

1- LUCAS DANTAS VITORIO RODRIGUES

CPF-MF: 007.451.551-97

Coordenador de Gestão e Planejamento – CGP

II- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS 2- MARCIO LUIS RIGO CPF-MF: 738.924.670-72 Gerente de Manutenção de Veículos Leves - GMVL

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 03 de março de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2017

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, tendo por objeto **"Registro de preços para eventuais aquisições de Produtos Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza para atendimento às Secretarias e demais Departamentos da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT"**, nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no diade **16 DE MARÇO DE 2017 – 09:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara-MT, 03 de março de 2017.

Tiago Rodrigo Zenkner

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

AVISO DE CANCELAMENTO DE PROCESSO DE ADESÃO

A Prefeitura Municipal de Jangada-MT, torna público que fica cancelada por razões de interesse público o **Processo de Adesão a Ata de Registro de Preço nº 005/2016, oriunda do Pregão Eletrônico SRP n° 008/2016 do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE RONDÔNIA-RO, devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios, do dia 02/03/2017.**

Maiores informações sobre o presente cancelamento podem ser obtidos junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Jangada/MT.

Jangada, 03 de Março de 2017.

_____

ADILSON PEREIRA NUNES

Presidente da CPL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar 101/2000, a Prefeitura Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, convida toda comunidade para participar de audiência pública para apresentação de demonstrativos do cumprimento das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2016(RGF), 2016

A audiência será realizada no dia 09/03/2017 a partir das 15 h, no Plenário da Câmara Municipal, sito a Avenida Joao Ponce de Arruda, S/N, centro, Jangada/MT

Jangada, 03 de março de 2017.

Ederzio Jesus Mendes

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 030/2016 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA N° 030/2016 de 22 de Dezembro de 2016

"Dispõe sobre as baixas dos bens Móveis e Imóveis do Poder Legislativo de Jauru – MT."

O Presidente da Câmara Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso**, MAURO ANTÔNIO DE LIMA,** no uso de suas atribuições e competências legais e;

CONSIDERANDO, a necessidade de organização e registro do patrimônio do Poder Legislativo do Município de Jauru – MT;

CONSIDERANDO, os Artigos 85, 89, 100 e 104 da Lei n° 4.320/64; Resolução C.F.C. n°. 1.111/2007; Portaria S.T.N. n° 406/2009 e Lei complementar n°. 101/2000;

CONSIDERANDO, os procedimentos contábeis relativos à evidenciação do patrimônio, conforme disposto o volume II da Portaria S.T.N. n°. 406/2011;

CONSIDERANDO, a Portaria de nº 007/2016 do dia 01 de Fevereiro de 2016, que nomeou a Comissão de Reavaliação, Baixa, Registro, Controle, Carga, Suspensão, Depreciação e Avaliação do Patrimônio Público da Câmara Municipal de Jauru- MT.

RESOLVE;

Art. 1°. – Ficam declarados como bens móveis inservíveis para o serviço público os bens mobiliários descritos abaixo, pertencentes à Câmara Municipal de Jauru - MT, por se encontrarem em desuso e em situação precária para uso, conforme relatório de Avaliação da Comissão especialmente designada para este fim.

Grupo/Cha-pa	Descrição do patrimônio	Valor R$:	Classificação
002/ 000019	ARMARIO DE ACO PANDIN COM QUATRO GAVERAS	49,65	IRRECUPERÁVEL
002/ 000040	CADEIRA ESTOFADA, ASSENTO E ENCOSTO BEGE, ARMACAO E PES DE	8,39	IRRECUPERÁVEL
002/ 000058	CADEIRA ESTOFADA, ARMACAO METALICA QUADRADA, BEGE	8,39	IRRECUPERÁVEL
002/ 000130	MESA DE MADEIRA, 50 X 70 CM, COM GAVETAS	12,47	IRRECUPERÁVEL
002/ 000138	MICROFONE, COM CABO DE QUATRO METROS	50,80	IRRECUPERÁVEL
002/ 000141	APARELHO MD, SONY, MDS, S40	254,00	IRRECUPERÁVEL
002/ 000172	MESA DE SOM - AMBM-12 CANAIS - WATSON-CICLOTRON	786,24	IRRECUPERÁVEL
002/ 000197	PERCIANAS PARA JANELAS	74,59	IRRECUPERÁVEL
002/ 000211	APARELHO DVD CCE 2960	237,22	IRRECUPERÁVEL
002/ 000219	PERCIANAS PARA JANELAS	74,59	IRRECUPERÁVEL
002/ 000224	ARMARIO DE ACO PANDIM	148,95	IRRECUPERÁVEL
002/ 000225	ANTENA PARABOLICA	711,20	IRRECUPERÁVEL
002/ 000246	APARELHO DE TELEFONE COM FIO	20,86	IRRECUPERÁVEL
002/ 000256	CADEIRA FIXA AZUL	49,65	IRRECUPERÁVEL
002/ 000257	UMA CADEIRA FIXA AZUL	49,65	IRRECUPERÁVEL
002/ 000258	CADEIRA FIXA AZUL	49,65	IRRECUPERÁVEL
002/ 000261	CADEIRA FLEX – FIXA – AZUL	49,65	IRRECUPERÁVEL
002/ 000262	CADEIRA FLEX – FIXA – AZUL	49,65	IRRECUPERÁVEL
002/ 000264	UMA CADEIRA GIRATORIA	99,30	IRRECUPERÁVEL
002/ 000265	CADEIRA FLEX – SECRETARIA – AZUL	49,65	IRRECUPERÁVEL
002/ 000266	IMPRESSORA HP – D 1460	117,90	IRRECUPERÁVEL
002/ 000267	IMPRESSORA HP – D 1460	117,90	IRRECUPERÁVEL
002/ 000269	CADEIRA FIXA AZUL	49,65	IRRECUPERÁVEL
002/ 000270	CADEIRA FIXA AZUL	49,65	IRRECUPERÁVEL
002/ 000281	CADEIRA FLEX – FIXA – AZUL	49,65	IRRECUPERÁVEL
002/ 000285	CADEIRA FLEX –SECRETARIA AZUL	99,30	IRRECUPERÁVEL
002/ 000289	UM COMPUTADOR (DUAL CORE 2G)	524,00	IRRECUPERÁVEL
002/ 000290	MONITOR LCD CCE 15 POL.	340,60	IRRECUPERÁVEL
002/ 000294	NOBREAK	98,25	IRRECUPERÁVEL
002/ 000311	MICROFONE DE MESA	135,62	IRRECUPERÁVEL
002/ 000312	MICROFONE DE MESA	135,62	IRRECUPERÁVEL
002/ 000320	MICROCOMPUTADOR COMPLETO (CPU E MONITOR) NOVADATA ND-P500-A950Z COM 256 MB DE MEMORIA	556,75	IRRECUPERÁVEL
002/ 000322	ESTABILIZADOR DE VOLTAGEM COM CAPACIDADE MINIMA DE 1 KVA	26,20	IRRECUPERÁVEL
002/ 000368	MICROFONE YOGA HT 82 DE MESA	219,76	IRRECUPERÁVEL
002/ 000419	NOTEBOOK SIM 910M	523,21	IRRECUPERÁVEL
002/ 000421	FONTE 450 W	65,50	IRRECUPERÁVEL
002/ 000422	HARD DISK 1 TB - HD	222,70	IRRECUPERÁVEL
002/ 000423	HARD DISK 500 GB - HD	176,85	IRRECUPERÁVEL
002/ 000504	MICROFONE DE MESA	191,33	IRRECUPERÁVEL
002/ 000505	MICROFONE DE MESA	191,33	IRRECUPERÁVEL

		TOTAL GERAL	**6.726,32**	

Art. 2°. – Fica baixado o Imóvel por classificação indevida dos bens imóveis pertencentes à Câmara Municipal de Jauru - MT, conforme relatório de Avaliação da Comissão especialmente designada para este fim.

Grupo/Chapa	Descrição do patrimônio	Valor R$:	Classificação
002/ 000452	REFORMA DO PREDIO SEDE DA CAMARA MUNICIPAL	16.890,00	Classificação Indevida
	TOTAL GERAL	**16.890,16**	

Art. 3º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Jauru-MT, 22 de Dezembro de 2016.

Ver. Mauro Antônio de Lima

Presidente do Legislativo

LEI Nº. 720/2017

LEI Nº 720 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, *PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAURU/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES* LEGAIS,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento de 2017, Crédito Adicional Especial na Câmara Municipal de Jauru, na Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura Urbana e Rural e na Secretaria Municipal Finanças e Planejamento, no valor de R$ 155.760,07 (Cento e cinquenta e cinco mil e setecentos e sessenta reais e sete centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Jauru

Unidade: 01 – Câmara Municipal

01.031.0001.2001 – Manutenção e Encargos com o Legislativo Municipal

3.3.90.41 – Contribuições .....R$ 3.600,00

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 5.000,00

Fonte: 0.1.00.110000

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Infra Estrutura Urbana e Rural

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Obras Infra Estrutura Urbana e Rural e Unidades

26.782.0088.1044 – Abertura/Manutenção de Estradas Principais e Vicinais

3.3.71.70 – Rateio pela Participação em Consórcio Público.....R$ 19.160,07

Fonte: 0.1.00.110000 – Recurso do Município

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

Unidade: 01 – Gerencia Financeira

04.123.0007.2059 – Manutenção e Encargos com o Departamento de Contabilidade

3.3.90.41 – Contribuições ..... R$ 128.000,00

Fonte: 0.1.00.110000

Art. 2º - Para dar cobertura na suplementação ao crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § inciso I, II ou III, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação dos instrumentos de planejamento, (**PPA/LDO**), bem como apresentá-los em audiência publica junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "José Peres", Gabinete do Prefeito, em Jauru - MT,14 de fevereiro de 2017.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SETOR DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO EXTRATO CONTRATO 22/2017

ONDE LÊ-SE:

Extrato de Contrato nº. 22/2017 Data: 13/01/2017

Vigência: 13/01/2017 até 13/04/2017

Licitação:DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2017

Objeto: Constitui objeto do presente contrato, em caráter emergencial, a prestação de serviços ao Poder Público e aos munícipes, pela Contratada, sob o regime de empreitada por preço global, os serviços de conservação e limpeza pública dos bens de uso comum do Município de Juara – MT, compreendendo a varrição e asseio de vias públicas, praças, túneis, passagens, vielas, abrigos, monumentos e demais logradouros públicos compreendendo, entre outros: 1 – varrição manual ou mecanizada de vias e logradouros públicos; 2 – a varrição manual ou mecanizada de vias e logradouros públicos, bem como a lavagem e desinfecção de vias públicas, raspagem e a remoção da terra, areia, e também, os serviços de pintura de meio-fio e afins, capinação e roçada de vias, praças, canteiros centrais e poda de árvores, tanto por questões estéticas quanto por segurança.

Forma de Pagamento: R$ 351.000,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil reais), pagos em **03 (três) parcelas** mensais, iguais e sucessivas, no valor de **R$ 117.000,00** (cento e dezessete mil reais) cada, condicionado o pagamento à apresentação da Nota Fiscal e/ou outros documentos exigidos neste instrumento contratual.

Contratada: COSMOTRON CONSTRUTORA, SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA.

PASSA A LER-SE:

Extrato de Contrato nº. 22/2017 Data: 13/01/2017

Vigência: 13/01/2017 até 13/04/2017

Licitação:DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2017

Objeto: Constitui objeto do presente contrato, em caráter emergencial, a prestação de serviços ao Poder Público e aos munícipes, pela Contratada,

sob o regime de empreitada por preço global, os serviços de conservação e limpeza pública dos bens de uso comum do Município de Juara – MT, compreendendo a varrição e asseio de vias públicas, praças, túneis, passagens, vielas, abrigos, monumentos e demais logradouros públicos compreendendo, entre outros: 1 – varrição manual ou mecanizada de vias e logradouros públicos; 2 – a varrição manual ou mecanizada de vias e logradouros públicos, bem como a lavagem e desinfecção de vias públicas, raspagem e a remoção da terra, areia, e também, os serviços de pintura de meio-fio e afins, capinação e roçada de vias, praças, canteiros centrais e poda de árvores, tanto por questões estéticas quanto por segurança.

Forma de Pagamento: R$ 351.000,00 (trezentos e cinquenta e um mil reais), pagos em **03 (três) parcelas** mensais, iguais e sucessivas, no valor de **R$ 117.000,00** (cento e dezessete mil reais) cada, condicionado o pagamento à apresentação da Nota Fiscal e/ou outros documentos exigidos neste instrumento contratual.

Contratada: COSMOTRON CONSTRUTORA, SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA.

SETOR DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO EXTRATO CONTRATO 21/2017

ONDE LÊ-SE:

Extrato de Contrato nº. 21/2017 Data: 13/01/2017

Vigência: 13/01/2017 até 13/04/2017

Licitação:DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2017

Objeto: Constitui objeto do presente contrato, em caráter emergencial, a prestação de serviços ao Poder Público e aos munícipes, pela Contratada, sob o regime de empreitada por preço global, os serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, conforme a Proposta apresentada

Forma de Pagamento: R$ 438.000,00 (quatrocentos e trinta e oito mil reais), pagos em **03 (três) parcelas mensais**, iguais e sucessivas, no valor de **R$ 147.600,00** (cento e sete mil e seiscentos reais) cada, sendo a primeira devida no mês de fevereiro, condicionado o pagamento à apresentação da Nota Fiscal e/ou outos documentos exigidos neste instrumento contratual.

Contratada: COSMOTRON CONSTRUTORA, SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA.

PASSA A LER-SE:

Extrato de Contrato nº. 21/2017 Data: 13/01/2017

Vigência: 13/01/2017 até 13/04/2017

Licitação:DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2017

Objeto: Constitui objeto do presente contrato, em caráter emergencial, a prestação de serviços ao Poder Público e aos munícipes, pela Contratada, sob o regime de empreitada por preço global, os serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, conforme a Proposta apresentada

Forma de Pagamento: R$ 442.800,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil e oitocentos reais), pagos em **03 (três) parcelas mensais**, iguais e sucessivas, no valor de **R$ 147.600,00** (cento e quarenta e sete mil e seiscentos reais) cada, sendo a primeira devida no mês de fevereiro, condicionado o pagamento à apresentação da Nota Fiscal e/ou outos documentos exigidos neste instrumento contratual.

Contratada: COSMOTRON CONSTRUTORA, SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA.

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATOS DE ADITIVOS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2017

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 130/2014.

Parceiro Público: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representada pela **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrita no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliada na Rua Corumbá nº 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara**-**MT.

Parceira: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE AMPARO A VIDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ/MF 04.121.894/0001-29, estabelecida na Av. Coronel Escolástico nº. 362, Fundos/Bandeirantes, Cuiabá – MT, representada neste ato por seu Sócio, Sr. Edival Falcão Pereira, brasileiro, portador da RG nº. 318.578 SSP/MT e CPF nº. 065.876. 821-20.

Processo: PREGÃO 59/2016.

Objeto: PRORROGAÇÃO ao contrato original por 09 (nove) meses, tendo seu vencimento previsto para 06 de novembro de 2017, por se tratar de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** "CASA DE APOIO" para Hospedagem e Alimentação de pacientes e acompanhantes residentes no Município de Juara em tratamento de saúde especializado em Cuiabá, em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, Ofício nº 0227/2017/SMS do dia 02 de fevereiro de 2017..

Assinatura: 06/02/2017

Vencimento: 06/11/2017. Extrato do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 29/2014.

Parceiro Público: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representada pela **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrita no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliada na Rua Corumbá nº 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara**-**MT.

Parceira: INVIOLÁVEL JUARA MONITORAMENTO DE ALARMES LTDA, devidamente inscrita no **C.N.P.J./MF, sob o nº. 07.761.432/0001-64**, estabelecida na Avenida Rio de Janeiro, nº 239-N, Bairro Centro, Cidade Juara/MT, representada neste ato por seu sócio, Sr° Alexandro Alves dos Santos, portador da Cédula de Identidade n.º 714622-1 SSP/MT e CPF n. º 534.946.101-00.

Processo: TOMADA DE PREÇO 02/2014.

Objeto: PRORROGAÇÃO ao contrato original por 09 (nove) meses, tendo seu vencimento previsto para 02 de novembro de 2017, por se tratar de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE ALARMES ELETRONICOS EM PONTOS ESPECIFICOS,** conforme planilha Anexo I deste termo e atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, Memorando nº 040/2017/GABINTE do dia 30 de janeiro de 2017.

Assinatura: 02/02/2017

Vencimento: 02/11/2017. Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2016.

Parceiro Público: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representada pela **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrita no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliada na Rua Corumbá nº 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara**-**MT.

Parceira: MAURILIO IZAIAS LAURO, brasileiro, casado, pessoa física inscrita do CPF sob o nº 241.301.331-87 e RG nº 0.145.556-7 SSP/MT, re-

sidente e domiciliado na Rua Rio de Janeiro nº 1.206, centro, no município de Juara/MT.

Processo: DISPENSA 01/2016.

Objeto: PRORROGAÇÃO contratual, por mais 02 (dois) meses, a partir da data de sua assinatura, tendo seu vencimento previsto para o dia 12 de abril de 2017, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde Ofício nº 0322/2017/SMS/GB, e justificativas em Anexo,por se tratar de ***Locação de Imóvel, construído em alvenaria, piso em cerâmica, com pintura interna e externa, com salas amplas, com área construída de aproximadamente 300m², com rede elétrica e água encanada, localizado à Rua Pirapora, esquina com a Rua Rio de Janeiro, nº. 134-W, neste município de Juara/MT, para o funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Juara-MT***

Assinatura: 10/02/2017

Vencimento: 12/04/2017.

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 200/2015.

Parceiro Público: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representada pela **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrita no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliada na Rua Corumbá nº 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara-MT.

Parceira: INVIOLÁVEL JUARA MONITORAMENTO DE ALARMES LTDA, devidamente inscrita no **C.N.P.J./MF, sob o nº. 07.761.432/0001-64**, estabelecida na Avenida Rio de Janeiro, nº 239-N, Bairro Centro, Cidade Juara/MT, representada neste ato por seu sócio, Sr° Alexandro Alves dos Santos, portador da Cédula de Identidade n.º 714622-1 SSP/MT e CPF n. º 534.946.101-00.

Processo:PREGÃO 74/2015.

Objeto: PRORROGAÇÃO ao contrato original por *06 (seis) meses, tendo seu vencimento previsto para 02 de agosto de 2017*, por se tratar de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE ALARMES EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS,** conforme planilha Anexo I deste termo e atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, Memorando nº 040/2017/GABINTE do dia 30 de janeiro de 2017

Assinatura: 02/02/2017

Vencimento: 02/08/2017.

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 214/2013.

Parceiro Público: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representada pela **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrita no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliada na Rua Corumbá nº 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara-MT.

Parceira: Pedro Dias do Nascimento, brasileiro, casado, pessoa física inscrita do CPF sob o nº 110.199.051-15 e RG nº 862.561 SSP/PR.

Processo: DISPENSA 20/2013.

Objeto: PRORROGAÇÃO contratual, por mais 01 (um) mês, a partir da data de sua assinatura, tendo seu vencimento previsto para o dia 31 de marco de 2017, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração, e justificativas em Anexo,por se tratar de *Locação de Imóvel, construído em alvenaria, piso em cerâmica, com pintura interna e externa, com área construída de aproximadamente 405m², com rede elétrica e água encanada, localizado à Avenida Rio Arinos, Lote 06, Quadra 02, bairro Santa Cruz, neste município de Juara/MT, para o funcionamento do Setor de Engenharia, Setor de Patrimônio e Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Juara-MT*.

Assinatura: 27/02/2017

Vencimento: 31/03/2017.

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DOS CONTRATOS DE FEVEREIRO DE 2017

Extrato de Contrato nº 20/2017 Data: 01/02/2017

Vigência: 01/02/2017 até 31/01/2018

Licitação:DISPENSA 02/2017

Objeto: LOCACAO DE IMOVEL URBANO EM ALVENARIA COM ESTRUTURA METÁLICA COM 420 M² LOCALIZADO NA RUA SÃO GERALDO, Nº 671-S, CENTRO, JUARA-MT, PARA FUNCIONAMENTO DA FARMACIA CENTRAL MUNICIPAL E ALMOXARIFADO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ADMINISTRAÇÃO.

Forma de Pagamento: O Valor Global para a presente contratação é de R$ 72.000,00 (*setenta e dois mil reais*), referente aos 12 (doze) meses de prestação dos serviços

Contratada: JOHN ALEFF VASQUI

Extrato de Contrato nº 26/2017 Data: 01/02/2017

Vigência: 01/02/2017 até 02/03/2017

Licitação:DISPENSA 02/2017

Objeto: Prestação de Serviços de Internet Sendo 01 Ponto com 10 MB de Link Dedicado Sede da Prefeitura, 01 Ponto com 1 Mbtis/s Distrito de Catuaí e 2 Mbtis/s Distrito de Paranorte.

Forma de Pagamento: Fica pactuado o valor global de **R$ 6.400,00** (*seis mil e quatrocentos reais*), inclusos todas as taxas, impostos e demais encargos relativos à execução do objeto.

Contratada: N. DOS SANTOS & SANTOS LTDA – ME

Extrato de Contrato nº 28/2017 Data: 02/01/2017

Vigência: 02/01/2017 até 31/12/2017

Licitação:INEXIGIBILIDADE 01/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS METÁLICOS CORRUGADOS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES,conforme justificativa e pedido da Secretaria Requisitante e proposta apresentada pela contratada.

Forma de Pagamento: O valor global deste termo contratual é de **R$ 598.521,00** (*quinhentos e noventa e oito mil, quinhentos e vinte e um reais*), conforme proposta apresentada e negociada entre as partes.

Contratada: ARMCO STACO S/A INDÚSTRIA METALÚRGICA

Extrato de Contrato nº 29/2017 Data: 02/02/2017

Vigência: 02/02/2017 até 02/02/2018

Licitação:PREGÃO 03/2017

Objeto: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE E MANUTENÇÃO DE TELEFONIA FIXA, VIRTUAL, CIRCUITO DE DADOS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PABX, SUPORTE E MANUTENÇÃO DE SERVIÇO ADSL, INTERNET VIA RADIO E SERVIÇOS REFERENTES AO SISTEMA DE PONTO ELETRONICO E SERVIDOR DE PONTO ELETRÔNICO COM SUPORTE LOCAL**, pelo período de 12 (doze) meses.**

Forma de pagamento: O Valor Global deste Contrato é de R$ 65.400,00 (*sessenta e cinco mil e quatrocentos reais*).

Contratada: VANDERLEI ANTONIO BOTTON - ME

Extrato de Contrato nº 30/2017 Data: 06/02/2017

Vigência: 06/02/2017 até 06/02/2018

Licitação:PREGÃO 07/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMIONETE E CAMINHÃO ZERO QUILOMETRO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão N° 007/2017/SECAD e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Forma de pagamento: O Valor global deste contrato é de **R$ 230.400,00** (*duzentos e trinta mil e quatrocentos reais*).

Contratada: MAR SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA –ME.

Extrato de Contrato nº 31/2017 Data: 06/02/2017

Vigência: 06/02/2017 até 30/03/2017

Licitação:DISPENSA 04/2017

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RETIFICA DE MOTORES E MANUTENÇÃO DE BOMBAS INJETORAS, DOS MAQUINARIOS E VEICULOS DA SECRETARIA DE URBANISMO

Forma de Pagamento: O valor global do presente Contrato importa em **R$ 54.127,00** (*cinquenta e quatro mil e cento e vinte sete reais*), de acordo com a proposta vencedora anexada ao processo

Contratada: SERGIO JUCOSKI-ME.

Extrato de Contrato nº 32/2017 Data: 17/02/2017

Vigência: 17/02/2017 até 17/02/2018

Licitação:PREGÃO 15/2016

Objeto: Prestação de Serviços de Coleta, Transbordo, Armazenamento, Transporte, Tratamento e Disposição Final de Lixo Hospitalar e Resíduos Sólidos das Unidades de Saúde deste Município, Atendendo as Necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/Juara, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão N° 015/2016/SECAD, valores registrados na Ata de Registro de Preços n. 005/2016 de 18 de fevereiro de 2016, e demais documentos processuais, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Forma de pagamento: Valor global dos serviços de **R$ 34.161,81** (*trinta e quatro mil, cento e sessenta e um reais e oitenta e um centavo*)

Contratada: MÁXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA – EPP.

Extrato de Contrato nº 33/2017 Data: 23/02/2017

Vigência: 23/02/2017 até 31/06/2017

Licitação:CONVITE 01/2017

Objeto: O OBJETO do presente é a contratação da empresa para Realização de Show com Banda Musical, Iluminação, Palco, Sonorização, Tendas e Montagem para realização do Evento de Carnaval que acontecerá nos dias 24 a 28/02/2017, na Praça dos Trabalhadores, nos termos da proposta apresentada.

Forma de pagamento: Valor Global pelo serviço prestado, será de **R$ 78.990,00** (*setenta e oito mil e novecentos e noventa reais*) qual será paga conforme apresentação de Nota Fiscal, após a realização do evento.

Contratada: V. FERRI PRODUÇOES ARTISTICAS – EPP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DECRETO NO 2698 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

SÚMULA: DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE JURUENA, AFETADAS POR UMA FORTE PRECIPITAÇAO DE CHUVA, CODIFICADO PELO COBRADE- TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA – CHUVAS INTENSAS - 1.3.2.1.4, CONFORME IN/MI01/2012.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita do Município de Juruena, localizado no estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

1. - Que as chuvas intensas que atingiram o Município de Juruena, em 23 de fevereiro de 2017;

2. - Que devido à intensificação e aumento considerável das chuvas e ainda devido ao fato de o solo encontrar-se totalmente encharcado muitas pontes acabaram rodando, tornando precária e interrompida a trafegabilidade nas estradas que cortam o Município;

3. Competir inicialmente ao Município a preservação do bem-estar da população, bem como das atividades socioeconômicas nas regiões atingidas por eventos adversos, causadores de desastres;

4. Que o Município em sua totalidade é composto pelo Centro Urbano, Assentamentos, Comunidades, Fazendas, Sítios e Chácaras que por sua vez são interligados entre si por longas estradas vicinais;

5. Que foram despendidos todos os esforços e ações até a presente data pela Administração Municipal, no sentido de corrigir a situação, e mesmo assim os problemas e as dificuldades persistiram, exaurindo toda a capacidade operativa e financeira do Município;

6. Concorrerem como critérios agravantes da situação de anormalidade o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, assim como a limitação da estrutura da defesa civil local;

7. Ainda que essas situações de anormalidade nas diversas áreas do município continuam a exigir do Poder Público a adoção de medidas urgentes para restabelecer a normalidade, sob pena de causar ainda maiores prejuízos à população e aos transeuntes;

8. Que ainda restam mais 90 (noventa), dias previsíveis para o término do período chuvoso, que abrange os meses de março, abril e maio.

9. Que o parecer CONDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de **situação de emergência**.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **situação de emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como razão dos eventos do tipo ENXURRADAS, tipificado pelo COBRADE 1.2.2.0.0**,**

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06. 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo viger pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por mais 90 dias.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 23 de fevereiro de 2017.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrado e publicado por afixação em local publico de costume, conforme Lei Municipal nº 484 de 04 de março de 2002

RODOLFO PEREIRA DIAS

Sec. Mun. de Adm. e Finanças

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

A Comissão Especial de Pregão, da entidade Prefeitura Municipal de Juruena, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 60/2016, de 05/04/2016, torna público, para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP, que será realizada no dia 16/03/2017, às 09:00 horas, (horário de Brasília) no portal www.bll.org.br, conforme especificado no Edital de Licitação **Pregão Eletrônico SRP nº 001/2017, Processo Administrativo nº 015/2017**. Informamos que o Edital encontra-se disponível nos sites www.bll.org.br e www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1407.

Objeto da Licitação: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Mobiliários e Equipamentos para Escola de Educação Infantil (Proinfância). **Entrega das Propostas:**A partir de 06/03/2017 no portal: www.bll.org.br .

Juruena, 03 de Março de 2017.

Nelson Coutinho de Menezes Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGAO PRESENCIAL Nº 002/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGAO PRESENCIAL Nº 002/2017

A pregoeira oficial regida pela portaria 020/2017 em uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação “PREGAO PRESENCIAL” nº 002/2017 cujo certame se deu as 14:00h do dia 03 de março de 2017 tendo como objeto Contratação de pessoa jurídica para Execução de serviços, sob a modalidade de assessoria e consultoria, de Levantamento, Análise, Conferência e Acompanhamento das informações econômico-fiscais que são utilizadas pela SEFAZ, para a apuração do Valor Adicionado do Município, principal parâmetro do computo do IPM, e ainda, fornecimento de software, conforme descrição mínima abaixo, devendo ser considerado a implantação, constituição do banco de dados, conforme anexo do edital, sagrou se vencedora a empresa: **ETCA ASSESSORIA E CONSULTORIA -LTDA**, que apresentou a proposta de R$ 146.000,00 (Cento E Quarenta E Seis mil Reais) preço final.

Lambari D’Oeste - MT, 06 de março de 2017.

RIVONETE COELHO DA SILVA

PREGOEIRA

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

DECRETO Nº 016/2017,

DE 01 DE MARÇO DE 2017.

“CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Lambari D'Oeste-MT, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2014, e no disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Estadual n°. 10.051, de 09 de Janeiro de 2014, que destina aos municípios do Estado parte dos recursos arrecadados para o Fundo de Transportes e Habitação – FETHAB;

CONSIDERANDO o interesse público, em nome da transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal previsto no Parágrafo 1º, do art. 15, da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, só pode ser criado por decreto do Prefeito Municipal e não poderá ter ingerência na Administração Municipal ante a autonomia dos municípios assegurado no art. 18 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 572/217 de 15 de fevereiro de 2017 em especial o art. 1º da lei supracitada.

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB, constituído por:

I – REPRESENTANTES INDICADOS PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Gumercindo da silva Neves – **Secretário Municipal de Infraestrutura**

José Santana Leite – **Secretário Municipal de Administração e Planejamento**

Leonardo Rocha Lopes da Silva – **Auxiliar de Laboratório**

Leandro Maforte Ávila – **Chefe de Gabinete**

Arlindo Pinheiro de Azevedo – **Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico**

II - REPRESENTANTES – NÃO GOVERNAMENTAIS

Igreja Evangelica Assembleia de Deus **- Zaqueu Batista de Oliveira**

Associação de São Joé do Pingador **– Jairo Antônio de Souza**

Poder Legislativo de Lambari **- Josivan Medeiros da Silva**

INDEA/EMPAER **– José Eduardo dos Santos**

COOPERB **– Edmar Pereira de Oliveira**

Art 2º. O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observados os limites estabelecidos no Art. 15 da Lei Estadual nº 7.263 de 27 de março de 200, com a redação dada pela Lei 10.051, de Janeiro de 2015.

Art. 3º. Fica assegurado ao Conselho, por requisição de seu presidente, o irrestrito acesso a todos os documentos e informações sobre os repasses ao município feitos pelo Estado por FETHAB e sua aplicação.

Art. 4º. O Conselho emitirá relatório semestral de suas atividades, divulgando-o por via eletrônica no sitio do município na internet.

Art 5º. O Conselho elaborará seu próprio regimento interno.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

DECRETO Nº 017/2017,

DE 03 DE MARÇO DE 2017.

"Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Lambari D'Oeste-MT, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2014, e no disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

DECRETA:

Art. 1° - Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal do Fundo de Transporte e Habitação **- FETHAB**, instituído pelo Decreto Municipal nº 016/2017, de 01 de Março de 2017, nos seguintes termos.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB CAPÍTULO I

Das Finalidades e Competência do Conselho

Art. 1º - O Conselho Municipal do Fundo de Transporte e Habitação-FETHAB, instituído pelo Decreto Municipal nº 016/2017 de 01 de março de 2017, considerando o disposto na Lei Estadual nº. 10.051, de 09 de janeiro de 2014, que destina aos municípios do Estado parte dos recursos arrecadados para o Fundo de Transportes e Habitação – FETHAB tem por finalidade a regência do referido fundo.

Art. 2º - Compete ao Conselho municipal do FETHAB:

I - Fiscalizar, acompanhar e atestar a correta aplicação dos recursos do FETHAB, aprovando ou não a prestação de contas apresentada pelo Poder Executivo, por meio de ata digitada, acompanhada das assinaturas de todos os membros do Conselho. **II -** Fornecer ao Poder Executivo cópia da ata da deliberação sobre a prestação de contas do recurso do Fethab aplicados no município, a qual deverá estar digitada e assinada por todos os conselheiros presentes na deliberação, devendo esta ata acompanhar a prestação de contas do município junto ao Tribunal de Contas do Estado. **III -** Apresentar esclarecimentos Relacionados à forma que foi atestada e aprovada a prestação de contas do FETHAB perante os entes do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Administração Pública em Geral, bem como nas interpelações propostas pela sociedade, caso seja solicitado estes esclarecimentos sobre a fiscalização e aprovação de prestação de contas do Fethab. **CAPÍTULO II**

Da Constituição do Conselho

Art. 3º - O Conselho Municipal do FETHAB é constituído através de representante do Poder Executivo, Poder Legislativo, bem como da Sociedade Civil, sendo os seguintes:

I – REPRESENTANTES INDICADOS PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Gumercindo da silva Neves – **Secretário Municipal de Infraestrutura**

José Santana Leite – **Secretário Municipal de Administração e Planejamento**

Leonardo Rocha Lopes da Silva – **Auxiliar de Laboratório**

Leandro Maforte Ávila – **Chefe de Gabinete**

Arlindo Pinheiro de Azevedo – **Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico**

II - REPRESENTANTES – NÃO GOVERNAMENTAIS

Igreja Assembleia de Deus **- Zaqueu Batista de Oliveira**

Associação do Pingador **– Jairo Antônio de Souza**

Poder Legislativo de Lambari **- Josivan Medeiros da Silva**

INDEA/EMPAER **– José Eduardo dos Santos**

COOPERB **– Edmar Pereira de Oliveira**

Art. 4º - A Presidência do Conselho será exercida pelo Secretário (a) Municipal de Administração, tendo como Secretário (a) Executivo um dos membros do Conselho a ser escolhido pelos conselheiros membros.

Art. 5º - A falta, por 03 (três) reuniões consecutivas e 05 (cinco) alternadas, não justificadas, durante o ano, enseja a destituição do Conselheiro, devendo o Presidente comunicar a deliberação ao responsável pelo representante da sociedade civil representada no Conselho.

Art. 6º - O Conselho Municipal do FETHAB, para seu funcionamento, utilizará a estrutura da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento ou outra estrutura a ser indicada pelo Poder Executivo, no que se refere a instalações e equipamentos necessários ao fiel cumprimento das atribuições do Conselho.

CAPÍTULO III

Do Presidente e Conselheiros

Art. 7º - Ao Presidente do Conselho Municipal do FETHAB compete:

I - convocar e presidir as sessões do Conselho, assim como indicar seu substituto eventual em caso de falta ou impedimento; **II -** determinar e tornar conhecida a pauta da reunião; **III -** resolver as dúvidas relativas ao Regimento, surgidas durante as reuniões; **IV -** conceder a palavra aos membros do Conselho, nos momentos oportunos; **V -** despachar as correspondências do Conselho, assinando ou autorizando o Secretário do Conselho a fazê-lo em seu nome; **VI -** assinar, com o Secretário e demais membros, as atas das sessões; **VII -** cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho, e **VIII –** assinar as Resoluções que por ventura forem confeccionadas pelo Conselho.

Art. 8º Aos Conselheiros compete:

I - comparecer às reuniões participando, segundo as normas deste Regimento; **II –** fiscalizar e estudar tanto individualmente como em reunião sobre a correta aplicação dos recursos do Fethab, bem como deliberar, sobre a aprovação da prestação de contas

apresentada pelo Executivo.

III - propor ao Conselho a realização de sessão extraordinária, caso entendam necessário; **IV -** comunicar, previamente, a impossibilidade de eventual comparecimento às reuniões. **CAPÍTULO IV**

Das Reuniões

Art. 9º O Conselho Municipal do FETHAB reunir-se-á, ordinariamente, 02 (duas) vezes ao ano, no último mês de cada semestre civil, ou extraordinariamente, sempre que a matéria exigir urgência para sua deliberação.

Parágrafo único. A convocação para as reuniões será promovida pelo Presidente do Conselho Municipal do FETHAB, devendo ser efetuada com

antecedência mínima de 07(sete) dias, se ordinária ou de 03(três) dias, se extraordinária.

Art. 10º - As reuniões do Conselho para aprovação da prestação de contas do Recurso do Fethab apresentadas pelo Executivo, serão registradas em ata, que será lida para deliberação de sua aprovação ou não, assinadas por todos os membros na mesma reunião.

Art. 11 - Aberta a reunião, no local, data e horário determinados, será verificada a presença do quórum mínimo, correspondente a 2/3 (dois terços) dos Membros, incluído a presença do Presidente.

§ 1º Não havendo o quórum exigido no caput deste artigo, aguardar-se-á por 30 (trinta) minutos a sua formação, findos os quais os trabalhos serão iniciados, com qualquer número dos Membros presentes, além do Presidente;

§ 3º As deliberações do Conselho Municipal do FETHAB serão tomado por maioria simples dos votos dos Membros presentes.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 12 - As questões de ordem terão preferência sobre quaisquer outras, não podendo o Presidente negar a palavra ao Conselheiro que a solicitar para esse fim.

Art. 13 - Os Conselheiros que desejarem que seus votos vencidos, ou declarações de votos, constem da ata, ou anexo a esta, deverão apresentá-los

por escrito ou verbalmente, ao Secretário Executivo, na mesma reunião, requerendo, para isso, ao Presidente.

Art. 14 - Qualquer Conselheiro poderá requerer urgência preferência para discussão dos assuntos da pauta, ou pedir adiamento da discussão, para melhor esclarecimento da matéria, justificando, em ambos os casos, a necessidade das medidas, podendo o Conselho atendê-lo ou não. Após o final da discussão, poderá pedir vista do processo de prestação de contas.

Art. 15 - No caso de pedido de vista, o Conselheiro deve restituir o processo impreterivelmente na reunião seguinte, para deliberação sobre sua aprovação.

Art. 16 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal do FETHAB.

Art. 17º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos três dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGAO PRESENCIAL Nº 001/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGAO PRESENCIAL Nº 001/2017

A pregoeira oficial regida pela portaria 020/2017 em uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação “PREGAO PRESENCIAL” nº 001/2017 cujo certame se deu as 10:00h do dia 02 de março de 2017 tendo como objeto Contratação de empresa especializada na execução de limpeza urbana, de forma mensal, os quais incluem os serviços de varrição de ruas, avenidas, praças, parques e outras áreas públicas; varrição de feiras e demais eventos públicos; lavagem e limpeza de ruas, passeios e demais logradouros públicos (praça e monumentos); corte de grama; capina, roçadas; limpeza de bueiros, bocas de lobos e córregos; poda e derrubada de árvores; roçada e raspagem de passeios, guias de meio fio, sarjetas, vias e logradouros públicos com pintura de guias e meios–fios; carregamento de entulhos, restos de podas e derrubadas vegetais para remoção; serviços de jardinagem e limpeza de canteiros públicos, conforme anexo do edital, sagrou se vencedora a empresa: **DELI BARTOLOMEU DE SOUZA -ME**, que apresentou a proposta de R$ 106.780,00 (Cento e seis mil setecentos e oitenta Reais) preço final.

Lambari D’Oeste - MT, 03 de março de 2017.

RIVONETE COELHO DA SILVA

PREGOEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 093/2017,

DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017.

"Nomeia, dá posse aos membros do conselho municipal de Assistência Social e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D’OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, alínea “d” da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear e dar posse aos membros do Conselho Municipalde Assistência Social, para o biênio de 24/02/2017 à 24/02/2019, conforme a composição que segue abaixo:

ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

I – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Soeli Lima da Silva

Suplente: Josefa Torquato de Araújo.

II – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Titular: Maria da Conceição da Silva

Darlene R. Peres

III – SECRETARIA MUNCIPAL DE SAÚDE

Titular: Irenilda Gomes Jardim

Suplente: Dina Pereira Neves

IV – Trabalhadores do SUAS

Titular: Rute Soares de Souza Aleixo

Suplente: Cleilton Tiago de Queiroz

ORGÃOS – NÃO GOVERNAMENTAIS

Organizações dos usuários:

V – REPRESENTANTES DA IGREJA CATÓLICA

Titular: Maria Helena Teixeira dos Santos

Suplente: Bruna Tiago Pessoa

VI – REPRESENTANTES DA IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS

Titular: Valdene Alves Reis

Suplente: Jocenildo da Silva Santos

V**II – REPRESENTANTES DA IGREJA 1° BATISTA**

Titular: Deuseni Rosa Pimenta

Suplente: Francieuda da Silva Pimenta

V**III – REPRESENTANTES DOS USÚARIOS DO SUAS**

Titular: Demétrio Aparecido Luiz

Suplente: Marcos Fernandes Pereira

ART. 2° Os membros do Conselho Municipal de Assistência Social exercerão as atividades pertinentes sem ônus para o município.

ART. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 002/2017 DE CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL E TEMPORARIA.

O Exmo Senhor **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, com fundamento na Constituição Federal artigo 37 inciso IX, em conformidade com a Lei Municipal nº. 940/2017 de 14 de fevereiro de 2017, somada a emergência para preenchimento de vagas de motoristas na área de Saúde, TORNA PUBLICO pelo presente Edital a existência de vagas por prazo determinado conforme exigências e vagas abaixo:

Vagas	Cargo	Documentos	Carga Horária	Valor
01	Motorista	CNH categoria D	40 h/s	R$ 937,00

O candidato que tenha interesse em inscrever-se para ocupar a vaga temporária ofertada através deste Edital deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Marcelândia – MT, no horário de funcionamento de segunda a sexta das 7:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 munido dos seguintes documentos, no período de 03 a 08 de março de 2017:

Documento de Identidade (original) e I (cópia); Certidão de Nascimento ou Casamento (original) e 1 (cópia); RG e CPF do cônjuge; Certidão de nascimento dos filhos (original) e 1 (cópia); Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original e 1 cópia). Título de Eleitor (original) e 1 (cópia) comprovação que está quite com as obrigações eleitorais; Certificado de Reservista (original e 1 cópia) (se masculino); Carteira de trabalho, PIS ou PASEP (original) e 1 (cópia); CPF (original) e 1 (cópia) Comprovante de residência Carteira de Habilitação (motorista)	**ORIGINAL** 01 Fotos 3x4; Atestado Médico expedido pela Junta Médica Oficial; Certidão negativa da Justiça (civil e criminal) onde tenha residido nos últimos cinco anos; Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar; Declaração dos Dependentes de IRRF; Declaração do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, em qualquer esfera de governo, da administração direta de qualquer dos Poderes; Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso; Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio. Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

As vagas serão preenchidas de acordo com a **ordem de protocolo** da documentação junto ao Departamento de Recursos Humanos, desde que atendidas as exigências e requisitos do presente, sendo que as excedentes constarão como cadastro de reserva.

O Município de Marcelândia - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar legal e necessário para o ato de contratação dos candidatos.

Marcelândia MT, em 03 de março de 2017.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATOS DE ADITIVOS

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2014

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem prorrogar o prazo de EXECUÇÃO da obra, inicialmente avençado entre as partes através do Contrato Administrativo de Execução de Obra nº 017/2014, que tem como o objeto a Contratação No Regime De Empreitada Por Preço Global De Empresa Especializada Para Execução De Obra Para Construção De Uma Quadra Escolar Poliesportiva Coberta Com Vestiário, Conforme Planilha Consolidada, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Memorial Descritivo, Projetos Na Forma De Plano De Trabalho Do Termo De Compromisso Pac 206963/2013, Na Comunidade Bom Jaguar, Município De Marcelândia-MT.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

CONTRATADO: J.J CONSTRUÇÕES METÁLICAS LTDA - ME

PRAZO EXECUÇÃO: 31/05/2017

DATA ASSINATURA: 03/03/2017

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2016

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o prazo de Vigência mencionado na Cláusula Quinta do Contrato Administrativo de Execução de Obra nº 006/2016, que tem como o objeto a Contratação No Regime De Empreitada Por Preço Global De Empresa Especializada Para Execução da obra de construção da casa do artesão no município conforme planilhas orçamentárias, memorial descritivo e projeto planta da tomada de preços nº 002/2016, conforme planilhas orçamentárias, memorial descritivo e projeto planta.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

CONTRATADO: LEANDRO FAGNER MARCHIORO

PRAZO VIGÊNCIA: 29/06/2017

DATA ASSINATURA: 03/03/2017

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2013

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem prorrogar a vigência atual do contrato nº 026/2013, que tem como o objeto a Execução, no regime de empreitada por preço global, de Obra de Terraplanagem, Pavimentação Asfáltica, Meio Fio, Sarjetas e Sinalização Viária em ruas do Bairro da Vila Esperança, Área Urbana Parcial da Cidade de Marcelândia – MT, de conformidade com o Projeto Técnico Executivo que integra o Edital, e na forma do plano de trabalho do Contrato de Repasse 0313138-67/2009/Ministério das Cidades/Caixa.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

CONTRATADO: CONSTRUTORA CAMERA LTDA

PRAZO VIGÊNCIA: 31/07/2017

DATA ASSINATURA: 03/03/2017

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2013

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem prorrogar a vigência atual do contrato nº 027/2013, que tem como o objeto Obra De Terraplanagem, Pavimentação Asfáltica, Meio Fio Sarjetas E Sinalização, Bairro Vila Esperança Contrato De Repasse N° 0348596-57/2010/ Ministério Do Turismo/Caixa.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

CONTRATADO: CONSTRUTORA CAMERA LTDA

PRAZO VIGÊNCIA: 31/07/2017

DATA ASSINATURA: 03/03/2017

PREVILÂNDIA
PORTARIA PREV. Nº 013/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor da servidora Sra.MARIA CONCEIÇÃO FABRIM".

A Diretora Executiva do Previlândia,Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos "I", "II" e "III", da Emenda Constitucional nº. 47/05, de 05 de Julho de 2005, Art. 81, da Lei Municipal n.º 761/2011, de 29 de Março de 2011, Art. 99, incisos "I", "II", "III", da Lei Municipal n.º 805/2012, de 17 de Setembro de 2012.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por tempo de contribuição** à servidora **Sra. Maria Conceição Fabrim,** portadora do RG. n.º 3061851-7 – SSP/MT inscrita no CPF/MF n.º 326.629.801-25 e da Cédula Eleitoral de n.º 44783518/56, Zona "023", Seção "0259", servidora efetiva no cargo de Técnico Administrativo Educacional, Nível "V", Classe "A", contando com um total de **12.121 dias, ou seja, 33 (trinta e três) anos, 02 (dois) meses e 16 (dezesseis) dias de contribuição**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com Matricula n.º 217, com **proventos integrais e com direito a paridade**, conforme o processo do PREVILANDIA, n.º 2017.09.00000001, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Marcelândia-MT, 02 de março de 2017.

Marli Teresinha Teixeira

Diretora Executiva do PREVILÂNDIA

HOMOLOGO

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 021/2017

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE NOS MÓDULOS BÁSICOS, QUE CONTENHA FLUXO FINANCEIRO, PLANO DE CONTAS E CONTROLE DE CONTAS BANCÁRIAS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT**,conforme **Processo Administrativo nº. 01/2017,** ao qual fica vinculado o presente instrumento de contrato.

CONTRATADA: MARIO DEUCLECIO HENCHEN – ME

Valor/Global: R$ 7.120,00 (Sete mil e cento e vinte reais)

Assinatura: 01/03/2017 Vigência: 31/12/2017

Da Dotação Orçamentária:

Cód. Geral: 05.050.0.1.04.123.0009.2009 – Manutenção das Atividades da Secretaria e Departamentos – 3390.39.000 - R$ 7.120,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 019/2017

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato "**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 40.000 KMS RODADOS COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FABRICA DO VEÍCULO S-10 QBX 7924 ADQUIRIDO NA ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 06/2016**",de acordo com o termo de referencia e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes da respectiva **Dispensa de Licitação 003/2017.**

CONTRATADA: BRESSAN, LAMONATTO & CIA LTDA

Valor/Global: R$ 2.504,74 (Dois mil quinhentos e quatro reais e setenta e quatro centavos)

Assinatura: 22/02/2017 Vigência: 30/04/2017

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0020.2038 – Man. E Encargos com Hospital Municipal – 3390.30.000 – Material de Consumo - Fonte 0100000 – R$ 1.941,74

Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0020.2038 – Man. E Encargos com Hospital Municipal – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte 0100000 – R$ 563,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 020/2017

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL, CARTÓRIO ELEITORAL, JUNTA DE SERVIÇO MILITAR, CARTEIRA DE TRABALHO E AGÊNCIA DE TRÂNSITO E VISTORIA MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT,**de acordo com a cláusula 03 deste Contrato que são partes integrantes do **Edital 014/2017 da respectiva Dispensa de Licitação 02/2017.**

CONTRATADA: NERI LUIZ DALLA VECCHIA

Valor/Global: R$ 10.000,00 (Dez mil reais)

Assinatura: 01/03/2017 Vigência: 31/12/2017

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 02.020.0.1.04.122.0003.2003 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito –3390.36.000 – Pessoa Física - R$ 10. 000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 022/2017

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRODUÇÃO MUSICAL DA FANFARRA MUNICIPAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA E LAZER"**de acordo com o Processo Administrativo nº 02/2017.

CONTRATADA: ELIAS JUNIOR RODRIGUES TURCATTO – MEI

Valor/Global: R$ 7.695,00 (Sete mil, seiscentos e noventa e cinco reais).

Assinatura: 01/03/2017 Vigência: 31/12/2017

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 13.130.0.1.13.122.0042.2069 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Cultura – 3390.39.000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - R$ 7.695,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 023/2017

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **"PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ-MT JUNTO AOS DIVERSOS MINISTÉRIOS, SECRETARIAS, FUNDAÇÕES, AUTARQUIAS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS E DEMAIS ORGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS EM BRASÍLIA-DF"** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 09/2017 do respectivo **Pregão Presencial nº 07/2017.**

CONTRATADA: MEGA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA – EPP

Valor/Global: R$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais).

Assinatura: 01/03/2017 Vigência: 31/12/2017

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 02.020.0.1.04.122.0003.2003 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito – 3390.35.00.00 – Serviços de Consultoria - R$ 75.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA 131/17

PORTARIA Nº 131 DE 03 DE MARÇO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

MARINEZ DE CAMPOS, Prefeita Interina do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar o servidor HAROLDO GUSTAVO GREVE**,** Auxiliar de Tributação, matrícula nº 4994, CPF nº 726.189.491-53 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 008/2017**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Mirassol D' Oeste e a empresa COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES, CNPJ 21.679.098/0001-25, que tem como objeto a contratação de prestação de serviços para a Secretaria de Fazenda, de acordo com o Pregão Presencial nº 002/2017.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Interina do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 03 de março de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS

Prefeito Interina

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
DECRETO LEGISLATIVO Nº 001 DE 02 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001 DE 02 DE MARÇO DE 2017.

APROVA AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, CONTAS ANUAIS DE GOVERNO, GESTÃO DO PREFEITO ELIAS MENDES LEAL FILHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. RONALDO JARDIM DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM O INCISO II DO ARTIGO 80, DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA DE LEIS;

FAZ SABER, Que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal, APROVOU e eu PROMULGO o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Artigo 1º: - Ficam aprovadas as Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste-MT, Relativas ao Exercício Financeiro de 2015, Gestão do Prefeito ELIAS MENDES LEAL FILHO, de acordo com o Parecer Prévio Favorável nº 73/2016 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º. - Este Decreto Legislativo, entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício Leocídio Pereira Benevides, Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, em 02 de Março de 2017.

RONALDO JARDIM DOS SANTOS

PRESIDENTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA 132/2017

PORTARIA Nº 132 DE 03 DE MARÇO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

MARINEZ DE CAMPOS, Prefeita Interina do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar o servidor NELSON TOMAZ DA SILVA**,** Pedreiro, matrícula nº 2303, CPF nº 326.132.961-00 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 008/2017**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Mirassol D' Oeste e a empresa COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES, CNPJ 21.679.098/0001-25, que tem como objeto a contratação de prestação de serviços para a Secretaria de Obras, de acordo com o Pregão Presencial nº 002/2017.

Art. 2º - Compete ao fiscal ora designado as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Interina do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 03 de março de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS

Prefeito Interina

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 07/2017

A Comissão de Apoio de Pregão – CAP, torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº **07/2017,** cujo Objeto é a ***AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA ATENDER OS VEÍCULOS E MÁQUINAS LOTADOS NA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA,*** com abertura no dia 03/03/2017, sagrou-se vencedora dos **itens 01, 02 e 03**, a empresa **AJAX AUTO CENTER LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.686.149/0001-34**,** com o valor global deR$ 27.700,00 (vinte e sete mil e setecentos reais), para o **itens 03 e 04,** sagrou – se vencedora a empresa **THIAGO FABIANO SOUSA NEVES - ME**, CNPJ nº 23. 099.060/0001-09, com valor total de R$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais).

Nobres, 03 de Março de 2017.

NADIR DA SILVA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 009/2017 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/ 2016 DA SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, DESPORTO E LAZER.

CONVOCA OS APROVADOS E CLASSIFICADOS PARA O CARGO DE PROFESSOR **E** APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL **(**LIMPEZA E INFRA ESTRUTURA,MERENDEIRA**, VIGIA,** MOTORISTA E **AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL) DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA – MT, NO ANO LETIVO DE 2017, CONFORME PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016 E EDITAL N.º 006/2016.**

1. O Presente edital dispõe sobre a convocação dos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado 001/2016, para os cargos de Professore **Apoio Administrativo Educacional** (Limpeza e Infra Estrutura, Merendeira, **Vigia**, Motorista, **Auxiliar de Desenvolvimento Infantil**) das Escolas Municipais, para o ano letivo de 2017, conforme o Edital nº 006/ 2016.

2. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer no uso de suas atribuições legais e em cumprimento com o disposto na Lei Autorizativa Municipal 389/2016, e considerando o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado - Edital 006/2016, torna público que convoca os aprovados constante da listagem abaixo, classificados para os cargos de Professor **e Apoio Administrativo Educacional (Limpeza e Infra Estrutura, Vigia, Motorista e Auxiliar de Desenvolvimento Infantil)**, para comparecer **até o dia 08/03/2017, das 8:00 às 12:00h, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer**, sito à Av. Nicolau Gomes de Souza, 1551, Bairro Novo Horizonte, Nortelândia – MT, munidos de todos os documentos listados abaixo, para a realização de Contrato por Tempo Determinado, nos cargos de **Professor** e Apoio Administrativo Educacional (Limpeza e Infra Estrutura, Vigia, Merendeira, Motorista, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil) das escolas da rede municipal, no período de 13. 03.2017 à 22.12.2017, do ano letivo de 2017.

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGIA

CLASSIFICAÇÃO	N? INSC	CANDIDATO (A)	RG
03	250	Ana Paula Silva Amorim	23581513

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ADI

CLASSIFICAÇÃO	N? INSC	CANDIDATO (A)	RG
07	157	Andréia da Costa Oliveira	23181664

3 LISTAGEM DE DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

- RG e CPF, Título de Eleitor, Quitação Eleitoral, carteira de reservista, se do sexo masculino, comprovante de endereço, comprovante do grau de escolaridade (Atestado, Histórico ou Diploma), carteira de trabalho, número PIS/PASEP, cartão de vacina atualizado, número de agência e conta bancária e Certidão Negativa de Tributo Municipal, para todos os cargos, carteira de habilitação, curso de transporte escolar e certidão negativa criminal, no caso de motorista. Todos os documentos em 02 (duas) vias, 01 para o Departamento de Recursos Humanos e 01 para a escola Municipal em que for lotado.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nortelândia – MT, 03 de maço de 2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

PREFEITO MUNICIPAL

EDILEUSA OLIVEIRA DE SOUZA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 074/2017

Concede licença maternidade devida à servidora Sônia Silva Oliveira Duarte Pereira e dá outras providências.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença maternidade de direito à servidora ***Sônia Silva Oliveira Duarte Pereira*****,** Agente Administrativa, lotada na Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão de Nortelândia – MT, em razão do atestado médico apresentado que deverá ficar arquivado na pasta individual da servidora, acostado a esta portaria.

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento Cap.I “Das Licenças” Seção I – “Das disposições Gerais” Subseção IX - Art.100, conforme Lei Complementar n° 021/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Nortelândia-MT).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 01 de fevereiro de 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 21º dia do mês de fevereiro de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 21.02.2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finança.

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
PORTARIA Nº 081/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 081/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo, e com fundamentos no art. 3º da lei Municipal nº 224/2011, de 06 de Julho de 2011.

Considerando a reestruturação administrativa contida na Lei Complementar Municipal nº 393/2016, de 13 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear abaixo as pessoas relacionadas como Conselheiros Titulares e Suplentes para compor o **Conselho Municipal de Assistência Social e dos Programas de Transferência Direta de Renda – Bolsa Família**, nos termos do artigo 3º da Lei Municipal nº 224/2011 de 06 de julho de 2011:

I) REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

A) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER:

Titular: Adelaide Del Castanhel Castelo

Suplente: Ileuza Souza Ribeiro Meira

B) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Titular: Juliana Sousa Alves Oliveira

Suplente: Sablina Ketelen Pereira Silva

C) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Titular: Elena Regina Campanholi

Suplente: Aline Galvão Itacaramby

D) SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E AGRICULTURA:

Titular: Jocélio Pereira dos Santos

Suplente: Patrícia Aparecida da Silva Mendes

E) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS:

Titular: Gabriel França Moreira

Suplente: Jacinira Domingues

II) SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

A) REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE NORTELÂNDIA:

Titular: Eltron da Silva Carvalho

Suplente: Mara Flaviana de Almeida

B) REPRESENTANTES DA PASTORAL DA CRIANÇA:

Titular: Cristiane Rodrigues da Silva

Suplente: Raquel Ferreira de Santana Garcia

C) REPRESENTANTES DA IGREJA CATÓLICA:

Titular: Eva Benedita da Costa

Suplente: Ronil Dias da Silva

D) REPRESENTANTES DA IGREJA BATISTA:

Titular: Maria Soares Silva

Suplente: Danilo Lima da Silva

E) REPRESENTANTES DA APAE DE NORTELANDIA:

Titular: Dulcinei de Souza Matos

Suplente: Gleiciane das Graças Alves

F) REPRESENTANTE DA CASA ESPÍRITA BEZERRA DE MENEZES:

Titular: Brunna Portela Alves

Suplente: Vera Rita Portela Alves

G) REPRESENTANTE DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DA REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA:

Titular: Valdirene Souza de Oliveira / Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Suplente: Maria Iris Lopes Mascarenhas / Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Jéssica Zamariolli Schuim / Prestadora de Serviço do CRAS

Suplente: Ronigleice Henrique de Oliveira / Prestadora de Serviço do CRAS

Art. 2º As atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social e dos Programas de Transferência Direta de Renda – Bolsa Família Municipal, estão contidas no Artigo 4º e seus incisos, da Lei Municipal nº 224/2011, de 06/07/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 3º dia do mês de março de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 03/03/2017

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

ANTÔNIO QUINTEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Gabinete

MARCIA DEUNGARO FERNANDES

Secretária Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA Nº 126/2017

Portaria nº 126/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social a Srª. **ALESSANDRA MARCIA DA SILVA**, brasileira, RG: 25108921 SSP/MT, CPF: 695.245.641-49,residente na Avenida Governador Julio Campos, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 006/2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social– Empresa Nascimento Brito & CIA LTDA a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 127/2017

Portaria nº 127/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que

lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural o Sr. José Carlos da Silva, brasileiro, RG: 07989245 SSP/MT, CPF: 622.599. 621.49,residente na Rua Jose Mariano da Costa – nº 184 – COHAB Nova em Nossa Senhora do Livramento -MT**, como fiscal da Ata de Registro de Preço nº 006/2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural– Empresa Nascimento Brito & CIA LTDA a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 098/2017

Portaria nº 098/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador Municipal, **MARCO ANTONIO F. SILVA**, brasileiro, RG: 04598652 , CPF: 345.831.141-68,residente na Av. Gov. Julio Campos, Bairro: Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto da **ata de Registro de Preço nº 002/2017 -** Aquisição de Materiais de Expediente – Empresa **Foco Papelaria e Comercio de Brinquedos Ltda-ME**, a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 094/2017

Portaria nº 094/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. RESOLVE:

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **JOSE CARMO DA SILVA**, brasileiro, RG: 580116 SSP/MT, CPF: 419.712. 301-97,residente na Rua Coronel Serra, Frei Hugolino, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 001/ 2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação – Empresa Império Comercio e Serviços Eireli a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 113/2017

Portaria nº 113/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. RESOLVE:

Designar o Servidor Municipal, **HELÁDIO MENDES DE CAMPOS MACIEL**, brasileiro, RG: 0541448-2 SSP/MT, CPF: 496.769.381-49,residente na Rua Vicente Pereira Leite, nº 600, Bairro: Centro , em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 004/2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração– Empresa Coxipó Comercio de Produtos de Papelaria e Informática Ltda a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 103/2017

Portaria nº 103/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural o Sr. José Carlos da Silva, brasileiro, RG: 07989245 SSP/MT, CPF: 622.599. 621.49,residente na Rua Jose Mariano da Costa – nº 184 – COHAB Nova em Nossa Senhora do Livramento -MT**, como fiscal da Ata de Registro de Preço nº 002/2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural– Empresa Foco Papelaria e Comercio de Brinquedos LTDA **a partir de 04/ 01/2017**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 112/2017

Portaria nº 112/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. RESOLVE:

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **JOSE CARMO DA SILVA**, brasileiro, RG: 580116 SSP/MT, CPF: 419.712. 301-97,residente na Rua Coronel Serra, Frei Hugolino, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 004/ 2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação – Empresa Coxipó Comercio de Produtos de Papelaria e Informática Ltda a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 102/2017

Portaria nº 102/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social a Srª. **ALESSANDRA MARCIA DA SILVA**, brasileira, RG: 25108921 SSP/MT, CPF: 695.245.641-49,residente na Avenida Governador Julio Campos, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 002/2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social– Empresa Foco Papelaria e Comercio de Brinquedos LTDA **a partir de 04/01/2017**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 110/2017

Portaria nº 110/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador Municipal, **MARCO ANTONIO F. SILVA**, brasileiro, RG: 04598652 , CPF: 345.831.141-68,residente na Av. Gov. Julio Campos, Bairro: Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto da **ata de Registro de Preço nº 004/2017 -** Aquisição de Materiais de Expediente – Empresa **Coxipó Comercio de Produtos de Papelaria e Informatica Ltda**, a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 111/2017

Portaria nº 111/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Saúde Srª. **GEISA ALEXANDRA DE PROENÇA PIMENTEL**, brasileira, RG: 9287477 SSP/MT, CPF: 667.876.961-91,residente na Rua General Teófilo R. de Arruda, Bairro: Duque de Caxias – Várzea Grande-MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 004/2016 -** aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – Empresa Coxipó Comercio de Produtos de Papelaria e Informática Ltda-EPP a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 104/2017

Portaria nº 104/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador Municipal, **MARCO ANTONIO F. SILVA**, brasileiro, RG: 04598652 , CPF: 345.831.141-68,residente na Av. Gov. Julio Campos, Bairro: Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto da **ata de Registro de Preço nº 003/2017 -** Aquisição de Materiais de Expediente – Empresa **Grafite Comercio e Representações Ltda**, a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 101/2017

Portaria nº 101/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. RESOLVE:

Designar o Servidor Municipal, **HELÁDIO MENDES DE CAMPOS MACIEL**, brasileiro, RG: 0541448-2 SSP/MT, CPF: 496.769.381-49,residente na Rua Vicente Pereira Leite, nº 600, Bairro: Centro , em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 002/2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração– Empresa Foco Papelaria e Comercio de Brinquedos Ltda a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 099/2017

Portaria nº 099/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Saúde Srª. **GEISA ALEXANDRA DE PROENÇA PIMENTEL**, brasileira, RG: 9287477 SSP/MT, CPF: 667.876.961-91,residente na Rua General Teófilo R. de Arruda, Bairro: Duque de Caxias – Várzea Grande-MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 002/2016 -** aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – Empresa Foco Papelaria e Comercio de Brinquedos Ltda-ME **a partir de 04/01/2017**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 196, 03 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 196, 03 de março de 2017.

O Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento no uso das atribuições conferidas pelo Inciso XXIX do artigo 96da Lei Orgânica do Município, observando o disposto nos artigos 81 a 99 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e no artigo7º da Lei 10.520/2002;

RESOLVE:

I – Autorizar a prorrogação por 60 (Sessenta) dias, contados a partir de 22 de fevereiro de 2017, para a conclusão do Processo Administrativo de Apuração de Infrações de Fornecedor relativo à Carta Convite 02/2014, sob o rito ordinário, instaurado pela Portaria Municipal nº 104/2016, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição nº 2461, em 22 de abril de 2016.

II –Determinar que os trabalhos de apuração das irregularidades ocorridas no referido Processo Administrativo tenham continuidade sob a responsabilidade da Comissão integrada pelos servidores Elizabeth Leite de Oliveira, assistente social, estável, matrícula nº 1219, lotada na Secretaria de Assistência Social, Geisa Alexandra de Proença, Enfermeira, estável, matrícula 162, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Elias Eugenio da Silva, professor, matrícula 211, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob a presidência da primeira.

III – Determinar que a Comissão continue a exercer os trabalhos de apuração na Sede da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, localizada na Rua Coronel Botelho 458 - Centro, e conclua os seus trabalhos no prazo indicado nesta portaria.

Dê-se ciência.

Publique-se.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento

PORTARIA Nº 105/2017

Portaria nº 105/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Saúde Srª. **GEISA ALEXANDRA DE PROENÇA PIMENTEL**, brasileira, RG: 9287477 SSP/MT, CPF: 667.876.961-91,residente na Rua General Teófilo R. de Arruda, Bairro: Duque de Caxias – Várzea Grande-MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 003/2016 -** aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – Empresa Grafite Comercio e Representações Ltda-EP a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 106/2017

Portaria nº 106/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. RESOLVE:

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **JOSE CARMO DA SILVA**, brasileiro, RG: 580116 SSP/MT, CPF: 419.712.301-97,residente na Rua Coronel Serra, Frei Hugolino, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 003/2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação – Empresa Grafite Comercio e Representações Ltda a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 107/2017

Portaria nº 107/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. RESOLVE:

Designar o Servidor Municipal, **HELÁDIO MENDES DE CAMPOS MACIEL**, brasileiro, RG: 0541448-2 SSP/MT, CPF: 496.769.381-49,residente na Rua Vicente Pereira Leite, nº 600, Bairro: Centro , em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 003/2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração– Empresa Grafite Comercio e Representações Ltda a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 095/2017

Portaria nº 095/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. RESOLVE:

Designar o Servidor Municipal, **HELÁDIO MENDES DE CAMPOS MACIEL**, brasileiro, RG: 0541448-2 SSP/MT, CPF: 496.769.381-49,residente na Rua Vicente Pereira Leite, nº 600, Bairro: Centro , em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 001/2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração– Empresa Império Comercio e Serviços Eireli a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 096/2017

Portaria nº 096/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social a Srª. **ALESSANDRA MARCIA DA SILVA**, brasileira, RG: 25108921 SSP/MT, CPF: 695.245.641-49,residente na Avenida Governador Julio Campos, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 001/2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social– Empresa Império Comercio e Serviços Eireli **a partir de 04/01/2017**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 124/2017

Portaria nº 124/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. RESOLVE:

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **JOSE CARMO DA SILVA**, brasileiro, RG: 580116 SSP/MT, CPF: 419.712.301-97,residente na Rua Coronel Serra, Frei Hugolino, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 006/2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação – Empresa Nascimento Brito & CIA Ltda a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 123/2017

Portaria nº 123/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Saúde Srª. **GEISA ALEXANDRA DE PROENÇA PIMENTEL**, brasileira, RG: 9287477 SSP/MT, CPF: 667.876.961-91,residente na Rua General Teófilo R. de Arruda, Bairro: Duque de Caxias – Várzea Grande-MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 006/2016 -** aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – Empresa Nascimento Brito & CIA Ltda-ME a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

ERRATA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 034/2017

ERRATA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 034/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA BKP CONSTRUTORA LTDA-EPP CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 291/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 039/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

ONDE SE LÊ PUBLICADO NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2017 NA EDIÇÃO 2676 NO JORNAL AMM/MT

DO OBJETO Contratação de empresa especializada em execução de serviços de Reforma do prédio que será instalado a Secretaria de Administração e demais setores ,situado na Avenida Coronel Botelho, Nº 20, no Centro de Nossa Senhora do Livramento, conforme planilha orçamentária, na Cidade deNossa Senhora do Livramento – MTTermo de Referencianº 013/2017 conforme Processo Administrativo nº 291/2017 Dispensa de Licitação 039/2017.

LEIA-SE

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada em execução de serviços de Reforma com pintura e reparos em geral do Arquivo Público, situado na Avenida Gov. Julio Campos s/n, no Centro de Nossa Senhora do Livramento, conforme planilha orçamentária anexa ao Termo de Referencia

nº 013/2017 conforme Processo Administrativo nº 291/2017 Dispensa de Licitação 039/2017.DA VIGÊNCIAA vigência deste contrato será de 02 (dois) mês, a partir de sua assinatura com fulcro no art. 57, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO Durante o período de garantia do objeto, a CONTRATADA se responsabilizará pelas obrigações assumidas na Cláusula Quarta, sob pena das sanções previstas neste Instrumento.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Programa	Origem do Recurso	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte/ Cod. Red.	Valor (R$)
2275	PRÓPRIO	Reforma e Manutenção de Prédios Públicos	33.90. 39.00	100/ 080016	29.513,41
VALOR TOTAL (R$)					29.513,41

Nossa Senhora do Livramento, 23 de Fevereiro de 2017

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa, **BKP CONSTRUTORA LTDA**

CNPJ sob o nº,16.939.495/0001-59

Representado neste ato pelo **Sr. Fernando Augusto Carvalho Junior**

RG nº: 16050061e CPF/MF sob o nº 024.848.881-39

PORTARIA Nº 097/2017

Portaria nº 097/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural o Sr. José Carlos da Silva, brasileiro, RG: 07989245 SSP/MT, CPF: 622.599. 621.49,residente na Rua Jose Mariano da Costa – nº 184 – COHAB Nova em Nossa Senhora do Livramento -MT**, como fiscal da Ata de Registro de Preço nº 001/2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural– Empresa Império Comercio e Serviços Eireli **a partir de 04/01/2017**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2017. PROCESSO: 513/2017.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2017.

Processo: 513/2017.

Assunto: - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT, DE FORMA EMERGENCIAL PARA 40 (QUARENTA) DIAS DO ANO LETIVO DE 2017, POR QUILOMETRAGEM E VEICULO DE ACORDO COFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO ANEXO I DESTE INTRUMENTO.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a**- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT, DE FORMA EMERGENCIAL PARA 40 (QUARENTA) DIAS DO ANO LETIVO DE 2017, POR QUILOMETRAGEM E VEICULO DE ACORDO CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO ANEXO I DESTE INTRUMENTO. C**onforme exigências e especificações constantes neste termo de referencia nº.029/2017, Empresa**—- GERALDO FERNANDES DA SILVA ME-ME CNPJ: 17.601226/0001-40,** no valor total contratado de **R$ 407. 853,60(quatrocentos e sete mil, oitocentos e cinqüenta e três reais e sessenta centavos.**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/ Programa	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
Educação	Federal	2264 –Manutenção do Transporte Escolar / Salário Educação	050031	33.90.39.00	115	**75.422,40**
Educação	Federal	2265 – Manutenção do Transporte Escolar / PNATE	050033	33.90.39.00	115	**35.067,20**
Educação	Estadual	2266 – Manutenção do Transporte Escolar / Convênio	050035	33.90.39.00	122	**200.603,20**
Educação	Próprio	2216 – Manutenção do Transporte Escolar	050029	33.90.39.00	100	**38.714,40**
Educação	Federal	2102 – Manutenção do Transporte Escolar/FUNDEB 40%	050102	33.90.39.00	119	**58.046,40**
TOTAL						**407.853,60**

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$**$ 407.853,60(quatrocentos e sete mil, oitocentos e cinqüenta e três reais e sessenta centavos)**, em favor da Empresa- **EMPRESA- –- GERALDO FERNANDES DA SILVA ME-ME CNPJ: 17.601226/0001-40,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 029/2017.

Isto porque, apresenta-se aos autos documentos junto à empresa visando respaldar a legalidade deste ato.

Sendo o suficiente os termos documentais para subsidiar a realização do processo na modalidade Dispensa de Licitação, conforme **tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão, sob o Parecer Jurídico nº. 067/2017.**

Nossa Senhora do Livramento, 02 DE MARÇO 2017.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 122/2017

Portaria nº 122/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador Municipal, **MARCO ANTONIO F. SILVA**, brasileiro, RG: 04598652 , CPF: 345.831.141-68,residente na Av. Gov. Julio Campos, Bairro: Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto da **ata de Registro de Preço nº 006/2017 -** Aquisição de Materiais de Expediente para atender a Sec. Municipal de Obras– Empresa **Nascimento Brito & CIA Ltda**, a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 121/2017

Portaria nº 121/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural o Sr. José Carlos da Silva, brasileiro, RG: 07989245 SSP/MT, CPF: 622.599. 621.49,residente na Rua Jose Mariano da Costa – nº 184 – COHAB Nova em Nossa Senhora do Livramento -MT**, como fiscal da Ata de Registro de Preço nº 005/2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural– Empresa Mottiva Comercio e Serviços LTDA a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 120/2017

Portaria nº 120/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social a Srª. **ALESSANDRA MARCIA DA SILVA**, brasileira, RG: 25108921 SSP/MT, CPF: 695.245.641-49,residente na Avenida Governador Julio Campos, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 005/2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social– Empresa Mottiva Comercio e Serviços LTDA a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 119/2017

Portaria nº 119/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. RESOLVE:

Designar o Servidor Municipal, **HELÁDIO MENDES DE CAMPOS MACIEL**, brasileiro, RG: 0541448-2 SSP/MT, CPF: 496.769.381-49,residente na Rua Vicente Pereira Leite, nº 600, Bairro: Centro , em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 005/2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração– Empresa Mottiva Comercio e Serviços Ltda a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 118/2017

Portaria nº 118/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. RESOLVE:

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **JOSE CARMO DA SILVA**, brasileiro, RG: 580116 SSP/MT, CPF: 419.712. 301-97,residente na Rua Coronel Serra, Frei Hugolino, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 005/ 2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação – Empresa Mottiva Comercio e Serviços Ltda a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 117/2017

Portaria nº 117/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Saúde Srª. **GEISA ALEXANDRA DE PROENÇA PIMENTEL**, brasileira, RG: 9287477 SSP/MT, CPF: 667.876.961-91,residente na Rua General Teófilo R. de Arruda, Bairro: Duque de Caxias – Várzea Grande-MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 005/2016 -** aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – Empresa Mottiva Comercio e Serviços Ltda-ME a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 125/2017

Portaria nº 125/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. RESOLVE:

Designar o Servidor Municipal, **HELÁDIO MENDES DE CAMPOS MACIEL**, brasileiro, RG: 0541448-2 SSP/MT, CPF: 496.769.381-49,residente na Rua Vicente Pereira Leite, nº 600, Bairro: Centro , em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 006/2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração– Empresa Nascimento Brito & CIA Ltda a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 116/2017

Portaria nº 116/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador Municipal, **MARCO ANTONIO F. SILVA**, brasileiro, RG: 04598652 , CPF: 345.831.141-68,residente na Av. Gov. Julio Campos, Bairro: Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto da **ata de Registro de Preço nº 005/2017 -** Aquisição de Materiais de Expediente – Empresa **Coxipó Comercio de Produtos de Papelaria e Informatica Ltda**, a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 115/2017

Portaria nº 115/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural o Sr. José Carlos da Silva, brasileiro, RG: 07989245 SSP/MT, CPF: 622.599. 621.49,residente na Rua Jose Mariano da Costa – nº 184 – COHAB Nova em Nossa Senhora do Livramento -MT**, como fiscal da Ata de Registro de Preço nº 004/2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural– Empresa Coxipó Comercio de Produtos de Papelaria LTDA **a partir de 04/ 01/2017**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 108/2017

Portaria nº 108/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social a Srª. **ALESSANDRA MARCIA DA SILVA**, brasileira, RG: 25108921 SSP/MT, CPF: 695.245.641-49,residente na Avenida Governador Julio Campos, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 003/2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social– Empresa Grafite Comercio e Representação LTDA **a partir de 04/01/2017**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 100/2017

Portaria nº 100/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. RESOLVE:

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **JOSE CARMO DA SILVA**, brasileiro, RG: 580116 SSP/MT, CPF: 419.712. 301-97,residente na Rua Coronel Serra, Frei Hugolino, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 002/ 2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação – Empresa Foco Papelaria e Comercio de Brinquedos Ltda a partir de 04/01/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 114/2017

Portaria nº 114/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social a Srª. **ALESSANDRA MARCIA DA SILVA**, brasileira, RG: 25108921 SSP/MT, CPF: 695.245.641-49,residente na Avenida Governador Julio Campos, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 004/2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social– Empresa Coxipó Comercio de Produtos de Papelaria LTDA **a partir de 04/01/2017**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 109/2017

Portaria nº 109/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural o Sr. José Carlos da Silva, brasileiro, RG: 07989245 SSP/MT, CPF: 622.599. 621.49,residente na Rua Jose Mariano da Costa – nº 184 – COHAB Nova em Nossa Senhora do Livramento -MT**, como fiscal da Ata de Registro de Preço nº 003/2017** - aquisição de materiais de Expedientes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural– Empresa Grafite Comercio e Representação LTDA **a partir de 04/01/2017**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 16 de Janeiro de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 006/2017

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. º 006/2017

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º **006/2017, cujo OBJETO é a "contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuado para os exercícios de 2017-2020, de mão de obra na manutenção predial, tanto preventiva como corretiva em hidráulica e reparos elétricos necessários à execução dos serviços, compreendendo todas as unidades prediais do município de Nova Bandeirantes-MT."**

SAGROU-SE vencedoraa empresa **CILSON ANTONIO PIRES 39701662920 -** CNPJ: 26.968.626/0001-80, no valor global de R$ 35. 000,00 (trinta e cinco mil reais).

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo encontram-se com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

_____

Regina de Souza Mendonça

Pregoeira Oficial

Decreto nº 012/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017

Aos 02 dias do mês de fevereiro de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL Nº 005/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **01/03/2017**, doravante denominada

FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para a aquisição de gêneros alimentícios para a Merenda escolar da Rede Municipal de Ensino, (Convênio FNDE – Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação/ PNAE – Programa Nacional De Alimentação Escolar), do Município de Nova Bandeirantes-MT, conforme termo de referência constante do Edital de Licitação,** e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**SUPERMERCADO NOVA BANDEIRANTES LTDA-EPP**	CNPJ:	04.435485/0001-05
Endereço:	AV: Lazaro Moreira dos Santos	Nº:	S / Nº
Bairro:	CENTRO Cidade: NOVA BANDEIRANTES	CEP:	78565-000
Representante Legal:	**ENEIAS DELLA ROSA**	CPF:	CIC-MF Nº 832.392.941-68
Email:	Pauladellarosa123@hotmail.com	Telefone:	(66) 3572-1191

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UND	COLUNAS1	QTD.	V.UNIT	V.TOTAL
1	349010	ABOBORA CABOTIA IN NATURA SELECIONADA	KILO	IN NATURA	600	R$ 2,90	R$ 1.740,00
2	349011	ABOBRINHA VERDE IN NATURA	KILO	IN NATURA	1000	R$ 4,55	R$ 4.550,00
3	349012	ACAFRAO PACOTE COM 30G	UNIDADE	MIKA	800	R$ 2,50	R$ 2.000,00
4	349013	ACHOCOLATADO EM PO 400G PRIMEIRA QUALIDADE	UNIDADE	CHOCO MIL	2000	R$ 4,10	R$ 8.200,00
5	349014	ACUCAR CRISTAL 2 KL	UNIDADE	BARRALCOOL	2000	R$ 6,95	R$ 13.900,00
6	349015	ALFACE AMERICANA	UNIDADE	IN NATURA	500	R$ 3,40	R$ 1.700,00
7	322697	ALHO A GRANEL SELECIONADO	KILO	IN NATURA	600	R$ 27,90	R$ 16.740,00
11	11318	BANANA NANICA	KILO	IN NATURA	200	R$ 5,90	R$ 1.180,00
12	4907	BATATA INGLESA	KILO	IN NATURA	4000	R$ 4,00	R$ 16.000,00
13	229732	BERINJELA	KILO	IN NATURA	300	R$ 5,95	R$ 1.785,00
14	4909	BETERRABA	KILO	IN NATURA	2000	R$ 3,75	R$ 7.500,00
15	327675	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA PCT C/ 400GR	UNIDADE	ELBIS	2000	R$ 5,65	R$ 11.300,00
17	322836	CANELA EM PAU 10G	UNIDADE	MIKA	400	R$ 2,40	R$ 960,00
19	349017	CARNE BOVINA COSTELA	KILO	CENTRO OESTE	1000	R$ 15,25	R$ 15.250,00
21	349019	CARNE BOVINA PATINHO	KILO	CENTRO OESTE	500	R$ 18,90	R$ 9.450,00
23	349021	CEBOLA IN NATURA	KILO	IN NATURA	1200	R$ 2,90	R$ 3.480,00
24	4924	CENOURA	KILO	IN NATURA	3000	R$ 3,80	R$ 11.400,00
25	348133	CHA MATE 250 G	UNIDADE	ZAIONE	500	R$ 6,30	R$ 3.150,00
26	348134	CHEIRO VERDE MACO (SALSINHA E CEBOLINHA)	PACOTE	IN NATURA	300	R$ 3,25	R$ 975,00
29	349023	COUVE (FOLHA)	UNIDADE	IN NATURA	500	R$ 3,75	R$ 1.875,00
31	19489	CRAVO DA INDIA 08 GM	PACOTE	MIKA	300	R$ 3,00	R$ 900,00
32	349024	ERVA DOCE PCT COM 30 G	UNIDADE	MIKA	200	R$ 2,90	R$ 580,00
33	349025	ERVILHA EM CONSERVA LATA 2 KG	UNIDADE	OLÉ	500	R$ 19,75	R$ 9.875,00
36	349026	EXTRATO DE TOMATE 850 G	UNIDADE	ELEFANTE	1000	R$ 14,90	R$ 14.900,00
38	349028	FARINHA DE MILHO BIJU PCT 500G	UNIDADE	CAMPILAR	1500	R$ 4,80	R$ 7.200,00
39	349029	FARINHA DE ROSCA PCT 500G	UNIDADE	CAMPILAR	1000	R$ 5,85	R$ 5.850,00
40	349030	FARINHA DE TRIGO PCT 1 KG	UNIDADE	ALVALADE	1500	R$ 4,35	R$ 6.525,00
42	4925	FERMENTO BIOLOGICO 125G	UNIDADE	SAF-INSTANT	200	R$ 9,20	R$ 1.840,00
43	222358	FERMENTO BIOLOGICO PCT 500G	UNIDADE	SAF-INSTANT	200	R$ 23,95	R$ 4.790,00
44	349031	FERMENTO BIOLOGICO SECO 200 G	UNIDADE	DR. OETKER	700	R$ 6,35	R$ 4.445,00
45	349032	FRANGO INTEIRO CONGELADO	UNIDADE	MAROMBI	500	R$ 10,40	R$ 5.200,00
47	348116	LARANJA PERA RIO	KILO	IN NATURA	1000	R$ 4,00	R$ 4.000,00
48	224834	LEITE EM PO INTEGRAL PC 400 G	PACOTE	PIRACANJUBA	3500	R$ 14,50	R$ 50.750,00
51	349037	LOURO EM FOLHA PACOTE 5 G	UNIDADE	MIKA	800	R$ 2,40	R$ 1.920,00
52	349042	MACA FUGI SELECIONADA	KILO	IN NATURA	1000	R$ 6,75	R$ 6.750,00
54	349039	MACARRAO DE SEMOLA ESPAGUETE PCT COM 1 KG	UNIDADE	LIANE	2500	R$ 8,95	R$ 22.375,00
55	349040	MACARRAO DE SEMOLA PARAFUSO PCT COM 1 KG	UNIDADE	GALO	2500	R$ 10,30	R$ 25.750,00
58	349044	MILHO BRANCO PARA CANJICA PCT 500G	UNIDADE	CAMPILAR	5000	R$ 3,75	R$ 18.750,00
60	331755	MILHO VERDE EM CONSERVA LATA 2KG	UNIDADE	SOFRUTA	800	R$ 19,75	R$ 15.800,00
62	348150	NOZ MOSCADA MOIDA 5 G	PACOTE	MIKA	600	R$ 2,65	R$ 1.590,00
63	348151	OLEO DE SOJA 900 ML	UNIDADE	CONCÓRDIA	2500	R$ 5,95	R$ 14.875,00
65	229735	OVOS EMBALAGEM C/ TAMPA C/ 1 DUZIA	DUZIA	IN NATURA	2500	R$ 6,00	R$ 15.000,00
66	355498	PAO DE LEITE TIPO HOT-DOG	KILO	DELLA ROSA	1000	R$ 12,50	R$ 12.500,00
67	323815	PAO FRANCES	KILO	DELLA ROSA	2500	R$ 9,00	R$ 22.500,00
69	20015	PIMENTAO VERDE	KILO	IN NATURA	500	R$ 5,75	R$ 2.875,00
70	228778	POLPA DE FRUTA CONGELADA	UNIDADE	BRASFRUT	1000	R$ 30,00	R$ 30.000,00
71	355499	REPOLHO ROXO SELECIONADO	KILO	IN NATURA	1000	R$ 4,00	R$ 4.000,00
72	348154	REPOLHO VERDE	KILO	IN NATURA	3000	R$ 3,40	R$ 10.200,00
73	355500	ROSCA DOCE COM COCO	KILO	DELLA ROSA	1000	R$ 14,25	R$ 14.250,00
74	331088	SAL DE COZINHA 1 KG	UNIDADE	PIRÂMIDE	750	R$ 2,00	R$ 1.500,00
76	327690	TEMPERO BAIANO PACT 30GR	UNIDADE	MIKA	800	R$ 2,65	R$ 2.120,00
77	348115	TOMATE	KILO	IN NATURA	2500	R$ 4,95	R$ 12.375,00
		TOTAL					**R$ 485.120,00**

Valor Global de R$ 485.120,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil cento e vinte reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de educação, com prazo de entrega não superior a **02 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. Os produtos devem obedecer criteriosamente às datas de validade não inferiores a sessenta (60) dias.

5.7. Os produtos deverão ser entregues nas unidades escolares no horário de funcionamento das cozinhas escolares– zona urbana e rural.

5.8- Todos os produtos cotados deverão estar de acordo com as normas técnicas da **ANVISA, FNDE, MINISTÉRIO DA SAÚDE E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.**

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes. Dever estar ausentes qualquer sujidade, parasitas, larvas, insetos, ou seja, isenta de organismos contaminantes.

5.10- As frutas, legumes e verduras devem estar grau de maturação ideal para manipulação e transporte, em boas condições de conservação, sem sinais de deterioração, sem manchas escuras, que indiquem bolor e apodrecimento, e outros sinais que indiquem estágio de apodrecimento. Devem estar firmes, sem partes amolecidas ou estragadas. Ou seja, devem estar em condições adequadas para o consumo

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n. º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 005/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n. º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n. º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n. º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n. º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) Atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) Solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) Elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso de a licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n. º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - Descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - Outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalíssima, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 04 - Secretaria de Educação – Natureza de despesa 339030000000 – 174.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento

Vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. XXX/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 02 DE MARÇO DE 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

SUPERMERCADO NOVA BANDEIRANTES LTDA-EPP

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2017

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 010/2017,**no dia **17/03/2017 às 08:00 horas,**(Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

OBJETO: registro de preço para futura e fracionada *aquisição de combustíveis para abastecimento da frota de veículos e máquinas pesadas do município de Nova Bandeirantes-MT*, conforme especificações técnicas constantes neste instrumento.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT. Informações pelo telefone (66) 3572-1950 ou através de solicitação pelo e-mail: licitação@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes/MT, 03 de março de 2017.

Regina de Souza Mendonça

Pregoeira Oficial

Decreto nº 012/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017

Aos 02 dias do mês de fevereiro de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL Nº 005/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **01/03/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para a aquisição de gêneros alimentícios para a Merenda escolar da Rede Municipal de Ensino, (Convênio FNDE – Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação/ PNAE – Programa Nacional De Alimentação Escolar), do Município de Nova Bandeirantes-MT, conforme termo de referência constante do Edital de Licitação,** e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**M.W.MARCILIO-EPP**			CNPJ:	05.930.171/0001-33
Endereço:	Rua Para			Nº:	S / Nº
Bairro:	CENTRO	Cidade:	NOVA BANDEIRANTES	CEP:	78565-000
Representante Legal:	**MARCELO WELINGTON MARCILIO**			CPF:	783.744.641-00
Email:	mercadopara_marcelo@hotmail.com			Telefone:	(66) : 3572-1127

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD.	V.UNIT	V.TOTAL
8	19470	AMENDOIM CRU 500GS	UNIDADE	MIKA	800	R$ 8,75	R$ 7.000,00
9	16404	AMIDO DE MILHO 1 KG	UNIDADE	MIKA	300	R$ 15,50	R$ 4.650,00
10	7801	ARROZ TIPO 1 PACOTE COM 5 KL	KILO	TIO LINDO	3000	R$ 18,20	R$ 54.600,00
16	327676	BISCOITO SALGADO TIPO AGUA E SAL PCT C/ 400GR	UNIDADE	VITARELA	2000	R$ 5,65	R$ 11.300,00
18	349016	CARNE BOVINA ACEM SEM OSSO MOIDA	KILO	ALVORADA	5000	R$ 16,00	R$ 80.000,00

20	349018	CARNE BOVINA MUSCULO	KILO	ALVORADA	3000	R$ 16,00	R$ 48.000,00
22	349020	CARNE SECA (BOVINA)	KILO	ALVORADA	600	R$ 16,00	R$ 9.600,00
27	349022	COCO RALADO EM FLOCOS 100G	UNIDADE	DU COCO	1000	R$ 5,00	R$ 5.000,00
28	327301	COLORAL DE 500G	UNIDADE	TIA ELENA	500	R$ 5,95	R$ 2.975,00
30	327659	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA	KILO	ANHANBI	3000	R$ 12,40	R$ 37.200,00
34	331750	ERVILHA EM CONSERVA LATA 200 GR	UNIDADE	SO FRUTA	500	R$ 2,35	R$ 1.175,00
35	229067	EXTRATO DE TOMATE 350 GR	UNIDADE	BONARE	200	R$ 3,80	R$ 760,00
37	349027	FARINHA DE MANDIOCA BIJU PCT 500G	UNIDADE	DEUSA	1500	R$ 6,75	R$ 10.125,00
41	348144	FEIJAO CARIOCA 1 KL	PACOTE	TIO LINDO	1800	R$ 6,00	R$ 10.800,00
46	349033	FUBA MIMOSO PCT 1KG	UNIDADE	TIA ELENA	2500	R$ 4,00	R$ 10.000,00
49	349035	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL CAIXA 1LT	UNIDADE	PIRACANJUBA	2000	R$ 5,00	R$ 10.000,00
50	349036	LINGUICA TOSCANA	KILO	RESENDA	1600	R$ 13,85	R$ 22.160,00
53	349038	MACARRAO DE SEMOLA AVE MARIA PCT COM 500 G	UNIDADE	ORSI	3000	R$ 3,80	R$ 11.400,00
56	229734	MANDIOCA DESCASCADA CONGELADA	KILO	IN NATURA	2000	R$ 4,00	R$ 8.000,00
57	349043	MARGARINA COM SAL 1 KG	UNIDADE	DELICIA	500	R$ 12,00	R$ 6.000,00
59	349045	MILHO DE PIPOCA PREMIUM PCT 500G	UNIDADE	MIKA	1000	R$ 3,40	R$ 3.400,00
61	349046	MILHO VERDE EM CONSERVA SACHE 200 G	UNIDADE	FUGINE	600	R$ 2,90	R$ 1.740,00
64	348152	OREGANO 100 G	PACOTE	MIKA	500	R$ 6,00	R$ 3.000,00
68	331191	PEITO D FRANGO CONGELADO	KILO	ANHANBI	3000	R$ 11,85	R$ 35.550,00
75	4922	SALSICHA KG	KILO	RESENDA	2000	R$ 12,00	R$ 24.000,00
78	21092	VINAGRE DE MACA	UNIDADE	CASTELO	600	R$ 3,00	R$ 1.800,00
		TOTAL					**R$ 420.235,00**

Valor global de R$ 430.235,00 (quatrocentos e trinta mil duzentos e trinta e cinco reais)

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação da secretaria de educação, com prazo de entrega não superior a **02 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. Os produtos devem obedecer criteriosamente às datas de validade não inferiores a sessenta (60) dias.

5.7. Os produtos deverão ser entregues nas unidades escolares no horário de funcionamento das cozinhas escolares– zona urbana e rural.

5.8- Todos os produtos cotados deverão estar de acordo com as normas técnicas da **ANVISA, FNDE, MINISTÉRIO DA SAÚDE E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.**

5.9 - As embalagens não podem apresentar-se violadas, com sinais de rompimento, aberturas ou furos. Devem ter a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, CNPJ, prazo de validade, peso líquido, certificado de inspeção quando obrigatório, autorização dos órgãos competentes. Dever estar ausentes qualquer sujidade, parasitas, larvas, insetos, ou seja, isenta de organismos contaminantes.

5.10- As frutas, legumes e verduras devem estar grau de maturação ideal para manipulação e transporte, em boas condições de conservação, sem sinais de deterioração, sem manchas escuras, que indiquem bolor e apodrecimento, e outros sinais que indiquem estágio de apodrecimento. Devem estar firmes, sem partes amolecidas ou estragadas. Ou seja, devem estar em condições adequadas para o consumo

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n. º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 005/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n. º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n. º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n. º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n. º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria 018/2017, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à (s) empresa (s) fornecedora (s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) Atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) Solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) Elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 04 - Secretaria de Educação – Natureza de despesa 339030000000 – 174.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento

vigente deverá contigenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municipios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. XXX/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 02 de março de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

M.W.MARCILIO-EPP

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2017

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 011/2017,**no dia 17/03/2017 **às 14:00 horas,**(Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

OBJETO: registro de preço para futura e fracionada *aquisição de óleos, graxas e filtros lubrificantes para atender a demanda da frota de veículos do município de Nova Bandeirantes-MT,* conforme especificações técnicas constantes neste instrumento*.*

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT. Informações pelo telefone (66) 3572-1950 ou através de solicitação pelo e-mail: licitação@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes/MT, 03 de março de 2017.

Regina de Souza Mendonça

Pregoeira Oficial

Decreto nº 012/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 006/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. º 006/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS,** torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n.º **006/2017, cujo OBJETO é a"contratação de empresa especializada na**

prestação de serviços continuado para os exercícios de 2017-2020, de mão de obra na manutenção predial, tanto preventiva como corretiva em hidráulica e reparos elétricos necessários à execução dos serviços, compreendendo todas as unidades prediais do município de Nova Bandeirantes-MT."

SAGROU-SE vencedoraa empresa:

Sociedade/Empresária	CNPJ:	VALOR GLOBAL
CILSON ANTONIO PIRES 39701662920	26.968.626/0001-80	R$ 35.000,00

Nova Bandeirantes/MT 03 de março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

PREVBRAS
REPUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO DE CONTRATOS 2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREVBRAS

PREVIDENCIA DOS SERV. PÚBLICO MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

CNPJ. 02.834.062/0001-80

RELAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS NO EXERCICIO DE 2017

Nº DO CONTRATO	DATA DA ASSINATURA	VIGENCIA	CONTRATADO	OBJETO	Nº E MODALIDADE DA LICITAÇÃO	VALOR R$
003/2017	11/01/2017	12 MESES	OSVALDEMI NESTOR DE ARAUJO	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL NA AREA DE CONTABILIDADE PUBLICA		R$15.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços Nº. 001/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 001/CPL/2017

A Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitações - CPL, torna público para amplo conhecimento dos interessados, o resultado da Licitação acima caracterizada: **Licitante Vencedor: BENASSI, FRASSON JUNIOR & SANTOS LTDA.**

MARCIO EGIDIO DA SILVA

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017 - SRP

A Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 16 de Março de 2017, ás 08:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Combustíveis para Manutenção da Frota de Veículos, Máquinas e Equipamentos de Diversas Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito de Nova Canaã do Norte-MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT, Sito a Av. São Paulo Nº 111, Centro, Nova Canaã do Norte-MT e no site www.novacanaadonorte.mt.gov.br (Ícone: Editais Online)

Nova Canaã do Norte/MT, em 03 de Março de 2017

BRUNO DE ALMEIDA CALVI

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 001/2017 da Comissão Permanente de Licitação, com fundamento no Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, objetivando a contratação da S.O.S MEDICINA CLÍNICA E OCUPACIONAL LTDA - ME, devidamente inscrita no CNPJ nº 10.733.973/0001-93, no valor total de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais), referente a prestação de serviços médicos especializados para realização de pericias médicas, com o prazo de vigência até 21/06/2017. DETERMINO que sejam adotados os procedimentos necessários à contratação da empresa acima mencionada.

Nova Lacerda - MT, 24 de fevereiro de 2017.

Sebastião Bento da Silva

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS Nº 020/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 37.464.989/0001-02, com sede administrativa à Rua Tiradentes, 211 N, na cidade de Nova Marilândia-MT

CONTRATADA: GRACIELA LOPES DANIEL

OBJETIVO O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público, é a prestação de serviços para exercer o cargo de **"Psicóloga"**, a ser desempenhado junto a Secretaria Municipal de Saúde no município de Nova Marilândia-MT, com jornada de 20 (vinte) horas semanais, reservado o descanso semanal remunerado, em razão de não haver funcionário concursado para ocupar o cargo.

VALOR: R$ 1.686,80 (Hum mil, seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos) mensais.

DATA DE VIGÊNCIA: 03/03/2017 a 31/12/2017.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2017

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 007/2017 – ASS- 07/02/2017 –Vcto – 07/01/2018 - Vlr- R$ 21.780,00– Contratada (o): **LUIS CESAR KAWASAKI E CIA LTDA EPP** – OBJ: LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO POPULAR, POTENCIA MINIMA DE 60 CV, CAPACIDADE DE 05 LUGARES COM AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, RADIO USB, INSL-FILM, COM NO MAXIMO 1 ANO DE FABRICAÇÃO, SEM MOTORISTA, EQUIPADOS COM TODOS OS COMPONENTES DE SEGURANÇA, SEGURO OBRIGATÓRIO, KM LIVRE.

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 03 DE MARÇO DE 2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR – 004/2017 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2017 EDITAL COMPLEMENTAR AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESTINADO AS CONTRATAÇÕES POR NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL

EDITAL COMPLEMENTAR – 004/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2017

EDITAL COMPLEMENTAR AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESTINADO AS CONTRATAÇÕES POR NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONFORME DISPÕE O INC. IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DA LEI MUNICIPAL N.º 742/2017, SUBSIDIARIAMENTE O PLANO DE CARGOS E CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA LEI COMPLEMENTAR N.º 725/2016, ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO LEI MUNICIPAL N.º 030/93 E DEMAIS LEGISLAÇÕES CORRELATAS, CONFORME SEGUE:

O MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 37.464. 989/0001-02, com sede administrativa à Rua Tiradentes, 329, na cidade de Nova Marilândia-MT, devidamente representado pelo Exmº. Sr. Prefeito Municipal **JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Minas Gerais s/nº, Bairro Centro, Cidade de Nova Marilândia-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 31415616 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. 459.368.209-63, e a Comissão especial instituída pela Portaria Municipal n.º 048/2017, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem por meio deste expedir **EDITAL COMPLEMENTAR AO TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO** nos seguintes termos:

CONSIDERANDOque a administração pública pode revogar seus atos por conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, conforme dispõe a súmula 473 do Supremo Tribunal Federal in vebis:

Súmula 473: "A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

1.0. Fica suspensa a convocação do 3º classificado ao cargo de motorista da Educação, que se deu por meio do edital n.º 003/2017;

2.0. Este edital complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 03 (TRÊS) DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE – 03/03/2017.

_____

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

_____

RAYENDER IZIDORIO MULINÁRIO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO

_____

ROGÉRIO ANASTÁCIO CHAVES

OAB/MT: 11226

PROCURADOR JURÍDICO

Registrado pela Secretaria Municipal de Administração, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e afixado no mural da unidade gestora

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2017

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 006/2017 – ASS- 06/02/2017 –Vcto – 06/01/2018 - Vlr- R$ 63.360,00 – Contratada (o): **RICARDO MURILO DE ARRUDA ALVES –ME** – OBJ: CONTRATO PELA LOCAÇÃO VEICULO TIPO CAMINHONETE 4X4, DIESEL OU FLEX, POTENCIA MINIMA DE 120 CV, CAPACIDADE DE 05 LUGARES, DIREÇÃO HIDRÁULICA, RADIO USB, INSUL – FILM, PROTETOR DE CAÇAMBA, CAPOTA MARÍTIMA, COM MAXIMO 1 (UM) ANO DE FABRICAÇÃO, SEM MOTORISTA, EQUIPADO COM TODOS OS COMPONENTES DE SEGURANÇA, SEGURO OBRIGATÓRIO, KM LIVRE.

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 03 DE MARÇO DE 2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2017

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 009/2017 – ASS- 24/02/2017 –Vcto - 31/12/2017 - Vlr- 8.100,00 - Contratada: **SATIRO FERREIRA DE SANTANA** – OBJ: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COMERCIAL URBANO COM UMA ÁREA APROXIMADA DE 50,00 M², SITUADO NA RUA MARECHAL RONDON S/N - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, SENDO PARA A UTILIZAÇÃO DA AGENCIA DO CORREIOS**.**

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 03 DE MARÇO DE 2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS Nº 022/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 37.464.989/0001-02, com sede administrativa à Rua Tiradentes, 211 N, na cidade de Nova Marilândia-MT

CONTRATADO: IVANILDA EVANGELISTA DOS SANTOS

OBJETIVO: O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público, é a prestação de serviços para exercer o cargo de **"TÉCNICO EM ENFERMAGEM- PRONTO ATENDIMENTO**", a ser desempenhado junto a Secretaria Municipal de Saúde no município Nova Marilândia-MT, com jornada de 12/36 (doze/trinta e seis) horas semanais, reservado descanso semanal remunerado, em razão de não haver professor de matemática concursado no município de Nova Marilândia-MT para assumir o cargo.

VALOR: R$ 1.450,00 (Hum mil quatrocentos reais) mensais.

DATA DE VIGÊNCIA: 03/03/2017 a 31/12/2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 102/2017 DATA: 03 DE MARÇO 2017.
EMENTA: NOMEIA A SR.ª. GEISY MARA GONÇALVES DE MEDEIROS, PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE "M0NITOR DE PROGRAMAS " DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂN

EMENTA: NOMEIA A Sr.ª. **GEISY MARA GONÇALVES DE MEDEIROS,** PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE "**M0NITORA DE PROGRAMAS *"***DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º - Nomeia a partir do dia 03 de março de 2017 a Sr°**GEISY MARA GONÇALVES DE MEDEIROS,** portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº **1843673-0 SSP/MT** cadastrado no CPF nº **031.866.901-37**, para exercer o cargo em comissão de "**MONITORA DE PROGRAMAS *"*** lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2º - As atribuições do cargo são previstas em Lei e restritas a elas, devendo o nomeado agir com total dedicação e responsabilidade de suas funções.

Art. 3º - A remuneração do funcionário ora nomeado será de acordo com fulcro nas Leis Nº **725/2016**.

Art. 4º - O nomeado tomará posse imediatamente após registro e a publicação da presente Portaria.

Parágrafo Único - O ocupante do cargo, de que trata esta Portaria no ato de sua posse fará a entrega ao setor Administrativo de Pessoal a sua declaração de bens e valores, para fins de direito.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TES DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE – 03/03/2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA - MT

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei**.**

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO 004/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL FISIOTERAPEUTA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

Data da realização: 02/03/2017

Licitante Vencedor: **Luana Araújo Marconi** inscrita no **CPF: 030.757. 801-11, 1º classificada** com valor total de **R$ 27.900,00 (vinte e sete mil e novecentos reais).**

NOVA MARILANDIA / MT, 03 de Março de 2017.

SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS

PREGOEIRA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS Nº 019/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 37.464.989/0001-02, com sede administrativa à Rua Tiradentes, 211 N, na cidade de Nova Marilândia-MT

CONTRATADA: WELIKA FABIANE DE ARRUDA NASCIMENTO

OBJETIVO O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público, é a prestação de serviços para exercer o cargo de **"Assistente Social**", a ser desempenhado junto a Secretaria Municipal de Saúde no município de Nova Marilândia-MT, com jornada de 20 (vinte) horas semanais, reservado o descanso semanal remunerado, em razão de não haver funcionário concursado para ocupar o cargo.

VALOR: R$ 2.248,80 (Dois mil, duzentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos) mensais.

DATA DE VIGÊNCIA: 03/03/2017 a 31/12/2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 103/2017 DATA: 03 DE MARÇO 2017.
EMENTA: NOMEIA A SR.ª. ROSANA ROSA BATISTA , PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE "M0NITORA DE PROGRAMAS " DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

EMENTA: NOMEIA A Sr.ª. **ROSANA ROSA BATISTA ,** PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE "**M0NITORA DE PROGRAMAS *"***DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º - Nomeia a partir do dia 03 de março de 2017 a Sr°**ROSANA ROSA BATISTA,** portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº **1752149-1 SSP/MT** cadastrado no CPF nº **013.539.461-93**, para exercer o cargo em comissão de "**MONITORA DE PROGRAMAS *"*** lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2º - As atribuições do cargo são previstas em Lei e restritas a elas, devendo o nomeado agir com total dedicação e responsabilidade de suas funções.

Art. 3º - A remuneração do funcionário ora nomeado será de acordo com fulcro nas Leis Nº **725/2016**.

Art. 4º - O nomeado tomará posse imediatamente após registro e a publicação da presente Portaria.

Parágrafo Único - O ocupante do cargo, de que trata esta Portaria no ato de sua posse fará a entrega ao setor Administrativo de Pessoal a sua declaração de bens e valores, para fins de direito.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TES DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE – 03/03/2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA - MT

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei**.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS Nº 021/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 37.464.989/0001-02, com sede administrativa à Rua Tiradentes, 211 N, na cidade de Nova Marilândia-MT

CONTRATADA: LENICE FERREIRA MARTINS SOUTO

OBJETIVO: O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público, é a prestação de serviços para exercer o cargo de **"MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR LINHA POMPEIA**, a ser desempenhado junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Turismo de Nova Marilândia-MT, com uma jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, reservado descanso semanal, em razão de não haver funcionário concursado para ocupar o cargo.

VALOR: R$ 1.000,00 (Hum mil reais) mensais.

DATA DE VIGÊNCIA: 03/03/2017 a 23/12/2017

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 010/2017 – ASS- 24/02/2017 –Vcto – 31/12/2017 - Vlr- R$ 6.543,00– Contratada (o): **BIO RESÍDUO SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA** – OBJ: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, GERENCIAMENTO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDER A DEMANDA DO POSTO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 03 DE MARÇO DE 2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 008/2017 – ASS- 08/02/2017 –Vcto – 10/10/2017 - Vlr- R$ 28.000,00– Contratada (o): **SOUZA PAISAGISMO** – OBJ: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM NAS ÁREAS VERDES DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 03 DE MARÇO DE 2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 086/2017 "DISPÕE SOBRE O RETORNO DE LICENÇA FÉRIAS A SRA. ROSELI FERREIRA DE SOUZA"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e 298/2003, com suas posteriores alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - RETORNAR DA LICENÇA FÉRIAS, o Srª: **ROSELI FERREIRA DE SOUZA SANTOS,** portadora do RG nº. 14324679 SSP/MT, e CPF sob o n.º 001.655.601.18, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 03 de Março de 2017.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 087/2017 "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA ROSELI FERREIRA DE SOUZA".

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER AFASTAMENTO, a Srª. **ROSELI FERREIRA DE SOUZA SANTOS,** portadora do RG nº. 14324679 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 001.655.601.18, do Cargo Efetivo, para tratar de interesses particulares, pelo prazo de 02 (Dois) Anos, a partir do dia 03 de Março de 2017, Conforme Estatuto do Servidor, Capítulo IV, Art. 73, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 03 de Março de 2017.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 085/2017 "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO EFETIVO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO A SRA. VALDIRENE SOUZA DOS SANTOS"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR do Cargo Efetivo a pedido, a Sra. **VALDIRENE SOUZA DOS SANTOS**, portadora do RG nº 20301553 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 039.685.971.25, do Cargo/função APOIO ADM EDUCACIONAL - LIMPEZA E MANUTENCAO**,** de Nova Maringá-MT, a partir desta data 01 de Março de 2017, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Março de 2017.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 084/2017 "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO EFETIVO DE OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS O SR. VALDECI DALL AGNOL FAGUNDES DA SILVA"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR do Cargo Efetivo a pedido, o Sr. **VALDECI DALL AGNOL FAGUNDES DA SILVA**, portadora do RG nº 1.161.869-8 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 907.067.221.91, do Cargo/função **OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS,** de Nova Maringá-MT, a partir desta data 01 de Março de 2017, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Março de 2017.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 088/2017 "DISPÕE SOBRE A CONCEÇÃO DE LICENÇA FÉRIAS DO SERVIDOR SR. SIDNEI DOS SANTOS COSTA"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, ao Sr. **SIDNEI DO SANTOS COSTA**, portador da Cédula de Identidade nº. 83143304 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 904.375.271.15, conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, a partir desta data 03 de Março de 2017, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 03 de Março de 2017.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 089/2017 "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE GERAL A SRA. ROSANGELA MELO GOLARTE"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR do Cargo Comissionado, a Sra. **ROSANGELA MELO GOLARTE**, portadora do RG nº. 2189648-8 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 036.132.621.18, do Cargo/função CHEFE DO DEPTO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE GERAL, de Nova Maringá-MT, a partir desta data 03 de Março de 2017, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 03 de Março de 2017.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 081/2017 "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO DE ZELADORA A SRA. FABIANE BEATRIZ DIAS POQUIVIQUI"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a Sra. **FABIANE BEATRIZ DIAS POQUIVIQUI**, portadora do RG nº. 28361237 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 062.647.071.47, do Cargo/função **ZELADORA**, de Nova Maringá-MT, a partir desta data 01 de Março de 2017, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Março de 2017.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 090/2017 "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO EFETIVO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO A SRA. VALDIRENE SOUZA DOS SANTOS"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR do Cargo Comissionado, o Sr. **JOSE FERREIRA DA SILVA**, portador do RG nº 20436602 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º

748.585.131.49, do Cargo/função CHEFE DE DIVISAO DE ESPORTE**,** de Nova Maringá-MT, a partir desta data 01 de Março de 2017, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 01 de Março de 2017, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 03 de Março de 2017.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 091/2017 "DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NÍVEL A SRA. ROSELI DOS SANTOS RIBEIRO".

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 35 da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - ELEVAR DE NIVEL, a **Sra. ROSELI DOS SANTOS RIBEIRO**, portadora do RG nº. 865088 SSP/MT, e CPF sob o n.º 559.264.011.00, da matrícula 2254 de Técnico Administrativo Educacional - Monitor Nível A 01 para o Nível B 02, conforme lei nº 298/2003, Art. 29.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 03 de Março de 2017.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 092/2017 "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO EM CARGO EFETIVO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MONITOR A SRA. ROSANGELA MELO GOLARTE"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá e demais atribuições da Lei n.º 217/2001com suas posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em cargo Efetivo, a ***Sra.*** **ROSANGELA MELO GOLARTE**, portadora do RG nº. 2189648-8 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n. º 036.132.621.18, para exercer o cargo de TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MONITOR, a partir de 03 de Março de 2017, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 03 de Março de 2017.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 083/2017 "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS A SRA. ALINE MAXIMO DA SILVA"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR do Cargo Efetivo a pedido, a Sra. **ALINE MAXIMO DA SILVA**, portadora do RG nº. 23126450 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 046.940.941.06, do Cargo/função AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, de Nova Maringá-MT, a partir desta data 01 de Março de 2017, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Março de 2017.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 080/2017 "DISPÕE SOBRE A CONCEÇÃO DE LICENÇA FÉRIAS DOS SERVIDORES"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, aos servidores:

MAT	NOME	CPF
2	ADRIANA PEREIRA DA SILVA	002.492.331-18
96	SEBASTIÃO CEZAR PINTO	662.667.931-72
1896	DIENE DE SOUZA SILVA CAMPOS	014.623.271-25
2181	CRISTINA DE SOUZA GONÇALVES	016.180.861-11

,conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, a partir desta data 02 de Janeiro de 2017, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Março de 2017.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 082/2017 "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO EFETIVO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO A SRA. EDVANIA BATISTA DE FARIA"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR do Cargo Efetivo a pedido, a Sra. **EDVANIA BATISTA DE FARIA**, portadora do RG nº. 16347137 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 016.824.781.06, do Cargo/função APOIO ADM EDUCACIONAL

- LIMPEZA E MANUTENCAO, de Nova Maringá-MT, a partir desta data 01 de Março de 2017, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 01 de Março de 2017.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO CONTRATO 017/2017

CONTRATO Nº. 017/2017

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e SEBASTIANA DE LIMA FERMINO.

2. OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ZELADORA, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

3. DATA ASSINATURA: 02 de Março de 2017

4. VIGÊNCIA: 02 de Março de 2018

5. VALOR: R$ 11.751,48 (Onze mil e setecentos e cinquenta e um reais e quarenta e oito centavos),

6. BASE LEGAL: Lei 782/2015

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO CONTRATO 020/2017

CONTRATO Nº. 020/2017

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e VANESSA DOS SANTOS GOMES

2. OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SALA, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

3. DATA ASSINATURA: 01 de Março de 2017.

4. VIGÊNCIA: 01 de Maio de 2017

5. VALOR: R$ 1.958,58 (mil novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos),

6. BASE LEGAL: Parecer Jurídico.

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO CONTRATO 021/2017

CONTRATO Nº. 021/2017

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e ANA LIGIA BURIN ARNAUT CANDIDO

2. OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR DE PEDAGOGIA, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

3. DATA ASSINATURA: 01 de Fevereiro de 2017.

4. VIGÊNCIA: 01 de Abril de 2018

5. VALOR: R$ 20.285,30 (vinte mil duzentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos),

6. BASE LEGAL: Parecer Jurídico.

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO CONTRATO 019/2017

CONTRATO Nº. 019/2017

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e CELIA REGINA DE OLIVEIRA VASCONCELOS

2. OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SALA, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

3. DATA ASSINATURA: 01 de Março de 2017.

4. VIGÊNCIA: 01 de Maio de 2017

5. VALOR: R$ 1.958,58 (mil novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos),

6. BASE LEGAL: Parecer Jurídico.

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO CONTRATO 015/2017

CONTRATO Nº. 015/2017

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e GEOVANA APARECIDA DOS SANTOS

2. OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SALA, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

3. DATA ASSINATURA: 01 de Março de 2017.

4. VIGÊNCIA: 01 de Maio de 2017

5. VALOR: R$ 1.958,58 (mil novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos),

6. BASE LEGAL: Parecer Jurídico.

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO CONTRATO 013/2017

CONTRATO Nº. 013/2017

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e JULIANA DIAS

2. OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SALA, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

3. DATA ASSINATURA: 01 de Março de 2017.

4. VIGÊNCIA: 01 de Maio de 2017

5. VALOR: R$ 1.958,58 (mil novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos),

6. BASE LEGAL: Parecer Jurídico.

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO CONTRATO 016/2017

CONTRATO Nº. 016/2017

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e IZABEL MACHADO

2. OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ZELADORA , CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

3. DATA ASSINATURA: 01 de Março de 2017.

4. VIGÊNCIA: 01 de Maio de 2017

5. VALOR: R$ 1.958,88 (mil novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos),

6. BASE LEGAL: Parecer Jurídico.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 40/2017

SÚMULA: FICA EXONERADA, A PEDIDO A SRA. FERNANDA LEHMANN NAGEL, DO CARGO EFETIVO DE PROFESSORA DE PEDAGOGIA, LOTADA NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica exonerada, a pedido o Sra. FERNANDA LEHMANN NAGEL, do cargo efetivo de PROFESSORA DE PEDAGOGIA lotada na Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 10 de Fevereiro de 2017

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 064 /2017.

SÚMULA: NOMEIA A SENHORA **CARLA RAIMUNDA DA SILVA** , COMO **FACILITADORA DE OFICINAS ARTISTICAS E CULTURAIS,** COM LOTAÇÃO NA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DO MATO GROSSO.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica nomeada a Senhora **CARLA RAIMUNDA DA SILVA** , para ocupar o cargo de Facilitadora de Oficinas Artísticas e Culturais , lotada na Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, do Município de Nova Monte Verde.

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

NOVA MONTE VERDE - MT, 02 DE MARÇO DE 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

A Câmara Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, em cumprimento do disposto no § único, do Art. 61, da Lei 8.666/93, faz a publicação resumida do extrato do seguinte contrato:

CONTRATO: 003/2017

CONTRATADO: M. P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB -ME

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de criação, hospedagens, suporte técnico, manutenção e locação de sistema administrador do web site – www.camaranovamonteverde.mt.gov.br, com todas as sub-páginas e conteúdos que a CONTRATANTE solicitar, bem como a estrutura e disponibilização do Portal da Transparência, atendendo aos preceitos da Lei 12.527/2012.

PERÍODO: 01/03/2017 a 31/12/2017

VALOR GLOBAL: R$: 5.500,00

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO CONTRATO 014/2017

CONTRATO Nº. 014/2017

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e MARIA DOS ANJOS PEREIRA DE SOUZA DA SILVA

2. OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR DE PEDAGOGIA, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

3. DATA ASSINATURA: 01 de Março de 2017.

4. VIGÊNCIA: 01 de Maio de 2017

5. VALOR: R$ 2.897,90 (dois mil e oitocentos e noventa e sete reais e noventa centavos),

6. BASE LEGAL: Parecer Jurídico.

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO CONTRATO 018/2017

CONTRATO Nº. 018/2017

1. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e GERTA TEREZINHA KIST

2. OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SALA, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

3. DATA ASSINATURA: 01 de Março de 2017.

4. VIGÊNCIA: 01 de Maio de 2017

5. VALOR: R$ 1.958,58 (mil novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos),

6. BASE LEGAL: Parecer Jurídico.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PORTARIA Nº 1280 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2.017.

Dispõe sobre a Nomeação de Fiscal de Contratos das Secretárias Municipais de: Administração, Finanças, Desenvolvimento Rural, Viação e Transportes e Obras e Serviços Urbanos, e dá outras providências.

O Senhor ***João Teodoro Filho*** Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõe o art. 67 da Lei n° 8666/93.

RESOLVE

Art. 1º - Designar como Fiscal dos Contratos realizados no ano de 2017, pelas Secretarias Municipais de: Administração, Finanças, Desenvolvimento Rural, Viação e Transportes e Obras e Serviços Urbanos - Prefeitura Municipal de Nova Nazaré – MT, com a função de realizar o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, a servidora **LUCIENE LEITE DA SILVA,** efetiva, no cargo **Comissionado como Chefe do Departamento de Previdência**, inscrita sob CPF n° **014.303.071-02** matricula n° **017**, lotada na Secretaria Municipal Administração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de Fevereiro de 2.017.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2017

Dispõe sobre a apreciação dos nomes das mulheres indicadas para o título honorífico “Mulher Cidadã” e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT, ESTADO DE MATO GROSSO, VEREADOR EDUARDO OLIVEIRA DE ALMEIDA, no uso das atribuições que lhe são inerentes, com fulcro no Regimento Interno; faz saber que o Soberano Plenário da Câmara Municipal de Nova Olímpia aprovou e o ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Ficam aprovados os nomes das mulheres indicadas para homenagem com o título honorífico “Mulher Cidadã”, edição 2017.

Parágrafo único. Fazem parte integral deste documento o anexo I, (Relação de indicantes e indicadas) e o Anexo II (Dados biográficos das agraciadas).

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, aos dois dias do mês de março de dois mil e dezessete.

EDUARDO OLIVEIRA DE ALMEIDA

Presidente

REGISTRADO NA SECRETARIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL E PUBLICADO POR AFIXAÇÃO EM LUGAR DE COSTUME, NA DATA SUPRA.

VALDINO CARLOS RODRIGUES

Secretário Geral

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2017/ PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira oficial torna publico a retificação do edital do pregão presencial SRP, do tipo menor preço por item, com finalidade de selecionar propostas CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS EM VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, VISANDO ATENDER DEMANDA DA FROTA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA-MT. **As alterações encontra-se em destaque no edital de licitação**. A abertura do certame será realizada no **dia 21 de março as 08h00min** As duvidas sobre o certame serão dirimidas no setor de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Av. Mato Grosso N 175- Centro, no horário de 07:00 às 13:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 03 de março de 2017

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
GABARITO OFICIAL - PROVA OBJETIVA CONSELHO TUTELAR 01/ 2017

EDITAL DE PROCESSO ELETIVO Nº 01/2017.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA – Edital nº 01/2017 , do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais determinadas, torna Público:

Gabarito oficial da prova objetiva para cargo de Suplente de Conselheiro Tutelar.

Questão nº	Resultado oficial Letra
01	C
02	C
03	D
04	B
05	B
06	B
07	A
08	B
09	C
10	D
11	A
12	B
13	C
14	C
15	C

Nova Santa Helena , 03 de março de 2017.

MICHELE FERNANDA MATIAS LEITE LEMES DA SILVA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE-CMDCA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 88/2017

“Revoga a Portaria nº 133/2016, Retificada pela Portaria nº 34/2017 que dispõe sobre a designação da servidora MARA VIEIRA BLAU DE SOUZA, para a função de Instrutora de Musculação Terapêutica, e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Artigo 1º- Revogar a Portaria nº 133/2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato, em 05 de julho de 2016, página 248 Retificada pela portaria nº 34, de 18 e janeiro de 2017, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso em 19 de janeiro de 2017, página 219 que designa a servidora Mara Vieira Blau de Souza, habilitada como Instrutora de Musculação Terapêutica, para o exercício da função supra citada e concede a gratificação de 20% (vinte por cento) do vencimento base, conforme o parágrafo 2º do artigo 30º da Lei Municipal nº 987/2013.

Artigo 2º- a presente revogação faz-se em virtude do **Reajuste de 6,58%** , elevando o índice da folha no percentual de R$ 52.1672%.

Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 03 de março de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 86/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 20 (vinte) dias de férias à servidora **Ana Rigel Santos Souza** brasileira, maior, portadora do RG: nº 1399691-6 SSP/MT e do CPF: nº 008.045.941-20, lotado no **Gabinete do Prefeito** no cargo de **Controladora Interna** referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a partir do dia 06/03/2017 a 25/03/2017 com retorno no dia 26/03/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria passa a vigorar a partir de 06/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 03 de março de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 87/2017

"Dispõe sobre nomeação de cargo de provimento em Comissão, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear a Srª. **Vanilde Correia Lopes,** brasileira, maior, casada, portadora do RG. Nº. 1653663-0 SSP/MT e do CPF Nº. 935.675. 371-72, para exercer o cargo em Comissão de **Chefe do Departamento de Assistência Social, Trabalho e Cidadania,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania desta Prefeitura Municipal.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 03 de março de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 85/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 13 (Treze) dias de férias à servidor **Evanderson de Souza Santos** brasileiro, maior, portador do RG: nº 1598877-5 SSP/MT e do CPF: nº 001.192.271-00 lotado na **Secretaria Municipal de Infra Estrutura,** no cargo de **Químico** referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a partir do dia 06/03/2017 a 19/03/2017 com retorno no dia 20/03/2017.

Parágrafo Único: observa-se que o servidor Evanderson em oportunidades distintas, através dos ofícios 001 e 005/2016 solicitou 03 e 04 dias respectivamente de férias, que foram gozadas, outrora, através do oficio 002/2016 solicitou conversão de 10 dias de suas férias em valores pecuniários.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 06/03/2017 revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 03 de março de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 20/2017

"Altera o Decreto nº 068/2016, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT**, Sr. Silvano Pereira Neves,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município no Artigo 45 do Inciso IV.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Decreto nº 068/2016 de Recondução dos Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela lei 143/1991, para o biênio 2016/2018, composto pelos seguintes membros:

MEMBROS GOVERNAMENTAIS

1. Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

Titular: **Maria Alves dos Santos**

Suplente: **Elizandra Aparecida Brito**

2. Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

Titular: **Selma de Araújo Amorim**

Suplente: **Rosimara Alberico**

3. Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

Titular: **Ana Maria de Oliveira Brito**

Suplente: **Polianna Alves dos Santos**

4. Representante da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Finanças;

Titular: **Josiane Malaquias Moreira**

Suplente: **Marcos Rafael de Souza**

MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL

1. Representante das Escolas;

Titular: **Clarice Rezer**

Suplente: **Sonia Maria Pereti**

2. Representante de Entidades Religiosas;

Titular: **José Batista da Silva**

Suplente: **Adriana de Souza Amorim da Silva**

3. Representantes de Associações;

Titular: **Aluana Priscila Santos Menezes**

Suplente: **Juarez Cirino de Souza**

4. Representantes de Sindicatos;

Titular: **Delphino Bidóia**

Suplente: **Nelson Camargo Lopes**

Art.2º - Os serviços de que trata o artigo 1º não fará jus à remuneração.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 03 de março de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 84/2017

"Dispõe sobre nomeação de cargo de provimento em Comissão, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear o Sr. **José Antônio de Oliveira,** brasileiro, casado, maior, portador do RG. Nº. 363.276 SSP/MT e do CPF Nº. 298.939. 251-34, para exercer o Cargo em Comissão de **Chefe do Departamento de Transportes e Manutenção de Estradas,** desta Prefeitura.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 03 de março de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

CONVENIOS E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 008/2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 008/2017

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**ROSALINA DE LIMA DIAS - EPP** inscrita no CNPJ sob o nº 37. 488.608/0001-17 localizada na Av. Ayrton Senna Bairro centro cidade de Novo Mundo CEP 78.528-00 representada pelo sua representante senhora ROSALINA DE LIMA DIAS, portadora do CPF nº 537.431.561-72 e RG sob o nº 871695 SSP/MT, residente e domiciliada na Av. Ayrton Senna, Bairro Centro, cidade Novo Mundo – MT, CEP 78.528-000.
Objeto	**Fornecimento de combustíveis, conforme Termo de Referência, ARP 001/2016, anexo ao Edital e a proposta de preços que integram o presente instrumento, independentemente de sua transcrição.**
Valor	O valor global para a execução do contrato é de **R$ 617. 613,59 (Seiscentos e Dezessete Mil Seiscentos e Treze Reais e Cinquenta e Nove Centavos), a ser pago conforme fornecimento.**
Prazo de Vigência do Contrato	O prazo de vigência do presente contrato se de 10(dez) meses, ou seja, de 17 de Fevereiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017, ou enquanto durar o quantitativo dos objetos deste contrato.
Dotação Orçamentária	***014 – 02.001.04.122.0002.2003.3390.30.00 Órgão: Gabinete do Prefeito 058 – 05.001.12.361.0006.2026.3390.30.00 Órgão: Secretaria de Educação 100 – 06.001.10.301.0021.2040.3390.30.00 Órgão: Secretaria de Saúde 141 – 07.002.08.243.0011.2056.3390.30.00.00 Órgão: Secretaria de Assistência Social 154 – 07.002.08.244.0011.2060.3390.30.00.00 Órgão: Secretaria de Assistência Social 171 – 08.001.20.606.0004.2065.3390.30.00 Órgão: Secretaria de Agricultura 196 – 09.001.26.782.0012.2075.3390.30.00 Órgão: Secretaria de Transporte e Obras 200 – 09.001.26.782.0012.2076.3390.30.00 Órgão: Secretaria de Transporte e Obras (FETHAB)***
Origem	Pregão Presencial 004/2016 – ARP 001/2016

Novo Mundo/MT, 17 de Fevereiro de 2017.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 005/2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 005/2017

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratado	**ADELMO DELCIO GEVEHR, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ n.º 16.367.905/0001-34, localizada na Av. Novo Mundo, s/nº, Zona Rural/Cinco mil, município de Novo Mundo/MT**
Objeto	**Contratação de empresa para a prestação de serviços de retirada de lixo orgânico e inorgânico dos canteiros públicos, logradouros, manutenção de paisagismo, limpeza de vias públicas e terrenos baldios na área urbana da Comunidade Cinco Mil.**
Valor	**O valor global para a execução do contrato é de R$ 15.950,00 (Quinze Mil Novecentos e cinquenta Reais), divididos em 11(onze) parcelas mensais e iguais no valor de R$ 1.450,00 (um mil quatrocentos e cinquenta reais) cada.**
Vigência	**A vigência do presente contrato será 11(ONZE) meses, de 01/02/2017 a 31/12/2017**
Dotação Orçamentária	***199 – 09.001.26.782.0012.2075.3390.39.00.00***

Novo Mundo/MT, 01 de Fevereiro de 2017.

CONVENIOS E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 007/2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 007/2017

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**ELENIR PERIN,** brasileira, Enfermeira, residente e domiciliado na cidade de Novo Mundo/MT, portadora da Cédula de Identidade – Registro Geral № 15548953 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 002.493.421-62
Objeto	**Prestação de Serviços de Enfermagem para Atendimento ao PSF Catarina Zim Mafini, 40hs semanais e atendimento urgência e emergência quando necessário**
Valor	O valor global para a execução do contrato é de R$ 3.950,00 (Três Mil Novecentos e Cinquenta Reais), correspondente, estando incluso o valor correspondente a 20%(vinte por cento) de insalubridade, conforme preceitos legais
Prazo de Vigência do Contrato	O prazo de execução e vigência do presente contrato é de 13/02/2017 até dia 13/03/2017 tendo início a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura.
Dotação Orçamentária	114 – 06.002.10.301.0016.2041.3390.36.00 Órgão: Secretaria de Saúde Local: Fundo Municipal de Saúde
Origem	Dispensa de licitação, art. 24, II da Lei 8666/93

Novo Mundo/MT, 13 de Fevereiro de 2017.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
EXTRTO CONTRATO 006/2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 006/2017

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**JULIANA PRETTI,** brasileira, Bioquímica, residente e domiciliada na cidade de Novo Mundo/MT, portadora da Cédula de Identidade – Registro Geral № 1416662-3 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 901.153.681-91
Objeto	**Prestação de Serviços de Farmacêutica para Atendimento a todos os PSFs do município de Novo Mundo, por 20hs semanais**

	para atendimento das demandas de urgência solicitadas pelos profissionais médicos dos Psfs
Valor	O valor global para a execução do contrato é de R$ 4.954,40 (Quatro Mil Novecentos e Cinquenta e Quatro Reais e Quarenta Centavos), estando incluso o valor correspondente a 20%(vinte por cento) de insalubridade, conforme preceitos legais, a serem pagãos em 02 parcelas iguais e mensais no valor de R$ 2.477,20(Dois Mil Quatrocentos e Setenta e Sete Reais e Vinte Centavos) cada.
Prazo de Vigência do Contrato	O prazo de vigência do presente contrato é de 60(sessenta) dias, ou seja, de 01 de Fevereiro de 2017 a 31 de Março de 2017.
Dotação Orçamentária	114 – 06.002.10.301.0016.2041.3390.36.00 Órgão: Secretaria de Saúde Local: Fundo Municipal de Saúde
Origem	Dispensa de licitação, art. 24, II da Lei 8666/93

Novo Mundo/MT, 01 de Fevereiro de 2017.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 45/2017

PORTARIA N.º 45, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de Diretora do Departamento de Turismo e Cultura, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, **resolve**:

Art. 1º Nomear a Senhora MAURA GODOY, portadora do RG n.º 59288/SSPRO e CPF n.º 175.385.978-67,para exercer a função comissionada de Diretora do Departamento de Turismo e Cultura, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 3 de março de 2017.

Adão Soares Nogueira - Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 44/2017

PORTARIA N.º 44, DE 3 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação de Assessora Especial da Educação e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, **resolve**:

Art. 1º Nomear a Senhora MARIA NILDA RIBEIRO DA CRUZ, portadora do RG n.º 13102834/SSP-MT e CPF n.º 834.564.141-53,para exercer a função comissionada de Assessora Especial da Educação, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02 de janeiro de 2017, revogado as disposições em contrário.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 3 de março de 2017.

Adão Soares Nogueira - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 212/2017 DE 01 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 212/2017 DE 01 DE MARÇO DE 2017.

'DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE PARANATINGA PARA O CARGO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO II E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a:

Aprovação para o cargo de Agente Administrativo II, no Concurso Público n° 001/2015 realizado no dia 05 de julho de 2015.

R E S O L V E

1 – Nomear o **Sr. LEONARDO BENEDETI RODRIGUES**, portador(a) do RG Nº 8029707158 SSPPC/RS, CPF Nº 394.323.860-15, para desempenhar o Cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO II**, com regime de 40:00 (quarenta) horas de trabalho semanais, por ter sido aprovado no concurso público n° 001/2015, percebendo para tanta as vantagens previstas no PCCS.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

3 – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 01 de março de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

T E R M O

D E P O S S E

O Sr. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, no uso de suas atribuições legais e para os fins a que alude o Artigo 37, item 2 da Constituição Federal vigente, confere o presente **TERMO DE POSSE** ao:

SR. LEONARDO BENEDETI RODRIGUES, portador(a) do RG n° 8029707158 SSPPC/RS e do CPF nº 394.323.860-15, por ter sido aprovado (a) no **CONCURSO PÚBLICO** n° 001/2015 homologado em 21 de agosto de 2015, através do Decreto Municipal n° 1147/2015, ao qual se submeteu para o Cargo Público de **AGENTE ADMINISTRATIVO II**em conformidade com a Portaria de Nomeação n° 212/2016 de 01 de março de 2017.

_____

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

_____

LEONARDO BENEDETI RODRIGUES

Agente Administrativo II

O presente termo de Posse encontra-se registrado no histórico funcional do(a) servidor(a).

Paranatinga-MT, 01 de março de 2017.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 100/2017 DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA N° 100/2017 DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Promover a servidora **Vanda Fernandes Soares – Professora**, para a Classe C Nível 04;

II – Promover a servidora **Luciene Rodrigues Pereira – Apoio Administrativo Educacional I**, para a Classe B Nível 05;

III – Promover o servidor **Antônio de Arruda Maia – Agente Administrativo I**, para a Classe C Nível 09;

IV – Promover a servidora **Antônia Cespedes Riveros – Professora**, para a Classe C Nível 04;

V – Promover a servidora **Amélia Aparecida de Souza – Agente de Serviços Gerais**, para a Classe C Nível 05;

VI – Promover a servidora **Ivone Ribeiro Brito da Silva – Vigia**, para a Classe B Nível 02;

VII – Promover a servidora **Sinara Silva de Quadros Correia – Professora**, para a Classe C Nível 04;

VIII – Promover a servidora **Valda Ferreira Gomes – Cirurgiã Dentista**, para a Classe C Nível 05;

IX – Promover a servidora **Izabel Maria Santana – Auxiliar em Enfermagem**, para a Classe C Nível 09;

X – Promover a servidora **Laura Maria Rodrigues do Nascimento – Professora**, para a Classe C Nível 04;

XI – Remover a servidora **Izabel Pereira Barreira – Recepcionista,** para a Secretaria de Finanças;

XII – Remover o servidor **Agmar Francisco da Silva – Motorista de Veículo Pesado,** para a Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento;

XIII – Remover o servidor **Liton Lanes Petry – Apoio Administrativo Educacional II,** para a Secretaria de Educação – Fundeb 40%;

XIV – Remover o servidor **Vilmar Ribeiro de Souza – Vigia,** para a Secretaria de Saúde – Centro e PSF;

XV – Remover a servidora **Naiara Rosa Nogueira da Silva – Recepcionista,** para a Secretaria de Saúde – Centro e PSF;

XVI – Remover a servidora **Marcelly Silva Moreira – Nutricionista,** para a Secretaria de Saúde – Centro de Reabilitação;

XVII – Remover o servidor **Onésimo Alves de Menezes – Assistente Social,** para a Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento;

XVIII – Remover o servidor **Gerônimo Pereira dos Santos – Motorista de Veículo Pesado,** para a Secretaria de Educação – Fundeb 40%;

XIX – Remover o servidor **Josias Ivan Perucnini – Motorista de Veículo Pesado,** para a Secretaria de Educação – Fundeb 40%;

XX – Remover o servidor **Rogério Divino dos Reis Silva – Motorista de Veículo Pesado,** para a Secretaria de Educação – Fundeb 40%;

XXI – Remover o servidor **Isaias Lima Ribeiro – Apoio Administrativo Educacional II,** para a Secretaria de Educação – Ensino Fundamental;

XXII – Corrigir o cargo da servidora **Eliara Priscila Andrade da Mata** para **Professor B**;

XXIII – Remover o servidor **Vanus Moreira dos Santos – Apoio Administrativo Educacional I,** para a Secretaria de Educação – Fundeb 40%;

XXIV – Promover a servidora **Maria Aparecida dos Santos – Professora,** para a Classe C;

XXV – Remover o servidor **Nabor dos Reis – Motorista de Veículo Pesado,** para a Secretaria de Obras e Infraestrutura;

XXVI – Remover a servidora **Gisele Chiodi Machado – Agente de Serviços Gerais,** para a Secretaria de Saúde – Centro e PSF;

XXVII – Remover o servidor **Charles Diogo Becker – Vigia,** para a Secretaria de Obras e Infraestrutura;

XXVIII – Corrigir o cargo da servidora **Leontina Messias dos Santos** para **Apoio Administrativo Educacional I – Agente de Serviços Gerais;**

XXIX – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 da Licença Saúde a servidora **Maria Elza Rodrigues Teixeira – Agente de Serviços Gerais,** a partir de 17 de janeiro de 2017;

XXX – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 da Licença Saúde a servidora **Maria Aparecida de Matos – Técnico em Engermagem,** a partir de 04 de janeiro de 2017;

XXXI – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 da Licença Saúde a servidora **Roselene Santos Carlini – Professora,** a partir de 01 de janeiro de 2017;

XXXII– Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 da Licença Saúde a servidora **Maria Aparecida Pereira de Oliveira – Agente de Serviços Gerais,** a partir de 03 de janeiro de 2017;

XXXIV – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 da Licença Saúde a servidora **Leidiana Gonçalves Teixeira – Agente de Mão de Obra Pesada,** a partir de 06 de janeiro de 2017;

XXXV – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 23 de janeiro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 213/2017 DE 01 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 213/2017 DE 01 DE MARÇO DE 2017.

'DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE PARANATINGA PARA O CARGO EFETIVO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a:

Aprovação para o cargo de Agente de Serviços Gerais, no Concurso Público n° 001/2015 realizado no dia 05 de julho de 2015.

R E S O L V E

1 – Nomear a **Srª. ARLENE OVIDIO TESKE**, portador(a) do RG Nº 2303560-9 SSP/MT, CPF Nº 036.937.281-60, para desempenhar o Cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, com regime de 40:00 (quarenta) horas de trabalho semanais, por ter sido aprovado no concurso público n° 001/2015, percebendo para tanta as vantagens previstas no PCCS.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

3 – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 01 de março de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

T E R M O

D E P O S S E

O Sr. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, no uso de suas atribuições legais e para os fins a que alude o Artigo 37, item 2 da Constituição Federal vigente, confere o presente **TERMO DE POSSE** a:

SRª. ARLENE OVIDIO TESKE, portador(a) do RG n° 2303560-9 SSP/MT e do CPF nº 036.937.281-60, por ter sido aprovado (a) no **CONCURSO PÚBLICO** n° 001/2015 homologado em 21 de agosto de 2015, através do Decreto Municipal n° 1147/2015, ao qual se submeteu para o Cargo Público de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**em conformidade com a Portaria de Nomeação n° 213/2017 de 01 de março de 2017.

_____

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

_____

ARLENE OVIDIO TESKE

Agente de Serviços Gerais

O presente termo de Posse encontra-se registrado no histórico funcional do(a) servidor(a).

Paranatinga-MT, 01 de março de 2017.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 213/2017 DE 01 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 213/2017 DE 01 DE MARÇO DE 2017.

'DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE PARANATINGA PARA O CARGO EFETIVO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a:

Aprovação para o cargo de Agente de Serviços Gerais, no Concurso Público n° 001/2015 realizado no dia 05 de julho de 2015.

R E S O L V E

1 – Nomear a **Srª. ARLENE OVIDIO TESKE**, portador(a) do RG Nº 2303560-9 SSP/MT, CPF Nº 036.937.281-60, para desempenhar o Cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, com regime de 40:00 (quarenta) horas de trabalho semanais, por ter sido aprovado no concurso público n° 001/2015, percebendo para tanta as vantagens previstas no PCCS.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

3 – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 01 de março de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

T E R M O

D E P O S S E

O Sr. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, no uso de suas atribuições legais e para os fins a que alude o Artigo 37, item 2 da Constituição Federal vigente, confere o presente **TERMO DE POSSE** a:

SRª. ARLENE OVIDIO TESKE, portador(a) do RG n° 2303560-9 SSP/MT e do CPF nº 036.937.281-60, por ter sido aprovado (a) no **CONCURSO PÚBLICO** n° 001/2015 homologado em 21 de agosto de 2015, através do Decreto Municipal n° 1147/2015, ao qual se submeteu para o Cargo Público de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**em conformidade com a Portaria de Nomeação n° 213/2017 de 01 de março de 2017.

_____

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

_____

ARLENE OVIDIO TESKE

Agente de Serviços Gerais

O presente termo de Posse encontra-se registrado no histórico funcional do(a) servidor(a).

Paranatinga-MT, 01 de março de 2017.

ASSESSORIA JUIRIDICA
LEI Nº 1416/2017

LEI Nº 1416/2017.

"Altera a redação do artigo 19 da Lei nº 895/12,*revoga a Lei* Nº *1383/2016 e da outras providências".*

O Prefeito do Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em específico ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e publica a seguinte Lei:

Art. 1° - O artigo 19 da Lei Nº 895/2012 passa a ter a seguinte redação:

Art. 19 - O Quadro dos Cargos de Provimento em Comissão (CC) será composto segundo o disposto no artigo 2º, sendo integrado de acordo com o que segue:

PADRÃO	CARGOS	VAGAS	Remuneração R$
01	Gerente de Atendimento ao Cidadão	02	1.500,00
02	Assessor de Imprensa	01	1.700,00
06	Assessor Legislativo	03	2.500,00
07	Chefe de Gabinete da Presidência	01	3.000,00
09	Assessor de Gabinete	01	4.000,00
10	Assessor Jurídico	01	5.500,00
13	Secretário Administrativo	01	5.500,00

Art. 2º – Fica extinto o Cargo de Secretário Financeiro e suas atribuições.

Art. 3º – Fica revogada a Lei Nº 1383/2016, de 21 de dezembro de 2016 e demais disposições em contrário.

.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 02 de março de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

CONSELHOS MUNICIPAIS
DECRETO Nº 1332/2017 - CDRS

DECRETO Nº 1332 de 03 de março de 2017

"Reestrutura o Conselho Municipal Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Paranatinga e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, Sr. Josimar Marques Barbosa, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei nº 109/2005.

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Paranatinga passa a ter a seguinte composição:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

1 - Representantes do Poder Executivo

1. 1-Titular: Edivan Luis Justiniano Ferreira

Suplente: Diego da Silva Nascimento

2 – Representantes da EMPAER:

2.1 – Titular: Marcos Antonio Soransso

Suplente: Luciano Gollin

3 – Representantes da Câmara Municipal:

3.1 –Titular: Marcelos Fernandes

Suplente: Jurandir De Souza

4 – Representantes do Banco do Brasil:

4.1 **–** Titular: Abel Paula da Silva Junior

Suplente: Vera Peres Leão Ribeiro

5 – Representantes do INDEA:

5.1 **–** Titular: Luiz Gustavo de Moraes

Suplente: Rui Nogueira Rufino

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

6 – Representantes Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

6.1 **–** Titular: José Nilo Silva Ferreira

Suplente: André Capelari

7 – Representantes da Associação P. A. Colorado:

7.1 –Titular: Heila Barbosa Sousa

Suplente: Emilio Foliatti de Lemos

8 – Representantes da Associação P. A. Pontal do Piranha:

8.1 –Titular: Elza Caetano Pereira

Suplente: Aline Karam Silva

9 – Representantes da Associação Comunidade Santa Lurdes:

9.1 –Titular: Antonio Romero

Suplente: Silvane Silva Rocha

10 – Representantes da Cooperativa Mista Paranatinguense:

10.1 –Titular: Claudio Luiz Ducatti

Suplente: Walmir Alves Miranda

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Paranatinga, em 03 de março de 2017

_____

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 210 DE 01 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 210 DE 01 DE MARÇO DE 2017

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **EXONERAR** a **Sra. GRACIELA AZEVEDO OLIVEIRA,** Agente Administrativo I, Matrícula nº888**,** inscrita no CPF sob o n° 972.668.681- 49 e portadora do RG sob o nº 15280853SSP/MT, do Cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR**.

II – Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 22 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 01 de março de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 213/2017 DE 01 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 213/2017 DE 01 DE MARÇO DE 2017.

'DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE PARANATINGA PARA O CARGO EFETIVO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a:

Aprovação para o cargo de Agente de Serviços Gerais, no Concurso Público n° 001/2015 realizado no dia 05 de julho de 2015.

R E S O L V E

1 – Nomear a **Srª. ARLENE OVIDIO TESKE**, portador(a) do RG Nº 2303560-9 SSP/MT, CPF Nº 036.937.281-60, para desempenhar o Cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, com regime de 40:00 (quarenta) horas de trabalho semanais, por ter sido aprovado no concurso público n° 001/2015, percebendo para tanta as vantagens previstas no PCCS.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

3 – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 01 de março de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

T E R M O D E P O S S E

O Sr. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, no uso de suas atribuições legais e para os fins a que alude o Artigo 37, item 2 da Constituição Federal vigente, confere o presente **TERMO DE POSSE** a:

SRª. ARLENE OVIDIO TESKE, portador(a) do RG n° 2303560-9 SSP/MT e do CPF nº 036.937.281-60, por ter sido aprovado (a) no **CONCURSO PÚBLICO** n° 001/2015 homologado em 21 de agosto de 2015, através do Decreto Municipal n° 1147/2015, ao qual se submeteu para o Cargo Público de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**em conformidade com a Portaria de Nomeação n° 213/2017 de 01 de março de 2017.

_____

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

_____

ARLENE OVIDIO TESKE

Agente de Serviços Gerais

O presente termo de Posse encontra-se registrado no histórico funcional do(a) servidor(a).

Paranatinga-MT, 01 de março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

DECRETO Nº 019/2017 DE 03 DE MARÇO DE 2017

DISPÕE SOBRE O TERMO DE PERMISSÃO DE CESSÃO E USO DE BEM PÚBLICO, QUE CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT E ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO VALE DO PRATA.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 2°, Paragrafo Único da Lei Municipal nº 961/2016, de 02/12/2016;

DECRETA:

ART. 1º- A execução do Programa de Infraestrutura Social dar-se-á mediante celebração de Termo de Cessão de Uso, com a Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Vale do Prata, legalmente cons-

tituídas e com sede neste Município, com a finalidade de ceder além dos maquinários e equipamentos agrícolas já descritos nas Leis 931/2016 de 22 de Junho de 2016 e 961/2016 de 02 de Dezembro de 2016: *01 (uma) GRADE ARADORA DE CONTROLE REMOTO COM PNEUS, 12X26X6MM, ESPAÇAMENTO DE 230MM, DA MARCA ALMEIDA NR S ERIE: 20163779 e 01 (uma) GRADE ARADORA DE CONTROLE REMOTO COM PNEUS, 12X26X6MM, ESPAÇAMENTO DE 230MM, DA MARCA ALMEIDA NR S ERIE: 20163780, convenio 0671/2016-SEAF, contrato nº056/206, ofício nº 317/2016, carta convite nº 027/2016.*

Art. 2º - As condições de uso e as obrigações da permissionária serão estabelecidas através de Termo de Permissão de Uso, celebrado entre as partes.

***Art. 3º* - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

AVISO DE LICITAÇÕES - PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS. PROCESSO Nº 007/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT. AVISO DE LICITAÇÕES - PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS. PROCESSO Nº 007/2017. PR SRP Nº 004/2017.

O Município de P.da Serra- MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos int., que fará Licitação na mod. de **PR PRESENCIAL P/ REG. DE PREÇOS Nº 004/2017**, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FABRICAÇÃO E FORNECIMENTO DE UNIFORMES ESCOLARES, UNIFORMES ESPORTIVOS, CAMISAS, CALÇAS E CAMISETAS, PARA CAMPANHAS EDUCATIVAS, CAMPANHAS DE SAÚDE, CAMPANHAS SOCIAIS ENTRE OUTRAS DE ORDEM PUBLICA, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA – MT,** com realização prevista para o dia **20/03/2017 ás 14:00hs (Horário de Mato Grosso)**. O Edital completo está a disp. dos int. gratuitamente, na Pref. Mun. de P. da Serra – MT e no Site: **ww.planaltodaserra.mt.gov.br** Comissão de Leiloeiros, Praça São Carlos, nº 755, Centro, P. da Serra/MT, Tel: 66 3328-6308/6101.**CLÁUDIA MÁRCIA S. RODRIGUES -- PREGOEIRA**

PORTARIA Nº 58, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre a criação de comissão permanente de Tomada de Contas Especial e demais providências pertinentes.

A Prefeita do Município de Planalto da Serra/MT, ANGELINA BENEDITA PEREIRA no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE;

Art.1º Designar Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial para promover a apuração dos fatos, a identificação dos responsáveis, à quantificação do dano ao erário, a formalização e a instrução do procedimento, a emissão do relatório nos termos da Resolução Normativa nº 76/2016-TCU, bem como atender todas às diligências do Tribunal de Contas da União, em relação a todas as tomadas de contas especiais instauradas nesta Prefeitura Municipal de Planalto da Serra/MT.

Art. 2º A Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial será composta pelos seguintes servidores, presidida pelo primeiro, o qual é substituído pelo segundo nas ausências e nos impedimentos:

I- TEREZINHA APARECIDA ROSA DE SIQUEIRA, matrícula nº 31. II- EMILIO DE CARVALHO GREGÓRIO, matrícula nº 4. III- JOSÉ CARLOS LEOCÁDIO ROSA, matrícula nº 297.

Parágrafo único. A Comissão de que trata o caput terá como equipe de apoio os seguintes servidores;

I- CLEIDE NEVES DOS SANTOS PEREIRA, matrícula nº 586. II- ANA MARIA DE ARAÚJO, OAB/MT 3.654-A.

Art. 3º Os membros nomeados terão atuação pelo período de 02 (dois) anos podendo ser reconduzidos por iguais períodos.Art. 4º - Os nomeados terão de dedicar seu tempo integralmente à apuração das faltas no processo administrativo disciplinar o qual se aguarda apenas instauração através de publicação no diário oficial.Art.5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra, 02 de Março de 2017.**ANGELINA BENEDITA PEREIRA**Prefeita Municipal de Planalto da Serra

PORTARIA NORMATIVA Nº 59, DE 02 DE MARÇO 2017.

Regulamentam quais serão os procedimentos a serem adotados pela comissão permanente de Tomada de Contas Especial e demais providências pertinentes.

CAPÍTULO I DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO.

Art. 1º Aos membros da Comissão de Tomada de Contas Especial incumbe;I- Estudar os processos e assuntos que lhe forem submetidos; II - Apresentar relatórios e votos nos processos a serem submetidos ao plenário; III - Solicitar a documentação necessária para promover o relatório de Tomada de Contas Especial; IV - Observar as regras estabelecidas pela Resolução Normativa nº 76/2016-TCU acerca do procedimento de Tomada de Contas Especial. V - Observar os prazos legais, devendo encaminhar ao órgão competente o relatório final tempestivamente.

CAPÍTULO II DA QUANTIFICAÇÃO DO DÉBITO E ATUALIZAÇÃO.

Art. 2º A quantificação do débito far-se-á mediante:I – demonstrativo financeiro do débito;**Parágrafo único;** A quantificação do débito a que se refere este artigo será acompanhada de demonstrativo financeiro que indique:**a)** os responsáveis;**b)** a síntese da situação caracterizada como dano ao erário;**c)** o valor histórico, a data de ocorrência e o valor atual do débito;**d)** as parcelas ressarcidas e as respectivas datas de recolhimento.Art.3º A atualização monetária e os juros moratórios incidentes sobre o valor do débito devem ser calculados segundo a praxe utilizada por este Município.Art. 4º Anexar àlegislação do município que dispõe sobre as regras para correção monetária e cálculo de juros de mora incidentes sobre o valor do débito;

CAPÍTULO III DO RELATÓRIO.

Art. 5º O relatório a ser elaborado pela Comissão de Tomada de Contas Especial deverá conter; **a) identificação do processo administrativo** que originou a tomada de contas especial; **b) número do processo de tomada de contas especial na origem**; **c) identificação dos responsáveis**;

Parágrafo único; A identificação dos responsáveis a que se refere a alínea “c” deste artigo será acompanhada de ficha de qualificação do responsável, pessoa física ou jurídica, que conterá:

a) nome;**b)** CPF ou CNPJ;**c)** endereço residencial e número de telefone, atualizados;**d)** endereços profissional e eletrônico, se conhecidos;**e)** cargo, função e matrícula funcional;**f)** período de gestão; e**g)** identificação do in-

ventariante ou do administrador provisório do espólio e/ou dos herdeiros/sucessores, no caso de responsável falecido.**e)** relato **das situações e dos fatos, com indicação dos atos ilegais,** ilegítimos ou antieconômicos de cada um dos responsáveis que deram origem ao dano;**f) relato das medidas administrativas adotadas** indicando, de forma circunstanciada, as providências adotadas pela autoridade competente, inclusive quanto aos expedientes de cobrança de débitos remetidos ao responsável;**g) informação sobre eventuais ações judiciais pertinentes** aos fatos que deram ensejo à instauração da tomada de contas especial;Art. 6º O**parecer conclusivo da comissão de contas especial** quanto à comprovação da ocorrência do dano, à sua quantificação e à correta imputação da obrigação de ressarcir a cada um dos responsáveis;Art. 7º Os relatórios a devem estar acompanhados de cópias:

a) dos **documentos utilizados para demonstração da ocorrência de dano e para identificação dos responsáveis;b)** das **notificações remetidas aos responsáveis**, acompanhadas dos respectivos avisos de recebimento ou de qualquer outro documento que demonstre a ciência dos responsáveis;**c) da defesa e dos documentos juntados aos autos pelos responsáveis**, inclusive do comprovante de pagamento do débito e do requerimento para parcelamento do débito;**d)** dos **pareceres emitidos pelas áreas técnicas do órgão ou entidade**, incluída a análise das justificativas apresentadas pelos responsáveis;**e)** de outros documentos considerados necessários ao julgamento da tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas.

CAPÍTULO IV DA NOTIFICAÇÃO.

Art. 8º. Após a elaboração do relatório a comissão notificará todos os envolvidos e/ou responsáveis para efetuar o pagamento do débito na modalidade à vista ou para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias. Art. 9º. A referida notificação ocorrerá de forma extrajudicial e por email. **Parágrafo Único**; Transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias, a comissão dará prosseguimento ao feito. Art. 10º. A comissão deverá elaborarrelatório contendo os argumentos de defesa apresentados pelos responsáveis; b) análise da defesa de cada um dos responsáveis; c) parecer conclusivo sobre a permanência do dano, a sua quantificação e a correta imputação da obrigação de ressarcir a cada um dos responsáveis; d) parecer conclusivo quanto à correção do valor pago pelo responsável ou sobre o preenchimento dos requisitos legais para parcelamento do débito, se for o caso;

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES DO CONTROLE INTERNO.

Art. 11º. O órgão de controle interno competente deve manifestar-se expressamente sobre: A quantificação do débito acompanhada de demonstrativo financeiro que indique:a) os responsáveis; b) a síntese da situação caracterizada como dano ao erário; c) o valor histórico e a data de ocorrência; d) as parcelas ressarcidas e as respectivas datas de recolhimento.

CAPÍTULO VIDAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

Art. 12º Após a conclusão dos trabalhos, todas as medidas adotadas deverão ser encaminhadas ao Tribunal de Contas da União em meio eletrônico. Art. 13º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra, 02 de Março de 2017.**ANGELINA BENEDITA PEREIRA.**Prefeita Municipal de Planalto da Serra

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 008/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT. **CONTRATADA: SAMOEL ALVES DA CRUZ, CNPJ nº 22.088.086/0001-99 representada pelo Sr. SAMOEL ALVES DA CRUZ, CPF: 362.293.691-68. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DESENVOLVER ATIVIDADES COM AS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL GESTÃO E TRABALHO, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA E SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS BEM COMO OFICINAS DE DANÇA, ARTESANATO, DECORAÇÕES DE EVENTOS SOCIAIS CONFORME PROJETO CRAS/PAIF. VALOR: R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), por serviços contratados. PERÍODO/PRAZO DE EXECUÇÃO: 03 meses (17/02/2017 a 18/04/2017).**

Gabinete da Prefeita Municipal, em 17 de Fevereiro de 2017.ANGELINA BENEDITA PEREIRAPrefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 009/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT. **CONTRATADA: ARLINDO ROSA DE SIQUEIRA, CPF: 550.592.871-49. RG: 1.322.954; OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA DE ESPORTES ATRAVÉS DAS ATIVIDADES DE INICIAÇÃO ESPORTIVA BEM COMO OPORTUNIZAR A ATIVIDADE FÍSICA A PESSOAS INTERESSADAS. CONTRIBUINDO COM O DESENVOLVIMENTO HUMANO, SOCIAL E ESPORTIVO, BEM COMO A REDUÇÃO DE ÍNDICES DE CRIMINALIDADE, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E MELHORAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA NO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT.**VALOR: R$ 7.500,00 (Sete Mil e Quinhentos Reais), por serviços contratados. PERÍODO/PRAZO DE EXECUÇÃO: 05 meses (17/02/2017 a 17/07/2017)**

Gabinete da Prefeita Municipal, em 17 de Fevereiro de 2017.ANGELINA BENEDITA PEREIRAPrefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 120/2017

R E S O L V E:

O Senhor **Atail Marques do Amaral**, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATOS

DADOS DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

CONTRATO Nº: 003/2017

UNIDADE GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CONTRATADO: CATARINO PEDROSO DE BARROS

VALOR DO CONTRATO: R$ 36.000,00

VIGÊNCIA: 24 DE JANEIRO DE 2017 À 24 DE JANEIRO DE 2018.

ARTIGO 1º -- Designar a servidora “Mariza Cristina Guimarães de Campos ” CPF 616.151.881-34, matrícula nº 683, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Fiscal do Contrato nº 003/2017, que representará a Secretaria perante o Contrato e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 15 de fevereiro de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, “Mariza Cristina Guimarães de Campos” CPF 616.151.881-34, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Mariza Cristina Guimarães de Campos

CPF 616.151.881-34

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 095/2017

O Senhor Atail Marques do Amaral, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATOS

DADOS DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº: 002/2017

UNIDADE GESTORA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CONTRATADO: MANOEL PEREIRA LEITE

VALOR DO CONTRATO: R$ 24.000,00.

VIGÊNCIA: 24 DE JANEIRO DE 2017 Á 24 DE FEVEREIRO DE 2018.

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º -- Designar a servidora ROSÁRIA GONÇALINA DE CAMPOS SILVA, Portadora do RG nº 763406 SSP /MT, inscrita Nº CPF 667.703. 861-00, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fiscal do Contrato Nº 002/2017, que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 25 de janeiro de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu , ROSÁRIA GONÇALINA DE CAMPOS SILVA, Portadora do RG nº 763406 SSP /MT, inscrita Nº CPF 667.703.861-00 declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

ROSÁRIA GONÇALINA DE CAMPOS SILVA

CPF 667.703.861-00

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 096/2017

O Senhor Atail Marques do Amaral, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATOS

DADOS DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº: 004/2017

UNIDADE GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -

CONTRATADO: MARIA JOSÉ PRADO DE ARRUDA

VALOR DO CONTRATO: R$ 28.800,00

VIGÊNCIA: 24 DE JANEIRO DE 2017 Á 24 DE JANEIRO DE 2018.

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º -- Designar a servidora “Lucia Alves Neves”, CPF 375.400. 681-91, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Fiscal do Contrato Nº 004/2017, que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 25 de janeiro de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu , “Lucia Alves Neves”, CPF 375.400.681-91, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Lucia Alves Neves”

CPF 375.400.681-91

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 100/2017

O Senhor Atail Marques do Amaral, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATOS

DADOS DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇO

CONTRATO Nº: 006/2017

UNIDADE GESTORA: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

CONTRATADO: ROSANGELA APARECIDA CAMPOS DE OLIVEIRA .

VALOR DO CONTRATO: R$ 36.003,00

VIGÊNCIA: 01 DE FEVEREIRO/2017 Á 01 DE FEVEREIRO/2018.

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º -- Designar a servidora “Lociney Francisca de Paula”, CPF 362.433.291-00, Matrícula nº 186, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Administração, Fiscal do Contrato Nº 006/2017, que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, “Lociney Francisca de Paula”, CPF 362.433.291-00 , declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Lociney Francisca de Paula

CPF 362.433.291-00

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 113/2017

O Senhor Atail Marques do Amaral, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATOS

DADOS DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº: 007/2017

UNIDADE GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA –ESTRUTURA

CONTRATADO: CONTRUTURA NEVES GALVÃO EIRELI - EPP

VALOR DO CONTRATO: R$ 117.300,00.

VIGÊNCIA: 14 DE FEVEREIRO DE 2017 Á 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º -- Designar o servidor “Kaike Gomes da Silva”, CPF 046.760.671-43, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, Fiscal do Contrato Nº 007/2017, que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 15 de fevereiro de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu , “Kaike Gomes da Silva”, CPF 046.760.671-43, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Kaike Gomes da Silva”

CPF 046.760.671-43

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 114/2017

O Senhor Atail Marques do Amaral, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATOS

DADOS DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº: 008/2017

UNIDADE GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E e RENDA

CONTRATADO: JOÃO ALBERTO DE SOUZA LEIRIA

VALOR DO CONTRATO: R$ 36.003,00

VIGÊNCIA: 01 DE FEVEREIRO DE 2017 Á 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º -- Designar o servidor “Eulina Pires Miranda, CPF 384.100.951-49, Fiscal do Contrato Nº 008/2017, que representará a Secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 15 de fevereiro de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu , “Eulina Pires Miranda, CPF 384.100.951-49, lotado na Secretaria Municipal Assistência Social E e Renda, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Eulina Pires Miranda

CPF 384.100.951-49

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 115/2017

O Senhor Atail Marques do Amaral, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE TERMO DE PARCERIA

TERMO DE PARCERIA ÁREA DA INFRA ESTRUTURA

PARCEIRO PÚBLICO: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

PARCEIRO: INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS –IPGP. (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO) - OSCIP

VALOR DO TERMO DE PARCERIA: R$ 41.993,21

VIGÊNCIA: 16 DE FEVEREIRO/2017 Á 31 DE DEZEMBRO/2017.

ARTIGO 1º -- Designar o servidor “Kaike Gomes da Silva”, CPF 046.760. 671-43, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, Fiscal deste Termo de Parceria, que representará a Secretaria perante o Termo de Parceria e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 15 de fevereiro de 2016.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, “Kaike Gomes da Silva”, CPF 046.760.671-43, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Kaike Gomes da Silva

CPF 020.189.381-43

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 116/2017

R E S O L V E:

O Senhor Atail Marques do Amaral, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE TERMO DE PARCERIA

TERMO DE PARCERIA ÁREA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

PARCEIRO PÚBLICO: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

PARCEIRO: INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS-IPGP (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO) - OSCIP.

VALOR DO TERMO DE PARCERIA: R$ 42.613,31

VIGÊNCIA: 15 DE FEVEREIRO/2017 Á 31 DE DEZEMBRO/2017.

ARTIGO 1º -- Designar a servidora “Mariza Cristina Guimarães de Campos ” CPF 616.151.881-34, matrícula nº 683, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Fiscal deste Termo de Parceria, que representará a Secretaria perante o Termo de Parceria e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 15 de fevereiro de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, “Mariza Cristina Guimarães de Campos” CPF 616.151.881-34, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Mariza Cristina Guimarães de Campos

CPF 616.151.881-34

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 117/2017

O Senhor Atail Marques do Amaral, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE TERMO DE PARCERIA

TERMO DE PARCERIA ÁREA DA AÇÃO SOCIAL EMPREGO E RENDA

PARCEIRO PÚBLICO: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

PARCEIRO: INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – IPGP (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO) - OSCIP.

VALOR DO TERMO DE PARCERIA: R$ 29.168,54

VIGÊNCIA: 15 DE FEVEREIRO/2017 Á 31 DE DEZEMBRO/2017.

ARTIGO 1º -- Designar a servidora “Eulina Pires de Moraes”, CPF 384.100.951-49, Matrícula nº 24, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social Emprego e Renda, Fiscal deste Termo de Parceria, que representará a Secretaria perante o Termo de Parceria e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 15 de fevereiro de 2017

ATAIL MARQUES DO AMARAL(TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, Eulina Pires de Moraes ”, CPF 384.100.951.49, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Eulina Pires de Moraes

CPF 384.100.951-49

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 118/2017

O Senhor Atail Marques do Amaral, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE TERMO DE PARCERIA

TERMO DE PARCERIA ÁREA DA SAÚDE

PARCEIRO PÚBLICO: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

PARCEIRO: INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO) - OSCIP.

VALOR DO TERMO DE PARCERIA: R$ 439.11,77.

VIGÊNCIA: 15 DE FEVEREIRO/2017 Á 31 DE DEZEMBRO/2017.

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º -- Designar a servidora “Lucia Alves Neves”, CPF 375.400. 681-91, Matrícula nº 1296, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Fiscal deste Termo de Parceria, que representará a Secretaria perante o Termo de Parceria e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 15 de fevereiro de 2017.

ATAIL AMRQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, Lúcia Alves Neves, CPF 375.400.681-9, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Lúcia Alves Neves

CPF 375.400.681-91

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 119/2017

O Senhor Atail Marques do Amaral, Prefeito Municipal, no uso das atribuições conferidas no art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

R E S O L V E:

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE TERMO DE PARCERIA

TERMO DE PARCERIA ÁREA E ADMINISTRAÇÃO

PARCEIRO PÚBLICO: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT

PARCEIRO: INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLITICAS PÚBLICAS (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO) - OSCIP.

VALOR DO TERMO DE PARCERIA: R$ 35.765,03.

VIGÊNCIA: 15 DE FEVEREIRO/2017 Á 31 DE DEZEMBRO/2017.

Designação do Fiscal do Contrato - Memorando

ARTIGO 1º -- Designar a servidora “Lociney Francisca de Paula”, CPF 362.433.291.00, Matrícula nº 186, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Administração, Fiscal deste Termo de Parceria, que representará a Secretaria perante o Termo de Parceria e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

f) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

h) testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

i) analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

j) encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

k) comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

l) fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

m) verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

n) exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

o) cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica, início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para diminuir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 15 de fevereiro de 2017.

ATAIL AMRQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Eu, Lociney Francisca de Paula, CPF 362.433.291.00, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal - _____

Lociney Francisca de Paula

CPF 362.433.291.00

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 020/2017

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL VOVÓ TEÓFILA NO MUNICÍPIO DE POCONÉ-MT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 45, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de adequar esta unidade escolar para um melhor atendimento preservando sua autonomia e garantindo o acesso e a permanência das crianças do zero ao cinco anos de idade em espaço adequado.

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o cumprimento das suas obrigações em relação a Educação Infantil.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica alterado a denominação da **"CRECHE MUNICIPAL VOVÓ TEÓFILA para CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VOVÓ TEÓFILA".**

ARTIGO 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 22 de fevereiro de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL) **Prefeito Municipal de Poconé**

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 021/2017

"Designa o comitê de Coordenação e o Comitê Executivo para coordenação, discussão, avaliação, aprovação e execução das atividades necessárias à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme o Termo Aditivo de Execução Descentralizada no 04/2014 celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e Universidade Federal de Mato Grosso, assinado e publicado no Diário Oficial da União."

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 45, inciso IV da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto na Lei Federal nº 11. 445/2007 e a necessidade de se instituir comitês específicos para as atividades relacionadas à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o **"Comitê de Coordenação" para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico0**, composto pelos seguintes membros:

1 – Atail Marques do Amaral – Prefeito Municipal

2 - Adilson Gomes de Arruda – Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

3 – Danielle de Assis Carvalho – Secretária Municipal de Meio Ambiente.

4 – Joelma Gomes da Silva - Secretária de Ação Social E. e Renda.

5 - Maria Auxiliadora Martins do Amaral – Diretora Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo Único. São atribuições do Comitê de Coordenação ao que se refere o *caput* deste artigo:

1- Coordenar, discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo; 2- Analisar e sugerir alternativas, buscando promover a inte-

gração das ações de saneamento sob os aspectos de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental.

Art. 2º - Fica instituído o Comitê Executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

1 – Carlina Falcão de Arruda Calábria – Engenheira Civil.

2 – Luís Marcelo R. Falcão Gomes de Arruda – Secretaria Executiva.

3 – Ednardo Gonçalo de Oliveira – Técnico de Vigilância Sanitária.

4 – Danúbio Lindomar de Almeida Campos – Professor de Educação Física.

5 – Renata da Silva Martins – Assistente Social.

6 – Ageane Barros Neves – Diretora Municipal de Meio Ambiente.

7 – Nilvania Gonçalves Alves – Secretaria do Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. São atribuições específicas do Comitê Executivo a que se refere o *caput* deste artigo.

I – executar em conjunto com a equipe executora, as atividades previstas nas etapas de elaboração do Plano, apreciando e validando cada produto a ser entregue, submetendo-o à avaliação do Comitê de Coordenação;

II – observar os prazos indicados no cronograma de execução.

Art. 3º - A designação dos membros dos comitês previstos neste Decreto não importará em qualquer vantagem pecuniária ou acréscimo remuneratório, a qualquer título.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto Nº 072/2015.

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 24 de fevereiro de 2017

***ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)* Prefeito Municipal de Poconé**

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 022/2017

DISPÕE SOBRE LUTO OFICIAL MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE POCONÉ, EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DO DR. ANTONIO HÉLIO RODRIGUES DO PRADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 45, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica determinado **LUTO OFICIAL** no Município de Poconé por 03 (Três) dias em respeito ao falecimento do **"Dr. Antônio Hélio Rodrigues do Prado",** ocorrido no dia 01 de março de 2017.

ARTIGO 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 01 de março de 2017.

Atail Marques do Amaral (Tatá Amaral)

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE TERMO DE RETIFICAÇÃO DO CONTRATO N.º 003/2017

RETIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº 003/2017 - JORNAL 2.671

DATA: 17/02/2017

CONTRATO N.º 003/2017

Locatária: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

Locador: **CATARINO PEDROSO DE BARROS**

Objeto: O locador sendo legítimo proprietário e possuidor do imóvel localizado na Rua da Conceição, esquina com a Rua Joaquim Murtinho, neste Município, resolve locar o imóvel constante, onde funcionará a Creche Municipal Fabiano Caporossi I em atendimento a Secretaria de Educação e Cultura deste Município.

Dotação: 060050 – 06.001.12.365.0045.2016.0000.33.90.36 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Manutenção e Encargos do Ensino Infantil.

Valor Global: 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)

Prazo: 24/01/2017 à 24/01/2018

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeita Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 043/GP/2017

PORTARIA N.º 043/GP/2017 Em, 07 de Fevereiro de 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidor para exercer o comissionado de Coordenador Municipal do Desenvolvimento Agropecuário e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal n° 658/2013 de 05/02/2013;

R E S O L V E :

Art. 1.º- Nomear, o Sr. **Alex Fernandes Massmann,** portador do RG n. º 1655829-4 - SJSP/MT e CPF n.º 024.389.671-96, para exercer o cargo comissionado de **Coordenador Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - CC-2**, desta Prefeitura Municipal.

Art. 2.º- O Coordenador nomeado é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3º.- *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 07 de Fevereiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 052/GP/2017

PORTARIA N.º 052/GP/2017 Em, 20 de fevereiro de 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidor para acompanhar e fiscalizar a execução de contratos contínuos de interesse da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1.º - Nomear a Srª. **Nilva Turatti,** portadora do RG n.º 634.339 SSP/MT e CPF n.º 581.633.521.91,como responsável por acompanhar e fiscalizar a execução de todos os contratos contínuos e aditivos firmados com o Município de Pontal do Araguaia/MT, de interesse da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento em conformidade com o Art. 67 da Lei 8.666/93.

Art. 2.º- A servidora nomeada no artigo primeiro desta Portaria, ao final de cada semestre do exercício deverá realizar análise dos contratos, relatando seu andamento com um relatório individual.

Art. 3.º- Nos Contratos de Obras e Serviços de Engenharia deverá constar relatório fotográfico do período analisado além do relatório escrito.

Art. 4.º- Todo pagamento referente a contratos só poderá ser realizado após o ateste do fiscal respectivo.

Art. 5.º - ***Esta Portaria entra em vigor na data*** de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 20 de fevereiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 053/GP/2017

PORTARIA N.º 053/GP/2017 Em, 20 de fevereiro de 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidor para acompanhar e fiscalizar a execução de contratos contínuos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1.º - Nomear o Sr. **Thiago Assis da Silva,** portador do RG n° 162232 SSP/MT e CPF n.º 016.274.531-13,como responsável por acompanhar e fiscalizar a execução de todos os contratos contínuos e aditivos firmados com o Município de Pontal do Araguaia/MT, de interesse da Secretaria Municipal de Saúdeo em conformidade com o Art. 67 da Lei 8.666/93.

Art. 2.º- O servidor nomeado no artigo primeiro desta Portaria, ao final de cada semestre do exercício deverá realizar análise dos contratos, relatando seu andamento com um relatório individual.

Art. 3.º- Nos Contratos de Obras e Serviços de Engenharia deverá constar relatório fotográfico do período analisado além do relatório escrito.

Art. 4.º- Todo pagamento referente a contratos só poderá ser realizado após o ateste do fiscal respectivo.

Art. 5.º - ***Esta Portaria entra em vigor na data*** de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 20 de fevereiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 050/GP/2017

PORTARIA Nº 050/GP/2017 Em, 14 de Fevereiro de 2017.

"Dispõe sobre Contratação de Pessoal por Tempo Determinado e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1.º - Contratar, no Quadro de Pessoal Temporário desta Prefeitura Municipal, o servidor abaixo relacionado, conforme Lei Municipal nº 836/2017 de 20/01/2017:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Prazo de Vigência dos Contratos abaixo: 13/02/2017 a 31/12/2017**, podendo ser revogado a qualquer data por ambas as partes.**

Nº CONT	SERVIDOR	CARGO	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO R$
008/2017	Elisama Goetz	Enfermeira	40	1.750,00
010/2017	Suzana Pereira Lemes	Fisioterapeuta	40	1.800,00

Prazo de Vigência dos Contratos abaixo: 14/02/2017 a 31/12/2017**, podendo ser revogado a qualquer data por ambas as partes.**

Nº CONT	SERVIDOR	CARGO	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO R$
011/2017	Arnaldo Pereira de Lima	Fiscal Sanitário	40	937,00

Art. 2.º - *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 14 de Fevereiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 048/GP/2017

PORTARIA N.º 048/GP/2017 Em, 14 de fevereiro de 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidor para exercer o cargo comissionado de Coordenador de Esportes e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1.º - Nomear o Sr. **Cristiano Pereira Milhomem,** portador do RG n.º 1119348-4 - SJ/MT e CPF n.º 651.160.891-34, para exercer o cargo comissionado de **Coordenador de Esportes, CC-2,** conforme Lei Municipal n° 507/2008.

Art. 2.º- O Coordenador nomeado no artigo primeiro desta Portaria, é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3º. - *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 14 de fevereiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 046/GP/2017

PORTARIA N.º 046/GP/2017 Em, 14 de fevereiro de 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidor para exercer o cargo comissionado de Chefe de Setor de Campo da Saúde e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1.º - Nomear, o Sr. **Neivander Morais Souza,** portador do RG n.º 913370 - SSP/MT e CPF n.º 568.480.561.20, para exercer o cargo comissionado de **Chefe de Setor de Campo da Saúde, CC-4,** conforme Lei Municipal n° 658/2013 de 05 de fevereiro de 2016.

Art. 2.º- O Chefe de Setor nomeado no artigo primeiro desta Portaria, é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3º. - *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 14 de fevereiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 055/GP/2017

PORTARIA Nº 055/GP/2017 Em 03 de Março de 2017.

"Dispõe sobre designação de pessoal para Coordenação e Fiscalização Sanitária do Município de Pontal do Araguaia/MT e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º. - Designar a partir desta data, o pessoal abaixo relacionado para comporem a Equipe de Vigilância Sanitária do Município de Pontal do Araguaia/MT, sem ônus:

Coordenador da Vigilância Sanitária: Arnaldo Pereira de Lima

Fiscal Sanitário: Pedro de Alcantara Alves de Sousa

Fiscal Sanitário: Rodrigo Vargas Soares

Art. 2º. - *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 03 de Março de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.° 1732/2017

DECRETO N.º 1732/2017 De, 20 de Fevereiro de 2017.

"Dispõe sobre designação de servidores para a Equipe Técnica responsável pelas informações georreferenciadas no Portal SIIGEO e GeoCidades do Município de Pontal do Araguaia/MT e dá outras providências."

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A :

Art. 1.º - Designar, a partir desta data, o pessoal que comporá a ***Equipe Técnica responsável pelas informações georreferenciadas no Portal SIIGEO (Sistema Interoperável de Informações Geoespaciais) e GeoCidades do Município de Pontal do Araguaia/MT***, conforme as normas instituídas pelo grupo temático continuado e pelo COSINT – Resolução n° 002/2010 e em conformidade com os padrões legalmente instituídos.

EQUIPE TÉCNICA:

Nome: THIAGO ASSIS DA SILVA

Cargo: Auxiliar de Tesouraria

E-mail: thiagonx@gmail.com

Fone: 66.3401-7450

Nome: MARIA DIVINA ALVES DE LIMA FONSECA

Cargo: Agente Administrativo

E-mail: tributos@pmpontaldoaraguaia.com.br

Fone: 66.3401-3349

Nome: RAIMUNDO BATISTA DOS REIS

Cargo: Fiscal de Obras

E-mail: tributos@pmpontaldoaraguaia.com.br

Fone: 66.3401-3349

Nome: NILVA TURATTI

Cargo: Agente Administrativo

E-mail: nilvaturatti@hotmail.com

Fone: 66.3401-7450

Nome: UALISSION MAGALHÃES SILVA

Cargo: Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

E-mail: secompontal@gmail.com

Fone: 66.3401-7450

Nome: SILVANA PEREIRA DINIZ ANDRADE

Cargo: Agente Administrativo

E-mail: silvdiniz@hotmail.com

Fone: 66.3401-7450

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia - MT, 20 de Fevereiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 045/GP/2017

PORTARIA Nº 045/GP/2017 Em 07 de Fevereiro de 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidor para exercer o cargo comissionado Coordenadora do Complexo Regulador e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º Nomear, a Sr.ª **Mônica Maria Ferreira,** portadora do RG n.º 1229776-3 SJ/MT e CPF n.º 732.402.571-49, para exercer o cargo comissionado de **Coordenadora do Complexo Regulador - CC-2**, junto a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pontal do Araguaia, conforme Lei Municipal n° 650/2012 de 21/11/2012.

Art. 2.º- A Coordenadora nomeada no artigo primeiro desta Portaria é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exer-

cício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3º. - *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 07 de Fevereiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.° 1733/2017

DECRETO N.º 1733/2017 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

"Dispõe sobre Ponto Facultativo para Repartições Públicas do Município."

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que terça-feira, dia 28 de fevereiro de 2017 é Carnaval e dia 01 de março é quarta-feira de cinzas,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo para as repartições públicas deste município nos dias 27 e 28 de fevereiro/2017 e 01 de março/2017, em função do período de carnaval, retornando as atividades normais na quinta-feira, dia 02/03/2017.

Art. 2º - O disposto neste decreto não se aplica às repartições que, por sua natureza, houver necessidade de funcionamento ininterrupto, ficando as mesmas responsáveis por sua escala.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pontal do Araguaia - MT, 22 de fevereiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.° 1737/2017

DECRETO N.º 1737/2017 DE 03 DE MARÇO DE 2017

"Decreta Luto Oficial em todo o território municipal em virtude do falecimento do Sr. SIPRIANO FERREIRA DE ANDRADE NETO."

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei e;

Considerando o falecimento do esposo da servidora Silvana Pereira Diniz Andrade, Senhor **Sipriano Ferreira de Andrade Neto**, ocorrido na manhã de 03 de março de 2017, pessoa muito querida pelos pontalensses e grande amigo de todos nós;

Considerando ainda, a necessidade de expressar sentimentos de profundo pesar para a família de Sipriano.

D E C R E T A :

Art. 1º. - Fica decretado LUTO OFICIAL, por 03 (três) dias, em todo o território do Município de Pontal do Araguaia/MT.

Art. 2º. - *Este Decreto entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia - MT, 03 de março de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / LICITAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2017

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art. 38 inciso VI do mesmo diploma legal.

Nº DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: 013/2017

Nº DO PROCESSO DE DISPENSA: 011/2017

1 - NOME DO CREDOR: TIM TRANSPORTES INTEGRADOS MATO-GROSSENSES LTDA – EPP

CNPJ: 14.421.118/0001-06

VALOR: R$ **15.000,00** (quinze mil reais).

2 - NOME DO CREDOR: BARRALUZ REPRESENTAÇÕES LTDA-ME

CNPJ: 02.079.897/0001-16

VALOR: R$ **10.000,00** (dez mil reais).

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

46 - 04.001.04.123.5003.2007.33.90.39.00.00.00–Manutenção Ativ. Sec. Adm. e Finanças

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

67 - 05.001.12.361.5004.2021.33.90.39.00.00.00–Manutenção Ativ. Sec. Educ. e Cultura

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

153 - 06.002.10.301.5007.2017.33.90.39.00.00.00–Manutenção do Fundo Mun. Saude – F.M.S

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

239 - 07.001.08.244.5008.2013.33.90.39.00.00.00–Manutenção Ativ. Sec. Ação Social.

Pontal do Araguaia/MT, 24 de fevereiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 044/GP/2017

PORTARIA Nº 044/GP/2017 Em 07 de Fevereiro de 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidor para exercer o cargo comissionado Coordenadora Municipal de Saúde Bucal e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º Nomear, a Sr.ª **Lusiângela Soares da Silva,** portadora do RG n.º 941.097 SSP/MT, e CPF n.º 617.205.341-87, para exercer o cargo comissionado de **Coordenadora Municipal de Saúde Bucal - CC-2**, conforme Lei Municipal n° 661/2013 de 21/03/2013,desta Prefeitura Municipal.

Art. 2.º- A Coordenadora nomeada no artigo primeiro desta Portaria é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3º. - *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 07 de Fevereiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 051/GP/2017

PORTARIA N.º 051/GP/2017 Em, 20 de Fevereiro de 2017.

"Dispõe sobre Homologação da Resolução COMAS-PA Nº001/2017 e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Homologar a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) de Pontal do Araguaia, abaixo relacionada:

Resolução COMAS-PA Nº 001 de 20/02/2017, que dispõe sobre a aprovação da reprogramação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social; do Fundo Municipal de Investimento Social; dos Recursos de Cofinanciamento do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social, serviço e programas da proteção social básica, IGD SUAS e IGDPBF e do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS e dá outras providências;

Art. 2º. *Esta Portaria entra em vigor na data* de ***sua*** assinatura,revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 20 de Fevereiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 049/GP/2017

PORTARIA N.º 049/GP/2017 Em, 14 de fevereiro de 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidor para exercer o cargo comissionado de Coordenadora Municipal do Programa Bolsa Família na Educação e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal n°715/2014 de 26 de março de 2014;

R E S O L V E :

Art. 1.º Nomear a Sra. **Magaly Sousa Negreiro Lima,** portadora do RG n. º 236.510 - SSP/MT, e CPF n.º 208.644.421-49, para exercer o cargo comissionado de **Coordenadora Municipal do PBF na Educação - CC-2**, sem ônus, desta Prefeitura Municipal.

Art. 2.º- A Coordenadora nomeada é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3º. - *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 14 de fevereiro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017.

Objeto: Locação de uma casa situada à Rua Nove, Quadra A-8 Lote 12 Setor Aeroporto, para atender a Secretaria Saúde, para funcionamento da Unidade de Básica de Saúde PSF Aeroporto, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde.

Favorecida: Romildo Dias, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Avenida Betumarcos nº800 Setor Central no município de Porto Alegre do Norte-MT, CEP: 78655-000, portador do RG: 3746898 DGPC/GO, CPF: 819.380.711-15..

Prazo de execução: 10 meses, a partir de 01 de Março a 31 de dezembro de 2017. **Valor global:** R$ 12.000,00 (doze mil reais) correspondendo a R$ 1.200,00 (Um Mil e Duzentos Reais) Mensal.

Fundamento Legal: Artigo 24, X da Lei nº 8.666/93

Porto Alegre do Norte – MT, 01 de Março de 2017.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 790/2017

LEI 790/2017

23/02/2017

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso – MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o conselho municipal do Fundo Estadual de Transporte e Habitação – **FETHAB,** que será constituído por 5 (cinco) representantes do Poder Executivo Municipal a serem indicados pelo Prefeito, e 5 (cinco) representantes da Sociedade Civil Organizada.

Parágrafo Primeiro - Os representantes das entidades da sociedade civil serão nomeados por ato do Prefeito, após indicações das entidades respectivas;

Parágrafo Segundo – Dentre os representantes do Poder Executivo, três serão obrigatoriamente servidores efetivos;

Parágrafo Terceiro – A eleição do Presidente e demais cargos do Conselho, ocorrerá através de eleição dentro do Conselho.

Art. 2º - O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observando os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, com a redação dada pela Lei nº 10.480, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 3º - Fica assegurado ao Conselho, por requisição de seu Presidente, o irrestrito acesso a todos os documentos e informações referente aos repasses feitos ao Município pelo Estado, por conta do FETHAB e sua aplicação.

Art. 4º - O Conselho emitirá relatório trimestral de suas atividades, divulgando-o por via eletrônica no Site do Município na Internet, no primeiro dia útil após a deliberação do relatório de prestação de contas, devendo envia-lo em meio físico ao Chefe do Poder Executivo Municipal, a fim de que este, possa a cada 4 (quatro) meses, enviar tal documento à Secre-

taria Estadual de Infraestrutura e Logística (Sinfra) e Comissão de Infraestrutura Urbana de Transporte da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Art. 5º - O Conselho elaborará seu próprio regimento interno.

Art. 6º - O exercício da função de Conselheiro do **Conselho Municipal do FETHAB** não é remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre do Norte, 23 de Fevereiro de 2017

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 791/2017

LEI Nº 791/2017

02/03/2017

Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Porto Alegre do Norte - MT – COMPDEC, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, e o Fundo Municipal de Defesa Civil (FUMDEC), e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC

Artigo 1º - Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Porto Alegre do Norte - MT - COMPDEC, diretamente subordinados ao Prefeito ou ao seu eventual substituto, com a finalidade, em nível municipal, de implantar e manter uma política permanente de prevenção, controle e enfrentamento de todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade. Mediante atuação conjunta do poder público e das entidades não governamentais.

§ 1º - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC atuará integrada com os demais sistemas congêneres municipais, estaduais e federais, mantendo estrito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para as ações e esclarecimentos relativos à Defesa Civil.

§ 2º - São Objetivos da COMPDEC:

I - Cumprir com as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, bem como com as competências exclusivas dos municípios e com aquelas de responsabilidade comum com os demais Entes Federados;

II - Coordenar e executar as ações de Defesa Civil;

III - Manter atualizadas e disponíveis as informações relacionas à Defesa Civil;

IV - Elaborar Plano de Ação Anual visando o atendimento das ações em tempo de normalidade, bem como, das ações emergenciais, com a garantia dos recursos no Orçamento Municipal;

V - Prever recursos orçamentários próprios necessários às ações assistenciais de recuperação ou preventivas, como contrapartida às transferências de recursos da União, na forma da legislação vigente;

VI - Capacitar recursos humanos para as ações de Defesa Civil;

VII - Manter os órgãos centrais do Sistema Nacional e Estadual de Proteção e Defesa Civil informados sobre as ocorrências de desastres e atividades de Defesa Civil;

VIII - Propor à autoridade competente a declaração de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC e pela legislação vigente;

IX - Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres;

X - Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;

XI - Programar ações de medidas não estruturais e medidas estruturais;

XII - Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;

XIII - Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;

XIV - Comunicar aos órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puser em perigo a população;

XV - Implantar programas de treinamento para voluntariado;

XVI - Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;

XVII - Estabelecer intercâmbio de ajuda com outros Municípios (comunidades irmanadas);

XVIII - Promover mobilização comunitária visando à implantação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil - NUPDEC, nos bairros, distritos urbanos, distritos industriais e bem como na zona rural.

§ 3º - Integram a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC:

I - Com atuação permanente:

a) O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – designado nos termos desta Lei;

b) O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC;

c) O Grupo Integrado de Atividades Coordenadas, constituído por servidores contratados e/ou designados pela Administração Municipal.

II - Com atuação especial, para enfrentamento de situações de emergência ou calamidades públicas:

a) As Unidades Administrativas do Poder Executivo Municipal, o Poder Legislativo Municipal, Unidades das Secretarias de Segurança Pública, Conselhos, as Associações ou Entidades Sociais e/ou Religiosas com atuação no município;

b) Os Voluntários cadastrados pela COMPDEC.

Artigo 2º - Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I - Atos de Proteção e Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social;

II - Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e conseqüentes prejuízos econômicos e sociais;

III - Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada;

IV - Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO PERMANENTE

Artigo 3º - Fica Instituído o Conselho de Proteção e Defesa Civil do Município de Porto Alegre do Norte, diretamente ao Gabinete do Prefeito com a finalidade de deliberar sobre a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil e coordenar os meios locais para atendimento a situações de emergência ou calamidade pública.

§ 1º - Compete ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, tendo em vista a sua função de órgão, o assessoramento do Poder Executivo de Porto Alegre do Norte no desenvolvimento das seguintes atividades:

I - Elaborar planos de prevenção, visando à atuação imediata e eficiente, para limitar os riscos e perdas a que está exposta a comunidade, em consequência de desastres;

II - Realizar campanhas com a finalidade de difundir a comunidade noções de proteção e defesa civil e sua organização;

III - Promover e colaborar em campanhas educacionais nas escolas e unidades do sistema municipal de ensino;

IV - Estudar, definir, propor normas, planos e procedimentos, visando à proteção da comunidade contra as consequências decorrentes de fatores anormais e adversos que atinjam o município;

V - Promover e colaborar na execução de programas estaduais e federais de Defesa Civil, observada sua autonomia de atuação e suas instâncias de deliberação;

§ 2º - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será constituído de representantes governamentais e não governamentais das seguintes unidades, órgãos ou entidades:

I - Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas;

II - Secretaria Municipal de Saúde;

III - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

IV - Secretaria Municipal de Assistência Social;

V - Poder Legislativo Municipal;

VI - Polícia Militar - 14º BPM;

VII - Associações de Bairros legalmente constituídas;

VIII - Entidades Religiosas.

§ 3º - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será designado pelo Chefe do Executivo Municipal, observando a indicação realizada pelas unidades, órgãos ou entidades relacionadas no parágrafo anterior, com definição do Coordenador, ao qual competirá convocar, dirigir e organizar as atividades da mesma.

§ 4º - No exercício de suas atividades, poderá o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil em conjunto com a COMPDEC solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que estão sujeitas as populações em decorrência da calamidade pública e fenômenos anormais.

§ 5º - A participação no Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerado.

§ 6º - Os representantes governamentais previsto no **§2º, I, II, III, IV, serão obrigatoriamente indicados do quadro de funcionários efetivos dos órgãos/secretarias.**

Artigo 4º - Fica criado o Grupo Integrado de Atividades Coordenadas de Proteção e Defesa Civil, constituído por servidores contratados e/ou designados pela Administração Municipal, ao qual compete:

I - Propiciar apoio técnico e operacional ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil;

II - Colaborar na formação de banco de dados e mapa-força dos recursos disponíveis em cada órgão ou entidade para as ações de socorro, assistência e recuperação;

III - Engajar-se nas ações de socorro e assistência, mobilizando recursos humanos e materiais disponíveis nas entidades representadas quando o exigir o interesse da defesa civil;

IV - Manter-se em regime de reunião permanente, em caso de situação de emergência ou calamidade pública que atinjam o município ou a região;

V - Executar, nas áreas de competências de cada órgão, as ações determinadas pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, visando a atuação conjugada e harmônica.

Artigo 5º - A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e disponibilizar informações e subsídios técnicos para prestação de informações, orientações e esclarecimentos à comunidade, bem como planejamento, controle e execução das ações relativas à defesa civil.

Artigo 6º - Os servidores públicos convocados para colaborar nas ações de emergência ou de calamidade pública exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único – A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço público relevante dos assentamentos dos respectivos servidores.

Artigo 7º - A decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública incumbe ao Prefeito Municipal, ouvindo a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

§ 1º - O decreto municipal identificará os locais ou áreas afetadas e respectivamente estabelecerá quais os efeitos que sobre eles incidirão e o prazo de vigência.

§ 2º - Adotada a situação de emergência ou estado de calamidade pública, o decreto municipal deverá ser imediatamente remetido ao órgão de Proteção e Defesa Civil Estadual.

§ 3º - Os eventos anormais e adversos serão notificados ao órgão de Proteção e Defesa Civil Estadual no prazo de até doze horas, mesmo que não caracterizem situação de emergência ou estado de calamidade pública.

§ 4º - A notificação preliminar de desastre de que se trata o parágrafo anterior, será referendado pela coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC.

Artigo 8º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos, ajustes ou convênios de cooperação técnica, operacional ou financeira com órgãos ou entidades, governamentais ou não governamentais, bem como com os demais Entes da Federação, para implemento de ações de proteção e defesa civil no município de Porto Alegre do Norte.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – FUMPDEC

Artigo 9º - Fica criado, em conformidade com o disposto na Lei Federal 4.320/64, o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Porto Alegre do Norte (FUMPDEC), o qual será gerido pelo Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil.

§ 1º - O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC é um órgão captador e aplicador de recursos financeiros apurados com finalidade de prover as ações e as medidas da defesa civil.

§ 2º - O FUMPDEC tem duração indeterminada, natureza contábil e gestão autônoma.

Artigo 10º - O FUMPDEC tem por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas, de socorro e de assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

Artigo 11º - Compete ao Órgão Gestor do FUMPEDC:

I - Administrar recursos financeiros;

II - Cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil;

III - Preparar e encaminhar a documentação necessária para efetivação dos pagamentos a serem efetuados;

IV - Prestar contas da gestão financeira;

V - Desenvolver outras atividades estabelecidas pelo Chefe do Executivo, compatíveis com os objetivos do FUMPDEC.

Artigo 12º - Constitui receita do FUMPDEC:

I - As dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhes forem atribuídos;

II - Verbas repassadas pela Defesa Civil da União, ou Estado e de Outros órgãos oficiais;

III - Os recursos transferidos pela União, Estado ou Município, ou por suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações;

IV - Os auxílios, dotações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeira, destinado à prevenção de desastres, socorro, assistência e reconstrução;

V - Doações, auxílios, contribuições, legados e outros recursos que lhe sejam legalmente destinados por pessoa física ou jurídica;

VI - A remuneração decorrente de aplicações no mercado financeiro de recursos pertencentes ao FUMPDEC;

VII - Os saldos de créditos extraordinários e especiais, abertos em decorrência de calamidade pública, não aplicados e ainda disponíveis;

VIII - Outros recursos que lhe forem legalmente atribuídos.

Artigo 13º - A estrutura orçamentária do FUMPDEC – Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil integrará o Orçamento Geral do Município, constituindo-se em Unidade Orçamentária desta (Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC).

§ 1º - A Contabilização do FUMPDEC - Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, será realizada pela Contabilidade do Município.

§ 2º - A movimentação de recursos financeiros do FUMPDEC - Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, serão realizadas por meio de conta corrente específica aberta junto a instituição bancária sediado no Município de Porto Alegre do Norte, ficando tais recursos de receitas auferidas, vinculadas a realização e cobertura de despesas do próprio FUMPDEC, sendo o saldo positivo do fundo apurado em balanço, transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Artigo 14º - Compete a COMPDEC e ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, além de supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo FUMPDEC:

I - Fixar as diretrizes operacionais do FUMPDEC;

II - Ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação de recursos financeiros disponíveis;

III - Sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;

IV - Disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;

V - Decidir sobre a aplicação dos recursos;

VI - Analisar e aprovar semestralmente as contas do FUMPDEC, sendo necessários os votos da maioria absoluta dos membros do Conselho de Proteção e Defesa Civil do Municipio de Porto Alegre do Norte/MT;

VII - Promover o desenvolvimento do FUMPDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;

VIII - Apresentar, anualmente, relatório de suas atividades;

IX - Definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

Artigo15º - As disposições pertinentes ao Fundo, não enfocadas nesta Lei, serão regulamentadas por Decreto do Poder Executivo.

Artigo16º - Em caso de dissolução ou encerramento das atividades do FUMPDEC – Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, os recursos serão transferidos ao órgão central da administração municipal para serem aplicados em despesas inerentes à manutenção e custeio de ações de Defesa Civil.

Artigo17º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 471 de 14 de Março de 2.006.

Porto Alegre do Norte - MT, 02 de Março de 2017

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/ 2017-REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2017.

O Município de PORTO ALEGRE do Norte representado pela Prefeitura Municipal, através do Pregoeiro senhor Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 009/2017, cujo objeto é **Registro de preços para futura e eventual aquisição de COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO para abastecimento de máquinas pesadas, ônibus de transporte escolar, veículos leves e motocicletas a serviços e de propriedade do município de Porto Alegre do Norte representado pela Prefeitura Municipal, constantes no anexo i, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais**, na sala de licitações, prevista para abertura no dia 22/03/2017 às 09h00min. O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.portoalegredonortemt.com.br, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, localizada na Rua Tocantins nº 1173, Setor Três Irmãos, em Porto Alegre do Norte/MT, no valor de 0,50 (cinquenta centavos) por página impressa, valor não reembolsável. Porto Alegre do Norte/MT, 03 de Março de 2017/ Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira - Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017
REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2017

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, através do Pregoeiro Oficial senhor Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 008/2017**, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS e MAQUINAS PESADAS (OLEO DE MOTOR, ÓLEO HIDRAULICO, OLEO DE FREIO, OLEO DO DIFERENCIAL, ADITIVO PARA RADIADOR, GRAXA) de PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE REPRESENTADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL, COM AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE O INTEGRAM E COMPLEMENTAM, PARA TODOS OS EFEITOS JURÍDICOS LEGAIS, na sala de licitações, prevista para abertura no dia 21/03/2017 às 09:00 O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.portoalegredonortemt.com.br, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, localizada na Rua Tocantins nº 1173 Setor Três Irmãos, em Porto Alegre do Norte/MT, no valor de 0,50 (cinqüenta centavos) por página impressa, valor não reembolsável.

Porto Alegre do Norte/MT, 03 de Março 2017.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/ 2017-REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2017.

O Município de Porto Alegre do Norte representado pela Prefeitura Municipal, através do Pregoeiro senhor Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 007/2017, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA NO FORNECIMENTO DE PNEUS, PROTETORES DE CAMARAS E CAMARAS DE AR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS NA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT REPRESENTADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL, CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE O INTEGRAM E COMPLEMENTAM, PARA TODOS OS EFEITOS JURÍDICOS LEGAIS, na sala de licitações, prevista para abertura no dia 20/03/2017 às 09h00min. O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.portoalegredonortemt.com.br, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, localizada na Rua Tocantins nº 1173, Setor Três Irmãos, Porto Alegre do Norte/MT, no valor de 0,50 (cinquenta centavos) por página impressa, valor não reembolsável. Porto Alegre do Norte/MT, 03 de Março de 2017/ Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUB DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 02

PUB DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 11/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017

Eu, Martins Dias de Oliveira - Prefeito do Município de Porto Esperidião/ MT, faço saber que nesta data fica ”HOMOLOGADO” o presente processo de **PREGÃO PRESENCIAL** n° 002/2017 em favor da empresa **E T C A CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA CNPJ: 04.176.501/0001-84,**vencedor do único lote. Referente ao **objeto definido como: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA E AUDITORIA TRIBULTARIA/FISCAL.**

Cumpra-se.

Publique-se.

Porto Esperidião - MT, 03 de Março de 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PUB DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 03

PUB DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 12/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017

Eu, Martins Dias de Oliveira - Prefeito do Município de Porto Esperidião/ MT, faço saber que nesta data fica ”HOMOLOGADO” o presente processo de **PREGÃO PRESENCIAL** n° 003/2017 em favor da empresa **SOLUÇÃO TRANSPORTES LTDA – ME – CNPJ: 08.639.943/0001-70,**vencedor do único lote. Referente aoobjeto definido como**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO**

Cumpra-se.

Publique-se.

Porto Esperidião - MT, 03 de Março de 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 163/2017 (QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE NUTRICIONISTA, EMPOSSADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2017, DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 A SRª. ADIJANE MINOTTI DE ARAUJO).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar a servidora, **Srª. ADIJANE MINOTTI DE ARAUJO,** Portadora da Cédula de Identidade **RG Nº. 47125015-6 SSP/SP e CPF Nº. 378.257.278-51,** classificada na 2ª colocação no Concurso Publico Municipal **001/2015**, no cargo de **NUTRICIONISTA** para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com carga horária de 40 horas semanais.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor nesta data.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 24 de Fevereiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 162/2017 (DISPÕE SOBRE POSSE DE SERVIDORA PÚBLICA QUE MENCIONA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO DE Nº 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS)

PORTARIA Nº 162/2017

(DISPÕE SOBRE POSSE DE SERVIDORA PÚBLICA QUE MENCIONA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO DE Nº 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 053/2014 (Dispõe sobre criação e ampliação de cargos efetivos, constantes no anexo I, II e III da Lei Complementar nº 015/2008 – Dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos, carreira e vencimento dos servidores públicos do poder executivo do município de Porto Estrela, estabelece normas

de enquadramento e institui nova tabela de vencimentos, e dá outras providências).

Considerando o Decreto nº.089/2015 "Dispõe sobre Homologação do Resultado Final do Concurso Público 001/2015, realizado pela Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT", e da outras providências.

RESOLVE:

Artigo 1º) – Nomear para cargo de provimento efetivo a **SRª. ADIJANE MINOTTI DE ARAUJO,** Portadora da Cédula de Identidade **RG Nº. 47125015-6 SSP/SP e CPF Nº. 378.257.278-51,** classificada na 2ª colocação, do Concurso Público Municipal nº. 001/2015, para o cargo de **NUTRICIONISTA,** com carga horária de 40 horas semanais de acordo com a **Lei Complementar nº. 053/2014**.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor nesta data.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 24 de Fevereiro de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TECNOLOGIA E INFORMATICA
EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 026/2017

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

MAURO ALVES TRANSPORTES - ME

CNPJ sob nº. 08.580.753/0001-25

OBJETO DO CONTRATO:

Este Contrato tem como finalidade suprir as necessidades do município de Porto dos Gaúchos/MT, em todas as suas linhas escolares, durante o exercício de 2017.

DATA DO CONTRATO: 02 de Março de 2017.

PRAZO DO CONTRATO: 31 de Dezembro de 2017.

VALOR DO CONTRATO: **R$ 324.720,00 (Trezentos e vinte e quatro mil setecentos e vinte reais).**

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº. 04/2017.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 02/03/2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 166/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Férias a servidora **Nilda Oliveira de Souza** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/03/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Nilda Oliveira de Souza**nomeada no cargo efetivo de Zelador, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 30/04/2015 a 29/04/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 169/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Audiere Duarte do Nascimento** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/03/2017, 30 (trinta) dias consecutivos de **Férias,** ao servidor**Audiere Duarte do Nascimento**nomeado no cargo efetivo de Professor e exercendo a função de Diretor Escolar da Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 11/03/2014 a 10/03/2015.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 165/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Marcos Alan Paredes Feitosa** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/03/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Marcos Alan Paredes Feitosa**nomeado no cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 164/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Leopoldo Wilke** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/03/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Leopoldo Wilke**nomeado no cargo comissionado de Chefe de Setor de Água e Esgoto em Novo Paraná, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 01/01/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 163/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Miguel de Souza Arcanjo** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/03/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Miguel de Souza Arcanjo**nomeado no cargo efetivo de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 09/07/2015 a 08/07/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 162/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Ademilson Carlos do Nascimento** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/03/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Ademilson Carlos do Nascimento**nomeado no cargo efetivo de Auxiliar de Mecânico, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 17/02/2015 a 16/02/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 170/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Férias a servidora **Renata Evelyn Antoniassi do Nascimento** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/03/2017, 30 (trinta) dias consecutivos de **Férias,** a servidora**Renata Evelyn Antoniassi do Nascimento**nomeada no cargo efetivo de Técnico Administrativo Educacional Profissionalizante lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 18/02/2016 a 17/02/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 171/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Férias a servidora **Leidaci Alves Diniz Angelo** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/03/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Leidaci Alves Diniz Angelo**nomeada no cargo comissionado de Chefe do Setor de Vigilância Epidemiológica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/01/2015 a 31/12/2015.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 172/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Valmir Almeida Angelo** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/03/2017, 30 (trinta) dias de **Férias** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário,** ao servidor**Valmir Almeida Angelo**nomeado no cargo efetivo de Bioquímico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 11/03/2015 a 10/03/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 173/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Férias a servidora **Marines da Silva Marques** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/03/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Marines da Silva Marques**nomeada no cargo celetista de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/06/2015 a 31/05/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 174/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Edson Rocha da Silva** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/03/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Edson Rocha da Silva**nomeado no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 07/05/2015 a 06/05/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 175/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Diogo Bernardelli Rau** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/03/2017, 30 (trinta) dias de **Férias** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário,** ao servidor **Diogo Bernardelli Rau**nomeado no cargo efetivo de Rescepcionista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 06/02/2016 a 05/02/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação , revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 176/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Férias a servidora **Fernanda Piovezan Morelli** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/03/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Fernanda Piovezan Morelli**nomeada no cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 05/03/2014 a 04/03/2015.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 177/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Fabio Junior Silva Pedroso** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/03/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Fabio Junior Silva Pedroso**nomeado no cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, referente ao período aquisitivo de 10/02/2015 a 09/02/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 178/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Laercio Batista da Silva** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/03/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Laercio Batista da Silva**nomeado no cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social , referente ao período aquisitivo de 07/02/2016 a 06/02/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 179/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Férias a servidora **Lorraine Talita Rodrigues Coelho** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/03/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Lorraine Talita Rodrigues Coelho**nomeada no cargo comissionado de Chefe de Seção de Programas Sociais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 15/02/2016 a 14/02/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 180/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Férias a servidora **Bruna Rodrigues Casali** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/03/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Bruna Rodrigues Casali**nomeada no cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 10/06/2015 a 09/06/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação , revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 181/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Vanderlei Marcos Ferreira** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 02/03/2017, 30 (trinta) dias de **Férias** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário,** ao servidor **Vanderlei Marcos Ferreira**eleito no cargo de Membro do Conselho Tutelar, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 08/01/2016 a 07/01/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 182/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Licença Especial ao servidor **Rogerio Ranzan** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Artigo 120 da Lei n° 018/1991 e Lei Complementar n° 002/2003;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 03 (três) meses de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie,** ao servidor **Rogerio Ranzan,** nomeado no cargo efetivo de Operador de Saneamento lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura para pagamento fracionado nos meses de **Março, Abril e Maio de 2017**, referente ao quinquênio de **11/03/2012 a 10/03/2017.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 183/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Licença Especial ao servidor **Edevaldo de Souza Arcanjo** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Artigo 120 da Lei n° 018/1991 e Lei Complementar n° 002/2003;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 03 (três) meses de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie,** ao servidor **Edevaldo de Souza Arcanjo,** nomeado no cargo efetivo de Técnico Esportivo lotado na Secretaria Municipal de Esportes

para pagamento fracionado nos meses de **Março, Abril e Maio de 2017**, referente ao quinquênio de **01/12/2011 a 31/11/2016.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 184/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Licença Especial ao servidor **Augustinho Olivato** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o Artigo 120 da Lei n° 018/1991 e Lei Complementar n° 002/2003;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 03 (três) meses de **Licença Especial** sendo convertida em **Espécie,** ao servidor **Augustinho Olivato,** nomeado no cargo efetivo de Agente de Saúde Ambiental lotado na Secretaria Municipal de Saúde para pagamento fracionado nos meses de **Março, Abril e Maio de 2017**, referente ao quinquênio de **11/05/2008 a 10/05/2013.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO DE AJUDA DE CUSTO Nº. 004/2017.

Pelo presente instrumento de Convênio de Ajuda de Custo, de um lado o **MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT**, com sede à Praça Leopoldina Wilke nº. 19, nesta cidade e Comarca de Porto dos Gaúchos - MT, inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, **Moacir Pinheiro Piovesan**, brasileiro, solteiro, portador da RG n.º 1.100.320-0 SJ/MT e do CPF nº. 903. 672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina, 920, nesta cidade e Comarca de Porto dos Gaúchos MT, e do outro lado a **ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL IADEPOR** – CNPJ: 11.021.795/0001-30, localizado na Avenida Mato Grosso S/Nº, em Porto dos Gaúchos MT, neste ato representado pelo senhor **José Faria de Alecrim**, Portador do CPF nº 459.977.561-49 e da RG. nº 06.799.949 SEJUSP MT tem justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Município de Porto dos Gaúchos/MT se compromete a repassar uma ajuda de custo no valor de R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais) mensalmente a **ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL IADEPOR** – CNPJ: 11.021.795/0001-30, localizado na Avenida Mato Grosso S/Nº, em Porto dos Gaúchos MT.

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor financeiro mencionado na Cláusula Primeira deste Convênio terá início em 01 de Janeiro de 2017 e seu término em 31 de Dezembro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: Os repasses serão efetuados preferencialmente até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da prestação dos serviços sociais realizados pela **Associação de Assistência Social - IADEPOR,** para manutenção da capela mortuária que está a serviço do município.

CLÁUSULA QUARTA: Fica o responsável pela entidade, obrigado a prestar contas nos moldes da Lei ao Executivo e Legislativo até o ultimo dia do mês subsequente, sob pena de bloqueio dos repasses futuros. Tal prestação deve conter o relatório de toda atividade discriminando ações bem como valores pagos, sempre acompanhado de comprovantes, recibos, notas fiscais e outros. Sendo que este recurso só poderá ser usado para custear despesas com a Casa Mortuária.

CLÁUSULA QUINTA: A entidade fica responsável em cumprir o regulamento de utilização da Casa Mortuária de Porto dos Gaúchos MT. Em caso de descumprimento no qual foi estabelecido neste regulamento, será cortada a iniciativa**.**

CLÁUSULA SEXTA: As despesas provenientes do convênio correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02.001.04.122.0002.2010.3350.41.00.00.00 – CONTRIBUIÇÕES.

CLÁUSULA SÉTIMA: O presente Termo de Convênio de Ajuda de Custo tem respaldo em autorização legislativa, Lei Municipal nº. 634/2017 de 24 de Fevereiro de 2017.

CLÁUSULA OITAVA - As partes elegem o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos/MT, para dirimirem quaisquer dúvidas que por ventura surgir, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e para um só fim, na presença das testemunhas abaixo mencionadas.

Porto dos Gaúchos – MT, em 01 de Março de 2017.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL

DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT

Moacir Pinheiro Piovesan – Prefeito Municipal

_____

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL IADEPOR

CNPJ: 11.021.795/0001-30

José Faria de Alecrim – Diretor Financeiro

TESTEMUNHAS

_____

_____

EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 21/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2017

O município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, Centro, CEP 78. 560-000, fone (66) 3526-2000, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº. 064/2017 de 16/01/2017, no uso de suas atribuições, torna público, a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por item,** para a FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULO DO TIPO PICK-UP CABINE DUPLA 4X4 AUTOMÓVEL DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ZERO QUILÔMETRO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT.

Modalidade de licitação:---------- PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data:---------- 16/03/2017

Horário:---------- DAS 07:00h ÀS 08:00h (HORÁRIO LOCAL)

Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

DO JULGAMENTO

Data:---------- 16/03/2017

Horário:---------- 08:00 HORAS (horário local)

Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no endereço acima citado, pelo telefone 66 3526 2000, ou pelo e-mail licitacao@portodosgauchos.mt.gov.br* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min e das 13h00min horas ás 17h00min, exceto feriados e pontos facultativos).*

Porto dos Gaúchos/MT, 03 de Março de 2017.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TECNOLOGIA E INFORMATICA
EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 030/2017

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

LIBRA SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA - ME

CNPJ sob nº. 19.430.120/0001-57

OBJETO DO CONTRATO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA APOIO ADMINISTRATIVO, A FIM DE SUBSIDIAR OS TRABALHOS DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, CONFORME DEMANDA, COM ORIENTAÇÕES TÉCNICAS AO PESSOAL ENVOLVIDO EM CADA SETOR, "*IN LOCO*" OU POR TELEFONE/INTERNET; ORIENTAÇÃO E ASSESSORAMENTO DE FORMA A TRAZER MELHORIAS NA CONDUÇÃO DOS ATOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E DE GESTÃO MUNICIPAL; ORIENTAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE DEFESAS TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS PERANTE OS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO, NAS ESFERAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL.

DATA DO CONTRATO: 02 de Março de 2017.

PRAZO DO CONTRATO: 31 de Dezembro de 2017.

VALOR DO CONTRATO: **R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais).**

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº. 05/2017.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 02/03/2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TECNOLOGIA E INFORMATICA
EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 029/2017

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

I. ACIOLI SILVA - ME

CNPJ sob nº. 20.305.350/0001-73

OBJETO DO CONTRATO:

Este Contrato tem como finalidade suprir as necessidades do município de Porto dos Gaúchos/MT, em todas as suas linhas escolares, durante o exercício de 2017.

DATA DO CONTRATO: 02 de Março de 2017.

PRAZO DO CONTRATO: 31 de Dezembro de 2017.

VALOR DO CONTRATO: **R$ 211.763,20 (Duzentos e onze mil setecentos e sessenta e três reais e vinte centavos).**

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº. 04/2017.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 02/03/2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TECNOLOGIA E INFORMATICA
EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 028/2017

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

LL GONCALVES TRANSPORTES – ME

CNPJ sob nº. 19.548.616/0001-20

OBJETO DO CONTRATO:

Este Contrato tem como finalidade suprir as necessidades do município de Porto dos Gaúchos/MT, em todas as suas linhas escolares, durante o exercício de 2017.

DATA DO CONTRATO: 02 de Março de 2017.

PRAZO DO CONTRATO: 31 de Dezembro de 2017.

VALOR DO CONTRATO: **R$ 365.851,20 (Trezentos e sessenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e um real e vinte centavos).**

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº. 04/2017.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 02/03/2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TECNOLOGIA E INFORMATICA
EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 027/2017

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

HENIO RODRIGUES COELHO - ME

CNPJ sob nº. 26.866.847/0001-47

OBJETO DO CONTRATO:

Este Contrato tem como finalidade suprir as necessidades do município de Porto dos Gaúchos/MT, em todas as suas linhas escolares, durante o exercício de 2017.

DATA DO CONTRATO: 02 de Março de 2017.

PRAZO DO CONTRATO: 31 de Dezembro de 2017.

VALOR DO CONTRATO: **R$ 133.496,00 (Cento e trinta e três mil quatrocentos e noventa e seis reais).**

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº. 04/2017.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 02/03/2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 168/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Roberto da Silva Santana** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/03/2017, 30 (trinta) dias de **Férias** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário,** ao servidor**Roberto da Silva Santana**nomeado no cargo efetivo de Apoio Administrativo Educacional "D", lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 24/06/2015 a 23/06/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 08/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2017

Objeto: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO PARA A MANUTENÇÃO DE VARIOS PISOS NO PÁTIO DA ESCOLA MUNICIPAL GUSTAVO ADOLFO WILKE DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT**.**

Repartição interessada---------- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

Modalidade de licitação---------- PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação---------- MENOR PREÇO

Regime de execução:---------- POR ITEM

Forma de execução:---------- INDIRETA

Conformidade---------- EDITAL COM SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL 10.520/02, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E LEI 123/06.

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c.c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito Municipal, o senhor Moacir Pinheiro Piovesan, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora abaixo especificada:

CELESTE A. POLITOWSKI – ME, CNPJ Sob n° 05.023.626/0001-37

LOTE 01 **SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE "PEDREIO"**					
ITEM	**Codig. TCE – ME**	**SERVIÇOS**	**QTDE. por M²**	**R$ UNIT. Por m²**	**R$ TOTAL**
01	**219639-5**	**SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ("PEDREIO") PARA MANUTENÇÃO DE PISOS NO PAIO DA ESCOLA MUNICIPAL GUSTAVO ADOLFO WILKE, MEDINDO 820,00m².**	**820,00m².**	R$: 17,40	R$: 14. 268,00

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Porto dos Gaúchos – MT, 03 de Março de 2017.

Moacir Pinheiro Piovesan

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 08/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2017

Objeto:

FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO PARA A MANUTENÇÃO DE VARIOS PISOS NO PÁTIO DA ESCOLA MUNICIPAL GUSTAVO ADOLFO WILKE DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

Repartição interessada---------- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

Modalidade de licitação---------- PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação---------- MENOR PREÇO

Regime de execução:---------- POR ITEM

Forma de execução:---------- INDIRETA

Conformidade---------- EDITAL COM SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL 10.520/02, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E LEI 123/06.

O município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Moacir Pinheiro Piovesan, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº. 8.666/93 – Artigo 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pela Comissão Municipal de Licitação, instituída pela portaria Nº. 064/2017 de 16 de Janeiro de 2017.

Empresa Vencedora:

CELESTE A. POLITOWSKI – ME,

CNPJ Sob n° 05.023.626/0001-37

Valor total **R$ 14.268,00 (Quatorze mil duzentos e sessenta e oito reais)**

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Porto dos Gaúchos/MT, 03 de Março de 2017.

Moacir Pinheiro Piovesan

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 167/2017

De: 01 de Março de 2017

*"Concede Férias a servidora **Juraci Machado** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/03/2017, 30 (trinta) dias de **Férias** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário,** a servidora**Juraci Machado**nomeada no cargo efetivo de Professor e exercendo a função de Coordenadora da Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 18/02/2016 a 17/02/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/20171

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2017

A Prefeitura de Poxoréu torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preços paraContratação de Serviços de UTI móvel TIPO "D" com equipe médica para transportes de pacientes adulto, pediátrica e neonatal**,**conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do edital (Termo de Referência).

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 16/3/2017, A PARTIR DAS 14:00 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da **proposta eletrônica** para elaboração da proposta de preçodisponívelnomesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 03 de março 2017.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

PORTARIA Nº 009/2017

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

PORTARIA Nº 010 /2017

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2017

A Prefeitura de Poxoréu torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preços para **Aquisição Futura de Madeiras diversas para atender a Secretaria Viação e Obras Públicas,**conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do edital (Termo de Referência).

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 17/3/2017, A PARTIR DAS 14:00 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da **proposta eletrônica** para elaboração da proposta de preçodisponívelnomesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 03 de março 2017.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

PORTARIA Nº 009/2017

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

PORTARIA Nº 010 /2017

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

PORTARIA N.º 515/2017 "Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor do Sr. Herculano Sousa Santos Neto"

O Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos "I", "II" e "III", da Emenda Constitucional nº. 47/05, de 05 de Julho de 2005, Art. 106, incisos "I", "II", "III", "IV", "V", da Lei Municipal n.º 1.489/2012, de 13 de janeiro de 2012, Anexo "atualizado", da Lei Municipal n.º 1.500, de 20 de janeiro de 2012.

Resolve,

Art. 1º *Conceder o benefício de* ***aposentadoria por tempo de contribuição*** *em favor do* ***Sr.*** **Herculano Sousa Santos Neto,** *portador do RG. n.º 0144578-2 SSP/MT, inscrito no CPF/MF n.º 109.295.091-53 e Título Eleitoral de n.º 005189261880, Zona "040", Seção "0117", efetivo no cargo de Motorista****, Nível "XXIV", Classe "C",*** *contando com um total de* ***13.371 dias, ou seja, 36 (trinta e seis) anos 07 (sete) meses e 21 (vinte um) dias*** *de serviços prestados, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com* ***proventos integrais e com direito a paridade****, conforme o processo do PREVI n.º* 2017.02.005

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu - MT, 03 de março de 2017.

Agnaldo Francisco da Luz

Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

Nelson Antonio Paim

Prefeito Municipal

CÂMERA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 01/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 01/2017

O senhor **João de Jesus Oliveira**, Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu – MT, tendo em vista o Parecer Jurídico, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:,

HOMOLOGAR, com fundamento nos termos do Artigo 109, inciso 1, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, o procedimento licitatório, na modalidade Carta Convite nº 01/2017, a favor da empresa/ fornecedor: EMPRESA: Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda, CNPJ Nº 01. 282.136/0001 – 02 INSCRIÇÃO Estadual nº 34.0719, e Municipal nº 1702, Situada Avenida Brasília nº 1.055 Bairro Jardin das Américas, que apresentou a proposta no valor de R$ 18.060,00 (dezoito mil e sessenta reais) para Prestação de Serviços para transmissões por meio veiculo de comunicação, Via Rádio, das Sessões do Poder Legislativo de Poxoréu-MT, realizados no Plenário Tarquínio Soares Silva e nos Distritos e Bairros do Município de Poxoréu-MT

Poxoréu – MT em, 03 de março de 2017.

_____

João de Jesus Oliveira

Presidente da Câmara Municipal

CÂMERA MUNICIPAL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO Nº 01/2017

TERMO DE ADJUDICAÇÃO Nº 01/2017

O senhor **João de Jesus Oliveira**, Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu – MT, tendo em vista o Parecer Jurídico, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:,

ADJUDICAR, com fundamento nos termos do Artigo 109, inciso 1, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, o procedimento licitatório, na modalidade Carta Convite nº 01/2017, a favor da empresa/ fornecedor EMPRESA: Radiodifusão Sulmatogrossense Ltda, CNPJ Nº 01. 282.136/0001 – 02, INSCRIÇÃO Estadual nº 34.0719, e Municipal nº 1702, Situada Avenida Brasília nº 1.055 Bairro Jardin das Américas, que apresentou a proposta no valor de R$ 18.060,00(dezoito mil e sessenta reais) para Prestação de Serviços para transmissões por meio veiculo de comunicação, Via Rádio, das Sessões do Poder Legislativo de Poxoréu-MT, realizados no Plenário Tarquínio Soares Silva e nos Distritos e Bairros do Município de Poxoréu-MT

.

Registrado e Publicado, por afixação em lugar Publico de costume da Câmara Municipal de Poxoréu – MT, na data Supra.

Poxoréu – MT em, 03 de março de 2017.

_____

João de Jesus Oliveira

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
PORTARIA DE N.º 75/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

"NOMEIA A PREGOEIRA MUNICIPAL, DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇA-MT."

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Nomeia como Pregoeira Municipal a Srª**. REGIANE LUCAS DOS REIS** e a segunda pregoeira a Srª**. MAISA TONIOLO CARVALHO ZEULI DE SOUZA**, cujas atribuições encerrarão em 31 de Dezembro de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, 03 de Março de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

_____

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2017

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público que realizará no dia **16/03/2017** às 09:00 horas **Pregão Presencial com Registro de Preços para contrataçãode empresa de prestação de serviços com transporte de passageiros da cidade de Araputanga –**

MT a Cuiabá – MT, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT. Durante o exercício de 2017/2018.

Conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de referência.

Os interessados poderão adquirir o Edital completo diretamente na internet no endereço: www.reservadocabacal.mt.cnm.org.br, link Edital e Licitações gratuitamente, ou através do e-mail licitaçaoreserva2017@outlook.com.

O processo será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Reserva do Cabaçal/MT, 03 de Março de 2017.

AMARILDO RODRIGUES GOMES

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 003/2015 –

PROCESSO N.º 055/2014 DISPENSA N.º 009/2014

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a senhora DORALICE CARVALHO DE AZEVEDO, CPF n.º 309.379.731-49

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE LOCAÇÃO DOS BENS

O presente contrato será prorrogado pelo prazo de 12 (doze) meses, passando a vigorar até o dia 31/12/2017

ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Em conseqüência deste Termo Aditivo, o valor mensal deste contrato passa a ser de R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais) e o valor global para 2017 será de R$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais).

DA ASSINATURA: 02/01/2017

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e *a senhora* DORALICE CARVALHO DE AZEVEDO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 003/2017

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e o senhor **JOAQUIM FOGAÇA DE SOUSA**, CPF n.º 507.526.931-15**OBJETO:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL

DA ASSINATURA: 02/01/2017

DO VALOR: R$ **6.000,00 (seis mil reais)**.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e o Senhor **JOAQUIM FOGAÇA DE SOUSA**

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 003/2013 –

PROCESSO N.º 02/2013 PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2013

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Empresa **ANTONIO M. P. JUNIOR ADVOCACIA**, CNPJ: 37.465.499/0001-12.

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula Quarta – Da Vigência e Extensão

A vigência do contrato será prorrogada por mais 12 (doze) meses, passando a expirar em 31/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2017.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal e **ANTONIO M. P. JUNIOR ADVOCACIA**.

GABINETE
PORTARIA Nº 066/2017

DATA: 23 DE FEVEREIRO DE 2017

"ALTERA A PORTARIA 090/2016 E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (CGFMHIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Organica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a Portaria 090/2016 e Nomear Membros para Compor o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (CGFMHIS), abaixo relacionados:

Representantes da Secretaria Municipal de Administração

Thaynara Rodrigues Pereira Viriato	Titular
Leticia Vieira Vida Feitosa	Suplente

Representantes da Secretaria Municipal da Assistencia Social

Silvani Dias Gomes	Titular
Sandra Anorim da Costa	Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Valfliene Aparecida de Melo	Titular
Mauro Machado dos Santos	Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Marizete Vieira Reis	Titular
Maralucia Pinto Pereira Marques	Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Infraestrutura

Deusuita Ferreira dos Santos	Titular
Diogenes Colombo	Suplente

Representantes de Entidades Evangélicas

Lucimeire Montel da Silva	Titular
Vilma de Jesus Carvalho Claro	Suplente

Representantes de Entidades Católicas

Gilvaneis Pereira de Souza	Titular
Lindaci Pereira de Souza	Suplente

Representantes da APAE

Vanusa leite dos Santos	Titular
Lindomar Aparecido Pereira Mendes	Suplente

Representantes da Camara de Vereadores

Lorenço Marsango	Titular
Ivone Paulino	Suplente

Representantes do Conselho Tutelar

Vanessa Barbosa de Sousa Ferreira	Titular
Lorena de Oliveira	Suplente

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE E

CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

REYNALDO FONSECA DINIZ

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 005/2016

PROCESSO Nº 001/2016 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2016

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Empresa **QUEIROZ PARREIRA & CIA LTDA**, CNPJ nº. 01.304.252/0001-58

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA MT 158 NESTE MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT

DA ASSINATURA: 02/01/2017

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será até 31/01/2017.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e a Empresa **QUEIROZ PARREIRA & CIA LTDA**

GABINETE
PORTARIA Nº 063 /2017

DATA: 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

"REVOGA A PORTARIA 091/2016 E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Organica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Revoga a Portaria 091/2016, e nomeia membros para Compor o Conselho Municipal do Programa Bolsa Família, abaixo relacionados:

Representantes da Secretaria Municipal de Assistencia Social

Sandra Amorim da Costa	Titular
Silvana Rocha da Silva Ferreira	Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Valfliene Aparecida de Melo	Titular
Mauro Machado Dos Santos	Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Eliane Aparecida de A. Martins	Titular
Marizete Vieira Reis	Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Infraestrutura

Deusuita Ferreira dos Santos	Titular
Deusiano Alves de Castro	Suplente

Representantes do Sindicato dos Produtores Rurais

Ivo Cabral de Menezes	Titular
Priscila Oliveira Nascimentos	Suplente

Representantes dos Beneiciários/Usuários da Assistência Social

Ana Clece Macena da Silva Farias	Titular
Marina da Silva Araujo	Suplente

Representantes de Entidades Religosas

Silvani Dias Gomes	Titular
Rubenilda Souza Aguiar	Suplente

Representantes do Conselho de Direito da Criança e do Adolescente

Adriana Sardinha Cruz	Titular
Antonia de Paula Soares	Suplente

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando as demais disposições em contrario.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE E

CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

REYNALDO FONSECA DINIZ

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017

A Pregoeira juntamente com sua equipe de apoio, torna público o resultado do Pregão em epígrafe que tem por objeto a Aquisição de lubrificante, graxa e estopa destinados a manutenção da frota de veículos do município de Ribeirão Cascalheira –MT, em nome dos vencedores abaixo discriminado:

SARATH DE ALMEIDA E ALMEIDA LTDA-ME CNPJ: 14.935.748/0001-90 e AMORIM MÁQUINAS PEÇAS SERVIÇOS REPRESENTAÇÕES LTDA CNPJ: 36.906.550/0001-11.

Ribeirão Cascalheira, 02 de Março de 2017.

Luzinete Martins Ferreira

Pregoeira

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 003/2016

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a senhora CÁSSIA HELENA ROSA DA SILVA, CPF N.º 413.045.001-87

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL

DA ASSINATURA: 02/01/2017

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE LOCAÇÃO E VIGÊNCIA

A vigência do contrato será prorrogada por 12 (doze) meses, passando a expirar em 31/12/2017

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e a Senhora CÁSSIA HELENA ROSA DA SILVA

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 004/2016

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Empresa **Wilson A. B. de Oliveira - ME**, C.N.P.J. nº 17.712.929/0001-46

OBJETO: Contrato Contratação de Empresa para Confecção de Próteses Dentárias

DA ASSINATURA: 02/01/2017

DO VALOR: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será até 31/12/2017.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e *a Empresa* **Wilson A. B. de Oliveira - ME**

GABINETE
PORTARIA N.º 064/2017.

DATA: 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

"REVOGA A PORTARIA 077/2016 E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

Reynaldo Fonseca Diniz, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Organica Municipal.

R E S O L V E

Art. 1º - Revoga a Portaria 077/2016 e nomeia os membros titulares e suplentes abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Repres. Da Secretaria Municipal Administração

Deusuita Ferreira dos Santos	**Titular**
Rubenilda Souza Aguiar	**Suplente**

Repres. da Secretaria Municipal de Assistencia Social

Silvana Rocha da Silva Ferreira	**Titular**
Marina da Silva Araujo	**Suplente**

Representantes da Sec. Municipal de Educação.

Francielle Bevilaqua	**Titular**
Ide da Silva Barros	**Suplente**

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Sirlene Ferreira Alcantins	**Titular**
Adriana Sardinha Cruz	**Suplente**

Representantes da Igreja catolica

Adriana Maria Borsone Da Silva	Titular
Gilvaneis Pereira de Sousa	Suplente

Representantes de Entidades Evangelicas

Silvani Dias Gomes	**Titular**
Antonia de Paula Soares	**Suplente**

Representantes da Camara Municipal de Vereadores

Patricia Souza Timo Gomes	**Titular**
Rosane Fernandes Araujo	**Suplente**

Representantes da APAE

Vanuza Leite dos Santos	**Titular**
Lindomar Aparecido Pereira Mendes	**Suplente**

Representantes do Secretaria Municipal de Cultura

Lucivania Santos de Lara	**Titular**
Mario Rodrigues Valadares	**Suplente**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

REYNALDO FONSECA DINIZ

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 012/2016 –

PROCESSO N.º 041/2016 PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2016

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Senhora **BRUNA FERNANDA AZEVEDO DE SOUSA,** CPF n. 031.079.111-19

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de execução do presente contrato será prorrogado por mais 11 (onze) meses, passando a expirar em 30 de novembro de 2017

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR CONTRATUAL

Em conseqüência, o do presente contrato será aditivado em R$ 226.600,00 (duzentos e vinte e seis mil e seiscentos reais) passando ao valor global de R$ 464.600,00 (quatrocentos e sessenta e quatro mil e seiscentos reais)

DATA DA ASSINATURA: 02 de Janeiro de 2017.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal e a Senhora **BRUNA FERNANDA AZEVEDO DE SOUSA**.

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 035/2016 –

PROCESSO N.º 11/2016 PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2016

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Empresa **R. B. Lima & Cia Ltda - EPP**, nº 73.703.696/0001-96

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula Quarta – Da Vigência

A vigência do contrato será prorrogada por 03 (três) mês, passando a expirar em 31/03/2017.

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2017.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal e a Empresa **R. B. Lima & Cia Ltda - EPP**

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 012/2016 –

N.º 041/2016 PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2016

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Senhora **BRUNA FERNANDA AZEVEDO DE SOUSA,** CPF n. 031.079.111-19

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula Terceira – DA VIGÊNCIA

O prazo de execução do presente contrato será prorrogado por mais 11 (onze) meses, passando a expirar em 30 de novembro de 2017

DATA DA ASSINATURA: 02 de Janeiro de 2017.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal e a Senhora **BRUNA FERNANDA AZEVEDO DE SOUSA**.

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 011/2016 –

N.º 041/2016 PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2016

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e o Senhor **PEDRO HENRIQUE SILVA DE ANDRADE SÁ,** CPF n. 023.961.361-94

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de execução do presente contrato será prorrogado por mais 11 (onze) meses, passando a expirar em 30 de novembro de 2017

DATA DA ASSINATURA: 02 de Janeiro de 2017.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal e o Senhor **PEDRO HENRIQUE SILVA DE ANDRADE SÁ**.

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 014/2016 –

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Empresa ***VINICIUS MELO NOGUEIRA SILVA,*** CNPJ: 12.504.941/0001-41.

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula Quarta – do prazo de execução

Pelo presente Termo Aditivo, o prazo do contrato será prorrogado por 11 (onze) meses, passando a expirar em 30/11/2017.

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2017.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal e a Empresa ***VINICIUS MELO NOGUEIRA SILVA.***

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 023/2016 –

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a senhora NEILIANE APARECIDA MARTINS BARROS, CPF n.º 020.369.221-71

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula Quarta – Prazo de Locação e Vigência

A vigência do contrato será prorrogada por 10 (dez) meses, passando a expirar em 31/10/2017.

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2017.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal e a senhora NEILIANE APARECIDA MARTINS BARROS

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 034/2014

PROCESSO Nº 17/2014 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2014

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a empresa **P1 ASSESSORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA - ME,** CNPJ n.º 17.504.585/0001-80

CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE

EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

A vigência do presente contrato terá acréscimo de 08 (oito) meses, passando a expirar no dia 31/08/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

Em conseqüência, fica reajustado o valor do contrato por igual valor.

DA ASSINATURA: 02/01/2017

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e a empresa **P1 ASSESSORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA – ME**

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 035/2014

PROCESSO Nº 18/2015 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2014

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a empresa **Gextec Gestão em Tecnologia Ltda - EPP**, CNPJ n.º 04.240.771/0001-07

CLÁUSULA PRIMEIRA – *ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA* – DA VIGÊNCIA.

A vigência do contrato será prorrogada pelo período de 06 (seis) meses, passando a expirar-se no dia 30/06/2017.

CLÁUSULA QUINTA

Em conseqüência deste Termo Aditivo, sofrerá um acréscimo de 3,23% (três vírgula vinte e três por cento), passando ao valor total de R$ 25.395,36 (vinte e cinco mil trezentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos).

DA ASSINATURA: 02/01/2017

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e a empresa **Gextec Gestão em Tecnologia Ltda - EPP**

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 042/2016 –

PROCESSO N.º 20/2013 PREGÃO PRESENCIAL N.º 15/2016

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Empresa **F. A. SOARES - ME**, CNPJ nº 05.870.151/0001-14

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula Quarta – Do prazo e Vigência

A vigência do contrato será prorrogada por 08 (oito) meses, passando a expirar em 31/08/2017.

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2017.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal e a Empresa **F. A. SOARES - ME**

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 066/2015

PROCESSO Nº 05/2015 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 23/2015

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a empresa **ILTON ALVES DE JESUS - MEI**, CNPJ nº 20.695.296/0001-10

CLÁUSULA PRIMEIRA – **ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá seu prazo de vigência acrescido de 03 (três) meses, passando a expirar no dia 31/03/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR CONTRATUAL

Em conseqüência deste Termo Aditivo, o valor do presente será acrescido de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), passando ao valor global de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais

DA ASSINATURA: 02/01/2017

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e a empresa **ILTON ALVES DE JESUS - MEI**

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 008/2016 –

PROCESSO N.º 041/2016 PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2016

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e o Senhor **JOSÉ ADSON DE SOUSA,** CPF n. 124.396.301-87

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula Terceira – DA VIGÊNCIA

O prazo de execução do presente contrato será prorrogado por mais 11 (onze) meses, passando a expirar em 30 de novembro de 2017

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR CONTRATUAL

Em conseqüência, o do presente contrato será aditivado em R$ 375.760,00 (trezentos e setenta e cinco mil setecentos e sessenta reais) passando ao valor global de R$ 879.760,00 (oitocentos e setenta e nove mil setecentos e sessenta reais)

DATA DA ASSINATURA: 02 de Janeiro de 2017.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal e o Senhor **JOSÉ ADSON DE SOUSA**.

GABINETE
PORTARIA Nº 068/2017

DATA: 23 DE FEVEREIRO DE 2017

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL - CMDRS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Organica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Nomeia membros para Compor Conselho Municipal de Deselvolvimento Rural Sustentavel – CMDRS, conforme membros abaixo relacionados:

Representantes da Prefeitura Municipal

Argemiro Coelho de Moraes	Titular
Valdenezio Xavier da Silva	Suplente

Representantes da Camara Municipal

Patrícia Sousa Timo Gomes	Titular
Rosane Fernandes Araújo	Suplente

Representantes do Indea/MT

Giuliano Bevilaqua	Titular
Jordelina Caixeta dos Reis Ribeiro	Suplente

Representantes da EMPAER

Carlos Alberto Quintino	Titular

Representantes do Sindicato dos Produtores Rurais

Werleyk Augusto Parreira	Titular
Marcos Gleides Jose de Andrade	Suplente

Representantes do Sindicato dos Trabahadores Rurais

Ayres Jose Trevisol	Titular
Sebastião Fonseca dos Santos	Suplente

Representantes do P.A Santa Lucia

Rui Cardoso de Oliveira	Titular
Anderson Salomão Assis	Suplente

Representantes do P. A Cancela

Josefá Cunha da Cruz	Titular
Sandra Maria do Santos	Suplente

Representantes do P. A Maria Tereza

Valmir Dell'Osbel	Titular
Nilton Cesar Silva	Suplente

Representantes do P. A Santa Rita

Iquesia Maria Gonçalves Moura	Titular
Maria das Graças de Araujo hisatsuki	Suplente

Representantes do P. A Macife I

Aldivan cunha da Cruz	Titular
Valmir Danser	Suplente

Representantes do P. A Primorosa

Valmir Alves de Souza	Titular
Luciano da Silva	Suplente

Representantes do P. A Cruzeiro do Norte

Arlirio Antunes Barbosa	Titular
Hotair Rocha de Oliveira	Suplente

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE E

CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

REYNALDO FONSECA DINIZ

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE
PORTARIA N. 069/2017

DATA: 01 DE MARÇO DE 2017

NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Senhor **WELTON GOMES DOS SANTOS**, brasileiro, portador do RG 3427946 DGPC/GO, e sob CPF nº 822.319.071-00, residente e domiciliado na Rua Xingu, 215, centro, neste municipio, para o cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO**, desta prefeitura conforme Anexo III – Item I, da n. 673/13 de 17 de dezembro de 2013, junto ao Departemento de Terras conforme Lei 685,2014.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 01 DE MARÇO DE 2017.

REYNALDO FONSECA DINIZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 009/2016 –

PROCESSO N.º 041/2016 PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2016

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e o Senhor **PEDRO HENRIQUE SILVA DE ANDRADE SÁ,** CPF n. 023.961.361-94

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de execução do presente contrato será prorrogado por mais 11 (onze) meses, passando a expirar em 30 de novembro de 2017

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR CONTRATUAL

Em conseqüência, o do presente contrato será aditivado em R$ 257. 400,00 (duzentos e cinqüenta e sete mil e quatrocentos reais) passando ao valor global de R$ 497.400,00 (quatrocentos e cinqüenta e sete mil e quatrocentos reais)

DATA DA ASSINATURA: 02 de Janeiro de 2017.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal e o Senhor **PEDRO HENRIQUE SILVA DE ANDRADE SÁ**.

GABINETE
PORTARIA N. 065/2017

DATA: 23 DE FEVEREIRO DE 2017

"ALTERA PORTARIA 067/2016 E NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º - Alterar a Portaria 067/2016 e nomeia Membros para Compor o Conselho Municipal da Assistência Social, abaixo relacionados:

Representante da Secretaria Municipal de Administração

Sandra Fontoura Barros	Titular
Thaynara Rodrigues P. Viriato	Suplente

Representante da Secretaria Municipal da Assistência Social

Lucilene Lopes de Souza	Titular
Sebastiana Coelho dos Santos	Suplente

Representante da Secretaria Municipal de Educação

Valfliene Aparecida de Melo	Titular
Mauro Machado dos Santos	Suplente

Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Maria José Martins Abreu	Titular
Marizete Vieira Reis	Suplente

Representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura

Deusuíta Ferreira dos Santos	Titular
Melquiades Borges Lopes	Suplente

Representante do Sindicato dos Produtores Rurais

Ivo Cabral de Menezes	Titular
Priscila Oliveira Nascimento	Suplente

Representante dos Beneficiários/Usuários da Assistência Social

Ana Clece Macena da Silva Farias	Titular
Marina da Silva Araujo	Suplente

Representante da APAE

Vanuza Leite de Souza	Titular
Lindomar Aparecido Pereira Mendes	Suplente

Representante de Entidade Religiosa

Silvani Dias Gomes	Titular
Antônia de Paula Soares	Suplente

Representante do Conselho de Direito da Criança e do Adolescente

Silvana Rocha da Silva Ferreira	Titular
Rosane Fernandes Araujo	Suplente

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

REYNALDO FONSECA DINIZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 002/2016

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e o senhor ALEXANDER MUNIZ COUTO, CPF nº. 559.168. 995-72

OBJETO: prestação de serviços de assistência técnica na área de informática em um Software de Gestão de Cheques, denominado Cheque Gestor, de autoria e propriedade da CONTRATADA

DA ASSINATURA: 02/01/2017

DO VALOR: R$ 3.360,00 (três mil trezentos e sessenta reais)

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e o senhor ALEXANDER MUNIZ COUTO

GABINETE
PORTARIA N.º 062 /2017.

DATA: 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear Membros para Compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

Repres. Da Secretaria Municipal de Assistencia Social

Silvani Dias Gomes	Titular
Lucilene Lopes de Souza	Suplente

Repres. da Secretaria Municipal de Educação

Francielle Bevilaqua	Titular
Valfliene Aparecida de Melo	Suplente

Representantes da Sec. Municipal de Saúde.

Marizete Vieira reis	Titular
Naiane Borges Moura	Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Cultura e Desporto e Lazer

Lucivania Santos de Lara	Titular
Mario Rodrigues Valadares	Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Administração

Thaynara Rodrigues Pereira Viriato	
Rubenilda de Souza Aguiar	

Representantes das Igrejas Evagelicas

Geralda Maria de Campos	Titular
Simone Gonçalves de Paula	Suplente

Representantes da Igreja catolica

Gilma Alexandrina	Titular
Sueli Barros Jardim	Suplente

Representantes de Entidades Espiritas

Ferdinando Carlos Pedrosa Marra	Titular
Marly Severino dos Santos	Suplente

Representantes do Conselho de Direito da Criança e do Adolescente

Franciane Andrade	Titular
Deuzuita Ferreira dos Santos	Suplente

Representantes do Conselho Municipal de Assistencia Social

Ana Clece Macena da Silva Farias	Titular
Maria José Martins Abreu	Suplente

Representantes do Clube das Mães

Elisabeth de Souza Costa	Titular
Frutuosa Gonçalves Dias	Suplente

Representantes da Terceira Idade

Melquiades dos Santos	Titular
Vilma Rodrigues Araujo	Suplente
Helia Geralda da Silveira	Titular
Severo Pereira da Cruz	Suplente
Isabel França Menezes	Titular
Maria de Jesus Costa	Suplente

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

REYNALDO FONSECA DINIZ

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

A Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 460/07 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇOPOR LOTE, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS DE PNEUS DE PRIMEIRA LINHA E SERVIÇOS COM RECAPAGENS**, utilizados nas Secretarias Municipais de acordo com as especificações constantes do Anexo VI – Especificação dos Produtos. As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Rua Antônio João, 156, no dia 20/03/2017 às 09h00minsendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (66) 3415 1207/1129.

Ribeirãozinho - MT, 03 de março de 2017.

Thiago Barbosa Viana

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2017

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Licitação

Pregão Presencial n° 002/2017

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios de consumo na merenda escolar. Modalidade Pregão presencial n° 002/2017, na forma Presencial – Sistema de Registro de Preços, tipo: Menor Preço por Item. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 17 de Março de 2017. O Edital poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1304, pelo e-mail: scxlicitacao@gmail.com ou pelo site: http://www.santacruzdoxingu.mt.gov.br/portal/estrutura/transparencia/.

Santa Cruz do Xingu – MT, 03 de Março de 2017. **Astor Albrecht -** Pregoeiro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2017

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Resultado e homologação de Licitação

Pregão Presencial n° 001/2017

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, inscrita no CNPJ Nº 04.178.518/0001-70, através do Pregoeiro e equipe de apoio, vem á público divulgar o RESULTADO da Licitação Supracitada. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de lava jato, para manutenção da frota de veículos pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT. VENCEDOR: SONILDA GONÇALVES DA SILVA00064281183, inscrita no CNPJ: 20.198.254/0001-73. Valor de R$ 71.450,00. Informações ainda que na integra dos autos acham-se à disposição dos interessados no setor de licitação.

Santa Cruz do Xingu – MT, 02 de Março de 2017 – Astor Albrecht **-** Pregoeiro Oficial

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2017

Extrato da Ata de Registro de Preços 001/2017

Processo Licitatório nº 002/2017,Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 001/2017, Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em serviços de lava jato, para manutenção da frota de veículos pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT.

Órgão gerenciador: **Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT**.

Empresa detentora: SONILDA GONÇALVES DA SILVA 00064281183

ITEM	COD	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QTD	R$	R$ TOTAL
1	27401	**LAVAGEM COMPLETA VEÍCULOS LEVES, TIPO: UNO, CLIO RENAUT, GOL.** PARTE INTERNA: Limpeza dos vidros, Aspiração de bancos, carpetes do interior do veículo inclusive do porta malas, Limpeza das portas e do painel. PARTE EXTERNA: Pintura, caixa de roda, caixa de ar, cera, Motor e parte de baixo.	UNID	100	53,00	5.300,00
2	27402	**LAVAGEM SIMPLES VEÍCULOS LEVES, TIPO: UNO, CLIO RENAUT, GOL.** PARTEINTERNA: Limpeza dos vidros, Aspiração de bancos, carpetes do interior do veiculo inclusive do porta malas, Limpeza das portas e do painel. PARTEEXTERNA: Pintura, caixa de roda.	UNID	120	49,00	5.880,00
3	27403	**LAVAGEM COMPLETA CAMINHONETES TIPO: BLAZER, S10, NISSAN, S10 COLINA** PARTEINTERNA: Limpeza dos vidros, Aspiração de bancos, carpetes do interior do veiculo inclusive do porta malas, Limpeza das portas e do painel. PARTE EXTERNA: Pintura, caixa de roda, caixa de ar, cera, Motor e parte de baixo.	UNID	90	69,00	6.210,00
4	27404	**LAVAGEM SIMPLES CAMINHONETES TIPO: BLAZER, S10, NISSAN, S10 COLINA** PARTEINTERNA: Limpeza dos vidros, Aspiração de bancos, carpetes do interior do veiculo inclusive do porta malas, Limpeza das portas e do painel. PARTEEXTERNA: Pintura, caixa de roda.	UNID	160	59,00	9.440,00
5	27405	**LAVAGEM COMPLETA MICRO ÔNIBUS** PARTEINTERNA: Limpeza dos vidros, Aspiração de bancos, carpetes do interior do veiculo inclusive do porta malas, Limpeza das portas e do painel. PARTE EXTERNA: Pintura, caixa de roda, caixa de ar, cera, Motor e parte de baixo.	UNID	50	104,00	5.200,00
6	27406	**LAVAGEM SIMPLES MICRO ÔNIBUS** PARTE INTERNA: Limpeza dos vidros, Aspiração de bancos, carpetes do interior do veiculo inclusive do porta malas, Limpeza das portas e do painel. PARTE EXTERNA: Pintura, caixa de roda.	UNID	100	99,00	9.900,00
7	27407	**LAVAGEM COMPLETA ÔNIBUS** PARTEINTERNA: Limpeza dos vidros, Aspiração de bancos, carpetes do interior do veiculo inclusive do porta malas, Limpeza das portas e do painel. PARTE EXTERNA: Pintura, caixa de roda, caixa de ar, cera, Motor e parte de baixo.	UNID	20	149,00	2.980,00
8	27408	**LAVAGEM SIMPLES ÔNIBUS** PARTEINTERNA: Limpeza dos vidros, Aspiração de bancos, carpetes do interior do veiculo inclusive do porta malas, Limpeza das portas e do painel. PARTE EXTERNA: Pintura, caixa de roda.	UNID	40	153,00	6.120,00
9	27409	**LAVAGEM COMPLETA CAMINHÃO** PARTE INTERNA: Limpeza dos vidros, Aspiração de bancos, carpetes do interior do veiculo inclusive o do porta malas, Limpeza das portas e do painel. PARTE EXTERNA: Pintura, caixa de roda, caixa de ar, cera, Motor e parte de baixo.	UNID	20	159,00	3.180,00
10	27410	**LAVAGEM SIMPLES CAMINHÃO** PARTE INTERNA: Limpeza dos vidros, Aspiração de bancos, carpetes do interior do veiculo inclusive o do porta malas, Limpeza das portas e do painel. PARTE EXTERNA: Pintura, caixa de roda.	UNID	30	149,00	4.470,00
11	27411	**CAMINHÃO** PARTE INTERNA: LAVAGEM INTERNA DO TANQUE DE LEITE .	UNID	120	35,00	4.200,00
12	27412	**LAVAGEM COMPLETA TRATOR AGRICOLA TIPO: RETRO ESCAVADEIRA** PARTE INTERNA: Limpeza dos vidros, Aspiração de bancos, Limpeza do painel. PARTE EXTERNA: Pintura, caixa de roda, caixa de ar, Motor e parte de baixo.	UNID	10	149,00	1.490,00
13	27413	**LAVAGEM COMPLETA EQUIPAMENTOS DE TERRA PLANAGEM. TIPO: PÁ CARREGADEIRA, MOTONIVELADORA** PARTEINTERNA: Limpeza dos vidros, Aspiração de bancos, Limpeza do painel. PARTE EXTERNA: Pintura, caixa de roda, caixa de ar, Motor e parte de baixo.	UNID	20	149,00	2.980,00
14	27414	**LAVAGEM SIMPLES EQUIPAMENTOS DE TERRA PLANAGEM. TIPO: PÁ CARREGADEIRA, MOTONIVELADORA** PARTE INTERNA: Limpeza dos vidros, Aspiração de bancos, Limpeza do painel. PARTE EXTERNA: Pintura, caixa de roda.	UNID	20	129,00	2.580,00
15	27415	**LAVAGEM SIMPLES MOTOCICLETAS TIPO: POP.** Lavagem completa, incluindo Painel, Banco, Pintura, Aro, Rodas, Cera, Motor e parte de baixo	UNID	70	19,00	1.330,00
16	27416	**LAVAGEM SIMPLES MOTOCICLETAS TIPO: XTZ.** Lavagem completa, incluindo Painel, Banco, Pintura, Aro, Rodas, Cera, Motor e parte de baixo	UNID	10	19,00	190,00

NOME: SONILDA GONÇALVES DA SILVA00064281183, inscrita no CNPJ: 20.198.254/0001-73
ENDEREÇO: RUA SIDÊNIA SPICKER MARMET, ELDORADO, SANTA CRUZ DO XINGU – MT.
TELEFONE: (66) 98421-4853
REPRESENTANTE LEGAL: SONILDA GONÇALVES DA SILVA
RG: 151387-1 SSP/MT
CPF: 000.642.811-83

Santa Cruz do Xingu-MT, 02 de Março de 2017.

Marcos de Sá Fernandes da Silva – Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 001/2017

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Homologação de Licitação

Tomada de Preços n° 001/2017

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, vem á público divulgar a HOMOLOGAÇÃO da Licitação Supracitada. Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de obras de engenharia de ampliação e reforma da Creche municipal de Santa Cruz do Xingu-MT. VENCEDORA: CONSTRUTORA JURUENA LTDA inscrita no CNPJ nº 04.292.274/0001-52. Valor Global de R$ 133.063,70 (cento e trinta e três mil e sessenta e três reais e setenta centavos).

Santa Cruz do Xingu-MT, 03 de Março de 2017. **Marcos de Sá Fernandes da Silva –** Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 REGISTRO DE PREÇOS Nº003/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017

Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO. A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT torna público que no dia **16 de Março de 2017,** estará recebendo propostas, para abertura às **08h00min,** do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161. Santa Rita do Trivelato/MT, 03 de março de 2017.

ALINE DE JESUS AZARIAS FERRON

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº.001/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2017

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - **MT,** através da Comissão Permanente de Licitação, vem realizar Chamada Pública para Aquisição de Alimentação Escolar, em cumprimento do estabelecido pela Lei 11.947/2009 e Resolução n9. 38/2009 do Ministério da Educação, para o período compreendido entre Março a dezembro de 2017. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação no período de 03/03/2017 até 03/04/2017, em horário de atendimento ao público na sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, localizada na Av. Flávio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT.

SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, 03/03/2017.

ALINE DE JESUS AZARIAS FERRON

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 077/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 077/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO ELISEU SIQUEIRA DA SILVA PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR CULTURAL E DE IMPRENSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear ELISEU SIQUEIRA DA SILVA, portador do RG nº 392444859 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 035.354.899-54, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR CULTURAL E DE IMPRENSA.

Art. 2º. Os efeitos da presente portaria retroagem à data 02 de Março de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 03 de Março de 2017.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2017 DE 03 DE MARÇO DE 2017

Concede Título "**Mulher Destaque**" as mulheres do Município de Santa Rita do Trivelato-MT.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, representado pelo seu Presidente **JOÃO FRANCISCO BATISTELA,** no uso das suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte, Decreto Legislativo:

Art. 1º - Concede homenagem às mulheres do Município de Santa Rita do Trivelato – MT, concedendo-as o título de **"Mulher Destaque",** em decorrência desuas atividades de trabalho, função social, comunitárias, culturais e de empreendedorismo, no município, sendo elas: **1)** Alzira Ferron; **2)** Anadir de Souza Horst; **3)** Antonia Cezaria De França; **4)** Brazilia Maria de França; **5)** Edith Paludo; **6)** Gertrudes Neiverth; **7)** Cleide Zani Ramos; **8)** Ilone Petersen Planer; **9)** Laura Pereira de Almeida; **10)** Lori Marlene Schneider Seibel; **11)** Lurdes Maria Cheroni; **12)** Manuela de Jesus Pereira; **13)** Margarida Elizabete Heintze; **14)** Maria da Conceição da Silva; **15)** Maria Olivina da Luz Santos; **16)** Marina Bezerra Hoeperc; **17)** Marlene Correia Carnelocci; **18)** Marli Bonatto De Oliveira; **19)** Nelci Maria Cabeira; **20)** Neli Terezinha de Oliveira Bitencourt; **21)** Nora Amari Manica; **22)** Odete Casarotto Ferron; **23)** Paula Seibel; **24)** Rosa Lina Tavernelli; **25)** Selma Freitag; **26)** Soraia Antonia Onofre; **27)** Soraia G. P. da Silva; **28)** Teodozia koss; **29)** Verginia de Melo (In Memoriam); **30)** Wilma Kleme.

Art. 2º - A referida Concessão é pelos relevantes serviços prestados junto ao nosso Município, e, se dá por merecimento.

Art. 3º. As condecorações aos homenageados serão feitas com **placas** com os dizeres das respectivas honrarias concedidas.

Art. 4º. A outorga dos títulos ora concedidos, será realizada no dia 06 de Março de 2017, às 10h00min hrs (dez horas), em Sessão Solene no Plenário do Poder Legislativo.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Aos 03 de Março de 2017.

JOÃO FRANCISCO BATISTELA

Presidente

Registre-se e Publique-se

Afixe no mural da Câmara

Na Data Supra de 03.03.2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 006/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADA: CLAUDEMIR BECKER 81765690110

CNPJ: **22.250.091/0001-56**

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL 02/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO, ATENDENDO AS COMUNIDADES DAS ZONAS RURAIS DE SANTO AFONSO: LINHA QUIBIQUIRA (Escola Estadual Geraldo Santana dos Santos- Comunidade Gleba União).

VALOR: R$ 39.624,00

VIGÊNCIA: ASS. 16/02/2017 VCTO. 31/12/2017

SANTO AFONSO/MT, 03 DE FEVEREIRO DE 2017.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREVIMSA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SANTO AFONSO-MT
RESOLUÇÃO Nº 01, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Conselho Curador do PREVIMSA - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Santo Afonso, no uso de suas atribuições e

competências que lhe são conferidas pela Lei n.o 331, de 10 de outubro de 2012, por seu Regimento Interno, e

Considerando a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 16 de Dezembro de 2016.

Considerando o disposto no Art. 4º da Resolução CMN 3922, de 25 de novembro de 2010, onde determina que os responsáveis pela gestão do

Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;

RESOLVE:

Art. 1o O PREVIMSA - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, adotará a

Política Anual de Investimentos anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Santo Afonso /MT, 16 de dezembro de 2016.

BERENICE GOMES CORDEIRO

Presidente do Conselho Curador

MEMBROS:

_____
_____
_____
_____
_____
_____

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADO: LUCAS DAVID MARQUES

CPF: 344.027.158-73

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DA ÁREA PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS E MICROBIOLÓGICA DA ÁGUA DESTINADA PARA CONSUMO HUMANO, QUE ABASTECE O MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT.

VALOR: R$ 12.769,90

VIGÊNCIA: ASS. 03/02/2017 VCTO. 31/12/2017

SANTO AFONSO/MT, 03 DE FEVEREIRO DE 2017.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREVIMSA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SANTO AFONSO-MT
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DO PREVIMSA – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SANTO AFONSO/MT.

Aos DÉCIMO SEXTO dia do mês de Dezembro do ano de 2016 as 09h00-min, na dependência da prefeitura Municipal de Santo Afonso. Sala

anexa do PREVIMSA reuniu-se o conselho curador do PREVIMSA biênio 2015/2016. Estando presentes todos os membros do conselho. Srª presidente BERENICE GOMES CORDEIRO cumprimentou a todos e deu inicio a Reunião explicando a todos que o motivo dessa, seria a

aprovação da Política Anual de Investimentos para o ano de 2017 que esta de acordo com a Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário

Nacional que impõe as regras para as aplicações dos recursos dos RPPS. Seguindo com os trabalhos foi feito a leitura de todas as

documentações, feito todas as explicações do que é certo e errado, do que podemos e não podemos fazer com todas as aplicações se

investimentos do PREVIMSA. E em seguida entra em discussão, não usa da palavra nenhum membro e segue aprovado por unanimidade, na

sequencia a senhora presidente agradece a presença de todos e não tendo nada mais a tratar deu-se por encerrada a presente sessão.

Determinou que fosse lavrada a presente Ata, que após lida e achada conforme consta, segue assinada por todos os conselheiros.

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 002/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADO: EDSON LORENZETTI

CPF: 014.844.329-08

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL 01/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

VALOR: R$ 35.160,00

VIGÊNCIA: ASS. 09/02/2017 VCTO. 09/02/2018

SANTO AFONSO/MT, 03 DE FEVEREIRO DE 2017.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADA: ADEMILTON SANTOS BARBOSA TRANSPORTE ME

CNPJ:26.816.750/0001-20

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL 02/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO, ATENDENDO AS COMUNIDADES DAS ZONAS RURAIS DE SANTO AFONSO: LINHA REINO ENCANTADO (Escola Estadual Acadêmico Lauro Augusto de Barros, Escola Municipal Sebastião Tavares da Silva e Centro de Educação Infantil Irmã Luiza Cassiolato).

VALOR: R$ 43.368,00

VIGÊNCIA: ASS. 16/02/2017 VCTO. 31/12/2017

SANTO AFONSO/MT, 03 DE FEVEREIRO DE 2017.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 005/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADA: UELTON BISPO DA COSTA ME

CNPJ:27.027.890/0001-81

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL 02/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO, ATENDENDO AS COMUNIDADES DAS ZONAS RURAIS DE SANTO AFONSO- LINHA FAZENDA VILAR/LOURIVAL (Escola Estadual “Geraldo Santana”- COMUNIDADE GLEBA UNIÃO).

VALOR: R$ 93.808,00

VIGÊNCIA: ASS. 16/02/2017 VCTO. 31/12/2017

SANTO AFONSO/MT, 03 DE FEVEREIRO DE 2017.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREVIMSA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SANTO AFONSO-MT
POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS-2017.

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao artigo 4°. da Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 3.922 de 25 de novembro de 2010, apresenta-se a política

anual de investimentos do PREVIMSA - Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores de Santo Afonso/MT, pessoa jurídica de direito

público interno, inscrito no CNPJ 04.204.754/0001-14, sediado à rua: Pedro Álvares Cabral nº 155, nesta cidade comarca de Santo Afonso/MT,

CEP. 78.425-000, para 2017.

A Política Anual de Investimentos do PREVIMSA tem como objetivo definir o modelo de gestão que será próprio estabelecendo as diretrizes das

aplicações dos recursos respeitando os limites de diversificação e concentração previstos na resolução CMN 3.922/2010 com redação dada

pela 4.392/2014 tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

2. OBJETIVO DA GESTÃO

O objetivo da alocação dos recursos será a preservação do equilíbrio financeiro econômico – financeiro e atuarial, visando o atendimento da

meta atuarial de 6% (seis por cento) ao ano de taxa de juros, acrescida da variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, medido

pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, obedecendo aos limites de riscos por emissão e por segmento, bem como aos

princípios de boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, estabelecidos nesta Política Anual de

Investimentos.

A Política Anual de Investimentos tem ainda, como objetivo especifico zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações

dos recursos em moeda corrente cuja origem vem das contribuições dos servidores, do ente e das compensações previdenciárias,

descontadas as despesas administrativas, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam solidez patrimonial e grande

experiência positiva no exercício da atividade de administração de grande volume de recursos.

Caso ocorram mudanças na legislação que, de alguma forma, tornem as diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta

Política e procedimentos dela decorrentes poderão ser revisados no curso de sua execução, de forma a evitar exposição desnecessária a

riscos, preservando os interesses dos servidores deste RPPS.

3.DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA DE SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Investimentos contendo, no total de sua composição, a maioria de seus membros certificados[1], constituído por ato será um

órgão auxiliar no processo decisório quanto à formulação e execução desta política de investimento.

Zelar pela integridade e imparcialidade dos membros do Comitê de Investimentos, na condução e execução das operações de investimentos e

desinvestimentos, com padrão ético e eficiência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle das aplicações, podendo contar com o

assessoramento técnico profissional de instituições registradas na CVM que, comprovadamente, atuem na análise do mercado de capitais, de

sorte a garantir maior segurança nas decisões que envolvem alocações de recursos.

Os investimentos específicos são definidos com base na avaliação risco/retorno, no contexto do portfólio global do RPPS.

Individualmente, os retornos dos ativos são projetados com base em um modelo que parte do cenário macroeconômico (global e local) e

projeta os impactos desse cenário para o comportamento da curva futura de juros no caso da Renda Fixa, e para os diversos setores

econômicos e empresas no caso da Renda Variável.

As informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos acima descritos serão obtidas de fontes públicas e de consultorias

privadas.

Os investimentos poderão acontecer de forma direta e/ou indireta:

Forma Direta: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via Títulos Públicos Federais ou operações compromissadas

dentro do limite permitido pela Resolução 3.922/10.

Forma Indireta: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via cotas de fundos investimentos também respeitando os limites

desta Resolução.

Para fins de cômputo dos limites definidos nesta Política Anual de Investimentos, as aplicações no segmento de imóveis serão efetuadas

exclusivamente com os imóveis transferidos por Lei para este RPPSs.

No caso de investimentos em Títulos Públicos Federais só poderão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas administrados por

sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

Será permitida a contratação de consultorias independentes para auxiliar na definição dos investimentos e obrigações legais, desde que a

consultoria seja devidamente autorizada a funcionar pela **CVM – Comissão de Valores Mobiliários**.

Nos investimentos em Fundos de Investimento Renda Fixa/Referenciados, Fundo de Índice Renda Fixa, Fundo de Investimento de Renda Fixa

e Cotas de Fundos de Índices seus devidos regulamentos deverão respeitas as seguintes subordinações:

Que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de

crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País; e

Que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente

controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

4. LIMITAÇÕES, RESTRIÇÕES E VEDAÇÕES DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS.

Devem ser observados os limites e as restrições de concentração dos investimentos financeiros na seguinte forma:

Os títulos e valores mobiliários de emissão de pessoa jurídica não podem exceder a 20% dos recursos em moeda corrente *do RPPS*.

As empresas financeiras, recebedoras de depósitos em poupança, não tenham controle societário detido pelo Estado.

As aplicações em títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira, não podem exceder a 25% do patrimônio da emissora.

Os recursos destinados a investimentos em fundos de renda variável deverão respeitar o limite máximo de 20% dos recursos em moeda

corrente *do RPPS*.

Os recursos destinados aos ativos citados na resolução 3922/2010 com redação dada pela 4.392/2014 no art. 7º, incisos III e IV, e art. 8º, inciso

I, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no

máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo.

Está vedado aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujas carteiras contenham títulos que ente federativo figure como

devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma.

Estão proibidos todos os tipos de operações com derivativos, a não ser aquelas para proteção da carteira de fundos de investimentos, ainda

assim limitadas a uma vez o patrimônio líquido do fundo.

Está vedado investimentos de recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados.

Está vedado qualquer investimento em Fundos de Investimentos ou Fundo em Cotas de Fundos de Investimentos, que não preveja em seu

regulamento a impossibilidade de operações do tipo day-trade.

Estão vedados os investimentos em Fundos de Investimentos em gestoras ou administradoras que não se disponham a fornecer a carteira

aberta dos fundos de investimentos, em período máximo defasado de cinco dias úteis da data do fechamento do mês, ou da data do

investimento, ou ainda da data da solicitação.

Está proibida a atuação em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na

Resolução 3922/2010.

É vedado também aplicação em fundos multimercados com investimento no exterior, conforme trata nota técnica

07/2014/CGACI/DRPSP/SPPS/MPS.

5. CENÁRIO MACROECONÔMICO E PROJEÇÕES ECONÔMICAS

Para embasar as decisões de investimento do RPPS será elaborado cenário macroeconômico com revisões mensais. Para estas projeções

com indicadores macroeconômicos de curto prazo do exercício de 2016 serão usados o relatórios FOCUS do Banco Central e Relatório de

Mercado da ANBIMA como base.

5.1 TAXA SELIC

Sendo a taxa SELIC o referencial de juros na economia brasileira, diante do cenário mundial e doméstico, o mercado é praticamente unânime

na previsão de fechar o ano de 2016 em 13,50 por cento, e uma inflação que diferente do ano de 2015 até o atual momento permanece abaixo

do teto[2] em 5,7 por cento;

A taxa SELIC segundo projeção para 2017 fechará com uma redução na taxa básica de juros em 11,00 por cento, de acordo com o relatório

FOCUS do Banco Central divulgado em 28/10/2016.

Há dúvidas sobre as decisões do governo brasileiro a respeito da condução da política fiscal, seu ajuste ou do ritmo de reajustes dos preços

administrados, dificultando para o Banco Central indicar para o mercado o comportamento esperado da inflação. Assim, qualquer decisão

envolvendo alterações nos juros nesse momento teria um forte componente especulativo. Por essa razão, os prognósticos apontam para

estabilidade da SELIC até meados de 2017.

5.2 SELIC META

A taxa básica da economia no Brasil, pois serve como parâmetro para todas as outras praticadas no mercado.

SELIC Meta 2015-2016:

SELIC Mensal 2014-2015:

5.2. INFLAÇÃO

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em 12 meses, até setembro de 2016, somou 8,47%, ultrapassando a meta central

(4,5%). Em 2016 após as fortes repercussões na política econômica do Brasil, principalmente a mudança na presidência, que gerou alguns

efeitos positivos na economia, apesar de poucos, no índice de inflação já é possível observar a gradual queda nos valores. Em setembro de

2016 o índice fechou com o menor valor mensal em mais de 20 anos no país, em 0,08% no mês. Estes resultados são muito promissores para

os investidores que poderão arriscar mais e correr menores riscos.

O relatório FOCUS registrou previsão de fechamento em 2016 de 6,81 por cento e para 2017 de 4,97 por cento, mantendo a diminuição

gradual das projeções. A expectativa é de um cenário novo, com maior segurança e liberdade, o Brasil começa a se recuperar da forte

recessão econômica que começou no final de 2014, o resultado do ano de 2015 foi muito além do esperado, com uma inflação próxima aos 11

por cento. Este é o cenário aguardado para o ano de 2017 em relação a taxa de inflação.

5.3. PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB

O PIB que é a soma de bens e serviços do país vem sofrendo nos últimos trimestre queda consecutiva, em 2014 fechou muito próximo de zero,

o que significa que o crescimento do Brasil estagnou. Porém em meio a um cenário econômico de muitas incertezas e instabilidades, o PIB em

2015 ficou negativo em todos os trimestres representando forte recessão da economia do país. Para 2016 a expectativa era de que o índice

continuasse negativo próximo a -1,00 por cento, porém os resultados são piores do que se esperava, o PIB já se encontra a quase – 5,0 por

cento com expectativas de fechar o ano de 2016 em -3,30 por cento.

Assim como todos os indicadores econômicos, o PIB também deverá apresentar melhores resultados no próximo ano, para 2017, segundo o

Boletim FOCUS, o PIB fechará positivo pela primeira vez em dois anos, com valor positivo de aproximadamente 1 por cento.

5.4. TAXA DE CÂMBIO (2016/2017)

A taxa de câmbio também abaixou e em novembro de 2016 alcançou o valor de R$ 3,17. Para 2017 a expectativa é de abaixar para R$ 3,16. A

desvalorização da taxa de câmbio incentiva a indústria que consequentemente melhora os índices econômicos.

“Tampouco a manutenção de uma taxa de câmbio real competitiva e sem grandes flutuações deve ser vista como condição suficiente para a

retomada do investimento e para a robustez da atividade industrial; contudo, ela é absolutamente necessária, sem a qual o crescimento

sustentado da produção da indústria nacional (à exceção de nichos) dificilmente será retomado.” (Conteúdo da rede de internet e

computadores[3])

6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Diante do cenário macroeconômico que o ano de 2016 vem apresentando e as perspectivas para o ano de 2017 as alocações nos segmentos de renda fixa, renda variável e imóvel deverão permanecer conforme os limites da Resolução 3922/2010 CMN possibilitando a diversificação dos investimentos. Segue abaixo os limites autorizados pela Resolução CMN 3.922/2010 com redação dada pela 4.392/2014, e para esse RPPS:

6.1 Segmento de Renda Fixa:

ATIVOS EM RENDA FIXA	Limite Legal	Limite RPPS
Títulos Tesouro Nacional – SELIC *Art. 7º, I, “a” - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 100%	100%
FI 100% Títulos Públicos TN *Art. 7º, I, “b” - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 100%	100%
Operações Compromissadas *Art. 7º, II - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 15%	0%
Fundo de Investimento Renda Fixa/ Referenciados *Art. 7º, III, “a” - Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 80%	80%
Fundo de Índice Renda Fixa *Art. 7º, III, “b” - Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 80%	80%
Fundo de Investimento de Renda Fixa *Art. 7º, IV, “a” - Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 30%	30%
Cotas de Fundos de Índices *Art. 7º, IV, “b” - Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 30%	30%
FI em Direitos Creditórios – Condomínio Aberto *Art.7º, VI - Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 15%	5%
FI em Direitos Creditórios - Condomínio Fechado *Art. 7º, VII, “a”- Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 5%	5%
FI Renda Fixa “Crédito Privado” *Art. 7º, VII, “b” - Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 5%	5%
Poupança *Art. 7º, V, “a”- Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 20%	5%
Letras Imobiliárias Garantidas *Art. 7º, V, “b”- Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 20%	5%

Para aplicação no segmento renda fixa as premissas abaixo devem ser seguidas:

Quando das operações diretas com títulos públicos, deverão ser observados os seguintes pontos:

a) abertura de conta segregada de custódia; b) pesquisas sobre níveis de preços em entidades reconhecidas; c) processo de tomada de preços via cotações de mercado; e d) uso de plataformas eletrônicas.

Nos investimentos em renda fixa direto via títulos públicos ou operações compromissadas (Resolução BCB 3339/06 e Resolução BCB 550/79) e

nos investimentos indiretos via fundos de investimentos deverão ser levados em conta os seguintes riscos envolvidos nas operações:

Risco de crédito dos ativos: possibilidade do devedor não honrar seus compromissos.

Risco sistemático ou conjuntural: são os riscos que os sistemas econômicos, político e social, impõem ao governo.

Risco próprio: consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença.

Risco de mercado: é o risco de oscilações de preços do ativo.

Risco de liquidez: também chamado risco financeiro. É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo.

Risco de contraparte: também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez.

Risco legal: tipo de risco o qual o ativo objeto do investimento esteja sujeito a interpelação judicial.

Risco operacional: está ligado à incompetência ou à desonestidade dos administradores.

Notas de Rating: os ativos integrantes das carteiras ou seus respectivos emissores, conforme definido na Resolução 3.922/10, serão

considerados de baixo risco de crédito, de acordo com classificação mínima (rating) estabelecida, por pelo menos uma das agências

classificadoras de risco em funcionamento no País conforme tabela abaixo.

Investimentos em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de

renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma ocompromisso de buscar o retorno de um

dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice

atrelado à taxa de juros de um dia.

Aplicações previstas no art. 7º incisos III e IV e alínea “b” do inciso VII deverão determinar nos regulamentos dos fundos que os direitos, títulos

e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, dentre

outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País e que o limite máximo de

concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou

quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

Aplicações previstas no inciso VI e alínea "a' do inciso VII, subordinam-se a que a série ou classe de cotas do fundo seja considerada de baixo

risco de crédito e que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou

indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

Nas alternativas de investimentos que exigem avaliação de risco de crédito (rating), este RPPS utilizará a tabela abaixo como parâmetro. Nela

estão descritas as notas das principais agencias classificadoras de risco, até a nota mínima aceita. Em caso de avaliação de risco de crédito

executada por outra agência sua nota equivalente deverá ser estar compreendida com uma das do mesmo quadro:

Diante do cenário possível para alocação no segmento renda fixa tentará buscar um retorno de rentabilidade equivalente a meta atuarial.

6.2 Segmento em Renda Variável

Ativos em Renda Variável	Limite Legal	Limite RPPS
FI Ações Referenciados(Ibovespa, IBrX ou IBrX-50) *Art. 8º, I - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 30%	5%
FI de Índices Referenciados em Ações *Art. 8º, II - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 20%	5%
Fundos de Investimentos em Ações *Art. 8º, III - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 15%	5%
Fundos de Investimento Multimercado - Aberto *Art. 8º, IV - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 5%	5%
Fundos de Investimentos Imobiliários – cota negociadas em bolsa *Art. 8º, VI- Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 5%	Até 5%
Fundos Investimentos em Participações - Fechado *Art. 8º, V - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 5%	Até 5%

Para aplicação em Fundo de Ações as premissas abaixo devem ser seguidas:

A Política Anual de Investimentos, para a seleção de fundos de ações no que se refere a risco, basear-se-á em que o administrador ou gestor

do fundo em questão utilize as seguintes metodologias de forma cumulativa ou isoladamente;

Value at Risk (VaR): fornece uma medida da pior perda esperada em ativo ou carteira para um determinado período de tempo e um intervalo

de confiança previamente especificado;

Stress Testing: processo que visa identificar e gerenciar situações que possam causar perdas extraordinárias, com quebra de relações

históricas, sejam temporárias ou permanentes;

Coeficiente Beta: unidade de medida que através da covariância entre ativos, mede o potencial que cada ativo isoladamente pode amplificar ou

mitigar o risco do fundo através da aderência ao benchmark escolhido, avaliando assim o efeito da diversificação do fundo;

Índice de Sharpe: unidade de medida que através de estudos estatísticos mede a relação risco/retorno do fundo.

Adicionalmente, buscar uma seleção eficiente de gestores de fundo de investimento especializados em cada Artigo, pois trata-se de uma

característica do segmento de renda variável.

Diante do cenário possível para alocação no segmento renda variável tentará buscar um retorno de rentabilidade equivalente a meta atuarial.

6.3 Segmento Imóveis

Conforme determina no art. 9º da Resolução 3.922/2010 as aplicações nesse segmento serão efetuados exclusivamente com imóveis

vinculados por lei ao RPPS. Os imóveis poderão ser utilizados para aquisição de cotas de fundo de investimento imobiliário (FII), cujas cotas

sejam negociadas na bolsa de valores.

Diante do cenário possível para alocação no segmento imóveis tentará buscar um retorno de rentabilidade equivalente a meta atuarial

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a execução desta Política Anual de Investimento e cumprimento da legislação em vigor, será obrigatória a realização de relatórios

mensais, trimestrais, semestrais e anuais de rentabilidade, tendo como parâmetro de análise a variação dos Índices e Meta atuarial e o

acompanhamento destes nas reuniões periódicas do Comitê de Investimento e/ou Conselho.

No tocante a operacionalidade de credenciamento e seleção de prestadores de serviços serão observados os aspectos determinados pela

Portaria MPS 519 alterada pela Portaria 440/13.

Santo Afonso-MT, 16 de Dezembro de 2016.

FAGNER MOREIRA DA CUNHA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Gestor do PREVIMSA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 004/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADA: CLAUDIO NUNES DE SANTANA 79312365134

CNPJ: **26.903.870/0001-64**

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL 02/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO, ATENDENDO AS COMUNIDADES DAS ZONAS RURAIS DE SANTO AFONSO –Linha Amarelinho (Escola Estadual Geraldo Santana dos Santos- Comunidade Gleba União).

VALOR: R$ 50.336,00

VIGÊNCIA: ASS. 16/02/2017 VCTO. 31/12/2017

SANTO AFONSO/MT, 03 DE FEVEREIRO DE 2017.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 007/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADA: JAIR BATISTA DE SOUZA - ME

CNPJ: **19.533.722/0001-30**

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL 02/2017

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO, ATENDENDO AS COMUNIDADES DAS ZONAS RURAIS DE SANTO AFONSO: Linha Santa Rosa (Escola Estadual Acadêmico Lauro Augusto de Barros, Escola Municipal Sebastião Tavares da Silva e Centro de Educação Infantil Irmã Luiza Cassiolato).**

VALOR: R$ **81.224,00**

VIGÊNCIA: ASS. 16/02/2017 VCTO. 31/12/2017

SANTO AFONSO/MT, 03 DE FEVEREIRO DE 2017.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 009/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADA: VANDERLEY PEREIRA ME

CNPJ:13.252.486/0001-05

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL 02/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO, ATENDENDO AS COMUNIDADES DAS ZONAS RURAIS DE SANTO AFONSO: LINHA PECUAMA (Extensão: Escola Estadual Geraldo Santana dos Santos e Centro de Educação Infantil Irmã Luiza Cassiolato).

VALOR: R$ 57.200,00

VIGÊNCIA: ASS. 16/02/2017 VCTO. 31/12/2017

SANTO AFONSO/MT, 03 DE FEVEREIRO DE 2017.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 010/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADA: LABORATÓRIO PRONTO ANALISES LTDA

CNPJ:01.657.629/0001-71

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL 03/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICA, EM ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

VALOR: R$ 55.031,45

VIGÊNCIA: ASS. 24/02/2017 VCTO. 31/12/2017

SANTO AFONSO/MT, 03 DE FEVEREIRO DE 2017.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 008/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

CONTRATADA: WESLEY SILVA ALVES TRANSPORTE ME

CNPJ: **26.848.126/0001-04**

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL 02/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO, ATENDENDO AS COMUNIDADES DAS ZONAS RURAIS DE SANTO AFONSO: LINHA FAZENDA TAMANDUA (Escola Estadual Acadêmico Lauro Augusto de Barros).

VALOR: R$ 37.180,00

VIGÊNCIA: ASS. 16/02/2017 VCTO. 31/12/2017

SANTO AFONSO/MT, 03 DE FEVEREIRO DE 2017.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 161/2017.

DE: 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA a servidora publica efetiva **SONIA SAMPAIO DE ANDRADE para exercer o cargo de COORDENADOR DE CULTURA e das outras providências.**

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - NOMEAR a servidora pública efetiva **SONIA SAMPAIO DE ANDRADE**, para responder pelo cargo de COORDENADOR DE CULTURA desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor desde o dia 1º de Fevereiro de 2017.

Art. 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 168/2017.

DE: 02 DE MARÇO DE 2017.

REVOGA PORTARIA Nº 078/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - REVOGAR, Portaria sob nº 078/2017de 02 de janeiro de 2017, que CONCEDE ao servidor público **WILTON CUNHA SOUSA Função Gratificada no valor de $ 400,00 (quatrocentos) reais**.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE MARÇO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

ATA DE JULGAMENTO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2017.

Às 13:20 horas do dia 22 de Fevereiro de 2017, estiveram reunidos na sede da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, O Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio respectivamente, Sr. Weverton Ancelmo Pereira de Sousa - Pregoeiro, Jessika Sheyenne Floriano Cardoso - equipe de apoio, nomeados pela Portaria n° 85/2017, de 02 de Janeiro de 2017, para apreciarem e julgarem a proposta de preço e os documentos de habilitação apresentados para a licitação na modalidade de Pregão Presencial n° 005/2017, em decorrência do Objeto: **Pregão Presencial modelo Registro de Preços para Futura e Eventual Prestação de Serviços de Horas de Manutenção Mecânica Preventiva e Corretiva em veículos/ maquinas leves e pesadas das Secretarias desta Prefeitura.**O Senhor Pregoeiro e os membros da equipe de apoio constataram o não comparecimento de participantes. Após aguardar por 20 (vinte) minutos e não ter comparecido nenhuma empresa, o Sr. Pregoeiro e equipe de apoio optaram por dar a licitação pregão presencial nº 005/2017 como deserta. Nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro declarou encerrados os trabalhos e agradeceu a presença de todos, lavrando a presente ata, imprimindo-as em duas vias de igual teor e forma, para que fosse assinada e posteriormente encaminhada à autoridade competente para a sua devida apreciação.

Weverton Ancelmo P. de Sousa

Pregoeiro Oficial

Jessika Sheyenne Floriano Cardoso

Membro da Equipe

de Apoio

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 162/2017.

DE: 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - DESIGNA o Servidor Efetivo Sr°. **NILSON BARBOSA DA SILVA,** para desempenhar a função de Diretor Escolar na Escola Municipal de Ensino Infantil Vanderlei Cecatto.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicaçã, retroagindo seus efeitos á 01/02/2017.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 164/2017

DE: 02 DE MARÇO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **VANESSA DE MEDEIROS** DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) **VANESSA DE MEDEIROS,** em 02/03/2017 a 31/03/2017, com período aquisitivo de 01/10/2015 a 30/09/2016, com retorno as suas atividades em 01 de abril de 2017.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE MARÇO DE 2017

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 163/2017

DE: 02 DE MARÇO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **ROSELI MENEGASSI TAFAREL** DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) **ROSELI MENEGASSI TAFAREL,** em 02/03/2017 a 31/03/2017, com período aquisitivo de 01/10/2014 a 30/09/2015, com retorno as suas atividades em 01 de abril de 2017.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE MARÇO DE 2017

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 165/2017.

DE: 02 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO DA SERVIDORA MARIA APARECIDA FIALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o teor de Laudo Médico Pericial expedido pela Junta Médica no dia 17/02/2017 em que atesta que a referida servidora encontra apta para exercer outra função, respeitando os horários e orientações através de relatórios profissionais;

Considerando ainda que o artigo 157 da Lei Municipal possibilita a readaptação de função, sendo a mesma utilizada quando se verificar modificações no estado físico ou psíquico de saúde da servidora que lhe diminua a eficiência no desempenho do cargo.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO à servidora pública efetiva MARIA APARECIDA FIALHO nos termos do Laudo Médico Pericial – Auxilio Doença expedido em 17/02/2017, por prazo de 01 (hum) ano sendo o vencimento 16/02/2018.

Art. 2º - Fica a servidora readaptada, sem prejuízo de vencimento da servidora do cargo de Gari, devendo exercer sua função na APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais.

Art. 3º - Para realização do tratamento de saúde, a servidora deverá requerer antecipadamente a solicitação de ausência, bem como encaminhar à Coordenadoria de Recursos Humanos, relatórios expedidos por profissionais que comprovem a efetiva realização do tratamento de Saúde.

Art. 4º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE MARÇO DE 2017.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 167/2017.

DE: 02 DE MARÇO DE 2017.

REVOGA PORTARIA Nº 077/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - REVOGAR, Portaria sob nº 077/2017de 02 de janeiro de 2017, que DESIGNA o Servidor Público Efetivo **WILTON CUNHA SOUSA**, para responder pelo cargo de COORDENADOR DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO desta Prefeitura.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE MARÇO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 166/2017.

DE: 02 DE MARÇO DE 2017.

REVOGA PORTARIA Nº 197/2014 DE 02 DE JUNHO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - REVOGAR, Portaria sob nº 197/2014de 02 de junho de 2014, que CONCEDE à servidor público **CESAR BALBINO DE SOUSA** Função Gratificada no valor de $ 800,00 (oitocentos) reais**.**

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 02 DE MARÇO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016 - 3ª CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 13 AO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

Dispõe sobre a 3ª convocação de candidatos aprovados no Concurso Público nº 1/2016 da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando o atendimento aos princípios constitucionais, em especial à Legalidade, à Impessoalidade e à Publicidade;

Considerando o interesse público e a necessidade da Administração;

Considerando o Edital Complementar nº 10, de 27 de dezembro de 2016, que divulgou o do resultado final do Concurso Público nº 1/2016;

Considerando a publicação do Edital Complementar nº 10, no Diário Oficial do Município (Jornal da AMM), Edição nº 2.635 de 29 de dezembro de 2016, ANO XI, Páginas 388-410, disponível no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/;

Considerando o Decreto Municipal nº 161, de 28 de dezembro de 2016, que homologou o resultado final do Concurso Público nº 1/2016;

Considerando a publicação do Decreto nº 161/2016, no Diário Oficial do Município (Jornal da AMM), Edição nº 2.635 de 29 de dezembro de 2016, ANO XI, Página 387, disponível no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar para a posse e entrada em exercício no respectivo cargo, os candidatos aprovados no Concurso Público nº 1/2016, na forma do **Anexo I**.

Art. 2º Os candidatos convocados na forma do presente Edital deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT, no seu Edifício Sede, na Avenida Araguaia, nº 248 – Centro, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário oficial de Brasília, das 14h30min às 17h30min, para tomar posse no cargo respectivo.

§ 1º Nos termos do *caput* deste artigo, os candidatos deverão apresentar a documentação exigida no item 18.4 e seus subitens do Concurso Público, transcritos no **Anexo II**;

§ 2º O não cumprimento das exigências estipuladas no *caput* e § 1º deste artigo, implicará na perda do direito à posse e de qualquer outro direito inerente ao Concurso, conforme Edital de Abertura e Editais Complementares do Concurso Público.

§ 3º O candidato convocado por este Edital poderá requerer prazo adicional para a posse, nos termos do § 1º do art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 36, de 30 de outubro de 2003.

Art. 3º As demais condições constam dos Editais de Abertura e Complementares, do Decreto nº 161/2016 de homologação do Concurso Público, e da legislação municipal aplicável.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia-MT, em 3 de março de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

==========

ANEXO I AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 13, DE 3 DE MARÇO DE 2017.

RELAÇÃO DE CANDIDATOS DA 3ª CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

NOME	CARGO	LOTAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
VALQUIRIA MENDES RODRIGUES	APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – ESCOLA VILA SÃO SEBASTIÃO	2º

==========

ANEXO II AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 13, DE 3 DE MARÇO DE 2017.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PARA TOMAR POSSE, CONFORME ITEM 18.4 E SUBITENS DO EDITAL DE ABERTURA.

18.4. No ato da posse, o candidato deverá apresentar a documentação relacionada abaixo, **por cópia autenticada juntamente com os originais**, para digitalização:

18.4.1. Cédula de Identidade que comprove idade igual ou superior a 18 (dezoito); maior ou igual a 21 (vinte e um) anos para Agente Operacional (Motorista de Transporte Escolar); e menor de 70 (setenta) anos.

18.4.2. Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do Artigo 12, § 1º da Constituição Federal.

18.4.3. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

18.4.4. Certidão de Nascimento ou Casamento;

18.4.5. Título de Eleitor;

18.4.6. Comprovante de votação na última eleição imediatamente anterior à posse (1º turno e 2º turno, quando houver), ou Certidão de Quitação Eleitoral (emitida pelo Cartório Eleitoral ou através do *site* www.tse.jus.br;

18.4.7. Cartão do PIS/PASEP/NIT/NIS;

18.4.8. Apresentar Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;

18.4.9. Comprovante de Escolaridade comprovado através de Histórico Escolar e Diploma, devidamente registrado no MEC, quando for o caso;

18.4.10. Apresentar Comprovante de Inscrição junto ao respectivo Conselho de Classe, para os cargos relativos a profissões regulamentadas por legislação federal;

18.4.11. Apresentar Certidão de Regularidade junto ao respectivo Conselho de Classe, para os cargos relativos a profissões regulamentadas por legislação federal;

18.4.12. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;

18.4.13. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5 (cinco) anos;

18.4.14. 01 (uma) foto colorida, 3x4, recente;

18.4.15. Comprovante de endereço (fatura de energia elétrica, água, telefone, faturas de consumo, etc);

18.4.16. Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado, apresentando, para comprovação, Certidões Negativas (Cíveis e Criminais) expedidas pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos;

18.4.17. Não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os casos de acúmulo previstos na Constituição Federal, devendo firmar declaração negativa de acúmulo de cargo público, na forma do **ANEXO III**, ou declaração de acúmulo de até dois cargos públicos, constitucionalmente previstos e com horários compatíveis, na forma do **ANEXO IV**;

18.4.18. Certidão Negativa de Débitos (CND) junto ao Município, a ser obtida no Departamento de Tributação;

18.4.19. Declaração de Bens e Valores, na forma do **ANEXO V**;

18.4.20. Declaração de que tem disponibilidade para cumprimento integral da carga horária relativa ao cargo, na forma do **ANEXO VI**;

18.4.21. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), expedido por Médico do Trabalho indicado pelo Município, constando "APTO" para a função, de caráter eliminatório, devendo estar acompanhado pelos seguintes exames laboratoriais, devendo ser custeados pelo candidato:

18.4.21.1. Parasitológico de Fezes;

18.4.21.2. Exame Hematológico (Hemograma completo);

18.4.21.3. VDRL;

18.4.21.4. Exame de Urina

18.4.22. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, à época da posse, de acordo com a legislação em vigor:

18.4.22.1. Apresentar Declaração de Não Infringência às Leis que Fundamentam o Edital do Concurso 001/2016, nos termos do **ANEXO VII;**

18.4.22.1. Documento que comprove existência de conta corrente ou poupança.

==========

ANEXO III AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 13, DE 3 DE MARÇO DE 2017

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS

Eu _____, [Nacionalidade, Estado Civil, Profissão]**,** portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ SSP/___ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) na _____ Cidade de _____(UF), declaro para os devidos fins e efeitos legais que **NÃO ACUMULO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO DE NATUREZA PÚBLICA**, nos termos dos Incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal.

Por ser verdade e sob as penas da Lei, firmo a presente declaração.

São Félix do Araguaia (MT), em ___ de _____ de 2017.

_____

NOME DO CANDIDATO CONVOCADO

==========

ANEXO IV AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 13, DE 3 DE MARÇO DE 2017

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS

Eu _____, [Nacionalidade, Estado Civil, Profissão]**,** portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ SSP/___ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) na _____ Cidade de _____(UF), declaro para os devidos fins e efeitos legais que, ao tomar posse no Cargo do Concurso Público Municipal nº 001/2012, passarei a **ACUMULAR CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO DE NATUREZA PÚBLICA**, permitido nos termos dos Incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal.

Detenho outro Cargo, Emprego ou Função de Natureza Pública, **acumulável** e com **compatibilidade de horário**, nos termos da Constituição Federal, e conforme abaixo, com comprovação por documentação anexa firmada pelo Órgão/Instituição que já trabalho:

Nome do Cargo, Emprego ou Função de Natureza Pública que já detenho
Órgão Instituição
Esfera de Governo / Administração Direta ou Indireta / Outros Poderes

Por ser verdade e sob as penas da Lei, firmo a presente.

São Félix do Araguaia (MT), em ___ de _____ de 2017.

_____

NOME DO CANDIDATO CONVOCADO

==========

ANEXO V AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 13, DE 3 DE MARÇO DE 2017

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Nome: _____

Cargo*:* _____

[ ] POR DECLARAÇÃO PRESTADA À RECEITA FEDERAL, EM ANEXO [ ] POR DECLARAÇÃO PARTICULAR ABAIXO:

Eu _____, [Nacionalidade, Estado Civil, Profissão]**,** portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ SSP/___ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) na _____ Cidade de _____ (UF), em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 8.429 de 12 de junho de 1992, em seu Artigo 13, § 1º, **DECLARO** minha situação patrimonial atualizada, conforme abaixo:

[ ] NÃO POSSUO BENS E/OU VALORES

[ ] POSSUO OS BENS E/OU VALORES

[ ] ABAIXO DISCRIMINADOS:

[ ] CONSTANTES NA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA ANEXA

TIPO	DESCRIÇÃO	VALOR
Imóvel	1 casa, etc, etc	R$ .....
Móvel	1 veículo marca ..., ano ..., modelo ...	R$ .....
Valores	Poupança/Conta Corrente no Banco	R$ ....
Semoventes	Gado, Cavalo, etc	R$ ...
Outros	.....	.....
	T O T A L → →	

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO, para que surta seus efeitos legais.

São Félix do Araguaia-MT, em _____ de _____ de 2017.

_____

NOME DO CANDIDATO CONVOCADO

==========

ANEXO VI AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 13, DE 3 DE MARÇO DE 2017

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE CARGA HORÁRIA

Eu _____, [Nacionalidade, Estado Civil, Profissão]**,** portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ SSP/___ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) na _____ Cidade de _____(UF), **DECLARO**, para os devidos fins e efeitos legais, **QUE TENHO DISPONIBILIDADE PARA CUMPRIMENTO DE**

CARGA HORÁRIA INTEGRAL EXIGIDA POR MINHA ATIVIDADE FUNCIONAL, NO CARGO PRETENDIDO.

Por ser verdade e sob as penas da Lei, firmo a presente declaração.

São Félix do Araguaia (MT), em ___ de _____ de 2017.

_____

NOME DO CANDIDATO CONVOCADO

==========

ANEXO VII AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 13, DE 3 DE MARÇO DE 2017

DECLARAÇÃO DE NÃO INFRINGÊNCIA ÀS LEIS QUE FUNDAMENTAM O EDITAL DO CONCURSO 001/2016

Eu _____, brasileiro(a), estado Civil, Profissão**,** portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ SSP/___ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) na _____ Cidade de _____(UF), **DECLARO**, para os devidos fins e efeitos legais, **QUE NÃO INFRINGI AS LEIS QUE FUNDAMENTAM O EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2016**.

Por ser verdade e sob as penas da Lei, firmo a presente declaração.

São Félix do Araguaia (MT), em ___ de _____ de 2017.

_____

NOME DO CONVOCADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 4/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA TORNA PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO **PROCESSO LICITATÓRIO** MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL N.º 4/2017** REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2014, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OBJETO:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA NAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTÁBIL ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.**

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

NO Dia 16 de Março de 2017 às 13:30. HORAS (HORÁRIO LOCAL)

LOCAL SALA DE LICITAÇÃO DA ***SALMEN HANZE, n.º 914, CENTRO. RUA SALMEM HANZE,*** SÃO JOSÉ DO POVO - MT CEP 78.773-000, RETIRADA DO EDITAL NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVOOU ATRAVÉS DO SITE http://www.saojosedopovo.mt.gov.br OU PELO EMAIL: meirelicitacao@hotmail.com, MAIS INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (66) 3494-1137 OU NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO - SITUADA À RUA SALMEM HANZE, 924, DURANTE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO no horário das 12:00 às 17:00 horas.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO

FRANCISMEIRE A.R. CHAVES

PREGOEIRA

SÃO JOSÉ DO POVO-MT

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 5/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA TORNA PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO **PROCESSO LICITATÓRIO** MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL N.º 5/2017** REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2014, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE UM ENGENHEIRO CIVIL PARA FISCALIZAR OS SERVIÇOS NESSE MUNICIPIO E OUTROS SERVIÇOS QUE FOR DE SUA COMPETÊNCIA (COMO AUTORIZAR A HABITE SE, ACEITE, APROVAR E ELABORAR PROJETOS E PLANILHAS, FAZER CÁLCULOS DE CUSTO DE OBRAS E FISCALIZAR A EXECUÇÃO E QUALIDADE DOS MATERIAIS CONFORME PLANILHAS, PARECERES TÉCNICOS, ENTRE OUTROS), CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.**

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

NO Dia 17 de Março de 2017 às 13:30. HORAS (HORÁRIO LOCAL). LOCAL SALA DE LICITAÇÃO DA ***SALMEN HANZE, n.º 914, CENTRO. RUA SALMEM HANZE,*** SÃO JOSÉ DO POVO - MT CEP 78.773-000, RETIRADA DO EDITAL NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVOOU ATRAVÉS DO SITE http://www.saojosedopovo.mt.gov.br, OU PELO EMAIL: meirelicitacao@hotmail.com, MAIS INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (66) 3494-1137 OU NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO - SITUADA À RUA SALMEM HANZE, 924, DURANTE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO no horário das 12:00 às 17:00 horas.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT01/03/2017.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO

FRANCISMEIRE A.R.CHAVES

PREGOEIRA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 13/2017

Contrato (a): ELAINE CRISTINA BORGES DE ALMEIDA

OBJETO - O CONTRATADO O presente Contrato tem por objeto a contratação de prestação de serviço de um (a) facilitador (a) social para os trabalhos em grupo que são referenciados no CRAS, para o período de 10 meses. A ser pago CC 73229-X .

VALOR TOTAL- O valor estipulado durante a vigência do contrato é de R$ 17.838,40 (dezessete mil, oitocentos e trinta e oito reais, e quarenta centavos), que será pago em 10 (dez) parcelas iguais e sucessivas de R$ 1.783,84 conforme solicitação do secretário da pasta e apresentação de nota fiscal, através de depósito em conta bancária de titularidade da contratada.

DA VIGÊNCIA – O Presente contrato terá vigência no período de 01 de março a 31 de dezembro de 2017.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS

EDITAL DOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS Nº 003/2017

A Comissão Fiscalizadora no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICA a divulgação da lista dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo nº 001/2017.

MECÂNICO		
NOME	**MÉDIA FINAL**	**APROVADO**
Uderico de Jesus Assunção	**330**	**1º**

AUXILAR DE SAÚDE BUCAL		
NOME	**MÉDIA FINAL**	**APROVADO**
Elaine Cristina Braga de Souza	**30**	**1º**

NUTRICIONISTA		
NOME	**MÉDIA FINAL**	**APROVADO**
Suellen Vieira Bronstein	**60**	**1º**

ASSISTENTE SOCIAL		
NOME	**MÉDIA FINAL**	**APROVADO**
Nágila Lopes de Moraes	**40**	**1º**
CLASSIFICADOS		
Reginey Lucia Nunes Ribeiro	**30**	**2º**
Alessandra Alves Freitas	**10**	**3º**
PROFESSOR (A)		
NOME	**MÉDIA FINAL**	**APROVADO**
Suesllen Marques da Silva	**90**	**1º**
CLASSIFICADOS		
Soair Tavares Pereira	**85**	**2º**

TRATORISTA		
NOME	**MÉDIA FINAL**	**APROVADO**
Mateus Fernandes de Moraes	**35**	**1º**
Uriel Dias de Souza	**24**	**2º**
CLASSIFICADOS		
Cezar Adriano Alves	**15**	**3º**
Antônio Pimenta Alexandre	**15**	**4º**
Paulo Henrique Dias de Abreu	**12**	**5º**
José Ilson Soares Carvalho	**10**	**6º**
Hélio Catarino Medeiros	**09**	**7º**
Paulo Sergio dos Santos	**07**	**8º**
Leandro Peckin Braga	**06**	**9º**
Melquizedek Silva de Oliveira	**NÃO COMPARECEU**	

São José do Povo – MT; 03/03/2017.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

II TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Nº 118/2014 – TOMADA DE PREÇO Nº 022/2014

Contratado (a): EMPRESA AGROFITO CASE MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE EXECUÇÃO - Fica aditado o Contrato de nº 187/2014, Tomada de Preço nº 022/2014 no que concerne a Cláusula Quinta, prorrogando até o dia 30 de outubro de 2015, que poderá ser prorrogado por igual período de comum acordo entre as partes, através de termo aditivo em conformidade com a legislação específica (art.57, II c/c §4 da Lei 8666/93).

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 10/2017
Contrato (a): MARIA LUIZA DA SILVA MARQUES
OBJETO - O presente contrato tem como objetivo a contratação de um orientador social para atuar na Brinquedoteca e nos trabalhos com grupos no CRAS, para o período de 10 meses. A ser pago CC 73229-x Pelo (a) Contratando (a) à Contratante.
VALOR TOTAL- O valor estipulado durante a vigência do contrato é de R$ - 10.430,00 (Dez Mil, e Quatrocentos e Trinta Reais), que será pago mensalmente o valor de R$ 1.043,00 (Um Mil quatrocentos e Trinta Reais) conforme solicitação do secretário da pasta e apresentação de nota fiscal, através de depósito em conta bancária de titularidade do contratado.
DA VIGÊNCIA – O presente contrato terá vigência no período de 01 de março de 2017 a 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo e de comum acordo entre as partes, obedecendo à legislação específica (art. 57, II c/c §4 da Lei 8666/93).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 11/2017

Contrato (a): LANCDVOIGT & WILHELMS S/S

OBJETO - O CONTRATADO executará para a CONTRATANTE CONTRATAÇÃO DE UM MÉDICO PARA REALIZAR 19 (Dezenove) PLANTÕES NO CENTRO DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS LEIS MUNICIPAIS 515/2012 E 544/2013, PARA RELIZAÇÃO DE PLANTÕES EMERGENCIAIS, ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE, AVALIAÇÕES, CONSULTA E OUTROS SERVIÇOS MÉDICOS DIVERSOS PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO. Conforme processo de compra n° 161/2017

VALOR TOTAL- O valor estipulado durante a vigência do contrato é de R$ 19.000,00 (dezenove mil reais), que serão pagos através de depósito em conta bancária de titularidade da contratada após pedido da Secretaria.

DA VIGÊNCIA – O Presente contrato terá vigência de 01 de Março a 20 de Março o de 2017, obedecendo à legislação específica (art. 57, II c/c §4 da Lei 8666/93).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 007/2017

Contrato (a): AUDIMAR MARQUES ORTENCIO.

OBJETO - O presente contrato tem como objeto a aquisição de 400 m² de gramas para fazer a contenção da terraplanagem da construção da Creche Carinho de Mãe a ser empenhado e pago com recurso da conta corrente 9705-5.

VALOR TOTAL- O valor estipulado durante a vigência do contrato é de R$ 2.600,00 (Dois mil, e Seiscentos Reais), que será pago através de depósito em conta bancária de titularidade do contratante, mediante solicitação do Secretário da pasta e apresentação de Nota Fiscal.

DA VIGÊNCIA – O Presente contrato terá vigência no período de 20 de Fevereiro de 2017 a 20 de Abril de 2017, devendo o CONTRATANTE retirar o produto no local.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Nº 118/2014 – TOMADA DE PREÇO Nº 022/2014

Contratado (a): EMPRESA AGROFITO CASE MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE EXECUÇÃO - Fica aditado o Contrato de nº 118/2014, Tomada de Preço nº 022/2014 no que concerne a Cláusula Quinta, prorrogando até o dia 31 de março de 2016, que poderá ser prorrogado por igual período de comum acordo entre as partes, através de termo aditivo em conformidade com a legislação específica (art.57, II c/c §4 da Lei 8666/93).

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 003/2017 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

O Sr. *VALDOMIRO LACHOVICZ*, Prefeito Municipal de *SÃO JOSÉ DO RIO CLARO*, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Concurso Público nº. 001/2015, CON-

VOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT, situado na Rua Paraíba, 355, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, munido dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Cozinheiro(a) - Educação		
Colocação	Inscrição	Nome
5	654	UATILA ALVES ROCHA

São José do Rio Claro – MT, 02 de março de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
CARTA DE CONVOCAÇÃO DE RETORNO AO TRABALHO

Senhor **CELITO LAGOS**

Em face de sua ausência injustificada e continuada ao serviço e considerando que a sua função é de extrema necessidade, de modo que as suas faltas têm provocado verdadeiro tumulto no órgão, venho através desta notificá-lo a comparecer no prazo de 30 dias ao trabalho e assumir suas funções.

O seu não comparecimento dentro do prazo significará abandono de cargo de acordo com o artigo 179 da Lei Municipal nº 991/2014 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

São José do Rio Claro-MT, 01 de março de 2017.

Fabrício Kleyton Bernardi Coelho Portilho

Secretario Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PORTARIA Nº. 051/2017

PORTARIA Nº. 051/2017

DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO DE ELEVAÇÃO DE CLASSE DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU, PARA FINS DIVERSOS".

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 47, § 2º e 3º, do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Gerais, Lei Municipal nº 490/2012, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art.1º - Nomear membros para Comissão de Elevação de Classe dos Servidores Públicos Municipal da Prefeitura de São José do Xingu – MT.

MEMBROS:

1- ANA MARIA GUIMARÃES PREIRA 2- JEDERSON ANDRÉ DOS SANTOS SANTANA

Art. 2º - Fica instituída a Comissão para Elevação de Classe dos Servidores Públicos Municipal, para conferência ou reconhecimento dos certificados acostados pelos servidores.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 23 de fevereirode 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

DECRETO Nº 045/2017

DECRETO Nº 045/2017.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor, **DENILSON ANTONIO PEREIRA DE MELO SILVA,** no cargo em Comissão de Dirigente de Setor, junto a Secretaria Municipal de Finanças, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Parágrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o valor de R$ 1. 187,30 (Hum mil cento e oitenta e sete reais e trinta centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 23 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo.

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

PORTARIA Nº 052/2017

PORTARIA Nº 052/2017

DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica Concedida gratificação de 70% (setenta por cento) ao servidor DENILSON ANTONIO PEREIRA DE MELO SILVA, conforme o Art. 18º da Lei Municipal 490/2012, alterada pela Lei Municipal 510/2013, que diz:

§ 2º.O ocupante de cargo de carreira que for nomeado para exercer cargo de provimento em comissão deverá optar pelo vencimento do cargo comissionado ou pelo vencimento de seu cargo efetivo acrescido de gratificação de 70% (setenta por cento) sobre o vencimento do cargo comissionado.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 23 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

PORTARIA Nº. 047/2017

PORTARIA Nº. 047/2017

DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE CLASSE E NIVEL DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr .**LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, Art. 11 e Anexo III da Lei 491/2012 e,

CONSIDERANDO que a servidora **MARIA DIVINA SILVA ARRUDA** tomou posse em seu cargo de auxiliar de Serviços Gerais em 04 de fevereiro de 2013.

CONSIDERANDO o Art. 11 da lei 491/2012 e Anexo III:

Art. 11. A série de níveis do cargo de Apoio Administrativo Educacional é estruturada em linha horizontal de acesso de acordo com a titulação e/ou habilitação, identificada por algarismos arábicos, conforme tabela prevista no anexo III, desta Lei.

§1º. Os níveis são estruturados segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo, da seguinte forma:

I. Classe A: habilitação em nível de ensino fundamental e/ou curso de profissionalização específica; II. Classe B: habilitação em nível de ensino médio e/ou curso de profissionalização específica.

CONSIDERANDO que a não houve a progressão vertical da servidora no período de tempo correto.

Baixa a Seguinte Portaria:

Art. 1° - Fica Concedida Elevaçãopara classe “B” e nível“02”, a Srª. MARIA DIVINA SILVA ARRUDA,Servidora Pública Municipal, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 21 de fevereiro de 2017

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se

PORTARIA Nº 053/2017

PORTARIA Nº 053/2017

DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica Concedida gratificação de 70% (setenta por cento) a servidora FERNANDA ALVES BEZERRA, conforme o Art. 18º da Lei Municipal 490/2012, alterada pela Lei Municipal 510/2013, que diz:

§ 2º.O ocupante de cargo de carreira que for nomeado para exercer cargo de provimento em comissão deverá optar pelo vencimento do cargo comissionado ou pelo vencimento de seu cargo efetivo acrescido de gratificação de 70% (setenta por cento) sobre o vencimento do cargo comissionado.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 23 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE FILIAÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA N 07/2017

EXTRATO DO TERMO DE FILIAÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA N 07/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: ASSOSSIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO ARAGUAIA

VALOR GLOBAL: R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

PRAZO DE **EXECUÇÃO:** 02/01/2017 ATÉ 31/12/2017**.**

OBJETO: TEM OBJETO DO PRESENTE TERMO DE FILIAÇÃO É O VÍNCULO DE REPRESENTATIVIDADE INSTITUCIONAL, A DEFESA DOS INTERESSES MUNICIPALISTAS E O ESTABELECIMENTO DE CONDIÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE AS PARTES, VISANDO O PLANEJAMENTO, A EXEULÇÃO, A IMPLANTAÇÃO E O DESENVOLVIMETNO DE ATIVIDADES INSTITUCIONAIS E CULTURAIS, POR MEIO DE AÇÕES CONJUNTAS COORDENADAS PELA ASSOCIAÇÃO, BEM COMO O APOIO, ORIENTAÇÕES E O OFERECIMENTO DE SUPORTE TECNICO COM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS E PERMANENTES DE CONSULTORIA JURÍDICAS NAS AREAS DE DIREITO CIVIL, ADMINISTRATIVO, CONSTITUCIONAL E TRIBUTARIO, ASSESSORIA E CONSULTORIA NAS AREAS DE ENGENNHARIA CIVIL, ARQUITETURA, ELABORAÇÃO DE PROJETOS, ORÇAMENTOS, LAUDOS E FISCALIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO DE VALORES DO ICMS E FPM PARA O MUNICIPIO, ALÉM DE ASSESSORIA DE IMPRESSA PARA INFORMAÇÕES DE INTERESSE MUNICIPAL, NA DISTRIBUIÇÃO AOS ÓRGÃOS DA IMPRENSA ESCRITA, FALADA E AINDA A PROMOÇÃO DE CURSOS DE REINAMENTO DE PESSOAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, INCLUINDO-SE DIVULGAÇÃO DE INFORMATIVOS INSTITUCIONAIS, DOS ATOS OFICIAIS D ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL POR MEIO DO DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DOS MUNICIPIOS E DAS POTENCIALIDADES ECONOMICAS DO MUNICIPIO, CONFORME AS FINALIDADES ESTATUTARIAS DA AMA.

ORIGEM: TERMO DE FILIAÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA N 07/2017

DATA: 02/01/2017

PORTARIA Nº. 049/2017

PORTARIA Nº. 049/2017

DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, Art. 11e Anexo III da Lei491/2012 e,

CONSIDERANDO que a servidora **NOELMA SILVA DE OLIVEIRA** tomou posse em seu cargo de Professora em07 de fevereiro de 2014.

CONSIDERANDO o Art. 49 da lei 491/2012 e Anexo III:

Art. 49. O Profissional da Educação Básica terá direito à progressão funcional de um nível para outro, desde que aprovado em processo contínuo e específico de avaliação de desempenho, obrigatoriamente a cada 03 (três) anos.

§1º. O Servidor concorrerá à progressão horizontal quando, atendidos os preceitos previstos no caput deste artigo, obtiver, no mínimo, 70% (setenta por cento) da pontuação máxima definida no processo de avaliação de desempenho e capacitação.

§2º. O tempo em que o Profissional se encontra afastado do exercício do cargo, não será computado para o período de que trata o caput deste artigo.

§3º. Não interromperá a contagem de interstícios aquisitivos o exercício de cargo em comissão ou função de confiança ou permuta, nos âmbitos das Unidades Escolares e de Órgãos das Secretarias de Educação, bem como outros afastamentos previstos em Lei.

Baixa a Seguinte Portaria:

Art. 1° - Fica Concedida a progressão Verticaldo nível "01" para nível "02" a Sr.ª NOELMA SILVA DE OLIVEIRA, Servidora Pública Municipal, exercendo o cargo de Professora.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 23 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

PORTARIA Nº. 048/2017

PORTARIA Nº. 048/2017

DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, Art. 50 e Anexo III da Lei490/2012 e,

CONSIDERANDO que a servidora **AMANDA DE SOUZA MELO** tomou posse em seu cargo de Procuradora Jurídica em11 de fevereiro de 2014.

CONSIDERANDO o Art. 50, parágrafo V da lei 492/2012 e Anexo III:

Art. 50. O ocupante de cargo da Carreira dos Servidores do Quadro Geral terá direito à progressão vertical de um nível para outro subsequente da mesma classe, desde que: I. aprovado em processo anual específico de avaliação de desempenho;

II. cumprido o intervalo de 03 (três) anos.

§1º. O tempo de efetivo exercício na Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional será computado ao final do estágio probatório, na proporção de 03 (três) anos para cada nível.

§2º. Decorrido o prazo previsto no inciso II deste artigo, se o órgão não realizar processo de avaliação de desempenho, a progressão vertical dar-se-á automaticamente

Baixa a Seguinte Portaria:

Art. 1° - Fica Concedida a progressão Verticaldo nível "01" para nível "02" a Sr.ª AMANDA DE SOUZA MELO, Servidora Pública Municipal, exercendo o cargo de Procuradora Jurídica.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 21 de fevereirode 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

DECRETO Nº 46/2017

DECRETO Nº 46/2017.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SERVIDORA EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora, **FERNANDA ALVES BEZERRA,** no cargo em Comissão de Diretora de Departamento do Gabinete Municipal, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Parágrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o valor de R$ 1. 855,15 (hum mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e quinze centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 23 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo.

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

PORTARIA N.º 056/2017

PORTARIA N.º 056/2017 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL COMISSONADA EM FUNÇÃO GRATIFICADA PARA COORDENAR OS FISCAIS DE CONTRATOS E SEUS PROCEDIMENTOS, ROTINAS E PROCESSOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade atender demanda da Secretaria Municipal de Administração quando a organização e funcionamento da rotinas e processos relativos a fiscalização dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO que a Lei Federal 8.666/93, ao dispor sobre normas gerais de licitações e contratações públicas, regulamentando o art. 37, XXI, da CF/88, exigiu, por meio do art. 67, que "A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assistilo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição";

CONSIDERANDO que para melhor gerenciar o envio de informações via sistema APLIC ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, bem como, fomentar ações administrativas eficientes e eficazes das rotinas e controle dos fiscais de contratos para minorar a quantidade de falhas administrativas quanto a execução das atividades inerentes ao Administrador Público;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora de carreira comissionada em função gratificada, por meio da Portaria 053/2017, **FERNANDA ALVES DO NASCIMENTO** (Matricula 355) para coordenar os fiscais de contratados administrativo nomeados pela Prefeitura Municipal de São José do Xingu – MT.

Art. 2º São atribuições da Diretora do Departamento, as seguintes funções:

I - Coordenar todos os fiscais de contratos administrativo nomeado pela Prefeitura Municipal de São José do Xingu – MT, afim de garantir a correção, clareza e a uniformidade dos métodos de fiscalização;

II - Acompanhar, monitorar, orientar e assessorar os fiscais de contratos quanto a elaboração dos relatórios de acompanhamento;

III-Requerer cópia e/ou via firmada de relatórios mensais, registro de ocorrências, bem como relatórios de controle de valor, quantidades e pagamentos dos fiscais de contratos;

IV -Arquivarem local próprio e sistemático, bem como disponibilizar para conferência a qualquer tempo de expediente cópia de todos os relatórios emitidos pelos fiscais de contratos;

V- Informar as autoridades competentes sobre eventuais atrasos na entrega e/ou elaboração e encaminhamento dos relatórios dos fiscais de contratos para as devidas providências cabíveis, de forma que não surta fortuitamente possíveis penalização ao Administrador Público pela inexecução dos ditames legais;

VI – Elaborar plano de trabalho para o exercício, cuja finalidade seja aprimorar os métodos adotados pela Administração quanto a execução de atividades de fiscalização de contrato;

VII–Articular, fomentar e organizar capacitações, treinamentos e outras atividades correlatas para o aperfeiçoamento dos fiscais de contratos;

VIII – Elaborar e entregar relatório mensal detalhado ao Secretário Municipal de Administração sobre as atividades desenvolvidas.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 23 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registra-se publique-se Cumpra-se

PORTARIA Nº. 056/2017

PORTARIA Nº. 056/2017

De 23 de fevereiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A LICENÇA SAÚDE CONCEDIDA PELO INSS (INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL) PARA A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação vigente, bem como o Art. 77 do Estatuto dos Servidores, públicos municipais, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido a LICENÇA SAÚDE para o Servidor SEBASTIÃO PEREIRA MORAIS, lotado na Secretaria Municipal de Educação,readaptado para ocupar o cargo de Técnico Administrativo Educacional, neste município de São Jose do Xingu – MT, conforme a comunicação de decisão do Instituto Nacional do Seguro Social,pelo período de 23 fevereiro de 2017 a 30 de março de 2017.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 23 de fevereiro de 2017

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se

PORTARIA Nº 054/2017

PORTARIA Nº 054/2017

DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica Concedida gratificação de 70% (setenta por cento) ao servidor PABLO IAZALDI NARDON FERREIRA BARROSO, conforme o Art. 18º da Lei Municipal 490/2012, alterada pela Lei Municipal 510/2013, que diz:

§ 2º.O ocupante de cargo de carreira que for nomeado para exercer cargo de provimento em comissão deverá optar pelo vencimento do cargo comissionado ou pelo vencimento de seu cargo efetivo acrescido de gratificação de 70% (setenta por cento) sobre o vencimento do cargo comissionado.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 23 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

PORTARIA Nº. 050/2017

PORTARIA Nº. 050/2017

DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **LUIZ CARLOS NUNES CASTELO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, Art. 11e Anexo III da Lei491/2012 e,

CONSIDERANDO que a servidora **IVANEIDE APARECIDA FONTANELI** tomou posse em seu cargo de Professora em07 de fevereiro de 2014.

CONSIDERANDO o Art. 49 da lei 491/2012 e Anexo III:

Art. 49. O Profissional da Educação Básica terá direito à progressão funcional de um nível para outro, desde que aprovado em processo contínuo e específico de avaliação de desempenho, obrigatoriamente a cada 03 (três) anos.

§1º. O Servidor concorrerá à progressão horizontal quando, atendidos os preceitos previstos no caput deste artigo, obtiver, no mínimo, 70% (setenta por cento) da pontuação máxima definida no processo de avaliação de desempenho e capacitação.

§2º. O tempo em que o Profissional se encontra afastado do exercício do cargo, não será computado para o período de que trata o caput deste artigo.

§3º. Não interromperá a contagem de interstícios aquisitivos o exercício de cargo em comissão ou função de confiança ou permuta, nos âmbitos das Unidades Escolares e de Órgãos das Secretarias de Educação, bem como outros afastamentos previstos em Lei.

Baixa a Seguinte Portaria:

Art. 1° - Fica Concedida a progressão Verticaldo nível “01” para nível “02” a Sr.ª IVANEIDE APARECIDA FONTANELI, Servidora Pública Municipal, exercendo o cargo de Professora.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 23 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

DECIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 137/2013, que faza-Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Empresa: RODRIGUES DOS SANTOS & ABREU SANTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 10.958.496/0001-64, nesta cidade de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, CEP 78.285-000. Tendo por objeto, prorrogação de prazo.

PREVIQUAM
PORTARIA N.º 015/2017 - PREVIQUAM

PORTARIA N.º 015/2017 - PREVIQUAM "Retifico portaria de concessão de beneficio de Pensão por morte em favor da Sra. Odete Costa de Paula do Prado cônjuge do Segurado Sr. Vicente Paulo do Prado".

*O Diretor Executivo do **PREVIQUAM -** Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do **Art. 40, § 7º, inciso "I" da Constituição Federal,** com redação determinada pela **Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de Dezembro de 2013, Art. 231, da Lei Complementar n.º 005/2003, de 19 de Dezembro de 2003,Art. 7, inciso "I" e Art. 29, inciso "I", da Lei 006/2005, de 01 de Junho de 2005.***

Resolve,

Art. 1º Retificar a portaria que concede o benefício de **Pensão por morte com proventos integrais** em favor da **Sra. Odete Costa de Paula do Prado (cônjuge)**, portadora do **RG n.º 2106963-8 SSP/MT**, e do **CPF: nº 007.210.356-63***e do Titulo Eleitoral de* ***n.º*** **017805801856,** pelo falecimento do Servidor **Sr. Vicente Paulo do Prado** portador do **RG nº 422.274-SSP/MT,*CPF nº 785.482.418-53*** e Titulo Eleitoral nº **004393111821**, efetivo no cargo de professor, matrícula n.º 368 classe "C" nível "6", lotado na Secretária Municipal de Assistência Social, com 100% dos proventos de forma integral, conforme o processo nº 045/2016 do **PREVIQUAM**, a partir desta data, até posterior deliberação*.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de Maio de 2016, data do óbito do servidor.*

Registre, publique e cumpra-se.

São José dos Quatro Marcos/MT, 27 de Fevereiro de 2017.

Jairo de Lima Souza HOMOLOGO: Ronaldo Floreano dos Santos

Diretor/Previquam Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2017

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2016

A Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos/MT convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2016, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração, para apresentarem documentos e habilitações exigidas para serem nomeados, para as seguintes funções públicas:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE:

SEDE/ESF JD. POPULAR - MA 14

MARIANA DE SOUZA CRUZ

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE:

SEDE/ESF JD POPULAR - MA 38

MARIA BERNADETE DO PRADO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE:

ZONA RURAL/ESF JD. BELA VISTA - MA 36

CILMARA DOS SANTOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE: SEDE/ESF JD. BELA VISTA - MA 25

JANETE PIRES SANTANA DOS SANTOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE:

SEDE/ESF JD. ZEFERINO I - MA 40

ALANA MARTINS SOTOLANI

O não comparecimento no prazo legal implicará da desistência do classificado convocado, podendo a Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT, convocar o(s) imediatamente posterior (es), obedecendo a ordem de classificação dos candidatos.

São José dos Quatro Marcos/MT, 02 de março de 2017.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do **Processo Seletivo Simplificado 001/2017**, vem através deste convocar os candidatos classificados no referido certame a comparecerem até o dia 08 de Março de 2017, a partir das 08h, na Secretaria Municipal de Educação, para apresentarem documentação exigida para devida contratação – conforme disposto a seguir:

Professor II – Pedagogia

12º - Érison Ricardo Marchi

13º - Ana Paula de Fátima Martins da Silva

14º - Márcia Barbosa Cassia dos Santos

15º - Mariza da Silva Santos

16º - Benedita de Andrade Barboza

17º - Marluci Delforno Leite de Oliveira

18º - Edmar de Oliveira Almeida

19º - Tathiane Gomes Petreli Vidoti

20º - Eliana Aparecida de Oliveira

21º - Onivaldo Luiz Custódio

22º - Zenilda Bonfim Lourenço

23º - Luzemeire Mônica de Araújo Caldeira

24º - Sandra de Fátima Martelo Miler

Professor II – Ciências

2º - João Vidoti Júnior

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do convocado, podendo a Prefeitura de São José dos Quatro Marcos-MT, através

de sua Secretaria Municipal de Educação, convocar imediatamente o(s) posterior(es), obedecendo à ordem de classificação dos candidatos.

São José dos Quatro Marcos-MT, 03 de Março de 2017.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

DECIMO OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 63/2011, que fazaPrefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Empresa: CONSTRUTORA UNIVERSO LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 11.628.192/0001-00, nesta cidade de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, CEP 78.285-000. Tendo por objeto, prorrogação de prazo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP - SISTEMA DE SAÚDE PUBLICA Nº 013/2017 VERSÃO 2

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

ADMINISTRAÇÃO 2017 A 2020

INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP - SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA Nº. 013/2017

Versão: 02

Aprovação em: 24/02/2017

Ato de aprovação: Decreto n.º 136/2017

Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro da Cipa-MT.

I – FINALIDADE

Disciplinar e normatizar os procedimentos e Rotinas a serem observadas pelas Unidades Responsáveis quando do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de São Pedro da Cipa-MT. Dispondo ainda sobre: Dispensação, Solicitação de Material, Recebimento, Armazenamento e Controle de Estoque de Medicamentos.

II – ABRANGÊNCIA

Abrange todas as unidades da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro da Cipa.

III – CONCEITOS

Pelos procedimentos abaixo citados conceituam-se:

CORESS-MT - Consórcio Regional de Saúde da Região Sul de Mato Grosso.

CIAAS - Centro Integrado de Atenção e Atendimento em Saúde.

VISA - Vigilância Sanitária

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

CMVS - Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde

SIVISA - Sistema de Informação de Vigilância em Saúde

USF - Unidade de Saúde da Família

ACS - Agente Comunitária de Saúde

ACD - Auxiliar de Consultório Dentário

COREN - Conselho Regional de Enfermagem

CRM - Conselho Regional de Medicina

CRO - Conselho Regional de Odontologia

THD - Técnico em Higiene Dental

AIH - autorização de internação hospitalar.

TFD - Tratamento fora de domicílio

USG - ultra-sonografia

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

ADMINISTRAÇÃO 2017 A 2020

NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família

IV – BASE LEGAL E REGULAMENTAR

A presente instrução normativa será exercida em obediência ao disposto na Constituição Federal, Lei Municipal nº. 305/2007, de 13/12/2007, Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Federal nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973 e Decreto nº 74.170, de 10 de junho de 1974, Lei Federal nº 9.787 de 10 de fevereiro de 1999, Portaria nº 1.179, da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de 17 de junho de 1996, NOB-SUS/96 – Norma Operacional Básica do SUS de 96, Portaria Nº 648 de 28 de março de 2006, Lei nº. 1.920 de 25 de julho de 1.953, Portaria GM 486, de 31 de março de 2.005, Portaria SAS 55/1999, Resolução RDC nº 153, de 14 de Junho de 2004,

V – RESPONSABILIDADES

1. Da Unidade Responsável pela Instrução Normativa:

1.1 - Promover a troca de informações técnicas com as unidades executoras e com o responsável pelo controle interno para definir rotinas de trabalho;

1.2 - Aprovar a Instrução Normativa após a apreciação da Controladoria Interna Municipal;

1.3 - Manter atualizada, orientar as áreas executoras e supervisionar a aplicação da Instrução Normativa, assim como divulgar e implementar a Instrução Normativa.

2. Das Unidades Executoras:

2.1 - Atender às solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa na fase de estruturação e formatação, bem como fornecer as informações necessárias para a estruturação e elaboração desta;

2.2 - Avisar a unidade responsável pela Instrução Normativa sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando a sua otimização e aprimorando os procedimentos de controle e a eficiência operacional;

2.3 - Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da unidade, para o cumprimento da mesma;

2.4 - Cumprir com rigor as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

3. Da Controladoria Interna Municipal:

3.1 - Prestar o apoio técnico na fase de elaboração das Instruções \Normativas e em suas atualizações, principalmente na avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

3.2 - Promover auditoria interna, para avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a cada sistema administrativo, propondo alterações nas Instruções Normativas para o aprimoramento dos controles ou mesmo a elaboração de novas Instruções Normativas;

3.3 - Organizar e manter atualizado o manual de procedimentos, em meio documental e/ ou em base de dados, de forma que contenha sempre a versão vigente de cada Instrução Normativa.

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

ADMINISTRAÇÃO 2017 A 2020

VI – PROCEDIMENTOS

1 – UNIDADE DE SAUDE DA FAMILIA

1.1 – As unidades de saúde serão responsáveis pelo acolhimento e atendimento ao usuário que necessite de qualquer atendimento relacionado à saúde;

2.0 DO ATENDIMENTO AS UNIDADES DE SAÚDE:

2.1 o paciente deve comparecer a unidade de saúde a qual pertence com o cartão da família e cartão SUS, para consulta medica ou demais atendimentos relacionados a saúde;

2.2 O atendimento é por ordem de chegada respeitando as prioridades conforme Lei 10048 de 08 de novembro de 2000 que define o atendimento prioritário.

2.3 O paciente que não conseguir vaga para consulta no dia, será avaliado pela equipe de enfermagem e julgado conforme necessário.

2.4 Somente pacientes que moram na Zona Rural ou que necessitem de atendimento prioritário ou de acompanhamento serão agendados para consulta medica os demais as fichas são entregues no dia.

3.0 DO ATENDIMENTO AS ESPECIALIDADES

3.1 Todos pacientes que necessite de atendimento de especialidade deve primeiramente consultar com medico da unidade de saúde para que o mesmo faça o encaminhamento conforme necessário para o especialista;

3.2 O paciente quando possuir o encaminhamento deve obrigatoriamente comparecer a recepção das unidades de saúde junto com os documentos pessoais para que o mesmo seja preenchido e encaminhado a central de regulação para agendamento;

3.3 O agendamentos das especialidades é conforme a demanda que estiver na central de regulação

3.4 Somente serão passados na frente o encaminhamento que estiver com urgência pelo medico solicitante;

3.5 Encaminhamentos como Ressonância Magnética e tomografias só podem ser solicitados por médicos especialistas.

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

ADMINISTRAÇÃO 2017 A 2020

2 – DOS MEDICAMENTOS

A Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro da Cipa será responsável pela Dispensação, Solicitação de Material, Recebimento, Armazenamento e Controle de Estoque de Medicamentos mencionados neste instrumento.

2.1 - Orientações gerais sobre a dispensação

a) Todo o medicamento só poderá ser fornecido mediante apresentação de receita de profissional habilitado.

b) A receita deverá ser emitida em português compreensível e por extenso, em letra legível, em duas vias, observada a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais, em consonância com o art. 35, da Lei nº. 5.991/73, além de conter:

I - nome do paciente;

II - nome do medicamento;

III - posologia e quantidade a ser dispensada;

IV - nome do médico ou odontólogo, enfermeiro, com o respectivo;

V - número de registro no CRM-MT, CRO-MT ou COREM-MT;

VI - data e assinatura.

c) Os receituários deverão conter, em forma de carimbo, o nome da Unidade, Centro de Saúde ou Equipe de PSF. Para isso, o receituário pode ser carimbado previamente por algum funcionário da Unidade antes de ser preenchido pelo prescritor, podendo ser também o carimbo do próprio prescritor. Nas receitas oriundas de hospitais deverá constar identificação impressa do mesmo.

d) A nomenclatura utilizada é obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI), de acordo com a Lei 9.787 de 10 de fevereiro de 1999.

e) As farmácias e serviços de saúde gerenciados pela Secretaria Municipal de Saúde atenderão somente receitas oriundas dos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde e da Rede Municipal.

f) É permitido o recebimento e dispensação de amostra-gratis de medicamentos, bem como, devolução/doação por usuários, com essa doação podemos ajudar outros pacientes que não tenham condições de comprar medicamentos caso tenha a amostra grátis, e alem de termos a coleta especifica para os medicamentos vencidos sendo os mesmos destinados ao local correto.

g) O atendimento para gestantes, puerperas, deficientes físicos e idosos acima de 60 anos terão prioridade no atendimento da farmácia.

2.2 – Fluxo para a dispensação

a) Ler atentamente a receita, verificar se o medicamento prescrito já não foi fornecido, orientar o paciente quanto ao uso. Se houver necessidade de fracionamento, efetuar de maneira a conservar a identificação do medicamento. Não aceitar prescrições com rasuras.

b) Cada medicamento da receita (1ª e 2ª vias) deve receber o carimbo de fornecimento com anotação da quantidade fornecida, data e rubrica do funcionário. A 1ª via para evitar duplicidade de entrega e a 2ª para fins de supervisão/auditoria.

c) No caso de medicamentos que necessite controle especial, tais como antibióticos, barbitúricos é necessário a receita com duas vias, sendo a primeira retida na farmácia e a segunda entregue ao paciente, os ansiolíticos prescritos na receita B que são somente uma via a farmácia retém a mesma.

d) Os medicamentos devem ser dispensados ao próprio usuário ou pessoa devidamente identificada. Ambos devem apresentar documento de identidade. Cada pessoa terá direito a retirar medicamentos

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

ADMINISTRAÇÃO 2017 A 2020

para, no máximo, três diferentes usuários, revendo-se esta norma nos casos extraordinários. Os boletins de ocorrência de furto/extravio de documentos têm validade de sete dias. Após este período não poderão ser aceitos para dispensação de medicamentos. Somente serão aceitos documentos com foto.

e) A idade mínima para retirada de medicamentos básicos é de 16 anos e para medicamentos controlados 18 anos. Terão exceção para a retirada de anticoncepcionais as mães menores de 16 anos.

f) Os medicamentos somente poderão ser fornecidos para um mês.

g) As receitas perderão sua validade em trinta dias, devendo ser renovadas pelo prescritor, com exceção dos antibióticos que terão prazo de dez dias. Para os anticoncepcionais a receita terá validade de acordo com o especificado ou conforme número de cartelas prescrito, com tratamento para até um ano. O cartão da mulher será aceito para o fornecimento de anticoncepcionais somente mediante apresentação da receita médica.

h) As prescrições médicas elaboradas para um período de tratamento superior a 30 dias – doenças crônico-degenerativas e anticoncepcionais orais – deverão apresentar, de maneira explícita e pelo médico, a identificação do referido período de tratamento (até o limite de seis meses) por meio da posologia e quantidade total de unidades farmacêuticas a serem

utilizadas e/ou por meio da descrição do tempo. A dispensação deverá ser de forma gradual, para cada trinta dias de tratamento, obedecendo-se a posologia especificada pelo prescritor. Caso não conste descrição do período, ou somente esteja especificado uso contínuo, os medicamentos serão dispensados para o prazo máximo de trinta dias de tratamento.

i) Em relação aos medicamentos controlados, somente poderão ser fornecidos na quantidade de 30 dias de tratamento, tendo também a receita os mesmos trinta dias de validade, a contar da data da emissão, respeitando-se sua área distrital.

j) As receitas de pacientes hospitalizados ou albergados em clínicas particulares, entidades filantrópicas e outras instituições, só terão validade se a instituição for cadastrada através de processo administrativo aberto junto ao protocolo central da Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT.

k) O acesso às dependências da Farmácia e respectiva sala de estocagem é restrito aos funcionários do setor. Demais servidores somente podem ter acesso quando acompanhados por funcionário da unidade. A sala de dispensação e de estocagem devem ficar chaveadas. A posse das chaves é de exclusiva responsabilidade do Farmacêutico e Coordenador da Unidade e/ou funcionário designado e não deve ficar acessível a funcionários estranhos ao serviço.

l) Deverão estar disponíveis no local de atendimento (para encaminhamento – acolhimento) as listas de medicamentos fornecidos por outros serviços: medicamentos excepcionais/especiais, medicamentos para DST/AIDS, medicamentos para tuberculose, antitabagismo.

m) Os cadastros de pacientes só terão validade dentro da própria unidade de referência do paciente.

n) O fornecimento de inalatorios será feito pela unidade referenciada, e a insulina será entregue ao paciente na farmácia central desde que o mesmo possua receita das doses diárias administradas e traga para retirada um recipiente com gelo para que leve ate sua casa.

p) As prescrições de analgésicos, antipiréticos e antiinflamatórios serão atendidas em,no Maximo, um frasco ou 30 comprimidos. “Quando houver o termo “se necessário”, se febre”, serão dispensados um frasco ou vinte comprimidos. Para qualquer quantidade maior que estas, a prescrição devera vir acompanhada de justificativa do medico solicitante.

.

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

ADMINISTRAÇÃO 2017 A 2020

2.3 - Orientações específicas para dispensação

a) Conferir no mínimo duas vezes o medicamento a ser fornecido: ao retirar o medicamento da prateleira e ao entregá-lo ao usuário. Orientar e solicitar que o usuário também confira o(s) medicamento(s) ao recebê-lo(s) e antes de utilizá-lo(s).

b) Antes de dispensar o medicamento realizar exame físico da embalagem e conteúdo para verificar se existem alterações visíveis.

c) Orientar o paciente quanto ao uso do medicamento, reforçando a importância da obediência dos horários.

d) Fornecer a bula que acompanha os medicamentos.

e) De acordo com a Resolução RDC nº. 135, de 29 de maio de 2003, da ANVISA, será permitido ao farmacêutico, EXCLUSIVAMENTE, a substituição do medicamento de referência prescrito pelo genérico (DCB) correspondente e, neste caso, deve o mesmo apor seu carimbo – onde constará seu nome e inscrição no CRF-MT – datar e assinar.

f) O ajuste de doses só poderá ser feito em Unidades Locais de Saúde onde há profissional farmacêutico.

g) É obrigatório, no ato da entrega do medicamento:

I - Anotar a quantidade de medicamento fornecida;

II - Datar e carimbar (FORNECIDO ou EM FALTA) nas 02 (duas) vias do receituário;

III - Arquivar a 2º (segunda) via pelo prazo de 90 (noventa) dias.

2.4 – Orientação ao usuário

a) O responsável deverá apresentar o medicamento ao paciente, retendo a 2ª (segunda) via da receita, que deverá ficar na unidade por 90 (noventa) dias para posterior supervisão, e deverá explicar a receita médica ao paciente, observando:

I - o nome do medicamento,

II - a dosagem;

III - apresentação;

IV - posologia;

V - duração do tratamento;

VI - data da prescrição;

VII - ainda, se o paciente entendeu a orientação sobre o uso.

VIII - e, em caso de medicamentos líquidos, administrados por via oral, deve o responsável explicar como usar os instrumentos de medidas.

2.5 – Dos medicamentos de uso contínuo.

a) São medicamentos de uso contínuo:

I - os anti-hipertensivos;

II - os diuréticos;

III - os cardiovasculares;

IV - os hipoglicemiantes;

V - e os hormônioterápicos.

b) As prescrições de medicamentos de uso contínuo têm validade de 03 (três) meses e, após este período, o paciente deverá consultar o médico para reavaliação médica.

c) No ato de entrega do medicamento, a receita deverá ser carimbada no verso das suas duas vias, onde constará a quantidade fornecida, a data, e deverá ser retida a 2ª (segunda) via.

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

ADMINISTRAÇÃO 2017 A 2020

d) No mês seguinte, como o paciente terá apenas a 1ª (uma) via da receita, deve o fornecimento ser anotado no seu verso e no Relatório Ambulatorial de Atendimento Individual, com a observação do abaixo indicado:

I – a devolução da receita ao paciente;

II – a dispensação a quantidade suficiente para um mês de tratamento.

2.6 - Solicitação de reposição

a) O pedido deve ser realizado no formulário – Solicitação de Material/Medicamento, mensalmente, até o dia 14 de cada mês sem exceção.

b) Obrigatoriamente deve ser contada a quantidade total de medicamentos existente na farmácia e no almoxarifado antes de se efetuar o pedido de reposição, informando a data da contagem.

c) Respeitar sempre o limite máximo a ser pedido, de acordo com o consumo médio mensal, informado a Coordenação.

d) O pedido deve conter o nome legível e o nº. da matrícula da pessoa que o fez, devendo vir assinado também pela chefia da Unidade de Saúde quando não houver Farmacêutico na Unidade de Saúde.

e) Os pedidos extras devem ser feitos no formulário de Pedido de Material, devendo seguir o mesmo trâmite normal. Só será autorizado o fornecimento em caso de extrema urgência.

2.7 - Recebimento e armazenamento do medicamento

a) Verificar se acompanha a entrega dos medicamentos o formulário Solicitação de Material/Medicamento ou Pedido de Material preenchido pela Unidade de Saúde na ocasião do pedido.

b) Conferir a quantidade recebida de volumes, registrada na solicitação, no momento da entrega. O conteúdo interno deve ser conferido, no máximo, em até 72 (setenta e duas) horas após o recebimento.

c) Informar qualquer divergência através de memorando dentro de 72 (setenta e duas) horas úteis após o recebimento.

d) Inspecionar o produto quanto a sua embalagem (presença de umidade, condições do rótulo, condições de fechamento da embalagem e condições da caixa).

e) Inspecionar o produto quanto à qualidade macroscópica – sinais físicos (odor, presença de precipitados, separação de fases, homogeneidade da coloração e presença de sujidades).

f) Observar o prazo de validade do medicamento.

g) Os medicamentos deverão ser organizados em ordem alfabética por nome genérico (DCB), lote e validade.

h) O medicamento com prazo de validade mais próximo deve estar à frente do medicamento com vencimento posterior.

i) Indicar com cartazes o lote que deve ser utilizado primeiramente.

j) Conservar os medicamentos ao abrigo da luz direta.

k) Manter distância entre os produtos para facilitar a circulação de ar interna.

l) Observar a empilhamento máximo recomendado pelo fabricante.

m) Não colocar medicamentos em contato direto com o chão, encostado às paredes ou muito próximo do teto.

n) Estocar os medicamentos em local específico e destinado somente para este fim.

o) Controlar a temperatura de armazenamento de medicamentos que devem ser mantidos sob refrigeração. O refrigerador deve ser utilizado exclusivamente para armazenar medicamentos. A temperatura deve ser registrada diariamente em planilha específica.

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

ADMINISTRAÇÃO 2017 A 2020

2.8 - Controle de Estoque

a) Utilizar a ficha de Controle de estoque de Medicamentos, devendo ser garantida a rastreabilidade dos medicamentos dispensados.

b) A cada entrada no estoque de medicamentos lançar na ficha e/ou sistema informatizado (anotar as quantidades recebidas, nº. lote e fabricante). Registrar também todas as saídas.

c) Inventário(s): contar o estoque, no mínimo, a cada vez que é elaborado o pedido de medicamentos ao almoxarifado e anotar a data e o saldo.

d) As receitas retidas dos medicamentos dispensados por receita, o formulário para dispensação dos sem retorno de receita, Pedido de Material, os memorandos de estorno, o cadastro de anticoncepcionais e os formulários informando e/ou devolvendo os medicamentos vencidos ou com irregularidades comprovadas são documentos comprobatórios para saída de estoque e devem ficar arquivados na Unidade, por ordem cronológica e por tipo de documento, por um período de cinco anos. Após este período as receitas deverão ser fragmentadas e recicladas.

e) Deve ser enviado mensalmente ao Controle Interno um relatório quantitativo de número de receitas e atendimentos nas farmácias das unidades. As mesmas poderão ser avaliadas por auditoria a qualquer momento.

2.9 - Medicamentos com vencimento próximo e/ou vencido

a) Devem ser obedecidos os seguintes procedimentos no caso de medicamentos por vencer:

I - Todo o medicamento que por ventura estiver com a data de validade próxima ao vencimento, e se dentro desse período não for utilizado pela Unidade de Saúde, deverá ser devolvido ao Almoxarifado com um prazo mínimo de quatro meses antes do vencimento. Medicamentos que estiverem com estoque para mais de dois meses, na unidade, também devem ser devolvidos.

II - Acompanha a devolução, o Formulário de Devolução de Medicamentos contendo o nome da Unidade de Saúde, nome genérico e comercial do medicamento, código, unidade, quantidade, lote, data de validade e assinatura da chefia da Unidade de Saúde, bem como do Farmacêutico e/ou Funcionário designado. Neste formulário deve ser justificado o motivo da devolução.

b) Quanto a medicamentos vencidos, as Unidades de Saúde devem seguir o seguinte trâmite:

I - Não receber devolução de medicamentos vencidos que não constem na licitação e que também não tenham sido dispensados pela Unidade de Saúde.

II - Constatando-se a existência de medicamentos vencidos separar dos demais imediatamente.

III - Sinalizar com cartazes com os dizeres MEDICAMENTO VENCIDO, segregando em área específica.

IV - Preencher o Formulário para Devolução de Medicamento.

V - Encaminhamento para a Central de Abastecimento de Medicamentos posterior descarte no aterro sanitário.

VI - Dar baixa nas fichas de controle de estoque dos medicamentos com prazo de validade expirados.

VII - A Coordenação da Unidade de Saúde deve elaborar mensalmente relatório das Farmácias e Dispensários que tiveram medicamento vencido em seu poder, informando o valor do desperdício em moeda corrente.

c) Toda unidade deverá programar uma agenda anual de balanço geral de Estoque, realizando ao menos 01 (um) balanço a cada 90 (noventa) dias;

d) Todas as Unidades Locais de Saúde serão fiscalizadas a partir da publicação desta Instrução Normativa, considerando um sorteio aleatório.

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

ADMINISTRAÇÃO 2017 A 2020

3 – DA COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3.1 – Parâmetros e Critérios para Liberação da Licença Sanitária para Estabelecimentos de Saúde e de Interesse da Saúde

A Programação das ações da VISA municipal está relacionada, principalmente, com a necessidade dos estabelecimentos de interesse da saúde, sejam públicos ou privados, obterem a Licença Sanitária. A Liberação da Licença Sanitária está vinculada à:

a) Cadastramento dos estabelecimentos;

b) Utilização do Código Sanitário Municipal e a Legislação pertinente;

c) Conhecimento Técnico das bases legais que amparam a ação da VISA municipal;

d) Realização de Inspeção Sanitária nos estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde. Esta atividade inclui elaboração/preenchimento de:

? Roteiro de inspeção sanitária;

? Auto/termo;

? Relatório técnico conclusivo;

? Coleta de amostra para análise laboratorial (quando for o caso);

? Orientações/educação sanitária;

? Fotografias das inspeções realizadas

e) Disponibilização das informações relativas a execução e desenvolvimento das atividades da VISA (salvo em casos de sigilo de informações);

f) Participação dos profissionais da VISA em eventos que permitam a atualização técnica nas áreas da VISA;

g) Planejamento, acompanhamento, avaliação do plano municipal da VISA.

h) É de responsabilidade da secretaria de saúde assegurar a manuntencao dos equipamentos de trabalho da vigilância sanitária

3.2 – Da Assessoria Jurídica

A Secretaria Municipal de Saúde adotará meios para que a Assessoria Jurídica do Município:

I – Assessore os trabalhos desenvolvidos;

II – Proceda à regular notificação dos devedores inscritos em dívida ativa;

III – Execute judicialmente os devedores inscritos em dívida ativa;

IV – Desempenhe outras atividades correlatas.

4 – DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA

4.1 - O serviço da Unidade de Saúde da Família tem por finalidade:

I - Assistir o paciente integralmente, visando o ser de forma BIO-PSICO-SOCIO-CULTURAL-ESPIRITUAL, a fim de promover, prevenir, tratar e reabilitar;

II - Prestar a assistência ambulatorial e domiciliar às famílias cadastradas na área de abrangência da Unidade de Saúde;

III - Desenvolvendo atividades educativas abrangendo comunidades e grupos prioritários;

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

ADMINISTRAÇÃO 2017 A 2020

IV - Realizar busca ativa e acompanhamento de grupos prioritários (doença crônica degenerativa, gestantes, puericultura, idosos, planejamento familiar);

V - Estabelecer parcerias com o Escritório Regional de saúde nos seletivos para agentes comunitários de saúde;

VI - Desenvolver e colaborar com a pesquisa em saúde conforme a realidade local, para favorecer o planejamento das atividades da saúde.

4.2 - As Rotinas de trabalho das USF são as seguintes:

I - Visita domiciliar;

II - Consulta médica por livre demanda;

III - Consulta de enfermagem por livre demanda;

IV - Encaminhamento ao especialista;

V - Encaminhamento para realização de exames;

VI - Agendamento de consulta odontológica;

VII - Consulta odontológica por livre demanda e agendamento;

VIII - Coleta de Colpocitologia Oncótica;

IX - Exame de Mamas;

X -Entrega de Resultado de Exame de Colpocitologia Oncótica;

XI - Vacinação;

XII - Atendimento ao usuário que necessita de curativo;

XIII - Administração de Medicamentos;

XIV - Entrega de Medicamentos;

XV-Teste do pezinho

XVI- Inalação e Nebulização

5 – DA CENTRAL DE REGULAÇÃO MUNICIPAL

5.1 - Funcionamento e Responsabilidades da Central de Regulação Municipal

I - A Central de Regulação receberá as solicitações das Unidades de Saúde. Essas solicitações serão avaliadas para a definição das prioridades e a devida autorização de acordo com a solicitação medica;

II - Cabe a Central de Regulação agendar as solicitações de exames e consultas de acordo com as prioridades indicadas nos pedidos e disponibilidade de vagas da Central de Regulação Regional;

III - Depois de agendados os exames e consultas, as autorizações serão encaminhadas às unidades de saúde e disponibilizada a vaga do usuário no veículo;

IV - A Central de Regulação deverá garantir que todos os procedimentos atendam aos protocolos clínicos;

V - Alguns exames e consultas são realizados no próprio município.

O Tratamento Fora de Domicílio – TFD, constitui-se um recurso oferecido pelo Sistema Único de Saúde – SUS, para garantir a todos os cidadãos o acesso universal aos serviços de saúde. Estes benefícios serão concedidos quando esgotados todos os meios de tratamento de rede pública e ou conveniada do SUS na localidade de moradia do usuário.

O Setor de TFD encaminha usuários à Cuiabá e fora do estado para realizarem procedimentos de média e alta complexidade referentes à: consultas especializadas, cirurgias, tratamento oncológico, solicitação de medicamentos de alto custo. Os usuários têm por direito transporte de ida e volta casa de apoio e ajuda de custo para os pacientes que realizam tratamento fora do Estado.

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

ADMINISTRAÇÃO 2017 A 2020

Os procedimentos de radioterapia, e as especialidades de oncopediatria e hematologia continuarão sendo encaminhados para Cuiabá.

Os agendamentos serão realizados pelas centrais municipais através do telefone, conforme encaminhamento do médico especialista.

Nos casos de Oncologia de urgência o clínico municipal avaliará, se haverá necessidades de internação, entrará em contato com o CERSUS através do 0800 e após obtida a vaga, encaminhará o paciente para NUTEC na Santa Casa de Misericórdia.

6 – DA COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT

6.1 - A Secretaria Municipal de Saúde/Vigilância Ambiental realiza procedimentos operacionais de escritório e campo, bem como:

I - Inspeção e orientação nos imóveis rural e urbano;

II - Bloqueio em ponto Estratégicos (borracharia, oficina, ferro velho, deposito de materiais reciclável etc.) e casos positivo de dengue;

III - Monitoramento entomológico para captura de flebotomos (mosquito que transmite a leishmaniose);

IV - Vacinação anti-rábica zona rural e urbana;

VI - Boletim informativo da qualidade do Ar;

VII - Coleta de água para exame físico químico e microbiológico

VIII - Vigilância da qualidade do solo;

IX - Manter Registro de Imóveis atualizado;

XI- Outras doenças epidemiológicas ou zoonoses de competência da Vigilância Ambiental em Saúde;

XII - Educação em Saúde na Escola, PSFs, e comunidade;

XIII- Para realizar os trabalhos de campo é necessário estar uniformizado;

6.2 - Orientação geral:

I - A equipe da vigilância ambiental em Saúde é composta por coordenador, supervisores e Agente de combate as endemias.

II - A coordenação avalia e monitora as ações e metas a serem cumpridas pelo setor da Vigilância Ambiental em Saúde.

III - A supervisão da Vigilância Ambiental em Saúde avalia os trabalhos realizados no campo pelos Agentes de Combates as Endemias. As avaliações são realizadas de forma (direta e indireta) direta - durante a supervisão direta são acompanhadas as atividades desenvolvidas pelos Agentes observando e corrigindo possíveis falhas. Indireta - reinspecionar as casas já visitada pelos Agentes naquele dia ou dia anterior, a finalidade é verificar a qualidade do trabalho prestada pelo agente.

IV - Todos os integrantes da Equipe de Vigilância Ambiental em Saúde deverão estar uniformizados, usando EPI adequado para realizar os procedimentos operacionais de campo.

V - Uma vez por ano será realizada a campanha de vacinação anti-rábica na zona rural e urbana, para esta ação o município recebe verba do ministério da Saúde.

VI – Deverá ser feito relatórios das inspeções no combate a dengue realizada no campo, e serem entregues a coordenação e supervisão, no final de cada semana epidemiológica, para avaliação da produtividade e qualidade do serviço realizado pelo Agente de Combate as Endemias, e posteriormente alimentado o sistema de informação (SISFAD). As outras ações são consolidadas e enviadas ao Escritório Regional de Saúde de Rondonópolis-MT, conforme calendário de envios dos relatórios.

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

ADMINISTRAÇÃO 2017 A 2020

VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As unidades que infringirem esta Instrução Normativa estarão passíveis de advertência verbal, por escrito e, em caso de reincidência, de abertura de sindicância e possível instauração de processo administrativo disciplinar.

Integram esta Instrução Normativa:

Esta Instrução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Pedro da Cipa,24 de Agosto de 2017

FABRÍCIA AZEVEDO DONIZETH ALEXANDRE RUSSI

Controladora Interna Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2016

A **Prefeitura Municipal de Sinop/MT**, em cumprimento aos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores, torna público o resultado da **Tomada de Preços nº 006/2016**, referente à **Contratação de empresa especializada para ampliação e reforma dos cras: menino jesus, palmeiras, jardim paulista e boa esperança na cidade de sinop/mt**, no qual as ofertas mais vantajosas foram apresentadas da seguinte forma:

LOTE – 01–CRAS – Menino Jesus.	AMPLIAÇÃO E REFORMA	CONSTRUTORA E-CIVIL LTDA (CNPJ/MF 14.380.718/0001-65)	R$ 67. 374,40
LOTE – 02– CRAS – Palmeiras.	AMPLIAÇÃO	ACTO ARQUITETURA CONSTRUÇÃO E URBANISMO LTDA (CNPJ/MF 11.341.662/0001-41)	R$ 42. 653,49
LOTE – 03– CRAS – Paulista – I.	AMPLIAÇÃO	CONSTRUTORA E-CIVIL LTDA (CNPJ/MF 14.380.718/0001-65)	R$ 73. 075,38
LOTE – 04– CRAS – Boa Esperança.	AMPLIAÇÃO E REFORMA	ACTO ARQUITETURA CONSTRUÇÃO E URBANISMO LTDA (CNPJ/MF 11.341.662/0001-41)	R$ 43. 581,58

Sendo o processo h**omologado em 02 de março de 2017. Sinop, dia 03 de Março de 2017.**

José Carlos Pessoa

Presidente da C.P.L.

Portaria nº 378/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 378/2017

DATA: 22 de fevereiro de 2017

SÚMULA: Nomeia a Comissão Permanente de Licitação.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Permanente de Licitação, conforme segue:

I – José Carlos Pessoa – Presidente;

II – Edna Maciel Escobar – Secretária;

III – Marcello Pavan – Membro;

IV – Vanusa Aparecida Serpa – 1º Suplente;

V – Thiago Henrique de Oliveira – 2º Suplente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 296/2017, de 20 de fevereiro de 2017.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL,

SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 22 de fevereiro de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017

A **Prefeitura de Sinop-MT,** faz saber aos interessados que fará realizar no dia **05 de abril de 2017** às 08:00 (oito) horas, na sede da Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas 1.491, licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017, do tipo menor preço global, destinada a **Contratação de empresa especializada para execução das obras de pavimentação asfáltica, drenagem de águas pluviais, sinalização viária e passeio público com acessibilidade no Bairro Jardim São Paulo, na cidade Sinop/MT;** atendendo Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, situado a Rua das Avencas 1491 – Centro, de segunda à sexta-feira, das 7h00min às 13h00min e no site **www.sinop.mt.gov.br/Transparencia/Licitacao/** e **www.prefeituravirtual.com.br**, informações poderão ser obtidas através dos telefones: (66) 3517-5298 – 3520-7272. A visita técnica poderá ser realizada até o último dia que antecede a abertura do certame, devendo ser marcada com antecedência na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, situada na Rua Colonizador Ênio Pipino, 2.333, Setor Industrial Sul, por intermédio do fone (66) 3511- 6900, das 7h00min às 13h00min. Sinop-MT, 03 de março de 2017.

JOSÉ CARLOS PESSOA

Presidente da C.P.L.

Portaria nº 378/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 SRP 03/2017

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 02/2017 **SRP 03/2017.** TIPO: Menor Preço por item. OBJETO: **Aquisição de Gás Oxigênio e Acetileno para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços urbanos**. ABERTURA DA SESSÃO: 18/03/2017 às 09h00min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/3520-7272/3520-7523. **Sinop/MT, 03 de março de 2017.**

VANUSA APARECIDA SERPA

Pregoeira - Portaria nº 168/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 110/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - RETORNAR DO AUXÍLIO DOENÇA a partir do dia 13/02/2017, o Senhor **JOAO BERTOLO**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 801, admitido em 14/06/2006,nocargo de **Agente da Administração Pública II - Motorista**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura – MT, de acordo com o Art. 76 da Lei Municipal nº. 218/99 e da Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 13/02/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 21 de Fevereiro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT - EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 00030000064/2016/SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 00030000064/2016/SAMAE (7º/2017)

TIPO	TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO N.° 64/2016/SAMAE – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2016/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.**
CONTRATADA	**PERSAN – PERFURAÇÃO, SONDAGENS E SANEAMENTO EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ: 17.004.147/0001-52, localizada na Av. Generoso Malheiros, nº 748, Sl. 02, Bairro Cidade Alta, Município de Cuiabá-MT, Representada pela Administradora **Sra. MARISE FADIA VITORIANO RIBEIRO**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente Termo Aditivo tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PERFURAÇÃO DE TRÊS POÇOS ARTESIANOS EM LOCAIS ESTRATÉGICOS PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA TRATADA, COM PRAZO DE EXECUÇÃO DE 15 DIAS.** Com supedâneo nos artigos 57, da Lei 8.666/93, para prorrogação contratual.
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 25 de fevereiro de 2017, com prazo até 25 de abril de 2017.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 020/2017 - P S 004/2016 - CONVOCAÇÃO PARA LABORAR NA SEMEC

EDITAL COMPLEMENTAR 020/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Prof. Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no **Processo Seletivo nº 004/2016,** destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I – Dia 06/03/2017 às 14h00min para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

Cargo.:578 -AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA							
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Prova Objetiva**	**Prova Titulos**	**TOTAL**	**Resultado**
53	4506	NIULA CASSIA SALES CARMEZINI	01/02/1999	52	3,00	55,00	CLASSIFICADO
54	1645	GISLAINE FRANCISCO DOS SANTOS	19/08/1992	52	2,50	54,50	CLASSIFICADO
55	1006	CLAUDIMARA DOS SANTOS SOUZA	26/11/1992	48	6,50	54,50	CLASSIFICADO
56	2238	YARA MARIA MARTINY	20/01/1963	48	6,00	54,00	CLASSIFICADO
57	2710	DANIELA PIMENTEL MAYER	12/08/1987	52	2,00	54,00	CLASSIFICADO

CARGO.:790 -AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC							
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Prova Objetiva**	**Prova Titulos**	**TOTAL**	**Resultado**
10	1355	ADRIANA SOAERS DOS SANTOS	10/03/1989	68	2,50	70,50	CLASSIFICADO
11	1716	ANDRESSA RAFAELA CARDOSO DE LIMA	02/11/1989	64	5,75	69,75	CLASSIFICADO
12	1510	ADELIA DA SILVA FREITAS	05/10/1972	60	9,00	69,00	CLASSIFICADO

Cargo.:659 -PROFESSOR MATEMÁTICA – ZONA URBANA E RURAL							
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Prova Objetiva**	**Prova Titulos**	**TOTAL**	**Resultado**
11	508	WIVIAN SENA MORAES	01/01/1982	56	10,75	66,75	CLASSIFICADO

Cargo.:932 -PROFESSOR DA SALA MULTIFUNCIONAL/ED. ESPECIAL							
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Prova Objetiva**	**Prova Titulos**	**TOTAL**	**Resultado**
5	4004	CACILENE ALMEIDA SILVA	02/02/1975	48	16,50	64,50	CLASSIFICADO

Cargo.:676 -PROFESSOR ED. INFANTIL/EJA 1° SEGMENTO/ANOS INICIAIS-ZONA RURAL							
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Prova Objetiva**	**Prova Titulos**	**TOTAL**	**Resultado**
17	3927	ELVIRA ADELIA GOMES GONÇALVES SILVEIRA	24/10/1981	60	14,00	74,00	CLASSIFICADO

Cargo.:789 -AGENTE ADMINISTRATIVO SEMEC							
Qtd.	**Insc. Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**Prova Objetiva**	**Prova Titulos**	**TOTAL**	**Resultado**
1	653	CAMILLE CRISTINA VIEIRA	18/10/1993	76	8,50	84,50	CLASSIFICADO

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias **07/03/2017 e 08/03/2017 das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00** munidos com **cópia e original**:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

b.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

e) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

f) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

g) Carteira de registro profissional e certidão negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

h) Comprovante de residência;

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

j) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangarada-serra.mt.gov.br**;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos, do pai, mãe e cônjuge;

o) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

p) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

q) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2016);

r) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de débitos municipais (Setor de Tributação);

s) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

t) Para os cargos de motorista zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar, conforme descrito no item 2.1.2;

u) Carteira Nacional de Habilitação – CNH categoria D, para o cargo de motorista indígena.

2. O prazo de apresentação para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho segue no item I, deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 04 de março de 2017.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Prof. Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Aguinaldo Garrido

Secretário Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.294/2017

SÚMULA*: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL a realizar pagamento de débito relativo à restituição de débitos ao MMA – Mistério do Meio Ambiente e dá outras providências."*

O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar pagamento de débito junto ao Ministério do Meio Ambiente, referente à restituição de débitos junto ao Ministério do Meio Ambiente, referentes ao convênio nº 30/2007, no importe de R$22.678,88 (vinte e dois mil, seiscentos e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos), atualizados até fevereiro/2017, acrescido do valor correspondente aos encargos do período do parcelamento.

§1º - O prazo do parcelamento mencionado no "caput" será de 04 (Quatro) parcelas de desembolsos mensais, no valor de R$5.669,72 (cinco mil, seiscentos e sessenta e nove reais e setenta e dois centavos), sendo a primeira parcela paga no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da vigência da presente lei.

Art. 2º - As despesas para pagamento da dívida mencionada no art. 1.º, desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral, com a seguinte dotação orçamentária: 06.007.20.608.0008.2100.339093.00.00, Manutenção e Encargos da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte – MT, em 02 de Março de 2017.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONVÊNIO Nº 02/2017

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, E O 1º PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE.

Pelo presente Termo de Convênio **O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE,** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Clóves Felício Vettorato,101, Centro, CEP 78505-000, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.978.212/0001-00, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **Sr. VALTER KUHN**, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO,** e o **1º PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 24.672.842/0001-58, situada na Travessa Ulisses Guimarães, nº 71, Centro do Município e Comarca de Terra Nova do Norte-MT, neste ato representado pelo 2º Tenente Sr. Vagner Coletti Duarte, inscrito no CPF sob o N.º099.347.637-61, domiciliado nesta Comarca, neste ato chamado simplesmente de **CONVENIADO,** resolvem desenvolver Termo de Convênio a fim de**REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS AO CONVENIADO**, objetivando prestar auxilio financeiro à Polícia Militar estabelecida em Terra Nova do Norte/MT, custeando suas despesas com gêneros alimentícios, de limpeza e de material de expediente, combustível e serviços,e observadas às cláusulas e condições seguintes, conforme autoriza a Lei Municipal nº1.292/2017:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Repassar valores ao Conveniado para custear as despesas com gêneros alimentícios, de limpeza, combustível, material de expediente e serviços, que forem necessárias para a manutenção do **DESTACAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

O valor do presente Termo de Convênio é de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

§ 1º – Para a consecução do objeto deste Termo de Convênio, a PREFEITURA transferirá os recursos obedecendo ao seguinte Cronograma de Desembolso:

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS	META	VALOR
Março	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 1.500,00
Abril	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 1.500,00
Maio	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 1.500,00
Junho	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 1.500,00
Julho	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 1.500,00
Agosto	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 1.500,00
Setembro	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 1.500,00
Outubro	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 1.500,00
Novembro	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 1.500,00
Dezembro	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 1.500,00

§ 2º - A liberação dos valores referidos no presente artigo será feita na ordem de 10 (dez) parcelas iguais no valor de R$ 1.500,00 (um mil, e quinhentos reais) pagas até o último dia útil de cada mês, encerrando-se no dia 31 de dezembro de 2017, para apoio e custeio das despesas destinadas ao pagamento da manutenção e complementar despesas com gêneros alimentícios, de limpeza e de material de expediente, combustível e serviços.

§ 3º - Os recursos serão liberados pelo Município até o último dia útil de cada mês, para o **"1º PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR DE TERRA NOVA DO NORTE-MT"**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – As despesas decorrentes deste ato, correrá à conta do orçamento vigente programado para o corrente exercício, em Dotação Orçamentária própria, de acordo com a autorização legislativa contida na Lei Municipal nº 1.274/2016 (LOA), cuja previsão é a seguinte: 03.001.04.122.0004.2090 Convênios e Parcerias com Instituições – Cód. Reduzido: 0076.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA – A vigência deste Termo de Convênio será a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS SALDOS – O valor fornecido pelo Município em favor da conveniado decorrente do presente Termo, será destinado exclusivamente para atender objeto deste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Prestação de Contas dos Recursos constantes neste Termo de Convênio deverá ser apresentada à PREFEITURA **até o**

10º (décimo) dia do mês subsequente ao repasse, financeiro, contendo as seguintes peças:

a) Relatório de Execução Físico-Financeiro;

b) Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferido da aplicação dos recursos do mercado, quando for o caso e os saldos;

d) Extrato da Conta Bancária específica do período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso;

e) Cópias das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas emitidos em nome do CONVENIADO, devidamente atestados, recebidos e identificados com o número do Termo de Convênio;

f) Devolução do saldo do recurso, no final da vigência do convênio, quando for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DA EMISSÃO DOS DOCUMENTOS E DESPESAS – Os documentos de despesas tais como, nota fiscal, fatura, ordens bancárias ou recibos deverão ser emitidos em favor do **CONVENIADO.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS SALDOS NÃO UTILIZADOS NO MÊS – Caso não seja utilizado os recursos liberados no mês em sua totalidade, o CONVENIADO poderá utilizá-lo no mês seguinte desde que seja para o mesmo fim, objeto deste Termo de Convênio.

CLAÚSULA OITAVA –DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E DO CONVENIADO

I - Compete ao Município:

a) Acompanhar a realização deste convênio através da Prefeitura/ Diretoria de Convênios e Prestações de Contas, com objetivos de fiscalização e avaliação para cumprimento do objeto deste convênio;

b) Liberar os recursos após a apresentação da prestação de contas da parcela anteriormente recebida;

c) Não alterar a autorização de débito, cancelar ou interromper unilateralmente sem aquiescência expressa do CONVENIADO;

d) Não atrasar ou deixar de repassar os recursos estipulados na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio sem notificar o CONVENIADO previamente.

e) Receber as prestações de contas que serão submetidas ao Tribunal de Contas do Estado

II - Compete ao CONVENIADO:

a) Aplicar os recursos financeiros dentro do objetivo proposto a que se refere à Cláusula Primeira;

b) Apresentar à Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT, a prestação de contas dos recursos recebidos **até o 10º (décimo) dia** do mês subsequente ao repasse;

c) Devolver ao **MUNICÍPIO** a parcela ou saldo de parcelas recebidas que por ventura não foram utilizados no objetivo proposto, devidamente atualizado.

d) Facilitar a supervisão e a fiscalização do **MUNICÍPIO**, permitindo-lhe efetuar acompanhamento dos serviços, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação e aos contratos.

e) Manter sob sua guarda os documentos de despesas.

PARÁGRAFO ÚNICO - As faturas, recibos, notas fiscais, e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do CONVENIADO, devidamente identificados com número do documento e mantidos em arquivos, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, a disposição dos órgãos de controle interno e externo, no prazo de 5 (cinco) anos contados da aprovação da prestação ou tomada de contas da PREFEITURA, relativos ao exercício da concessão.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO - Objetivando garantir o permanente e contínuo acompanhamento das ações originárias dos objetivos deste Termo de Convênio, a fiscalização por parte do MUNICÍPIO ocorrerá pelo Setor de Convênios e/ou Prestação de Contas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO - O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos participes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante a:

I - Utilização, pelo CONVENIADO, dos recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO em desacordo com os objetivos e condições estabelecidos neste instrumento de Termo de Convênio;

II - Falta de apresentação, pelo CONVENIADO, da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES – Será objeto de termo aditivo qualquer alteração necessária pelos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO – Fica eleito o foro da Comarca de Terra Nova do Norte - MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Convênio.

E assim, por estarem de acordo e contratados assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas (02) testemunhas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte MT, aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal de

Terra Nova do Norte/MT

"1º PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR DE

TERRA NOVA DO NORTE-MT"

CONVENIADO

TESTEMUNHAS:

Nome:_____ CPF: _____	Nome: _____ CPF: _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.302/2017

SÚMULA: Autoriza a abertura de Crédito Especial para adequação de dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Governo e Saneamento, e dá outras providências.

O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Especial no orçamento programa LOA/2017, aprovada pela Lei Municipal nº 1.274/2016, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) destinados a atender despesas com fornecimento e manutenção das despesas da Ilunação Pública, como segue:

10 Secretaria Municipal de Governo e Saneamento

003 Coordenação Municipal de Governo

25 Energia

752 Energia Elétrica

0025 Execução de Infraestrutura

2029 Manutenção com Iluminação Pública

3390-30 – Material de Consumo R$ 150.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

Código Geral: 10.003.25.752.0025.2.029.3.3.90-30-00

3390-39 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica R$ 150.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

Código Geral: 10.003.25.752.0025.2.029.3.3.90-39-00

SOMA DO CRÉDITO ESPECIAL R$ 300.000,00

Art. 2º - O valor do Crédito Adicional Especial ora autorizado será anulado ao mesmo montante na dotação criada pela Lei Municipal nº 1.274/2016, em atendimento ao artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4. 320/64, conforme segue:

10 Secretaria Municipal de Governo e Saneamento

003 Coordenação Municipal de Governo

25 Energia

752 Energia Elétrica

0025 Execução de Infraestrutura

2029 Manutenção com Iluminação Pública

3390-30 – Material de Consumo R$ 150.000,00

Fonte Recursos: 0.1.17.0000 – Cont. Custeio Ilum. Pública

Código Geral: 10.003.25.752.0025.2.029.3.3.90-30-00 (0464)

3390-39 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica R$ 150.000,00

Fonte Recursos: 0.1.17.0000 – Cont. Custeio Ilum. Pública

Código Geral: 10.003.25.752.0025.2.029.3.3.90-39-00 (0465)

SOMA DA DEDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA R$ 300.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte - MT, 02 de março de 2017.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.301/2017

SÚMULA: Autoriza a abertura de Crédito Especial para adequação de dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Governo e Saneamento, e dá outras providências.

O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Especial no orçamento programa LOA/2017, aprovada pela Lei Municipal nº 1.274/2016, no valor de R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais) destinados a atender despesas de Exercício anterior não registrado na Secretaria Municipal de Governo e Saneamento, como segue:

10 Secretaria Municipal de Governo e Saneamento

006 Departamento do Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto

17 Abastecimento

512 Saneamento Básico Urbano

0008 Gestão Administrativa

2040 Manutenção dos Serviços de Água e Esgoto SAAE

3.390-92 – Despesas de Exercício anterior R$ 37.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

Código Geral: 10.006.17.512.0008.2.040.3.3.90-92-00

SOMA DO CRÉDITO ESPECIAL R$ 37.000,00

Art. 2º - O valor do Crédito Adicional Especial ora autorizado será anulado ao mesmo montante na dotação criada pela Lei Municipal nº 1.274/2016, em atendimento ao artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4. 320/64, conforme segue:

10 Secretaria Municipal de Governo e Saneamento

006 Departamento do Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto

17 Abastecimento

512 Saneamento Básico Urbano

0008 Gestão Administrativa

2040 Manutenção dos Serviços de Água e Esgoto SAAE

3.390-39 – Outros Serv. de Terc. Pes. Jurídica R$ 37.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

Código Geral: 10.006.17.512.0008.2.040.3.3.90-39-00 (0483)

SOMA DA DEDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA R$ 37.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte - MT, 02 de março de 2017.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.300/2017

SÚMULA: Autoriza a abertura de Crédito Especial para adequação de dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Governo e Saneamento, e dá outras providências.

O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Especial no orçamento programa LOA/2017, aprovada pela Lei Municipal nº 1.274/2016, no valor de R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais) destinados a atender despesas de Exercício anterior não registrado na Secretaria Municipal de Governo e Saneamento, como segue:

10 Secretaria Municipal de Governo e Saneamento

006 Departamento do Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto

17 Abastecimento

512 Saneamento Básico Urbano

0008 Gestão Administrativa

2040 Manutenção dos Serviços de Água e Esgoto SAAE

3.390-92 – Despesas de Exercício anterior R$ 37.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

Código Geral: 10.006.17.512.0008.2.040.3.3.90-92-00

SOMA DO CRÉDITO ESPECIAL R$ 37.000,00

Art. 2º - O valor do Crédito Adicional Especial ora autorizado será anulado ao mesmo montante na dotação criada pela Lei Municipal nº 1.274/2016, em atendimento ao artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4. 320/64, conforme segue:

10 Secretaria Municipal de Governo e Saneamento

006 Departamento do Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto

17 Abastecimento

512 Saneamento Básico Urbano

0008 Gestão Administrativa

2040 Manutenção dos Serviços de Água e Esgoto SAAE

3.390-39 – Outros Serv. de Terc. Pes. Jurídica R$ 37.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

Código Geral: 10.006.17.512.0008.2.040.3.3.90-39-00 (0483)

SOMA DA DEDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA R$ 37.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte - MT, 03 de março de 2017.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.299/2017

SÚMULA: Autoriza a abertura de Crédito Especial para adequação de dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Infraestrutura, e dá outras providências.

O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Especial no orçamento programa LOA/2017, aprovada pela Lei Municipal nº 1.274/2016, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) destinados a atender despesas não contempladas com a respective fonte de recursos, como segue:

05 Secretaria Municipal de Infraestrutura

002 Departamento de Infraestrutura Viária Urbana e Rural

26 Transporte

782 Transporte Rodoviário

0025 Execução de Infraestrutura

1007 Const., Ampl. e Rec. de Estradas, Pontes e Bueiros

3390-30 – Material de Consumo R$ 10.000,00

Fonte Recursos: 0.1.16.0000 – Cont. Int. Dom. Econ. CIDE

Código Geral: 05.002.26.782.0025.1.007.3.390-30-00

3390-39 – Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica R$ 10.000,00

Fonte Recursos: 0.1.16.0000 – Cont. Int. Dom. Econ. CIDE

Código Geral: 05.002.26.782.0025.1.007.3.390-39-00

SOMA DO CRÉDITO ESPECIAL R$ 20.000,00

Art. 2º - O valor do Crédito Adicional Especial ora autorizado será anulado ao mesmo montante na dotação criada pela Lei Municipal nº 1.274/2016, em atendimento ao artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4. 320/64, conforme segue:

05 Secretaria Municipal de Infraestrutura

002 Departamento de Infraestrutura Viária Urbana e Rural

26 Transporte

782 Transporte Rodoviário

0025 Execução de Infraestrutura

1007 Const., Ampl. e Rec. de Estradas, Pontes e Bueiros

3390-30 – Material de Consumo R$ 10.000,00

(Fonte: 0.1.00.00.00) Recursos Ordinários

Código Geral: 05.002.26.782.0025.1.007.3.390-30-00

3390-39 – Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica R$ 10.000,00

(Fonte: 0.1.00.00.00) Recursos Ordinários

Código Geral: 05.002.26.782.0025.1.007.3.390-39-00

SOMA DA DEDUÇÃO ORÇAMNETÁRIA R$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte - MT, 03 de março de 2017.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.298/2017

SÚMULA: Autoriza a abertura de Crédito Especial para adequação de dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social, e dá outras providências.

O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Especial no orçamento programa LOA/2017, aprovada pela Lei Municipal nº 1.274/2016, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) destinados a atender despesas de Exercício anterior não registrado na Secretaria Municipal de Assistência Social, como segue:

08 Secretaria Municipal de Assistência Social

017 Departamento de Assistência Comunitária

08 Assistência Social

244 Assistência Comunitária

0008 Gestão Administrativa

2102 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SEC. DA ASSISTENCIA SOCIAL

3390-92 – Despesas de Exercício Anterior R$ 2.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

Código Geral: 08.017.08.244.0008.2.102.3390-92-00

08 Secretaria Municipal de Assistência Social

019 Casa de Abrigo para Crianças e Adolescentes

08 Assistência Social

243 Assistência a Criança e ao Adolescente

0014 Proteção Social Básica

2115 MANUTENÇÃO DE CASAS DE APOIO E RETAGUARDA

3390-92 – Despesas de Exercício Anterior R$ 1.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

Código Geral: 08.017.08.243.0014.2.115.3390-92-00

SOMA DO CRÉDITO ESPECIAL R$ 3.000,00

Art. 2º - O valor do Crédito Adicional Especial ora autorizado será anulado ao mesmo montante na dotação criada pela Lei Municipal nº 1.274/2016, em atendimento ao artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4. 320/64, conforme segue:

08 Secretaria Municipal de Assistência Social

017 Departamento de Assistência Comunitária

08 Assistência Social

244 Assistência Comunitária

0008 Gestão Administrativa

2102 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SEC. DA ASSISTENCIA SOCIAL

(Fonte: 0.1.00.00.00) Recursos Ordinários

Código Geral: 08.017.08.244.0008.2.102.3.390-39-00 (0422)

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte - MT, 03 de março de 2017.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.297/2017

SÚMULA: Autoriza a abertura de Crédito Especial para adequação de dotação Orçamentária do Hospital Municipal, e dá outras providências.

O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Especial no orçamento programa LOA/2017, aprovada pela Lei Municipal nº 1.274/2016, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) destinados a atender despesas da Secretaria Municipal de Saúde, Unidade Orçamentária Manutenção do Hospital Municipal, com recursos do SUS, como segue:

07. Secretaria Municipal de Saúde

018. Fundo Municipal de Saúde

10. Saúde

302. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

0033. Atendimento da Média e Alta Complexidade

2.161. Manutenção do Hospital Municipal

3.390-39. Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica

Código Geral: 07.018.10.302.0033.2.161.3.390-39-00 (0600) – Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica R$ 150.000,00

(Fonte: 0.1.14.00.00) Transf. de Recursos do SUS

Art. 2º - O valor do Crédito Adicional Especial ora autorizado será anulado ao mesmo montante na dotação criada pela Lei Municipal nº 1.274/2016, em atendimento ao artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, alterando somente as fontes de recursos, conforme segue:

07. Secretaria Municipal de Saúde

018. Fundo Municipal de Saúde

10. Saúde

302. Assistência Hospitalar e Ambulatorial

0033. Atendimento da Média e Alta Complexidade

2.161. Manutenção do Hospital Municipal

3.390-39. Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica

Código Geral: 07.018.10.302.0033.2.161.3.390-39-00 (0600) – Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica R$ 150.000,00

(Fonte: 0.1.02.00.00) Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte MT, 02 de março de 2017.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONVÊNIO Nº 03/2017

TERMO DE CONVÊNIO E OPERACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, E A ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE TERRA NOVA DO NORTE ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS.

Pelo presente Termo de Convênio **O MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE,** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Clóves Felício Vettorato,101, Centro, CEP 78505-000, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.978.212/0001-00, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **Sr. VALTER KUHN**, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO,** e a **ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE TERRA NOVA DO NORTE,** constitui-se sob a forma de Associação de Direito Privado, sem fins lucrativos, com sede administrativa situada no Município e Comarca de Terra Nova do Norte-MT, devidamente inscrito no sob n.º 12.386.461/0001-23, neste ato representado pelo seu Presidente, **Sr. ADILSON FRIGHETTO**, brasileiro, estudante, portador do RG nº 985.385 SSP/MT, e inscrito no CPF sob o n.º 815.093.321-20, residente e domiciliado na Travessa Lucas Toniazzo, Centro, nesta Comarca, neste ato chamado simplesmente de **ASSOCIAÇÃO,** resolvem desenvolver cooperação técnica aprovada pela Lei Municipal nº 1.295/2017, a fim de**REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS para a ASSOCIAÇÃO DE ACADÊMICOS DE ENSINO SUPERIOR DE TERRA NOVA DO NORTE, entidade SEM FINS LUCRATIVOS,** a fim de custear despesas destinadas ao pagamento da manutenção dos serviços de transporte escolar dos universitários**,** objetivando atender as previsões contidas na Cláusula Primeira do referido Termo de Cooperação, e observadas às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Custear despesas para atender a Manutenção e Apoio aos Serviços do transporte escolar dos universitários.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

O valor do presente Termo de Convênio é de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

§ 1º – Para a consecução do objeto deste Termo de Convênio, a COOPERANTE transferirá os recursos obedecendo ao seguinte Cronograma de Desembolso:

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS	META	VALOR
Março	Repasse de recursos financeiros será de	R$6.000
Abril	Repasse de recursos financeiros será de	R$6.000
Maio	Repasse de recursos financeiros será de	R$6.000
Junho	Repasse de recursos financeiros será de	R$6.000
Julho	Repasse de recursos financeiros será de	R$6.000
Agosto	Repasse de recursos financeiros será de	R$6.000
Setembro	Repasse de recursos financeiros será de	R$6.000
Outubro	Repasse de recursos financeiros será de	R$6.000
Novembro	Repasse de recursos financeiros será de	R$6.000

§ 2º - A liberação dos valores referidos no presente artigo será feita na ordem de 09 (nove) parcelas mensais no valor de R$6.000 (seis mil reais) pagas até o último dia útil de cada mês, encerrando-se no dia 30 de novembro de 2017, para apoio e custeio das despesas destinadas ao pagamento da manutenção e o atendimento parcial aos serviços de transporte escolar dos universitários.

§ 3º - Os recursos serão liberados pelo Município até o último dia útil de cada mês, para a **"ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE TERRA NOVA DO NORTE"**, através de depósito bancário diretamente na conta corrente da associação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – As despesas decorrentes deste ato, correrá à conta do orçamento vigente programado para o corrente exercício, em Dotação Orçamentária própria, de acordo com a autorização legislativa contida na Lei Municipal nº __/2017 de __ de _____de 2017, cuja previsão é a seguinte:

Órgão: 04 – SEC MUN DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO		
Unidade: 015 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR		
Função: 12 – EDUCAÇÃO		
Sub-Função: 364 – ENSINO SUPERIOR		
Programa: 0019 – TRANSPORTE ESCOLAR		
Projeto: 2155 – APOIO AO ENSINO SUPERIOR		
Natureza da Despesa:		
0161 – 335041000000 – CONTRIBUIÇÕES	**R$**	**54.000,00**
TOTAL DA AÇÃO	**R$**	**54.000,00**

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA – A vigência deste Termo de Convênio será a partir da data de sua assinatura até 30 de novembro de 2017.

CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS SALDOS – O valor fornecido pelo Município em favor da proponente decorrente deste presente Termo, será destinado exclusivamente para atender objeto deste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Prestação de Contas dos Recursos constantes neste Termo de Cooperação deverá ser apresentada à CONCEDENTE até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente ao repasse, financeiro, contendo as seguintes peças:

a) Relatório de Execução Físico-Financeiro;

b) Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferido da aplicação dos recursos do mercado, quando for o caso e os saldos;

c) Extrato da Conta Bancária específica do período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso;

d) Cópias das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas emitidos em nome do ASSOCIAÇÃO, devidamente atestados, recebidos e identificados com o número do Termo de Convênio;

e) Devolução do saldo do recurso, no final da vigência do convênio, quando for o caso.

f) Laudo de vistoria sobre as avarias e danos causados no ônibus fornecido pelo município.

CLÁUSULA SEXTA – DA EMISSÃO DOS DOCUMENTOS E DESPESAS – Os documentos de despesas tais como, nota fiscal, fatura, ordens bancárias ou recibos deverão ser emitidos em favor do **ASSOCIAÇÃO.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS SALDOS NÃO UTILIZADOS NO MÊS – Caso não seja utilizado os recursos liberados no mês em sua totalidade, a Secretaria Executiva da Associação poderá utilizá-lo no mês seguinte desde que seja para o mesmo fim, objeto deste Termo de Cooperação.

CLAÚSULA OITAVA –DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E ASSOCIAÇÃO

1º Compete ao Município:

a) Acompanhar a realização deste convênio através da Prefeitura/ Diretoria de Convênios e Prestações de Contas, com objetivos de fiscalização e avaliação para cumprimento do objeto deste convênio;

b) Liberar os recursos após a apresentação da prestação de contas da parcela anteriormente recebida;

c) Não alterar a autorização de débito, cancelar ou interromper unilateralmente sem aquiescência expressa da ASSOCIAÇÃO;

d) Não atrasar ou deixar de repassar os recursos estipulados na Cláusula Segunda deste Termo de Contrato de Cooperação Técnica sem notificar a Associação previamente.

e) Receber as prestações de contas que serão submetidas ao Tribunal de Contas do Estado.

2º Compete a ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE TERRA NOVA DO NORTE:

a) Aplicar os recursos financeiros dentro do objetivo proposto a que se refere à Cláusula Primeira;

b) Apresentar à Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT, a prestação de contas dos recursos recebidos até o último dia útil de cada mês;

c) Movimentar conta específica em Instituição Financeira Oficial.

d) Devolver ao **MUNICIPIO** a parcela ou saldo de parcelas recebidas que por ventura não foram utilizados no objetivo proposto, devidamente atualizado.

e) Facilitar a supervisão e a fiscalização do **MUNICIPIO**, permitindo-lhe efetuar acompanhamento dos serviços, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação e aos contratos.

f) Manter sob sua guarda os documentos de despesas.

g) Responsabiliza-se por todos os danos e avarias causados no veículo fornecido pela prefeitura.

h) Custear as despesas de manutenção e mecânica no veículo fornecido pelo município

PARÁGRAFO ÚNICO - As faturas, recibos, notas fiscais, e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da ASSOCIAÇÃO, devidamente identificados com número do documento e mantidos em arquivos, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, a disposição dos órgãos de controle interno e externo, no prazo de 5 (cinco) anos contados da aprovação da prestação ou tomada de contas da CONCEDENTE, relativos ao exercício da concessão.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO - Objetivando garantir o permanente e contínuo acompanhamento das ações originárias dos objetivos deste Termo de Termo de Convênio, a fiscalização por parte do MUNICÍPIO ocorrerá pela Diretora de Convênios.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO - O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos participes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante a:

Utilização, pela ASSOCIAÇÃO, dos recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO em desacordo com os objetivos e condições estabelecidos neste instrumento de Termo de Convênio;

Falta de apresentação, pela associação, da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES - Em caso de inadimplência ou não custeio das avarias e danos causados no veiculo por parte da ASSOCIAÇÃO, o MUNICÍPIO determinará o bloqueio dos recursos transferidos, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais cabíveis, ressalvadas as exceções decorrentes de previsões legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES – Será objeto de termo aditivo qualquer alteração necessária pelos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FÓRUM – Fica eleita o foro da Comarca de Terra Nova do Norte - MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Cooperação.

E assim, por estarem de acordo e contratados assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas (02) testemunhas.

Terra Nova do Norte - MT, 02 de março de 2017.

Valter Kuhn Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte/MT	Presidente da Associação dos Acadêmicos de Terra Nova do Norte/MT

TESTEMUNHAS:

Nome:_____ CPF:_____	Nome: _____ CPF: _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.296/2017

SÚMULA: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial para readequação do Orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, e dá outras providências.

O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a instituir Crédito Adicional Especial na Lei nº 1.273/2016, Lei de Diretrizes Orçamentária LDO/2017, e no orçamento programa LOA/2017, aprovada pela Lei Municipal nº 1.274/2016, através da readequação do Orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - O valor do Crédito Adicional Especial ora autorizado é de R$ 116. 000,00 (cento e dezesseis mil reais), e será suplementado nas seguintes dotações orçamentárias criadas por esta Lei:

08 Secretaria Municipal de Assistência Social

012 Conselho Tutelar

08 Assistência Social

243 Assistência a Criança e ao Adolescente

0008 Gestão Administrativa

2044 Manutenção e Encargos com o Conselho Tutelar

3190-11 – Vencimentos e Vantagens Fixas R$40.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3190-13 – Obrigações Patronais R$ 5.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

SOMA DO CRÉDITO ADICIONAL R$45.000,00

08 Secretaria Municipal de Assistência Social

013 Coordenação de Programas Sociais

08 Assistência Social

243 Assistência a Criança e ao Adolescente

0014 Proteção Social Básica

2116 IGD-PBF Cadastro Único Bolsa Família

3190-11 – Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 4.000,00

Fonte Recursos: 0.1.29.0000 – Transf. Recursos do FNAS

3390-30 – Material de Consumo R$ 2.000,00

Fonte Recursos: 0.1.29.0000 – Transf. Recursos do FNAS

3390-36 – Outros Serv. Terceiros P. Física R$ 2.000,00

Fonte Recursos: 0.1.29.0000 – Transf. Recursos do FNAS

3390-39 – Outros Serv. Terceiros P. Jurídica R$ 2.000,00

Fonte Recursos: 0.1.29.0000 – Transf. Recursos do FNAS

4490-51 – Obras e Instalações R$ 1.000,00

Fonte Recursos: 0.1.29.0000 – Transf. Recursos do FNAS

4490-52 – Equipamentos e Mat. Permanentes R$ 1.000,00

Fonte Recursos: 0.1.29.0000 – Transf. Recursos do FNAS

SOMA DO CRÉDITO ADICIONAL R$12.000,00

08 Secretaria Municipal de Assistência Social

013 Coordenação de Programas Sociais

08 Assistência Social

243 Assistência a Criança e ao Adolescente

0014 Proteção Social Básica

2118 IGD-SUAS

3390-30 – Material de Consumo R$ 4.000,00

Fonte Recursos: 0.1.29.0000 – Transf. Recursos do FNAS

3390-36 – Outros Serv. Terceiros P. Física R$ 4.000,00

Fonte Recursos: 0.1.29.0000 – Transf. Recursos do FNAS

3390-39 – Outros Serv. Terceiros P. Jurídica R$ 4.000,00

Fonte Recursos: 0.1.29.0000 – Transf. Recursos do FNAS

SOMA DO CRÉDITO ADICIONAL R$12.000,00

08 Secretaria Municipal de Assistência Social

013 Coordenação de Programas Sociais

08 Assistência Social

244 Assistência Comunitária

0014 Proteção Social Básica

2112 PROGRAMA DE ATENÇÃO BASICA FIXO

3390-30 – Material de Consumo R$15.000,00

Fonte Recursos: 0.1.29.0000 – Transf. Recursos do FNAS

3390-36 – Outros Serv. Terceiros P. Física R$ 2.000,00

Fonte Recursos: 0.1.29.0000 – Transf. Recursos do FNAS

3390-39 – Outros Serv. Terceiros P. Jurídica R$ 2.000,00

Fonte Recursos: 0.1.29.0000 – Transf. Recursos do FNAS

SOMA DO CRÉDITO ADICIONAL R$19.000,00

08 Secretaria Municipal de Assistência Social

013 Coordenação de Programas Sociais

08 Assistência Social

244 Assistência Comunitária

0014 Proteção Social Básica

2117 MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS EVENTUAIS

3390-30 – Material de Consumo R$ 2.000,00

Fonte Recursos: 0.1.29.0000 – Transf. Recursos do FNAS

3390-36 – Outros Serv. Terceiros P. Física R$ 2.000,00

Fonte Recursos: 0.1.29.0000 – Transf. Recursos do FNAS

SOMA DO CRÉDITO ADICIONAL R$ 4.000,00

08 Secretaria Municipal de Assistência Social

017 Departamento de Assistência Comunitária

08 Assistência Social

244 Assistência Comunitária

0008 Gestão Administrativa

2102 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SEC. DA ASSISTENCIA SOCIAL

3190-04 – Contratação por Tempo Determinado R$ 20.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

SOMA DO CRÉDITO ADICIONAL R$ 20.000,00

08 Secretaria Municipal de Assistência Social

019 Casa de Abrigo para Crianças e Adolescentes

08 Assistência Social

243 Assistência a Criança e ao Adolescente

0014 Proteção Social Básica

2115 MANUTENÇÃO DE CASAS DE APOIO E RETAGUARDA

3190-04 – Contratação por Tempo Determinado R$ 2.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3190-13 – Obrigações Patronais R$ 1.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3390-36 – Outros Serv. Terceiros P. Física R$ 1.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

SOMA DO CRÉDITO ADICIONAL R$ 4.000,00

Art. 3º - Será anulado o montante R$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais), em atendimento ao artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, das dotações a seguir:

08 Secretaria Municipal de Assistência Social

012 Conselho Tutelar

08 Assistência Social

243 Assistência a Criança e ao Adolescente

0008 Gestão Administrativa

2044 Manutenção e Encargos com o Conselho Tutelar

3390-36 – Outros Serv. Terceiros P. Física R$45.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

SOMA DAS ANULAÇÕES R$45.000,00

08 Secretaria Municipal de Assistência Social

013 Coordenação de Programas Sociais

08 Assistência Social

243 Assistência a Criança e ao Adolescente

0014 Proteção Social Básica

2116 IGD-PBF Cadastro Único Bolsa Família

3390-30 – Material de Consumo R$ 4.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3390-36 – Outros Serv. Terceiros P. Física R$ 4.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3390-39 – Outros Serv. Terceiros P. Jurídica R$ 4.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

SOMA DAS ANULAÇÕES R$12.000,00

08 Secretaria Municipal de Assistência Social

013 Coordenação de Programas Sociais

08 Assistência Social

243 Assistência a Criança e ao Adolescente

0014 Proteção Social Básica

2118 IGD-SUAS

3390-30 – Material de Consumo R$ 4.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3390-36 – Outros Serv. Terceiros P. Física R$ 4.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3390-39 – Outros Serv. Terceiros P. Jurídica R$ 4.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

SOMA DAS ANULAÇÕES R$12.000,00

08 Secretaria Municipal de Assistência Social

013 Coordenação de Programas Sociais

08 Assistência Social

244 Assistência Comunitária

0014 Proteção Social Básica

2112 PROGRAMA DE ATENÇÃO BASICA FIXO

3390-30 – Material de Consumo R$15.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3390-36 – Outros Serv. Terceiros P. Física R$ 2.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3390-39 – Outros Serv. Terceiros P. Jurídica R$ 2.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

SOMA DAS ANULAÇÕES R$19.000,00

08 Secretaria Municipal de Assistência Social

013 Coordenação de Programas Sociais

08 Assistência Social

244 Assistência Comunitária

0014 Proteção Social Básica

2117 MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS EVENTUAIS

3390-30 – Material de Consumo R$ 2.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

3390-36 – Outros Serv. Terceiros P. Física R$ 2.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

SOMA DAS ANULAÇÕES R$ 4.000,00

08 Secretaria Municipal de Assistência Social

017 Departamento de Assistência Comunitária

08 Assistência Social

244 Assistência Comunitária

0008 Gestão Administrativa

2102 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SEC. DA ASSISTENCIA SOCIAL

3190-11 – Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 20.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

SOMA DAS ANULAÇÕES R$ 20.000,00

08 Secretaria Municipal de Assistência Social

019 Casa de Abrigo para Crianças e Adolescentes

08 Assistência Social

243 Assistência a Criança e ao Adolescente

0014 Proteção Social Básica

2115 MANUTENÇÃO DE CASAS DE APOIO E RETAGUARDA

3390-30 – Material de Consumo R$ 4.000,00

Fonte Recursos: 0.1.00.0000 – Recursos Ordinários

SOMA DAS ANULAÇÕES R$ 4.000,00

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.295/2017

SÚMULA: ***"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS COM A ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS – ASSEUNI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"****.**

O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante convênio para a **ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS - ASSEUNI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.386. 461/0001-23 do Município de Terra Nova do Norte/MT.

Artigo 2º - O valor do Convênio a ser celebrado entre as partes para o repasse dos recursos financeiros é de até R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), divididos em 09 (nove) parcelas iguais, mensais e sucessivas, no valor de R$6.000,00 (seis mil reais) cada uma.

Parágrafo único - Os recursos financeiros de que dispõe este artigo serão destinados ao pagamento de despesas com a manutenção e custeio para o atendimento parcial aos serviços de transporte escolar dos universitários.

Artigo 3º - O Orçamento anual do município disporá a dotação específica visando atender a despesa autorizada no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único: As despesas de que trata esta lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 – SEC MUN DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO		
Unidade: 015 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR		
Função: 12 – EDUCAÇÃO		
Sub-Função: 364 – ENSINO SUPERIOR		
Programa: 0019 – TRANSPORTE ESCOLAR		
Projeto: 2155 – APOIO AO ENSINO SUPERIOR		
Natureza da Despesa:		
0161 – 335041000000 – CONTRIBUIÇÕES	**R$**	**54.000,00**
TOTAL DA AÇÃO	**R$**	**54.000,00**

Artigo 4º - A **ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS - ASSEUNI** deverá prestar contas à Administração Municipal dos recursos recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela.

§1º - A Prestação de Contas, dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal, nos prazos previstos, instruídas com os seguintes documentos:

a) - Ofício encaminhando a Prestação de Contas;

b) - Documentos originais suportes da despesa;

c) - Devolução de saldo, se houver.

§2º - A Prestação de Contas e demais documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Artigo 5º - Caberá ao Município e ao Controle Interno Municipal a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar as prestações de contas mensais.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de Março do ano de dois mil e dezessete.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº1. 293/2017

SÚMULA: *"REABRE O PRAZO DE OPÇÃO AO REFIS – PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FISCAL, AUTORIZADO PELA LEI COMPLEMENTAR N.°11/2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica reaberto o prazo de opção ao Programa de Regularização Fiscal – REFIS de que trata a Lei Complementar n°. 11, de 22 de março de 2007.

Parágrafo Único - A opção ao REFIS poderá ser formalizada nos prazos e condições estipulados nesta Lei.

Artigo 2º - O requerimento de adesão ao REFIS deverá ser encaminhado até o dia 19 de maio de 2017 para pagamento em uma única parcela.

Artigo 3º - Os créditos da Fazenda Municipal, da Administração Direta, inscritos em dívida ativa, constituídos até 31/12/2016, e que se encontrem em fase de cobrança administrativa ou judicial, poderão ser pagos em uma única parcela, para pagamento em até 30 (trinta) dias;

Artigo 4º - O REFIS beneficiará o contribuinte com desconto de 100% (cem por cento) de isenção acessória dos juros e multas, para o contribuinte ou responsável que aderir ao Programa e efetuar o pagamento em cota única em até 30 (trinta) dias da formalização do acordo;

Artigo 5° – Ficam ratificados os demais procedimentos estatuídos na Lei Complementar n.° 11, de 22 de março de 2007, inclusive a cobrança total da dívida e seus acessórios no caso de descumprimento do acordo.

Artigo 6° – Autoriza ao Poder Executivo Municipal a incluir o Programa de Regularização Fiscal – REFIS – instituído pela presente Lei no Plano Plurianual e o Anexo de Metas Fiscais – no que tange a renúncia de receitas, previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2017.

Artigo 7° – As despesas decorrentes desta Lei serão levadas à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 8° - O Poder Executivo editará as normas regulamentares necessárias à execução do Refis, especialmente em relação a procedimentos e abertura e reabertura de prazos de opção.

Artigo 9° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de Março do ano de dois mil e dezessete.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 101/2017

DATA: 03 DE MARÇO DE 2017

SUMÚLA: NOMEIA SENHORA MARCILENE GUARIENTE PARA O CARGO DE COODENADOR DA PREVITER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Município de Terra Nova do Norte – Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.978.212/0001-00 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **VALTER KUHN**, brasileiro, casado, portador do RG 0844733 0 SSP/MT e inscrito no CPF sob n.º 790.356.041-72, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1° - NOMEIA a Sra**. MARCILENE GUARIENTE,** brasileira, portadora do RG nº 1300829-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 888.928.911-20, para o cargo de **DIRETOR EXECUTIVO (Previter),** lotado no Gabinete do Prefeito,no documento de criação do PREVITER, fundamentado na Lei nº 443/1998 de 28 de outubro de 1998, em conjunto com a Lei de restruturação nº 876/2009 de 31 de março de 2009 e regulamentada pela Lei complementar 50/2017 de 02 de março de 2017.

ART. 2º Retificando os termos da portaria GP nº 03/2017, com efeito retroativo á 02 de janeiro de 2017.

ART. 3° - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 03 DE MARÇO DE 2017.

RESGISTRE-SE E AFIXE-SE.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE Nº 101/2017

Compareceu perante o Prefeito Municipal, para tomar posse no cargo de **DIRETOR EXECUTIVO (Previter),** a senhora **MARCILENE GUARIENTE**, brasileira, portadora do RG nº 1300829-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 888.928.911-20, no dia 03de março de 2017 e prometeu cumprir fiel e honradamente, todos os atos necessários inerentes ao cargo que ora lhe e dado posse, em conformidade com o ART. 16, da Lei Orgânica nº 128 de 13 de julho de 1990.

O presente Termo de Posse e parte integrante da Portaria nº 101/2017, que nomeou o referido empossado.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

MARCILENE GUARIENTE

Empossado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.292/2017

Súmula: "**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR CONVÊNIO COM O 1º PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**"

O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta Lei, a firmar termo de Convênio com o **1º PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 24.672.842/0001-58, situada na Travessa Ulisses Guimarães, nº 71, Centro do Município e Comarca de Terra Nova do Norte-MT, para o Exercício de 2017, para fins de custeio e manutenção financeira de insumos e manutenção do funcionamento à **POLÍCIA MILITAR MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE,** Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - O valor do Convênio a ser celebrado entre as partes para o repasse dos recursos financeiros é de até R$ 15.000,00 (quinze mil reais), divididos em 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas, no valor de R$ 1.500,00 (um mil, e quinhentos reais) cada uma.

Art. 3º - O Convênio autorizado por esta Lei vigorará até o dia 31 de dezembro de 2017, e seus valores serão repassados ao **1º PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE**, com a destinação exclusiva de custear as despesas com gêneros alimentícios, de limpeza, combustível, material de expediente e serviços, que forem necessárias para a manutenção do **DESTACAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT**.

Art. 4º - O Conveniado ficará encarregado de prestar contas, mensalmente, do auxílio financeiro recebido do Poder Executivo Municipal, através de comprovação por Nota Fiscal da aquisição dos serviços e materiais adquiridos.

§1º - A prestação de contas deverá ser apresentada até o décimo dia do mês subsequente ao repasse do auxílio financeiro efetuado no mês anterior.

§2º - Somente será efetuado novo repasse mensal do auxílio financeiro de que trata esta Lei, mediante a apresentação ao Poder Executivo Municipal da prestação de contas correspondente ao mês anterior, e no prazo fixado no parágrafo primeiro.

Art. 5º - Para atender as despesas decorrentes da execução desta lei, serão utilizados os recursos orçamentários constantes na seguinte dotação: 03.001.04.122.0004.2090 Convênios e Parcerias com Instituições.

Art. 6º - Segue anexa a minuta do Termo de Convênio a ser firmado, como se nesta lei estivesse transcrita.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de Março do ano de dois mil e dezessete.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº.1.291/2017

SÚMULA*: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL a parcelar e reparcelar o pagamento de débito relativo ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social e dá outras providências."*

O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar o quitar, na forma do Programa de Reparcelamento Tributário – PRT, estabelecido pela Medida Provisória nº 766/2017, os débitos referentes às contribuições sociais junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, até o montante de R$ 1.149.279,38 (Um milhão, cento e quarenta e nove mil, duzentos e setenta e nove reais e trinta e oito centavos) corrigido até a data da efetivação do parcelamento, acrescido do valor correspondente aos encargos do período do parcelamento.

Art. 2º - Os débitos a serem quitados na forma do PRT, vencidos até 30 de Novembro de 2016, inclusive objeto de parcelamentos anteriores res-

cindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, nos termos do §1º, Art. 1º, da MP 766/2017 são os seguintes:

I. Reparcelamento do débito no importe de R$433.467,36 (quatrocentos e trinta e três mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e trinta e seis centavos), objeto de parcelamento anterior, sob nº 615656510, de 26/02/2016; II. Reparcelamento do débito no importe de R$293.230,17 (duzentos e noventa e três mil, duzentos e trinta reais e dezessete centavos), objeto de parcelamento anterior, sob nº 616483740, de 07/07/2016; III. Parcelamento do débito declarado em SEFIP, no importe de R$422.581,85 (quatrocentos e vinte e dois mil, duzentos e oitenta e um reais, e oitenta e cinco centavos), relativos aos meses de maio a outubro do ano de 2016, sendo: a. Maio: R$70.032,49 (setenta mil trinta e dois reais e quarenta e nove centavos) b. Junho: R$71.682,30 (setenta e um mil seiscentos e oitenta e dois reais e trinta centavos) c. Julho: R$70.775,08 (setenta mil setecentos e setenta e cinco reais e oito centavos) d. Agosto: 70.627,07 (setenta mil seiscentos e vinte e sete reais e sete centavos) e. Setembro: R$ 70.803,98 (setenta mil oitocentos e três reais e noventa e oito centavos) f. Outubro: R$68.660,93 (sessenta e oito mil seiscentos e sessenta reais e noventa e três centavos)

Art. 3º - Os prazos para os reparcelamentos e parcelamento mencionados no Artigo 2º, serão regidos pela Medida Provisória 766/2017, e não poderão ultrapassar a 120 (cento e vinte) meses, a contar da formalização do parcelamento junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ou outro órgão federal competente, nos termos do que dispõe os artigos 2º e 3º da referida MP.

Art. 4º - As despesas para pagamento da dívida mencionada no art. 1.º, desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral, com a seguinte dotação orçamentária: 03.001.28.843.0012.2111-469071000000 - principal da divida contratual resgatado, e 03.001.28.843.0012.2111-329021000000 – Juros sobre a Dívida por Contrato, sendo que os valores necessários para o devido pagamento serão colocados no orçamento em cada exercício.

Art. 5º – Para pagamento das prestações mensais e das contribuições correntes posteriores ao pedido de parcelamento serão retidos valores das quotas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e repassados para quitação do débito junto ao INSS.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte – MT, em 02 de Março de 2017.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.290/2017

SÚMULA*: "*Autoriza o pagamento de multas de veículos da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte, dá outras providências.*"*

O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1.º - Fica autorizado o pagamento de multas veiculares pendentes de recolhimento, ocorridas por infrações de trânsito durante os anos de 2012-2016, no importe de R$8.464,63 (oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e três centavos) as quais serão contabilizadas nas seguintes funcionais programáticas:

I. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

04.006.12.361.0015.2122.3390-39 (104) – Outros Serv. de Terceiros P. Jurídica

Valor R$ 510,77 (Quinhentos e dez reais e setenta e sete centavos)

II. Secretaria Municipal de Infraestrutura:

05.001.15.451.0008.2099.3390-39 (230) – Outros Serv. de Terceiros P. Jurídica.

Valor R$ 85,13 (oitenta e cinco reais e treze centavos)

III. Secretaria Municipal de Assistência Social:

08.013.08.244.0008.2103.3390-39 (404) – Outros Serv. de Terceiros P. Jurídica.

Valor R$ 3.213,64 (três mil duzentos e treze reais e sessenta e quatro centavos)

IV. Secretaria Municipal de Saúde:

07.018.10.122.0020.2054.3390-39 (514) – Outros Serv. de Terceiros P. Jurídica.

Valor R$ 2.896,85 (dois mil oitoventos e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos)

V. Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente:

06.007.20.608.0008.2100.3390-39 (254) – Outros Serv. de Terceiros P. Jurídica.

Valor R$ 1.758,24(mil setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos)

Artigo 2º - Após o pagamento das infrações citadas no artigo 1º desta lei, o município fica responsável a tomar todas as medidas cabíveis, visando o reembolso aos cofres públicos.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR N.º 50, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

SÚMULA: "Altera parcialmente a Lei Complementar 30/2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários da Carreira Instrumental e Plano de Cargos e Salários da Carreira da Educação, dos servidores do Município de Terra Nova do Norte, e dá outras providências."

O SENHOR VALTER KUHN, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar parcialmente o Anexo V, da Lei Complementar 30/2013, que define o quadro demonstrativo dos cargos de direção e assessoramento de provimento comissionados – DAS, modificando a nomenclatura de cargo, da Carreira Instrumental, conforme quadro abaixo:

§1º - O cargo denominado Coordenador da PREVITER, passará a denominar-se Diretor Executivo (PREVITER), nos termos da Lei Municipal nº 876/2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

DAS-1	Diretor Executivo (PREVITER)	2.800,00	1

Art. 2º - O quadro completo da referida modificação segue anexo à essa lei complementar, como se nela estivesse transcrita.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data se sua publicação, revogando-se as disposições contrárias, em especial, parte do anexo V da Lei Complementar nº 30/2013.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte/MT, 02 de Março de 2017.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

ANEXO V

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO DE PROVIMENTO COMISSIONADOS - DAS

2.	**GABINETE DO PREFEITO (GAB)**	**VALORES**	**QUANTIDADE**
DAS-1	Procurador Geral Jurídico	6.000,00	1
DAS-1	Assessor Jurídico	5.500,00	1
DAS-1	Assessor de Articulação Institucional I	937,00	6
DAS-1	Assessor de Articulação Institucional II	937,00	3
DAS-1	Assessor de Articulação Institucional III	1.100,00	2
DAS-1	Assessor de Articulação Institucional IV	2.100,00	1
DAS-1	Assessor de Articulação Institucional VI	3.200,00	1
DAS-1	Assessor de Imprensa e Comunicação Social	1.350,00	1
DAS-1	Chefe de Gabinete	3.300,00	1
DAS-1	Diretor Executivo (PREVITER)	2.800,00	1
	TOTAL		**18**
3	**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA (SPFAZ)**	**6.000,00**	**1**
DAS-1	Chefe de Tesouraria	3.400,00	1
DAS-1	Chefe de Planejamento e Fazenda	3.300,00	1
DAS-1	Coordenador de Planejamento e Finanças	2.100,00	1
DAS-1	Gerente de Departamento de Arrecadação, Fiscalização e Cobrança	1.550,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Pagamentos	1.100,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Prestação de Contas	1.100,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Cadastro Mobiliário e Imobiliário Urbano	1.100,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Tributação e Fiscalização	1.100,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Gestão Orçamentária e Financeira	1.100,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Operações Contábeis	1.100,00	1
	TOTAL		**11**
4	**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (SEMEC)**	**6.000,00**	**1**
DAS-1	Coordenador de Gestão Educacional	2.100,00	1
DAS-1	Gerente de Departamento de Desenvolvimento Educacional	1.550,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Educação Infantil e Educação Inclusiva	1.100,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Educação Fundamental e de Campo	1.100,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Administração e Documentação Escolar	1.100,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Distribuição de Material, Marcenaria e de Merenda Escolar	1.100,00	1
DAS-1	Chefe do Departamento de Transporte Escolar	3.300,00	1
DAS-1	Gerente de Departamento de Cultura	1.550,00	1
DAS-1	Gerente de Departamento de Desportos e Lazer	1.550,00	1
DAS-1	Assessor de Articulação Institucional I	937,00	2
DAS-1	Assessor de Articulação Institucional II	937,00	1
DAS-1	Assessor de Articulação Institucional III	1.100,00	4
	TOTAL		**17**
5	**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA (SEMINFRA)**	**6.000,00**	**1**
DAS-1	Chefe de Departamento de Infraestrutura	3.300,00	1
DAS-1	Coordenador Infraestrutura Viária	2.100,00	1
DAS-1	Gerente de Departamento de Infraestrutura Viária Urbana e Rural	1.550,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Infraestrutura Viária Urbana	1.100,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Infraestrutura Viária Rural	1.100,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Produção	1.100,00	1
	TOTAL		**7**
6	**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA e MEIO AMBIENTE (SAPEMA)**	**6.000,00**	**1**
DAS-1	Coordenador de Gestão Ambiental	2.100,00	1
DAS-1	Gerente de Departamento de Agricultura e Pecuária	1.550,00	1
DAS-1	Gerente de Departamento de Meio-ambiente	1.550,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Coleta Seletiva de Lixo	1.100,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Urbanismo	1.100,00	1
	TOTAL		**6**
7	**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS)**	**6.000,00**	**1**
DAS-1	Coordenador de Gestão em Saúde	2.100,00	1
DAS-1	Gerente de Departamento de Planejamento e Gestão em Saúde do SUS	1.550,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Controle de Unidades de Postos de Saúde	1.100,00	1
DAS-1	Gerente de Departamento de Média e Alta Complexidade	1.550,00	1
DAS-1	Diretor do Hospital Municipal	3.000,00	1
DAS-1	Gerente de Centro de Reabilitação	1.550,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Regulação	1.100,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão Farmacêutica Hospitalar	1.100,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Laboratório e Análises Clínicas	1.100,00	1
DAS-1	Gerente de Departamento de Vigilância em Saúde	1.550,00	1
DAS-1	Supervisor do Laboratório Regional de Análises de Água (CONDEMA)	1.100,00	1
DAS-1	Gerente de Departamento de Atenção Básica	1.550,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Estratégias de Saúde de Família	1.100,00	1
DAS-1	Chefe do Setor de Saúde Bucal	1.000,00	1
DAS-1	Chefe do Núcleo de Apoio Saúde da Família (NASF)	1.000,00	1
DAS-1	Gerente de Departamento Assistência Farmacêutica	1.550,00	1
DAS-1	Assessor de Articulação Institucional I	937,00	3
DAS-1	Assessor de Articulação Institucional II	937,00	2
DAS-1	Assessor de Articulação Institucional III	1.100,00	1
	TOTAL		**23**
8	**SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (SAS)**	**6.000,00**	**1**
DAS-1	Gerente de Departamento de Programas, Projetos e Ações de Desenvolvimento Social	1.550,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Projetos Sociais	1.100,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Oficinas de Artes	1.100,00	1
DAS-1	Chefe de Departamento de Assistência Social	3.300,00	1
DAS-1	Gerente de Departamento de Assistência Social	1.550,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Promoção Social	1.100,00	1
DAS-1	Assistente da Casa de Abrigo para Crianças	937,00	1
DAS-1	Assistente da Casa de Abrigo para Adolescentes	937,00	1
DAS-1	Conselheiro Tutelar	937,00	05
DAS-1	Diretor do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	3.000,00	1
	TOTAL		**15**
9	**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SAD)**	**6.000,00**	**1**
DAS-1	Coordenador de Gestão Pública Municipal	2.100,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Sistema de Tecnologia da Informação	1.100,00	1
DAS-1	Gerente de Departamento Licitação, Contratos e Convênios	1.550,00	1
DAS-1	Gerente de Departamento de Materiais	1.550,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Compras	1.100,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Patrimônio e Almoxarifado	1.100,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Serviços	1.100,00	1
DAS-1	Gerente de Departamento de Gestão de Pessoas e Perícia Médica	1.550,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Folha de Pagamento de Pessoal	1.100,00	1
DAS-1	Assessor de Articulação Institucional I	937,00	6
DAS-1	Assessor de Articulação Institucional II	937,00	2
DAS-1	Assessor de Articulação Institucional V	2.800,00	2
DAS-1	Pregoeiro	4.000,00	1
	TOTAL		**21**

10	**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO E SANEAMENTO (SGOV)**	**6.000,00**	**1**
DAS-1	Coordenador Municipal de Governo	2.100,00	1
DAS-1	Gerente de Departamento de Programas e de Projetos	1.550,00	1
DAS-1	Ouvidor Municipal	1.100,00	1
DAS-1	Chefe do Departamento de Águas e Saneamento	3.300,00	1
DAS-1	Gerente de Departamento do Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto – SAAE	1.550,00	1
DAS-1	Assessor de Articulação Institucional I	937,00	4
DAS-1	Assessor de Articulação Institucional II	937,00	1
DAS-1	Assessor de Articulação Institucional III	1.100,00	1
	TOTAL		**12**
11	**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO (SICTUR)**	**6.000,00**	**1**
DAS-1	Coordenador de Desenvolvimento Industrial, Comercial e de Turismo	2.100,00	1
DAS-1	Gerente de Departamento de Relações de Trabalho e Renda	1.550,00	1
DAS-1	Supervisor da Divisão de Incentivo ao Empreendedor	1.100,00	1
DAS-1	Gerente de Departamento do PROCON – Relações com o Consumidor	1.550,00	1
	TOTAL		**5**
	TOTAL GERAL		**135**

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

DECRETO Nº 1.076, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, do Exercício Financeiro de 2017.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pelo inciso I, do art. 4º, da Lei Municipal nº 632, de 12 de dezembro de 2016 (Lei Orçamentária do Exercício de 2017), e pela Lei nº 634, de 03 de janeiro de 2017;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto, no Orçamento Geral do Município, do exercício financeiro de 2017, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 52. 765,12 (Cinquenta e Dois Mil Setecentos e Sessenta e Cinco Reais e Doze Centavos), para reforço da seguinte dotação orçamentária e respectiva fonte:

06 – SECRETARIA DE SAÚDE

06.002 – FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE

(167) 10.302.0015.2.030-3371.41.01.00.00 – Consórcios Públicos.

Fonte: 0.1.00.000000 = R$ 49.765,12.

08 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, URBANISMO E SANEAMENTO

08.001 – DIVISÃO DE URBANISMO

(242) 15.451.0026.2.053-3390.14.00.00.00 – Diárias - Civil.

Fonte: 0.1.00.000000 = R$ 3.00,00.

Total: R$ 52.765,12.

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto, fica anulada igual importância da seguinte dotação orçamentária e fonte:

06 – SECRETARIA DE SAÚDE

06.002 – FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE

(172) 10.302.0015.2.031-3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Fonte: 0.1.02. 000000 = R$ 49.765,12.

08 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, URBANISMO E SANEAMENTO

08.001 – DIVISÃO DE URBANISMO

(243) 15.451.0026.2.053-3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Fonte: 0.1.00.000000 = R$ 3.000,00.

Total: R$ 52.765,12.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 10 de fevereiro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 074/2017

Concede Licença Prêmio a servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; observando o disposto no art. 122, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); e

Considerando o teor do requerimento subscrito pela servidora abaixo identificada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio por assiduidade à servidora efetiva JUCÉLIA ARAÚJO SOUZA – *Zeladora,* vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, portadora do RG nº 19894120 SSP/MT e CPF nº 022.045. 991-66, por um período de 60 (sessenta) dias, de 01 de março de 2017 até 29 de abril de 2017, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - A licença prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 01 de março de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2017

Dispõe sobre convocação de candidata classificada no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2017 da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT.

De ordem do senhor CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso; tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2017, realizado em 24 de janeiro de 2017 e homologado em 06 de fevereiro de 2017;

Considerando ainda o disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2017;

1. Pelo presente Edital, fica CONVOCADA a candidata classificada, para preenchimento de vaga existente no momento para contratação temporária, conforme descrição abaixo:

CARGO: ZELADORA – Secretaria de Saúde.

NOME	Nº INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
MARLI FLORES	180	1ª Classificada

2. A candidata convocada por este Edital terá prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de afixação/publicação deste Edital, para ser contratada e assumir o respectivo cargo.

3. A candidata deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de União do Sul, dentro do prazo estipulado, munida dos seguintes documentos:

FOTOCÓPIAS

- Carteira de Identidade;

- Cadastro de Pessoa Física – CPF, em validade;

- Título de Eleitor e prova de quitação com a justiça eleitoral;

- Comprovante de Escolaridade (Diploma, Certificado, Declaração, etc.);

- Certidão de Casamento (se houver);

- Certidão de Nascimento de filhos (se houver);

- Registro junto ao Conselho Profissional da Categoria (para os cargos de profissão regulamentada);

- Comprovante de residência atual.

ORIGINAL:

- Declaração negativa de acúmulo ilegal de cargo, emprego ou função pública;

4. Somente será aceito protocolo de documento exigido neste edital, se o protocolo for expedido antes do término do prazo da presente convocação.

UNIÃO DO SUL – MT, 03 de março de 2017.

ERINEU DIESEL

Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº 1.078, DE 01 DE MARÇO DE 2017

Fixa os valores mínimos cobrados pelo Município de União do Sul para fins de recolhimento do ITBI, incidente sobre Imóveis Rurais e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e com fulcro no disposto no art. 69, da Lei Complementar nº 003, de 20.12.2002 (Código Tributário Municipal);

DECRETA:

Art. 1º - Ficam fixados como preços mínimos do hectare (ha) para fins de cobrança do Imposto sobre a Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis (ITBI), dos Imóveis Rurais situados no território do Município de União do Sul, os preços em moeda corrente nacional (R$) constantes da tabela genérica seguinte:

TABELA GENÉRICA (ITBI RURAL)

DISTÂNCIA DA SEDE DO MUNICÍPIO	LOTES RURAIS (com Agricultura) por hectare (ha)	LOTES RURAIS (com Pastagem) por hectare (ha)	LOTES RURAIS (Mata Explorada) por hectare (ha)	LOTES RURAIS (Mata não Explorada) por hectare (ha)
Até 10 km -	2.850,00	2.550,00	1.800,00	1.650,00
11 a 20 km -	2.400,00	1.800,00	1.200,00	1.050,00
21 a 30 km -	1.950,00	1.350,00	900,00	600,00
31 a 40 km -	1.500,00	900,00	600,00	525,00
41 km e acima	1.200,00	675,00	450,00	300,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se o Decreto nº 838 de 24 de abril de 2013 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 01 de março de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

O Secretario de Administração Gestor do RPPS do Município de Vale de São Domingos-MT, no uso de suas atribuições legais RESOLVE:

HOMOLOGAR em todos os seus termos o Ato de Dispensa de Licitação nº 001/2017, nos termos dono Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores **,** cujo objeto é a**prestação de serviços médicos especializados para realização de pericias médicas ao VALE-PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social**, à favor da **S.O.S MEDICINA CLÍNICA E OCUPACIONAL LTDA - ME, sob o CNPJ nº 10.733.973/0001-93**, no valor estimado de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais), conforme relacionado abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
01	CONTRATAÇÃO DA S.O.S MEDICINA CLÍNICA E OCUPACIONAL LTDA - ME PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE PERICIAS MÉDICAS.	25	160,00	4.000,00

Vale de São Domingos - MT, 03 de Março de 2017.

Edinaldo Ferreira de Santana

Secretário Municipal de Administração

ERRATA TERMOS DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Errata do Termo de Ratificação publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso em 20/02/2017, Edição 2.672, onde se Lê:

RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 001/2017 da Comissão Permanente de Licitação, com fundamento no Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, objetivando a contratação da S.O.S MEDICINA CLÍNICA E OCUPACIONAL LTDA - ME, devidamente inscrita no CNPJ nº 10.733.973/0001-93, no valor total de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais), referente a prestação de serviços médicos especializados para realização de pericias médicas, com o prazo de vigência até 31/12/2017. DETERMINO que sejam adotados os procedimentos necessários à contratação da empresa acima mencionada.

LEIA-SE:

RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 001/2017 da Comissão Permanente de Licitação, com fundamento no Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, objetivando a contratação da S.O.S MEDICINA CLÍNICA E OCUPACIONAL LTDA - ME, devidamente inscrita no CNPJ nº 10.733.973/0001-93, no valor total de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais), referente a prestação de serviços médicos especializados para realização de pericias médicas, com o prazo de vigência até **21/06/2017**. DETERMINO que sejam adotados os procedimentos necessários à contratação da empresa acima mencionada.

Vale de São Domingos - MT, 17 de Fevereiro de 2017.

Edinaldo Ferreira de Santana

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 37 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2017

Dispõe sobre a constituição da Comissão Organizadora de Teste Seletivo e dá outras providências.

Geraldo Martins da Silva, prefeito Municipal de Vale de São Domingos-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE

Art. I – Designar os Servidores, DEGMAR GERALDA MARCIANO, MARIA LUIZA FERRARI, ONILSA PEREIRA DE SOUSA, CLEIDIANE DA SILVA CORREA, para sobre a presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO de TESTE SELETIVO.

Art. II – ESTA PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFETURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS AOS 10 DE FEVEREIRO DE 2017

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 90/2017

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR no cargo em comissão Edmilson Rodrigues de Almeida, Auxiliar de Gabinete no Gabinete do Ver. Carlino de Campos Neto.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de março de 2017.

Vereador BENEDITO FRANCISCO CURVO

Presidente

Vereador JOÃO TERTULIANO DE BARROS FILHO

1º Secretário

PORTARIA Nº 027/ CORREG. GERAL/ 2017.

O Corregedor Geral da Secretaria Municipal de Defesa Social e da Guarda Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei Complementar nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016, e pelo Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR que a Comissão de Procedimentos Administrativos Disciplinares, composta pelos servidores Roseir **Brandão** Dionísio, matrícula nº. 41.212; **Maurício** Rodrigues da Silva, matrícula nº. 35.127 e **Sidney** Oliveira do Carmo, matrícula nº. 43.248, nomeada pela Portaria GAB/PREF/PMVG nº. 08/2017, de 16 de fevereiro de 2017, sediada na Procuradoria Geral do Município – Av. Artur Bernardes, nº. 1.399, Planalto Ipiranga II, para, sob a presidência do primeiro – Instaure **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR,** e apure, no prazo de **60 (sessenta)** dias, possíveis enquadramentos às Leis e Decretos que regem a Guarda Municipal de Várzea Grande, e subsidiariamente o Estatuto do Servidor Público de Várzea Grande, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos constantes dos Processos nº. 317264/15 e 325752/15, encaminhados através do Oficio nº. 004/SMDS/2017, de 03 de janeiro de 2017, que Denuncia, em tese, indícios de transgressões/infrações administrativas atribuídas a servidores, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 03 de Março de 2017.

Éber Milton da Silva Soares

Corregedor Geral – SMDS/GMVG

JULGAMENTO SINDICÂNCIA Nº. 001/2017

(GM Almeida e GM Rocha)

O Corregedor Geral da Secretaria Municipal de Defesa Social e da Guarda Municipal, no uso de suas atribuições legais e.

Considerando o término dos trabalhos realizados pela Comissão de Procedimentos Administrativos Disciplinares, nomeada pela Portaria GAB/PREF/PMVG nº. 031/2016, designada pelas Portarias nº. 019 e 024/CG/2017;

Considerando os autos da Sindicância nº. 001/2017, instaurada para apurar possíveis responsabilidades sobre os atos e fatos narrados na Denúncia (fls.07-12), encaminhada à Corregedoria através da C.I nº. 548/GMVG/2016, de 12/12/2016, (fls. 07);

Considerando que durante o Inquérito Administrativo foram realizadas diligências, tomadas de declarações, interrogatório, obedecendo ao princípio do contraditório e assegurando aos servidores a ampla defesa, com todos os meios legais admitidos;

Considerando que o denunciante, apesar de devidamente intimado (fls. 19), para prestar esclarecimentos perante a Comissão, no intuito de identificar a autoria, não compareceu (fls. 21);

Considerando os depoimentos dos servidores que se encontravam de serviço no dia 01/12/2016 na UPA - IPASE (fls. 26-27) e (fls. 29-30), a Comissão **NÃO** encontrou indícios suficientes de autoria para **INDICIAR** os servidores, GM **ALMEIDA** e GM **ROCHA**, pela prática de qualquer transgressão disciplinar;

Considerando que a Comissão, com base no conjunto probatório, **OPINOU** pelo **ARQUIVAMENTO** dos autos, por entender que os fatos alegados e narrados na denúncia não restaram devidamente provados, não constituindo assim qualquer infração disciplinar;

Considerando o que consta do Relatório Final da Comissão Permanente de Procedimentos Administrativos Disciplinares, (fls. 32-36), e tudo mais que dos autos consta;

DECIDO:

1 – **ACATAR** o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com fulcro no Artigo 177 da LC n. 1.164/91;

2 – **ARQUIVAR** os presentes autos da Sindicância nº. 001/2017, nos termos do Art. 29, §2º, inc. I, do Dec. 80/2015 c/c Art. 155, inc. I, da Lei nº. 1.164/91;

3 – **EXTINGUE-SE** a presente **Sindicância nº. 001/2017**, com Julgamento de Mérito, nos termos do Art. 94, inc. I, do Dec. Nº. 80/2015;

Publique-se no Diário Oficial e no Boletim Interno da GMVG;

Registre-se nos assentamentos funcionais dos servidores;

Intimem-se os servidores fornecendo-lhes cópia do Julgamento,

Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 03 de Março de 2017.

_____

Éber Milton da Silva Soares

Corregedor Geral – SMDS/GMVG

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇO N. 02/2017

Gespro 417744/2016

O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Permanente de Licitação, comunica que, a Sessão Pública de Abertura do Envelope n. 02 contendo a Proposta de Preços das empresas Habilitadas Tomada de Preço n. 02/2017, Cujo objeto: Contratação de Empresa Capacitada em serviços na área de Engenharia/Arquitetura, com base nos projetos elaborados, para execução do saldo remanescente da obra de construção da escola de seis salas padrão FNDE com urbanização, paisagismo e para construção de Rede Elétrica em Tensão Primária 13.8KV e implantação do Posto de Transformação de 75KVA, localizada na Rua Chile, sem nº. Esquina com a Avenida Santa Terezinha no Bairro Cabo Michel na cidade de Várzea Grande- Mato Grosso, conforme editais e anexos,se dará no dia **08 de março de 2017, às 08hs30min (hora local)**, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, situado na Av. Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT.

A Comissão de Licitação informa, que decorrido o prazo recursal julgado encontra -se disponibilizado no site: www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande-MT, 03 de março de 2017,Lauro Josney Corrêa, Presidente da CPL.

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N. 001/2017

Processo n.417575/2016. O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria n. 006/2017, comunica aos interessados, que fará reabertura de licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS N. 001/2017**, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL sob o regime de execução indireta de empreitada pelo "PREÇO GLOBAL", cujo objeto: Construção rede de tratamento de esgoto (TANQUES SÉPTICOS, FILTROS ANAERÓBIOS E SUMIDOUROS) nas devidas unidades: **EMEB "Honorato Pedroso de Barros"** está localizada na Av. Filinto Muller, sem nº, bairro Água Vermelha, atende: 5 anos e do 1º ao 5º ano, **EMEB"Ednilson Francisco Kolling"** localizado no Loteamento Chapéu do Sol,atende: 5 anos e do 1º ao 5º ano, **EMEB Manoel João de Arruda**, localizada na Rua Gonçalo Domingos de Campos, S/N, Bairro: Figueirinha, atende: 4 e 5 anos e do 1º ao 5º ano, **EMEB "Eunice Cesár de Melo",** localizada na Rua J. Tavares, Vila Pirineu, Atende: 4 e 5 anos e do 1° ao 5° ano, **CMEI "Manoel Rosa de Figueiredo"**, localizada na rua Licínio Monteiro s/nº, Bairro Jd. Glória, Atende: 2 e 3 anos, **EMEB "Dirce Leite de Campos",** localizada na Rua 12, S/N, bairro Jardim Itororó,atende crianças de 5 anos e do 1° ao 5° ano e **Bloco da Sede** "**Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer",** localizada no Paço Municipal no Município de Várzea Grande/Mato Grosso de acordo com as especificações descritas no edital e anexos. Abertura está prevista para **dia 22 de Março de 2017, às 08h30min** (horário de Mato Grosso). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante pagamento dos custos de R$ 0,13 por copia não restituíveis, e gratuitamente e no site: WWW.varzegrande.mt.gov.br, informações (65) 3688-8020. Várzea Grande-MT, 03 de Março de 2017, **SILVIO APARECIDO FIDELIS,** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PORTARIA 094/CPSPAD/SAD/2017

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do **Processo Administrativo Disciplinar nº 034/2016**, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 20 de fevereiro de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 092/CPSPAD/SAD/2017

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do **Processo Administrativo Disciplinar nº 037/2016**, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 20 de fevereiro de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

ERRATA NA ORDEM DE SERVIÇOS N°. 014/2017

Considerando a existência de mero erro material, quando da publicação da Ordem de Serviços n°. 014/2017

Onde se lê:

... a iniciar a obra de construção de unidade de creche padrão FNDE – Tipo 1, em regime de empreitada por preço global na Rua C, n°. 0, bairro Jardim Novo Mundo, Várzea Grande, conforme **Contrato n°. 09/2017**.

Leia-se:

... a iniciar a obra de construção de unidade de creche padrão FNDE – Tipo 1, em regime de empreitada por preço global na Rua C, n°. 0, bairro Jardim Novo Mundo, Várzea Grande, conforme **Contrato n°. 011/2017**.

Prof° Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação,

Cultura, Esporte e Lazer.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA N°018/2017

PORTARIA N°018/2017

Ricardo Azevedo Araujo Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto - DAE-VG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Lei n°1.164/91 art.97,conforme Parecer do Procurador **Jurídico n°026/2017/JUR/DAEVG.**

RESOLVE:

Art.1°- Conceder em favor da Servidora **VERÔNICA DOS SANTOS FERREIRA RIBEIRO**, mat.**n°2028** lotada no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG, exercendo o cargo de Auxiliar de Saneamento, o benefício de **Auxílio Natalidade**. Conforme previsto em Lei de n°1.164/91 art. 194, Inciso I "b" cumulado com art. 204 §1° e 2° do Estatuto do Servidor Público Municipal.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 03 de março de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 91/2017

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR do cargo em comissão Mara Alves Saldanha, Assistente de Gabinete da 1ª Secretaria.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de março de 2017.

Vereador BENEDITO FRANCISCO CURVO

Presidente

Vereador JOÃO TERTULIANO DE BARROS FILHO

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 89/2017

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR no cargo em comissão Aline Ibanez Pires, Auxiliar de Gabinete no Gabinete da Presidência.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de março de 2017.

Vereador BENEDITO FRANCISCO CURVO

Presidente

Vereador JOÃO TERTULIANO DE BARROS FILHO

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 88/2017

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR no cargo em comissão Marcielly de Campos Rodrigues, Auxiliar de Gabinete no Gabinete do Ver. Calistro Lemes do Nascimento.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de março de 2017.

Vereador BENEDITO FRANCISCO CURVO

Presidente

Vereador JOÃO TERTULIANO DE BARROS FILHO

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 87/2017

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR no cargo em comissão Mirian Martins de Souza, Assessor Técnico Legislativo.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de março de 2017.

Vereador BENEDITO FRANCISCO CURVO

Presidente

Vereador JOÃO TERTULIANO DE BARROS FILHO

1º Secretário

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 019/2017

PORTARIA Nº 019/2017

O Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto – DAE/VG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Lei n.º 1.164./91 art. 102, conforme Requerimento do Servidor.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder afastamento para qualificação profissional por 12 (doze) meses, sem prejuízo à sua remuneração, ao Servidor **WILHAN DOUGLAS DOS REIS – Mat. Nº 574,** lotado no Setor de Projetos, exercendo o cargo de Auxiliar de Saneamento. **Conforme Lei 1.164/91 Estatuto do Servidor Publico Municipal Cap. IV Seção VIII Art. 102.**

Art. 2°. O servidor assume o compromisso de enviar ao RH semestralmente, documento comprobatório de matrícula; semestralmente, relatório circunstanciado das atividades e estudos realizados, atestados de frequência e documentos comprobatórios de aproveitamento do curso, homologado pelo seu orientador; semestralmente, as notas obtidas na avaliação realizada pelo seu orientador.

Art. 3°. O descumprimento de qualquer das obrigações previstas nesta portaria e no despacho do Diretor Presidente, salvo justificativa, importará na restituição dos valores recebidos durante o afastamento.

Art. 4°. Essa Portaria entra em vigor na data 05/03/2017, revogando-se as disposições em contrario.

Art. 5°. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande, 03 de março de 2017

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE DO DAE/VG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017.

Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial nº. 001/2017**, tendo por objeto a aquisição de combustíveis, com fornecimento contínuo e fracionado , resolve **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, a empresa: **POSTO TUCUNARÉ LTDA** com proposta no valor global de **R$ 3.381.115,00** (três milhões trezentos e oitenta e um mil e cento e quinze reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 02 de março de 2017.

Wagner Vicente da Silveira

Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial nº 001/2017**, que tendo por objeto a aquisição de combustíveis, com fornecimento contínuo e fracionado , resolve **ADJUDICAR** o objeto da licitação, a empresa: **POSTO TUCUNARÉ LTDA** com proposta no valor global de **R$ 3.381.115,00** (três milhões trezentos e oitenta e um mil e cento e quinze reais) .

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 02 de março de 2017.

Alessandro Santana de Souza

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PORTARIAS 088 - 089 E 090/2017

PORTARIA N. º 088/2017.

DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

***Abmael Borges Da Silveira*, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,**

R E S O L V E:

Art. 1º - Fazer a REMOÇÃO, da Servidora LUCELIA TEREZINHA ANCHESKI, matrícula nº 995, lotado na Secretaria de Viação de Obras Públicas, no cargo de Agente de Serviços Gerais, para a Secretaria de Administração, conforme inciso I do Art. 51 da Lei Municipal 747/2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 07 de fevereiro de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges Da Silveira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 089/2017.

01 DE MARÇO DE 2017.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º- **Nomear** a Servidora, DANIELA BORGES TAVARES - mat.1205**,** portadora do RG 4500439 SSP/GO e inscrita no CPF sob o nº 008.361. 081-24 , para exercer o cargo de Seção de Controle dos Programas de Saúde da Família, de acordo com a Lei 598/2005**.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 16 de fevereiro de 2017.

Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 090/2017.

De 02 de Março de 2017.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora RENATA GLIER SANTOS, matrícula nº 1037 lotada na Secretaria de Educação no cargo de PROFESSOR I a IV, conforme processo de solicitação a partir de 27/02/2017 a 29/03/2017, e em conformidade com o exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n. º 747/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 27/01/2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

IMPREV
PORTARIA IMPREV

PORTARIA Nº018/2017

*"Dispõe sobre a retificação da Portaria n. 079/2016 que versa sobre a concessão do benefício de **Aposentadoria por Idade** à servidora **Sra. Maria Alves de Medeiros.**"*

O **Diretor Executivo do IMPREV** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Rica, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 12, inciso III, alínea "b" da Lei n.º 519 de 01 de julho de 2004 que rege a previdência municipal, e considerando o ultimo reajuste concedido pela Lei Municipal n.º 1.298 de 13 de fevereiro de 2015 e Lei Municipal nº. 1.370 de 10 de março de 2016, que reestrutura os valores monetários da tabela de vencimento dos professores do magistério público municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Idade**, à servidora Sra. **Maria Alves de Medeiros**, brasileira, portadora do RG n.º 5059894 – PC/PA e do CPF n.º 041.925.322-04, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva, no cargo de Professora de V a VIII, Classe "B", Nível 11, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais, conforme processo administrativo do **IMPREV**, n.º **2016.02.17886P**, a partir de **01 de julho de 2016**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **01 de julho de 2016**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

VILA RICA-MT, 03 de março de 2017. EURICO DA CUNHA BARBOSA Diretor Executivo do IMPREV

Homologo:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA Prefeito Municipal

PORTARIA N. º 091/2017 DE 03 DE MARÇO DE 2017

Designa Comissão para a realização de Processo seletivo n.º 001/2017, e dá outras providências.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os(as) servidores(as)***, Valcir Trevisan, Fernanda Richard da Silva e Roberto Rodrigues de Souza ,*** para, sob a presidência do primeiro, comporem a comissão que terá como objetivo a organização e realização do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2017 a ser promovido pela Prefeitura Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

Art. 2° A presente comissão fica encarregada de tomar todas as providências necessárias para a realização do presente Teste Seletivo Simplificado 001/2017, obedecendo fielmente aos ordenamentos legais pertinentes.

Art. 3° A Comissão Organizadora do Teste Seletivo Simplificado 001/2017 deverá promover, juntamente com a **KLS Consultoria em Gestão Pública Ltda - EPP**, a divulgação dos editais do Teste seletivo Simplificado 002/2017 seguindo as orientações dos técnicos da KLS Consultoria em Gestão Pública Ltda - EPP., firma esta contratada para a elaboração do regulamento, dos editais e das provas, incluindo ainda a sua aplicação e correção.

Art. 4° A presente comissão deverá fornecer todos os dados e informações precisas à empresa contratada, para que a mesma possa elaborar os editais necessários para a abertura do Teste Seletivo Simplificado 002/2017.

Art. 5° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação por afixação na forma de costume.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 092/2017. DE 03 DE MARÇO DE 2017.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA*, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especialmente o que dispõe a seção III, art. 33, da Lei 747/2008 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,*

Considerandoo laudo pericial emitido pela Junta Médica Oficial do Instituto Municipal de Previdência Social - IMPREV, conforme Oficio nº 018/2017, onde se verifica que a servidora pública ***GIRLENE DOS SANTOS CRUZ*** *está temporariamente inapta para o exercício das funções de* ***PROFESSORA I A IV****, concluindo que poderá ser feito o ajustamento de função;*

Considerando as regras contidas no artigo 34 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vila Rica (Lei Municipal nº 747/2008 de 22/02/2008);

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica readaptada temporariamente até **03 de Setembro de 2017** a Sr.ª ***GIRLENE DOS SANTOS CRUZ*****,** matrícula nº 367 Classe “C” Nível 11, **para atividades extra classe**, a ser defina pela Secretaria de Educação.

Art. 2º Carga horária de 30 horas semanais.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

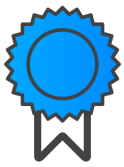
Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Sun Mar 05 22:31:42 UTC 2017
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)